

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
CPDA - PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DE CIÊNCIAS SOCIAIS EM
DESENVOLVIMENTO, AGRICULTURA E SOCIEDADE

TESE

**COOPERAÇÃO E ORGANIZAÇÃO EM ASSENTAMENTOS RURAIS:
A proposta das Comunas da Terra e a virada do MST para os “urbanos”**

JOÃO AUGUSTO DE ANDRADE NETO

2013



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
CPDA - PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
EM DESENVOLVIMENTO, AGRICULTURA E SOCIEDADE**

**COOPERAÇÃO E ORGANIZAÇÃO EM ASSENTAMENTOS RURAIS:
a proposta das Comunas da Terra e a virada do MST para os “urbanos”**

JOÃO AUGUSTO DE ANDRADE NETO

Sob a orientação da Professora Dra.

Leonilde Servolo de Medeiros

Tese submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Doutor em Ciências**, no Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade.

Rio de Janeiro, RJ
Agosto, 2013

303.484
A553c
T

Andrade Neto, João Augusto de
Cooperação e organização em assentamentos rurais: a proposta das Comunas da Terra e a virada do MST para os “urbanos” / João Augusto de Andrade Neto, 2013.
314 f.

Orientador: Leonilde Servolo de Medeiros
Tese (doutorado) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Instituto de Ciências Humanas e Sociais.

Bibliografia: f. 292-304

1. Cooperação - Teses. 2. Organização - Teses. 3. Assentamentos rurais - Teses. I. Medeiros, Leonilde Servolo de. II. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Instituto de Ciências Humanas e Sociais. III. Título.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DE CIÊNCIAS SOCIAIS EM
DESENVOLVIMENTO, AGRICULTURA E SOCIEDADE

JOÃO AUGUSTO DE ANDRADE NETO

Tese submetida ao Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em
Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade como requisito parcial para obtenção
de grau de **Doutor em Ciências**.

TESE APROVADA EM 11/10/2013

Dra. Leonilde Servolo de Medeiros – CPDA/UFRRJ
(Orientadora)

Dra. Débora Franco Lerrer – CPDA/UFRRJ

Dra. Cláudia Job Schmitt – CPDA/UFRRJ

Dra. Ana Maria Motta Ribeiro – PPGSD / UFF

Dr. Paulo Roberto Raposo Alentejano – FFP/UERJ

AGRADECIMENTOS

A CAPES e CPDA pela bolsa de pesquisa e o financiamento de parte dos custos do trabalho de campo. Para minha família, cujo apoio desde cedo permitiu minha dedicação quase integral aos estudos, assegurando os meios para que pudesse chegar ao doutorado e sustentar-me na condição de estudante.

Ao CPDA, pelo ambiente de liberdade intelectual que me foi proporcionado e pelas oportunidades abertas pela instituição para o debate aberto, franco e respeitoso, bem como para a produção de conhecimento científico. As disciplinas cursadas foram fundamentais para minha formação como pesquisador e professor, entre elas os cursos feitos com os professores Nelson Giordano e Raimundo Santos. Aos funcionários e servidores técnico-administrativos do CPDA Terêsa, Marcos, Henrique, Silvia, Juliana Gomes e todos que sempre se mostraram solícitos e cordiais, tornando a convivência cotidiana mais alegre.

Aos colegas e amigos de curso Janaína Sevá, Sérgio Botton, Alex Mengel, Silvia Aquino, Dione Melo, Gustavo Cerqueira, Bernardo São Clemente, Rômulo Castro, Jaqueline Luz, Débora Azevedo, Marco Antonio Teixeira, Clesson Monte, Aline Lopes, Laeticia Jalil, Francine Pinheiro, Juliana Oliveira, Patricia Silva, Patrícia Pinheiro, Josi Wedig, Iby Montenegro, Gabriel Pereira, Luciana Carvalho e todos e todas que vivemos juntas ótimas experiências dentro e fora de sala de aula. Não poderia esquecer dos grandes amigos da graduação em ciências sociais da Universidade Federal Fluminense, de todos os companheiros do ICHF e dos membros do Diretório Acadêmico Raimundo Soares, que compartilharam comigo de uma etapa na vida fundamental, o qual viria a definir em grande parte o que hoje sou. Para Carmen Castro e o coletivo “universidade e movimentos sociais” no Rio de Janeiro, em reconhecimento a seu comprometimento em trabalhar questões sociais da maior relevância.

Para Paulinho Chinelo e o grupo que participou no Rio de Janeiro e em Niterói da Campanha Pelo Limite da Propriedade da Terra, que me ajudaram a abrir as portas para o trabalho de campo. Aos militantes e dirigentes do MST em São Paulo que aceitaram participar da pesquisa e contribuíram para a realização do trabalho de campo. Para Delwek Matheus e Gilmar Mauro, figuras da maior seriedade cuja experiência e conhecimento iluminaram a pesquisa. Para Irmã Alberta, pela conversa fraterna, pelas lições de sabedoria compartilhadas e pelo exemplo de vida. Para Pedro Christoffoli, pela hospitalidade com que me recebeu e por ter proporcionado acesso a suas informações altamente qualificadas sobre o universo do MST e da cooperação agrícola. A Raimundo Bombril, Osvaldo Aly e Douglas Mansur, pela solicitude com que me atenderam, pelos diálogos frutíferos e pelo apoio na abertura de caminhos no trabalho de campo.

Para Claudia Schmitt, Paulo Alentejano, Marco Antônio Perruso, Débora Lerrer e Ana Maria Motta Ribeiro pelos comentários críticos e, principalmente, construtivos, feitos como membros das bancas de qualificação e de defesa da tese. Para Regina Bruno e Mariana Trotta por aceitarem participar da banca como suplentes: meu sincero reconhecimento pela importância do trabalho que ambas desenvolvem. Para Valter Oliveira pelas trocas de ideias e

convivência no âmbito do Observatório Fundiário Fluminense. Para o professor Maurício Vieira por ter contribuído com suas aulas para a reflexão sobre o tipo de conhecimento que pretendo produzir e o sentido do trabalho como cientista social.

Para todos os assentados que aceitaram participar da pesquisa, abrindo suas vidas para um desconhecido e depositando sua confiança em minha pessoa. Especialmente gostaria de agradecer àqueles que me alojaram em sua residência durante uma das fases do trabalho de campo no assentamento onde residem, bem como às pessoas que disponibilizaram o espaço e a oportunidade de convivência na “ciranda” durante minha estadia. Essas pessoas garantiram também parte de minha alimentação nos assentamentos, assim como outros assentados que me receberam em visita a suas residências. Para Rafael Rizzato e Julia Lassance por terem me recebido com tanto carinho em sua casa na capital São Paulo durante o trabalho de campo, pelos momentos alegres que passamos e pelos laços de amizade que fortalecemos. Para Murilo Zibetti, companheiro de jornadas em terras distantes e Flávia Luz, sua esposa, pela afetuosa hospitalidade em São Paulo. Para meu querido amigo Pedro Victor, pela acolhida na primeira ida a campo em São Paulo e pelo apoio durante todo o período de elaboração da tese. Para Luciano Bastos pela acolhida em Curitiba e pelo suporte fundamental oferecido. Para meu irmão Marcos Braz e sua mãe e minha amiga Aurea Braz pela solidariedade, carinho e pela ajuda que ambos sempre forneceram nas horas mais difíceis e também nas mais fáceis.

Para Ana Maria Motta Ribeiro, professora que despertou meu interesse pelo estudo dos assuntos rurais e com quem aprendi a ter paixão pelas ciências sociais. A participação no curso de sociologia rural por ela oferecido, quando então tive a oportunidade de visitar um acampamento do MST no Rio de Janeiro para contribuir para uma pesquisa do Observatório Fundiário Fluminense, me fez perceber que as ciências sociais servem para muito mais do que a mera reprodução acadêmica.

Para Leonilde Servolo de Medeiros, professora e orientadora, que vem acompanhando minha caminhada com atenção, compreensão e dedicação, me ajudando a refletir e tomar decisões na vida que acabam ultrapassando em muito as questões acadêmicas. Sua seriedade, profissionalismo e correição fornecem um exemplo de profissional e de ser humano que sempre me acompanhará.

Para meus irmãos Rafael, Davi e Thaís, para Julinho, Ivana, João Pedro, Rachel, André, Lucas, Tia Marisa, Carraro, Nilta, João, Eliane, Gil, Nícia e Luiza, minha família presente nos momentos mais difíceis e também em horas felizes. Para meu pai João Batista de Andrade, meu tio e padrinho Sérgio Lemos Ribeiro, meu avô Renato Baptista Nunes, minha avó Nazareth Andrade e meu avô João Augusto Andrade, em memória.

Para as mulheres da minha vida: Maria Lúcia, Angélica, Marina e minha filha Nara, pelo amor, carinho, alegria e paciência dedicados.

RESUMO

ANDRADE, João Augusto de. **Cooperação e organização em assentamentos rurais: A proposta das Comunas da Terra e a virada do MST para os “urbanos”**. 2013. 314f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais, Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade). Instituto de Ciências Humanas e Sociais. Departamento de Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, 2013.

A presente pesquisa se destina ao estudo de processos de cooperação e de organização em assentamentos rurais conquistados por meio da ação política e da mobilização social dirigidas pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST). O foco empírico está nas experiências de assentamentos situados na Região Metropolitana de São Paulo, chamados pelo MST de *Comunas da Terra*, uma “nova forma de assentamento” organizada pelo Movimento junto à sua base de acampados e assentados no estado de São Paulo. Uma das características distintivas desses assentamentos é o fato de serem estabelecidos em áreas próximas aos centros urbanos, sendo formados por pessoas em geral provenientes de periferias urbanas, as quais não necessariamente possuem experiências agrícolas prévias ou algum tipo de herança sociocultural camponesa, podendo incluir trabalhadores desempregados urbanos e mesmo *pessoas em situação de rua*. A proposta das *Comunas da Terra* se volta à organização nos assentamentos por meio da tentativa de estabelecimento de processos de cooperação entre os assentados. A história da virada do MST para o recrutamento de um público de tipo “urbano” é um elemento central na tese, abordado por meio de pesquisa empírica e bibliográfica.

Palavras-chave: Assentamentos, cooperação, organização.

ABSTRACT

ANDRADE NETO, João Augusto de. **Cooperation and organization in rural settlements: the Comunas da Terra proposal and MST's turn to the "urban" public.** 2013. 314f. Thesis (PhD in Social Sciences applied in Rural World Knowledge). Human and Social Sciences Institute. Development, Agriculture and Society Department. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, 2013.

This research aims to study the processes of cooperation and organization in rural settlements achieved through political action and social mobilization led by the Landless Rural Workers Movement (MST). The empirical focus is on the experiences of settlements located in the Metropolitan Region of São Paulo, called by MST "Comunas da Terra" (Land Communes), "a new form of settlement" organized by the Movement with the members of its base camped and settled in the state of São Paulo. One of the distinctive features of these settlements is the fact that they are established in areas close to urban centers, being formed by people who usually come from urban peripheries, which do not necessarily have previous agricultural experience or some kind of socio-cultural peasant heritage and may include unemployed urban workers and even homeless people. The "Comunas da Terra" proposal plans settlements organization by trying to establish procedures for cooperation between the settlers. The history of the turn of the MST for the recruitment of a public of "urban" type is a central element in the thesis treated through empirical and bibliographic research.

Key-words: Settlements, cooperation, organization.

LISTA DE SIGLAS

ACOTERRA - Associação das Comunas da Terra das Regiões de Amparo, Campinas, Limeira, Mogi Mirim, Piracicaba P RC SJBV
AIDS - Síndrome da Imunodeficiência Adquirida
APA - Área de Proteção Ambiental
ATER - Assistência Técnica e Extensão Rural
ATES - Programa de Assessoria Técnica, Social e Ambiental à Reforma Agrária
BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CCA - Cooperativa Central Agropecuária
CCB - Congregação Cristã do Brasil
CDCM - Centro de Documentação e Comunicação dos Marginalizados
CEB - Comunidade Eclesial de Base
CEDEM - Centro de Documentação e Memória
CEDI - Centro Ecumênico de Documentação e Informação
CEEP - Centro de Estudos, Educação e Pesquisa
CEF - Caixa Econômica Federal
CEPIS - Centro de Educação Popular do Instituto Sedes Sapientiae
CETAP - Centro de Tecnologias Alternativas Populares
CETESB - Companhia Ambiental do Estado de São Paulo
CFCC - Centro de Formação Campo e Cidade
CIMI - Centro Indigenista Missionário
CNC - Confederação Nacional das Cooperativas de Assentamentos
COACOM - Associação de Cooperação Agrícola das Comunas da Terra da Regional da Grande São Paulo
CONAB - Companhia Nacional de Abastecimento
CONCRAB - Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil LTDA
CONDEPHAAT - Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico
CPA - Cooperativa de Produção Agropecuária
CPS - Cooperativa de Prestação de Serviços
CPT - Comissão Pastoral da Terra
CPTM - Companhia Paulista de Trens Metropolitanos
CRS - Comunidade de Resistência e Superação
DEM - Partido Democratas
DOE - Diário Oficial do Estado
ENFF - Escola Nacional Florestan Fernandes
FAO - Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação
FAPERJ - Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro
FASE - Federação de Órgãos para a Assistência Social e Educacional
FEPAQ - Feira Paulista de Assentamentos e Quilombos
FESP - Fundação Escola de Sociologia Política de São Paulo
FNRA - Fórum Nacional pela Reforma Agrária e Justiça no Campo
IBAMA - Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais
IBASE - Instituto Brasileiro de Análises Socioeconômicas
IDH - Índice de Desenvolvimento Humano

IICA - Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura
INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
ITESP - Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo
MAPA - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MASTER - Movimento dos Agricultores Sem Terra
MASTES - Movimento dos Agricultores Sem Terra do Sudeste
MASTRO - Movimento dos Agricultores Sem Terra do Oeste
MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário
MESA - Ministério da Segurança Alimentar e Combate à Fome
MPE - Ministério Público do Estado
MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra
MTD - Movimento dos Trabalhadores Desempregados
MTST - Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto
NEAD - Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento
NEP - Nova Política Econômica
OIT - Organização Internacional do Trabalho
ONG - Organização Não-Governamental
OSCIP - Organização da Sociedade Civil de Interesse Público
PA - Projeto de Assentamento
PAA - Programa de Aquisição de Alimentos
PDA - Projeto de Desenvolvimento do Assentamento
PDS - Projeto de Desenvolvimento Sustentável
PNAE - Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNRA - Plano Nacional de Reforma Agrária
PROCERA - Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária
PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PT - Partido dos Trabalhadores
PTA - Programa de Tecnologias Alternativas
RS - Rio Grande do Sul
SABESP - Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo
SC - Santa Catarina
SCA - Sistema Cooperativista dos Assentados
SP - São Paulo
UNESP - Universidade Estadual Paulista
UNIARA - Centro Universitário de Araraquara
USP - Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO

Apresentação.....	13
Métodos, técnicas, metodologia e apresentação do <i>locus</i> de pesquisa.....	21
Construção do acesso ao campo e descrição do processo de pesquisa.....	30

CAPÍTULO I - A CONCEPÇÃO DE ORGANIZAÇÃO E COOPERAÇÃO DO MST PARA OS ASSENTAMENTOS NA TEORIA E NA PRÁTICA

1.1 Organização em assentamentos rurais.....	42
1.2 Antecedentes históricos da cooperação agrícola no MST.....	45
1.3 Alguns marcos iniciais do debate sobre a cooperação dentro do MST.....	50
1.4 A adoção da teoria da organização de Clodomir Santos de Moraes.....	55
1.5 Cooperativismo e agroindustrialização como “forma superior” de cooperação.....	60
1.6 A inspiração do modelo autoritário de coletivização e a crise das CPAs.....	67
1.7 Estudos sobre experiências de cooperação em assentamentos na região Sul do Brasil.....	73
1.8 Um olhar sociológico sobre a relação entre “individualismo” camponês e cooperação.....	89

CAPÍTULO II - ANTECEDENTES DA PROPOSTA DAS *COMUNAS DA TERRA* E DA VIRADA DO MST PARA OS “URBANOS”

2.1 Antecedentes da proposta de “novas formas de assentamento”.....	93
2.2 Três análises em torno ao tema da organização e da cooperação em assentamentos.....	101
2.3 A proposta da(s) <i>Comunidade(s) de Resistência e Superação</i>	107
2.4 Caracterização da proposta das <i>Comunas da Terra</i>	115
2.5 Questões teóricas e práticas sobre as <i>Comunas da Terra</i>	123
2.6 Elementos preliminares sobre a aproximação do MST em relação ao público “urbano”.....	129

CAPÍTULO III - DO TRABALHO COM O *POVO DA RUA* AOS *SEM-TERRA*: HISTÓRIA DA CRIAÇÃO DA REGIONAL GRANDE SÃO PAULO DO MST

3.1 Militantes, dirigentes e base.....	131
3.2 Católicos, profissionais da assistência social e <i>pessoas em situação de rua</i>	133
3.3 A chegada da Irmã Alberta a São Paulo e o papel da CPT no processo.....	137
3.4 A aproximação da Fraternidade Povo da Rua para com o MST.....	130
3.5 Experiências de luta pela terra com <i>pessoas em situação de rua</i>	148
3.6 <i>Moradores de rua, pessoas em situação de rua e povo da rua</i>	158
3.7 O público “urbano” e o papel das <i>Comunas</i> para a potencialização de lutas.....	164

CAPÍTULO IV - *ACAMPAMENTOS, TRABALHO DE BASE E FORMAÇÃO*

4.1 Desvelando sentidos da luta.....	171
4.2 <i>Acampamentos</i> como unidade social de análise.....	174
4.3 <i>Seguindo a bandeira</i> do MTST.....	178
4.4 <i>Seguindo a bandeira</i> do MST.....	174
4.5 Cestas básicas, assistencialismo e <i>lutas</i>	186

4.6 O <i>trabalho de base</i>	193
4.7 A <i>formação no trabalho de base e nos acampamentos</i>	211
4.8 O autorreconhecimento do pertencimento à classe.....	218
4.9 Mudança cultural e contradições na visão de mundo.....	223

CAPÍTULO V - AS COMUNAS DA TERRA E AS PRÁTICAS DE ORGANIZAÇÃO E DE COOPERAÇÃO NOS ACAMPAMENTOS E ASSENTAMENTOS

5.1 A inserção dos acampados na <i>organicidade</i>	227
5.2 Impressões iniciais sobre a cooperação nos assentamentos alvo da pesquisa.....	230
5.3 <i>Coletivos</i> desenvolvidos inicialmente.....	235
5.4 Explorando alguns significados dos <i>coletivos</i>	242
5.5 Divisão das terras e o planejamento dos assentamentos.....	248
5.6 <i>Coletivos das casas, do mel, da uva e da mandioca</i>	256
5.7 A cooperativa do MST e os projetos de cooperativas dos assentados.....	267
5.8 <i>Comunas da Terra e trabalho fora</i>	272

CONSIDERAÇÕES FINAIS	286
-----------------------------------	-----

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	301
---	-----

ANEXOS

A – Síntese dos principais eventos que antecederam à criação da Regional Grande São Paulo do MST.....	314
---	-----

INTRODUÇÃO

Apresentação

Há consenso na literatura no Brasil com relação ao fato de que jamais se realizou um programa de reforma agrária massiva que implicasse em mudanças da estrutura agrária, rompendo com a secular e desigual concentração da propriedade da terra. Principalmente a partir do período da chamada “abertura democrática”, após o final do regime militar, verificasse, entretanto, o crescimento das ações de políticas públicas de criação de assentamentos rurais, predominantemente em resposta às mobilizações populares por acesso à terra.

Uma das principais formas utilizadas para se reivindicar terras no Brasil nos últimos trinta anos tem sido ocupar terras e nelas montar acampamentos, expedientes estes que representam uma linguagem específica para comunicação entre movimentos sociais e Estado (SIGAUD, 2000; 2009). Essas ações vêm sendo desenvolvidas tanto pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), como pelo movimento sindical e por diferentes organizações do mundo rural envolvidas com a chamada “luta pela terra”, que foram influenciados pelo *modus operandi* do primeiro. Entretanto, outras táticas também vêm sendo praticadas, em geral marcadas pela vivência de conflitos, as quais não passam pela ocupação de terras e pelo soerguimento de acampamentos. Alguns exemplos são as “greves” realizadas por trabalhadores arrendatários e moradores no interior de grandes propriedades, as lutas pelo reconhecimento de terras indígenas, comunidades quilombolas e outras populações tradicionais e as lutas dos posseiros pela manutenção das terras por eles desbravadas e ocupadas, ambas tendo em vista a regularização fundiária.

Após a conquista do direito à terra na forma de projetos de assentamento implementados pelo poder público, novos e complexos desafios se colocam para as famílias e indivíduos¹ mobilizados, militantes dos movimentos sociais, “mediadores”² em geral, intelectuais e agentes do poder público engajados nos processos da reforma agrária. No contexto da nova situação social que se abre às famílias que se engajam na luta pela terra, um

¹ Utilizarei recorrentemente a referência a famílias e/ou indivíduos, apresentando os dois termos conjugados, para deixar claro que foram recrutados pelo MST tanto agentes que estavam integrados a um grupo doméstico como agentes sozinhos, sem parentes que conformassem uma família que lhes acompanhasse, que participasse com eles da luta ou que fosse com eles viver nos assentamentos. O termo indivíduo aqui denota o homem particular empírico e não o homem como portador de valores individualistas, seguindo a distinção de Louis Dumont (1993).

² Os processos de mediação são responsáveis pelo estabelecimento de relações de contato entre o nível local e o nível nacional. Eric Wolf aponta para a importância dos grupos e agentes mediadores que se situam entre a comunidade camponesa e a sociedade complexa mais ampla da qual faz parte. A mediação é um canal comunicativo estabelecido entre esses dois polos, através da atuação de agentes ou grupos conectados a instituições do Estado-nação e da economia de mercado. Por intermédio dessa relação se dá a confluência entre o camponês e as instituições nacionais, a rede de relações de mercado e de relações políticas. Os mediadores podem ser tanto membros da própria comunidade que se especializam nesta função específica, como agentes externos do nível da nação, desempenhando importantes funções na vida do camponês e merecendo, portanto, particular atenção (WOLF, 1984; 2003).

problema recorrente é o de como engendrar a organização e formas de cooperação dentro dos assentamentos, de modo a não apenas viabilizar a permanência dos assentados nas terras obtidas, mas também construir oportunidades para o desenvolvimento social, econômico, político e cultural.

Do ponto de vista do MST³, um dos problemas principais diz respeito à necessidade de trabalhar para o objetivo da transformação social, propondo um outro modelo de desenvolvimento para o Brasil que seja alternativo ao padrão dominante, garantindo ao mesmo tempo a reprodução socioeconômica das famílias mobilizadas e o desenvolvimento multidimensional dos assentamentos. Do ponto de vista das famílias, que podem estar mais ou menos engajadas junto ao MST, a questão premente é a de garantir seu sustento e estabilizar suas vidas, adaptando-se às difíceis contingências de se viver num assentamento de reforma agrária no Brasil, passando por um processo de ressocialização.

Nas primeiras fases de sua história, o MST tinha como base fundamentalmente as classes subalternas das áreas rurais: “Filhos de colonos, parceiros e arrendatários, agregados e assalariados temporários, expropriados de barragens e mesmo um significativo contingente de **lumpen** do campo [...]” (GRZYBOWSKI, 1987, p. 13, *grifo do autor*). Em São Paulo, atualmente o público mobilizado para a luta pela reforma agrária vem sendo recrutado crescentemente entre desempregados, subempregados, moradores de rua, trabalhadores rurais que mantêm residência nas cidades e não no campo, dentre outros segmentos da população que provêm das áreas urbanas.

A presente investigação tem como foco empírico as experiências de assentamentos situados na Região Metropolitana de São Paulo, chamados pelo MST de *Comunas da Terra*, uma “nova forma de assentamento” organizada pelo Movimento junto à sua base de acampados e assentados no estado de São Paulo. Uma das características distintivas desses assentamentos é o fato de serem estabelecidos em áreas próximas aos centros urbanos, sendo formados por pessoas em geral provenientes de periferias urbanas, as quais não necessariamente possuem experiências agrícolas prévias ou algum tipo de herança sociocultural camponesa, podendo incluir desempregados e mesmo *moradores de rua*.

Para o MST, o objetivo da proposta das *Comunas* é construir “núcleos de economia camponesa” baseados na produção agroecológica que abram possibilidades de acesso à infraestrutura moderna dos centros urbanos para os assentados. A proposta das *Comunas da Terra* se volta à organização nos assentamentos por meio da tentativa de estabelecimento de processos de cooperação entre os assentados, algo que se evidencia também pelo arranjo socioespacial adotado, que conjuga a propriedade familiar ou individual de pequenos lotes com a existência de áreas maiores destinadas ao trabalho coletivo.

A maioria dos trabalhos por mim pesquisados sobre cooperação e organização em assentamentos se refere a áreas nas quais o MST se fez presente, tendo organizado o processo de mobilização e luta pela terra junto às famílias assentadas. Foram identificados também trabalhos com um caráter etnográfico desenvolvidos em situações de ocupações e acampamentos que dão conta de aspectos reveladores sobre as dinâmicas sociais relacionadas

³ Quando utilizo os termos MST ou Movimento estou me referindo aos militantes, coordenadores e dirigentes da organização que a engendram, os quais não se confundem necessariamente com a base social de acampados e assentados, exceto quando estes sujeitos se definam como integrantes do mesmo. Não se trata de reificar o MST concebendo-o como um “ser” dotado de opiniões e ações próprias, mas sim como um símbolo que agrega diferentes sujeitos dentro de uma entidade não formalizada composta por diversos coletivos que não agem e pensam de forma monolítica.

às formas de ação do MST. Embora esses estudos não se voltem especificamente à cooperação, referem-se a elementos importantes da organização dos acampamentos e assentamentos, das relações sociais internas que ali se estabelecem e também daquelas que se projetam para fora desses espaços – servindo de inspiração a este trabalho.

As questões relativas à organização socioeconômica dos acampamentos e assentamentos dizem respeito não apenas à reprodução social das famílias que se encontram nestes contextos, mas à sociedade brasileira com um todo. O MST pretende que os assentamentos conquistados por meio da luta pela terra se constituam em potenciais centros de difusão de um novo modelo de desenvolvimento rural socialmente justo e econômica e ecologicamente sustentável. Para além de demandas corporativas por acesso à terra e de questões exclusivas ao “mundo rural”, estão em jogo novas formas de participação política e social e a discussão sobre os rumos do desenvolvimento nacional e internacional.

Meu envolvimento com o tema proposto decorre, a princípio, de minha condição de servidor do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), por intermédio da qual tive contato direto com moradores de assentamentos de reforma agrária e moradores de áreas em vias de regularização como territórios quilombolas, desde o ano de 2006. Minhas atividades acadêmicas nas Ciências Sociais em nível de graduação e mestrado envolveram investigações sobre assuntos relativos a tais segmentos da sociedade brasileira, aprofundando meu interesse sobre a temática. Questões políticas relativas aos assentados e os conflitos em torno da posse e uso da terra envolvendo trabalhadores e proprietários de terras vêm sendo objeto de minhas pesquisas. Os aspectos propriamente socioeconômicos foram pouco explorados em meus trabalhos pretéritos (ANDRADE NETO, 2009), que se voltavam predominantemente a questões políticas e da ordem das relações de poder entre indivíduos e grupos, lacuna esta que o presente projeto de pesquisa visa em alguma medida preencher, ao tratar do tema da organização e da cooperação em assentamentos.

Em pesquisa de mestrado desenvolvida em dois projetos de assentamento de reforma agrária no estado do Maranhão, observei, embora de forma superficial, que muitas pessoas se dedicavam apenas parcialmente à agricultura, ou em caráter complementar, ou ainda sequer a desenvolviam, voltando-se apenas para a criação de gado, para atividades comerciais ou para o trabalho informal temporário ou continuado em terras alheias (no papel de diaristas ou prestadores de serviços), assumindo ainda trabalhos urbanos, em certos casos. Havia famílias que formavam sua renda majoritariamente a partir do benefício da previdência social e dos programas de renda mínima implementados pelo governo federal como o Bolsa-família, tendo, em certos casos, deixado de desenvolver atividades agrícolas por motivos diversos, os quais não tive a oportunidade de conhecer, posto que meu objeto de pesquisa não se relacionava diretamente com as questões socioeconômicas e produtivas entre os assentados.

Não obstante, nessa experiência de pesquisa ficou patente a dificuldade de consubstanciação de formas de cooperação e de organização nos assentamentos pesquisados. Não havia sido tentada a constituição de nenhum tipo de cooperativa, mas tão somente de associações locais requisitadas pelo Estado com o objetivo de administrar recursos e representar oficialmente aos assentados, como é praxe nos processos de institucionalização de assentamentos. Questionei-me sobre como seria o panorama dos assentamentos que foram conquistados por meio das ações e da representação política do MST, nos quais os processos de cooperação, a organização interna e a produção agrícola são estimulados por seus militantes e dirigentes desde os primeiros instantes nas ocupações e acampamentos, atravessando a fase de criação dos assentamentos. Este questionamento me levou a

reconstituir todo um debate sobre as experiências de cooperação nos assentamentos realizadas pelo MST.

Foi a partir do interesse pessoal em entender como se dá a organização e a implementação de formas de cooperação entre os assentados que iniciei o exercício da revisão bibliográfica sobre as pesquisas feitas em assentamentos. Durante este empreendimento, ressaltou a recorrência do tema da cooperação agrícola por meio da institucionalização de cooperativas, que figuraram como a principal forma utilizada pelo MST para organizar os assentados até os anos 1990.

A maior parte da bibliografia sobre os assentamentos se relaciona, em alguma medida, às ações do MST, o que fez com que confirmasse a opção por investigar experiências em assentamentos sob sua influência e fruto da luta organizada pelo Movimento. No que tange à cooperação em assentamentos, isto é particularmente verdadeiro, sendo a maioria dos estudos focados em assentamentos nos quais o MST mantinha algum nível de proximidade com os assentados, sendo responsável por capitanear o processo de luta pela terra que levou à criação dos mesmos.

Em meios às ações da Campanha pelo Limite da Propriedade da Terra⁴ no Rio de Janeiro, organizada pelo Fórum Nacional pela Reforma Agrária e Justiça no Campo⁵, tomei conhecimento de que o MST estava trabalhando uma proposta de cooperação recente em São Paulo, chamada de *Comunas da Terra*, ao entrar em contato com alguns de seus militantes no Rio de Janeiro. Tendo acesso a material do Movimento relativo às *Comunas*, terminei por consolidar minha opção por tomar tais experiências como foco da observação empírica, a partir de trabalho de campo feito em dois assentamentos situados na Região Metropolitana de São Paulo.

A forma de organizar os assentamentos adotada pelo MST gira em torno da noção de cooperação, termo este que possui diversas conotações. O principal significado aqui trabalhado diz respeito à cooperação agrícola ligada à produção e à comercialização, dado que o interesse por este tema foi o que me levou a escolher as experiências das *Comunas da Terra* como objeto de investigação. O sentido de cooperação não se resume ao cooperativismo, embora este tenha prevalecido como o principal modelo de cooperação adotado pelo MST do final dos anos 80 até meados dos 90. É imprescindível ressaltar que as propostas de cooperação do MST se transformaram ao longo do tempo, bem como a prática da organização e da cooperação agrícola em assentamentos implementada pelo Movimento nas áreas conquistadas e mantidas sob sua influência.

A cooperação por meio da criação de cooperativas institucionalizadas ligadas ao MST vem obtendo sucesso em casos pontuais e exemplares, nos quais se pode supor que fatores

⁴ “Criada em 2000 pelo Fórum Nacional pela Reforma Agrária e Justiça no Campo (FNRA), a ‘Campanha pelo Limite da Propriedade da Terra: em defesa da reforma agrária e da soberania territorial e alimentar’ é uma ação de conscientização e mobilização da sociedade brasileira para incluir na Constituição Federal um novo inciso que limite às propriedades rurais em 35 módulos fiscais” (Fonte: <<http://www.limitedaterra.org.br>>. Acesso em: 05 de junho de 2011).

⁵ “O Fórum Nacional pela Reforma Agrária e Justiça no Campo é composto por diversas organizações da sociedade civil dentre movimentos sociais, sindicatos, ONGs, representações estudantis e entidades confessionais. Tem suas origens na década de 1980, quando nasceu a Campanha Nacional pela Reforma Agrária coordenada pelo Instituto Brasileiro de Análises Socioeconômicas (Ibase) que já aglutinava as diferentes entidades de luta pela terra no Brasil” (Fonte: <<http://www.limitedaterra.org.br>>. Acesso em 05 de junho de 2011).

responsáveis pela coesão interna estão presentes entre um núcleo de lideranças ligado ao Movimento. Há experiências exitosas que sobrevivem até hoje como na forma de Cooperativas de Prestação de Serviços (CPSs) e de Cooperativas de Produção Agropecuária (CPAs). Alguns exemplos são a COOPEROESTE (Cooperativa Regional de Comercialização do Extremo Oeste Ltda.), de São Miguel do Oeste (SC), a COPAVI (Cooperativa de Produção Agropecuária Vitória Ltda.), localizada no assentamento Santa Maria, município de Paranacity, na região noroeste do Paraná e a COOPTAR (Cooperativa de produção agropecuária Cascata), situada no assentamento Fazenda Annoni, no município de Pontão, Estado do Rio Grande do Sul. Em tempo mais recente iniciou-se a Rede BioNatur de Agroecologia, a qual não se constitui especificamente como cooperativa, mas sim como rede de produção e comercialização de sementes agroecológicas e hortaliças, integrando diversos assentamentos (Fonte: <<http://www.mst.org.br>>. Acesso em 02 de junho de 2011).

Atualmente o associativismo é incentivado pelo MST por meio de diversos tipos de associação: de aquisição de animais, máquinas ou implementos agrícolas, de comercialização (compra e venda de produtos agropecuários), de beneficiamento da produção (armazenagem, farinhas, serrarias, moinhos etc.), dentre outros. Diferentemente da proposta existente no final dos anos 1980, nesses casos, em geral a produção ocorre no lote familiar e a associação presta algum serviço de interesse comum. Em algumas situações, ela serve apenas para a representação política dos assentados (<<http://www.mst.org.br>>. Acesso em 02 de junho de 2011).

Os exemplos de associativismo e também de cooperativismo oferecidos pelo MST dizem respeito a possibilidades de inovação social nos assentamentos. A noção de cooperação proposta pelo MST refere-se, portanto, à cooperação agrícola, entendida como a produção agropecuária voltada para o mercado e também para o autoconsumo, operada sobre práticas que associam diferentes indivíduos e famílias voltados a objetivos predominantemente econômicos. As práticas de troca de dias de serviço, a ajuda mútua, o mutirão, os grupos de trabalho, as associações de produtores e cooperativas são algumas expressões da cooperação agrícola, a qual não se limita a modelos precisos e institucionalizados de associativismo ou de cooperativismo.

A presente pesquisa se destina ao estudo de processos de cooperação e de organização em assentamentos rurais conquistados por meio da ação política e da mobilização social dirigidas pelo MST. Mais especificamente, interessa investigar a teoria e a prática da proposta de organização e de cooperação voltada para os assentados denominada *Comunas da Terra*, formulada e implementada pelo Movimento em assentamentos situados em áreas próximas aos centros urbanos paulistas.

Como evidencia a bibliografia revisada, cuja apresentação será distribuída ao longo do texto, o estudo sobre a cooperação e a organização nos assentamentos pressupõe um olhar que se volte às relações sociais num nível microssociológico, de modo a entender os processos sociais vivenciados pelos assentados em sua experiência cotidiana de luta e de construção social da vida nos assentamentos. As teias de interdependência formadas por diferentes vinculações sociais (ELIAS, 1984) e a gênese de grupos sociais a partir de diferentes níveis de sociações (SIMMEL, 1983a; 1983b; 1983c; 2006) têm um papel fundamental para a realização das ocupações e acampamentos, bem como para a vida social nos assentamentos, influenciando nos processos de organização e de cooperação.

No esforço de compreender o que relaciona os homens uns com os outros, tornando-os mutuamente dependentes, Norbert Elias (1984) afirma que o caráter das vinculações entre os

indivíduos tende a ser bastante variado. Dentre a gama de vinculações existentes, há por exemplo aquelas de fundo econômico, que respondem pela interdependência funcional consubstanciada na divisão social do trabalho e em sua especialização, tornando os homens progressivamente mais dependentes uns dos outros. Mas, para Elias, a interdependência entre os homens está para além das vinculações de ordem impessoal existentes nas sociedades modernas: têm também enorme relevo as vinculações emocionais ou afetivas, as quais podem se referir tanto ao nível interpessoal, construídas através de relações face a face, como estarem ligadas a símbolos comuns cujos significados são compartilhados e que conferem sentido de pertencimento a unidades sociais específicas de maior ou menor amplitude.

Seguindo as contribuições de Georg Simmel (1983a; 1983b; 1983c; 2006), pretendo entender quais tipos de interações se dão entre os indivíduos de modo a constituir diferentes gamas de sociações e modos de sociabilidade. Para Simmel, há sociedade sempre que os homens estão em reciprocidade de ações movidas por determinados instintos ou voltadas a determinados fins. Constituem-se unidades permanentes ou passageiras por meio das interações recíprocas, que levam os homens a se encontrar “num estado de convivência com outros homens, com ações a favor deles, em conjunto com eles, contra eles, em correlação de circunstâncias com eles. Numa palavra, que exerça influência sobre eles e por sua vez as receba deles” (SIMMEL, 1989b, p. 60).

A distinção entre o conteúdo ou a matéria das interações e a sua forma é um elemento metodológico central na sociologia de Simmel: a economia, a política, a história e outras disciplinas lidam com as motivações e interesses que levam os homens a se unir. A sociologia das formas sociais proposta por Simmel sugere o estudo dos diferentes tipos e leis de formação de agrupamentos particulares, independentemente dos interesses e fins das sociações.

A sociações existem quando da coexistência isolada dos indivíduos se criam formas determinadas de interação como a cooperação e a colaboração. A sociação é uma forma que viabiliza que os indivíduos constituam uma unidade dentro da qual se realizam seus interesses. É a partir desses interesses tangíveis ou ideais, momentâneos ou duradouros, conscientes ou inconscientes, impulsionados causalmente ou induzidos teleologicamente que se constituem tais unidades sociais (SIMMEL, 1983b). A sociologia, segundo Simmel, deve se voltar ao estudo das modalidades e formas de interação e as sociações delas resultantes. O privilégio conferido ao aspecto formal, entretanto, não significa que se deva ignorar o conteúdo de interesses que existe nas sociações.

Simmel teorizou acerca das relações intra e entre grupos sociais, produzindo uma teoria sociológica sobre o conflito que permite trabalhar em nível microsociológico, servindo à análise ao nível das interações, para além das estruturas sociais. Segundo o autor, nos agrupamentos há forças conservadoras e perturbadoras da coesão. A produção do grupo se dá por meio de diferentes fenômenos sociais, não podendo ser reduzida a uma única fonte (política, religiosa, econômica, parentesco etc.). As ações e reações permutadas entre os indivíduos geram coesão, mas também o conflito pode gerá-la, por exemplo, ao fomentar a unidade contra um elemento externo, ou então ao retesar os vínculos sociais dentro de um grupo, dando relevo à sua unidade, no contexto de um conflito interno – contanto que este conflito não leve à ruptura do grupo, sua manutenção tende a gerar um sentimento mais vivo de unidade e de solidariedade. Esta abordagem permite pensar em como se agregam e desagregam grupos sociais, quais as diferentes vinculações e afiliações que possuem cada

indivíduo, por meio de que tipo de interações de cooperação e conflito se criam, reproduzem e desfazem sociedades.

Entrar no processo de luta pela terra pode trazer mudanças nas trajetórias sociais, cujos deslocamentos anteriores também podem ajudar a explicar porque os agentes sociais tendem a agir de tal ou qual maneira. O conhecimento das trajetórias sociais pode ser útil para explicar certas disposições para o trabalho familiar ou individual em detrimento do trabalho cooperativo, e vice-versa, bem como para se compreender o que leva os indivíduos e escolherem certos parceiros para cooperação e organização e não a outros. Interessa perceber se existe alguma relação ou não entre a participação nos *coletivos* de cooperação propostos pelo MST e a existência de experiências de trabalho agrícola e de vida rural prévias, bem como tentar interpretar quais outros fatores influenciam nessa opção.

Neste sentido pretendo utilizar a noção de trajetória social de Pierre Bourdieu como ferramenta analítica para tentar dar conta dos processos de mudança de posições e da diferenciação interna existente entre famílias e indivíduos assentados. A trajetória social é definida pelo autor como a “série de posições sucessivamente ocupadas por um mesmo agente (ou um grupo) num espaço que é ele próprio um devir, estando sujeito a incessantes transformações” (BOURDIEU, 2007, p. 81).

Na visão do autor, os acontecimentos biográficos se definem como colocações e deslocamentos em meio ao espaço social, que é por essência um espaço relacional, de modo que, para se conhecer as trajetórias, é preciso não apenas tomar como ponto de análise uma biografia como série única e suficiente de acontecimentos sucessivos, sem outro vínculo que não a associação a um sujeito. Para se apreender o sentido dos movimentos que conduzem de uma posição a outra no espaço social, constituindo uma trajetória social, é preciso construir previamente os estados sucessivos do campo no qual ela se desenrolou, logo, o conjunto das relações objetivas que uniram o agente considerado ao conjunto dos outros agentes envolvidos no mesmo campo e confrontados com o mesmo espaço de possibilidades (BOURDIEU, 2007). As trajetórias de agentes sociais⁶ e grupos deverão ser reconstituídas por meio de entrevistas em profundidade, informações obtidas em conversas informais e observação direta, no âmbito do trabalho de campo.

Se a necessidade de organização dos assentados coloca-se como relevante problema social do ponto de vista do MST e daqueles que lutam pela reforma agrária, recebendo por isto bastante atenção no meio acadêmico, é preciso, de maneira distinta, definir questões de pesquisa às quais este trabalho será dedicado. De maneira sintética, a questão inicial da pesquisa poderia ser assim resumida: sob quais condições se organizam e cooperam algumas famílias e indivíduos nos assentamentos selecionados? Por que a maioria dos assentados não coopera e por que não foi viabilizada plenamente a proposta das *Comunas da Terra*?

⁶ Para me referir aos indivíduos ao longo do texto trabalharei também com o conceito de agente social – ou simplesmente agente –, seguindo a formulação de Pierre Bourdieu que rompe com a ideia de um “sujeito” transcendental presente na tradição idealista, o qual possui completa liberdade de agir e capacidade de criação. O conceito de agente social em Bourdieu aponta para o fato de que os homens são condicionados por disposições socialmente construídas e introjetadas por meio de processos de socialização, conformando o que denomina *habitus*. Tais disposições refletem em alguma medida a estrutura social mas comportam capacidades geradoras, o que significa que a prática do agente, sua capacidade de invenção e de improvisação, têm um papel central na construção dos objetos e na transformação das próprias estruturas (BOURDIEU, 2009). O termo atores sociais, comumente empregado nas ciências sociais em sentido aparentemente semelhante, será utilizado apenas quando estiver trabalhando ideias de outros autores que o instrumentalizam.

O intuito desta pesquisa não é observar apenas mais uma experiência de cooperativas ou associações voltadas para a coletivização do trabalho e dos meios de produção propostas pelo MST, tema este já abordado por vários autores de forma bastante sofisticada, como acompanhado através da revisão bibliográfica. Pretendo tentar ver que outros tipos de cooperação são realizados ou não atualmente nos assentamentos *Comunas da Terra*, como se organizam e no que diferem dos modelos das cooperativas “coletivistas” que o MST vinha tentando implantar entre o final dos 80 e meados dos anos 90. Que tipo de formato organizativo é adotado nos assentamentos que se propõe que sejam *Comunas da Terra*? Trata-se de associações, cooperativas, grupos de cooperação informal via mutirões ou via troca de dias?

A hipótese com a qual trabalho é a de que estariam diretamente relacionadas com o desenvolvimento de formas de cooperação e com a construção da organização nos assentamentos elementos relativos às trajetórias sociais dos indivíduos, famílias e grupos e também fatores referentes aos diversos níveis de vinculações sociais e às interações mantidas pelos agentes, que resultam na formação de grupos baseados em diferentes tipos de socições – família, parentesco, religião, vizinhança, amizade, política, economia e a forma lúdica da sociabilidade, como sugerida na feliz formulação de Georg Simmel (2006). Parte da bibliografia revisada indica a importância de se trabalhar com tais elementos em termos teóricos e metodológicos para dar conta do tipo de objeto de pesquisa em questão, como apresentarei ao recuperar o “estado da arte” da bibliografia sobre cooperação em assentamentos rurais.

O que proponho é, por um lado, observar as formas de cooperação voltadas à produção e/ou comercialização, institucionalizadas ou não, que os assentados desenvolvem em suas interações cotidianas relacionadas às atividades agrícolas desempenhadas coletivamente. Por outro lado, pretendo trabalhar também com os assentados que não estão envolvidos em nenhum tipo de cooperação, tentando explicar e compreender os motivos pelos quais realizam tal opção. Unindo essas duas perspectivas, será possível obter parâmetros que permitam o desenvolvimento de uma interpretação sobre os processos de cooperação realizados e sobre a aplicação da proposta das *Comunas da Terra*, à qual se vinculam.

Evidentemente não é possível contemplar as peculiaridades da situação dos assentados sem atentar para as relações que estabelecem com os centros urbanos, uma velha lição legada dos estudos clássicos sobre o campesinato. Isto se torna ainda mais relevante no que tange às experiências das *Comunas da Terra*, que são caracterizadas pela proximidade estreita em relação às metrópoles, o que traz implicações distintas daquelas referentes à situação de assentados em zonas rurais situadas mais ao interior.

Para conhecer a realidade social dos assentados é preciso revelar suas experiências prévias, sua cultura, as práticas que realizam, as relações de poder que vivenciam e os fatores econômicos que condicionam suas vidas, o que supõe a realização de uma pesquisa empírica em que essas múltiplas dimensões sejam articuladas. Reconstituir o percurso que realizaram até chegar à posição atual de assentados, perceber como se comportam no cotidiano em suas relações internas e para com agentes externos ao assentamento, investigar suas representações sociais e suas práticas, observar como se dá formação da renda auferida e quais seus projetos de vida são meios heurísticos que podem trazer luz ao debate sobre as condições específicas em que se dá a implementação da proposta das *Comunas da Terra* e, num nível mais amplo, sobre a própria possibilidade de organização e de cooperação nos assentamentos observados.

As ações e o discurso do MST serão tomados também como objeto de estudo, já que este é um passo necessário para se trabalhar com a proposta e a prática de cooperação e de organização de assentamentos sob o modelo das *Comunas da Terra*. Isto pressupõe tanto a realização de levantamento de fontes e o estudo da bibliografia relacionada às *Comunas*, como também a reconstituição dos processos empíricos ligados à implantação da proposta nos assentamentos pesquisados e o acesso ao ponto de vista de dirigentes e militantes sobre o assunto.

Ao longo do trabalho de campo, os objetivos foram se ampliando e outras questões passaram a ganhar maior relevo, por força da identificação de elementos empíricos que levaram a uma inflexão na construção do problema de pesquisa. Em particular, houve um aprofundamento na investigação do tema da virada do MST para os “urbanos”, no caso da Região Metropolitana de São Paulo, como explicitarei mais adiante.

Inicialmente e de maneira sintética os objetivos que nortearam a pesquisa podem ser formulados da seguinte forma:

- a) Reconstituir os processos de cooperação e de organização existentes entre os assentados nos assentamentos da Região Metropolitana de São Paulo. Explicar e compreender sob quais condições os assentados constituem ou não relações de cooperação e estabelecem algum nível de organização nos assentamentos.
- b) Investigar os significados e sentidos atribuídos à cooperação agrícola e à organização nos assentamentos pelos assentados. Entender como a adesão a processos de cooperação agrícola e de organização planejados pelo MST está ou não ligada a possibilidades de mudança nas condições de vida dos assentados, segundo seu próprio ponto de vista.
- c) Investigar a formulação e a aplicação da proposta das *Comunas da Terra* por parte do MST. Revelar como se articula, na visão do Movimento, a luta por um projeto político próprio com o desafio da reprodução socioeconômica das famílias assentadas, explicando qual o papel da cooperação e da organização nos assentamentos para o MST.
- d) Contextualizar como se constitui a base social dos assentamentos pesquisados. Explicar como se dá a aproximação do MST em relação a segmentos urbanos, no sentido de buscar entre estes a ampliação de sua base social.

Métodos, técnicas, metodologia e apresentação do *locus* de pesquisa

Além da pesquisa bibliográfica, o principal método selecionado foi o trabalho de campo por meio de observação participante, desenvolvido nos assentamentos PA Riacho, no município de Rio das Flores, e PDS Jurema, no município de Jequitibá⁷, por meio do qual foram realizadas entrevistas em profundidade e conversas informais, bem como o exercício da observação direta. A sigla PA significa Projeto de Assentamento, que é a forma usual de destinação de terras para trabalhadores utilizada nos marcos das políticas de assentamentos

⁷ Optei por utilizar nomes fictícios para os assentamentos e os municípios onde se situam, tendo em vista tentar preservar a identidade dos assentados.

rurais, nos quais a terra é em geral fracionada em lotes individuais, podendo ou não serem criadas áreas destinadas ao usufruto coletivo. Já a sigla PDS significa Projeto de Desenvolvimento Sustentável. Trabalharei melhor a diferença entre ambos no capítulo 2, ao tratar da proposta das *Comunas da Terra*. Por ora, cabe indicar que o PDS é um modelo de assentamento federal pensado e implementado inicialmente em regiões onde há práticas tradicionais de usufruto comum dos recursos naturais, as quais pressupõem a existência de áreas de uso coletivo, além dos lotes individuais. Neste tipo de assentamento a preservação ambiental é o elemento central e o uso dos recursos naturais precisa estar submetido a tal imperativo.

Segundo Roberto Cardoso de Oliveira (2000), quando o pesquisador se volta para a investigação de uma situação empírica através do método da observação participante, parte para esta tarefa com o seu olhar e o seu ouvir condicionados pelo treinamento oferecido pelas teorias. Sua percepção, amparada em esquemas conceituais teóricos, é responsável pelos primeiros esforços de construção de um objeto de estudo. Logo, ao exercitar a observação, instantaneamente a ilusão positivista de se conhecer os fatos em si, independentemente de suas manifestações concretas e da subjetividade do pesquisador, desmorona como um castelo de cartas ao toque das mãos.

Utilizarei o termo sujeitos da pesquisa para me referir tanto ao pesquisador quanto aos agentes entrevistados e observados, com os quais houve interação durante o trabalho de campo. Com o método de pesquisa aqui adotado tenta-se romper com a relação sujeito/objeto aplicada aos indivíduos e grupos com os quais o pesquisador trabalha, comum em outras abordagens, sejam de viés positivista ou não. A relação de pesquisa aqui se dá entre o sujeito que conduz a pesquisa e os demais sujeitos que com ela colaboram por livre e espontânea vontade. Epistemologicamente o objeto não se refere a um grupo de pessoas ou a uma localidade, mas a um recorte de fenômenos sociais que interessa ao pesquisador conhecer. Como afirma Clifford Geertz: “O *locus* do estudo não é o objeto do estudo. Os antropólogos não estudam as aldeias (tribos, cidades, vizinhanças...), eles estudam *nas* aldeias” (GEERTZ, 1989, p. 32, *grifo do autor*).

A relação entre o pesquisador e os demais sujeitos da pesquisa representa o conflito entre dois mundos: o do pesquisador, moldado pelos cânones de sua ciência, determinado pelo seu pertencimento a um dado local de origem e a uma cultura, e o dos demais sujeitos da pesquisa, que figura estranho aos olhos daquele. Tal estranhamento deve ter lugar mesmo em se tratando de grupos com os quais supostamente estaríamos mais familiarizados, como segmentos urbanos ou rurais no interior de nossa própria nação, os quais compartilham conosco, em maior ou menor escala, daquilo que podemos denominar como cultural ocidental (OLIVEIRA, 2000). O compartilhamento do mesmo idioma pode constituir-se num “obstáculo epistemológico”, nos termos propostos por Gaston Bachelard (2005), na medida em que o pesquisador pode atribuir significados próprios de sua cultura a significantes que, do ponto de vista dos sujeitos pesquisados, partem de outra matriz de significados.

Ruth Cardoso (1986) aponta para outro cuidado fundamental que se deve manter ao realizar um trabalho de campo deste tipo: a identificação de propósitos políticos entre pesquisador e pesquisado tende a reduzir a pesquisa a um ato de denúncia, transformando o pesquisador numa espécie de porta-voz do grupo. Se o pesquisador se propõe a fazer o tipo de contato proporcionado pela observação participante deve valorizar a observação tanto quanto a participação. A participação condiciona a relação entre o pesquisador e os demais sujeitos da pesquisa, a qual é marcada pelo afeto e pela razão. Mas a observação, a qual pressupõe

contar, descrever e situar os fatos cotidianos e singulares, construindo cadeias de significação, deve dar a medida das coisas.

Na visão de Eunice Durham (1986), a identificação entre o pesquisador e os outros sujeitos da pesquisa é necessária para se apreender “de dentro” as categorias culturais com as quais o grupo articula sua experiência de vida social e ordena as práticas coletivas. O problema está na limitação de se explicar a sociedade apenas através das categorias do discurso alheio. Essa dificuldade decorre de que o conjunto da sociedade na qual o grupo está inserido e o movimento que lhe é próprio não podem ser evidenciados a partir do discurso dos atores sociais apenas, por situarem-se em geral fora de seu horizonte de informação e de sua experiência imediata. Cabe ao pesquisador identificar as forças e processos sociais atuantes, os quais não se explicitam a partir da ótica dos interlocutores do pesquisador, mas que nem por isso deixam de agir. Não basta se contentar com a descrição da forma pela qual os fenômenos se apresentam para os atores sociais: é preciso pesquisar o modo pelo qual estes são produzidos, descolando-se da realidade imediata vivida pelos grupos com os quais se trabalha.

Em pesquisas sobre movimentos sociais, participação política, periferias, dentre outros temas, os cientistas sociais estão cada vez mais envolvidos em investigações que se utilizam de longas entrevistas e convivência ampla e intensa com os atores sociais. O olhar lançado sobre o discurso e as práticas concretas permite descobrir sentidos novos que não estão previstos nas análises que partem de abordagens macroestruturais. O dado empírico é valorizado por meio dessa tendência metodológica, permitindo repensar a noção de determinação e de processos estruturantes, dando margem ao reconhecimento de um espaço para os sujeitos sociais – algo que é negado por concepções economicistas e mecanicistas que transformam os atores sociais em meros objetos e explicam o seu comportamento como ações automatizadas (CARDOSO, 1986).

Marco Antonio Perruso identificou uma mudança na orientação do pensamento social brasileiro à qual chamou de “inflexão fenomenológica”: as abordagens estritamente estruturalistas foram colocadas sob questionamento pela dinâmica da própria realidade social brasileira nos anos 1970/80, com o surgimento de uma miríade de movimentos populares e do chamado “novo sindicalismo”, contrariando concepções deterministas até então predominantes no campo da esquerda e de seus intelectuais (PERRUSO, 2009).

Pesquisadores dedicados a estudar os trabalhadores e os movimentos populares desde os anos 1980 no Brasil vem se voltando para a construção do cotidiano como instrumento de análise, observando as escolhas, vontades e representações próprias dos sujeitos, construindo uma imagem de classe múltipla e diferenciada, que se articula, no entanto, por intermédio do enfrentamento coletivo com um poder que não é único. São diversas as situações de dominação experimentadas em sua especificidade por aqueles que as vivem. Os trabalhadores se expressam em múltiplas dimensões, com suas próprias formas de vida, estratégias de sobrevivência e elaborações de significados sobre seus processos de trabalho. Politicamente se manifestam e se organizam de diferentes formas, não apenas por meio de organizações tradicionais como sindicatos e partidos. Em cada luta dos trabalhadores os pesquisadores tendem a enxergar atores integrais, os quais se fazem sujeitos por meio de suas próprias práticas. Ao voltar-se para o estudo dos trabalhadores como sujeito, confere-se um estatuto a suas práticas sociais e políticas como sendo dotadas de sentido, peso político e significado histórico na dinâmica da sociedade brasileira (PAOLI & SADER, 1986). As identidades se constroem no contexto das lutas e enfrentamentos, inclusive a “classe”, que passa não mais a

ser vista em termos estruturais, mas sim na constituição das próprias lutas coletivas, na experiência vivida pelos atores sociais, sob inspiração da teoria de Edward Palmer Thompson.

Não se pode omitir o fato de que existem divisões estruturais na sociedade que engendram as relações sociais a partir das quais se forja a classe. Thompson, situando-se dentro da tradição marxista, assume o pressuposto básico do materialismo histórico de que as relações sociais determinam a consciência do ser social. Entretanto, acrescenta que essa determinação tem limites, assim como a possibilidade de ação dos homens na história é determinada estruturalmente de maneira limitada, caso contrário não seria possível aos homens modificar as estruturas das relações sociais vigentes, o que os tornaria meros títeres dentro de uma totalidade estrutural que supostamente os manipularia integralmente. Neste sentido, a classe é considerada como uma relação e não uma coisa sociologicamente quantificável, relação esta que pressupõe pessoas e contextos reais nos quais ela se encarna, sempre a partir da existência de classes diferentes que se encontram em certo tipo de relação de oposição. Ademais, a classe é uma categoria histórica, surge como uma formação social e cultural que deriva de processos sociais através do tempo, os quais só podem ser estudados quando operam durante um considerável tempo histórico, durante o qual as pessoas se comportaram de um modo classista (THOMPSON, 1998; 2004).

Pensando especificamente o contexto dos assentamentos rurais, de forma semelhante ao que afirmam Paoli e Sader, Leonilde Medeiros aponta a necessidade de se olhar para o plano microssocial para captar-se a densidade do processo de construção social e os conflitos que neles emergem. Observar o cotidiano dos assentamentos permite perceber as diversas formas de constrangimento que atuam dificultando a utopia de uma “nova sociedade” propostas pelas organizações de representação. Existem conflitos derivados da superposição de distintas hierarquias de poder, bem como da resistência das famílias em aceitar as novas regras colocadas pelo Estado e pelas organizações de representação, que em muitos casos se chocam com as experiências prévias dos trabalhadores (MEDEIROS, 2007).

O processo de convivência com os assentados através da permanência por períodos regulares nos locais de pesquisa pode permitir ter acesso a informações as quais uma breve visita e entrevistas singulares não seriam capazes de captar. A observação direta do cotidiano dos assentados contribui neste sentido, já que aos processos sociais subjazem muitas coisas que não são ditas, mas que podem ser induzidas ou deduzidas a partir da observação direta. É preciso exercitar o ouvir, para acessar as normas e formalizações propostas pelos sujeitos da pesquisa, mas também o olhar, para ver determinadas relações e fenômenos que não se mostram no discurso e que podem se diferenciar em relação ao que é dado como já estabelecido e conhecido.

Uma das abordagens metodológicas utilizada para trabalhar o material empírico consiste na análise das teias de significados tecidas pelos agentes sociais nos contextos observados, seguindo a proposta de Clifford Geertz (1989) de se realizar “interpretações sobre as interpretações” que os próprios sujeitos da pesquisa produzem. Seguindo a formulação de Geertz, trata-se de tentar compreender seu discurso e os sentidos da ação social destes, que podem ser descritas, explicadas e justificadas por motivos ligados a causas racionais, tradicionais ou a sentimentos (WEBER, 1978). Desta forma, procuro desvendar os significados das representações sociais produzidas e utilizadas nos universos empíricos pesquisados, qual o sentido que as ações sociais realizadas pelos indivíduos fazem para eles próprios e quais as motivações que os levam a agir e a pensar de determinada forma.

Como afirma Bourdieu, numa frase que lembra a formulação de Geertz, o “sociólogo não pode ignorar que é próprio do seu ponto de vista ser um ponto de vista sobre um ponto de vista” (BOURDIEU, 1997, p. 713). Por isto é necessário que o pesquisador faça um esforço para conhecer todos os pontos de vista possíveis, reproduzindo os pontos de vista dos sujeitos da pesquisa e situando-os no espaço social. Somente dessa forma poderá “compreender que se estivesse, como se diz, no seu lugar, ele seria e pensaria, sem dúvida, como ele” (BOURDIEU, 1997, p. 713)⁸. No entanto, a objetivação dos fatos não precisa ser marcada pelo distanciamento do discurso frio do narrador, podendo ser realizada por meio do fornecimento de todos os elementos necessários à percepção objetiva da pessoa interrogada.

Ao longo do texto trabalho identificando aquilo que em antropologia se chama de “categorias nativas”, isto é, significantes próprios ao universo simbólico dos indivíduos pertencentes aos segmentos e grupos junto aos quais se desenvolve a pesquisa dotados de significados a serem interpretados pelo pesquisador⁹. Tais categorias figuram não como objetos estáticos cujos significados são imutáveis, mas em diversos contextos e situações sofrem ressignificações operadas pelos próprios agentes. Importa conhecer não apenas os significados mutantes, mas desvelar como se produzem as próprias ressignificações, tentando elencar quais fatores permitem interpretá-las.

Entender como se dão os processos de participação junto ao MST de pessoas comuns que ingressam na luta pela terra e fazem parte da base, da militância ou da direção pressupõe conhecer como pensam e se expressam os próprios, rompendo assim com visões idealizadas, pré-concepções do senso comum ordinário e do senso comum acadêmico e as projeções da autoimagem do movimento produzidas por seus militantes. Não se trata aqui de tomar como sujeitos da análise os conceitos e processos sociais já descritos pela teoria social, realizando investimentos empíricos para conferir conteúdo ao que está sendo dito. Partindo do trabalho de campo como técnica de investigação, a estratégia de construção dos dados adotada inclui ainda a construção das unidades de análise (como referido ao caso dos *acampamentos*, por exemplo, que constituem tanto uma unidade de análise como uma categoria própria ao universo pesquisado, conforme explicarei no capítulo 4) e a incorporação do ponto de vista dos agentes na construção do conhecimento, privilegiando-se a especificidade dos processos sociais (SIGAUD, 1992). O pressuposto subjacente a essa forma de abordagem do social é o de que as representações dos agentes são parte do mundo social tão relevante quanto qualquer outra interação observada pelo pesquisador (GARCIA JR. & GRYNSZPAN, 2002).

Neste sentido, é preciso ouvir e compreender o discurso dos assentados, considerando-se quem são, de onde vêm, a partir de qual lugar social falam e em qual contexto estão expressando suas ideias, opiniões, representações e atitudes. A relação de pesquisa é uma relação social inscrita dentro de dada estrutura social, a qual imprime marcas indeléveis no trabalho, devido principalmente às assimetrias sociais consubstanciadas em situações nas quais “o pesquisador ocupa uma posição superior ao pesquisado na hierarquia das diferentes espécies de capital, especialmente, do capital cultural” (BOURDIEU, 1997, p. 695). Perceber e controlar durante o trabalho de campo os efeitos da estrutura social na qual este se realiza pressupõe um trabalho de reflexão permanente e autocontrole por parte do pesquisador, tendo

⁸ O que não significa que o pesquisador deva assumir o ponto de vista do outro como se fosse o seu, nem muito menos projetar no outro sua própria visão de mundo. Ambos os caminhos desviantes constituem obstáculos epistemológicos significativos ao processo de produção do conhecimento.

⁹ As categorias nativas aparecerão grifadas em *itálico*, podendo ter como referência o universo social dos assentados, acampados, dirigentes ou militantes do MST, mas também eventualmente o dos técnicos estatais.

em vista reduzir ao máximo a violência simbólica que se pode exercer através das entrevistas, conversas informais e observação direta.

A tentativa de trazer à tona o ponto de vista dos agentes como material empírico não significa apenas reproduzir os próprios discursos, como um meio de “dar voz ao outro”¹⁰, mas deve-se também construir cientificamente esse discurso de modo que ele forneça elementos necessários a sua própria explicação. Compreender o que é dito supõe ler nas palavras a estrutura das relações objetivas, presentes e passadas, entre a trajetória do sujeito da fala e a estrutura social na qual se insere, o que faz desse discurso expressão não apenas de uma experiência de vida individual, mas reflexo da estrutura e da história das sociedades nas quais se insere (BOURDIEU, 1997).

Captar as motivações que orientam a conduta dos indivíduos levando-os a se engajar na luta para ser assentado num lote de terras é um esforço que pressupõe a observação do material vivo dos discursos e ações. Seguindo o cuidado metodológico enfatizado por Lygia Sigaud, ao invés de partir da ideia de que os agentes que participam da luta pela terra se encontravam numa situação anterior de precariedade e carências, *a priori* justificando por essa razão a sua participação junto ao MST, optei por perguntar o que levou cada uma das pessoas com quem conversei nos assentamentos a trilhar esse caminho, tentando reconstituir suas redes de relações prévias de modo a perceber conexões que explicassem sua entrada no Movimento.

De fato existem opiniões, motivações e ações que são relatados de forma conveniente, do ponto de vista do assentado, no contexto da entrevista concedida a um estranho vindo de outro estado, que se dirige aos assentamentos com o objetivo de realizar uma pesquisa sobre o tema da cooperação e da organização em assentamentos próximos aos grandes centros urbanos, vinculado a um programa de pós-graduação em nível de doutorado de uma universidade federal no Rio de Janeiro – em linhas gerais, era desta forma que me apresentava. Outras motivações subjazem ao discurso e permanecem relativamente veladas na relação entre entrevistador e entrevistado, o que torna mais difícil perscrutá-las, por mais que se engendre uma relação amistosa e de relativa intimidade entre as partes. Não obstante, dentro dos limites da reconstituição empírica produzida e seguindo certos parâmetros de razoabilidade científica não é impossível deduzir elementos que não são ditos perante o pesquisador, lançando nova luz à “cruzeza” do material obtido em campo.

Para tentar melhor situar os entrevistados, para além da posse de informações prévias sobre alguns deles – as quais havia obtido junto a assentados, técnicos dos órgãos fundiários e militantes do MST –, insisti em conhecer minimamente suas histórias de vida, que foram relatadas de maneira relativamente livre, conforme a autorrepresentação que os agentes têm de si próprios e de acordo com seus próprios critérios de seleção sobre os fatos que desejavam ou não contar. Neste sentido, grande parte do tempo de conversa despendido com os sujeitos da pesquisa foi dedicado ao conhecimento de suas biografias, através da escuta dos relatos das

¹⁰ Contudo, do ponto de vista dos efeitos sociais e políticos gerados na realidade social pela produção das ciências sociais acerca das classes subalternas, dentro da qual este estudo se enquadra, é inegável que a academia e a ciência contribuem para reintroduzir “a voz dos que não tem voz” no espaço público, de certa forma chamando a atenção sobre aspectos dos processos sociais que os detentores do poder econômico e político gostariam que fossem esquecidos. Este trabalho se insere num esforço mais amplo existente na academia voltado à criação e ampliação de espaços institucionais para observação sociológica e registro de discursos e atitudes de camadas desprovidas de recursos materiais e culturais para se fazerem respeitar (GARCIA JR. GRZYNSZPAN, 2002).

narrativas por meio das quais reconstróem oralmente seu passado pessoal e familiar. Enquanto “contavam sua história”, questionava acerca de detalhes e causalidades que não eram expressas num primeiro momento, de modo a tentar minimamente romper com as armadilhas desse tipo de discurso autobiográfico.

Se, por um lado, não cabe considerar os próprios discursos dos agentes como o único critério para se conhecer suas trajetórias sociais, rompendo-se desta forma com a “ilusão biográfica” em que a história de vida do agente é apresentada de forma coerente, linear e unívoca (BOURDIEU, 2002), por outro lado, o que se diz ou se omite e a própria forma como são construídas as narrativas são elementos reveladores sobre o passado, a condição atual em que se situam, a visão de mundo e os projetos de vida dos indivíduos e famílias. Seleccionarei algumas histórias de vida consideradas relevantes do ponto de vista dos temas abordados, considerando a possibilidade de que tragam luz para a interpretação e a explicação de processo sociais delimitados.

Seguindo a metodologia adotada por Sigaud (2000), proponho-me ao longo do texto a tentar reconstituir e relacionar os diferentes pontos de vista, tentando encontrar os significados que têm para os indivíduos sua entrada e a participação na luta organizada pelo MST, os processos de organização e cooperação experienciados nos acampamentos e assentamentos, a aplicação da proposta das *Comunas da Terra*, o papel do trabalho agrícola e o trabalho não-agrícola realizados dentro ou fora dos assentamentos, dentre outros elementos a esses associados. O exame dos fatos a partir de uma perspectiva histórica objetivando reconstituir a gênese dos processos sociais é tomado como pressuposto metodológico no esforço de produzir conhecimento sobre o recorte sociológico aqui delimitado. Neste sentido, a pesquisa se orienta por uma tradição teórica que propõe certo tipo de aliança da sociologia e da antropologia com a história, voltando-se a historiar os processos sociais.

Por fim, existe a preocupação com a possibilidade de se produzir novas sínteses a partir do material empírico analisado. Há uma tendência generalizada nas ciências sociais de produção de pesquisas de caráter exclusivamente descritivo, conforme identifica Florestan Fernandes ao discutir os *Fundamentos empíricos da explicação sociológica* (1967). Como romper essa limitação? Como tentar iluminar questões que estão para além do universo empírico específico?

Selecionei como local de pesquisa assentamentos nos quais se desenvolve a proposta das *Comunas da Terra*, posto esta ser uma proposta de cooperação agrícola e de organização dos assentamentos que está sendo atualmente pensada e em tentativa de implementação, o que abriu a perspectiva de realização de um trabalho empírico no tempo presente. Dentre as experiências das *Comunas da Terra* existentes, selecionei os assentamentos PA Riacho (conhecido pelo MST como assentamento Dom Tomás Balduino), em Rio das Flores, e PDS Jurema (conhecido pelo MST como assentamento Dom Pedro Casaldáliga)¹¹, em Jequitibá, ambos no Estado de São Paulo, como *locus* de observação. Vale ressaltar que os nomes utilizados pelo MST e pelos assentados com referência aos assentamentos são os mesmos dados aos *acampamentos* anteriormente formados, que continuam sendo utilizados pelos militantes do Movimento após a implantação dos assentamentos. Mas o nome atribuído pelos órgãos fundiários é diferente: o assentamento Dom Tomás Balduino chama-se Projeto de Assentamento Riacho, criado e gerido pelo Instituto de Terras do Estado de São Paulo

¹¹ Reproduzirei os nomes atribuídos pelo MST aos assentamentos, considerando que estes não são nomes oficiais e que são importantes marcadores que representam a influência da ala progressista da Igreja Católica junto ao Movimento e, em particular, a sua ramificação que atua na Região Metropolitana de São Paulo.

(ITESP) e o assentamento Dom Pedro Casaldáliga chama-se Projeto de Desenvolvimento Sustentável Jurema, criado e gerido pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). Esses assentamentos foram conquistados por meio de ocupações e acampamentos organizados pelo MST. As duas cidades ficam a aproximadamente 45 km de distância do centro de São Paulo.

Surgido em 2003, o PA Riacho foi criado pelo ITESP sobre área que era de propriedade estadual, onde há capacidade para serem cadastrados com direito a lote 66 famílias ou indivíduos titulados – embora só existam atualmente 64 cadastrados como titulares na lista de beneficiários do INCRA. Possui uma área de 619,20 hectares e situa-se em torno à Penitenciária de Rio das Flores e próximo a um antigo hospital psiquiátrico e a um manicômio judiciário. O PA Riacho foi o primeiro assentamento do tipo *Comuna da Terra* criado em São Paulo – o PDS Sepé Tiarajú, nos municípios de Serrana e Serra Azul (municípios próximos à cidade de Ribeirão Preto) foi o segundo, em 2004. Não há previsão de titulação individual da propriedade da terra para os cadastrados, mas tão somente é concedido um título de concessão de uso temporário, renovável a cada 10 anos, no qual consta o direito a permanência no lote dos cadastrados, seus filhos e demais parentes, garantindo ainda o direito de sucessão. Não obstante, existe a possibilidade de venda das benfeitorias do lote e transferência para outro titular, a pedido, legalmente intermediada pelo ITESP, prevista numa portaria do órgão. Criada em 2004, a Portaria 50 regulamenta o processo de desistência de lotes por parte dos assentados que queiram sair dos assentamentos e a convocação de trabalhadores rurais classificados no cadastro do ITESP para assumi-los. Esse dispositivo prevê eventualmente a venda das benfeitorias instaladas pelo titular anterior, mas nenhum tipo de pagamento pelo valor da terra nua (<<http://www.itesp.sp.gov.br/br/legislacao.aspx>>. Acesso em: 10/05/2013).



Figura 1 – Mapa da Região Metropolitana de São Paulo. Fonte: <<http://meteoropole.com.br/site/wp-content/uploads/2012/07/regiao-metropolitana-sao-paulo.jpg>>.



Figura 2 – Vista aérea da área do PA Riacho, mostrando as principais vias de transporte, os núcleos de moradia e as áreas preservadas. Revela ainda que o assentamento contorna dois pavilhões da Penitenciária Rio das Flores. Fonte: ITESP, 2003.

Inaugurado em 2007, o outro assentamento selecionado é um Projeto de Desenvolvimento Sustentável criado pelo INCRA a partir da compra de uma fazenda com área de aproximadamente 119 hectares, denominada Fazenda Jurema, situada na região de Mangaba, nos limites com o município de Santo Inácio. Do total da área, apenas 20 hectares foram divididos por 30 famílias ou indivíduos cadastrados com direito a lote, ainda não titulados, mas o assentamento tem capacidade para 31 titulares de lote. A maior parte da área, isto é, os quase 90 hectares restantes, se encontra sob júdice e sem possibilidade de uso por parte dos assentados, pois não foi possível adquirir ainda a licença ambiental para o desenvolvimento de trabalho agrícola junto à Prefeitura de Jequitibá e à Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental do Governo do Estado de São Paulo.



Figura 3 – Foto aérea da área do assentamento PDS Jurema, em Jequitibá, mostrando as principais vias de transporte, os núcleos residenciais e a mata preservada. Fonte: <<https://maps.google.com.br/>>. Acesso em: 20/04/2013.

Construção do acesso ao campo e descrição do processo de pesquisa

Ao longo do trabalho de revisão bibliográfica e de escrita do projeto de pesquisa tive a oportunidade de realizar duas rápidas visitas (cada uma de um dia apenas) aos dois assentamentos mencionados. Essas visitas foram realizadas na primeira quinzena de fevereiro de 2011, quando fiz uma primeira tentativa de aproximação em relação ao campo. Nessa viagem tive também a chance de pesquisar no arquivo do MST que está instalado no Centro de Documentação e Memória da Universidade Estadual Paulista (CEDEM/UNESP) e de conhecer militantes e dirigentes do MST em São Paulo. Essa primeira incursão em campo tinha como objetivo verificar se haveria condições de ser bem sucedido em minha inserção junto aos assentados e perceber se existiria de fato algum tipo de processo de cooperação em andamento, ao qual pudesse me dedicar a investigar.

A etapa mais alongada de trabalho de campo viria a ser realizada apenas a partir de agosto de 2011, quando então me alojei por algumas semanas nos assentamentos selecionados para o estudo. Por conta de minha experiência prévia envolvendo o trabalho no INCRA e a pesquisa em assentamentos no Maranhão, a partir dos quais produzi dissertação de mestrado, sabia de antemão que a escolha da residência na qual iria me alojar era um fator determinante em relação às condições de realização da pesquisa. Residindo temporariamente na casa de

uma família é comum que o pesquisador sofra diversos tipos de influência de seus membros, o que exige um permanente esforço de distanciamento, no que tange à produção de conhecimento, conjugado com uma estreita aproximação em termos de vínculos pessoais de amizade. A convivência mais ou menos íntima no cotidiano, a escuta constante de seus relatos, ideias e opiniões tende a “contaminar” o pesquisador com uma visão parcial sobre os fatos pesquisados, enviesando seu olhar e impedindo-o de acessar outros pontos de vista. Além disto, em se tratando de ficar na casa de pessoas ligadas ao MST, isto poderia se constituir inclusive num obstáculo para ter acesso às demais famílias e indivíduos que não mais se vinculam ao Movimento e mantêm disputas internas com as mesmas.

Não fui convidado a me instalar em algum tipo de área de uso comum do assentamento em Jequitibá, mas tão somente nas residências dos casais Leandro e Léa e Renan e Renata, diferentemente do que viria a ocorrer no assentamento em Rio das Flores, onde fui convidado a me instalar no prédio do posto de saúde comunitário, onde funcionava um trabalho pedagógico infantil do MST. Por supor que isto poderia “fechar portas” de acesso a outros assentados, optei por não ficar na casa de Leandro, já que era dirigente da Regional Grande São Paulo do MST e tentava realizar o projeto das *Comunas da Terra* pensado pelo Movimento para o assentamento. Escolhi então ficar na casa de Renata e Renan, que, embora se reconhecessem como militantes, tendo assumido funções relevantes durante a fase dos acampamentos, eram pessoas que atualmente se situavam na base do Movimento, sem terem assumido funções de direção no MST. Decerto isto não eliminou os problemas decorrentes de se residir na casa de pessoas próximas e que atuam no MST, mas, ao menos, contribuiu em parte para minimizar os efeitos, juntamente com o meu esforço constante em relativizar o que eles diziam no cotidiano, contextualizando suas falas e procurando ouvir opiniões contrastantes e que divergissem das suas.

Por outro lado, um aspecto muito positivo desta estadia na casa de Renan e Renata foi a possibilidade que se abriu para conhecer melhor como pensa e se comporta uma família de ex-assalariados rurais que se tornou assentada e viveu na experiência proporcionada pelo MST um enorme giro em sua trajetória, modificando os meios de vida e sua visão de mundo, valores e cultura política. Para além do que era dito por eles, pude observar na prática em seu cotidiano alguns aspectos sobre como era sua vida, quais as estratégias utilizadas para geração de renda e certas contradições existentes entre o que diziam e o que faziam, elementos esses possibilitados pelo fato de dormirmos, acordarmos e fazermos as refeições juntos diariamente, o que proporcionou a oportunidade de uma observação direta intensiva e de muitas conversas informais, além das entrevistas – a despeito do pouco tempo que passei ali residindo.

No INCRA, não consegui encontrar o processo de criação do assentamento em Jequitibá (não constava no sistema e tampouco os servidores sabiam do seu paradeiro), dada a desorganização renitente existente no órgão. Tão somente encontrei o processo onde consta o Projeto de Desenvolvimento do Assentamento (PDA), que trazia poucas e não muito relevantes informações, uma vez que até hoje o assentamento não foi completamente regularizado e as relações de beneficiários dos assentamentos em Jequitibá e Rio das Flores¹².

Em trabalho de campo no órgão fundiário federal tive a oportunidade de entrevistar e conviver um pouco com técnicos terceirizados que prestavam assistência técnica em assentamentos de São Paulo e com uma equipe de assessores na área de cooperativismo e

¹² O assentamento em Jequitibá, embora seja gerido pelo ITESP, foi reconhecido pelo INCRA, que financia a aplicação de alguns créditos junto aos assentados.

associativismo, além do fotógrafo Douglas Mansur, conhecido pelo trabalho realizado junto a movimentos sociais, que estava trabalhando para o órgão fundiário. Pude conhecer melhor por intermédio desses agentes detalhes sobre o modelo de gestão com assistência técnica descentralizada regionalmente e apoio ao cooperativismo e ao associativismo adotado pela Superintendência Regional de São Paulo, unindo pesquisa, aplicação de políticas públicas e avaliação desta.

Em relação ao acesso ao ITESP, responsável pela criação e gestão do assentamento em Rio das Flores, não encontrei acolhimento semelhante ao obtido no INCRA. Por sorte, posteriormente, numa estadia no assentamento em Rio das Flores, conheci um servidor do ITESP muito prestativo que ali trabalhava e me disponibilizou o acesso a estudos e plantas cartográficas do assentamento produzidas pelo órgão. Também conversou informalmente comigo sobre o modo de funcionamento do ITESP, sobre como o órgão recebeu negativamente a proposta de criar um assentamento próximo à capital, sobre a visão negativa dos técnicos em relação ao MST etc. Além disto, consegui conversar com dois técnicos do ITESP que prestam assistência ao assentamento em Rio das Flores: um agrônomo que trabalha na parte agrícola e uma cientista social que trabalha com a assistência social e projetos produtivos em assentamentos no estado de São Paulo. Para encontrá-los pessoalmente tive que visitar a feira organizada pelo ITESP no Parque da Água Branca, no bairro da Barra Funda, na capital São Paulo, a FEPAQ: Feira Paulista de Assentamentos e Quilombos. Nesta feira, durante um fim de semana, eram comercializados produtos vindos de áreas em todo o Estado de São Paulo, incluindo o assentamento em Rio das Flores.

No início da fase mais longa do trabalho de campo, em companhia do técnico de ATES¹³ Matheus Faggin, estive presente no PDS Comuna da Terra Milton Santos¹⁴, em Americana. Ali conheci a experiência da horta comunitária que os assentados mantêm e que lhes permite participar do PAA e gerar alguma renda: cada família possui uma “tira” de terra dentro de uma área maior situada no espaço da chamada “área social” do assentamento, que foi pensada para ser usufruída coletivamente e possui fornecimento de água estável, o qual é compartilhado por todos que trabalham no projeto. Nos lotes onde estão situadas as residências dos assentados o abastecimento de água não é suficiente para a produção agrícola, mas apenas para o consumo doméstico – este é um dos maiores problemas levantados pelos assentados com quem conversei e pelo técnico da ATES, algo que se repete nos assentamentos em Rio das Flores e em Jequitibá.

No momento em que chegávamos ao assentamento, um caminhão vinha buscar a produção dos assentados na horta e estes se dividiam entre os cuidados com a plantação de hortaliças e o carregamento do caminhão. Conversei brevemente com alguns assentados que relataram que, de um universo de 72 cadastrados, somente 19 ou 20 famílias participavam do trabalho na horta comunitária e, mesmo assim, o trabalho em *coletivo*, neste caso, só funcionava, segundo um deles, porque era “forçado”: como não tinha água disponível para

¹³ “O Programa de Assessoria Técnica, Social e Ambiental à Reforma Agrária (Ates), implantado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), tem como premissa aliar o saber tradicional dos assentados aos conhecimentos científicos dos técnicos. Essa união prioriza fazer com que os assentamentos tornem-se unidades de produção mais estruturadas, competitivas e integradas à dinâmica do desenvolvimento municipal e regional, de forma socialmente justa e ambientalmente sustentável” (Fonte: < http://www.incra.gov.br/sr01/index.php?option=com_content&view=category&id=39&layout=blog&Itemid=69 >. Acesso em: 30/04/2013).

¹⁴ Diferentemente dos demais assentamentos que o MST chama de *Comuna da Terra*, neste caso o INCRA também adotou este nome oficialmente.

produzir nos lotes, precisavam trabalhar na área social, onde existia água em quantidade suficiente para o plantio, contando com caixa d'água e bomba.



Figura 4 – No fundo à direita, enquanto um assentado rega as plantas, outro colhe hortaliças da horta comunitária para entrega para a CONAB, por meio do PAA, no Assentamento *Comuna da Terra Milton Santos*, no município de Americana, SP (Fotografia: João Augusto de Andrade Neto, em 26/09/2011).



Figura 5 – Assentados no assentamento PDS *Comuna da Terra Milton Santos*, no município de Americana, SP, reunidos com responsável pelo recolhimento dos alimentos com caminhão, em frente ao barracão de uso comunitário (Fotografia: João Augusto de Andrade Neto, em 26/09/2011).

Explicou ainda Matheus que havia uma tensão na relação entre MST e a ATES do INCRA e que os técnicos contratados pelo INCRA incentivam a criação de organizações nos assentamentos para que os assentados tenham opção de se associar por outras organizações que não as do MST, que cobram uma taxa administrativa considerada pelos técnicos do INCRA e por alguns assentados como abusiva. A cobrança de taxas administrativas é comum a qualquer associação ou cooperativa, pois há uma série de custos que precisam ser sustentados por meio da contribuição dos associados, envolvendo serviços de contabilidade, transporte e suporte técnico, aquisição e aluguel de equipamentos, manutenção da sede e do seu fornecimento de energia elétrica e água, impostos, taxas burocráticas estaduais, serviços postais, de informática e reprografia etc.

No assentamento em Americana, segundo o mesmo técnico, produz-se fundamentalmente para o autoconsumo, mas já se vende também pelo PAA e para compradores visitantes e em feiras em Americana. Afirma que não usar insumos químicos por si só não é produção agroecológica, como propõe o MST, pois esta depende da compreensão do meio onde se vive e de uma intervenção neste que seja sustentável. Tecnologias agroecológicas são mais difíceis de serem apropriadas do que os pacotes prontos para uso contendo agrotóxicos, pois a resposta da aplicação agroecológica demora alguns ciclos para dar resultados e é difícil de ser executada para quem não tem prática agrícola.

Lamentando, explicou que ele e os demais técnicos de campo da ATES atuam como "facilitadores de acesso a políticas públicas" e não como técnicos agrícolas que trabalham diretamente na produção. Não haveria condições materiais para o trabalho da ATES se realizar completamente na prática como idealizado em leis e programas, dada a distância entre os assentamentos sob a alçada de um mesmo técnico, a falta de recursos para compra de equipamentos e insumos para produção, o excesso de carga de trabalhos de caráter administrativo e gerencial etc.

Posteriormente, após conversa com outros técnicos e com os próprios assentados, vim a descobrir que um dos focos da tensão existente entre o MST e o INCRA residia no fato de que os técnicos da ATES e a assessoria do INCRA para cooperativismo e associativismo ajudavam os assentados no processo de criação de suas próprias cooperativas e associações desvinculadas do MST, o que, em alguns casos, fortalecia grupos de assentados que tinham se constituído como dissidências em oposição à coordenação do MST nos assentamentos. A ideia da equipe de assessoria do INCRA era incentivar ao máximo formas de organização dos assentados, independentemente de estas estarem ou não enquadradas no modelo de organização e de cooperação pensado e aplicado pelo MST. Esse trabalho vinha tendo como resultado a criação de diversas associações e cooperativas de assentados em todo o Estado de São Paulo, facilitando o acesso direto dos assentados ao crédito agrícola do PRONAF e ao PAA.

Essa política de incentivo ao cooperativismo e ao associativismo também fez parte do que os técnicos terceirizados chamam de um "choque de gestão" feito na Superintendência Regional do INCRA em São Paulo. Foram contratados mais de 150 técnicos terceirizados, os quais, distribuídos em diversos escritórios regionais ao longo do estado, tem a atribuição de cuidar da assistência técnica aos produtores agrícolas e ao mesmo tempo administrar os trâmites burocráticos relativos às políticas públicas aplicadas pelo INCRA junto aos assentados. Matheus reclamava que os trâmites burocráticos tomavam a maior parte do tempo dos técnicos e o trabalho de campo findava por se reduzir à aplicação de políticas públicas –

fundamentalmente, à execução dos créditos aos quais os assentados têm direito e à fiscalização de sua aplicação.

Ao criar um assentamento, o INCRA fornece diversas modalidades do chamado “crédito instalação”¹⁵: apoio inicial, aquisição de materiais de construção (para construção de residência), fomento e adicional do fomento. Além disto, o INCRA é responsável pela emissão da Declaração de Aptidão ao PRONAF para os assentados, documento que identifica os agricultores habilitados a fazer operações de crédito rural ao amparo do programa (Fonte: <http://www.incra.gov.br/sr01/index.php?view=category&id=301%3Apronaf&option=com_content&Itemid=63>. Acesso em: 01/05/2013).

O trabalho dos técnicos da ATER envolvia também a resolução de conflitos internos entre os assentados e a fiscalização sobre o uso das terras e dos créditos disponibilizados. Passavam grande parte do tempo de seu trabalho prestando contas sobre as atividades feitas trabalho, o que havia piorado com as mudanças trazidas pela nova lei da Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), promulgada em 2010, que na visão de Matheus, teria burocratizado ainda mais o processo de prestação de contas. A empresa terceirizada contratada tinha suas ações monitoradas por meio de um contrato feito com a Fundação Escola de Sociologia Política de São Paulo (FESP) e também foi feito um convênio com a Uniara (Centro Universitário de Araraquara) voltado à pesquisa, ensino e comunicação sobre temas ligados à reforma agrária no estado de São Paulo. A FESP estabeleceu ainda convênio com o INCRA voltado ao tema do cooperativismo e do associativismo, que mantinha a equipe técnica supracitada, voltada a esse trabalho dentro do INCRA. Ações da ATER, monitoramento e pesquisa formavam então o tripé da aplicação das políticas públicas ligadas à reforma agrária na gestão do INCRA em São Paulo.

Em seguida à visita em Americana, me desloquei para o assentamento em Rio das Flores, onde tive uma reunião agendada com representantes da coordenação do assentamento¹⁶: dois dirigentes e um militante assentados. Aproveitei para transformar aquela apresentação numa entrevista, sondando já sobre alguns pontos de interesse no meu trabalho. Expliquei a eles como era o tipo de trabalho de pesquisa que pretendia realizar, o qual pressupunha passar alguns dias residindo no assentamento fazendo conversas, entrevistas e observação do cotidiano do assentados.

Questionei se havia alguma possibilidade de me receberem oferecendo alojamento, no que eles propuseram que eu permanecesse no prédio onde funcionava o posto de saúde e a “ciranda” infantil, uma atividade organizada pelo MST que acolhe as crianças do assentamento durante o período em que não estão na escola para fins recreativos e pedagógicos, oferecendo alimentação e liberando os pais para atividades de trabalho. De imediato aceitei a oferta, posto que, por fazer parte da “área social” do assentamento, estaria eu num espaço relativamente neutro no que tange às disputas internas entre os assentados. Assim estaria menos “contaminado” pela influência dos dirigentes e militantes do MST no

¹⁵ “O Crédito Instalação, concedido desde 1985, consiste no provimento de recursos financeiros, sob a forma de concessão de crédito, aos beneficiários da reforma agrária, visando assegurar aos mesmos os meios necessários para instalação e desenvolvimento inicial e/ou recuperação dos projetos do Programa Nacional de Reforma Agrária” (Fonte: <<http://www.incra.gov.br/index.php/reforma-agraria-2/projetos-e-programas-do-incra/credito-instalacao>>. Acesso em: 02/05/2013).

¹⁶ A coordenação do assentamento é um grupo de assentados ligados ao MST que representa o assentamento no contato com agentes externos e tenta organizá-lo internamente. Não obstante, a maioria dos assentados não reconhecem a sua existência atualmente nos assentamentos em Rio das Flores e em Jequitibá.

que tange à visão que formaria sobre a realidade do assentamento e, ao mesmo tempo, sofreria menos resistência para ser recebido por aqueles que têm desavenças para com os dirigentes do MST.

Além disto, viria a descobrir que o prédio onde fiquei instalado e onde fazia refeições junto com as crianças era um lugar por onde passavam assentados e visitantes, além de contar diariamente com a presença de três assentadas que cuidavam da “ciranda” (uma delas era a dirigente que pertencia à coordenação do assentamento e outra era uma ex-dirigente) e haviam passado por todo o processo de luta realizado para conquistar aquele assentamento. Ao lado da “ciranda” havia ainda um pequeno parque infantil, uma horta e mais adiante uma arena onde eram realizadas *assembleias*. O prédio da “secretaria” do assentamento ficava também ali próximo, mas havia sido queimado há algum tempo atrás, num incêndio que alguns reputam ter sido criminoso.

Não me foi cobrada nenhuma taxa para permanecer na “ciranda” e me alimentar com as três refeições diárias oferecidas para as crianças – o que fazia, em geral, junto com elas –, mas expliquei que havia recebido um recurso para financiar a pesquisa e não tive problemas em contribuir com uma doação para o trabalho realizado pelas responsáveis pela “ciranda”, que, aliás, é mantida apenas por meio de doações da Igreja Católica vindas de apoiadores italianos. Conversei com eles sobre como era delicada a minha posição, já que, em geral, os pesquisadores “levam” muito mais do que “deixam” para as pessoas junto as quais realizam o trabalho de pesquisa, algo que me incomodava bastante, mas via poucas vias para aliviar esse mal-estar. Comprometi-me a retornar posteriormente, levando um exemplar da tese impresso e vários digitalizados, CDs com as fotos digitais que tirei e algumas impressas, de modo a distribuir entre os assentados – compromisso este assumido nos dois assentamentos.

Não raro os próprios assentados e também os técnicos estatais lembravam que o fato de eu estar fazendo a pesquisa junto aos assentados, identificando os problemas existentes e “dando voz” aos mesmos tinha valor por si só e me identificaram como aliado na luta pela reforma agrária. De minha parte, resta sempre a impressão de que por mais que nos dediquemos a nossas pesquisas, as quais nos rendem títulos e abrem possibilidades profissionais, é muito difícil estabelecer uma relação de troca realmente horizontal com os demais sujeitos da pesquisa, dadas as desigualdades socioeconômicas existentes, as diferenças culturais e os limites do modelo científico dominante.

Como afirma Cecília Minayo (1998), o tipo de pesquisa aqui desenvolvida sempre fica prisioneira da divisão social do trabalho existente na sociedade capitalista, na qual o pesquisador, a partir de sua posição institucional de poder, realiza o labor de questionamento dos outros, da sociedade e de si próprio, enquanto o sujeito entrevistado fornece um material que será posteriormente “explorado” pelo pesquisador. De fato a pesquisa é apenas mais uma dentre muitas outras formas de dominação que fazem parte do conjunto de reprodução das desigualdades em torno à divisão social do trabalho no sistema capitalista. É preciso reconhecer este condicionante para poder interpretar as informações e colocá-las dentro das condições nas quais emergem. Não obstante, lembra a autora que, ao nos esforçarmos por compreender as teias de dominação que enredam as relações sociais, podemos perguntar se não haveria brechas para romper com as mesmas. Em qual medida as informações dadas pelos entrevistados, as situações por eles criadas durante a pesquisa e as alianças que neste contexto se estabelecem não refletem a expressão dos interesses dos dominados? A pesquisa envolve a ação dos sujeitos e esta pode não se limitar a atuar apenas no sentido da reprodução do *status quo*.

Com relação à escolha sobre quais os assentamentos em que desenvolveria a pesquisa, a qual já havia sido pré-definida antes de ir a campo, pairou alguma dúvida ao saber que em assentamentos em outras regionais do MST havia experiências de cooperação em desenvolvimento, que poderiam talvez estar mais bem consolidadas do que aquelas que iria observar em Jequitibá e Rio das Flores. O exemplo visto em Americana havia me chamado muito a atenção pela sua atualidade e por ter visto o trabalho com a horta comunitária funcionando pessoalmente logo na primeira visita.

Porém, logo retornei à definição inicial, após a fase seguinte do trabalho de campo em que passei alguns dias visitando o assentamento em Rio das Flores. Quanto mais informações levantava nas conversas informais e entrevistas e quanto mais exercia a observação direta, ia percebendo a existência de uma pluralidade de relações diretas entre os contextos de Rio das Flores e de Jequitibá. Ao invés de pulverizar meu esforço de pesquisa dividindo o trabalho entre assentamentos em diferentes *regionais* do MST, com histórias e contextos distintos, preferi me dedicar a um mergulho mais profundo na realidade dos acampamentos e assentamentos na Regional Grande São Paulo. Assim, decidi em definitivo que iria desenvolver a pesquisa também em Jequitibá, além de Rio das Flores, onde já havia feito um trabalho de campo mais intenso. Além dos períodos em Rio das Flores em setembro e outubro, já mencionados, em novembro passei nove dias em Jequitibá, sem interrupções de qualquer ordem.

Foram feitas entrevistas com dirigentes e militantes do MST no Estado de São Paulo com o objetivo de entender seu discurso e como trabalham com o projeto das *Comunas da Terra* e com o tema da mudança no perfil da base do MST. Ex-militantes do MST e outros personagens que participam ou participaram das experiências da Regional Grande São Paulo do MST, como membros e ex-membros de entidades confessionais e também membros de outras entidades de apoio, por exemplo, foram contatados para a realização de entrevistas – algumas vezes, sem sucesso. Com a maior parte desses sujeitos tive a oportunidade de conviver durante breves momentos de modo informal, para além do momento das entrevistas. Em relação aos apoiadores dos assentamentos, destaca-se a entrevista feita com Cícero do Crato, que dirige o CEEP, que me explicou melhor sobre o funcionamento da Rede de Solidariedade às *Comunas da Terra* da Regional Grande São Paulo do MST. Entre os dirigentes do MST cabe destaque para as entrevistas feitas com Gilmar Mauro e Delwek Matheus. Ainda, tive a oportunidade de passar três dias na companhia de Pedro Christoffoli, ex-dirigente estadual do MST no Paraná e ex-dirigente nacional do setor de cooperação do MST, no município de Laranjeiras do Sul, onde trabalha com cooperativas de assentados e é professor universitário.

Também pude realizar entrevistas com agentes do poder público que conheciam em alguma medida a situação dos assentamentos selecionados. Neste sentido, pessoas como o ex-superintendente do INCRA e seu ex-assessor ofereceram informações da maior relevância para a pesquisa, tanto durante as entrevistas como conversando informalmente comigo, além de alguns técnicos que estavam trabalhando no INCRA e no ITESP na época. Fiz também entrevista com Nivaldo Maia, coordenador da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) em São Paulo e responsável pela gerência do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) no Estado, com o objetivo de conhecer melhor o funcionamento desta política pública.

As entrevistas foram feitas com e sem uso de gravador de áudio, dependendo do contexto em que eram realizadas, de minha avaliação sobre a conveniência e da preferência dos sujeitos da pesquisa. O trabalho de campo nos assentamentos contou com uso de máquina

fotográfica para fins de registro de informações, não apenas em caráter meramente ilustrativo, mas como meio para produção de dados também. Caderno e diário de campo foram utilizados para fins de registro de contextos de pesquisa, diálogos, questionamentos, ideias para exploração na pesquisa, rotinas diárias, planejamentos e outros apontamentos. Ainda, foi realizado o levantamento e análise dos documentos administrativos e judiciais e publicações do Movimento Sem-Terra. A história dos processos sociais observados é reconstituída através dos depoimentos colhidos, mas também do recurso a documentos e estudos a ela relacionados.

Considero que a opção por me concentrar em pesquisar nos assentamentos da Região Metropolitana de São Paulo se mostrou acertada, especialmente ao se considerar as limitações existentes num trabalho de campo feito em um período de tempo extremamente curto, de aproximadamente 55 dias, o que viria a colocar limites à densidade da reconstituição empírica. Ainda, o período do trabalho de campo foi atravessado pela feliz coincidência de que vim a me tornar pai de Nara em 24 de dezembro de 2011. Amigos e parentes já haviam me avisado que, após o nascimento da minha filha, meu tempo seria completamente drenado, assim como todas as minhas energias e atenção. Pois foi exatamente assim que as coisas transcorreram e o período de campo se encerrou no final de novembro de 2011.

A partir de então, me dediquei aos cuidados da família e ao exaustivo trabalho de transcrição, organização e classificação das entrevistas. Como não tinha condições de me dedicar integralmente à transcrição dos textos, trabalho este que exige muito tempo e atenção dedicados, realizei a transcrição de aproximadamente 15% do material gravado por conta própria e contratei serviços de transcritores que cuidaram do restante. Embora tenha recebido uma ajuda muito importante de minha orientadora, que financiou uma parte do gasto com recursos de um edital de pesquisa da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ), tive que desembolsar de maneira independente uma quantidade muito grande de recursos. Selecionei as entrevistas que sabia serem mais relevantes do ponto de vista dos temas a serem trabalhados na tese, totalizando 99 horas, e ainda sobraram 38 horas que não foram transcritas, do total de 137 horas gravadas.

Tendo em vista que o tempo do trabalho de campo foi curto, tentei aproveitar os momentos das entrevistas da melhor forma possível, realizando-as em profundidade, dedicando algo entre uma e duas horas para cada família ou indivíduo entrevistados – num caso limite, fiz uma entrevista de mais de quatro horas. Em alguns casos fiz duas, três ou quatro entrevistas com a mesma pessoa em momentos diferentes e mantive várias conversas informais com os mesmos sujeitos.

Além de enfrentar a dificuldade de transcrever todo esse material e de passar a limpo as anotações presentes em meus quatro cadernos de campo, precisava organizar e classificar todas essas informações que foram digitalizadas. Para isto, procedi ao uso de um *software* denominado *The Ethnograph*¹⁷. Voltado para análise de dados qualitativos, este programa permite que os arquivos de texto sejam importados integralmente e há a possibilidade de marcar partes nos textos com categorias-chave (*keywords*). Posteriormente, gera-se um único arquivo de texto com todos os excertos classificados segundo cada categoria-chave, que no caso eram: coletivos, formação, redes, terra, trabalho agrícola, trabalho não-agrícola, comuna etc.

¹⁷ Para maiores informações, ver o *site* da empresa que o comercializa: <<http://www.qualisresearch.com/>>.

Estando as informações separadas por temas chave da pesquisa o trabalho de escrita tornou-se um pouco menos caótico. Entre arquivos contendo as informações dos cadernos de campo, entrevistas gravadas em áudio transcritas, notas de entrevistas, entrevistas registradas em papel e digitadas posteriormente e registros de conversas informais, inseri exatamente 100 arquivos no *software*, produzindo um volume de informações de alguns milhares de páginas de texto. Por exemplo, somente o arquivo contendo informações sobre cooperação e organização possuía 680 páginas.

Em relação especificamente às entrevistas com assentados, pude entrevistar em Rio das Flores 41 famílias, do total de 64 cadastrados no INCRA e no ITESP como titulares de lotes, o que equivale a quase 70%, mais uma família que estava morando temporariamente acampada e duas outras que eram *agregadas*, ou seja, pessoas que residem no assentamento em um lote que não lhes pertence, contando com a autorização do seu titular. O assentamento é dividido em três setores ou núcleos de moradia. Destas 44 entrevistas, 12 foram com moradores do setor azul (100% do total de moradores do setor), 15 foram com moradores do setor verde (50%, dos 28 cadastrados) e 17 do vermelho (aproximadamente 70%, dos 25 cadastrados no setor).

Em Jequitibá o assentamento ganhou o formato de agrovila e não é dividido em setores. Foram feitas entrevistas com 18 famílias ou indivíduos cadastrados, do total de 30 titulares, totalizando aproximadamente 55%. Somadas os entrevistados de Jequitibá e de Rio das Flores, temos 61 titulares de lotes entrevistados.

Sinteticamente, o trabalho de campo foi realizado nos seguintes períodos:

- primeiro período em São Paulo, de 05 a 17 de fevereiro de 2011;
- viagem para Laranjeiras do Sul para entrevistar Pedro Christoffoli de 14 a 15 de junho;
- segundo período em São Paulo, de 05 de setembro a 05 de outubro;
- intervalo de cinco dias para prestar o exame de qualificação;
- segundo período, de 10 a 21 de outubro;
- terceiro período, de 13 a 30 de novembro.

O total de dias trabalhados em campo nos assentamentos foi de:

- 18 dias de campo em Rio das Flores, realizados em sua maior parte em setembro de 2011 e outubro de 2011;
- 11 dias de campo em Jequitibá, realizados em sua maior parte na segunda quinzena de novembro de 2011;

Além disso, as conversas informais realizadas durante as estadias nos assentamentos e em outras situações fora dos mesmos nas quais se interage com os assentados são imprescindíveis – aliás, isto é válido não apenas para os assentados, mas para todos os demais sujeitos da pesquisa com o qual se estabeleceu convivência durante a fase do campo, como militantes e técnicos estatais. Dificilmente um assentado relataria que é empregado com registro em carteira de trabalho no contexto de uma entrevista, já que há proibição por parte dos órgãos fundiários de que os titulares dos lotes assumam esta condição – especialmente se estiver sendo utilizado o gravador de áudio. Por outro lado, numa conversa informal à beira da casa, após um dia de trabalho, o tom do diálogo é outro, trocam-se experiências pessoais,

compartilham-se anseios e ideias, e, enfim, descobre-se que não apenas o assentado trabalha numa loja de materiais de construção como carregador, como está em vias de ter sua carteira assinada após um mês de experiência e pretende lutar para que o patrão faça o registro, caso contrário optará por procurar outros trabalhos registrados.

Não se trata aqui de trazer a público coisas que os próprios sujeitos da pesquisa prefeririam que permanecessem ocultas, revelando suas identidades e dando margem a possíveis consequências indesejáveis para os mesmos. Muito pelo contrário, a cumplicidade que se estabelece com os sujeitos da pesquisa é grande, após uma convivência relativamente intensa, ainda que não muito longa. Acima de tudo, a responsabilidade e a ética que orientam a produção de conhecimento impelem certos cuidados. Por isso optei por substituir por pseudônimos os nomes das pessoas e, os nomes oficiais dos assentamentos e dos municípios onde ficam. Em relação a alguns pouco personagens, dado o fato de serem figuras públicas mais conhecidas, não faz sentido tentar mascarar suas identidades: refiro-me aqui a dirigentes do MST com projeção estadual ou nacional e também a agentes estatais e à rede de apoiadores do MST.

Outro aspecto ao qual fui direcionado a um aprofundamento após o trabalho de campo foi o tema da presença de segmentos urbanos entre a base do MST, algo que já havia sido apontado pela bibliografia produzida sobre as *Comunas da Terra* e que figurou com ainda maior relevância ao conhecer a história da atuação do MST na Região Metropolitana de São Paulo, a história dos acampamentos e assentamentos ali existentes e as histórias de vida dos assentados. Dentre os assentados que entrevistei estavam um ex-produtor agrícola nordestino, um ex-operário industrial que adotara o trabalho agrícola como meio de vida no assentamento – revivendo uma antiga experiência como agricultor anterior à migração para a cidade –, um casal de ex-arrendatários de terras que antes residiam em área urbana num município do interior do país, ex-moradores de rua soropositivos que se tornaram assentados por meio do trabalho do MST em aliança com uma entidade confessional, dentre diversos outros casos bastante heterogêneos entre si. A descoberta de que a maioria dos assentados tinha como última posição em suas trajetórias antes de se juntar ao MST a passagem pelo meio urbano, onde realizavam trabalhos de caráter urbano, foi fundamental para forçar uma inflexão na pesquisa no sentido de se trabalhar os temas da mudança no público do MST e de como teria ocorrido o trabalho de recrutamento e mobilização de segmentos urbanos para participar das lutas organizadas pelo Movimento na Regional Grande São Paulo.

Decerto o fato de que segmentos urbanos vêm sendo mobilizados pelo MST não é novo e existem vários trabalhos que mencionam a questão¹⁸. Não obstante, até o ponto em que consegui desenvolver o levantamento bibliográfico, uma série de questões não havia sido ainda respondida sobre a gênese deste processo, o que me levou a tentar desenvolver mais o assunto a partir do caso específico da Regional Grande São Paulo. Supunha desde o momento da escrita do projeto de pesquisa que o trabalho com o público “urbano” poderia ter algum tipo de influência tanto na proposta como na prática de organização e cooperação nos assentamentos conquistados pelo MST próximos aos centros urbanos. No entanto, até concluir o trabalho de campo e iniciar a reconstituição empírica por meio da escrita dos capítulos não esperava que o tema da virada para os “urbanos” fosse ocupar tamanho espaço na pesquisa.

¹⁸ Sobre o assunto ver Alentejano (1997), Becker (20003), Buzetto (1999), Goldfarb (2007), Gomes (2005), Iha (2005), Justo (2005) Leite e Medeiros (1999), Macedo (2010), Oliveira (2009), dentre outros.

A tese está dividida em cinco capítulos. No capítulo 1 apresentarei uma discussão sobre as propostas de cooperação produzidas pelo MST, acompanhando a evolução do debate interno ao Movimento, a partir da revisão bibliográfica e também do uso de algumas entrevistas feitas com dirigentes. Nessa parte apresento a teoria e a visão produzida pelo MST sobre suas práticas de organização e cooperação nos assentamentos. Em seguida, ofereço um recenseamento bibliográfico sobre as experiências de organização e cooperação realizadas pelo MST nos assentamentos, a partir da revisão de estudos produzidos no campo das ciências sociais e humanas.

Dando continuidade ao investimento realizado no capítulo anterior, no capítulo 2 trato especificamente do desenvolvimento da proposta das *Comunas da Terra*, situando-o no contexto da evolução do debate sobre cooperação dentro do MST e mostrando suas relações com a proposta das Comunidades de Resistência e Superação delineada por Horacio Martins de Carvalho e retrabalhada por outros ideólogos do MST.

A partir do terceiro capítulo começo a reconstituir os dados empíricos produzidos por meio do trabalho de campo, em diálogo com a bibliografia, reconstituindo a história da luta pela terra organizada pelo MST na Região Metropolitana de São Paulo. Nesta parte revelo como se deu o trabalho de recrutamento de *pessoas em situação de rua* e de gente da periferia urbana feito pelos antigos membros da entidade assistencial Fraternidade Povo da Rua, ligada à Igreja Católica. A ideia é demonstrar como os membros da Fraternidade Povo da Rua, religiosos em sua maioria, passaram a participar de ações de luta por terras organizadas pelo MST, findando por se integrar a sua estrutura e consolidando a atuação do MST na capital.

O quarto capítulo é dedicado a uma discussão sobre os acampamentos, tratados ora como unidade espacial, ora como unidade social, sob inspiração da teoria de Georg Simmel, e às dinâmicas ligadas à sua constituição. Apresento uma reconstituição dos processos de luta protagonizados pelos membros da Regional Grande São Paulo do MST através de sucessivas ocupações de terras, dando relevo à rede de apoiadores que ofereceu sustentação a suas ações, aos mecanismos utilizados para mobilizar pessoas e aos processos de *formação* pelos quais os acampados passaram. Particular atenção é dada ao estudo dos processos de recrutamento de pessoas em áreas urbanas para participar da luta organizada pelo MST, demonstrando alguns tipos de vinculações sociais que servem de base para que as pessoas se juntem às ocupações. Além disto, interessa pôr em relevo as transformações pelas quais passam os agentes ao se agregar ao MST e viver experiências de lutas sociais, transformando sua cultura política, suas condições de vida, sociabilidades e redes de relações.

O capítulo 5 é dedicado aos processos de cooperação realizados pelo MST junto a acampados e assentados nas duas áreas onde a pesquisa foi realizada, nos municípios de Jequitibá e Rio das Flores e à tentativa de aplicação ali da proposta das *Comunas da Terra*. Historiando tais experiências, tento compreender e explicar as razões pelas quais os agentes se engajam ou deixam de se engajar em *coletivos* voltados à cooperação (em geral para fins produtivos) e como interpretam a ideia das *Comunas da Terra*. Para além da visão do MST sobre a cooperação, trata-se de revelar o que pensam os assentados sobre o assunto, como avaliam suas experiências pessoais de participação em processos cooperativos e como entendem e receberam a proposta de organização das *Comunas da Terra* apresentada pelo Movimento. Ainda no mesmo capítulo abordo o tema do trabalho que é realizado fora dos assentamentos pelos assentados, tentando compreender suas estratégias de reprodução social. Por fim, teço algumas considerações finais recuperando parte das principais questões trabalhadas na pesquisa.

CAPÍTULO I

A CONCEPÇÃO DE ORGANIZAÇÃO E COOPERAÇÃO DO MST PARA OS ASSENTAMENTOS NA TEORIA E NA PRÁTICA

1.1 Organização em assentamentos rurais

Conforme Leite & Medeiros (2004), o termo “assentamento rural” foi criado no âmbito das políticas públicas para nomear um tipo específico de intervenção fundiária, unificando em si uma diversidade de diferentes ações de obtenção de terras e alocação de famílias nelas, como compra, desapropriações de imóveis rurais ou utilização de terras públicas – encobrendo esta diversidade em muitos casos. Temos uma pluralidade de casos distintos de regularização de posses, fixação de trabalhadores sob ameaça de expulsão, reassentamento de grupos de “atingidos por barragens”, reconhecimento de populações com formas tradicionais de uso dos recursos naturais, entre outros. Em geral, trata-se de ações oficiais pontuais e sem planejamento prévio, em resposta à dinâmica das ações coletivas e à eclosão de tensões sociais.

Segundo Medeiros (2007), a existência dos assentamentos colocou para o MST desde cedo o problema sobre a organização dos assentados após a obtenção da terra. Foram feitas tentativas de organizar as famílias com base em formas cooperativas e não competitivas. Na ótica do MST, os assentamentos deveriam servir como espaços de produção de “novos homens” e como demonstração de que a reforma agrária pode ser solução viável para vários problemas na sociedade, servindo ainda como vitrines de seus projetos econômico e político. No final dos anos 1980 já se faziam as primeiras experiências neste sentido nos assentamentos controlados pelo Movimento, com a implantação de cooperativas baseadas na coletivização da produção. Parte da proposta incluía a obtenção de facilidades no acesso a crédito e na adoção de tecnologias modernas, as quais somente eram viáveis para produção em ampla escala. Houve grande resistência dos assentados a essas propostas, por conta de tensões e conflitos internos entre o projeto de coletivização de terras do MST e os projetos de futuro das famílias de assentados.

Releve-se o fato de que as famílias que por intermédio da ação dos militantes do MST se mobilizam para lutar realizando ocupações e acampamentos provêm de origens e experiências distintas e isto tende a criar algumas dificuldades no momento em que são assentadas em definitivo. A criação de uma “comunidade”, na medida em que isto ocorra, se dá a partir de bases frágeis. Ainda que para viver nos acampamentos partam pessoas em pequenos grupos com vínculos sociais de compadrio, amizade e parentesco, os diferentes grupos e também os indivíduos atomizados que entram nos acampamentos precisam criar vínculos durante a ocupação das terras e a vivência nos acampamentos para que haja maior coesão social.

O estudo coordenado por Beatriz Heredia *et al.* (2004) sobre o significado da implantação dos assentamentos rurais para as regiões em que se localizam e os processos de

mudança que nelas provocam é reconhecido como uma das maiores pesquisas sobre o assunto, dada sua amplitude e o grau de investimento feito pela equipe. A pesquisa tomou como foco algumas regiões do país com alta concentração de projetos de assentamento e alta densidade de famílias assentadas por unidade territorial, denominadas de “manchas”, pressupondo que tal concentração é efeito das lutas sociais e de que a proximidade dos projetos entre si potencializa seus efeitos. Na parte relativa à organização interna dos assentamentos, os autores ressaltam o fato de que esta parece seguir certo padrão preexistente entre os agricultores familiares na região em que se insere, o que não impede o aparecimento de inovações. Na maior parte das unidades abarcadas na investigação as casas se localizam nos próprios lotes, havendo agrovilas¹⁹ em menos de um quarto dos assentamentos estudados.

Conforme esse estudo, as associações de assentados estão presentes em 96% dos assentamentos pesquisados, de um total de 92 projetos totalizando uma área de 536.235,2 hectares situados em 39 municípios. Constituem a forma predominante de organização representativa dos assentados e na prática devem existir em todos os assentamentos, uma vez que são um meio para formalização de contatos com organismos estatais e outras agências. Pode-se acrescentar ainda a função de administração de recursos destinados ao conjunto das famílias e indivíduos num assentamento, uma vez que a existência da associação costuma ser pré-requisito para a liberação de crédito pelo INCRA e outros órgãos do poder público. Dotadas de estatuto jurídico próprio, as associações representam a personalidade jurídica coletiva dos assentados. Em alguns casos assumem também a função de facilitar a comercialização dos produtos do assentamento e realizam projetos de implantação de infraestrutura em parceria com agências dos níveis municipal, estadual e federal e com organizações da sociedade civil.

Leite & Medeiros (1999), na primeira etapa do estudo “Os impactos regionais dos assentamentos rurais: dimensões econômicas, políticas e sociais”, identificaram a emergência nos assentamentos de um perfil de agricultura de caráter predominantemente familiar, não obstante ancorado em formas associativas, muitas das quais articuladas em pequenos grupos conectados entre si por identidades de local de origem e até por vinculação política, em que a fidelidade e o pertencimento ou não a movimentos assumem destaque²⁰. Os autores identificam como algumas das potencialidades dos assentamentos a possibilidade de novos arranjos nas formas de divisão do trabalho e na apropriação de nichos específicos no mercado na forma de novos produtos. Mais do que isto, os autores contribuem para desfazer a imagem produtivista dos projetos de reforma agrária, apontando a existência de diferentes estratégias utilizadas pelos assentados para se reproduzirem e melhorarem suas condições de vida, as quais não se reduzem à produção agrícola – ainda que esta continue sendo a principal função de fato exercida pelos assentamentos, tanto a partir dos lotes como das áreas coletivas de trabalho.

¹⁹ A agrovila é uma espécie de núcleo de moradias agregando as residências dos assentados bem próximas umas às outras, de modo a facilitar a chegada de infraestrutura como luz elétrica, posto de saúde, escola, saneamento básico, água encanada etc., além de teoricamente aproximar as famílias socialmente, permitindo maior interação cotidiana por meio da sociabilidade da vizinhança. Existem muitos assentados que não concordam com a adoção desse modelo de moradias por considerarem que a separação das casas em relação ao lotes torna mais penoso o trabalho, por conta dos deslocamentos, reclamando ainda também de conflitos envolvendo as criações feitas nos quintais das residências.

²⁰ Outros autores indicam o fato de que, em geral, as experiências de cooperativas com coletivização dos meios de produção – uma das formas associativas existentes nos assentamentos – funcionam melhor entre pessoas que estão mais envolvidas com as atividades e o ideário do MST, por diferentes razões (ver BRENNEISEN, 2004; CAZELLA, 1992; SCOPINHO, 2007).

Na última etapa do projeto “Os impactos regionais dos assentamentos rurais: dimensões econômicas, políticas e sociais” se constatou que a criação de cooperativas nos assentamentos gera uma quantidade significativa de oportunidades de trabalho não-agrícolas, em funções de beneficiamento e comercialização da produção, cargos administrativos, motoristas, seguranças, dentre outros (LEITE & MEDEIROS, 2004).

Nesse mesmo projeto foram criados grupos de pesquisa em diferentes regiões do Brasil que desenvolveram estudos em alguns estados selecionados. Uma referência relevante do ponto de vista da presente pesquisa está numa nota em que os autores indicam a existência de vasta literatura sobre as contradições envolvendo o trabalho coletivo nos assentamentos rurais, “que converge, em geral, para a conclusão de que este tende a se desenvolver nos períodos de acampamento (quando estes existem) e de implantação do assentamento, para depois passar por fortes crises que deixam marcas profundas nos assentados” (ALENTEJANO *et al.*, 2004, p. 184). O que remete à importância de se compreender os aspectos da sociabilidade, os quais parecem ser tão ou mais importantes do que aqueles estritamente econômicos, já que os assentamentos “constituem novos espaços de relações sociais que vão sendo construídas em bases diferentes e focadas numa perspectiva totalmente distinta daquela que marcou as suas vidas, qual seja, de sujeitos de direitos.” (ALVES *et al.*, 2004, p. 263).

O argumento desenvolvido por Ricardo Abramovay, em meio a um debate no seminário “A problemática dos Assentamentos Rurais: uma perspectiva multidisciplinar”, realizado no Rio de Janeiro, em novembro de 1992, caminha em semelhante direção:

Gostaria de comentar a seguinte afirmação do professor Zamberlam. “A organização dos acampamentos não parece ser uma base para a organização dos assentamentos”. Isso me parece de uma importância crucial. Por quê? Porque nessa frase há uma utopia que desaba: é a utopia de que o mundo da produção material, o mundo das relações econômicas que se implanta com o assentamento é uma espécie de continuidade, de reprodução do mundo encantado da luta que se estabelecia no momento da ocupação da terra. Os movimentos sociais, de certa forma, dessa perspectiva, tentam permanecer no mundo encantado da luta por uma utopia, no mundo da igualdade etc. E o que nós estamos vivendo e o que se vive na realidade dos assentamentos se implanta, estabelecendo-se o *desencantamento do mundo*, a realidade da sociedade capitalista, onde você tem mercado, dinheiro, desigualdade, despersonalização das relações econômicas e assim por diante. E, sobretudo, trata-se de um mundo que tende a reduzir o peso da esfera comunitária local (ABRAMOVAY, 1994, p. 316, *grifo do autor*).

Durante a fase do acampamento há forte união entre as famílias dado o contexto de luta, que os impele a agir conjuntamente durante a maior parte do tempo. Se a organização dos acampados não funciona, a possibilidade de conquistarem a terra pode ser perdida: são necessidades objetivas que forjam um certo “comunitarismo” nos acampamentos. Além disto, a unidade dos acampados é requerida para enfrentar os antagonistas que advogam a propriedade e a posse da terra, em geral favorecidos por parte das instituições e agentes públicos e dotados de poder econômico maior do que o coletivo mobilizado. Uma vez que o assentamento tenha sido criado, a organização existente no momento anterior se perpetua inicialmente de maneira fugaz, ainda sob efeito da politização da luta, vindo em seguir a se enfraquecer. Sucede-se a segmentação de pequenos grupos no interior do assentamento, vinculados por fatores sociais, econômicos, políticos, culturais, étnicos e de sociabilidades

diversas, em muitos casos já configurados ou pré-configurados desde o período do acampamento, em outros, criados nos novos contextos do assentamento. Essa divisão de grupos dentro do assentamento pode resultar na irrupção de conflitos internos ou dela ser resultado, desfavorecendo as possibilidades de organização do conjunto dos assentados num dado assentamento.

São bastante conhecidas as várias dificuldades para se estabelecer a organização nos assentamentos e os estudos citados ao longo do texto o demonstrarão de maneira nítida. Metodologicamente, entendo que um caminho possível para vislumbrar as condições de possibilidade de criação de organização na realidade social dos assentamentos é não partir da suposição de que existam formas de organização previamente dadas nestes espaços, reificando noções como comunidade, associação, cooperativa ou coletivo. De outra maneira, trata-se de tentar perceber no nível das interações as manifestações de cooperação e as ligações existentes entre os indivíduos, as quais podem ou não vir a permitir a construção de quaisquer tipos de organização. Trabalhar a dimensão conflituosa inerente a todo tipo de relações sociais é uma tarefa necessária para dar conta das possibilidades de organização e de cooperação, permitindo vislumbrar a produção de coesões e de cisões dentro de um assentamento.

Como ponto de partida para trabalhar o tema, traçarei um panorama histórico das propostas de organização e cooperação do MST voltadas para os assentamentos a partir do levantamento e interpretação de fontes produzidas pelo próprio Movimento. Além disto, a revisão de algumas experiências de pesquisa feitas por cientistas sociais em assentamentos poderá trazer elementos para compreender melhor as questões que cercam as dificuldades organizativas dos assentamentos, através do eixo central da cooperação.

1.2 Antecedentes históricos da cooperação agrícola no MST

Em meados dos anos 1980, no contexto das lutas sociais e políticas pela distensão da ditadura militar, o MST surge das experiências de luta então vivenciadas pelos trabalhadores rurais. Em realidade, tais ações já vinham se realizando desde 1979 no Sul do país, sendo a data não-oficial de nascimento do MST o dia 07 de setembro deste ano, quando então a luta dos colonos expulsos da reserva indígena de Nonoai, no Rio Grande do Sul, orientou-se para a construção de um acampamento nas fazendas Macali e Brilhante, no município de Sarandi, objetivando sua desapropriação²¹. Uma parte dos colonos expulsos de Nonoai que não aceitaram a opção oferecida pelo Governo Federal para resolução do conflito – saída esta que passava pelo seu deslocamento para o Mato Grosso, onde viriam a ser instalados num projeto de colonização. Quando se dirigiram para ocupar as glebas Macali e Brilhante dentro da grande área da Fazenda Sarandi, a imprensa local os identificou como “os sem-terra” que haviam voltado, em referência à memória do MASTER, o Movimento dos Agricultores Sem Terra (STÉDILE, 1997).

Após as ocupações nas fazendas Macali e Brilhante mais gente se juntou ao movimento e foi feita uma ocupação na fazenda Anoni, também no município de Sarandi.

²¹ Um antecedente histórico importante foi a organização do MASTER (Movimentos dos Agricultores Sem Terra), que sob a orientação do governador do Rio Grande do Sul Leonel Brizola, no início dos anos 60, ocupou o complexo de glebas da Fazenda Sarandi, onde foi criado um assentamento.

Despejados da área, criaram um acampamento na área denominada Encruzilhada Natalino, na fronteira entre os municípios de Ronda Alta e Sarandi, também no RS, onde receberam gente vinda de diversos municípios do nordeste e noroeste do Rio Grande do Sul, juntando 2.500 famílias para ocupar novamente a fazenda Anoni (FERNANDES, 1994).

No Estado do Paraná esse tipo de ações se organizava também a partir de outros movimentos que viriam a fundar o MST tais como o MASTRO (Movimento dos Agricultores Sem Terra do Oeste) e o MASTES (Movimento dos Agricultores Sem Terra do Sudeste). Em São Paulo surgiu o Movimento dos Sem Terra do Oeste do Estado de São Paulo e o Movimento dos Sem Terra de Sumaré e em outros estados experiências semelhantes de lutas por terras se desenrolavam. O surgimento oficial do MST ocorreu no Primeiro Encontro Nacional dos Sem-Terra realizado no município de Cascavel, no Paraná, em 1984, aglutinando representantes de mais de uma dezena de estados (FERNANDES, 1994).

Desde então, muitos assentamentos foram criados em todo o Brasil, predominantemente em resposta às mobilizações realizadas pelo MST. Entre 1979 e 1984, já tendo conquistado os primeiros assentamentos por meio de ocupações de terras, não havia discussão sobre a produção dentro do MST, senão em termos marginais, e cada assentado buscava resolver seus problemas e levar sua vida adiante de maneira independente, trabalhando em seu lote a partir da força de trabalho familiar, voltando-se sua produção basicamente para o autoconsumo e venda de alguns excedentes. Na visão do MST, neste caso, o assentado se torna um pequeno proprietário que não pensa na “luta mais ampla”, se limitando à “luta pela terra” e não participando mais da “luta pela reforma agrária”, que diz respeito aos camponeses e à classe trabalhadora como um todo. Embora houvesse algum nível de cooperação, esta se dava sem um planejamento consistente, calcada em geral em práticas de base familiar da tradição rural brasileira como o mutirão e a troca de dias de serviço²², ou, noutros casos, incentivada por apoiadores de fora como membros da Igreja ou militantes, que ajudaram a criar os primeiros grupos comunitários ou associações informais (MST, 1997).

O mutirão e a troca de dias de serviço correspondem a duas formas de atividades coletivas solidárias existentes na cultura rural brasileira de caráter econômico e social, que historicamente tenderam à desagregação ante o processo de modernização e a progressiva penetração da lógica contratual e mercantil em detrimento do valor da reciprocidade, típico de grupos que dão suporte à tradição. Baseadas em relações de amizade, parentesco e compadrio podem se revestir de um caráter pessoal, como no caso da troca de dias, em que uma pessoa ajuda a outra no trabalho em sua terra e depois esta devolve o favor da mesma forma. Ainda, podem se revestir de um caráter grupal ou coletivo, envolvendo a maioria das pessoas que formam uma dada vizinhança, como no caso do mutirão, em que se reúnem os moradores de uma localidade tendo em vista ajudar uma pessoa ou família realizando uma tarefa que se fosse ser feita individualmente ou apenas com a força de trabalho da família sobre cuja terra será desenvolvida se tornaria muito penosa e demorada. Em ambos os casos, trata-se de formas de cooperação tradicionais assentada na família como unidade básica de produção e de vida, que potencializam o uso da força de trabalho e tornam mais eficiente o esforço despendido, economizando tempo e recursos e fortalecendo laços sociais (CALDEIRA, 1956).

²² No caso da troca de dias uma pessoa ajuda a outra no trabalho em sua terra e depois esta devolve o favor da mesma forma. Já no mutirão se reúnem os moradores de uma localidade tendo em vista ajudar uma pessoa ou família realizando uma tarefa determinada.

Nos anos 80 e 90 a forma de se organizar os assentamentos utilizada pelo MST foi principalmente o incentivo à realização da cooperação agrícola por meio do trabalho coletivo. Na visão do MST, as vantagens econômicas do trabalho em conjunto estariam na possibilidade de adquirir máquinas em comum, de aumentar a área cultivada, de plantar na época mais adequada, de aproveitar melhor o solo, de obter maior rendimento do trabalho, de diversificar as culturas, de aperfeiçoar as técnicas de cultivo, de obter assistência técnica de agrônomos mais facilmente, de dividir os prejuízos causados por pragas e intempéries, de barganhar melhores preços no mercado, de substituir no trabalho algum membro da família que adoça, de especialização dos trabalhadores em determinadas tarefas etc. (MST, 1986a; 1986c).

Antes das experiências de cooperação realizadas pelo MST já havia iniciativas semelhantes como, por exemplo, o condomínio Marubaí, no Estado do Rio de Janeiro, experiência de assentamento coletivo criado por técnicos do INCRA no município de Cachoeiras de Macacu na década de 1970. A proposta incluía o uso coletivo da terra e logo foi abandonada pelos participantes e se assumiu o modelo tradicional de assentamento, no qual cada família explora seu lote individualmente²³.

Num momento anterior à entrada do tema da organização dos assentamentos na pauta de discussões do MST a implantação da cooperação e da coletivização junto às classes populares rurais foi impulsionada também pela Igreja Católica por meio da ação realizada por religiosos e leigos que compunham equipes missionárias nos anos 1980. Tratava-se então de experiências de organização comunitária da produção ou de uso da terra e dos instrumentos agrícolas em comum, desenvolvidas pela chamada “Igreja Popular”. Esta era constituída por setores considerados “progressistas” – em oposição aos setores politicamente conservadores – da Igreja Católica, que norteavam a ação missionária pelas teses do documento publicado pelo Episcopado brasileiro em 1980 intitulado “Igreja e Problemas da Terra”, o qual apoiava as diferentes formas grupais e comunitárias que segmentos da população rural brasileira punham em prática (ESTERCI, 1984).

Segundo Neide Esterci, que trabalhou como assessora do Centro Ecumênico de Documentação e Informação (CEDI) e desenvolveu estudos sobre o assunto, houve várias experiências organizadas por alguns padres e bispos no país relacionadas às chamadas “roças comunitárias”, que se baseavam na posse comunal da terra e no trabalho coletivo. Em muitos casos, a viabilidade da posse comunal estava subordinada à possibilidade de manutenção da roça familiar, pois esta era o lugar onde se realizava a autonomia do grupo doméstico, um valor central para os camponeses. A roça aparece ligada à casa camponesa formando uma unidade de produção e consumo indivisível, o que contraria pretensões de coletivização de terras que impliquem na perda do lote individual como patrimônio familiar. Em relação ao trabalho coletivo, semelhante condição se impõe: sua efetivação depende da não-contradição com a realização do trabalho familiar e com outras iniciativas que visam ao atendimento de necessidades da família que não são supridas pela participação na roça comum (ESTERCI, 1984).

Em realidade, mesmo antes de todas essas experiências mencionadas, sistemas de ajuda mútua, mutirões, trocas de dias de serviço e outras formas cooperativas de trabalho já eram práticas comuns no meio rural brasileiro. Há também o caso das terras de uso comum

²³ Fonte: Conversas informais com servidores da Superintendência Regional do INCRA no Rio de Janeiro, entre fevereiro e maio de 2013.

como os faxinais, fundos de pasto, algumas comunidades indígenas e quilombolas, dentre outras situações, nas quais práticas coletivas são reafirmadas por meio da tradição e dos costumes. A Igreja teria sistematizado e estimulado esses arranjos locais, exaltando os valores fraternos e solidários que marcam tais práticas presentes na cultura de segmentos populares rurais brasileiros.

A origem do MST está intimamente relacionada à ação da Comissão Pastoral da Terra²⁴, cujos agentes atuavam tanto junto aos processos de luta por terras como na assessoria aos assentamentos. Utilizando o lema “terra de Deus, terra do irmão”, os agentes pastorais incentivavam que a produção e o consumo fossem feitos de forma coletiva nas terras conquistadas por meio da luta (Fonte: Entrevista realizada com Delwek Matheus em 06/02/11, no município de Presidente Prudente, São Paulo). Além da influência deste viés moral da proposta de trabalho coletivo da Igreja Católica, as primeiras experiências de acampamentos também impunham algum nível de cooperação para os seus participantes, dadas as dificuldades de sobrevivência colocadas, levando-os a trabalhar em coletivo formas de autossustentação.

Com a consolidação do MST como organização autônoma e de caráter leninista houve sua progressiva diferenciação em relação aos demais mediadores e representantes presentes no campo das lutas agrárias, em especial ao sindicalismo rural e a Igreja²⁵. Distinguindo-se do projeto de exaltação aos valores morais dos camponeses, conforme era a proposta da Igreja, o MST passou a tentar implementar formas mais racionais – e menos fundamentadas na fé e em valores religiosos – de cooperação e coletivização baseadas nas teorias e experiências históricas socialistas. Entra em jogo uma outra fonte de inspiração política, fruto da aproximação do MST com a esquerda socialista em meados dos anos 1980, ainda que mantendo seus vínculos com a esquerda católica²⁶. O seguinte trecho do documento “Construindo o Caminho”, publicado pelo MST em 1986, evidencia essa mudança nos parâmetros de orientação do Movimento:

Porque defendemos isso? Só porque [está] escrito no Evangelho que precisamos viver fraternalmente. Não só por isso! Nós defendemos que é importante que os companheiros trabalhem em conjunto a terra, por diversas razões, que vamos apresentar como vantagens. Além das vantagens individuais que isso representa para as famílias dos agricultores que se integrarem, nós temos certeza de que a organização do trabalho em conjunto da cooperação agrícola nas suas diversas formas, é a única maneira de nós irmos de fato mudando a sociedade e um dia construirmos o socialismo na agricultura brasileira (MST, 1986b, p. 190, grifo nosso).

²⁴ “A Comissão Pastoral da Terra (CPT) nasceu em junho de 1975, durante o Encontro de Pastoral da Amazônia, convocado pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), e realizado em Goiânia (GO). Inicialmente a CPT desenvolveu junto aos trabalhadores e trabalhadoras da terra um serviço pastoral. [...] a CPT é também uma entidade de defesa dos Direitos Humanos ou uma Pastoral dos direitos dos trabalhadores e trabalhadoras da terra” (Fonte: <<http://www.cptnacional.org.br/index.php/quem-somos/-historico#sthash.vz5AEzpa.dpuf>>. Acesso em: 28/08/2013).

²⁵ Navarro (1995) sugere que a adesão ao leninismo por parte da direção do MST a partir de 1986 teria sido responsável por uma tentativa de “ideologização da produção”, em que se propôs a constituição de cooperativas completamente coletivizadas, o que autor pejorativamente percebe como sintoma de “mistificação ideológica”.

²⁶ Débora Lerrer sintetiza de maneira cristalina a relação entre MST e CPT: “Embora embebido na tradição marxista, o MST tem sua origem mais direta no trabalho pastoral de Igrejas cristãs, mais especificamente, da CPT, fundada uma década antes de seu surgimento em 1975” (LERRER, 2012, p. 469).

Pedro Christoffoli, que participou ativamente da discussão e prática sobre a cooperação dentro do MST, em sua dissertação de mestrado sobre o assunto caracteriza o panorama do tema da cooperação dentro do MST num primeiro período:

Período 1984/1989: Com o aumento do número de assentamentos, a questão da produção começa a ser mais debatida no movimento. A produção de subsistência não assegura o desenvolvimento econômico das famílias assentadas. A cooperação se organiza em duas direções: através de pequenos grupos e associações de trabalho coletivo (máximo de 10 famílias cada), *os quais se orientavam com base em princípios comunitário-religiosos (construir uma comunidade de irmãos)*, mais do que observando os princípios econômicos de funcionamento; e através da formação de grandes associações para comercialização dos produtos dos assentamentos [...] (CHRISTOFOLLI, 2000, p. 15, *grifo nosso*).

A partir das experiências embrionárias de cooperação em assentamentos no Paraná nos anos 1980, as lideranças do MST concluíram que o parcelamento da terra inviabilizou as propostas de organização de base comunitária. No primeiro e no segundo Encontro Nacional dos Assentados organizados pelo MST em 1985 e 1986 se havia diagnosticado um problema generalizado de baixa produção dos assentamentos (com raras exceções), o que gerou a conclusão de que se cada assentado tentasse resolver seus problemas de produção sozinho teria o mesmo destino dos pequenos produtores em processo de descapitalização²⁷. Para evitar essa consequência, era necessário investir na organização interna dos assentamentos, estimulando a cooperação entre as famílias, o que proporcionaria ganhos econômicos e ainda “liberaria quadros”²⁸ do assentamento para trabalhar em atividades políticas do MST. Assim, o Movimento passou a atuar nos assentamentos, mas principalmente nos acampamentos, estimulando a organização das famílias em pequenos grupos de trabalho coletivo (BAVARESCO, 1998).

A implementação de propostas e práticas de cooperação nos assentamentos está na base da política de “liberação de quadros” do MST, voltada ao fortalecimento da organização. Os assentados que aderiam à proposta de cooperação do MST passaram a contribuir para que algumas lideranças mais destacadas em seus assentamentos se deslocassem para outras regiões do país para organizar novas ocupações, nacionalizando sua atuação. Para isto assumiam o compromisso de cuidar dos lotes dos militantes “liberados” e pagavam ao MST uma taxa de aproximadamente 2% do valor recebido do crédito do Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária (PROCERA)²⁹, o que permitiu o estabelecimento de um fundo de recursos para financiar o Movimento. Neste mesmo sentido da busca por autofinanciamento o MST passou a cada vez mais disputar a gestão de recursos estatais em linhas de financiamento de agroindústrias, infraestrutura etc. Crescia então o espaço de

²⁷ Na região Sul, a preocupação com a questão da produção não era algo novo, estando desde antes já presente dentro dos sindicatos de pequenos produtores rurais então existentes, cuja base vinha crescentemente sendo integrada aos complexos agroindustriais e/ou sendo expropriada de suas terras.

²⁸ Os “quadros” são figuras políticas que se destacam por sua liderança, popularidade e demais habilidades respeitadas na arena política como capacidade de análise, de discurso, de ação etc.

²⁹ “O Programa de Crédito Especial para Reforma Agrária (Procera) foi criado pelo Conselho Monetário Nacional em 1985 com o objetivo de aumentar a produção e a produtividade agrícolas dos assentados da reforma agrária, com sua plena inserção no mercado, e, assim, permitir a sua “emancipação”, ou seja, independência da tutela do governo, com titulação definitiva” (REZENDE, 1999, p. 1). No entanto, o programa não começou a funcionar de imediato.

diálogo entre MST e Estado, sendo a própria regulamentação do PROCERA um fruto de negociações diretas entre MST e INCRA (MEDEIROS, 2001).

Por um lado, os primeiros assentamentos precisavam mostrar para a sociedade que eram economicamente eficazes, simbolizando os potenciais da reforma agrária. Assim, houve um grande investimento na produção dos assentamentos, de forma a legitimá-los socialmente e garantir a sobrevivência econômica dos assentados. Como o MST tinha ascendência sobre um número muito grande de assentamentos realizados pelos governos estaduais e federal, ao lema do Movimento “ocupar e resistir”, que indicava a prioridade da luta pela terra, acrescentou-se o termo “produzir”, no final da década de 80, colocando como eixo central também a produção nos assentamentos (MEDEIROS, 2001). Por outro lado, sob influência do leninismo, adotou-se a tese da produção coletiva como sendo oposta ao que consideravam pejorativamente como o “individualismo” camponês, isto é, seu apego à propriedade individual da terra e o trabalho organizado autonomamente pela família em seu estabelecimento produtivo, sobre bases artesanais.

1.3 Alguns marcos iniciais do debate sobre a cooperação dentro do MST

A conquista de um número cada vez maior de áreas de assentamento impôs ao MST o desafio de pensar o que fazer com relação aos assentados. A partir de 1984 começa a se perceber e discutir as enormes dificuldades pelas quais passavam os assentados, que encontravam obstáculos para sair da situação de fome e de miséria, e, em alguns casos, eram levados pelas circunstâncias a perder os lotes. Os maiores desafios diziam respeito à produção e comercialização, problema comum também à maioria dos pequenos agricultores do país. No caso dos assentados o problema era considerado como mais grave, pois as terras desapropriadas eram em geral de má qualidade em termos da produtividade agrícola e os assentamentos eram feitos com lotes pequenos, faltando recursos para investimento na produção e assistência técnica que os orientasse de acordo com seus interesses e necessidades, além da falta de infraestrutura básica como estradas, rede de luz elétrica, abastecimento de água, moradia e escolas.

Algumas primeiras iniciativas foram tomadas por meio de trabalhos comunitários com roças e compras coletivas de máquinas, implementos, animais de tração, material de construção e também na venda de produtos em conjunto. Chegou-se a cogitar a criação de outro movimento com o objetivo de representar exclusivamente os assentados, mas logo tal proposta perdeu espaço e dentro do MST se passou a discutir e implementar formas de organização para os assentamentos centradas na ideia de cooperação agrícola (CALDART, 2004).

No primeiro Congresso Nacional do MST, em 1985, em Curitiba, capital do Paraná, não se discutiu em profundidade o tema da organização dos assentados e os debates giraram fundamentalmente em torno a preocupações ligadas à luta pela terra. No entanto, no mesmo ano realizou-se o primeiro Encontro Nacional dos Assentados, em Cascavel, também no Paraná, quando então se decidiu definitivamente serem os assentados parte do MST, formando sua base, o que levou à superação da tese de que seria preciso constituir outro movimento popular para dar conta de suas demandas (que será denominado movimento “pé no chão”) (CALDART, 2004; MST, 1997).

Foi neste primeiro Encontro que se definiu a criação de uma Comissão Nacional dos Assentados que seria responsável por trabalhar a questão da produção e teria representação em todos os estados onde o MST atuasse. Decidiram-se então algumas orientações sobre como os assentamentos deveriam se organizar em nível local, estadual e nacional: cada assentamento deveria criar uma comissão ou associação e a nível estadual e nacional se criariam comissões dos assentados. Ao mesmo tempo, dentro da Secretaria Nacional haveria um setor de acompanhamento dos assentamentos coordenado por um agrônomo responsável por articular os demais agrônomos e técnicos agrícolas que apoiam o MST e que operam nos assentamentos realizando um trabalho técnico “que combina com a linha política do Movimento” (MST, 1997).

Foi eleita uma coordenação de assentados com o objetivo de negociar junto ao poder público uma linha especial de crédito para os assentados. No mesmo ano o PROCERA, inicialmente administrado pelo BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social), foi criado, contando com subsídios. A princípio o tema da cooperação era discutido dentro da Comissão Nacional dos Assentados tendo em vista principalmente o acesso, gerenciamento e aplicação do crédito financiado pelo estado. Porém, logo se chegou à conclusão de que o crédito constituía apenas parte do que deveria ser uma política mais ampla de cooperação entre os assentados (MST, 1998).

Relevante é o fato de que inicialmente se mencionava o termo “trabalho comunitário” ao invés de cooperação, sugerindo certa indefinição não meramente semântica, mas que de fato dizia respeito ao caráter da proposta. Dentre as resoluções do II Encontro Nacional dos Assentados, definiu-se que o papel da Comissão Nacional dos Assentados seria o de apresentar o tema da organização interna dos assentados, elevando a adoção do trabalho comunitário a “bandeira” da organização. Neste sentido, deveria divulgar experiências de trabalho comunitário e de compra e venda em conjunto, produzir cartilhas e cursos de formação para lideranças, sugerir diferentes formas de organização comunitária e pleitear junto ao poder público recursos subsidiados para investimentos comunitários nos assentamentos, devendo esses recursos serem repassados para as associações dos assentados (MST, 1986b). A noção de “comunitário” está relacionada às experiências realizadas por membros da Igreja Católica junto a trabalhadores rurais, anteriores e paralelas às do MST, bem como à influência destes no que tange à inclusão dentro do MST do ideal do “comunitarismo” como um valor moral superior.

Por outro lado, dentre as resoluções produzidas pelo mesmo Encontro consta a definição do papel da Comissão Estadual dos Assentados como sendo responsável por divulgar experiências de cooperação agrícola e desenvolver a consciência política dos assentados e dos acampados por meio de um programa de formação política através de cursos, visando combater o “individualismo” – o que, como veremos, já apontava para a existência da influência do leninismo dentro do MST. Os temas desses cursos girariam em torno de eixos como “O Capitalismo e seu funcionamento; Organização Política dos Trabalhadores; Formação Bíblica como Luz e Fundamento da Caminhada” (MST, 1986b, p. 173).

A escolha desses temas pode ser lida como um indicativo de dois elementos. Primeiro, a ideia de formação bíblica sugere a força que segmentos da Igreja ainda possuíam dentro do MST no sentido de sugerir as linhas de trabalho do Movimento, em particular no que tange à formação. Posteriormente, a Igreja viria a ter sua influência reduzida ante a ascensão da corrente leninista dentro do MST e à proposta de uma formação de base religiosa e moral se sucederia o privilégio à formação política voltada à produção de quadros militantes. Em

segundo lugar, fica claro que a organização dos assentados foi desde o início pensada tendo em vista o desenvolvimento de sua “consciência social” no sentido de atingir o *status* de “consciência política”, tendo como base a crítica ao capitalismo e a inserção numa organização classista de caráter socialista.

A distinção entre “consciência social” e “consciência política” remonta a uma leitura sobre a questão das classes sociais presente no debate marxista sobre classes sociais. Por exemplo, Karl Marx, no texto “O 18 Brumário de Luís Bonaparte”, afirma que os camponeses na França são vistos apenas como uma soma de famílias com suas propriedades de terras, sem constituir qualquer tipo de organização política: “A grande massa da nação francesa é, assim, formada pela simples adição de grandezas homólogas, da mesma maneira por que batatas em um saco constituem um saco de batatas” (MARX, 1978a, p. 397). O autor afirma que as milhões de famílias camponesas na França se constituem numa classe à medida que vivem em condições econômicas que as separam umas das outras e opõem o seu modo de vida, interesses e cultura aos das outras classes da sociedade – isto é, num sentido ontológico, uma classe em si, com certo tipo de “consciência social”. Não obstante, não se constituem como classe no sentido de que existe entre os pequenos camponeses apenas uma ligação limitada geograficamente pelo local em que habitam e que os interesses que possuem em comum não lhes fornece a base para a criação de qualquer tipo de comunidade, ligação nacional ou organização política – ou seja, não se constituem como uma classe em suas práticas sociais de luta, na forma de atuar politicamente de maneira orgânica, não atingindo o patamar de classe para si, isto é, uma classe dotada de “consciência política”.

Outra decisão apresentada no II Encontro Nacional dos Assentados foi a sugestão de que se iniciasse o trabalho comunitário através de pequenas experiências em grupos com poucos participantes, estimulando gradualmente os demais assentados a realizá-las, por meio do exemplo. O respeito ao princípio da voluntariedade na adesão dos assentados às experiências comunitárias e às associações é ressaltado, sendo que a criação destas deveria ser incentivada em todos os assentamentos. Em termos da manutenção da estrutura do Movimento foi sugerido, além da necessidade de se recolher uma pequenina parte da verba do PROCERA destinada aos assentados, que a Comissão Estadual dos Assentados leve para os assentamentos a proposta de se reservar uma parcela de terras para o MST em cada um deles, na qual a lavoura a ser produzida pudesse gerar recursos para o Movimento, o que viria a ser feito por meio da cooperação agrícola (MST, 1986b).

No período entre 1984 e 1989, havia duas linhas principais de organização da produção. Uma primeira se dava em pequenos grupos e associações coletivas, surgidos em geral por motivação religiosa, contendo inicialmente pelo menos entre 10 e 15 famílias. Defendia-se a ideia de que os sem-terra deviam trabalhar juntos a terra e assim foram tentadas experiências, baseadas inclusive no imaginário sobre os 12 apóstolos e as primeiras comunidades cristãs existentes na história (MST, 1997).

Uma segunda linha de cooperação era a de grandes associações destinadas não ao trabalho coletivo, mas para representação política dos assentados e prestação de serviços. Essas experiências permitiram iniciar o processo de “liberação de lideranças”: era preciso disponibilizar “quadros” dedicados integralmente à manutenção da máquina do MST, organizando novas ocupações e constituindo assim o Movimento como uma “organização social”. As lideranças, que antes só participavam dos encontros, passaram a ser financiadas pelas associações para atuar como militantes profissionais do MST (MST, 1997).

Em 1989 o MST passou a constituir associações em vários assentamentos do país, tendo em vista facilitar a acumulação de capital e a representação dos assentados. Multiplicaram-se experiências de associação de pequeno e médio porte nos assentamentos e experiências de cooperação, baseadas nestes grupos formais. A Secretaria Regional do Nordeste do MST foi responsável pela elaboração de um “Manual para Estruturação, Organização e Administração dos Grupos Coletivos”, em setembro de 1989. Neste mesmo ano dissolveu-se a Comissão Nacional dos Assentados a partir do entendimento de que a luta dos assentados deveria ser alocada no setor de “Frente de Massas” em cada Estado e não por meio de comissões em nível nacional, estadual e local (MST, 1997).

Ainda em 1989, o MST define em seu 5o Encontro Nacional o novo lema: “Ocupar, Resistir, Produzir”, que será adotado no 2º Congresso Nacional em 1990 (MST, 1997). Conforme descrito no *site* do MST na *internet* e numa publicação do Movimento de 1999 em que se faz um balanço sobre a evolução de concepção agrícola do MST, com a derrota de Luís Inácio Lula da Silva, do Partido dos Trabalhadores – ambos históricos aliados do MST –, à candidatura para presidente da república em 1989 e com a posse de Fernando Collor de Mello, do Partido da Renovação Nacional, a expectativa de ampliação das políticas ligadas à reforma agrária se esvaneceu. A direção do MST previu que se desencadearia um recrudescimento da repressão violenta por parte do Estado para procurar destruir o Movimento, o que se confirmou logo em seguida, com a nomeação de um delegado da Polícia Federal para investigar a sua atuação, realizando prisões e processando lideranças. Visando preparar-se para essa conjuntura o Movimento se volta para os cuidados internos com a organização, buscando desenvolver a organização interna dos assentados e acampados, a busca de autonomia política e financeira, o fortalecimento dos setores e os debates e a elaboração de uma proposta política e organizativa para um novo setor do MST: o Setor de Produção (Fonte: <<http://www.mst.org>>. Acesso em: 17/05/2013; MST, 1999).

A orientação voltada para a cooperação nos assentamentos foi inicialmente detalhada por meio da publicação por parte do MST do livro “Construindo o Caminho”, em junho de 1986 (MST, 1986b). No mesmo ano foi publicado o “Caderno de Formação n.º 10”, que tinha como objetivo estabelecer a discussão entre os grupos de famílias nos assentamentos sobre os modos de sua organização. Isto seria um dos meios para se realizar “a busca por uma sociedade diferente, onde os companheiros tenham direitos iguais e uma vida digna”, demonstrando a possível existência de formas “bem simples de organizar uma cooperação agrícola criada pelos trabalhadores dentro do próprio assentamento, visando se defender da exploração capitalista imposta a todos os trabalhadores” (MST, 1986a, “Apresentação”, S/P).

Na proposta que consta no “Caderno de Formação n.º 10”, as formas de organização na agricultura são definidas como equivalentes ao que entendem por “cooperação agrícola”. A cooperação agrícola é conceituada como um tipo de sociedade que se faz entre “companheiros” para melhorar a produção e a comercialização dos produtos agrícolas. As dificuldades enfrentadas pelos pequenos produtores para se organizar são consideradas como frutos do sistema capitalista, que busca “infundir no pequeno agricultor uma mentalidade individualista, pois isolando o pequeno produtor fica mais fácil explorar seu trabalho através dos preços” e se torna mais fácil “tomar sua terra, tanto pela compra, como simplesmente pela expulsão” (MST, 1986a, p. 12). Contra tais tendências, as formas de organização são entendidas como as maneiras encontradas pelos agricultores “para se ajudarem mutuamente na organização da produção da lavoura, no comércio dos produtos agrícolas e dos insumos, para reivindicarem seus direitos relacionados com a agricultura, como também para resolverem os problemas comunitários” (MST, 1986a, p. 11).

O mesmo documento indica a possibilidade de diferentes formas de organização da posse da terra, que pode ser em lotes separados por família e trabalhados individualmente, em lotes separados por família e trabalhados em conjunto, em lotes registrados mas não medidos, nos quais agricultores moram perto uns dos outros e trabalham em conjunto e, por fim, em área de terra registrada em nome de todas as famílias coletivamente.

Quanto aos títulos de terras, no ordenamento jurídico está prevista a titularidade individual ou coletiva. No caso da titulação individual, esta pode se dar por meio de um documento de propriedade da terra, por meio do qual o Estado abdica da propriedade em nome do assentado, ou por meio de um título de concessão de uso real, que indica a manutenção da propriedade formal sob domínio do Estado associada ao direito de uso e posse para o assentado titulado. Em se tratando da titulação coletiva, esta tende a ser feita em nome de uma associação representativa da totalidade dos cadastrados num determinado assentamento – neste caso, a propriedade permanece sob domínio do Estado, mas aos membros da associação cadastrados como assentados é garantido o direito ao uso e posse da terra, sejam estes realizados coletivamente ou não.

Por conta dos trâmites burocráticos e legais envolvidos no processo de titulação e de criação de um assentamento, os documentos das terras fornecidos pelos órgãos fundiários são de caráter provisório e, posteriormente, definitivo. Na categoria dos provisórios se enquadram a carta de anuência, que não pode ser passada para outra família, e o título de posse ou título provisório, que pode ser passado para outra família, vendido ou servir de garantia para empréstimos bancários. Na categoria dos definitivos há os títulos de propriedade, que permitem registrar a escritura em cartório e exercer todas as demais prerrogativas de qualquer proprietário de terras, e os títulos de concessão de uso real, que permitem ter acesso a crédito agrícola e outros direitos assegurados aos assentados e agricultores familiares, mesmo que não tenham a propriedade formal sobre a terra, que permanece sendo do Estado.

Para o MST a titulação individual leva a que os assentados desistam da luta e vendam seus direitos ou os passem adiante para outras famílias, suscitando também a perda da terra pelo agricultor no caso de uma doença, de maus resultados na colheita ou de inadimplência juntos aos bancos. Por tais razões, propõe o “Caderno de Formação n.º 10” que os documentos da terra sejam dados ao conjunto das famílias num assentamento e não individualmente, privilegiando a titulação coletiva. Sugere ainda que conste nos documentos de titulação coletiva uma cláusula afirmando a inalienabilidade do lotes antes de 15 anos, perdendo o direito à terra a família que dela desistir antes deste período e ficando então sua parcela sob o domínio da comunidade inteira do assentamento ou de sua associação representativa.

Não obstante o fato de a titulação poder ser feita em conjunto, isto não obriga a que o trabalho seja desenvolvido coletivamente pelos assentados, algo que depende da vontade de cada família para desenvolver as diversas possíveis formas de trabalho em conjunto. Afirma o mesmo texto: “Cada assentamento, cada comunidade, cada agricultor deve discutir com seus companheiros e ESCOLHER LIVREMENTE o que pode fazer em conjunto. Nada pode ser obrigado ou forçado” (MST, 1986a, p. 16, *grifo do autor*).

As formas previstas para organizar o assentamento são o mutirão informal feito em roças individuais, a associação formal ou informal e a cooperativa. É recuperada a ideia de cooperativa surgida no seio da classe trabalhadora europeia no século XIX com o objetivo de organizar cooperativas de produção que permitam o trabalho em conjunto na terra, a exemplo das experiências realizadas em países da América Latina que são consideradas como bem

sucedidas pelo MST. O trabalho em conjunto sugerido para ser desenvolvido entre os assentados deve aliar a obtenção de vantagens individuais com a organização voltada para a mudança da sociedade rumo ao socialismo, por meio da cooperação agrícola. São elencadas vantagens econômicas, políticas e sociais que justificam a adoção do trabalho em conjunto e se incentiva a criação de associações nos assentamentos.

O “Caderno de Formação n.º 10” já afirmava a existência de posição favorável dentro do Movimento ao uso de tecnologias alternativas ao padrão imposto pelas multinacionais do campo que produzem e vendem agroquímicos, fertilizantes, inseticidas, herbicidas e agrotóxicos em geral. Condenando o sistema de assistência técnica patrocinado pelo Estado como sendo responsável pela introdução desse padrão tecnológico que atendia aos interesses das multinacionais, o texto do documento afirma a necessidade de desenvolvimento e aplicação de técnicas a partir do conhecimento da agricultura brasileira, unindo os conhecimentos tradicionais dos agricultores à ciência agrônômica alternativa. São listadas uma série de técnicas inseridas no Programa de Tecnologias Alternativas (PTA), então ligado à Federação de Órgãos para a Assistência Social e Educacional (FASE), que remetem ao que posteriormente veio a ser conhecido como agroecologia³⁰. Nos anos 1980 não se falava ainda em agroecologia no MST e, mesmo nacionalmente, o tema não havia ainda emergido com a força que veio a ganhar mais recentemente. Mas, desde então, as tecnologias alternativas já começavam a ser difundidas quer pelo PTA, quer por grupos de agrônomos críticos ao padrão produtivo dominante da chamada Revolução Verde³¹.

1.4 A adoção da teoria da organização de Clodomir Santos de Moraes

Em seguida à publicação do “Caderno de Formação n.º 10” foram formuladas as bases de uma teoria da cooperação centrada no desenvolvimento de cooperativas baseadas na coletivização dos meios de produção e do trabalho, com divisão técnica do trabalho e especialização técnica, tendo como objetivo desenvolver a produção agroindustrializada (FERNANDES E STÉDILE, 1999). Os fundamentos dessa teoria aparecem referidos explicitamente às obras de autores da literatura socialista como Karl Marx e o líder político chinês Mao Tsé-Tung e, principalmente, em experiências e escritos desenvolvidos por Clodomir Santos de Moraes, que fora militante das Ligas Camponesas e do Partido Comunista Brasileiro e atuou como consultor da FAO (Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação) e da OIT (Organização Internacional do Trabalho) em projetos de desenvolvimento rural em países da América Latina ao longo dos anos 70 (MST, 1986c; 1988). Através da influência de Clodomir Moraes teria se consolidado o fundamento leninista da teoria da cooperação do MST, que assumiria centralidade nesta.

³⁰ A perspectiva agroecológica de promoção do desenvolvimento, longe de ser um receituário acabado sobre estratégias e métodos, identifica-se com o amplo conjunto de enfoques, de cunho ambientalista que, potencialmente, ofereceria alternativas ao estilo de produção praticado e difundido pela agricultura moderna e empresarial, base do chamado agronegócio (DIAS, 2004, pp. 148-149).

³¹ “A introdução em larga escala, a partir da década de 1950, em muitos países do mundo, inclusive no Brasil, de variedades modernas de alta produtividade foi denominada Revolução Verde. Esse ciclo de inovações, cujo objetivo foi intensificar a oferta de alimentos, iniciou-se com os avanços tecnológicos do pós-guerra, com um programa de valorização do aumento da produtividade agrícola por meio de uma tecnologia de controle da natureza de base científico-industrial, a fim de solucionar a fome no mundo, visto que na época se considerava a pobreza, e principalmente a fome, como um problema de produção” (PEREIRA, 2012, p. 685).

Como Clodomir Morais teria se unido ao MST e como sua teoria da organização foi transformada num pilar central no debate sobre a cooperação no interior do Movimento? Reduzir as explicações disto a um resultado “natural” do desenvolvimento da biografia de Morais e da trajetória social do MST significaria ignorar as relações reais vividas pelos agentes no processo social. Como se juntam em determinado momento, quais as disputas existentes no interior do Movimento, quem eram então seus assessores e intelectuais orgânicos, como se configurava a diversidade de mediadores que atuavam junto aos acampados e aos assentados, são algumas das questões que decerto influenciaram o contexto em que a opção por uma linha teórica, política e prática foi assumida pelo MST.

Havia então – e, de fato, ainda hoje existe – um interesse em responder à questão sobre como organizar os assentamentos, mantendo ao mesmo tempo os assentados como militantes e base social do MST. Neste sentido, a cooperação era vista como um meio de manter laços de solidariedade entre os assentados que seriam acionados não apenas para a sua reprodução econômica, como também serviriam para as lutas sociais e políticas realizadas pelo Movimento. Navarro (1995) ressalta que a adesão de parte dos dirigentes do MST ao ideário leninista a partir de 1986 teve influência direta na opção por modelos de cooperativismo de caráter coletivista, uma vez que as cooperativas eram consideradas também como instituições que poderiam potencializar as lutas à medida que os agentes experimentassem formas complexas de organização socioeconômica que trariam mudanças em sua consciência social.

Segundo Fernandes (1999), consolidava-se então no MST a visão de que a luta pela reforma agrária e a luta pela terra precisariam necessariamente se desenvolver no terreno da luta de classes:

Foi essa consciência política que determinou a forma de organização como movimento [...]. Para garantir essa forma é preciso ter a autonomia política como essência. Essa concepção é resultado da prática social e da leitura que os sem-terra fizeram da história dos movimentos camponeses. Desse modo, procurando sempre aprender para não cometerem erros do passado, os sem-terra procuraram os líderes das lutas camponesas das décadas de 1950 – 60 para conhecerem suas experiências (FERNANDES, 1999, p. 76).

A identificação do MST para com as expressões históricas da rebeldia camponesa e a busca pelo conhecimento das experiências dos movimentos sociais rurais do período pré-1964 levaram a um trabalho de conhecer não apenas através de livros a história desses movimentos, mas também por meio do acesso direto aos seus líderes que ainda estavam vivos. Clodomir de Morais, leninista por formação política e teórica, além de ter acumulado experiência profissional em trabalhos com organizações camponesas nos anos 70 e 80 na América Latina, tinha sido militante das Ligas Camponesas no período pré-64³², um dos principais movimentos sociais da história brasileira, fato este que decerto influenciou a aproximação do MST em relação ao autor, considerando-se o fato de ambos serem movimentos sociais rurais de caráter popular e de que os membros do MST se inspiram no exemplo histórico das Ligas. Morais também foi eleito deputado estadual em Pernambuco pelo Partido Comunista Brasileiro no período pré-64 e amargou o exílio imposto pela ditadura civil-militar de 1964, ocasião em que trabalhou em diversos países realizando assessorias para a FAO e a OIT. Em

³² Surgidas em Pernambuco, as Ligas Camponesas atuavam tanto jurídica como politicamente, realizando mobilizações e constituindo uma pauta de reivindicações “que incluíam a extinção do cambão, do barracão e a luta contra o aumento do foro. A essas reivindicações de caráter mais imediato, acoplava-se a luta pela reforma agrária” (MEDEIROS, 1989, p. 48).

1979 viria a publicar um estudo chamado “Apuntes de la teoría de la organización”, escrito originalmente para um curso de capacitação para a organização de produtores na reforma agrária, texto este que foi apropriado e publicado pelo MST, com a autorização do autor.

Em agosto de 1986, apenas dois meses após a publicação de “Construindo o Caminho” e do “Caderno de Formação n.º 10”, o MST publicou uma versão traduzida do texto de Morais com o nome “Elementos Sobre a Teoria da Organização no Campo”, no âmbito de uma coleção de cadernos destinados à formação de militantes (“Caderno de Formação n.º 11”). Morais baseia-se em autores marxistas como o economista polonês Oskar Lange, a socióloga chilena Marta Harnecker e o teórico político alemão Karl Kautsky, sendo suas obras as principais referências bibliográficas que referencia explicitamente (MST, 1986c). Embora se tratasse de um trabalho que tinha como objetivo organizar camponeses, chama a atenção o fato de que não são sequer citados autores que trabalham com o tema do campesinato como Jerzy Tepicht (1973)³³ e Alexander Chayanov (1985)³⁴, dentre outros, muito discutidos no Brasil em análises sobre grupos sociais a partir da teoria do campesinato. Esses autores não eram levados em consideração em função da adesão de Morais ao leninismo, teoria que julga as formas artesanais de trabalho do campesinato como um empecilho para o desenvolvimento de sua consciência social e política. Além disto, esses autores eram também militantes políticos e participaram de experiências de Estados socialistas, o primeiro na Polônia e o segundo na Rússia, e em suas teorizações e em sua prática trabalhavam tentando entender as dinâmicas do campesinato, ao invés de negá-lo frontalmente e partir do pressuposto de sua progressiva extinção como fruto do desenvolvimento capitalista, como propunha Vladimir Ilitch Lênin (1988a).

O referido texto de Morais se baseia na crítica às “formas artesanais de trabalho” realizadas pelos camponeses, ecoando a releitura de uma crítica dirigida por Lênin ao uso do “trabalho artesanal” na militância socialista, entendido como a falta de preparação prática e de habilidade no trabalho de organização política de alguns segmentos marxistas revolucionários, na “estreiteza do trabalho revolucionário”, no culto à espontaneidade nas ações e na organização e à limitação das lutas operárias aos objetivos econômicos – o chamado “economismo” (LÊNIN, 1988b).

Levanto a hipótese de que a teoria de Morais se baseia numa leitura ortodoxa do materialismo histórico e da economia política marxista, que, inspirada pela formulação de Vladimir Lênin, sustenta a premissa de que o formato do processo produtivo no qual se insere um estrato social determina estritamente a forma de sua consciência. Neste sentido, Morais realiza uma leitura que parece reproduzir o modelo de Karl Marx da infraestrutura econômica

³³ Publicista, professor e pesquisador especialista em economia e sociologia rural, desenvolveu estudos sobre o campesinato polonês e o socialismo, o que fez com grande propriedade por ter trabalhado de maneira bem próxima com a política agrária na Polônia durante o período em que o país tinha um regime de inspiração socialista e implantar a coletivização de terras (Disponível em: <<http://www.tandfonline.com/doi/pdf/10.1080/03066157408437890>>. Acesso em: 16/07/2013).

³⁴ Economista russo que produziu estudos sobre a forma de organização da economia camponesa, detalhando a lógica interna de funcionamento dos grupos domésticos como unidades de produção. Sua teoria afirma que a lógica econômica camponesa não equivale à racionalidade capitalista de mercado, sendo os cálculos econômicos camponeses orientados de forma distinta, de modo a assegurar apenas a sua reprodução social e não a busca do lucro.

determinante da superestrutura ideológica, política e jurídica³⁵, simplificando-o e reduzindo-o no que tange ao caráter dialético das correlações entre infraestrutura e superestrutura.

Contrariando essa leitura mecanicista, Friedrich Engels, em cartas a Schmidt, Bloch e Mehring, afirma que a forte ênfase colocada por ele e por Marx com relação à determinação do aspecto econômico, evidenciada pelo modelo infraestrutura / superestrutura, foi fruto do contexto de debates políticos e teóricos que se colocavam à época, quando ambos enfrentavam adversários que negavam veementemente a importância da determinação econômica. Engels critica os usos simplistas desse modelo que viriam a ser feitos posteriormente por alguns novos “marxistas”, os quais ignoram o fato de que, ainda que as condições materiais sejam a causa primeira de tudo o que existe, isto não impede que as esferas ideológica, política ou jurídica – mesmo sendo causas secundárias – reajam sobre elas. Essas esferas “superestruturais” também exercem influência sobre o curso das lutas históricas e determinam sua forma, ou seja, a economia não é o único determinante, embora em última instância a produção e a reprodução da vida material sejam os determinantes fundamentais da história (MARX E ENGELS, S/D).

Grande parte dos escritos de Morais é dedicada aos temas da organização e dos “vícios ideológicos dos artesãos” – isto é, dos camponeses. Pode-se inferir que ao viver a experiência de militância nas Ligas Camponesas Morais deparou-se com sujeitos que mantinham formas culturais tipicamente camponesas, com modos de vida e visões de mundo muito distintos dos ideais de organização política mantidos por um militante leninista que defendia a centralidade dos camponeses no processo revolucionário, seguindo a influência maoísta. Morais defendia o uso da guerrilha como forma de luta e organizou camponeses com esse objetivo nos estados de Goiás e Bahia.

Creio ser impossível entender o tipo de trabalho teórico que produziu o autor fora dos marcos do leninismo e do maoísmo, uma vez que seu objetivo é “conscientizar” os camponeses e os organizar politicamente num sentido revolucionário. Talvez este tenha sido um importante fator a motivá-lo a dedicar-se tanto à questão: uma preocupação de ordem política que foi transformada em objeto de pesquisas e resultou na produção de documentos propositivos, verdadeiros guias sobre como superar a consciência “individualista” do camponês e conseguir organizá-lo politicamente, buscando “elevar sua consciência social” a um patamar semelhante ao da “consciência social” dos operários urbanos, considerada mais avançada, e abrindo espaço para o passo seguinte do desenvolvimento de sua “consciência política” ou de classe.

De fato, a teoria da organização de Clodomir Morais está voltada muito mais à organização política do que para fins economicoproductivos e cabe questionar inclusive se realmente seu fundamento está em alguma teoria bem definida sobre o desenvolvimento agrícola que não aquela formulada por Lênin. A experiência prática profissional e militante de Morais e as suas concepções políticas tiveram grande peso sobre seus escritos, nos quais apresenta uma metodologia para o desenvolvimento de organizações com camponeses, proletários e semiproletários rurais, tendo em vista a construção de “empresas”. Estas são definidas em sentido *lato* como toda e qualquer ação realizada por várias pessoas de forma organizada. A meta da teoria de Morais é o desenvolvimento de estruturas orgânicas eficientes para os objetivos do grupo, dotando-o de unidade, disciplina e de plena

³⁵ Esta visão é sintetizada por Karl Marx no prefácio ao livro “Para a crítica da economia política” (MARX, 1978b).

racionalização, respeitando, no entanto, os diferentes “graus de consciência” daqueles que o compõem (MST, 1986c).

Considera o autor que os camponeses e semi-assalariados rurais são portadores de “desvios ideológicos” ou “vícios oportunistas e subjetivistas” determinados pelas “formas artesanais de trabalho” ancoradas na economia mercantil simples que praticam. Por permanecerem desenvolvendo formas artesanais de trabalho, o camponês e o semiassalariado teriam supostamente um comportamento “individualista” e seriam pouco capazes de se organizar, diferentemente do assalariado rural, que, por estar inserido numa divisão técnica do trabalho, já estaria adaptado a uma organização com estrutura complexa e teria desenvolvido um grau de consciência mais avançado em função de sua posição no processo produtivo. Esse tipo de formulação teórica se choca frontalmente contra a posição de autores que tentam compreender como funcionam as dinâmicas relacionadas ao campesinato, ao invés de desqualificar o campesinato *a priori*, como Jerzy Tepicht e Alexander Chaynov.

Visando combater os “vícios determinados pelas formas artesanais de trabalho” e atingir um elevado “grau de consciência organizativa” entre os produtores rurais, Morais propõe a inserção dos agentes em uma organização semelhante a uma empresa capitalista, com divisão social do processo produtivo, eficiência e racionalização metodológica. Para se introduzir a consciência organizativa de modo a que um grupo social atue através de ação organizada, Clodomir Morais propõe a criação artificial do chamado “laboratório experimental”³⁶. Um grupo de no mínimo 40 pessoas deve ser unido, sendo dotado de pleno direito de organizar-se e dos meios de produção, que deverão estar em suas mãos. O principal objetivo do “laboratório experimental” é formar “quadros” para o Movimento e organizadores de empresas, bem como laboratoristas que possam reproduzir esse formato de capacitação.

Aulas sobre teoria da organização devem acelerar o processo de organização. O laboratorista, juntamente com um grupo de três ou quatro pessoas chamado de “estrutura primária”, que o ajudará no andamento do “laboratório”, deverá entregar os meios de produção nas mãos dos participantes, os induzindo a adotar a divisão social do processo produtivo. Ao longo de um período entre 15 e 40 dias ininterruptos trabalhando no “laboratório” deverá surgir a necessidade de o grupo autocorrigir os desvios oriundos dos “vícios artesanais”, ganhando experiência a partir de sua ineficiência e desordem e melhorando sua organização por meio da análise sobre a participação organizada. A vigilância, a crítica e a reunião são “mecanismos ou instrumentos” que devem ser utilizados nos “laboratórios” para evitar ou combater os “vícios gerados pelas formas artesanais de trabalho” (MST, 1986c).

O MST publicou o texto de Clodomir Morais para que ele servisse para leitura e discussão entre as lideranças dos assentamentos, lideranças do Movimento, agentes de assistência técnica e de pastorais que acompanhavam os assentamentos. Tinha em vista a adoção de uma linha política voltada a “[...] estimular e ajudar a organizar de todas as maneiras a COOPERAÇÃO AGRÍCOLA nos assentamentos, como a principal forma de resolver os problemas econômicos, sociais, e manter os trabalhadores organizados nas novas comunidades” (MST, 1986c, p. 2).

³⁶ Concebidos por Clodomir Santos de Morais, os “laboratórios experimentais de campo” ou “laboratórios organizacionais de campo” buscavam organizar uma empresa coletiva no prazo de 40 dias, tendo como objetivo fundamental alterar as práticas e os comportamentos ideológicos do camponês (BORGES, 2010).

1.5 Cooperativismo e agroindustrialização como “forma superior” de cooperação

O ano de 1986 representou um marco na adoção da cooperação como principal forma de organização nos assentamentos conquistados pela luta do MST, que ainda eram poucos e se concentravam no Sul, em áreas de “colonos” portadores de uma tradição camponesa baseada na valorização do trabalho intenso e na obtenção de patrimônio. A indicação deste ano como marco é evidenciada tanto no livro “Construindo o Caminho”, como no “Caderno de Formação n.º 10” e no “Caderno de Formação n.º 11”. Em seguida seriam publicados as edições do “Manual de Cooperação Agrícola” números I, II e III, o primeiro em 1988 e os dois últimos em 1989. Esses manuais se caracterizam por tentar articular os fundamentos teóricos e políticos da organização e da cooperação adotados com a realidade prática dos assentamentos. A crítica da economia política marxista fornece o arcabouço teórico a partir do qual se justifica e se tenta instrumentalizar a ideia da cooperação entre os assentados.

O “Manual de Cooperação Agrícola I” apresenta um plano para curso básico de economia política da agricultura voltado para professores e um roteiro didático para programação de um curso de economia política da agricultura e de cooperação agrícola, voltado para professores e monitores. Em seguida, apresenta alguns princípios da cooperação agrícola e argumentos que justificam a adoção desse formato organizacional. O objetivo, ao introduzir noções de economia política da agricultura, é convencer aos leitores de que o pequeno agricultor, ao trabalhar sozinho em seu lote, supostamente produziria mais-valia que seria absorvida por agentes capitalistas. Somente a união dos pequenos produtores, compartilhando esforços e recursos em conjunto por meio da cooperação agrícola, levaria ao aumento contínuo do capital constante (mecanização) e da produtividade (diminuindo a força de trabalho utilizada por produto), à divisão social do processo produtivo, à especialização do trabalho que aumentaria o rendimento, à racionalização da produção que permitiria a diversificação das atividades produtivas e ao aumento do poder de barganha no mercado, diminuindo a taxa de mais-valia que ficaria nas mãos dos comerciantes. A cooperação agrícola é considerada como o único caminho possível para ser seguido pelo pequeno produtor dentro do capitalismo. De outra maneira, este permaneceria subordinado aos interesses capitalistas de empresas agrícolas, comerciantes e bancos, que exploram a mais-valia gerada por seu trabalho (MST, 1988).

O “Manual de Cooperação Agrícola II” se aprofunda na discussão apresentando seus fundamentos econômicos e objetivos de desenvolvimento social, político e econômico. Neste documento considera-se o processo de agroindustrialização como uma tendência inerente ao processo de modernização da agricultura, de modo que a cooperação agrícola dos assentados deveria necessariamente buscar a criação de suas próprias agroindústrias, caso contrário os pequenos agricultores se tornariam integrados às agroindústrias capitalistas, fossem elas pertencentes a segmentos urbanos ou rurais, assumindo a condição de “assalariados disfarçados”. No momento em que foi publicado, em 1989, o número de assentamentos havia aumentado como resultado da aplicação do Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), além da implantação de diversos assentamentos estaduais no Rio Grande do Sul e no Paraná (MST, 1989).

Conforme o mesmo documento, para o desenvolvimento da cooperação agrícola é necessário que estejam dadas as condições objetivas e subjetivas, cujo equilíbrio determinará as formas de organizar a cooperação adotadas, bem como as etapas pelas quais passará no processo contínuo de acumulação de capital constante e de coletivização progressiva dos

meios de produção e do trabalho. Delineia-se uma via evolutiva das formas de organizar a cooperação agrícola, que primeiro se inicia com o trabalho individual, passando para o trabalho coletivo em pequenos grupos. Em seguida, forma-se um grande grupo coletivo que produz em grandes quantidades e diversifica a produção, adotando para o trabalho máquinas e técnicas modernas. O auge desse *continuum* progressivo é a criação de pequenas e médias agroindústrias operando sob um planejamento estratégico.

O MST apresenta a figura das Cooperativas de Produção Agropecuária, que são consideradas como “etapas superiores de cooperação agrícola”, fruto tanto de discussão interna como da experiência prática do Movimento. O “Manual de Cooperação Agrícola II” apresenta inclusive uma proposta de lei³⁷ para o reconhecimento legal desse tipo de cooperativa que organiza coletivamente a utilização da terra e a produção em toda a área sob o seu domínio. A proposta apresentada é a de transformar as associações sem fins lucrativos existentes nos assentamentos bem como as demais comunidades rurais do país em Cooperativas de Produção Agropecuária. Estava prevista também a criação de centrais cooperativas de comercialização, crédito rural e assistência técnica, em nível estadual e nacional, reunindo as diversas cooperativas de produção e associações existentes nos assentamentos.

Ainda nesse documento existe um tópico que menciona os motivos do fracasso da cooperação agrícola, explicitando que as diferentes origens dos indivíduos determinam suas motivações em cooperar e que cada grupo tem diferentes motivações, de modo que a cooperação agrícola inicialmente não pode ser implantada segundo uma fórmula única, variando de acordo com o perfil dos grupos e regiões.

Por fim, é introduzido o Sistema Cooperativista dos Assentamentos (SCA), uma organização composta por três níveis diferenciados, mas interligados. Nos assentamentos haveria as Cooperativas de Produção Agropecuária (CPA) criadas a partir das associações e grupos coletivos existentes. Nos estados, a união de no mínimo três Cooperativas de Produção Agropecuária poderia formar uma Cooperativa Central Agropecuária (CCA). A nível nacional, a partir da existência de pelo menos três centrais estaduais, se formaria a Confederação Nacional das Cooperativas de Assentamentos (CNC) – a qual, em realidade, acabou ganhando o nome de CONCRAB (Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil). Assim se comporia um sistema integrado, o SCA, sendo que cada uma dessas organizações possuiria uma série de funções políticas, econômicas e sociais relacionadas aos assentados e à busca por contribuir para a transformação da agricultura e sua socialização. A organização de um Sistema Cooperativista dos Assentamentos “deveria permitir a divisão de tarefas e funções entre organismos distintos, mas complementares”, possuindo “uma organicidade própria, com sua estrutura de poder e de infra-estrutura separada do Movimento Sem Terra” (MST, 1989, p.7).

Esse sistema de cooperação surge em 1989, num período que representou o auge das experiências de cooperação, quando a lógica da “coletivização total” se impunha de maneira radical. O SCA teria como função desenvolver a produção agropecuária, a comercialização, a agroindústria, o crédito rural, a assistência técnica e as técnicas administrativas e gerenciais cooperativistas. Por outro lado, o MST, “como movimento de massas, continuará com suas atividades prioritárias na luta pela terra e pela reforma agrária e atuará nos assentamentos no

³⁷ O “Manual de Cooperação Agrícola II” apresenta uma minuta de um projeto de lei voltado à regulamentação das cooperativas de produção agropecuária, apresentada pelo Deputado Federal pelo Partido dos Trabalhadores Antonio Marangon à Câmara dos Deputados (Projeto de Lei 4799-1990) (MST, 1989).

campo da organização social”, tendo como funções a organização política dos militantes e da base no assentamento e a manutenção do setor de educação formal e dos professores no interior dos assentamentos (MST, 1989, p. 8). Outrossim, se manteriam os vínculos entre ambas as organizações por meio da participação mútua de seus respectivos dirigentes em ambos os processos. A implantação do SCA estava prevista em calendário para os anos de 1990 e 1991³⁸.

O “Manual de Cooperação Agrícola III” propõe orientações para implantação de associações de cooperação agrícola. O documento é fruto dos debates e estudos apresentados num seminário nacional organizado pelo MST voltado ao tema, ocorrido em julho de 1989. Segundo os autores, apresenta uma proposta política mais pormenorizada de cooperação agrícola, fornecendo subsídios e uma proposta metodológica concreta de viabilização da cooperação agrícola nos assentamentos e considerando o alcance, os limites e objetivos da mesma na ótica do Movimento (MST, 1989b).

No documento, inicialmente o assessor do MST Claus Germer aponta o potencial da cooperação agrícola para ajudar a administrar uma reforma agrária ampla e radical que consistirá na tomada das terras e dos meios de produção dos grandes proprietários. As associações de cooperação são vistas por ele como uma forma de resistência e de organização econômica dos pequenos produtores dentro do capitalismo, mas que por si só não resolvem o problema do enfrentamento ao sistema. De modo que, para além dos objetivos econômicos, as associações de cooperação agrícola, em sua visão, devem ter objetivos políticos de longo prazo, permitindo “resistir, liberar companheiros para outras lutas, etc.” e transformando “cada assentamento num ‘território liberado’ da influência da burguesia, melhorando ainda as condições de vida dos assentados” (MST, 1989b, p. 4).

Analisando algumas experiências de cooperação agrícola realizadas pelo MST nos assentamentos, Germer aponta que ela avança onde o grupo já era politicamente avançado. Identifica duas tendências negativas: ora o crescimento econômico ofusca os aspectos políticos, ora a preocupação com o político faz com que os grupos não consigam progredir economicamente. Segundo Germer, predominam ainda as experiências de associações de agricultores voltadas apenas a atividades de comercialização e de prestação de serviço, e não para o que considera fundamental, a saber, a produção (MST, 1989b).

No seminário que fundamentou o Manual III foram estudados todos os documentos já produzidos pelo MST em relação às linhas políticas para cooperação agrícola, o que possibilitou a identificação de uma série de problemas que foram levantados e discutidos, arrolados sob três temas: o trabalho do MST com a sua base, a organização para a cooperação agrícola e o desenvolvimento das experiências de cooperação que já existem e também de novas a serem criadas.

No que tange ao primeiro tema, destaco os problemas identificados no texto como a “existência de muitos vícios dos companheiros”, o “nível cultural muito baixo”, a “despolitização dos trabalhadores” e a “falta de conhecimento científico em várias áreas”. Em relação ao segundo tema, os principais problemas afirmados são a “falta de quadros” para acompanhamento permanente das associações, a “falta de determinação política” na aplicação e estímulo à cooperação, a “falta de estrutura orgânica do MST para levar adiante essas

³⁸ Pedro Christoffoli afirma que o SCA sempre representou mais uma denominação formal do que uma estrutura realmente ativa e orgânica (Fonte: Entrevista realizada com Pedro Christoffoli em 14/07/2011, em Laranjeiras do Sul, Paraná).

tarefas”, a “falta de trabalho de convencimento ideológico”, a “falta de método de trabalho para estimular a cooperação” e a “excessiva cautela em levar a questão para as massas”. Sobre o último tema apontado, indica-se que “falta uma proposta clara de cooperação do MST”, “falta planejamento das associações em relação à produção”, “faltam recursos para investimentos e, aí, cria-se muita dependência de fora”, “há necessidade de coletivizar os meios de produção”, “faltam estudos das áreas e das potencialidades de produção”, “não se respeita a diversidade de formas de cooperação”, “há deficiências de organização administrativa”, “não se inclui o trabalho da mulher” e são estimulados, “quase sempre, pequenos grupos coletivos e poucas associações ou formas superiores de cooperação” (MST, 1989b, p. 6-7).

A proposta de cooperação agrícola do MST é apresentada nesse “Manual de Cooperação Agrícola III” como sendo prioritariamente voltada à organização de associações de trabalhadores que operem o trabalho coletivo na produção, fazendo uso coletivo das terras. As “formas intermediárias” de cooperação podem ser desenvolvidas, como a comercialização coletiva e a prestação de serviços em comum, mas a meta prioritária é a cooperação na produção, que é onde se gera riqueza. Quanto maior o número de associados numa Cooperativa de Produção Agropecuária, tanto melhor, posto que haverá mais força de trabalho e os métodos de trabalho deverão necessariamente ser organizados de maneira mais racional.

O Manual III propõe que cada grupo motivado a organizar uma associação de produção possa decidir o quê está disposto a coletivizar, de acordo com os seus objetivos de produção, nível de consciência e capacidade organizativa. A situação ideal vislumbrada é aquela em que há coletivização dos meios de produção, da força de trabalho disponível no assentamento e da exploração da maior parte da terra – podendo respeitar-se também a manutenção de pequenos lotes individuais em paralelo. Quanto à moradia, apesar das dificuldades de aceitação dos assentados em estabelecer moradias próximas umas às outras, propõe-se a organização de pequenas agrovilas e povoados, tornando a todos vizinhos. Isto facilitaria a melhoria das condições de vida por meio da implantação de infraestrutura como luz, água potável, educação para as crianças e outros aspectos culturais, além de “quebrar ideologicamente o individualismo camponês de ‘querer morar sozinho’, e facilitar planos de construção de moradias mais baratos e acessíveis a todos” (MST, 1989b, p. 12).

Conforme o documento, a titularidade da terra pode ser individual, no caso de haver o desejo dos assentados de possuir a escritura sobre um lote de terra ou então no caso de os lotes já serem divididos, mas isto não deve significar um empecilho à organização de uma associação de cooperação agrícola. Esse respeito à individualidade deve existir, inclusive determinando-se a devolução das parcelas de terras, caso a associação formada não dê certo. A existência da posse de meios de produção diferenciados entre os trabalhadores que formarão a associação também não deve atrapalhar sua constituição, devendo neste caso haver algum tipo de ressarcimento variável pela quota maior entregue à associação, que pode ser tanto via compra pela associação dos meios de produção como por um retorno proporcionalmente maior sobre o resultado da produção. As famílias com maior número de trabalhadores adultos também devem receber a mais pelo trabalho despendido que supere a quantidade empregada por outras famílias.

Afirma-se ainda que o MST deve oferecer a formação aos assentados mas estes é que escolherão se querem ou não participar das associações de cooperação agrícola, as quais devem gerar benefício mútuo a todos os participantes. Aqueles que não participam da

cooperação também não devem ser marginalizados. Deve haver discussão no período anterior à criação dos assentamentos, seguindo o roteiro proposto ao final do Manual III, que, em muitos aspectos, reproduz elementos do Manual I e do Manual II.

O Manual I e o Manual III referem-se ao estudo desenvolvido pelo CEDI (ESTERCI, 1984) como uma importante fonte para se trabalhar as causas do fracasso de experiências de cooperação, a partir dos relatos nele constantes, tentando, também neste sentido, inserir no debate elementos oriundos das experiências já realizadas também pelo MST em assentamentos. O Manual II trabalha a diferença entre as cooperativas e as associações, mas, talvez por conta da inexistência de um marco legal que dê conta das peculiaridades do modelo coletivista de Cooperativas de Produção Agropecuária proposto pelo MST, no Manual III fala-se na instituição destas cooperativas sob o formato legal de associações reconhecidas legalmente. O que coloca um problema do ponto de vista da comercialização, pois às associações não é legalmente permitido esse tipo de transação, diferentemente das cooperativas, de modo que a produção dos seus membros deverá ser vendida individualmente e não por meio da pessoa jurídica da associação.

Tanto as associações como as cooperativas são organizações sem fins lucrativos, mas as cooperativas possuem prerrogativa legal de vender bens e serviços, emitindo notas fiscais. Por outro lado, o formato de associação tem vantagens que dizem respeito à isenção de impostos, à dispensa da adesão feita por meio de investimento em cotas-partes (o que no modelo de cooperativas pressupunha que os assentados desembolsassem recursos para delas participar) e à possibilidade de que os membros possam deixar de participar sem ter direito a parte do seu patrimônio, o qual, no caso da extinção da associação, deve ser entregue ao Estado. Algumas outras distinções apontadas pelo Manual II do MST seguem no quadro abaixo.

Quadro 1 – Excerto do Manual II, de 1989, distinguindo cooperativas e associações*

QUADRO COMPARATIVO ENTRE COOPERATIVA E ASSOCIAÇÃO (ASPECTOS LEGAIS E FUNCIONAIS)	
COOPERATIVA	ASSOCIAÇÃO
01. Possui capital social, o que facilita a obtenção de créditos junto às instituições financeiras (a fundo perdido);	01. Não possui capital social, seu patrimônio líquido é formado por fundos e reservas etc. A inexistência de quotas-partes dificulta a obtenção de financiamentos junto às instituições financeiras;
02. As cooperativas podem realizar operações de Empréstimos do Governo Federal e Aquisição do Governo Federal, que facilitarão as suas operações de aquisição de produtos do quadro social;	02. Não possuem autorização para realizar operações de Empréstimo do Governo Federal e Aquisição do Governo Federal como associação, mas apenas como sócios individualmente;
03. Facilidade de obtenção de recursos de grande monta subsidiados, inclusive pelo BNDES, Banco do Brasil e outros organismos do Governo Federal e outros órgãos estaduais;	03. Dificuldades na obtenção de recursos para investimentos em capital de giro;

04. Possui órgão de representação e defesa de seus interesses e direitos;	04. Deficiente em termos de órgão de representação e defesa;
05. Número mínimo de associados é 20;	05. Não possui número mínimo de associados, em geral constituindo-se com 20 pessoas físicas;
06. Responsabilidade dos sócios sobre os financiamentos obtidos, até o limite do Capital Social de cada um, salvo quando a Assembleia Geral tomar solidária a responsabilidade;	06. Responsabilidade dos administradores sobre os financiamentos obtidos. Os sócios respondem quando assim aprovar a Assembleia Geral;
07. Paga Imposto de Renda sobre operações com não associados;	07. Isenção de Imposto de Renda;
08. Bens remanescentes, em caso de liquidação, revertiam o Banco Nacional de Crédito Cooperativo, o que caducou. Agora à assembleia cabe decidir, enquanto não houver lei complementar sobre o assunto;	08. Os bens remanescentes poderão, através de Assembleia Geral (conforme estatuto), ser rateadas entre o quadro social ou ter outras destinações;
09. A escrituração contábil é mais onerosa, pela exigência da legislação em relação à cada sócio e às operações realizadas com não associados, esta última por exigência do Imposto de Renda, como por exemplo, conta capital;	09. Escrituração contábil menos onerosa pela simplicidade e objetividade com que é efetuada;
10. Presta declaração do Imposto de Renda de forma completa, de acordo com as exigências do I.R.;	10. Tem que prestar apenas declaração de isenção do Imposto de Renda, de forma simplificada;
11. Tem os seus atos constitutivos registrados na Junta Comercial, devendo cumprir exigências legais que dificultam e muitas vezes oneram a cooperativa;	11. Tem os seus atos constitutivos apenas registrados em Cartório de Títulos e Documentos das Comarcas Locais, sem grandes exigências quanto à forma e o conteúdo;
12. Os livros contábeis e sociais são registrados na Junta Comercial (obrigatório) e possui um sistema de contas próprio para a contabilidade;	12. Registros dos livros contábeis e sociais no Cartório de Títulos e Documentos das Comarcas locais para alguns atos, como compras e vendas, mas no geral nem sempre são obrigatórios;
13. Junta Comercial a fiscaliza, como também outros órgãos;	13. Não há órgão de fiscalização específico;
14. As cooperativas possuem uma legislação específica, à qual devem obedecer;	14. Não possui legislação específica que determine suas regras gerais;

15. Dirigentes são remunerados à critério da assembleia;	15. Dirigentes não são remunerados;
16. As sobras das operações são rateadas;	16. Não há rateio das sobras das operações, sendo destinadas ao Fundo de Reserva e incorporadas ao patrimônio da associação;
17. Área de ação limitada, já definida nos estatutos;	17. Recomenda-se que a área de ação seja a comunidade local, no máximo o município;
18. Dificuldades dos sócios em acompanhar o cotidiano da cooperativa, no caso das grandes cooperativas;	18. É de fácil entendimento o acompanhamento do seu funcionamento;
19. Atuação como empresa está em oposição ao modelo da pequena produção;	19. Facilidade de acesso do pequeno produtor, que pode atuar em conjunto com outros;
20. Dificuldades de organização do Quadro Social por conta dos obstáculos à comunicação entre sócios e dirigentes, no caso das grandes cooperativas;	20. Facilidade de organizar o Quadro Social em termos da comunicação entre sócios e dirigentes;
21. Pode ter Bloco de Produtor Rural (se for CPA);	21. Não pode se servir de Bloco de Produtor Rural;
22. Pode emitir nota fiscal de comercialização em todas as operações comerciais;	22. Não pode emitir nota fiscal a não associados;
23. É uma organização social com finalidades econômicas e que formaliza as relações dos associados.	23. É uma organização social com finalidades sociais de mútua ajuda, possibilitando relações mais informais entre os sócios.

Fonte: MST, 1998a, S/P.

* Observação: A transcrição foi feita livremente e sem atentar para eventuais alterações nas características das associações e cooperativas, especialmente no que tange a possíveis mudanças no marco legal após a publicação do documento, que é de 1989. Trata-se apenas da reprodução livremente feita de quadro contido no Manual de Cooperação Agrícola II do MST.

Elementos do “Caderno de Formação n.º 10” e do “Caderno de Formação n.º 11” de 1986 são reproduzidos nos três volumes do “Manual de Cooperação Agrícola”. Algumas partes do primeiro Manual são reproduzidas no segundo e no terceiro, e certas formulações do primeiro e do segundo são reproduzidas também no terceiro. Há constância em relação à maior parte dos aspectos da proposta de cooperação que foi sendo construída entre 1986 e 1989. Mas alguns outros elementos foram sendo alterados ao longo do tempo, como por exemplo a sugestão do modelo formal e legal a ser adotado nos assentamentos, baseado em associações e não em cooperativas – já que se entende que a legislação sobre cooperativas não se coaduna com a proposta das CPAs –, de modo a tornar mais exequíveis as experiências de cooperação agrícola nos assentamentos, dentro dos marcos legais e das possibilidades e condicionantes identificados pelo MST nos assentamentos. Não obstante, não se alteraram os fundamentos da proposta de organização e cooperação nos assentamentos elaborada.

Um último elemento que chama a atenção no “Manual de Cooperação Agrícola III” é a parte final, em que se reproduzem as “linhas políticas para cooperação agrícola e assentamentos” aprovadas no Plano Nacional do MST de 1989/1993, no contexto do V Encontro Nacional, realizado em fevereiro de 1989. Em relação às terras, assentamentos e titulação, propõe-se garantir “que não haja divisão das terras, agrupando os assentados que vão trabalhar coletivamente” e também que a “titulação das terras deverá ser coletiva em nome de todos os assentados, independentemente de existirem grupos coletivos ou produtores individuais. Garantindo a concessão de uso vitalício mas que o título seja inegociável [sic]” (MST, 1989b, p. 37). Isto indica que, apesar de nos documentos sobre cooperação estar previsto o respeito à titulação individual da terra e a existência de estabelecimentos produtivos familiares, o ideal que se mantém é o da coletivização da terra e do trabalho.

Prevê-se ainda, entre as deliberações do Plano Nacional 1989/1993, o estímulo à implantação de dois níveis de associações de cooperação agrícola: “pequenas associações em grupos coletivos, buscando o máximo de coletivização da terra e dos meios de produção” e “grandes associações que possam envolver o número máximo de companheiros dos assentamentos em grandes atividades produtivas, com grandes insumos indivisíveis, como por exemplo: exploração da madeira, olaria, moinhos, [...] agroindústrias, etc.” (MST, 1989b, p. 38). Fica claro no documento que a cooperação proposta pelo Movimento extrapola os limites da produção agropecuária, podendo voltar-se a outras atividades produtivas no interior dos assentamentos, mesmo as de tipo industrial, que absorvem grande quantidade de força de trabalho.

1.6 A inspiração do modelo autoritário de coletivização e a crise das CPAs

Segundo Delwek Matheus, membro do Setor de Produção do MST e dirigente nacional do Movimento, assentado no município de Itapeva, no Estado de São Paulo, a experiência cubana de Cooperativas de Produção Agropecuária influenciou em parte a criação de algumas CPAs pelo MST. Nos anos 1990, quando já havia algumas CPAs em assentamentos, os dirigentes do MST viajaram para Cuba e conheceram suas cooperativas, reafirmando em seguida sua intenção e prática de implementação de cooperativas nos assentamentos com divisão de funções, especialização técnica e racionalização do trabalho, baseadas na posse coletiva dos meios de produção por parte dos agricultores. O Sistema Cooperativista dos Assentamentos teria sido influenciado também parcialmente por essa experiência da delegação do MST que esteve em Cuba³⁹ (Entrevista realizada com Delwek Matheus em 06/02/11, em Presidente Prudente, São Paulo).

Na visão de Pedro Christoffoli, ex-membro do Setor de Produção do MST que atualmente trabalha com cooperativas de assentados e é professor universitário, não somente houve o exemplo cubano. Tratou-se, em alguma medida, de uma tentativa do MST de adotar uma determinada concepção de organização da produção agrícola de inspiração socialista, fundado em exemplos de experiências também de outros países como União Soviética, Bulgária e China, visitados por militantes do Movimento e/ou que foram alvo de estudos por

³⁹ João Edmilson Fabrini sugere que há uma relação direta entre o modelo cubano de organização da produção via cooperação e o do MST (MARCOS & FABRINI, 2010).

parte dos militantes (Entrevista realizada com Pedro Christoffoli em 14/07/2011, em Laranjeiras do Sul, Paraná).

As experiências socialistas que influenciaram o formato de cooperação adotado pelo MST são marcadamente autoritárias e fundamentadas na ideia da coletivização integral, com produção feita a partir de grandes propriedades organizadas com divisão do trabalho complexa semelhante àquela adotada na indústria e com planejamento centralizado pelo Estado.

Em estudo sobre a coletivização na União Soviética, Teodor Shanin é categórico ao afirmar que não há uma conexão necessária entre socialismo e coletivização integral e que esta não é uma “forma natural” de organização da agricultura sob regimes socialistas. Um exemplo que sustentaria essa afirmação seria o da experiência húngara, em que a coletivização deu certo apenas na medida em que houve uma combinação entre grandes e pequenas unidades de produção, permitindo que as pessoas mantivessem seu modo de vida nas aldeias, baseado em estabelecimentos familiares de diversos tamanhos. Na Hungria abandonou-se o fracassado modelo de fazendas coletivas aplicado na União Soviética sob o governo de Joseph Stálin, que oprimiu os camponeses e mostrou que a coletivização sob controle estatal não necessariamente era a forma mais eficiente de organização da produção agrícola em termos de sucesso na produção e da relação com os recursos naturais. Na experiência húngara havia aldeias que produziam em grande quantidade, sustentando uma forma de cooperação de base comunitária. Essa forma de organização da produção produziu melhorias substanciais na qualidade de vida dos camponeses, fixando os moradores nas áreas rurais, efeito oposto ao que se assistiu na União Soviética, onde as pessoas abandonavam as áreas rurais rumo à cidade e as aldeias se tornavam verdadeiras favelas rurais (Fonte: <<http://www.abrarefaormagraria.org/index.php/publicacoes/revistas?download=98:ano-19-n-3-dezembro-1989-a-marco-1990&start=20>>. Acesso em: 30/05/2013).

Esse diagnóstico remonta à teoria de Alexander Chayanov, relegada ao ostracismo na União Soviética por contrariar aspectos da proposta de coletivização autoritária implementada por Stálin. Diferentemente do que apontam muitos dos seus críticos, o autor defende não necessariamente a manutenção exclusiva de pequenas unidades de produção, mas sim a conjugação de pequenos, médios e grandes estabelecimentos dividindo a produção entre si. Sua base é a constatação de que na agricultura não é possível sempre maximizar a produção, devendo-se trabalhar com o princípio da otimização: de maneira distinta ao que ocorre na indústria, o aumento da escala em certos casos não gera vantagens econômicas e a maximização da produção na agricultura pode resultar em “deseconomias”. Além disto, Chayanov sugere que a transformação da agricultura não pode ser realizada de cima para baixo, por meio da imposição de um modelo baseado em unidades produtivas de grande porte e de planejamento rígido, que produziria a oposição por parte dos camponeses e destruiria a capacidade de promover essa transformação de modo eficiente. O foco deveria estar na busca por obter a cooperação entre o que estavam embaixo, incentivando a criação de direções mais locais, transferindo a responsabilidade sobre a terra e sobre a produção para as comunidades e produtores, fortalecendo as comunidades rurais em sua estrutura social, num projeto de coletivização alternativo ao modelo autoritário adotado por Stálin (Fonte: <<http://www.abrarefaormagraria.org/index.php/publicacoes/revistas?download=98:ano-19-n-3-dezembro-1989-a-marco-1990&start=20>>. Acesso em: 30/05/2013).

Christoffoli indica que em princípio havia uma visão um tanto quanto “idealista” e “voluntarista” na organização dos “coletivos” entre a direção do MST, a qual orientava uma

prática anterior à construção dos fundamentos teóricos e políticos da cooperação trabalhada pelo MST. Via de regra, essa prática se baseava na ideia de coletivização do trabalho e dos meios de produção, vindo a ser reforçada e embasada a partir da construção teórica e do acúmulo de discussões políticas feitas pelo Movimento. No entanto, o pilar da coletivização viria a ser questionado posteriormente ao longo das experiências de cooperação em assentamentos realizadas no final dos anos 1980 e no início dos anos 1990, ante o fracasso de inúmeras CPAs e de outros formatos de cooperação adotados.

João – Então você diria que a coletivização não é mais vista [dentro do MST] como uma forma superior de organização da agricultura?

Pedro – Na prática eu acho que não. Na prática que eu digo é assim, que uma grande massa de militantes dirigindo o movimento não enxerga a alternativa do coletivo como uma... Não falando em termos de sociedade, de modelo de sociedade socialista. Mas nesse momento não. Eu acho que sim, agora, eu também sou cauteloso em defender isso, esse modelo de coletivo... Nós por exemplo, aqui na região, nós vamos trabalhar coletivos, mas esse modelo de coletivo não está claro. Nós vamos pensar e criar condições, amadurecer condições (Fonte: Entrevista realizada com Pedro Christoffoli em 14/07/2011, em Laranjeiras do Sul, Paraná).

Pedro sugere que dentro do MST a proposta de coletivização perdeu força como alternativa de organização dos assentados, ao menos na atual quadra histórica. Mas, como perspectiva para uma sociedade socialista a ser construída, a coletivização ainda é considerada como um ideal entre os militantes do Movimento. Sua posição pessoal destoa em relação à da maioria destes: não somente ele crê na possibilidade de realizar experimentos de organização cooperativos com certo grau de coletivização, como atualmente tenta realizá-los em assentamentos no interior do Paraná. Não obstante, ainda não há clareza sobre qual o modelo de “coletivo” que será adotado, o que demandará estudos, reflexões e debates.

Os fundamentos teóricos e políticos coletivistas trabalhados ao longo dos anos desde 1986 tiveram sua aplicabilidade posta em cheque ante as dificuldades objetivas encontradas na prática da cooperação realizada fundamentalmente por meio de cooperativas com coletivização, dadas as tensões resultantes da aplicação deste modelo entre os assentados. Embora a proposta de organizar a agricultura sob bases coletivistas não tenha desaparecido para o MST enquanto horizonte utópico, são reconhecidos pelos dirigentes os limites colocados para a aplicação de tal modelo no presente, os quais dizem respeito fundamentalmente ao fato de que os assentados em geral o rejeitam, não manifestam as “condições subjetivas” necessárias para adotá-lo e desenvolvê-lo, conforme seu diagnóstico.

Segundo Pedro Christoffoli, o êxito das CPAs que ainda hoje resistem está relacionado à existência de um núcleo coeso de lideranças que aceita levar a cabo a proposta do MST e mantê-la, a despeito de toda ordem de dificuldades.

Pedro – [...] Por que tem alguns coletivos que sobreviveram e outros não? Tem os fatores econômicos que eu acho que sempre pesam, o econômico como base material, eu tenho uma leitura que ao mesmo tempo tem uma matriz forte marxista, a base material determina muita coisa, eu posso ter uma joia idealisticamente, ideologia e tal, mas uma base material pobre. A gente tinha um trabalho ideológico muito grande nos grupos, era um trabalho em que a base material do coletivo não funcionava, não tinha planejamento ou não cumpria o planejamento ou não tinha base de desenvolvimento e isso ia inviabilizando. *Mas, assim, os grupos que sobreviveram têm*

características que têm lideranças, um núcleo de liderança forte que se manteve nos momentos de dificuldade. Essa é uma característica – isso é sociológico – mais do que base material, então assim, a base material ela é fundamental, mas não explica a sobrevivência ou não de coletivos. Há grupos que foram bem economicamente e que desmontaram, há grupos que foram mal... Então essa é uma característica que é importante: o fator liderança. Se eu tenho uma liderança que ela está convencida de um projeto e ela o mantém – não quer dizer que ela mantém cem por cento das famílias não, mas ela mantém um núcleo que cruza o período das vacas magras, essa característica tem... Então se tu vê grupos que sobraram, cooperativas que optaram no Rio Grande do Sul, Santa Catarina, aqui no Paraná tem um núcleo dirigente que se mantém, esse núcleo dirigente é que dá a coesão e unidade para o processo, com características diferentes, mas tem um núcleo dirigente, então isso é importante. Onde faltou esse núcleo dirigente, que aguentou o tranco nos momentos difíceis, desmanchou⁴⁰, ou há casos que nem eram... Na crise econômica antigamente tinham situações econômicas até boas que desmanchou por que tu não tinha esse núcleo dirigente capaz de... Esse não é um fator de base econômica, não é um fator só ideológico, não é só ideológico no sentido de clareza socialista [...] aí é nessa área de tentar uma coisa, de saber lidar com os problemas, de método de trabalho com o pessoal, mas também de clareza de um projeto político [...] (Fonte: Entrevista realizada com Pedro Christoffoli em 14/07/2011, em Laranjeiras do Sul, Paraná).

A existência de dirigentes das cooperativas que são organicamente ligados ao MST e aderiram a seu projeto político e ao formato de organização proposto é apresentada como fator até mais relevante do que a existência de condições materiais propícias ao empreendimento. Mesmo em situações de crise econômica, a coesão do grupo de lideranças do MST é responsável por manter a cooperativa em funcionamento, ainda que não seja capaz de assegurar a permanência de todos os membros originalmente participantes. Por outro lado, ainda que as condições econômicas sejam favoráveis, a não existência deste núcleo de lideranças leva ao esfacelamento da experiência do “coletivo”. Não apenas os fatores ideológicos, mas igualmente as formas de vinculação social dos partícipes (amizade, parentesco, vizinhança), garantindo certo grau de coesão social, neste caso aparecem com tanto peso ou até mesmo com maior peso do que os fatores de ordem econômica.

A cooperação por meio da criação de cooperativas institucionalizadas ligadas ao MST vem obtendo sucesso em casos pontuais e exemplares, nos quais se pode supor que esses fatores de coesão social estão presentes entre um núcleo de lideranças. Há experiências exitosas que sobrevivem até hoje como na forma de Cooperativas de Prestação de Serviços (CPSs) e de Cooperativas de Produção Agropecuária (CPAs). Alguns exemplos são a COOPEROESTE (Cooperativa Regional de Comercialização do Extremo Oeste Ltda.), de São Miguel do Oeste (SC), a COPAVI (Cooperativa de Produção Agropecuária Vitória Ltda.), localizada no assentamento Santa Maria, município de Paranacity, na região noroeste do Paraná e a COOPTAR (Cooperativa de produção agropecuária Cascata), situada no assentamento Fazenda Annoni, no município de Pontão, Estado do Rio Grande do Sul. Em tempo mais recente iniciou-se a Rede BioNatur de Agroecologia, a qual não se constitui especificamente como cooperativa, mas sim como rede de produção e comercialização de

⁴⁰ Em todas as entrevistas feitas ao longo da pesquisa e aqui apresentadas a utilização do grifo em itálico é atribuída livremente pelo autor destas linhas como forma de indicar partes do diálogo que são consideradas mais relevantes, chamando assim a atenção do leitor para as mesmas.

sementes agroecológicas e hortaliças, integrando diversos assentamentos (Fonte: <<http://www.mst.org.br>>. Acesso em 02 de junho de 2011).

Atualmente o associativismo é incentivado pelo MST por meio de diversos tipos de associação: de aquisição de animais, máquinas ou implementos agrícolas; de comercialização (compra e venda de produtos agropecuários); de beneficiamento da produção (armazenagem, farinhas, serrarias, moinhos etc.). Diferentemente da proposta existente no final dos anos 80, nesses casos em geral a produção ocorre no lote familiar e a associação presta algum serviço de interesse comum. Em algumas situações, ela serve apenas para a representação política dos assentados.

O incentivo ao associativismo difere fundamentalmente da ênfase no cooperativismo existente outrora, que supunha a existência de empresas cooperativas com complexa organização, contabilidade, administração, planejamento etc. O associativismo, em sua dimensão formal, inclui a criação de associações com pessoa jurídica reconhecida pelo Estado, as quais representam politicamente aos assentados que desejem delas participar, permitindo o acesso a políticas públicas como o crédito agrícola e aos mercados institucionais consubstanciados em programas governamentais como o PAA e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)⁴¹. Atualmente o acesso aos mercados institucionais por parte dos assentados tem sido em muitos casos intermediado por associações ligadas ao MST, as quais retêm uma porcentagem do valor recebido pela venda da produção para destiná-lo à manutenção da estrutura do MST e para suas ações. O MST encontrou nesta política uma importante fonte de recursos para manutenção de sua organização e para geração de renda para os assentados, inserindo-os numa cadeia de comercialização estável na qual a compra é garantida pelo Estado.

Segundo Marx, o termo cooperação remete à “forma de trabalho em que muitos trabalham juntos, de acordo com um plano, no mesmo processo de produção ou em processos de produção diferentes, mas conexos” (MARX, 1988, p. 374). Explicando a visão de Marx sobre a cooperação, Pedro Christoffoli, militante do MST e especialista no assunto, sugere que a cooperação “baseia-se no princípio elementar de que a junção dos esforços individuais cria uma força produtiva superior à simples soma das unidades que a integram. Cria-se a força coletiva do trabalho” (CHRISTOFFOLI, 2012, p. 158). Esta concepção de cooperação está na base da teoria da cooperação do MST.

Os exemplos de associativismo, de cooperativismo, de cooperação e de organização oferecidos pelo MST dizem respeito a tentativas e possibilidades de inovação social nos assentamentos. A noção de cooperação proposta pelo MST refere-se fundamentalmente à **cooperação agrícola**, entendida como a produção agropecuária voltada para o mercado e também para o autoconsumo, tendo como base práticas que associam diferentes indivíduos e famílias voltados a objetivos essencialmente – mas não exclusivamente – produtivos. As práticas de troca de dias de serviço, a ajuda mútua, o mutirão, os grupos de trabalho, as associações de produtores e cooperativas são algumas expressões da cooperação agrícola, a qual não se limita atualmente a modelos precisos e institucionalizados de associativismo ou de cooperativismo.

⁴¹ “Por meio da Lei nº 11.947/2009, a Agricultura Familiar passa também a fornecer gêneros alimentícios a serem servidos nas escolas da Rede Pública de Ensino” por meio de grupos formais (associações e cooperativas) ou informais grupos formais (grupos de agricultores organizados, mas sem organização coletiva juridicamente reconhecida) que vendem sua produção para secretarias estaduais de educação, prefeituras ou escolas” (Fonte: <<http://www.mda.gov.br/portal/saf/programas/alimentacaoescolar/2500756>>. Acesso em: 19/05/2013).

Não obstante, a cooperação para o MST não se limita às atividades agrícolas, como indica o documento do Plano Nacional 1989/1993, no qual se sugere a possibilidade de outros tipos de atividades produtivas a serem desenvolvidas nos assentamentos por meio de processos cooperativos, como, por exemplo, indústrias que absorvam grande quantidade de força de trabalho e gerem produtos destinados ao consumo dos trabalhadores no campo e na cidade, como por exemplo a produção de roupas.

Embora não sejam mais planejados nem realizados os laboratórios organizacionais idealizados por Clodomir Moraes voltados para a formação de cooperativas com coletivização e para o desenvolvimento da consciência dos assentados, a proposta do autor ainda é considerada boa tanto por Delwek Matheus como por Pedro Christoffoli. Apesar de serem não haver condições objetivas para pôr em prática sua teoria da organização na conjuntura atual no Brasil, suas ideias não foram abandonadas dentro do MST e ainda hoje é possível identificar elementos dela oriundos na prática e no discurso dos militantes, como pude constatar via trabalho de campo.

A manutenção da grande maioria das CPAs fracassou, algo que foi diagnosticado dentro do MST por volta de 1993, denominado pelo próprio Movimento como um momento de crise. Este fracasso foi ocasionado principalmente pela imposição de regras rígidas por parte da direção do MST para os assentados, as quais se chocavam contra as experiências anteriores destes. Muitas famílias se recusavam a aceitar as novas regras proposta pelo Movimento para fins de organização do assentamento e de cooperação agrícola, o que produziu diversos conflitos internos fartamente registrados pela bibliografias sobre assentamentos. Em muitos casos, tais conflitos levaram a cisões e produziram o afastamento de parte da base em relação ao MST, sendo que, em casos extremos, contribuíram inclusive para o aparecimento de novas organizações de luta por terra e de representação dos assentados (MEDEIROS, 2001).

Por outro lado, a crise que se abateu sobre as CPAs precisa ser contextualizada na conjuntura da política econômica nacional, pois, tratava-se do período de abertura neoliberal do mercado agrícola, quando muitos pequenos agricultores desapareceram, sucumbindo ante as pressões concorrenciais da chegada de mercadorias agrícolas estrangeiras subsidiadas por seus países de origem. Além disto, a cooperação e, particularmente, as CPAs, associadas ao gerenciamento da política de crédito voltado para os assentamentos, tiveram um papel da maior relevância para a liberação de quadros políticos, respondendo pela espacialização do MST por todo o país e por sua estruturação política. Essa dimensão política da relevância das CPAs e da cooperação conforme implementada pelo MST entre final dos anos 80 e início dos 90 não pode ser menosprezada, pois é um dos elementos centrais que explica o sucesso do MST em se nacionalizar, multiplicando as lutas por terras e por reforma agrária e consolidando o Movimento como importante ator político na sociedade brasileira.

Tais problemas forçaram uma revisão do debate dentro do Movimento, impulsionando uma flexibilização das propostas relativas à organização e cooperação dos assentados, que vieram a ressurgir sob novas bases teóricas e práticas, a partir de outras formas de cooperação que não pressupunham a prática do cooperativismo como aplicado às CPAs. O camponês passa a ser valorizado como o portador de um projeto de “comunidade de resistência e superação”, tendo sua cultura tradicional, modo de trabalho e a organização da produção de base familiar valorizados, bem como as formas de cooperação que foram historicamente reproduzidas pelos trabalhadores rurais no Brasil como o mutirão e a troca de dias.

A revisão bibliográfica feita sobre as principais experiências de cooperação realizadas pelo MST no Sul do país seguindo a cartilha de Clodomir Morais é rica em detalhar as dificuldades de realização do ideal de coletivização integral então sustentado dentro do Movimento (BAVARESCO, 1998; CAZELLA; 1992; BRENNEISEN, 2000; SOUZA, 1999). Em relação ao panorama histórico das experiências de coletivização clássicas ou mais recentes, como por exemplo as comunas russas ou as cooperativas agrícolas sandinistas e cubanas, estas passaram por críticas e autocríticas que contribuíram igualmente para uma “flexibilização”. Esta ideia foi ganhando espaço ante os modelos teórico-ideológicos e a percepção da resistência por parte dos camponeses, levando a uma amenização da ênfase no coletivismo e à aceitação de espaços para a produção familiar (ESTERCI *et al.*, 1992). No caso das experiências do MST, a mesma tendência se apresentou: o formato de cooperação foi “flexibilizado” a partir do final dos anos 90 e ao longo do novo milênio estão sendo tentados projetos de cooperação entre os assentados numa conjuntura repleta de desafios que se interpõem à política de organização dos assentamentos, como será exposto ao longo do texto.

1.7 Estudos sobre experiências de cooperação em assentamentos na região Sul do Brasil

Diversos autores vêm analisando as propostas de cooperação priorizadas pelo MST e os meios pelos quais o MST tem tentado realizá-las nos assentamentos. Em geral os estudos enfatizam a existência de uma situação conflituosa no interior dos assentamentos nos quais as lideranças do MST exercem sua influência, resultante das incongruências próprias à proposta de organização da produção que pressupõe a superioridade da ação coletiva em detrimento das iniciativas familiares. Sua aplicação disseminou diversos conflitos, em função de confrontar-se com a realidade da produção agrícola e suas particularidades, com as características socioculturais dos assentados, com a dinâmica própria da vida no mundo rural e com fatores relativos à dinâmica macroeconômica impostos à atividade produtiva agrícola nos anos 1990. Disto resultou a suavização das intenções de coletivização dos assentamentos por parte do MST, levando a uma postura mais pragmática a partir do final dessa mesma década. Em decorrência do esfacelamento de muitas CPAs, surgiram outras formas de organização da produção, combinando a iniciativa familiar individual com níveis diversos de associação e ajuda mútua (MENEZES; MORAES; NAVARRO, 1999).

John Kleba (1992), em sua dissertação de mestrado, desenvolveu uma análise sobre a cooperação agrícola organizada pelo MST a partir de estudo de caso sobre um grupo coletivo no assentamento Tracutinga, no município de Dionísio Cerqueira, em Santa Catarina. Sua abordagem se fundamenta na análise do “potencial de desenvolvimento local autônomo” aplicada ao grupo de assentados, considerando sua interação com agentes da sociedade civil e com as ONGs (Organizações Não-Governamentais), no quadro das conexões entre os processos decisórios locais, regionais e nacionais. Por meio da aplicação desse método analítico, o autor pôde entrever condições favoráveis para a evolução do assentamento pesquisado como a capacidade de iniciativa dos assentados, a disposição para incorporar inovações técnicas e organizacionais, a articulação com agentes da sociedade civil e do Estado, o aproveitamento dos recursos naturais disponíveis e a criação de uma Cooperativa de Produção Agropecuária (CPA). Em relação a este último aspecto, é importante ressaltar que alguns membros do grupo pesquisado participaram do primeiro “laboratório organizacional de campo” realizado no Brasil, no assentamento Nova Ramada, em Júlio Castilhos, Rio Grande do Sul.

O autor parte da constatação da evolução diversificada de formas de cooperação agrícola nos assentamentos, incluindo formas baseadas na coletivização da gestão da terra e do trabalho, a associação nos serviços, a criação de pequenos grupos e a formação de organizações que congregam dezenas de famílias. Distingue dois tipos de cooperativa: as de produção, que envolvem a coletivização do trabalho e da propriedade, e as cooperativas de produtores, que mantêm a organização familiar da produção, mas possibilitam cooperação nas esferas da obtenção de crédito, da comercialização, da aquisição de insumos e maquinaria etc.

Com relação às propostas de cooperação implementadas nos assentamentos pelo MST, Kleba afirma que estas diferem das experiências de roças comunitárias promovidas pelos setores progressistas da Igreja Católica na década de setenta pois “pretendem unir a coletivização da propriedade, do trabalho e dos meios de produção a um estilo modernizado e juridicamente formalizado de gestão empresarial”. A concepção de comunidade subjacente a esta forma de cooperativa não parte de uma visão romântica sobre o comunitarismo, mas antes permanece influenciada pelas experiências cooperativas desenvolvidas no âmbito do chamado “socialismo real” (KLEBA, 1992, p. 258-259).

Em sua visão, a organização em grandes grupos tende a permitir ganhos nas condições para militância política. Distinguindo diferentes grupos de cooperação dentro do assentamento, Kleba constatou a existência de um grupo ideologicamente homogêneo, articulado ao MST, que concretizou no formato de cooperativa o que autor considera uma das mais expressivas propostas de inovação socioeconômica feitas pelo MST nos assentamentos. Neste ponto, sua análise é corroborada pelas conclusões produzidas na pesquisa de Maria Antônia de Souza (1999), que afirma permanecerem ativas as experiências de cooperação cujos protagonistas são grupos de militantes do MST, conforme veremos adiante.

Para Kleba, os graus de homogeneização entre grupos de cooperação agrícola, no que tange às relações de parentesco, vizinhança e amizade, ao tamanho da força de trabalho disponível e das necessidades de consumo familiares, o vínculo com o MST, o tipo de situação econômica vivido anteriormente etc., parecem ser determinantes de sua viabilidade. Conclui que o caráter arraigado dos hábitos camponeses entre os assentados pode indicar a necessidade de adoção de pontos intermediários de cooperação, que considerem a combinação entre os interesses coletivos e individuais.

Segundo Kleba, o MST via duas alternativas de curto prazo para a pequena produção: ou a agroindustrialização, ou o êxodo rural. Não obstante, segundo o autor, as experiências históricas têm demonstrado que a agricultura de base familiar persiste mesmo nos países de capitalismo avançado⁴², conservando sua legitimidade em termos de capacidade produtiva e emprego abundante de força de trabalho e assumindo vantagens ainda do ponto de vista ecológico. O sucesso de cooperativas de produtores baseadas na complementação entre agricultura familiar e formas de cooperativismo realizadas em vários países dão uma mostra de que a orientação coletiva e os interesses próprios não precisam ser vistos como mutuamente excludentes (KLEBA, 1992)⁴³.

A dissertação de mestrado de Ademir Cazella (1992) foi um dos trabalhos pioneiros sobre as propostas de cooperação do MST – juntamente com o de John Kleba –, desenvolvido a partir do caso do assentamento 30 de outubro, em Santa Catarina, no qual foi implantada

⁴² Esta tese é desenvolvida em profundidade por Ricardo Abramovay (1998).

⁴³ Mesmo nas experiências dos países socialistas persistiu a existência do campesinato, apesar de todos os esforços de coletivização feitos por agentes estatais. Ver Shanin (1989) e Bettanin (1981).

uma CPA com agrovila, coletivização de terras e de trabalho, a partir de um “laboratório organizacional de campo”. O processo de implantação da cooperativa foi bastante conflituoso, envolvendo diferentes grupos internos em disputa e casos de desistência em participar do assentamento. Em suas próprias palavras:

Na avaliação de alguns desses agricultores, a principal razão que os levou a não participar da associação foi o fato de os demais cogitarem a adoção do trabalho coletivo. Eles pretendiam realizar algumas atividades em comum, como por exemplo a comercialização da produção, a aquisição de insumos, de máquinas e implementos agrícolas conjuntamente, mas não o uso coletivo da terra. Essa forma de organizar a produção, em última análise, representa a perda da autonomia do grupo familiar. Cada indivíduo passa a ser um ‘empregado’ da associação, com tarefas específicas, deixando de ter o controle do processo produtivo. Na opinião desses agricultores a organização do assentamento de forma coletiva defronta-se com as condições específicas de cada família, principalmente o seu tamanho e a experiência de trabalho agrícola (CAZELLA, 1992, p. 121).

O autor aponta a necessidade de se romper com a visão de que são apenas os ideais políticos e econômicos que determinam a conduta do ator social, identificando os assentamentos como interseções de diferentes planos de organização social como parentesco, origem étnica, experiências prévias de trabalho agrícola, origem de grupo e mediação política, tamanho da unidade familiar de produção e consumo, dentre outros. Essa ampla gama de fatores é determinante na organização interna de um assentamento, gerando a coexistência de diferentes associações, cooperativas e “facções” camponesas, cada qual com seus próprios projetos, ora em conflito, ora em cooperação. Neste sentido, a abordagem do autor se coaduna com a hipótese de Kleba (1992), que afirma ser a homogeneidade entre os membros que compõem um grupo dedicado à cooperação agrícola um fator determinante de sua viabilidade. A homogeneidade ou a heterogeneidade podem ser compreendidas através dos diferentes planos de organização social propostos por Cazella, os quais permitem a agregação ou separação dos indivíduos que encontram semelhanças entre si dentro de cada plano ou por meio deles se diferenciam.

Segundo Cazella, a proposta de trabalho coletivo confronta-se com a diversidade das trajetórias sociais dos assentados, com as diferentes mediações políticas em jogo e com o processo de formação e transformação das identidades dos agricultores assentados. É comum surgirem novos conflitos entre os grupos internos ao assentamento, acentuando outros já existentes e tornando outros ainda secundários. Revelam-se assim as divergências que existem entre as estratégias construídas pelos mediadores e lideranças e os interesses das famílias, na maioria dos casos. Em última análise, a agricultura tende a se adequar ao formato de produção familiar em lotes e não necessariamente ao modelo de trabalho coletivo proposto pelo MST.

Partindo da proposta metodológica de Clifford Geertz (1999) de identificação de diferentes planos de organização social entrecruzados, Cazella enfatiza o plano econômico, elegendo as práticas de cooperação agrícola como eixo da análise. Optando por historicizar esse plano, recupera as experiências anteriores dos agricultores assentados, discernindo as diferenciações internas aos camponeses que se tornam assentados. O MST e o Estado tendem a buscar a eficiência técnico-econômica dos assentamentos, menosprezando tais diferenças e propondo concepções idealizadas de cooperação.

Assim, o esforço do autor se dirige no sentido de perceber as diferentes formas de aproximação ou de afastamento dos agricultores assentados em relação às formas de

organização da produção baseadas em associação, cooperativa, grupo familiar, grupos informais etc. e as dinâmicas de cada uma delas, contrapondo-as com os diferentes planos de organização social existentes no interior de um assentamento, que conduzem à existência de variados projetos em disputa. Aponta ainda a reprodução de relações de dominação entre os assentados e as diferenças entre os interesses dos mediadores e lideranças em relação aos interesses táticos dos agricultores.

Cazella chega a uma conclusão que nos parece ser central para compreensão das possibilidades da cooperação em assentamentos como fora proposto pelo MST entre o final dos anos 1980 e a primeira metade dos anos 1990: muitos agricultores não desejam se engajar num projeto de cooperação agrícola com coletivização de terras nos moldes empresariais pois perdem sua autonomia como grupo familiar e se tornam trabalhadores a serviço de um empreendimento que lhes paga renda na forma de salário, perdendo o controle sobre o processo produtivo. Cada família possui um número de pessoas disponíveis para o trabalho e diferentes experiências de trabalho agrícola, algo que as propostas de cooperação com coletivização de terras aparentemente não respeitam, ao igualar todos os assentados igualmente como funcionários da empresa cooperativa, em sua divisão do trabalho e especialização de tarefas. Além disto, o modelo de cooperação adotado ignorava a diferenciação social, étnica e cultural existente entre os grupos que conformavam o assentamento, as quais implicavam em cisões internas, disputas faccionais e distintos projetos de vida em oposição.

Conforme Cazella, a cooperação agrícola é vista pelo MST como forma de manter a mobilização alcançada nas ocupações e acampamentos. Mas a solidariedade entre os agricultores se modifica na fase do assentamento em relação à etapa anterior do acampamento e da luta pelo acesso à terra, o que traz dificuldades para a manutenção da mobilização e mesmo para manter certo grau de coesão interna entre os assentados. O “objetivo principal” da cooperação agrícola para o MST seria o de liberar agricultores para atividades políticas, na visão do autor. Entretanto, a liberação de agricultores para a militância conflita com a tradição camponesa, gerando animosidades e disputas entre grupos, já que alguns se veem na obrigação de sustentar com o seu trabalho outros assentados que vão desempenhar ações propriamente políticas e não produtivas.

A conclusão a que Cazella chega é de que:

[...] as vantagens técnicas, econômicas, sociais e mesmo políticas da coletivização da terra são profundamente questionáveis. Na concepção do conjunto dos camponeses, essas vantagens significam objetivamente perigo para sua própria sobrevivência. Uma área de terra com limitações para o uso agrícola, a exemplo da maioria dos assentamentos, cria sérias restrições para um empreendimento de cunho capitalista, mesmo que cooperado. Em condições adversas, o uso de insumos e serviços custosos – sementes melhoradas, calcário, adubos, mecanização, irrigação, etc. – tornam a exploração de alto risco. No âmbito das sociedades camponesas, com princípios econômicos próprios, a situação apresenta-se de outra forma (CAZELLA, 1992, p. 199).

O camponês não está habituado a realizar investimentos de capital. O sistema de coletivização pressupõe o acesso ao crédito, o que implica na contração de dívidas com as instituições oficiais. Isto tende a levar os assentados ao endividamento, como de fato ocorreu em diversas experiências de cooperativas agrícolas incentivadas pelo MST em assentamentos, levando a graves rupturas internas e em muitos casos ao esfacelamento das experiências,

como veremos noutros casos adiante. Cazella (1992) mostra-se descrente no que tange à tendência de se relacionar organização com cooperação agrícola entre grupos familiares, ou, na sua forma extrema, com a coletivização da terra. Argumenta que a economia camponesa não é desorganizada, mas possui uma forma de organização própria que deve ser considerada para fins de intervenções junto aos segmentos que reproduzem esse modelo socioeconômico.

Pedro Bavaresco (1998), em sua dissertação de mestrado, desenvolveu um estudo de caso sobre o desempenho socioeconômico de uma amostra de 30 famílias do assentamento Fazenda Annoni (fase IV), no Rio Grande do Sul, dentre um universo de mais de 200 famílias assentadas. Esta foi uma das primeiras experiências do MST em cooperação agrícola. Conforme o autor, a criação de CPAs na Fazenda Annoni

foi idealizada, tanto pelo INCRA como pelo MST, para tornar-se um modelo de exploração agropecuária. A intenção era organizar o assentamento dentro dos moldes de uma empresa capitalista, através do trabalho coletivo das famílias. Essa proposição era justificada pelas vantagens técnicas, econômicas e sociais propiciadas pelo uso comum da infra-estrutura (BAVARESCO, 1998, p. 78).

Recuperando a história da implantação das propostas de cooperação do MST, Pedro Bavaresco (1998) afirma que por volta de 1991 foi criada a Cooceargs (Cooperativa Central dos Assentados do Rio Grande do Sul), vinculada à CONCRAB, que tinha como objetivo atuar com a cooperação e organização da produção em todos os assentamentos do estado. Nesse período, o MST atuava nos assentamentos e, principalmente, nos acampamentos, estimulando a organização das famílias em pequenos grupos. No caso do assentamento Annoni (fase IV) 210 famílias trabalhavam individualmente seus lotes e 22 se organizaram em duas CPAs, a Coopagri e a Cooptar, sendo as casas construídas no formato de agrovila e as terras coletivizadas. A Cooptar foi organizada a partir de um “laboratório experimental de campo”, desenvolvendo a produção coletiva e inaugurando um abatedouro e uma fábrica de embutidos.

Um problema apontado pelo autor é o de que em geral os assentamentos são implantados em áreas marginais do ponto de vista do potencial produtivo e isolados espacialmente, seja no que tange à distância entre os projetos de assentamento ou na relação destes para com os centros consumidores. Este isolamento tende a dificultar ou mesmo inviabilizar o acesso ao mercado por conta da falta de compradores ou da venda forçosamente feita por preços muito baixos devido à intermediação dos intermediadores. Constitui-se num obstáculo também à formação de cooperativas o isolamento entre os assentamentos, uma vez que se torna difícil aglutinar um número suficiente de assentados para obter benefícios no acesso a crédito e no transporte, comercialização e beneficiamento da produção. Outro problema se relaciona à escala de produção, já que há dificuldade de criação de estruturas próprias de comercialização e armazenamento, pois é necessário um determinado volume de produção que muitos assentamentos não alcançam. Apesar de as produtividades médias do assentamento pesquisado por Bavaresco serem superiores às médias do estado do Rio Grande do Sul, isto não garante boa rentabilidade, dados os altos custos de produção e a pequena escala produtiva. A dependência em relação às variações do mercado também constitui um fator crítico, na medida em que os assentados cooperados priorizavam a produção de soja e de congêneres valorizados no mercado de produtos agrícolas.

A cooperativa estudada por Bavaresco adotou o modelo tecnológico da Revolução Verde, o qual exige expressivo volume de capital dos assentados para aquisição de máquinas

e insumos químicos, que estão em sua base de funcionamento. A falta de capital próprio e a pouca disponibilidade de crédito tenderam a limitar os investimentos em tecnologia nos assentamentos. A adoção desse modelo tecnológico não necessariamente levaria a melhores condições de vida dos agricultores, segundo o autor. Pelo contrário, tenderia a comprometer sua reprodução a médio e longo prazo. A adoção dos aparatos tecnológicos da “agricultura moderna” tende a reduzir a demanda por força de trabalho, causando desemprego no campo, um problema que é apontado também em outros estudos sobre a cooperação nos assentamentos, conforme veremos a seguir – as famílias alegam, em muitos casos, ausência de ocupação para seus membros durante longos períodos.

Segundo o autor, problemas ambientais graves também são causados pela adoção de práticas agrícolas que procuram simplificar os fenômenos naturais, como o uso de monoculturas. Além de degradar o solo, com o passar do tempo se reduz a diversidade biológica, facilitando o surgimento de novas pragas e doenças, o que requer o uso de mais agrotóxicos, levando a maior degradação ambiental. Por mais rentável (do ponto de vista econômico) que esse tipo de agricultura possa parecer, há que se considerar sua sustentabilidade ao longo do tempo.

Bavaresco resgata a história do envolvimento do MST com a organização produtiva nos assentamentos no RS, afirmando que o seu início coincidiu com o período do acampamento dos sem-terra na antiga Fazenda Annoni. Ampliava-se a visibilidade pública e tornavam-se evidentes os problemas estruturais e produtivos nos assentamentos mais antigos, como falta de assistência técnica, falta de crédito, baixa produção, venda e troca de lotes. A preocupação com a organização da produção nos assentamentos começou na Fazenda Annoni, tendo como “modelo” inicialmente as associações coletivas de Nova Ronda Alta⁴⁴ e 6 de Janeiro (fazenda do “Holandês”). Conforme o autor, esta teria sido a primeira grande associação coletiva formada depois da constituição formal do MST, tendo sido idealizada tanto pelo INCRA como pelo MST para tornar-se um modelo de exploração agropecuária – não obstante, não se tratava ainda de uma CPA. A intenção era organizar o assentamento dentro dos moldes de uma empresa capitalista, através do trabalho coletivo das famílias. Essa proposição era justificada pelas vantagens técnicas, econômicas e sociais propiciadas pelo uso comum da infra-estrutura.

De 1989 em diante adotou-se como prioridade a formação das CPAs, preferencialmente de grande porte. Essa proposta de organização da produção sugerida pelo MST teve apoio do INCRA e do governo do estado do Rio Grande do Sul que aproveitaram para justificar a redução no tamanho dos lotes distribuídos em função das vantagens econômicas da produção coletiva. Inicialmente, uma das estratégias adotadas pelo MST para

⁴⁴ Embora Bavaresco não tenha feito pesquisa em Nova Ronda Alta, a experiência de cooperação ali desenvolvida é reconhecida como emblemática e representativa de uma utopia de nova sociedade. A cada “crise” resultante do choque entre o “coletivo” e o “individual” ali existente o grupo respondia incluindo mais atividades e recursos na proposta coletiva: “coletivizaram primeiro a terra, as tarefas de construção das casas, o plantio e a criação comercial, o uso dos recursos e, por fim, os salários ganhos fora, as aves e a criação de quintal. Entretanto, as dificuldades tornavam-se evidentes no momento de colher os efeitos ‘demonstrativos’ da experiência com a multiplicação, em escala significativa, de experiências similares. O modelo não se reproduzia” (ESTERCI *et al.*, 1992, p. 7).

estimular a cooperação agrícola era garantir junto à Comissão Estadual do PROCERA prioridade na liberação de créditos aos “grupos organizados” (BAVARESCO, 1998)⁴⁵.

A conclusão do autor, a partir da investigação sobre o desempenho socioeconômico de uma amostra dos assentados da Fazenda Annoni (Fase IV), é a de que, levando-se em consideração a situação anterior ao assentamento, as condições gerais de vida dos assentados sofreram considerável melhora, tendo os recursos do crédito destinado à reforma agrária um papel importante para isto. Quanto à cooperação baseada na coletivização, Bavaresco chega à mesma conclusão que Cazella (1992), ao afirmar que embora tendo algumas vantagens econômicas a exploração do tipo coletivo, o que não constitui de forma alguma uma regra, a maioria das famílias opta pelo trabalho individual, fato este indicativo da existência de outros fatores em jogo além dos meramente econômicos.

Pode-se inferir que esses outros fatores dizem respeito a dimensões culturais, sociais e políticas que são menosprezadas em abordagens estritamente economicistas sobre a cooperação nos assentamentos. Algo que trabalhos posteriores sobre o tema também iriam colocar em relevo, debruçando-se especificamente sobre tais fatores de forma mais aprofundada, como explicitarei em seguida.

Zander Navarro (1995) produziu um estudo de caso, publicado na forma de artigo, sobre a primeira Cooperativa de Produção Agropecuária do MST, implantada no assentamento “Nova Ramada”, no Rio Grande do Sul. Recuperando o histórico das propostas de cooperação debatidas no interior do MST o autor afirma que no período entre 1985 e 1988 foram se formando argumentos e compreensões divergentes acerca do melhor formato tecnológico para os assentamentos. Nessa disputa, o modelo de tecnologia moderna baseado no padrão da Revolução Verde defendido por agricultores em geral e pelo MST venceu a proposta de um padrão alternativo de tecnologia defendido por profissionais de ONGs do Rio Grande do Sul, em especial o CETAP (Centro de Tecnologias Alternativas Populares), responsável pela assistência técnica aos assentamentos que eram beneficiários do PROCERA, a Comissão Pastoral da Terra, que propunham a recusa à utilização de agroquímicos.

Segundo Navarro (1995), um elemento que marcou o contexto no qual se deu a opção do MST pelo formato tecnológico da Revolução Verde foi o fato de o Movimento ter conquistado, a partir de 1987, um grande número de assentamentos, e, por consequência, novas áreas nas quais sua influência e, mesmo, controle social, era preponderante. Nas palavras do autor:

Materializava-se, assim, no interior do Movimento, a necessidade de responder à “questão da produção”, indicativa da urgência de propor aos assentados formas de organização dos produtores e da produção que não apenas afirmassem econômica e produtivamente os assentamentos, mas também assegurassem a presença continuada do Movimento junto aos novos ocupantes das terras reformadas e, até mesmo, garantisse a permanência do apoio material e político das famílias beneficiadas à continuação das ações empreendidas pelo MST em torno da luta pela terra. (NAVARRO, 1995, p. 12).

⁴⁵ Pode-se questionar se, mais do que um incentivo à cooperação, esta estratégia não se caracterizaria como uma forma de coerção, já que aos assentados interessava ter acesso ao crédito agrícola e a celeridade disto estava condicionada à participação em grupos de cooperação planejados pelo MST.

A citada “questão da produção” não era debatida apenas pelo MST, mas também era discutida de forma generalizada no Sul do país no âmbito dos sindicatos que tinham como base os chamados “pequenos produtores”. Na visão de Navarro, a opção pelo formato tecnológico da agricultura em bases “modernas”, em detrimento de qualquer outra opção, foi determinada apenas parcialmente pela disputa de concepções antes citada entre o MST e assentados, de um lado, e os grupos que prestavam assistência técnica aos assentamentos e atuavam como mediadores, de outro.

A decisão no campo tecnológico teria sido tomada, a seu ver, fundamentalmente após a apresentação à direção do MST do método de organização da produção por meio da realização dos “laboratórios experimentais” formulado por Clodomir Santos de Moraes. Posteriormente esse método viria a ser implantado sucessivamente em diversos assentamentos, tendo acontecido a primeira experiência em Nova Ramada, a qual gerou a Cooponor, fundada em 1989 – esta, a primeira Cooperativa de Produção Agropecuária do MST, investigada por Navarro.

Navarro afirma que, na medida em que se incentivava a formação de empresas capazes de competir no mercado, estruturando-as de forma similar às grandes empresas rurais capitalistas, a adoção da mesma base técnica destas surgiu como consequência necessária: agricultura em larga escala ancorada na monocultura, mecanizada e intensiva no uso de insumos agroindustriais. Neste sentido sua crítica se equipara à de Bavaresco, pois ambos identificam a reduzida demanda de força de trabalho e os problemas ambientais resultantes desse modo de organização da cooperação como marcas do modelo que passou a ser compreendido pelo MST como a forma produtiva “superior” em relação ao modo de produção da agricultura de base familiar.

Apesar da afirmação categórica do autor, indicativa de que a adoção do modelo tecnológico da Revolução Verde teria sido um resultado necessário, dada a opção do MST pela utilização da teoria da organização de Clodomir Moraes, pode-se relativizar este argumento a partir de elementos que o próprio autor fornece. Recuperando a história dos assentamentos do Rio Grande do Sul nos anos 1980, Navarro afirma que o PROCERA foi criado em janeiro de 1986 e começou a ser aplicado em fevereiro de 1987. Neste período, a experiência agrícola dos assentados era fortemente marcada por uma “expectativa modernizante” disseminada pela expansão do cultivo da soja no Rio Grande do Sul desde os anos 1970, que tinha como base técnica a mecanização e a utilização de insumos agroindustriais (NAVARRO, 1995).

À medida que os créditos do PROCERA foram sendo liberados, assistia-se ao privilegiamento da adoção desse modelo de agricultura por parte dos próprios assentados, cuja experiência pretérita era marcada pela vivência dos efeitos dessa forma de modernização da agricultura com aumento da produtividade, do lucro, da destruição ambiental e das pressões expropriatórias sobre os pequenos agricultores – que, em muitos casos, haviam contribuído para a criação do contingente de despossuídos que viriam a se tornar sem-terras. Nos assentamentos passou a se realizar então o plantio da soja, reproduzindo-se práticas típicas das grandes propriedades empresariais, instalando-se campos de monocultura plantados segundo o “pacote tecnológico” da Revolução Verde (NAVARRO, 1995).

Curiosamente, o “Manual de Cooperação Agrícola III”, de 1989, indica uma série de normas para os assentados, dentre as quais, a priorização da conservação de recursos naturais e da correção do solo, afirmadas como sendo as bases de qualquer produção agrícola, bem como a busca de soluções viáveis tais como o uso de tecnologias alternativas, a rotação de

culturas e a adubação verde (MST, 1989b). Seria isto apenas uma contradição flagrante entre discurso e prática, ou indicaria a permanência de algum tipo de orientação contraposta à adoção da tecnologia da Revolução Verde no seio do MST?

O estudo de Navarro aponta críticas objetivas ao modelo de organização produtiva e à base tecnológica reproduzidos nos projetos das CPAs, baseando-se nos dados empíricos que produziu a partir da observação da Coopanor, resumindo em grande medida aspectos que foram detectados antes dele e que continuariam sendo percebidos por pesquisadores que trabalharam com o mesmo tema:

[...] Mas é evidente que muitos outros aspectos controvertidos cercam tal proposta, como a contradição entre uma lógica capitalista de empresa e uma propriedade coletiva, gerando problemas imediatos quando um excedente gerado é distribuído igualmente a todos, independente da produtividade do trabalho; a aceitação da premissa típica de uma perspectiva própria do “comunismo primitivo”, de recompensar a cada um segundo o seu tempo de trabalho (em horas), independente do tipo de atividade; dificuldades, no caso da agricultura, de maximizar eficiência no uso dos recursos em virtude de um controle teoricamente rígido do processo de trabalho, pouco viável em termos práticos com populações socialmente constituídas pelo ideal da agricultura familiar; a oposição entre a necessidade de impor uma “lógica industrial” do trabalho (com horas definidas de trabalho, normas disciplinares, etc.) e seu problemático funcionamento na atividade agrícola, muito mais sujeita a fatores intervenientes ligados à natureza biológica dos processos produtivos e à ação de fatores naturais; a aceitação de um princípio de homogeneização rápida, que elimine histórias pessoais e familiares; etc. (NAVARRO, 1995, p. 39-40).

Há pontos de contato com a análise de Cazella (1992), especialmente no que tange à tendência homogeneizadora que se impõe aos membros da cooperativa, às dificuldades na maximização da produção, na divisão do trabalho, na especialização de funções, e à natureza estrutural da agricultura, na qual os fatores biológicos e naturais têm peso muito relevante. Conforme Cazella, essas diferenças em relação ao setor industrial influenciam na questão do trabalho coletivo. Se a “cooperação simples” permite que se realize simultaneamente operações de trabalho que antes eram realizadas em etapas sucessivas, na agricultura há interferência da natureza que determina a sequência do processo produtivo. A colheita, por exemplo, sempre irá depender da semente realizada num período anterior. O tempo do trabalho agrícola é diferente do tempo do trabalho industrial e a agricultura tende a limitar um maior aprofundamento da divisão do trabalho. Na agricultura não ocorre a especialização por função e tarefas, como na indústria. Na agricultura, ao contrário da indústria, a supervisão do trabalho usualmente ocorre de forma simultânea a sua própria execução. Na indústria, o trabalhador perde o controle sobre o produto final, em função da fragmentação das atividades. Na agricultura, não necessariamente (CAZELLA, 1992, p. 197).

Navarro sugere que a proposta de coletivização implementada pelo MST se baseia mais em projetos ideológicos do que em função das necessidades dos próprios assentados. Não obstante, aponta aspectos positivos da experiência em Nova Ramada. Houve resultados sociais extraordinários obtidos pela Coopanor como as significativas melhorias nas condições de vida e de trabalho das famílias, as quais dificilmente ocorreriam se a ocupação do assentamento fosse feita por meio de parcelas individualizadas. Além disto, houve um processo de reconhecimento público da organização dos assentados, o que significa um ganho “político”. Mas o futuro da cooperativa dependeria da superação de seus entraves econômicos

e financeiros, causados por um desenvolvimento econômico e produtivo insatisfatório, não diferente da situação de outras CPAs. Nestas, em geral, desistência dos associados, conflitos internos e extinção das organizações foram bastante frequentes.

Apesar de todas as críticas ao formato de cooperação então proposto pelo MST para os assentamentos, Navarro (1995) afirma que a cooperação entre os assentados permanece como um requisito essencial para a sobrevivência econômica dos assentamentos, sendo que as formas de cooperação devem reconhecer as histórias sociais dos assentados e devem ser buscadas formas associativas que reflitam possibilidades objetivas. Neste aspecto Navarro se aproxima das afirmações de Cazella (1992), ao enfatizar a necessidade de se reconhecer a diversidade dos assentados em termos étnicos, sociais e culturais e as hierarquias econômicas⁴⁶, algo que compromete o igualitarismo e a homogeneização social propostos nas experiências das CPAs. Mas também se afasta, na medida em que propõe a necessidade de que exista algum tipo de cooperação entre os assentados, algo que Cazella descarta ao fazer a distinção entre a necessidade de organização dos assentados, objetivo este a ser buscado, e as tentativas de realizar a “cooperação inter famílias” ou a coletivização. Aliás, no que tange à coletivização, ambos são categóricos em negar tal possibilidade nos assentamentos.

Eliane Brenneisen (2004), em artigo publicado como fruto de sua tese de doutorado, apresenta a pesquisa feita em três assentamentos na região Oeste do Estado do Paraná, analisando os processos organizacionais neles experimentados. A autora divide as experiências de organização coletiva em três tipos: “comunitária”, “cooperativa” e “semicoletiva”, iniciadas, respectivamente, em 1985, 1990 e 1998. Quanto à primeira experiência, realizada num momento em que a cooperação nos assentamentos estava ainda em fase embrionária, Brenneisen ressalta o papel do Governo do Estado do Paraná no incentivo à formação de associações comunitárias para gerenciamento de créditos e compra de maquinário. Neste caso, a distância entre os lotes, a escassez de recursos econômicos e certa diferenciação no volume de trabalho dispensado pelos participantes foram apontados como obstáculos ao prosseguimento do projeto.

Na segunda experiência, em 1990 – quando proliferavam as tentativas de criação de CPAS –, foi organizada uma CPA a partir de um “laboratório organizacional de campo”, na qual eclodiram tensões latentes entre os camponeses. Ainda na fase de acampamento foram efetuadas a coletivização das terras, a divisão social do trabalho e a construção de uma agrovila com pequenos lotes para moradia. Os produtos do trabalho comercializados eram divididos de acordo com a quantidade de horas de trabalho empregadas por cada pessoa, excluídas as despesas. Houve baixo rendimento da atividade agrícola, ausência de recursos oficiais (por se tratar de área ainda não desapropriada) e problemas de gestão da cooperativa. Conforme a autora, havia ausência de controle social democrático dos seus membros sobre o setor administrativo, ao qual faltava transparência na gestão, o que trazia desconfiança e conflitos internos. Os trabalhadores manuais eram separados daqueles que realizavam operações administrativas e contábeis, bem como atividades políticas relacionadas à organização do MST, o que contribuía para um quadro de tensão social. A falta de qualificação entre os assentados também respondia por dificuldades de realização da

⁴⁶ Em relação às hierarquias econômicas no assentamento, Navarro refere-se a “fatores como o papel da mulher, o número de filhos menores (não participantes do processo de trabalho), a idade dos membros da família ou, então, a existência de gado no lote individual, [que] têm contribuído, entre outros aspectos, para gradualmente criar nítidas diferenças sócio-econômicas que, ao fim e cabo, acabam por erodir até mesmo o discurso igualitário fundador da experiência organizativa” (NAVARRO, 1995, p. 37).

cooperação. Somados esses fatores, a divisão dos lotes se impôs e a cooperativa foi dissolvida.

Por fim, o tipo de organização “semicoletiva” – tentado em 1998, após a crise das CPAs –, manifesta o fato de que o MST incorporou uma reavaliação sobre o modelo a ser proposto para a cooperação. Coloca em prática uma organização que conciliava uma área não fracionada para fins de organização coletiva da produção (40% da área) com a existência de lotes familiares que garantiam a autonomia das unidades de produção familiares em paralelo às atividades trabalhadas livremente a partir de grupos (60% da área). As casas não seriam construídas em agrovila, mas dentro dos lotes familiares. Na ótica da autora, a criação de agrovilas seria um empecilho para a reprodução de um ideal camponês de vida e produção no qual produção e reprodução são inseparáveis, tanto no espaço físico quanto socialmente, o que se aproxima dos argumentos de Cazella (1992) e Bavaresco (1998).

Num dos casos pesquisados pela autora, o formato de agrovila foi recusado pelos assentados, que propuseram o formato da “agrolinha”: casas estabelecidas em lotes, com as residências fixadas a no máximo 100 metros da estrada principal do assentamento, facilitando a comunicação e o escoamento da produção, bem como o acesso às casas e ao local de trabalho. Posicionado relativamente próximo a uma área comunitária central onde se implantaria a infraestrutura, o formato de “agrolinha” garantiria a autonomia das famílias para organizar sua moradia de acordo com suas expectativas. Morar próximo aos lotes facilita o trabalho e as refeições, reduzindo o tempo e o esforço dos deslocamentos diários, sendo este um dos motivos da aversão dos assentados ao modelo da agrovila (BRENNEISEN, 1999).

Em sua tese de doutorado, Brenneisen (1999) procura analisar a organização social e da produção em assentamentos rurais de reforma agrária, com ênfase nas relações que se estabeleceram no interior desses assentamentos em função do desenvolvimento de projetos cooperativistas e/ou associativistas, fundamentados ideologicamente na organização coletiva da produção. Sua abordagem se baseia na proposta de Michel Foucault de investigação das relações de poder que se exercem para além das instituições políticas propriamente ditas, no cotidiano dos indivíduos e em nível molecular. A análise concentra-se na investigação de como se reproduzem relações de dominação e de poder no interior dos assentamentos rurais e como se produz a contraface dessas relações representada pela resistência camponesa. Seguindo um recorte sociopolítico, concentra-se nas especificidades históricas, nos enfrentamentos, cisões e reorganizações que ocorreram frente ao projeto centralizado de organização social e da produção definido pela direção do MST a partir dos anos 1990. Para isso a autora investiga quatro assentamentos, sendo dois consolidados e dois em processo de formação, no Estado do Paraná.

Há diferentes utopias em jogo em relação ao projeto do assentamento: as lideranças e dirigentes do MST nutrem certo tipo de utopias, os assentados outro. Na visão de Brenneisen, estes buscam a reconstrução da vida de acordo com suas raízes culturais e a de seus ascendentes. Desta forma, são diversas as motivações que impelem à adesão ao projeto cooperativista no assentamento: não necessariamente as pessoas aderiam a este por concordarem com a coletivização, mas sim por outros motivos como a fertilidade do solo na região, a segurança que iriam encontrar para suas famílias, a possibilidade de obtenção de maiores recursos e de maiores rendimentos através do cooperativismo etc. A direção do Movimento seguia motivações políticas, enquanto a base seguia motivações econômicas.

A crítica mais incisiva da autora diz respeito às relações de dominação que identificou entre o MST e os assentados. Em sua visão, a pretexto de construir o socialismo, a direção do

Movimento utiliza mecanismos de dominação iguais àqueles presentes no capitalismo. As propostas de coletivização são apresentadas como experiências autogestionárias, mas na prática se exerce um controle autoritário sobre os assentados, por exemplo, através do papel do coordenador do grupo coletivo, que acabava sendo ocupado por alguma liderança do Movimento. Brenneisen conclui que o MST reproduz o que há de mais atrasado em termos de relações sociais e da cultura política brasileira, ao adotar práticas patrimonialistas, autoritárias, clientelistas e de exploração com relação aos assentados.

Brenneisen (1999) chega à conclusão de que é possível se aproveitar do que ficou de positivo das experiências das CPAs, associações e grupos coletivos, acrescentando a essas a premência de se manter a liberdade e a autonomia das famílias. A autora é categórica ao atribuir ao MST a culpa pela desunião entre os assentados, na medida em que este impõe relações de dominação e um modelo de organização da produção que não considera as experiências prévias dos assentados. O passado de privação e incertezas vivido por estes leva à recusa de projetos coletivos alheios a suas raízes culturais camponesas, os quais não garantem a segurança familiar. A vinculação do grupo doméstico com a terra, em oposição, pode garantir e determinar a opção por escolhas organizacionais que possibilitem a tomada de decisões de forma autônoma. Para o camponês, a simples promessa de maior lucratividade pode não ser atrativa se implicar em mudança do estilo de vida e de trabalho e se relegar o valor da família a segundo plano.

Conjugando estes fatores com a dificuldade de sustentação econômica e financeira das CPAs identificada por Navarro (1995) pode-se ter uma ideia do tamanho e da quantidade de obstáculos enfrentadas para o funcionamento das cooperativas desse tipo. Além de o formato organizacional adotado ser totalmente avesso à cultura dos assentados, a dificuldade de se ter retornos econômicos suficientes era uma razão a mais para que os assentados se questionassem acerca da necessidade de se subordinar a um modo de produzir e viver exógeno e imposto de cima para baixo.

Cleci da Silveira (2003) produziu pesquisa de mestrado basicamente a partir da revisão de estudos de caso e de pesquisas anteriores sobre as dinâmicas internas e as formas de organização em assentamentos rurais, abarcando situações nas quais foram realizados “laboratórios organizacionais de campo” e implementadas cooperativas entre os assentados. Sua proposição também se aproxima da de Brenneisen, ao perceber um processo de formação de “oligarquias” dentro dos assentamentos, a partir da teoria da chamada “Lei de Ferro da Oligarquias” formulada por Robert Michels. Sob orientação de Zander Navarro, a autora analisa as formas de organização implantadas pelo MST em alguns assentamentos nos quais possui relativa influência e significativo controle, exercendo impactos sobre a organização dos assentados por meio dos discursos e práticas que enfatizam formas coletivas de produção. A tese da “Lei de Ferro da Oligarquias” de Michels serve de base para o que a autora identificou como um processo de diferenciação interna entre os assentados devido à criação de uma estrutura de poder da qual resultam práticas oligárquicas dentro dos assentamentos.

A sobrevivência das experiências de cooperativas do MST como as CPAs, que ainda resistem principalmente em assentamentos na região Sul do Brasil, foi analisada por Pedro Christoffoli (2000). Este identificou, dentre outras dificuldades enfrentadas, as ameaças derivadas das limitações estruturais dadas pela dinâmica do sistema capitalista, que coloca as cooperativas na condição de concorrentes de grandes corporações e do agronegócio na arena do mercado, em posição extremamente desfavorável. Isto pode comprometer o desenvolvimento futuro das mesmas.

Além desse fator, Christoffoli aponta outra duas contradições críticas que podem inviabilizar a reprodução das cooperativas observadas, que foram a Cooptar (em Pontão, Rio Grande do Sul), Copavi (em Paranacity, Paraná), Coopcal (em Nova Laranjeiras, Paraná) e Cooperunião (em Dionísio Cerqueira, Santa Catarina)⁴⁷. A primeira diz respeito à necessidade de superação do estágio de desenvolvimento em que as cooperativas se encontravam, que não permitia atingir-se um equilíbrio entre geração e consumo de riqueza nem a competitividade frente à concorrência capitalista. A segunda refere-se ao problema da contratação do trabalho assalariado, que tende a gerar relações de exploração capitalista sobre outros trabalhadores, já que algumas CPAs dependem desse mecanismo para assegurar sua reprodução econômica⁴⁸.

Conclui Christoffoli que existe espaço para o desenvolvimento de iniciativas de produção coletivista em tais moldes, desde que tais contradições sejam equacionadas e superadas. Não obstante, o fato de nem todas as cooperativas terem chegado próximo a um ponto de equilíbrio alerta para os sérios limites de se ver em tal forma organizativa uma panaceia ou solução para o desenvolvimento econômico e social no interior do capitalismo, já que as dinâmicas próprias do sistema tendem a levar as experiências a desaparecer.

De fato parece que o grande desafio dessas organizações surgidas em um processo radicalizado de luta pela terra e inspiradas em valores socialistas e de transformação social estaria em como manter “acesa a chama” da luta com o passar do tempo e o surgimento de contradições derivadas tanto das pressões e influências externas (pressões por acomodação, influência ideológica dos meios de comunicação de massa e da escola, boicotes governamentais e das forças econômicas locais e regionais, etc.) como das contradições e limites internos ao próprio coletivo (baixo desenvolvimento das forças produtivas, baixa produtividade do trabalho, ideologia consumista e individualista, etc.) (CHRISTOFFOLI, 2000, p. 261-262).

Seu estudo aponta ainda a evolução gradual de indicadores gerais de produtividade do trabalho, redução do déficit econômico e mesmo geração de sobra, no caso da Cooptar, o que parece demonstrar que, em determinadas condições é possível um modelo de produção coletivo com estrutura produtiva comparável à produção agrícola capitalista. Segundo o autor, isto demonstra que há possibilidade de que a produção coletiva atinja uma composição orgânica de capital idêntica ou próxima à da produção capitalista comparável. Não obstante, a inserção desse modelo na sociedade capitalista e as influências ideológicas dela derivadas podem impor limites.

Christoffoli realizou entrevistas com os participantes das quatro cooperativas e uma de suas conclusões diverge parcialmente em relação à leitura de Brenneisen (1999) de que a organização das CPAs dificulta a liberação de assentados para atividades políticas relacionadas à organização do MST, como lutas massivas e mobilizações periódicas e frequentes. No total dos entrevistados por Christoffoli, 67,4 % dizem que o modelo coletivo de produção assegura amplo espaço para a participação nesse tipo de atividade política, enquanto apenas 32,6 % dos entrevistados afirmou que o trabalho na cooperativa suprime seu tempo para participar das lutas e mobilizações. No entanto, a percepção varia em cada cooperativa, segundo o autor, predominando ora a primeira posição, ora a segunda.

⁴⁷ Dentre as quatro cooperativas observadas pelo autor, apenas a Cooptar é mencionada como tendo sido formada por pessoas que passaram por um “laboratório organizacional de campo” (CHRISTOFFOLI, 2000).

⁴⁸ Segundo Maria Tereza Leme Fleury (1983), essa contradição já havia sido identificada por Karl Kautsky, que enxergou nisso um dos limites das propostas de cooperação autogestionária de inspiração socialista dentro do sistema capitalista – modelo adotado pelas CPAs.

Maria Antônia de Souza (1999) desenvolveu estudo sobre as formas organizacionais de produção em assentamentos do Estado do Paraná, observando projetos de cooperativas de produção e projetos de associativismo para comercialização de produtos e compartilhamento de máquinas, sendo estes baseados no trabalho em áreas individuais e aqueles no trabalho em área coletiva. Aponta que os mediadores têm um papel fundamental no processo de socialização política e de “(re)elaboração” dos saberes técnicos, sociais e administrativos dos assentados, e que nem todos os assentados se sujeitam a adotar um novo modo de vida totalmente coletivo, por possuírem um conjunto de práticas e conhecimentos que não se rompem por meio da implantação de modelos organizativos considerados ideais por outras pessoas. As diferentes formas de organização adotadas se constituem em função desses dois fatores, socialização política e “(re)elaboração” dos saberes, variando ainda segundo o nível de formação político-ideológica do assentado e segundo o grau de engajamento nas atividades do MST.

As famílias que trabalhavam de forma independente acreditavam que a organização coletiva só era possível se feita entre vizinhos que já se conheciam previamente, ou entre parentes. Souza defende a necessidade de se contextualizar historicamente a cooperação, resgatando a dimensão da sociabilidade entre os assentados. A assimilação de modo artificial da “inovação” da cooperativa coletivizada tendia a gerar estranhamentos, desconfiança e recusa ao trabalho realizado sob rígido controle e com hora marcada, algo que Brenneisen (1999) também identificou.

Sugere a autora que a criação de coletivos de produção deveria se basear na solidariedade, que tradicionalmente no Brasil se expressa pelos mutirões e trabalhos comunitários, ao invés de se focar na viabilização econômica dos assentamentos e no fortalecimento da estratégia política do MST. A cultura política do assentado era baseada em valores como a propriedade, a herança, a autonomia de decisão individual, faltando-lhe elementos de uma cultura de participação política. Este último fator respondia pela centralização dos debates e decisões por parte de uma cúpula que detinha maior habilidade política e outro tipo de consciência política. Quem a integrava eram as lideranças do assentamento mais afinadas com o MST, as quais aceitavam melhor o projeto ideológico de cooperação proposto pelo Movimento, enquanto a maioria dos assentados, herdeiros de uma tradição de pequenos proprietários rurais, não aderiu à coletivização. Isso se assemelha à percepção de Kleba (1992), que também aponta que são os assentados mais ligados ao MST aqueles que conseguem manter vivo o modelo coletivizado. Os princípios políticos e ideológicos coletivistas estavam distantes dos ideais da base dos assentados, levando à criação de desavenças: na visão da autora, havia dificuldade, por parte dos membros do MST, em trabalhar com as diferenças culturais expressas nas ações e ideias dos assentados. Problemas esses que não foram resolvidos por meio de cursos de formação voltados a desenvolver afinidade ideológica entre os assentados e o modo de produção coletivo considerado pelo MST como superior, o que aponta para uma fragilidade desse tipo de processo educacional (SOUZA, 1999)

Nos assentamentos pesquisados por Souza acabou sendo adotada uma organização da produção que conjugava trabalho e moradia nos lotes individuais com o uso da associação de produtores e de cooperativas de comercialização, mantendo assim a autonomia da organização socioeconômica familiar. Afirma a autora que a conjuntura política e econômica também não deixava muitas alternativas para a evolução da cooperação com bases coletivas, uma vez que os recursos para crédito agrícola disponíveis eram escassos e os preços pelos quais os alimentos eram vendidos não compensavam os gastos de produção.

Com base nas experiências investigadas conclui a autora que a dicotomia entre o individual e o coletivo não serve para fins de caracterização dos assentamentos rurais já que esses termos não são opostos, existindo de forma articulada. “Um exemplo refere-se ao número de assentamentos que são formados por lotes individuais, em que os assentados trabalham de forma grupal, comunitária ou em associações de compra e venda de produtos.” (SOUZA, 1999, p. 191). Tanto o trabalho individual como o coletivo, como formas de organizar a produção, constituem-se em alternativas de resistência na terra no interior do sistema capitalista, em sua visão. Uma outra forma de resistência é aquela que os assentados oferecem às propostas de coletivização, optando por trabalhar no lote individual a partir da organização familiar da produção.

Por fim, Souza apresenta uma proposta para se implementar a cooperação nos assentamentos:

Não constatamos, no trabalho de formação, a preocupação com questões culturais do tipo: resgate das experiências anteriores dos assentados, seus ideais, suas atitudes em relação às organizações, entre outros. O resgate das matrizes culturais que compõem o imaginário do assentado seria um dos caminhos para iniciar um processo de socialização política, que conduzisse o próprio assentado à organização da cooperação, não necessariamente, nos termos propostos pelos dirigentes do movimento. As matrizes culturais evidenciam-se nas falas e momentos de místicas “tradicionalistas” dos assentados e dos sem-terra, a saber: o aspecto comunitário poderia ser uma das matrizes, uma vez que vários assentados possuem experiências em trabalhos do tipo roças comunitárias, as “ajudas” oferecidas aos vizinhos em épocas de colheitas, a construção de casas, para citar alguns. Outra matriz cultural refere-se à sociabilidade, ou seja, entre os pequenos agricultores é comum a troca de alimentos, as festas ao final das colheitas, enfim, a construção de laços de amizade e de relações de trocas de valor simbólico (SOUZA, 1999, p. 198).

A despeito do seu teor normativo, esse trecho deixa transparecer a importância de se partir do conhecimento sobre as relações sociais vividas pelos assentados, do conhecimento de sua cultura e de sua sociabilidade, no que tange ao estudo e à prática das propostas de organização e cooperação agrícola nos assentamentos. Esses fatores estão intimamente ligados às raízes culturais e trajetórias sociais dos assentados e influem sobremaneira na vida social e no cotidiano nos assentamentos.

Existem muitos elementos comuns na análise dos autores referenciados e poucas – mas substanciais – divergências. A constatação do apoio ativo de agentes do INCRA ou de governos estaduais às propostas do MST de implantação da cooperação agrícola sob moldes coletivistas nos assentamentos foi realizada por Brenneisen (1999), Cazella (1992) e Bavaresco (1998). Este último autor afirma que os técnicos estatais se aproveitaram para justificar a redução no tamanho dos lotes distribuídos para as famílias em função das vantagens econômicas da produção coletivizada. Este recurso posteriormente veio a ser incorporado pelo próprio MST tendo em vista assentar quantidades maiores de pessoas em áreas menores, como explicarei no capítulo 2.

Com relação às experiências de cooperação que analisaram, Brenneisen (1999), Cazella (1992), Navarro (1995) e Souza (1999) afirmam que os técnicos, planejadores, militantes, assessores e apoiadores nelas envolvidos não problematizam as características das famílias, suas heterogeneidades e dificuldades diferenciadas, tendendo a homogeneizá-las. O

modelo de cooperação pensado se volta essencialmente aos chefes de família, não incorporando toda a força de trabalho disponível em cada unidade doméstica de produção. No limite, esse raciocínio implica numa negação do modelo da agricultura familiar, privilegiando o trabalho de um único representante de cada família. Há diferentes racionalidades em jogo na relação entre quem propõe a cooperação e aqueles para quem ela se destina. As famílias operam seus cálculos econômicos de uma maneira própria que difere daquela utilizada nas associações e cooperativas, as quais têm como base uma racionalidade econômica orientada predominantemente para o mercado. O planejamento centralizado realizado no âmbito das cooperativas tende a desconsiderar a importância do setor de produção de subsistência ou de autoconsumo, que do ponto de vista das famílias assume relevo em suas estratégias de reprodução.

O MST, ao tentar implementar a cooperação entre os assentados, cria uma oposição entre coletivo e individual na qual a coletivização assume o primeiro polo, sendo este dotado de uma carga positiva, enquanto a lógica familiar é enquadrada no segundo polo, dotado por sua vez de uma carga negativa. A maioria dos autores referenciados apresenta em suas pesquisas elementos que sugerem implícita ou explicitamente que essa é uma falsa dicotomia, a qual ignora as dinâmicas sociais realmente existentes entre as famílias de assentados.

Kleba (1992) e Christoffoli (2000) apontam para as potencialidades do modelo de cooperação implementado entre os assentados pelo MST, sugerindo que as cooperativas e grupos coletivos podem se constituir como formas de potencializar o desenvolvimento local nos assentamentos, contribuindo para a organização dos seus participantes e do próprio Movimento. Cazella (1992), Bavaresco (1998), Brenneisen (1999), Souza (2000) e Navarro (1995), por sua vez, apresentam críticas contundentes às propostas de cooperação apresentadas pelo MST, constatando sua inviabilidade e questionando a imensa maioria dos seus pressupostos.

Bavaresco (1998) e Navarro (1995) afirmam que, ao seguir o modelo de agricultura da Revolução Verde, a reprodução socioeconômica dos assentados tende a ficar prejudicada e mesmo inviabilizada em médio e longo prazo, em função dos impactos ambientais gerados em suas próprias terras e do risco crescente de endividamento. Brenneisen (1999), Navarro (1995), Cazella (1992) e Bavaresco (1998) sugerem que existe por parte do MST uma imposição para que os assentados se enquadrem em seus modelos de cooperação, em alguns casos apoiada e noutros obstaculizada por agentes estatais, o que gera conflitos e rupturas, tornando ainda mais frágil e desagregadora a sociabilidade constituída ao longo do processo de luta pela terra.

Brenneisen (1999), Cazella (1992), Navarro (1995) e Souza (2000) concluem que as ações realizadas pelo MST para implementar a cooperação, centradas na realização dos “laboratórios organizacionais de campo”, geralmente não são capazes de pôr em funcionamento formas estáveis e contínuas de cooperação. O principal problema apontado é que os formatos de cooperação propostos para os assentados a partir de tais métodos de capacitação não levam em consideração elementos como sua diferenciação socioeconômica e cultural internas, as diferentes trajetórias sociais das famílias que são postas de uma hora para outra para conviver intensa e cotidianamente nos projetos cooperativos (criando atritos e disputas entre “facções”), a inexistência de vínculos estáveis de sociabilidade entre as diferentes famílias que participam da cooperação e a relativa falta de confiança que marca o relacionamento entre famílias e grupos mais ou menos estranhos uns aos outros.

1.8 Um olhar sociológico sobre a relação entre “individualismo” camponês e cooperação

Vladimir Lênin acrescentou à cooperação um aspecto político, para além do viés econômico, tendo em vista que servisse a uma espécie de “revolução cultural” no campo, transformando a consciência “individualista” dos camponeses de modo a que servissem aos objetivos do movimento político socialista. Em sua visão, mesmo nos países capitalistas a cooperação como forma de organização de classe dos camponeses cumpriria um importante papel na luta contra monopólios, na modernização da economia camponesa, no crescimento dos seus rendimentos e na elevação de sua capacidade de concorrência no mercado. Assim, a cooperação é considerada como um meio para organização para a luta política, cumprindo um papel educativo entre os camponeses (MST, 1997).

Alguns anos após a Revolução Russa de 1917, com a instauração da Nova Política Econômica (NEP)⁴⁹ pelo regime socialista soviético, Lênin apresentou a cooperação como o caminho a ser trilhado pelo campesinato. No entanto, nas condições de miséria material que o país se encontrava e diante, principalmente, do fato de que os camponeses eram em sua imensa maioria analfabetos e sem instrução formal, o principal desafio identificado por Lênin dizia respeito à necessidade de “empreender uma ação cultural em prol do campesinato”, tendo por objetivo econômico a cooperação. Segue excerto de um texto do autor reproduzido no Caderno de Formação n.º 35:

[...] Se pudéssemos agrupá-los todos em cooperativas, entraríamos todos no terreno socialista. Mas esta condição implica um tal grau de cultura do campesinato (digo bem do campesinato, já que ele forma uma massa imensa), que essa organização generalizada nas cooperativas é impossível sem uma revolução cultural [...]; a revolução política e social entre nós precedeu a revolução cultural que agora se impõe.

Hoje, basta que levemos por diante essa revolução cultural para nos tornarmos um país plenamente socialista (MST, 2000, p. 56-57).

Esse trabalho de educação e organização cultural a ser realizado entre os camponeses assumia centralidade naquela etapa pós-revolucionária, para Lênin. Os princípios presentes em tais ideias de Lênin conjugados com uma visão estereotipada do campesinato oriunda da leitura leninista introduzida por Clodomir Moraes se tornaram a base da teoria da cooperação do MST que igualou cooperação a cooperativismo. Ecoando a formulação de Lênin, os dirigentes e militantes do MST atuaram visando promover o desenvolvimento cultural dos assentados, tornar “a população ‘civilizada’ de modo a compreender todas as vantagens que uma integração generalizada nas cooperativas oferece e que ela a organize” (MST, 2000, p. 51).

Em 1993 as propostas de implementação de cooperativas por parte do MST em assentamentos rurais entraram em reconhecida crise, levando ao desmantelamento das organizações e ao endividamento de seus associados. A organização do trabalho e o acesso aos meios de produção sobre bases coletivizadas encontraram diversos obstáculos. A princípio foram identificados como entraves para o funcionamento das CPAs os fatores culturais relacionados à “ideologia camponesa”, na visão de dirigentes e militantes do MST,

⁴⁹ A NEP foi uma orientação que se sucedeu à política do “Comunismo de Guerra” no início dos anos 20, tendo como marca uma interrupção na política de coletivização até então empreendida e a tolerância à reprodução de formas mercantis de produção agrícola entre os camponeses (MST, 2000).

seguindo os princípios do cooperativismo formulados por Lênin para o campesinato. A cultura “individualista” do camponês, seu apego à propriedade privada familiar da terra e sua valorização da autonomia em relação ao processo de trabalho eram considerados como óbices para o estabelecimento da divisão social do trabalho e da especialização técnica no âmbito das cooperativas, do ponto de vista do Movimento (BRENNEISEN, 1999).

Sociologicamente, cabe questionar em que medida o conceito de individualismo se sustenta em sua aplicação aos assentados ou aos camponeses. Do ponto de vista do MST, esta acusação baseia-se na ideia leninista de que o camponês produz artesanalmente seus meios de vida e isto limita o desenvolvimento de sua consciência social. Essa hipótese é aplicada ao público do MST tendo em vista trabalhar sua consciência de classe, no sentido que os agentes passem a perceber que vivem numa sociedade estruturada em classes e dividida fundamentalmente pela oposição entre capital e trabalho, e que, nesta dicotomia, estão situados no polo trabalho, juntamente com outros tipos de trabalhadores rurais e urbanos.

Seguindo as indicações de Lênin sobre a relação entre classe e consciência de classe, o MST adota como objetivo transformar sua base em militantes ou potenciais militantes dedicados à realização de uma estratégia tendo em vista a meta da reforma agrária e da revolução socialista. Assim, mais do que produzir formas de sustentação econômica para os assentados, garantindo sua reprodução social e o “sucesso econômico” dos assentamentos, estão em jogo também objetivos propriamente políticos, os quais podem ou não fazer parte do universo cultural daqueles. A bibliografia temática sugere que, em geral, apenas algumas lideranças mais ligadas ao MST aderem a essa ideologia e visão de mundo (BRENNEISEN, 1999; SOUZA, 1999).

Há elementos na interpretação do MST sobre a relação entre sua base e os processos de cooperação que podem ser colocados em questão mesmo em termos puramente teóricos. O individualismo representa uma configuração de ideias e valores moderna – “o valor fundamental das sociedades modernas”, conforme Louis Dumont (1983, p. 29) – e o camponês é um personagem social tradicional, que existe desde a época pré-moderna e reproduz um modo de ser e de viver calcado na honra, na hierarquia, na reciprocidade e no valor de uso, elementos fundamentalmente pré-modernos ou tradicionais (WOORTMANN, 1990). Considerando-se tal pressuposto, qual o sentido de tachá-lo como individualista? Mesmo ao camponês russo, ao qual Lênin dedicou grande parte de seus estudos sobre o desenvolvimento do capitalismo e da agricultura, era comum o traço cultural de viver em terras comunais, sem propriedade privada fundiária individual.

Por outro lado, há que se considerar que Lênin desenvolveu sua formulação teórica sobre o camponês servindo-se do materialismo histórico como base para definir opções políticas, no contexto histórico da Rússia no século XIX. Refiro-me especificamente à teoria da aliança camponesa e operária então produzida pelo líder político, segundo a qual o camponês é considerado como incapaz de liderar processos revolucionários, devendo ser guiado pelo proletariado, classe social esta que teria desenvolvido uma consciência social mais avançada em função de sua inserção no processo produtivo industrial, o qual conta com alto grau de divisão do trabalho, racionalização e grande acúmulo de capital (LÉNINE, 1977).

São inúmeros os exemplos nas ciências sociais em nível nacional e internacional de leituras sobre o campesinato baseadas em estudos empíricos e reflexões teóricas consistentes em relação a contextos e grupos rurais específicos que podem servir como contraponto à tese do “individualismo” camponês. Por conta das limitações deste espaço e evitando escapar por demais do escopo deste texto, gostaria de destacar ao menos dois trabalhos produzidos no

Brasil que contribuem para desfazer o mito do suposto “individualismo” camponês: trabalhando sobre perspectivas teóricas distintas, a pesquisa de José Vicente Tavares dos Santos (1984), que trabalha com conceitos marxistas aplicados ao estudo do campesinato no Sul, e o de Klaas Woortmann (1990), que pretende propor uma teorização etnológica acerca do campesinato em diálogo com estudos de caso etnográficos realizados em diferentes regiões do país.

Santos, em dissertação de mestrado dedicada ao estudo do trabalho camponês entre colonos do Rio Grande do Sul que produziam uvas, sugere que a valorização da propriedade da terra e da autonomia do trabalho surge na consciência camponesa como uma forma de ideologia, no sentido de uma “falsa consciência” ou “consciência distorcida” acerca das relações sociais objetivas nas quais se inserem. A propriedade privada da terra lhe propicia a possibilidade de controle sobre o processo de trabalho, oferecendo a impressão de que há independência em seu trabalho. A necessidade objetiva de trabalhar é transformada pelo camponês em atividade subjetivamente provedora de admiração e prazer, ao reforçar o sentimento de autonomia do trabalho. Para Santos, essas representações dos camponeses são formas ideológicas que servem para justificar subjetivamente a situação objetiva de subordinação ao modo de produção capitalista, fazendo o camponês se ver como proprietário autônomo das condições do próprio trabalho, quando em realidade seu trabalho é dominado e explorado pelas burguesias comercial e industrial, que se nutrem de seu trabalho excedente, uma vez que se vê forçado a vender para tais frações de classe sua produção agrícola, de maneira direta e/ou indireta.

Klaas Woortmann (1990), em estudo sobre a ordem moral do campesinato, afirma que a terra figura para o camponês mais do que como uma coisa ou mercadoria: trata-se de uma expressão da moralidade, um patrimônio sobre o qual se constrói a família como um valor, que se transmite de pai para filho, materializando a honra da família. Porquanto seja um personagem social ambíguo envolto numa tensão entre a tradição e a modernidade, a ideia de uma sociedade moderna individualizada e voltada ao mercado se opõe a uma ordem moral campesina centrada na terra, família e trabalho, que aparecem como categorias centrais para o modo de vida camponês, estando vinculadas a valores e princípios como honra, hierarquia e reciprocidade, definindo o que o autor chama de uma tradição de campesinidade. Para além de afirmar que tal ou qual agente ou grupo social é “camponês”, a teorização de Woortmann tem em vista a percepção da ordem moral da campesinidade nas falas, ações e valores dos sujeitos, evitando transformar o conceito de campesinidade numa prisão conceitual. Afinal, aqueles que muitas vezes são chamados de “camponeses” não são sujeitos radicalmente distintos das pessoas que estão mais imiscuídas na visão de mundo e em relações sociais predominantemente modernas e a permanência de elementos tradicionais não impede a modernização (WOORTMANN, 1990).

Segundo Woortmann, o caráter familiar do trabalho é central no conceito de camponês e a independência e a honra do pai de família – que é ao mesmo tempo dono da propriedade da terra – deriva do trabalho agrícola, da autonomia do processo de trabalho e também da segurança proporcionada pela posse da terra, que é considerada, mais do que um objeto de trabalho, um espaço da família. O cooperativismo como proposta moderna de organização da produção tende a negar o patriarcalismo típico do camponês, opondo uma concepção de indivíduo contratual e mercantil (o membro da cooperativa, subordinado à suas formas de gestão) à noção de pessoa moral da família (o pai de família, que tem poder de mando sobre os demais membros da família e comanda o processo de trabalho). Como não é o saber do pai e o controle deste sobre o processo produtivo que organizam a produção, a

cooperativa é encarada como se fosse uma espécie de “patrão” a comandar a força de trabalho da família camponesa. Assim, a ordem econômica subordina a ordem moral camponesa, desconstituindo a hierarquia familiar, que possui centralidade nesta como princípio e valor.

Nota-se, portanto, que a valorização do patrimônio familiar e da segurança dele derivada, bem como da autonomia como um valor que deve ser assegurado não apenas no processo produtivo como na vida cotidiana em geral, não representam o que sociologicamente se entende como individualismo, ao contrário das acusações leninistas dirigidas ao campesinato. De fato, tais características típicas devem ser compreendidos no quadro mais amplo do modo de vida camponês, em que o espaço doméstico familiar é priorizado, em detrimento de instâncias associativas e de planos de organização coletiva mais amplos. O individualismo como ideologia predominante nas sociedades modernas, assentada sobre os pilares da economia mercantil e da democracia liberal, que é alvo das críticas leninistas, de fato tende a se opor a uma visão de mundo e a uma ordem moral camponesas em que a honra, a hierarquia e a reciprocidade, valores tipicamente tradicionais, assumem centralidade.

Ainda, pode-se perceber uma pluralidade de fatores que determinam a opção pela adesão a um dado formato de organização e cooperação nos assentamentos e o desempenho dos participantes, os quais de forma alguma podem ser reduzidos a determinações econômicas, como sugeridos na hipótese do “individualismo” camponês consagrada por Clodomir Moraes dentro do MST. Embora a posição no sistema econômico influencie inevitavelmente em certa medida, a cultura, as experiências prévias, as sociabilidades, as lealdades e os valores parecem ter tanta ou mais importância do que tais elementos de ordem macrosociológica encarados de forma determinista, no que tange à participação dos assentados em propostas de organização e cooperação nos assentamentos.

CAPÍTULO II

ANTECEDENTES DA PROPOSTA DAS *COMUNAS DA TERRA* E DA VIRADA DO MST PARA OS “URBANOS”

2.1 Antecedentes da proposta de “novas formas de assentamento”

Após a crise na implementação da proposta de organização e cooperação agrícola realizada pelo MST nos assentamentos, ocorrida nos anos 1990, não se abandonou a ideia de que a cooperação seria a forma superior de organização dos assentados. Ante tal diagnóstico, cabe investigar como o MST mantém a sua proposta de organização e cooperação agrícola voltada aos assentados e como esta se relaciona com o seu projeto político em períodos mais recentes. Este é um passo necessário para se entender como as experiências, discussões e reflexões feitas dentro do MST se encaminharam no sentido da criação da proposta das *Comunas da Terra*, denominada como uma “nova forma de assentamento” ou assentamento de “novo tipo”.

João Pedro Stédile, um dos principais dirigentes nacionais do MST, afirmava em 1999 que o Movimento apresentava um programa agrário no qual se criaria um sistema misto, superior tanto ao paradigma da organização da economia camponesa de Alexander Chayanov quanto ao paradigma da agricultura capitalista⁵⁰. Nele se assimilaria do capitalismo a divisão do trabalho, eliminando-se os objetivos capitalistas, isto é, extinguindo as relações de exploração. Em sua visão, marcadamente influenciada pela crítica à economia política marxista, a divisão do trabalho nasce do processo natural de desenvolvimento das forças produtivas e da cooperação entre essas forças, devendo estar a serviço da coletividade e não apenas dos proprietários dos meios de produção. A proposta de divisão do trabalho do MST seria superior ao modelo capitalista, segundo seu ponto de vista, pois a renda da produção é dividida por todos e não apropriada privadamente. No limite, essa concepção deveria levar à extinção da profissão de agricultor, entendido como aquele que exclusivamente vive do trabalho de lavrar a terra, dando lugar a uma nova formulação do conceito de trabalhador rural. Em suas próprias palavras: “se todas as pessoas, independentemente de sua profissão – veterinário, agrônomo, economista, motorista da cooperativa, pequeno agricultor –, trabalham no meio rural e se o resultado do trabalho de cada um será distribuído entre todos, todos são trabalhadores rurais” (FERNANDES & STÉDILE, 1999, p. 111).

O trecho citado deixa bem claro que permanecia, até 1999, a intenção de se realizar formas de cooperação com divisão técnica do trabalho, especialização técnica e divisão da renda gerada pelo trabalho cooperativo dos assentados de forma igualitária. No entanto, o

⁵⁰ O pensamento e o discurso de João Pedro Stédile mudam ao longo do tempo, de modo que é necessário ressaltar que a concepção de programa agrário citada corresponde a uma fase específica na trajetória do dirigente e do desenvolvimento do projeto político do MST. Interessa nesta pesquisa acompanhar as mudanças nesse sentido, as quais decerto têm relação com a configuração atual da proposta das *Comunas da Terra* e com o tema da organização e da cooperação nos assentamentos, em geral.

reconhecimento das dificuldades para se implementar tal modelo, exaustivamente descritas pela bibliografia sobre assentamentos que trata dos conflitos ali existentes envolvendo processos de cooperação, levou o MST a adotar formatos mais flexíveis de cooperação e de organização produtiva nos assentamentos.

Ainda assim, o ideal da cooperação sobre bases coletivistas voltada para a agroindustrialização permanece até hoje como meta. Segundo informações disponibilizadas pelo próprio MST em sua página da *internet*:

A prática da cooperação é, para o MST, um grande instrumento pedagógico para a construção do ser social. Ela permite ao trabalhador rural romper com a auto-suficiência e o individualismo, e acreditar no êxito da aplicação da força conjunta na produção e nos serviços ligados a sua atividade. *A partir de uma visão abrangente, o MST combina a organização da moradia, o agrupamento das famílias em núcleos de base e a promoção da cooperação como forma de criar uma nova estrutura social no assentamento.* Vivendo próximas, em agrovilas ou núcleos de moradia, organizadas em núcleos de base, as famílias são estimuladas a solucionar seus problemas de forma conjunta. A construção de uma escola ou a reforma de uma ponte pode ser feita em mutirão. O MST entende que a saída individual é fatal para o assentado e, conseqüentemente, para o assentamento em termos de seu desenvolvimento e êxito como um todo. [...] *Vencendo diversas dificuldades na continuidade de sua luta, os assentados do MST desenvolveram diversas atividades econômicas. Em meados da década de 1990, atingiram um estágio superior: o da agroindustrialização* (Fonte: <<http://www.mst.org.br>>. Acesso em 30 de maio de 2011. Grifo nosso).

Percebe-se no trecho acima, extraído de texto produzido em 2009, que a ênfase nas formas cooperativas permanece como um dos principais objetivos do MST, ligado a suas funções econômicas, sociais e políticas. Não se trata de maneira alguma de abandoná-las, mas sim de incentivar uma diversidade de arranjos, rompendo com a imposição da coletivização integral dos meios de produção, nos moldes em que vinha sendo tentada com o SCA por meio das CPAs – o que não significa que se tenha abandonado de todo o formato das CPAs, que ainda se mantém em alguns assentamentos, particularmente no Sul do país.

O MST continua estimulando a cooperação, mas agora por meio de mutirões, lavouras comunitárias, compra conjunta de máquinas e equipamentos, associações e cooperativas para fins de comercialização conjunta e grupos ou cooperativas de trabalho semicoletivos e coletivos. Vale lembrar que tais práticas também eram adotadas no período de implantação das CPAs no início dos anos 1990 e mesmo antes, por outros agentes, por meio de experiências comunitárias ensaiadas pela Igreja e até mesmo pelo INCRA. Cabe lembrar que algumas das formas de cooperação incentivadas pelo MST desde o princípio são próprias à tradição do Brasil rural como o mutirão e a troca de dias. Mas, a despeito do incentivo à diversidade de formas cooperativas, a agroindustrialização sob bases cooperativistas é vista ainda como a forma superior de atividade econômica, por meio da qual é possível agregar valor aos produtos agropecuários, sendo, portanto um objetivo a ser perseguido em todos os assentamentos⁵¹.

⁵¹ “Até 2008 o Movimento tinha ajudado a estabelecer 161 cooperativas agrícolas, entre elas quatro cooperativas de crédito e 140 agroindústrias ligadas a seus assentamentos” (CARTER & CARVALHO, 2009, p. 313).

No entanto, a preocupação com a criação de uma nova “estrutura social” nos assentamentos representa um elemento novo em relação à abordagem anterior. Passa-se a considerar mais a importância da organização da vida social comunitária dos assentados como um fim a ser buscado, para além dos resultados econômicos da cooperação. Ainda, a partir da constatação da permanência das bases familiares da organização produtiva nos assentamentos rurais, considerada problemática pelo MST ante as metas supracitadas, a preocupação com a cultura, os valores e a sociabilidade das bases passou a transparecer nas reflexões dos ideólogos e dirigentes do MST – ainda que não se mencione propriamente essas categorias em alguns documentos, mas exista a referência a esse tipo de conteúdo.

Em 1994, com a constatação de que os assentados progressivamente iam abandonando as CPAs, o MST publicou um documento nomeado “Como organizar os assentados individuais” (MST, 1994). Embora as CPAs que efetivamente funcionaram tivessem conseguido, na visão do MST, liberar quadros, angariar recursos para a luta e elevar a consciência de seus integrantes, não foi possível “massificar” esse formato de cooperação nos assentamentos e manter todos ou a maioria dos assentados organicamente vinculados ao Movimento como sua base (MST, 1997).

Além da desintegração de muitas CPAs e o esvaziamento relativo de tantas outras que continuaram a existir, o MST passou a trabalhar abertamente com a conclusão de que a imensa maioria dos assentados permanecia trabalhando individualmente em seus lotes e não se integrava ao projeto de cooperação proposto pelo Movimento. Em muitos casos, as difíceis condições de vida levavam os assentados a abandonar seus lotes ou vendê-los, o que, para o MST, representava uma derrota do ponto de vista político. Assim, foi realizado um seminário nacional em abril de 1994 para discutir a questão dos “individuais”, que são enquadrados numa polarização em relação aos “coletivos” – ou seja, aqueles grupos de assentados que realizam experiências de cooperação agrícola (MST, 1994).

Neste documento de 1994 partiu-se da constatação de que havia nos assentamentos 150 mil famílias, mas o MST teria sido capaz de organizar apenas 30 mil como base social através de processos de cooperação, isto é, um quinto do total dos assentados em áreas conquistadas pelo Movimento. Grande parte dos assentamentos realizados no Governo Sarney estava em áreas de ação sindical e não do MST e, assim, ainda que o MST pretendesse expandir sua atuação para a totalidade dos assentamentos, isto não ocorria de forma automática. Algumas causas da dificuldade em organizar os “individuais” nas áreas sob influência do MST foram apontadas no documento, tais como a falta de um trabalho educativo sobre a cooperação agrícola a ser realizado com os assentados, a falta de uma política clara sobre como trabalhar com os assentados que não desejavam se integrar aos “coletivos”, de uma estrutura orgânica permanente que vinculasse coordenação e núcleos de base de assentados, a presença do MST nos assentamentos tendo em vista apenas a discussão sobre a aplicação de créditos e para recrutar pessoas para as ações diretas de lutas sociais e políticas e, ainda, a confusão entre cooperação e cooperativismo – que levou ao abandono de outras formas de cooperação mais adaptadas às necessidades dos “individuais”.

Desde então se definiram algumas linhas de ação para envolver os “individuais” na base do MST de forma mais orgânica, afirmadas nesse documento, centradas na “mística”⁵²,

⁵² As místicas podem ser consideradas como celebrações ou encenações apoiadas no cultivo da memória ou da história do povo, assemelhadas a rituais religiosos laicos. Trata-se de eventos em que se reafirma a coletividade em detrimento dos indivíduos singulares, reatualizando o elo de lealdade e o sentimento de pertencimento ao

no trabalho organizativo e na formação político-ideológica. Dos aspectos culturais, religiosos e místicos se deveria produzir a mística: retomar as festas feitas no período do acampamento (como os saraus de música e poesia, festas juninas, natalinas etc.), incentivar a formação de grupos de teatro, realizar ações em memória de datas de lutas dos trabalhadores e especialmente datas importantes na história do assentamento. A ideia é que se produza nos assentados motivação para a luta, um sentimento de pertencimento ao MST o desenvolvimento de valores como solidariedade, companheirismo, afetividade, além de motivá-los ao trabalho produtivo. Em termos político-ideológicos se propõe a realização de cursos de curta duração para formação de lideranças dos assentamentos e para militantes intermediários (chamados de “multiplicadores”) e cursos de longa duração para todos os assentados. Quanto ao trabalho organizativo, a ideia era criar núcleos formados por grupos de assentados, “coletivos” internos, organizar jovens e mulheres e ter a sensibilidade de ouvir mais os assentados, ao invés de levar propostas fechadas. Neste sentido propunha-se formar uma “coordenação da comunidade” no assentamento que envolvesse representantes das religiões, do esporte, das mulheres e da produção.

Considerando a atuação nos assentamentos como débil, propunha-se que houvesse militantes morando nos assentamentos e que os dirigentes identificasse lideranças intermediárias para serem qualificadas e trabalhem diretamente com os demais assentados. A abordagem voltada às questões internas dos assentamentos, tentando atender às necessidades dos assentados, ao invés de se levar para os mesmos questões políticas que não lhes são prioritárias, tinha em vista o estabelecimento de um vínculo com as famílias buscando maior “organicidade” e não apenas mobilizá-las para ações coletivas pontuais.

Neste mesmo documento se apresentava como problema o preconceito contra os “individuais” existente dentro do MST, que tendia a afastá-los da organização. Em grande parte isto se devia ao fato de que, ao abandonar os “coletivos”, esses “individuais” eram difamados por aqueles que permanecem deles participando: os “coletivos” eram elogiados como sendo bons e os “individuais” tachados como “lumpens”. Isto tendia a levar os “individuais” a criar novas instâncias de organização próprias, em oposição àquelas criadas pelo MST.

Com relação aos assentados “individuais” que não se organizavam coletivamente de forma alguma foi identificado um outro problema que dissesse respeito aos insumos indivisíveis colocados pelo governo nos assentamentos, tais como sistemas de abastecimento de água, por exemplo, que traziam questões de gerenciamento, o qual pressupõe um mínimo de organização entre os assentados. Por outro lado, se reconhecia a virtude em alguns “individuais” que possuíam produtividade superior aos demais e aproveitavam a força de trabalho disponível em suas famílias de maneira mais eficiente do que era feito nos “coletivos”.

Afirmando a necessidade da valorização dos “individuais” na luta pela terra o documento propunha ainda que fossem estimulados a residir em agrovilas; criadas associações envolvendo a totalidade dos moradores no assentamento e servindo a todos igualmente; desenvolvidos planos de produção centralizados envolvendo a todos e que haja estímulo à ajuda mútua, à troca de dias de serviço, ao mutirão, à comercialização em grupo e à aquisição e uso de máquinas conjuntamente. O tema da “flexibilização” das formas de

MST, servindo ainda como uma espécie de ritual de acolhimento para quem se aproxima do Movimento (CALDART, 2004; LERRER, 2012).

cooperação aqui ressurgia, dando espaço a um princípio de reconhecimento, ainda embrionário, de fatores socioantropológicos e mesmo psicológicos que até então não eram sequer mencionados nos documentos, como a dificuldade de as pessoas se sentirem subjetivamente realizadas e motivadas em participar de cooperativas coletivistas e a perda da afetividade nestas, com a vivência de relações puramente empresariais e “frias”. Essa sutil mudança em direção ao reconhecimento da importância de aspectos socioculturais e psicológicos até então relegados a segundo plano por conta da adesão a uma visão marxista ortodoxa e mecanicista não representa algo ínfimo.

Desde 1994, com a crise das CPAs, o olhar para aspectos socioculturais ora aparece nos manuais em paralelo ou substituindo a concepção ortodoxa marxista do “individualismo” camponês, ora é omitida e em seu lugar percebe-se mais uma vez a presença do leninismo adotado via teorização de Clodomir Moraes sobre a organização e a cooperação. Não pretendo recuperar cada remissão presente nos documentos do MST sobre o deslocamento em direção à cultura e aos aspectos sociais, mas tão somente reconstituir alguns dos principais momentos que marcaram a discussão, entre recuos e avanços neste sentido, contextualizando ainda outras tensões pré-existentes. Em 1995, no “Caderno de Cooperação Agrícola n.º 4”, intitulado “Perspectiva da Cooperação Agrícola os Assentamentos”, se afirmava como uma das condições necessárias para a cooperação na produção levar em conta as origens, tradição e cultura dos assentados (MST, 1995). Até 1997, no “Caderno de Cooperação Agrícola n.º 5”, sobre o Sistema Cooperativista dos Assentados, ainda era possível encontrar afirmações que fugiam a um diagnóstico sobre a cooperação que conferisse centralidade aos fatores socioculturais e subjetivos que resultaram em fracassos na maioria dos experimentos de cooperação via cooperativas:

Mas para organizar a cooperação, esses aspectos subjetivos, relacionados com a vida social e política das pessoas devem ser deixados de lado. Ou seja, eles não podem ser colocados como condição prévia para organizar a cooperação embora tenham muita influência. Isto não quer dizer que não devam ser considerados posteriormente. Devem. Mas não como fatores decisivos para organizar a cooperação (MST, 1997, p. 75, grifo nosso).

A bibliografia dedicada à análise de processos de cooperação realizados pelo MST em assentamentos aponta justamente o contrário desta afirmação presente no documento. Segundo a maior parte das análises, a dificuldade derivava fundamentalmente dos conflitos produzidos pela imposição de um modelo de organização do trabalho e da vida social nos assentamentos que se chocava contra as experiências pretéritas dos assentados, contra seus valores, expectativas e projetos de vida, consolidando a tensão entre um projeto centrado em valores coletivos e comunitários, altamente politizado e vinculado à organicidade do MST, e os projetos particulares dos assentados, que afirmavam o desejo de manutenção de sua individualidade e da autonomia, centrado na reprodução social familiar (ANDRADE, PEREIRA E NOBRE, 1989; BAVARESCO, 1998; BRENNEISEN, 1999; CAZELLA, 1992; D’INCAO E ROY, 1995; SOUZA, 1999).

Desde 1998, no “Caderno de Cooperação Agrícola n.º 7”, intitulado “Enfrentar os Desafios na Organização dos Assentamentos”, se falava sinteticamente na necessidade de tratar os assentamentos como núcleos sociais onde as pessoas convivem e desenvolvem um conjunto de atividades comunitárias relativas a cultura, lazer, educação, religião etc., para além de uma mera unidade de produção (MST, 1998a). Mas a presença de elementos que denotam a progressiva centralidade dos fatores de sociabilidade foram evidenciados de maneira mais detalhada no “Caderno de Cooperação Agrícola n.º 10”, intitulado “O que levar

em conta para a organização dos assentamentos: a discussão no acampamento”, produzido em 2001 e publicado pela CONCRAB, ligada à estrutura organizacional do MST e que tem um papel central no Sistema Cooperativista dos Assentados (MST, 2001a)⁵³.

Esse documento também afirma que o trabalho de arregimentação de pessoas nas periferias urbanas para a luta pela terra já vinha acontecendo desde antes – embora não se precise um período determinado, nem se mencione a situação particular das pessoas recrutadas na periferia urbana, isto é, se eram trabalhadores rurais, trabalhadores urbanos, desempregados ou moradores de rua:

A consciência social como produto do convívio e da participação social, desenvolve-se naturalmente, na medida em que se *estimule os aspectos de convívio e da participação*. O acampamento é um grande exemplo disto: arrebanhamos pessoas simples, que viviam nas comunidades rurais ou periferias das cidades, que conviviam e participavam apenas de momentos religiosos (culto), esportivo (futebol) e social (boteco) e com elas *construímos uma nova estrutura social* (acampamento) onde passaremos a vivenciar diversos níveis de participação interna (grupo de base, equipes, setores, coordenação, assembléia). *Como também participar das mobilizações e enfim conviver intensamente. Assim, estas pessoas saem de um nível muito pequeno de convivência e participação e se incorporam em uma estrutura social que proporciona e acelera estes aspectos*. Se esta estrutura social criada (acampamento) de fato funcionar, teremos um “laboratório de formar consciências sociais” (MST, 2001a, p. 7, grifo nosso).

A participação e a convivência são consideradas como valores centrais neste sentido, possuindo o papel de desenvolver uma sociabilidade ampliada em relação ao círculo social restrito que se supõe anteriormente ter sido experimentado pelos agentes. A suposição de que os assentados se limitariam em termos da rede de relações mantida anteriormente à entrada no MST é um traço representativo da ideia de que as formas anteriores de vida em sociedade dos mesmos representariam um obstáculo ao desenvolvimento de sua consciência social. Trata-se de uma visão estereotipada sobre os membros da base mobilizada que dá destaque ao fato de que durante a passagem pelos acampamentos é possibilitada uma mudança na consciência dos agentes na medida em que participem de ações coletivas e se integrem nos diferentes níveis de organização propostos pelo MST (assembleia, setores, grupos de base, equipes etc.).

Essa visão da vida social anterior dos assentados como sendo encerrada em limites muito estreitos parece ser produto de um desconhecimento sobre as trajetórias sociais, sobre o acúmulo de vínculos sociais e o pertencimento a diferentes sociações produzidas nos itinerários sociais percorridos pelos agentes. Há uma pluralidade de vínculos sociais anteriores à entrada nos acampamentos que não necessariamente são abandonados ou perdidos ao entrarem para o MST e se tornarem acampados e/ou assentados. Ao mesmo tempo, tal visão aponta para a crença de que os acampamentos podem proporcionar um desenvolvimento da vida comunitária e das sociabilidades dos assentados, o qual, na visão do MST, tende a transformar sua consciência social, os tornando menos “individualistas”. Justifica-se uma meta proposta para os acampamentos tomando como base uma hipótese

⁵³ A necessidade de construção de “estruturas sociais” nos assentamentos já aparecia em outros documentos nos anos 1990, bem como a ideia de “desenvolvimento social”, mas tão somente de maneira muito pontual e não detalhada, tendo sido tais ideias desenvolvidas em maior profundidade somente entre o final dos anos 90 e início dos anos 2000.

apriorística sem comprovação empírica e, por isto, preconceituosa – no sentido de que parte de ideias preconcebidas pelos seus enunciadores, isto é, de pré-noções.

De fato, são operadas transformações na cultura política de agentes durante o processo de luta pela terra, como demonstro no capítulo 4. Mas isto não significa que sua condição anterior fosse de convívio limitado à Igreja, ao lar, ao bar e ao futebol, como afirma o MST nesse documento. Os agentes mantêm redes de sociabilidades ligadas ao parentesco, ao trabalho, à vizinhança e a diversos outros fatores que não podem ser menosprezados. Tampouco as mudanças na cultura política, fruto da passagem pelos acampamentos, atingem da mesma forma a todos que entram para a luta organizada pelo MST: há aqueles que não são transformados pela experiência e mantêm a mesma visão de mundo e semelhantes posições políticas às que possuíam na posição anterior de suas trajetórias sociais.

Nesta visão apresentada no documento, o acampamento é encarado como um meio para dinamizar a ampliação das redes sociais dos assentados e proporcionar novas sociabilidades, com ênfase principalmente na sociabilidade comunitária construída no período das ocupações e acampamentos, a qual se tenta transplantar para os assentamentos, manter viva, bem como proporcionar sua ampliação.

A ideia de que os assentamentos também deveriam corresponder a um espaço social que proporcionasse a ampliação das redes de relações e das sociabilidades vividas pelos assentados é um dos traços fundantes da concepção de assentamentos de “novo tipo” proposta pelo MST a partir dos anos 2000. Ainda no “Caderno de Cooperação Agrícola n.º 10” – o qual define elementos que devem ser considerados pela militância e pelos dirigentes para organizar os assentamentos – é possível identificar certa relativização na ênfase até então conferida à produção nos assentamentos, que havia predominado até então na gestão e organização das cooperativas do MST, em paralelo ao foco nas metas políticas:

[...] teremos de contemplar em nossas ações propostas para as diversas esferas da vida humana e não apenas para as necessidades econômicas. Em fim, a questão é que negligenciamos estes vários aspectos acima citados: nos apegamos ao imediatismo que a organização da sobrevivência nos coloca; *não criamos estruturas sociais (assentamento) que permitam avançar no desenvolvimento da consciência e modificar o ser social*; e não atuamos de forma globalizada nos assentamentos, atacando, organizando as diversas necessidades das famílias (MST, 2001a, p. 8, *grifo nosso*).

A noção de “estruturas sociais” diz respeito aqui ao estabelecimento de formas sociais comunitárias nos assentamentos. O objetivo principal, do ponto de vista do MST, era que a criação de comunidades nos assentamentos que envolvessem a todos os assentados facilitasse o trabalho de formação e de conscientização pensado pelo Movimento, propiciando o desenvolvimento da consciência social e a transformação dos agentes sociais. O descentramento proposto dos aspectos políticos e econômicos em prol da ênfase nos aspectos sociais na realidade não constitui um fim em si, mas sim um meio para se atingir formas de consciência social que pudessem levar ao patamar da consciência política, isto é, da consciência de classe. De modo que o social aparece aqui, como de resto em geral na visão do MST sobre os assentados, como base de sustentação de uma estratégia política.

Os documentos produzidos pelo MST nos anos 1990 e 2000 fornecem abundantes comprovações da prevaência dos aspectos políticos no que tange à organização e à cooperação nos assentamentos. De fato, mesmo quando se abordavam temas de caráter sociocultural, as intenções subjacentes eram de ordem política. Mas os documentos desse

período indicam também outra tensão criada pela oposição entre uma visão mais voltada para os aspectos políticos e outra que colocava centralidade nos aspectos econômicos: ao mesmo tempo em que o MST visava levar a cabo a luta política, havia a necessidade de construir empreendimentos econômicos nos assentamentos.

Assim, havia basicamente duas visões sobre a forma como seria conduzido o Sistema Cooperativista dos Assentados, as quais vinham constituindo um embate interno ao MST principalmente entre 1992 e 1995. Reduzindo a complexidade das posições para fins analíticos, os documentos pesquisados revelam que assumindo a defesa dos aspectos mais propriamente políticos da cooperação estava Ademar Bogo, enquanto os aspectos econômicos e administrativos das cooperativas eram defendidos principalmente por figuras como Pedro Christoffoli e Paulo Cerioli. Essas duas visões eram apresentadas em documentos internos do MST e eram alvo de discussões em seminários sobre a cooperação agrícola organizados pelos dirigentes (MST, 1999). Ora as publicações do MST assumem um viés mais ligado aos aspectos econômicos, ora focam mais nos aspectos políticos. No Caderno de Formação n.º 5, intitulado “Organicidade e Núcleos de Base”, essas duas visões são apresentadas da seguinte forma, primeiro com ênfase no uso instrumental político da cooperação e, segundo, sugerindo a importância de se construir alternativas econômicas:

Primeira: É a visão de alguns companheiros de que não adianta pensarmos em desenvolvimento econômico para os assentamentos ou para a agricultura, dentro dessa política econômica atual. Nesta concepção, as formas de cooperação, [se] tornam apenas espaços para organizar os assentados para as lutas.

Segunda: Não imaginar que no capitalismo vamos resolver todos os problemas econômicos dos assentados, mas não podemos desistir de tentarmos darmos alguns passos com os objetivos de resistência no campo e de irmos construindo e mostrando alternativas. Temos que nos desafiar a organizar também o mundo econômico. Ter a clareza de que o caráter mais importante das cooperativas é o político. O econômico está inserido dentro dele (MST, 1998d, p. 12, *grifo do autor*).

Em relação à primeira visão, que coloca o político como centro absoluto e a cooperação em posição completamente subordinada à racionalidade política, o problema é que se adotava nas organizações uma lógica de movimento de massas, sem profissionalizar a administração, o planejamento e a contabilidade, comprometendo o sucesso do empreendimento econômico de cooperação. Em relação à segunda visão, havia o risco de se cair no “economicismo” ao crer que apenas a organização da cooperativa para fins econômicos e produtivos já seria suficiente para a resolução dos problemas dos assentados e do Movimento, sem colocá-la à disposição das lutas do MST – ainda que o discurso afirmasse a subsunção do econômico ao político.

A dificuldade em conciliar o duplo caráter do SCA tendia a produzir tais “desvios”, na visão do MST. A saída do impasse implicaria em assumir um ponto de vista que unisse as duas abordagens. Por um lado, era preconizado que se considerasse que a razão de existência das cooperativas é fundamentalmente econômica, embora o caráter político delas seja o mais importante, do ponto de vista da estratégia do MST. Por outro, para que se atuasse a partir dessas duas premissas de maneira mais equilibrada era preciso desenvolver um trabalho político e ideológico na base das cooperativas e associações, tentando conciliá-los na própria prática cotidiana dos assentados.

A novidade que começa a se delinear nos debates sobre a cooperação é o deslocamento da tensão entre econômico e político para o foco em aspectos socioculturais dos assentamentos. Em termos culturais em sentido *lato*, para além do debate específico sobre a cooperação, no “Caderno de Cooperação Agrícola n.º 4”, de 1995, por exemplo, já se apontava a importância do respeito à religiosidade dos assentados, propondo-se o desafio de “fazer com que as religiões ou seitas existentes nos assentamentos assumam a sua face libertadora”, passando a defender “o direito de organização dos excluídos” e encorajando “a luta para que todos tenham vida em abundância”. Sugere-se que as celebrações religiosas deveriam ter um caráter ecumênico, respeitando-se a diversidade de opções religiosas dos assentados e construindo-se espaços comuns dedicados a eventos religiosos, que possam servir às diferentes seitas e religiões porventura ali representadas. Propunha-se ainda que o assentamento deveria ser embelezado, para gerar bem estar entre os assentados, a partir da manutenção do ambiente limpo, organizado, arborizado, com ruas sinalizadas e placas indicando as estruturas e instalações agrícolas, marcado pela existência de símbolos de luta como as bandeiras do MST etc.

A política orientada à tolerância religiosa refletia o fato de que os assentamentos estavam longe de serem espaços secularizados, nos quais de fato as diferentes Igrejas e religiões têm um papel relevante em várias dimensões da vida social, ainda que não necessariamente apareçam materializadas em templos nos próprios espaços, mas fundamentalmente na visão particular dos assentados. Para além do papel de estímulo à organização, a religião já havia sido identificava pelo MST como um elemento que interferia sobremaneira nas dinâmicas sociais dos assentamentos. Percebida como algo que influencia na conduta, nos valores e na participação política, a religião era identificada como forma de reprodução ideológica, e, portanto, parte da consciência social. A ausência de controle do MST sobre a presença das religiões dentro dos assentamentos era considerada como algo temerário, que estava possibilitando a entrada de seitas e a proliferação de religiões que reuniam assentados e os condicionava a resistirem a determinados encaminhamentos políticos propostos pelo Movimento (MST, 1998b).

Mas, no que diz respeito especificamente à influência de fatores socioculturais, a contribuição fundamental presente nos documentos do MST foi oferecida por Horacio Martins de Carvalho, pesquisador e docente que nesse momento já era um dos principais ideólogos do MST e também da Via Campesina⁵⁴.

2.2 Três análises em torno ao tema da organização e da cooperação em assentamentos

As contribuições de Horácio Carvalho no que tange à pesquisa sobre o tema da cooperação e da organização em assentamentos rurais trazem para o interior do MST novos conteúdos oriundos de reflexões no campo das ciências sociais, as quais não surgiram apenas do trabalho de pesquisa deste autor, mas também dos esforços de outros acadêmicos. Neste ponto seria interessante recuperar os diagnósticos e proposições de Carvalho e mostrar os paralelos existentes na produção de outros dois autores que não se assumem a posição de assessores do MST, a saber, o sociólogo José de Souza Martins e o antropólogo Jorge Osvaldo Romano.

⁵⁴ Sobre as relações entre MST e Via Campesina ver Vieira (2008).

Engenheiro agrônomo com especialização em ciências sociais e em 13 outras áreas ligadas ao meio rural e aos estudos sociais e tendo sido consultor da Comissão Pastoral da Terra durante alguns anos, desde 1998 Carvalho se tornou consultor da CONCRAB, realizando estudos para definição de estratégias de desenvolvimento e de cooperação econômica em assentamentos rurais. Em 1999 realizou pesquisas em assentamentos rurais no Brasil, a partir das quais produziu dois estudos sobre o associativismo e a cooperação (Fonte: <<http://www.ces.uc.pt/emancipa/cv/gen/horacio.html>>. Acesso em: 06/06/2013).

Uma desses estudos sobre o associativismo em assentamentos de diversas regiões do país foi financiado pelo Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA) e pelo governo federal via Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento (NEAD). O autor realizou 126 entrevistas, sendo 117 com assentados e 9 com técnicos vivendo nos assentamentos, a partir de 18 assentamentos, duas áreas do programa Cédula da Terra e cinco comunidades rurais no entorno de assentamentos no Maranhão e no Ceará.

Afirma Carvalho que nos assentamentos rurais prevalecia o “comportamento individualista” das famílias de trabalhadores rurais em relação à gestão do assentamento, à forma de apropriação da terra, ao processo produtivo, à comercialização e às relações com os mediadores das políticas públicas. Parte o autor do pressuposto de que a melhoria crescente e sustentável das condições de vida e de trabalho dos trabalhadores rurais estava condicionada à sua capacidade de estabelecer relações sociais de cooperação entre si, potencializando as forças produtivas e os meios de produção de que dispunham nos assentamentos.

Considerando que um dos problemas centrais nos assentamentos era o da capacidade e possibilidade de realização dos projetos econômicos dos assentados após a obtenção da terra, a forma de cooperação principal que poderia atingir essa finalidade, na visão do autor, seria o associativismo econômico. Mas indaga-se sobre os condicionantes para a realização deste e sobre como explicar sua efetivação ou não:

[...] será possível compreender o associativismo econômico nos assentamentos, portanto o associativismo do campesinato amplo senso, sem dar conta dos demais planos sociais por eles vivenciados? Seria possível separar a unidade de consumo da unidade de produção, as relações sociais de vizinhança, de parentesco e ou religiosas daquelas da produção? E o assentamento, enquanto produto da luta social pela redistribuição da terra e afirmação da existência civil dos trabalhadores rurais sem terra, poderia ser separado da dinâmica social que é estabelecida pelas centenas de famílias de trabalhadores rurais ali construindo o seu cotidiano social? (CARVALHO, 1999, p. 4).

Partindo de tais questões, Carvalho tem como objetivo compreender como as novas interações sociais nos assentamentos possibilitavam ou criavam obstáculos à coesão social e à consolidação de identidades sociais e como essas dimensões influenciavam direta ou indiretamente o processo do associativismo econômico. Ainda que tente dar conta da heterogeneidade biográfica dos assentados, considerada como fator que influencia na formação e reprodução dos grupos sociais e na constituição de novas identidades sociais, o autor trata tais dimensões como elementos apenas indiretamente associados com o associativismo econômico.

Utilizando-se da teoria de Peter Berger e Tomas Luckmann (1974) sobre a construção social da realidade, Carvalho propõe que as possibilidades de identificação e coesão social entre os assentados dependem das novas tipificações e institucionalizações que serão

construídas na vida cotidiana no assentamento. A coesão social tendo em vista formas de cooperação duradouras necessita não apenas do formalismo associativo, mas principalmente de interações sociais que possam construir uma identidade social comum aos habitantes de um assentamento. Assim, identifica que muitos trabalhadores rurais se instalam nas ocupações e formam os assentamentos a partir de grupos de famílias unidos por convívio anterior no local de origem ou por um sentimento de pertencimento a uma localidade de procedência comum, que lhes confere algum grau de coesão social e uma identidade comum.

Em 1999, como consultor da CONCRAB, Horacio Carvalho produziu um texto que foi incluído no “Caderno de Cooperação Agrícola n.º 08”, intitulado “A Evolução da Concepção de Cooperação Agrícola do MST (1989 a 1999)”. O nome do texto de Carvalho incluído neste documento é “Contradições Internas no Esforço de Cooperação nos Assentamentos de Reforma Agrária do MST (Período 1989-1999)”. Nele, o autor faz uma análise de 31 documentos elaborados pelo MST, sendo a maioria publicados pela CONCRAB. Carvalho se propõe a construir uma abordagem distinta do diagnóstico dos “desvios” até então apresentado pelo MST, que, como vimos, fundamentalmente apresentava como principais problemas na prática da cooperação a ideologia “individualista” camponesa, o “economicismo” e a subordinação quase integral da cooperação à estratégia política do MST.

Em sua visão, os documentos apresentavam objetividade em suas proposições, mas uma ausência de metodologia para concretizá-las, o que teria contribuído para uma incompreensão das proposições e para leituras livres que justificavam certas decisões tomadas nos processos de cooperação que reduziam a eficiência e a eficácia das propostas de cooperação. Mas, fundamentalmente, o obstáculo à cooperação residia nas tensões produzidas pela aplicação de uma proposta exógena de cooperação que partia da direção política do MST sem considerar o estudo da realidade concreta dos assentados e da cooperação, sem fundamentos científicos empíricos.

Propondo-se a uma abordagem socioantropológica, Carvalho afirma que as afinidades que uniam as pessoas nos assentamentos eram de origens diversas, sendo apenas raramente de caráter econômico ou político e em geral ligadas às identidades sociais. A chave para entender porque não deram certo as CPAs, a seu ver, é o desencontro entre a cultura dos assentados e a proposta ideologizada aplicada pelo MST. A implantação da ideia de coletivização independentemente da consideração das histórias de vida teria criado problemas, assim como o fechamento do modelo de cooperação em torno da figura das cooperativas. Embora visasse abarcar todas as dimensões ou planos sociais da vida das pessoas, os vieses econômicos e técnico-burocráticos teriam se tornado o principal foco das possibilidades de cooperação, em detrimento do ensaio de novas relações sociais que tinham em vista a produção de um “novo homem” de inspiração socialista possibilitando uma “revolução nas práticas sociais e na concepção de mundo vigentes daquelas pessoas objeto da experiência social em apreço” (MST, 1999, p. 29).

Ainda ressalta Carvalho que o MST ignorou as formas históricas de cooperação vivenciadas pelos trabalhadores rurais brasileiros, que poderiam ser atualizadas e ressignificadas no contexto dos assentamentos. Subordinando a totalidade da organização dos assentamentos às cooperativas, mesmo os núcleos de base que se tentou implantar entre 1992 e 1999 viraram fundamentalmente espaços das cooperativas, dominados por questões econômicas e sem dar conta da formação político-ideológica, conforme sua avaliação. Assim, a redução da cooperação ao formato de cooperativas teria produzido um enfraquecimento do

viés político e da própria organicidade do MST. Os dirigentes das cooperativas eram em geral também dirigentes do MST e criaram-se muitas disputas pelo comando das mesmas.

Essa reflexão de Carvalho, embora nova no interior do MST, encontra similitude no conhecimento produzido tanto por Ademir Cazella (1992), que também opera com a ideia da existência de diferentes planos sociais na vida dos assentados, como pela análise que Jorge Osvaldo Romano (1994) havia produzido, sendo ambos os trabalhos datados em seis anos antes. Esses trabalhos não são referenciados nos textos de Carvalho, o que sugere que o autor teria chegado a tais conclusões por conta própria (CARVALHO, 1998; 1999).

Cabe aqui recuperar a reflexão de caráter sociológico e antropológico produzida por Jorge Romano (1994), que realizou uma pertinente intervenção trazendo elementos para se pensar a questão da cooperação e da organização dos assentamentos, em meio aos debates do seminário “A problemática dos Assentamentos Rurais: uma perspectiva multidisciplinar”, ocorrido no Rio de Janeiro em novembro de 1992. Dialogando com os trabalhos apresentados por Neusa Zimmermann, Mariana Franco e Sônia Bergamasco, o autor aponta para a importância que têm na organização dos assentamentos as relações étnicas, de compadrio, de parentesco, de vizinhança e religiosas, as quais influenciam a compreensão de sua dinâmica. Esses critérios funcionam como princípios orientadores da conduta e da visão de mundo dos atores, agregando seus interesses e organizando a conduta em torno do que chama de “lealdades primordiais”⁵⁵, possibilitando a demarcação e a delimitação de grupos sociais no interior dos assentamentos. Segundo o autor, no cotidiano dessas unidades, a dinâmica dos agentes está motivada por um conjunto mais diverso e complexo de interesses, que se manifestam em lealdades básicas e primordiais e não em termos econômicos ou políticos (politicopartidários ou políticos de classe).

A importância das formas de lealdades primordiais varia em instantes e contextos diferentes, podendo ser de grande significância para algumas práticas, mas insignificante em relação a outras. Pode ser fundamental um tipo de lealdade num momento da trajetória dos assentamentos, tornando-se secundária num momento posterior. Conforme o autor, considerar esse tipo de relações sociais é fundamental para a compreensão dos processos sociais nos assentamentos:

Em síntese, o que gostaríamos de lembrar é que as denominadas “lealdades primordiais” atuam como princípios básicos, fundamentais, de alto valor explicativo da dinâmica e da trajetória dos grupos presentes nos assentamentos, ressaltando-se a enorme significatividade desses princípios de agregação social, a sua capacidade de determinação, a sua influência sobre outros princípios econômicos ou políticos, que não podem ser mais esquecidas nas análises e interpretações (ROMANO, 1994, p. 251).

Romano opõe à utopia de uma comunidade harmônica a realidade de conflito permanente, que marca as dinâmicas sociais nos assentamentos. Em sua visão, o assentamento deve ser visto como um campo de lutas, no qual o “equilíbrio”, entendido como a ausência de conflitos, pode vir a ser uma característica de um estado almejado, porém, na concretude da

⁵⁵ A noção de lealdades primordiais é trabalhada por Hamza Alavi (1973) em sua tentativa de explicar os contextos sociais da ação política entre camponeses. Para o autor, a transformação da classe camponesa de “classe em si” (como categoria econômica) para “classe para si” (como um grupo político) é mediada por laços primordiais como o parentesco. Estudando outro objeto, Moacir Palmeira (1992) menciona a importância de lealdades primordiais como a solidariedade familiar, os laços de parentesco, a amizade e a vizinhança, em relação às racionalidades que orientam o voto eleitoral.

trajetória dos assentamentos, seria um resultado particular, restrito e conjuntural. A consideração do conflito como estado natural dos assentamentos sugere a abordagem de alguns problemas no que tange ao planejamento dos assentamentos: “como planejar quando você parte do conflito? Como lidar com esse estado de “conflito permanente” que se manifesta em diferentes feixes de relações e em tempos diferentes do assentamento?” (ROMANO, 1994, p. 252).

A noção de “feixes de relações” representa os diferentes planos sociais significativos a cada estado ou momento expressivo num assentamento. Esses planos não estão dados *a priori*, mas devem ser constituídos pela análise do pesquisador, tentando-se respeitar a complexidade e a especificidade do caso do assentamento observado. Os feixes de relações dizem respeito às relações de parentesco, étnicas, político-organizativas, tecnológicas, dentre outras, em seu caráter interdependente.

Indaga o autor: no contexto do assentamento, como “novos” aspectos e instituições são absorvidos ou ressemantizados pelo conjunto das relações sociais que continuam do sistema anterior? Em que condições os agentes têm a possibilidade de incorporar como seus os novos valores vinculados ao associativismo? Na visão de Romano, o pesquisador deve se dedicar a compreender a relação entre as continuidades e descontinuidades na realidade social dos assentados, para dar conta dos significados e relações presentes nos assentamentos.

O autor desfere ainda uma crítica contundente à oposição individual/coletivo, na qual o coletivo tende a ser visto como superior, oposição esta imposta pelo campo político dos mediadores, que acaba contagiando certas análises dos pesquisadores. Cabe refletir, em sua visão, até que ponto essa polarização não tem se constituído numa limitação analítica. Propõe então uma relativização dessa oposição, o que permitiria recolocar o problema analítico da liberdade de escolha para os camponeses entre formas coletivas, associativas ou individuais de organização. Em sua visão, tratar-se-ia não de um problema de livre escolha, pois para o camponês tal capacidade é marcada pela perda da dominação, pelo peso das tradições, pela religião, pelas lealdades primordiais, como também por coações conjunturais.

Outro problema apontado pelo autor diz respeito à tensão que se estabelece entre os valores igualitaristas, que são princípios organizadores dos mediadores, e os princípios de uma grande parte das populações camponesas assentadas, que se baseiam no valor da hierarquia:

Após o primeiro momento do assentamento – pelo geral um estado extraordinário, de ultrapolitização, que mantém como em suspense todas as outras dimensões da vida social do grupo –, de grande influência dos mediadores, e onde todo mundo é “cooperativo”, “comunitário”, “coletivo”, passa-se a vivenciar a tensão cotidiana, permanente, entre *igualitarismo* e *hierarquia* (ROMANO, 1994, p. 257-258).

Questiona, por fim, a visão implicitamente evolucionista que coloca como caminho necessário para o progresso dos assentados o trânsito de formas individuais, consideradas inferiores, para formas associativas e coletivas. Deste ponto de vista, a questão que se coloca para as análises seria: em quais condições são viabilizadas as formas associativas e em quais condições não? Ressalta o autor a dimensão temporal dessas formas e afirma que a “aplicabilidade ou não de uma ou outra forma num estado do assentamento é relacional e não absoluta. Elas não são fins em si mesmas, mas meios de viabilizar as trajetórias sociais dos assentados enquanto agricultores, colonos, extrativistas” (ROMANO, 1994, p. 256).

José de Souza Martins (1997), em entrevista ao Jornal Sem-Terra, oferece contribuição lapidar ao debate sobre a cooperação em assentamentos, por meio da qual desfere críticas ao modelo de cooperação e organização de caráter coletivista proposto pelo MST para os assentamentos. Considerando as tradições culturais dos agricultores familiares brasileiros, sugere que a agricultura familiar é em si uma forma de cooperação econômica e ao mesmo tempo uma comunidade que proporciona momentos de comunhão aos seus participantes, por exemplo, no período da colheita, quando diferentes gerações se unem para realizar o trabalho conjuntamente. O autor enxerga nisto uma forma de coletivização realista, de fundo moral, que se contrapõe à lógica de uma cooperação irrealista, fictícia e destrutiva, de fundo econômico. A proposta de coletivização sofisticada e pouco inteligível apresentada por intelectuais não chega funcionar na prática, não sendo entendida pelos trabalhadores rurais que, prudentemente, não a aceitam.

Essa base e cultura de cooperação e de divisão cooperada do trabalho pré-existente na cultura tradicional dos trabalhadores rurais pode desaparecer ou se desenvolver, de acordo com as condições históricas e sociais. Neste último caso, esse tipo de cultura comunitária e familista pode proporcionar formas de cooperação com potencial para modernizar e transformar a agricultura familiar tradicional, integrando-a “no mundo moderno de um modo muito mais humanizado e criativo do que através da proletarização e da conversão do trabalhador em mero braço, e não em cérebro, do trabalhador coletivo de que falava Marx” (MARTINS, 1997, p. 122). A cooperação estabelecida ao nível do processo imediato de produção, via trabalho coletivo em série, poderia levar os assentados à alienação em termos físicos e mentais, não significando em absoluto o ingresso dos camponeses no mundo moderno. Além disto, certos tipos de cultivos eram incompatíveis com modalidades de coletivização.

Longe de propor uma espécie de “volta ao passado”, José de Souza Martins sugere a existência de uma unidade básica de cooperação no campo que é a única tradição que possuímos no Brasil neste sentido, já que não temos o modelo de comunidade camponesa tradicional existente na Europa e em vários países. A ideia do autor é preservar e incorporar essa instituição num processo de transformação social e econômica. Tal proposta se fundamenta também na constatação de que a pequena agricultura familiar é altamente eficiente em termos de aproveitamento de recursos, garantindo alta produção em termos proporcionais, devido ao bom aproveitamento do tempo e do espaço, ainda que gerem esparsos retornos financeiros. Não obstante, o fato de não se gerar alta renda a partir dessa produção não deriva de fatores relativos ao mundo da pequena agricultura familiar, mas de contingências externas que fogem ao seu controle e influência.

Na visão do autor, o MST propõe e tenta realizar nos assentamentos a inserção desses trabalhadores que vêm da experiência do universo da agricultura familiar em uma lógica econômica mais ampla, racional, apoiada na ideia de retornos econômicos modernos e reciprocidades sociais basicamente tradicionais, na ideia de formas amplas de cooperação não só econômica, como também de solidariedade comunitária revigorada. Com base, enfim, na sociabilidade gerada na partilha daquilo que não é propriamente econômico, pois é neste âmbito que as pessoas têm mais dificuldade para aceitar propostas de cooperação. Trabalhando-se a partir do universo cultural dos trabalhadores rurais e o respeitando seria possível haver um processo de modernização via cooperação e mesmo a mudança na visão política dos agentes, desde que mantida a base familiar de organização (MARTINS, 1997).

Chama a atenção o fato de que os elementos de crítica sobre o modelo de coletivização voltado aos assentados e a proposição apresentada pelo autor no que tange à cooperação e à organização dos assentados são muito semelhantes às bases da proposta que viria a ser formulada por Horacio Martins de Carvalho cinco anos depois, em seu escrito sobre a *Comunidade de Resistência e Superação*. Os paralelos são nítidos, especialmente no que tange à consideração de aspectos socioculturais relativos ao segmento dos trabalhadores rurais e à cultura camponesa brasileira.

A despeito das semelhanças em termos de conteúdo, as reflexões de José de Souza Martins e de Jorge Romano destoam em relação àquelas feitas por Horacio Carvalho em termos do contexto de produção de conhecimento, dado o fato de não estarem trabalhando como assessores do MST, mas sim abordando um relevante tema do ponto de vista acadêmico e científico, em espaços que não se vinculam diretamente ao campo da política. Embora Romano não se refira em qualquer momento ao MST, fica subentendida a presença das experiências de cooperação e de organização em assentamentos realizadas pelo Movimento como o pano de fundo da análise. Martins, por sua vez, evidencia explicitamente o diálogo realizado com as experiências do MST.

Carvalho, por outro lado, assumiu a função de ideólogo do MST, produzindo estudos, teses e escritos diversos para subsidiar a formação e a ação do Movimento, bem como da Via Campesina. Outros autores no campo das Ciências Humanas mantêm vínculos orgânicos com o MST e pesquisam, refletem e produzem propostas ligadas ao tema da organização e da cooperação nos assentamentos, como Rosemeire Scopinho, Adalberto Martins e Célia Vendramini, assumindo um papel importante na construção desse referencial dentro do MST.

2.3 A proposta da(s) *Comunidade(s) de Resistência e Superação*

Em texto de 2003 escrito por Rosemeire Scopinho e Adalberto Martins, um dos dirigentes da CONCRAB, as propostas de desenvolvimento da cooperação são abordadas num viés plenamente propositivo, incentivando-se processos de formação continuada dos assentados tendo em vista capacitá-los à realização de experiências autogestionárias nas CPAs. Partem os autores do pressuposto de que as atividades cotidianas de trabalho, convívio familiar e social nos assentamentos devem ser tomadas como o ponto de partida para a compreensão das relações entre os cooperados. Não se trataria, em sua visão, de oferecer meros cursos de formação, mas sim de construir programas de desenvolvimento organizacional planejados a partir da complexidade da realidade dos assentamentos e cooperativas, valorizando o respeito aos padrões culturais, às experiências e formas empíricas de cooperação mantidas na organização do cotidiano dos assentados e na gestão autônoma de suas vidas. Para além de fatores importantes como o acesso a crédito, tecnologia e mercado, os autores propõem a formação de uma nova cultura de autogestão nos assentamentos (SCOPINHO; MARTINS, 2003).

Embora seu enfoque se oriente para problemas de ordem técnica, administrativa e gerencial, os autores afirmam que as soluções a serem buscadas não podem ser subsumidas a esses aspectos, devendo ser tratadas com estudo, dedicação, paciência e imersão no universo da comunidade objeto de atuação de quem trabalha a cooperação nos assentamentos – neste caso, os autores se incluem nesta condição. Tais cuidados são necessários, ao seu ver, para evitar que a prática organizacional não produza o “genocídio cultural” ao negar

subjetividades, valores e necessidades dos cooperados em meio ao processo de socialização tendo em vista o trabalho coletivo. Neste sentido, ressaltam o fato de que o trabalhador rural brasileiro não foi preparado para a cooperação autogestionária, uma vez que a gestão do trabalho no campo no Brasil sempre esteve atrelada à pequena produção familiar ou à lógica da grande empresa agropecuária. Por fim, recomendam que se implemente a proposta dos núcleos de base de famílias, vistos como instâncias de organização privilegiadas para criar referências de convivência social em torno a atividades que propiciem espaços de sociabilidades aos assentados, partindo da constatação de que o ser humano representa muito mais do que força de trabalho.

Chama a atenção o fato de os autores produzirem um texto pensando em como trabalhar a proposta das CPAs no ano de 2003, quase 10 anos após a crise acontecida com esse modelo de cooperativas. Talvez seja um indicativo de que ainda havia aqueles que tinham em vista trabalhar a proposta das CPAs dentro do MST, as aprimorando. Por outro lado, recuperam duas tendências do debate interno sobre a cooperação, neste mesmo escrito. Fazem referência às ideias de Ademar Bogo sobre o traço “individualista” e “utilitarista” da cultura camponesa e sobre o apego à propriedade individual da terra, tendo em vista a superação desta forma cultural e o estabelecimento de novos valores. E recuperam a proposta da *Comunidade de Resistência e Superação* formulada por Horacio Carvalho (2002) a partir de suas pesquisas e reflexões em assentamentos como assessor da CONCRAB, proposta esta que é sugerida pelo autor em substituição ao modelo anterior de CPAs:

Carvalho propõe a idéia de “comunidades de resistência e de superação” como alternativa para superar a crise e reafirmar a identidade cultural dos pequenos produtores rurais familiares no sentido de, coletivamente, resistir na terra. Para o autor, a experiência de cooperativismo acumulada pela CONCRAB aponta para a necessidade de implementar mudanças na organização das CPAs para que elas se tornem comunidades de resistência e superação. No plano econômico, as mudanças passam pela diversificação da produção, voltada tanto para garantir a auto-subsistência quanto para abastecer o mercado popular local e regional, e a substituição dos insumos de origem agroindustrial pelos de fabricação doméstica. No plano político-ideológico, as mudanças devem procurar romper com o ‘consumismo tipo urbano’ evitando gastos com a compra de alimentos que podem ser produzidos nas comunidades. Deve também garantir a formação massiva dos trabalhadores e suas famílias, no sentido de conhecer as causas da pobreza e buscar soluções para superá-la e de incrementar as formas de cooperação como componentes de um processo educativo, e não apenas com fins meramente econômicos (MARTINS; SCOPINHO, 2003, p. 131-132, grifo nosso).

Os três tipos de mudanças propostos por Carvalho para os assentados, focadas em aspectos econômico-produtivos, político-ideológicos e culturais, em realidade têm em vista o desenvolvimento do campesinato como classe social a partir da construção da dita *Comunidade de Resistência e Superação* e sua teoria não se dirige de fato ao aperfeiçoamento das CPAs, diferentemente do que apontam os autores. Tampouco tem como foco exclusivo ou principal os assentamentos rurais – ainda que seja legítima a apropriação que fazem sobre a proposta, direcionando-a aos assentamentos. De fato, Carvalho reafirma a necessidade de se deixar de lado o formato de cooperação centrado no cooperativismo por ora, dando-se ênfase a outras formas de cooperação mais simples e “espontâneas”. Ainda, na proposta deste autor, não se trataria de criar comunidades nos assentamentos, mas sim forjar uma comunidade

nacional e/ou internacional baseada no sentimento de pertencimento a uma identidade sociocultural camponesa de resistência ao capitalismo. Em suas próprias palavras:

As mudanças [...] propostas, ainda que se refiram a mudanças que deverão ocorrer nas matrizes de consumo, de produção e na concepção de mundo dos pequenos agricultores familiares, serão pautadas por motivações e por aspirações que terão como substrato subjetivo identidades sociais de resistência ativa no âmbito de comunidades construídas por relações sociais entre pessoas e instituições. Essa *Comunidade de Resistência e Superação* fomentará, inclusive pelas alianças possíveis e necessárias a serem estabelecidas a emergência de novos espaços da sociedade civil [...]. Essa teia de aceitação de padrões comuns de comportamento reafirma e ou constrói identidades sociais entre pequenos agricultores familiares de qualquer local do mundo, seja dentro do Brasil seja em outras regiões e ou países. As três mudanças propostas adiante, quando aceitas, constroem, no ato de implantá-las, o caminho da identidade social de resistência ativa desejada. Muitos pequenos agricultores familiares em todo o mundo já estão praticando essas mudanças. E já há entre eles identidade social (VIA CAMPESINA, 2004, p. 79-80, *grifo nosso*).

Tentando repensar o conceito de campesinato e sua aplicabilidade no contexto das lutas políticas e sociais realizadas pelo MST e, posteriormente, pela Via Campesina, organização da qual também se tornou ideólogo, Carvalho desenvolve uma teorização que se aproxima e se distancia simultaneamente das teses leninistas sobre o campesinato e a cooperação. Se por um lado contraria alguns aspectos da análise leninista sobre os camponeses, retirando a ênfase no cooperativismo e valorizando a cultura camponesa e o desejo de autonomia familiar no processo produtivo, por outro reafirma os objetivos políticos e educativos presentes nesta, tendo em vista o desenvolvimento da consciência social dos camponeses e buscando que empreendam formas de resistência à opressão capitalista. No entanto, na proposta de Carvalho, distintamente da formulação de Lênin, o desenvolvimento da consciência social desse segmento passaria pela reafirmação da identidade cultural camponesa tendo em vista alcançar a consciência política de classe.

Questionando a elevação do cooperativismo a forma por excelência da cooperação, Horacio Carvalho enaltece as formas de solidariedade clássicas existentes entre as classes populares rurais, considerando o fato de que elas propiciam não apenas atividades econômicas e produtivas como também cimentam formas de sociabilidade que produzem um sentimento de pertencimento comunitário e uma identidade social necessários para a reprodução dos diversos segmentos camponeses, produzindo coesão social, solidariedade e uma vida melhor. Nas palavras do autor:

(...) A tese aqui defendida é de que na maioria das regiões do país, para os pequenos agricultores familiares, as famílias agroextrativistas e as de pescadores artesanais, permanecer no campo (no litoral ou em ilhas fluviais ou lacustres, para parcelas dos pescadores artesanais) é melhor do que vivenciar as incertezas da cidade, tendo em vista o alto nível de desemprego e subemprego nela existente e a baixa qualificação, relativa à demanda industrial, do comércio e dos serviços, da força de trabalho da população rural mais pobre. Entretanto, não seria permanecer no campo subalternos aos ajustes econômicos, políticos e ideológicos que as classes dominantes e seus intelectuais orgânicos impõem. Mas, sim, permanecer no campo realizando mudanças nem sempre fáceis, mas factíveis de serem concretizadas na

unidade de produção e no comportamento das famílias, que lhes permitam não somente melhorar a qualidade de vida e a do trabalho como desenvolver a consciência crítica para encontrarem caminhos para superarem as causas estruturais da opressão capitalista (VIA CAMPESINA, 2004, p. 76).

Citando uma ideia de José de Souza Martins publicada no livro “A Imigração e a Crise do Brasil Agrário”, de 1973, Carvalho propõe ser “necessário que os novos referenciais sociais desse campesinato renovado [...] lhes permitissem desenvolver níveis mais complexos de consciência para que esta não comece nem acabe na vizinhança” (VIA CAMPESINA, 2004. P. 76). A formulação acerca da identidade social apresentada por Carvalho se fundamenta em conceitos definidos por Manuel Castells no livro “O Poder da Identidade”, de 1999, segundo volume da série produzida pelo autor intitulada “A era da informação: economia, sociedade e cultura”, no qual é apresentada a noção de “identidade social legitimadora”. Esta, na visão de Castells, serve de suporte a formas de resistência coletiva diante de situações de opressão que, de outra forma, não seriam suportáveis: são identidades defensivas ante as instituições e ideologias dominantes. Horacio Carvalho incorpora, para fins da construção da proposta da *Comunidade de Resistência e Superação*, a ideia de Castells de que a constituição de sujeitos coletivos vem tomando um rumo diverso daquele adotado na modernidade, que se baseava no despertar da sociedade civil, passando na sociedade em rede a assumir um caráter de prolongamento da resistência comunal. Na sociedade em rede a identidade de projeto agora não mais se construiria a partir da sociedade civil, como por exemplo, no caso do movimento trabalhista socialista: em havendo a possibilidade de desenvolvimento de uma identidade de projeto na sociedade em rede, esta se originaria a partir da resistência comunal, o que conferiria primazia à política de identidade na atual configuração societal.

Ao assumir tais pressupostos da obra de Castells, Carvalho aparentemente realiza uma inflexão teórica substancial em relação aos princípios do marxismo-leninismo adotados pelo MST, incorporando à sua proposta da *Comunidade de Resistência e Superação* um viés tipicamente pós-moderno, no qual as identidades são sobrevalorizadas em detrimento das formas de organização sociopolítica típicas da modernidade (HOBSBAWM, 2002). Isto soa como uma contradição para uma proposta que tem em vista a construção do campesinato como classe social, o que representa a busca por um ideal tipicamente moderno assente na organização de segmentos da sociedade civil de forma classista. De qualquer modo, contraditórios ou não os pressupostos teóricos e conceituais de sua proposta, atenhamo-nos aos aspectos propriamente normativos da ideia de *Comunidade de Resistência e Superação*.

Tendo em vista afirmar o papel do campesinato contemporâneo como classe social em processo de construção, que resiste ao capitalismo e mantém um modo de produção que se opõe à tendência geral no campo, de expansão do agronegócio, Carvalho sugere que o campesinato mantém uma racionalidade que visa à reprodução social da família, em oposição à lógica do capital centrada no lucro. A revalorização da produção para autoconsumo, centrada no valor de uso, em sua visão, opõe-se aos comportamentos mercantis e ao “consumismo” incentivados pela hegemonia capitalista no plano cultural.

Ainda que o campesinato contemporâneo esteja inserido numa formação social dominada e hegemônica pelo modo de produção capitalista, sua prática cotidiana apresentaria, em sua visão, elementos de resistência anticapitalistas, produzindo uma autonomia relativa perante o capital. A relatividade desta autonomia deve-se ao fato de que, ao mesmo tempo em que a produção de subsistência lhe permite uma menor subordinação à

economia mercantil, tem que acessar os mercados para comercializar excedentes produtivos, para adquirir insumos que não se consegue produzir nos estabelecimentos produtivos familiares e para beneficiamento, agroindustrialização e mecanização da produção, o que se realiza por relações comerciais com as grandes empresas do agronegócio (CARVALHO, 2010).

Além disto, Horacio Carvalho vislumbra o campesinato contemporâneo como o sujeito portador por excelência das possibilidades de desenvolvimento de um novo modelo produtivo e tecnológico no campo, gerado a partir da associação entre o conhecimento científico e os saberes e experiências camponesas relacionadas com as concepções e práticas da agroecologia. A agroecologia permitiria que se reduzisse a necessidade de aquisição de insumos industriais e aumentaria o controle familiar sobre o processo produtivo, abrindo espaço para a criação de novas formas de cooperação interfamiliar e entre diferentes famílias, para uma relação ecologicamente sustentável com o meio ambiente e para o estabelecimento de processos de beneficiamento e agroindustrialização. Conforme o autor:

As mudanças na matriz de produção permitirão, pela produção interna dos insumos necessários como sementes, mudas e sêmen, fertilizantes orgânicos, produtos para o controle de pragas e doenças, produtos farmacêuticos de origem local, etc., ou seja, pela substituição da importação de insumos:

- . importante redução nos gastos com a compra de insumos que, aliado á redução de gastos com a produção de alimentos para o auto-consumo, permitirá a superação do endividamento crônico;
- . dispensar ou não mais depender do crédito rural de custeio (e em médio prazo do de investimento);
- . redução ou eliminação da dependência perante as grandes empresas nacionais e ou multinacionais de insumos;
- . a produção interna (autonomia) de sementes, de mudas e do sêmen;
- . produção de alimentos ecologicamente saudáveis;
- . nova relação com os mercados em função da variedade e da qualidade dos produtos “in natura” ou beneficiados oferecidos;
- . nova relação com o meio ambiente em decorrência de uma matriz de produção ecologicamente sustentável (VIA CAMPESINA, 2004, p. 88-89).

Os pontos levantados indicam que, além do aspecto da autonomia relativa em relação ao mercado e à dominação capitalista das grandes empresas do campo agropecuário, a proposta se baseia em princípios da agroecologia como o estabelecimento de uma relação harmônica com o meio ambiente, a produção de alimentos sem agrotóxicos nem organismos geneticamente modificados e a produção de insumos que permitam ao agricultor não depender mais da indústria agroquímica. Na visão do autor, ainda, o processo de cooperação é indispensável para produzir um aumento na escala de oferta de produtos e insumos, permitindo inclusive a agroindustrialização popular. Não obstante, o recurso ao assalariamento é afirmado como contrário à concepção de campesinato do autor, devendo o trabalho familiar e os processos de cooperação atuarem em seu lugar, potencializados pelo recurso aos princípios da agroecologia, à motomecanização, à automação, ao manejo e fertilização orgânica dos solos, aos novos equipamentos e instrumentos de trabalho – todos estes fatores capazes de reduzir a penosidade do trabalho agrícola.

Essa proposta se destina a abarcar tanto os assentados como os demais segmentos sociais camponeses tais como populações tradicionais e pequenos proprietários, desde que se constituam em segmentos de agricultores de base familiar. A afirmação de valores tradicionais e a conquista de uma autonomia relativa através da constituição de uma *Comunidade de Resistência e Superação* camponesa, inspirada nesse conjunto de princípios, proporcionaria um “salto de qualidade e de atualização (uma modernidade popular) no seu jeito de ser camponês contemporâneo”. Mesmo considerada a diversidade de situações em que os camponeses se encontram, tais mudanças no processo de reprodução social são vistas como “necessárias e indispensáveis para se desencadear o processo da construção do campesinato como classe social” (CARVALHO, 2010, p. 10).

Embora a ideia de que deveria ser transformado o camponês para que avance em sua consciência social e deixe de ser “camponês tradicional” já estivesse presente no “Caderno de Cooperação Agrícola n.º 7”, intitulado “Enfrentar os desafios da organização nos assentamentos” (MST, 1998a), tudo indica que a contribuição de Carvalho com suas pesquisas, diagnósticos feitos a partir de 1998 e, sobretudo, por meio da formulação da proposta de construção da *Comunidade de Resistência e Superação*, no ano de 2002, teria marcado uma inflexão no que tange ao debate sobre o camponês dentro do MST.

Um autor que trabalhava com as CPAs no MST, à frente da CONCRAB, e incorporou as ideias de Carvalho como fundamento de sua dissertação de mestrado defendida em 2004 foi Adalberto Martins. Em sua pesquisa, o autor identifica o surgimento de ideias e práticas que poderiam dar um novo vigor para a organização dos assentamentos. Embora não houvesse ainda um amadurecimento em torno do assunto dentro do MST, Martins vislumbrou que estavam sendo gestadas condições para a constituição do que chama, inspirado na formulação de Carvalho, de *Comunidades de Resistência e Superação*⁵⁶ nos assentamentos, que poderiam representar uma “possibilidade de correção da política do MST para os assentamentos” (MARTINS, 2004). Nas palavras do autor, a proposta de organização dos assentados tem seu fundamento em bases político-ideológicas tendo em vista a constituição da identidade de classe dos assentados – o que não a diferencia muito, neste sentido, das propostas anteriores:

As CRSs estão sendo sugeridas como um meio político-ideológico, e não um fim em si mesmas, para o resgate da identidade de classe dos assentados numa situação econômico-estrutural adversa. Elas não representam necessariamente um local, podendo ou não ter espaço territorial comum, mas um clamor, um apelo, um projeto comum. Trata-se de resistir lutando contra o modelo econômico vigente, desenvolvendo a capacidade político-ideológica de resistir na terra mesmo sem as políticas compensatórias. Resistir para mudar o mais geral da sociedade e não só o particular de cada um. Trata-se de construir esta opção política entre os assentados do MST (MARTINS, 2004, p. 4).

A adoção deste modelo de “resistência” nos assentamentos passa pelo fomento à agroecologia, tendo em vista a criação e multiplicação de uma nova matriz de produção e de tecnologia, o que apresenta um diferencial em relação às propostas de cooperação anteriores. Os princípios do que viria a ser conhecido como agroecologia já eram mencionados desde

⁵⁶ Na proposta de Adalberto Martins os assentamentos deveriam se constituir em *Comunidades de Resistência e Superação*, no plural, diferentemente da ideia de Carvalho, que propunha a construção de uma só *Comunidade de Resistência e Superação* envolvendo todo tipo de camponeses no Brasil e no resto do mundo.

1986 em documentos do MST, como vimos no capítulo anterior, mas perderam espaço em meio ao processo de desenvolvimento de CPAs e CPSs sob a égide do padrão tecnológico da Revolução Verde. Em 1997, o “Caderno de Cooperação Agrícola n.º 5”, intitulado “Sistema Cooperativista dos Assentados”, reforçava esses mesmos princípios de forma pontual, defendendo a diversificação produtiva, a reciclagem, o manejo orgânico do solo, a busca de alternativas para controle de pragas e doenças e uma nova relação entre produção, processamento e comércio, considerando a atividade agropecuária em todas as suas relações, a partir de um enfoque sistêmico e holístico. Não obstante, ainda não se falava no termo agroecologia, que viria a fundar a proposta de uma nova matriz cultural, de produção e tecnologia para os assentados, presente na proposta das *Comunidades de Resistência e Superação*, como sugerido por Adalberto Martins.

Certos elementos anti-leninistas presentes na proposta da *Comunidade de Resistência e Superação* podem ser lidos claramente em algumas passagens da proposta de Carvalho. Lênin havia prognosticado o fim do campesinato, que se daria por meio de um progressivo processo de diferenciação socioeconômica que levaria os camponeses ao assalariamento rural ou urbano ou então a constituírem uma pequena burguesia rural (LÊNIN, 1988a). Carvalho, por sua vez, afirma que a incapacidade dos segmentos camponeses em se manterem como pequenos agricultores gerava desmotivação e desânimo, provocando uma crise de identidade que só poderia ser superada por aspectos político-ideológicos e não apenas econômicos. Assim, toda sua proposta se funda no objetivo de fortalecer a existência do campesinato, sua reprodução social, ampliação e constituição como classe social. Indo mais além, Carvalho propõe um resgate das habilidades e conhecimentos artesanais que proporcionaram aos trabalhadores rurais outrora a produção de valores de uso que garantiam em períodos de crise econômica o provimento de víveres necessários para a manutenção de seus meios de vida (MARTINS, 2004). Lênin, diferentemente, era um ávido crítico das formas artesanais de trabalho do camponês, que, em sua leitura, eram responsáveis pela produção de uma consciência social arcaica. Conforme Adalberto Martins:

As comunidades [de resistência e superação] são um retorno relativo a práticas supostamente já superadas pela modernidade capitalista. Esse suposto retorno ao passado deve ser visto não como reviver um atraso social que se deseja superar, mas a negação do sistema econômico que lhe nega ao trabalhador rural a possibilidade de se manter como tal (MARTINS, 2004, p. 177).

No entanto, as mudanças nas matrizes de consumo e produção, recuperando práticas e saberes considerados como sendo de caráter anticapitalista, deverão ser planejadas por cada unidade familiar de produção, dando-se de forma gradativa e respeitando os diferentes tempos de cada família. Neste sentido a elas deve ser garantida autonomia para efetuar esse processo de mudança, em função de sua própria realidade e pretensões, o que contraria as diretrizes anteriores do MST para a cooperação, que preconizavam o planejamento da produção do assentamento como um todo de maneira centralizada, como tentado com a criação das CPAs e CPSs.

Em 2007, Rosemeire Scopinho produz um texto no qual relativiza a visão de cooperação voltada especificamente para fins econômicos e produtivos, sugerindo agora que o MST trabalhava uma outra visão de cooperação. De maneira semelhante ao que propõe Carvalho, Scopinho sugere que a sobrevivência econômica dos assentados depende do aumento da produtividade do trabalho, do uso racional dos recursos disponíveis e do aumento da competitividade dos produtos inseridos no mercado, propondo para se atingir tais objetivos

a cooperação. Porém, a autora afirma que a cooperação se constitui numa prática social que contribui para o processo de organização, para o resgate da solidariedade, das tradições e das práticas de ajuda mútua, concepção esta que vem ganhando força dentro da CONCRAB, conforme explicita, substituindo a primazia conferida até então ao projeto de cooperativismo imposto de “cima para baixo”, consubstanciado nas CPAs e CPSs. A avaliação da política e das práticas de cooperação empreendidas pelo MST nos assentamentos desde o final dos anos 1980 forçou uma reorientação no sentido de um investimento maior nas formas de cooperação “espontâneas”, historicamente reconhecidas e praticadas pelas classes populares rurais, e menos na institucionalização de experiências de cooperação.

O fato de Scopinho neste texto de 2007 não discutir mais o investimento nas CPAs como algo central, diferentemente do conteúdo presente no artigo publicado em 2003 juntamente com Adalberto Martins, incorporando agora a proposta de Carvalho de se adotar outras formas mais simples de cooperação, sugere uma substancial inflexão nos debates sobre o tema dentro do MST. Os elementos apresentados por Scopinho são bastante semelhantes às ideias de Horacio Carvalho, sugerindo que a consolidação das teses deste sobre a cooperação dentro do MST conquistou a adesão de outros assessores e militantes.

O tipo de conteúdo proposto nesta leitura de Scopinho, assim como acontece com os trabalhos de intelectuais orgânicos do MST como Horacio Carvalho, Adalberto Martins e Célia Vendramini, constitui-se num exemplo daquilo que Pierre Bourdieu (1996; 2002) chama “efeito de teoria”: ao mesmo tempo em que a autora diagnostica mudanças no que tange à proposta e a prática da cooperação no MST, prognostica a realização de tais mudanças – sua teorização contribui para engendrar a realidade daquilo que formulam em termos científicos. O conhecimento produzido, neste caso, mais do que fundamentado numa constatação, atua, ao mesmo tempo, como incentivador da afirmação e reprodução desta nova forma de se trabalhar a cooperação no MST, na medida em que seja lido e assimilado por militantes, dirigentes e base.

Outra autora que produz estudos que cumprem semelhante papel é Célia Regina Vendramini (2003, 2007). Ao estudar a identidade dos *sem-terra* sob uma perspectiva marxista, afirma a autora que esta é uma identidade de classe construída politicamente na luta junto ao MST, a qual reúne uma massa de pessoas consideradas “excedente” em torno de sua bandeira de luta, criando uma identidade comum para expropriados da terra e do trabalho. Para a autora, o que une os sujeitos em torno da bandeira do Movimento, inicialmente, é a luta imediata pela reprodução da vida e das condições materiais de existência, por meio da conquista da terra. Esse tipo de luta mais imediato ou conjuntural, de caráter propriamente econômico, pode se vincular a uma luta política mais ampla, a seu ver, por meio da constituição de interesses fundamentais de classe.

A orientação política do MST de adotar formas de organização coletiva nos acampamentos e assentamentos é vista como um instrumento que aponta para a necessidade de a luta não se limitar ao seu aspecto econômico, com a obtenção da terra, mas sim continuar a se desenvolver em termos políticos após a conquista desta. A cooperação assume um claro papel educativo de incentivar a produção de uma consciência de classe entre os assentados, do ponto de vista do MST e do ponto de vista da autora.

José de Souza Martins apresenta uma outra visão acerca da possibilidade de que a noção de classe social seja aplicável aos assentados. A seu ver, o acampamento cria uma estrutura social com limites, para além dos quais há conflitividade que se expressa no contexto dos assentamentos. Afirma o autor que os pobres não são necessariamente solidários

entre si e tampouco se reconhecem em categorias históricas ou políticas como pobre ou excluído:

Ou seja, no interior das grandes categorias históricas ou políticas (classe social, pobre, excluído, etc.) há uma conflitividade anterior, um *débito de sociabilidade* que resulta de uma impossibilidade estrutural de que essas categorias sejam mediação e determinação dominante do processo social (MARTINS, 2003, p. 91, *grifo do autor*).

O tema da aplicação do conceito de classe social aos assentados é complexo e tem sido pouco desenvolvido na bibliografia temática. Parte dos autores que realizam esse debate o fazem tendo em vista a afirmação da identidade dos sem-terra como uma identidade de classe, servindo-se da inspiração de Edward Palmer Thompson (CALDART, 2004; VENDRAMINI, 2003; 2007). Outra parte tem em vista a afirmação de uma identidade de classe camponesa entre os sem-terra, mesclando diferentes autores para sustentar tal premissa, que vão desde o teórico russo Alexander Chayanov a autores que trabalham com o pressuposto de que há um processo de recriação do campesinato dentro do capitalismo. Esta última leitura busca seu fundamento no conceito de desenvolvimento desigual e combinado herdado da tradição marxista e é muito comum entre autores do campo da geografia agrária, em particular aqueles orientados pelo Prof. Ariovaldo Umbelino de Oliveira, que trabalha a partir de tal perspectiva (FERNANDES, 1999; OLIVEIRA, 2004).

2.4 Caracterização da proposta das *Comunas da Terra*

O conjunto de preocupações acima exposto apresentadas em documentos publicados pelo MST e em propostas de seus ideólogos foram incorporadas na concepção de “novas formas de assentamento”, no “Caderno de Cooperação Agrícola n.º 15” (MST, 2004), que apresenta a proposta das *Comunas da Terra*, sob a qual discorrerei a seguir. Em relação aos significados da *Comuna da Terra* para os assentados, a partir de análise propriamente empírica, os apresentarei no capítulo 5, ao tratar dos processos de cooperação e de organização nos assentamentos pesquisados.

O plano das *Comunas da Terra* voltado para os assentamentos se fundamenta sobre a concepção de uma “reforma agrária de novo tipo” ou “reforma agrária popular”, na qual a luta pela terra e a reforma agrária deixam de ser apenas luta econômica e social, tornando-se uma disputa por projetos políticos entre o agronegócio e a agricultura camponesa. A essência deste novo tipo de reforma agrária está na substituição dos poderes hegemônicos existentes hoje no campo por um novo poder popular. A denúncia dos malefícios do modelo do agronegócio para a sociedade é acompanhada da necessidade de se dinamizar e inovar as experiências no processo de luta pela reforma agrária. O primeiro passo desta, entretanto, permanece sendo a democratização da propriedade da terra, na visão do MST.

Analisando entrevistas feitas com João Pedro Stédile por diversos órgãos da mídia impressa, William Soto e Luciana Muszinski afirmam que, desde 2003⁵⁷, esse membro da

⁵⁷ Um resgate histórico sobre as mudanças no projeto político do MST poderá evidenciar se de fato essa mudança no discurso dos dirigentes do MST surge em 2003, ou antes. Cabe contextualizar também quais mudanças históricas ocorridas na sociedade levaram a essa alteração na concepção de reforma agrária do MST. Levantarei alguns elementos ao longo da pesquisa que contribuem para tais tarefas.

Direção Nacional do MST começa a falar publicamente sobre a "reforma agrária de novo tipo", concepção que se contrapõe ao modelo de "reforma agrária clássica" realizado pela burguesia industrial europeia para dividir a terra, "transformar os camponeses em pequenos proprietários e, portanto, em pequenos produtores rurais e pequenos consumidores das mercadorias produzidas pela indústria." Stédile explica que a reforma agrária proposta na época do governo do Presidente João Goulart se assemelhava a esse modelo, consistindo em democratizar a propriedade das terras próximas ao mercado consumidor, tornando os camponeses produtores e consumidores de mercadorias, gerando assim, um processo de crescimento econômico. Em contraponto a esse tipo de reforma agrária, o MST propõe uma "reforma agrária de novo tipo", que tem por objetivo desenvolver núcleos urbanos que aglutinem as famílias para que tenham acesso mais rápido ao que a sociedade produz. Stédile afirma que ao se levar a agroindustrialização para o meio rural sobre bases cooperativas pode-se distribuir renda e elevar a renda do agricultor, sendo que a agricultura deve estar voltada para a segurança alimentar dos brasileiros e para o mercado interno. "Para Stédile, para se pensar um novo modelo agrícola, tem que se discutir primeiro o projeto de desenvolvimento do País" (SOTO & MUSZINSKI, 2007, p. 11-12).

Dentre os objetivos desse programa de reforma agrária que o MST pretende implantar estão: garantia de trabalho para todos os trabalhadores rurais sem terra e desempregados das grandes cidades que queiram voltar ao campo; promoção da segurança alimentar; garantia do bem estar social e melhoria das condições de vida para todos os brasileiros; busca da justiça social e igualdade de direitos; difusão de práticas e valores humanistas e socialistas na relação entre as pessoas, eliminando todas as formas de discriminação; construção de condições para a participação social igualitária de mulheres e jovens; preservação e recuperação dos recursos naturais e adoção de um modelo de desenvolvimento sustentável; por fim, implementação da agroindústria e da indústria em geral como os principais meios de se desenvolver o interior do país (MST, 2004).

Os assentamentos cumprem um papel central ao se constituir como espaços de lutas sociais, os quais integram uma estratégia de resistência e acúmulo de forças com a garantia de produção de alimentos, geração de renda e manutenção da organização do MST. O estímulo à socialização dos meios de produção e da cooperação permanece, visto como uma forma de enfrentar o "individualismo", mas há o entendimento de que tais medidas não precisam ser imediatamente adotadas de forma integral, devendo ser garantida apenas a socialização parcial, em alguma fase do processo produtivo. Fortalecer a organicidade da base e enfrentar o modelo do agronegócio, desenvolvendo práticas agroecológicas, são algumas das ações propostas de imediato pelo MST para os assentamentos em geral, bem como para as experiências das *Comunas da Terra* (GOLDFARB, 2007; MATHEUS, 2002; MST, 2004).

Enquadrada na ideia de se construir modos alternativos de organização e cooperação nos assentamentos, surge, na década de 2000, a proposta das *Comunas da Terra*, uma "nova forma de assentamento" que enfatiza o papel da construção de "núcleos de economia camponesa" em assentamentos situados próximos aos centros urbanos metropolitanos. Para Delwek Matheus, principal sistematizador da proposta, o uso do termo "núcleos de economia camponesa" se justifica pois se propõe que esses assentamentos se tornem comunidades baseadas no trabalho ligado à terra. Tais "núcleos" devem ser fundados sobre a organização de atividades produtivas desenvolvidas a partir do espaço do assentamento, gerando trabalho e empregos vinculados direta ou indiretamente ao funcionamento do mesmo. Essa proposta de geração de empregos dentro do assentamento faz parte do programa agrário do MST (MATHEUS, 2002).

“Novas formas de assentamento” é o título do caderno da CONCRAB de 2004, que apresenta a proposta das *Comunas da Terra*, escrito por Delwek Matheus e Yamila Goldfarb – esta, militante do MST que escreveu uma dissertação de mestrado sobre o assunto. Trata-se de um conjunto de princípios, ações e objetivos propostos pelo MST para a organização dos assentamentos rurais. “Superar a propriedade individual e criar laços para uma vida comunitária e coletiva” são algumas de suas metas, formando assentamentos que levem em conta as questões em torno da terra bem como a diversidade sociocultural de cada região (MST, 2004, p. 5).

A formação de pequenos grupos é a base elementar da cooperação nas chamadas “novas formas de assentamento”, adquirindo um papel central nas experiências das *Comunas da Terra* em São Paulo. A formação de núcleos de base de famílias unidos por suas afinidades e tendo como objetivo a cooperação vem sendo experimentada desde as primeiras iniciativas de organização nos assentamentos implementadas pelo Movimento. A priorização da propriedade coletiva em detrimento da propriedade privada também se mantém atualmente, a exemplo do passado: nas *Comunas da Terra* a propriedade deve ser comum, isto é, não deve haver propriedade titulada individualmente.

O modelo ideal de cooperação concebido pelo MST é ainda hoje aquele que alia a coletivização do trabalho e dos meios de produção. Mas a análise feita no interior do Movimento conclui que inexistem “condições objetivas e subjetivas” para a sua realização. A cooperativa coletivizada é considerada por Matheus como sendo inviável no sistema capitalista, mas é um ideal a ser perseguido. A princípio este ideal não está presente na proposta das *Comunas da Terra* de forma inflexível: a coletivização do trabalho está prevista apenas para os casos de criação de agroindústrias, nos quais se faz necessária. O beneficiamento e a venda dos produtos devem ser feitos conjuntamente entre os assentados, mas não necessariamente o trabalho agrícola.

Destarte, a ideia de coletivização do trabalho afirmada no projeto das CPAs não permanece na proposta das *Comunas da Terra*, mas tão somente o compartilhamento coletivo dos meios de produção, que deve existir em alguma medida. Em realidade, não se trata tanto de propor que os meios de produção sejam coletivizados, mas sim dispostos e usufruídos de forma comunal ou comunitária. Nas *Comunas* deve haver algum tipo de divisão do trabalho, mas não necessariamente especialização e divisão técnica e nem coletivização integral da terra e demais meios de produção, no que difere da proposta das CPAs.

Para Matheus, além do elemento “objetivo” que inviabiliza as Cooperativas de Produção Agropecuária, referido aos desafios de manter tal modelo operando dentro do sistema capitalista, há questões “subjetivas” que não são menos importantes. Cita o caso do regime cubano, no qual há grande dificuldade para se manter as pessoas em ocupações agrícolas, o que levou o Estado a adotar remunerações mais altas do que em certas atividades urbanas, com o objetivo de fixar os trabalhadores agrícolas no campo. As diferenças na capacidade de trabalho de cada indivíduo criam dificuldades também, pois há alguns que produzem mais do que outros, do que resulta a impossibilidade prática de todos serem igualmente remunerados, o que levaria conseqüentemente à criação de diferenciação socioeconômica. Ainda, o nível cultural das pessoas assentadas e a cultura da competição e do individualismo arraigadas em suas consciências atrapalharia a implantação de cooperativas.

A tentativa de se atentar para a diversidade sociocultural em cada região parece ser um diferencial da proposta das *Comunas da Terra*, já que a experiência das CPAs vinha sendo “exportada” do Sul para outras regiões do país de modo mais ou menos homogêneo. Esse

processo anterior de reprodução da aplicação de um modelo localizado para outras realidades social e geograficamente distintas se relaciona com o avanço do crescimento e nacionalização do MST ocorrido nos anos 1990.

Além disto, a consideração não apenas dos fatores econômicos e produtivos, mas também de elementos culturais, sociais e políticos girando em torno da ideia de comunidade, parece ser uma mudança fundamental na formulação da nova proposta de organização e cooperação para os assentados. Outro aspecto central cuja importância não pode ser menosprezada é o trabalho que vem sendo realizado com a arregimentação de pessoas provenientes das periferias urbanas, as quais compõem os acampamentos e assentamentos *Comunas da Terra*: desempregados, moradores de rua, trabalhadores do setor informal da economia etc.

Segundo Matheus, desde os anos 1990 o MST se abriu para a incorporação de populações de origem urbana, ainda que esses segmentos formassem uma proporção menor do contingente dos sem-terra. A ideia de que o projeto político da reforma agrária deve envolver tanto o trabalhador urbano como o trabalhador rural teria levado o Movimento a começar a mobilizar pessoas nas periferias urbanas, para além das zonas rurais. No caso dos assentados das *Comunas da Terra*, haveria o desenvolvimento de um modo de vida ao mesmo tempo rural e urbano, sendo tais limites tenuemente traçados. Em muitos casos, além do público de proveniência urbana, há também filhos de assentados que integram as *Comunas da Terra*, encontrando na luta pela terra uma opção para constituir suas próprias famílias.

Desde o final dos anos 1990, muita gente tem partido dos centros urbanos para estabelecer moradia em acampamentos e assentamentos. Um marco nesse processo foi a ocupação Nova Canudos, organizada pelo Movimento no município de Porto Feliz, próximo da cidade de Sorocaba, formada por “urbanos” entre 1998 e 1999. Esta teria sido a primeira grande experiência com pessoas de origem urbana em São Paulo, segundo Matheus, a qual acabou se desfazendo e seus integrantes se deslocaram para outros acampamentos e assentamentos.

Os debates que deram origem à proposta das *Comunas da Terra* se situam no contexto de emergência do chamado agronegócio no Brasil, no início do ano 2000. Matheus afirma que o agronegócio significa a associação entre capital financeiro, capital industrial e o velho latifúndio, propondo-se como uma via para modernização do campo e para salvar a agricultura capitalista da crise em que então se encontrava nos anos 1990. Uma primeira constatação prática feita pelo MST antes de pensar na proposta das *Comunas da Terra* foi a de que os assentados estão cada vez mais indo morar nos centros urbanos, algo que é especialmente verdadeiro em se tratando dos jovens, que tendem a buscar trabalho fora das zonas rurais. De modo que se tentou pensar um modelo de reforma agrária voltado não apenas para o camponês ou o trabalhador do campo, que existem em contingente reduzido em relação à proporção total da população brasileira, mas também para o trabalhador urbano e para os desempregados. Tentando dar conta dessa questão, surgiu primeiramente a ideia de “rururbano” dentro do MST, que consiste na criação de assentamentos em áreas urbanas com pequenos lotes dedicados prioritariamente para a moradia, mas podendo comportar também pequenas hortas, pomares e criações.

A reforma agrária deve ser realizada em todo o Brasil e não apenas nas áreas no interior do país, na visão do MST. Para Matheus, a ocupação de áreas próximas aos grandes centros urbanos é impulsionada com o objetivo de demonstrar que existem áreas disponíveis para reforma agrária nas proximidades urbanas, ainda que sejam de tamanhos reduzidos. As

Comunas da Terra surgem nesse contexto, contestando a ideia de que não haveria mais terras disponíveis para a reforma agrária em meio à predominância do modelo do agronegócio que teria modernizado a estrutura fundiária.

Abandonando-se a ideia de *rururbano* e centrando-se no objetivo da produção agrícola, a proposta das *Comunas* pretende utilizar-se de extensões de terras menores do que os assentamentos usuais, garantindo a subsistência das famílias e a geração de renda a partir de lotes tendo entre 2 e 5 hectares. Se no modelo de assentamento *rururbano* a agricultura tinha um caráter secundário, nas *Comunas da Terra* o trabalho agrícola é o centro, tendo como metas desenvolver “a produção de forma planejada e diversificando a exploração racional dos recursos naturais como solo, água e meio ambiente com a produção orgânica ou ecológica de cereais, horticultura, frutas e criação de pequenos animais” (MATHEUS, 2003, p. 42).

Um aspecto que viria a ser incorporado na proposta de “novas formas de assentamento” como as *Comunas da Terra* diz respeito à lógica de parcelamento da terra e ao tamanho dos lotes. Em 1992, Ademar Bogo começou a propor dentro do MST um questionamento em torno ao que deveria ser considerado central no que tange à conquista de assentamentos: a quantidade de agentes neles organizada (a massa organizada) ou a quantidade de terra disponível para fins produtivos. Em 1994, essa inquietação colocada há dois anos por Bogo ganhou maior dimensão num debate interno durante o seminário nacional sobre as perspectivas da cooperação no MST, quando se passou a questionar claramente o módulo mínimo de lote dos assentados.

Desde 1995, pelo menos, conforme o “Caderno de Cooperação Agrícola n.º 4”, chamado “Perspectivas da Cooperação Agrícola nos Assentamentos”, produto do mencionado seminário, já havia se consolidado a opinião de que a lógica de parcelamento que toma como base o módulo rural⁵⁸ existente no município, proposta pelo INCRA, volta-se ao estabelecimento de pequenas propriedades familiares autossuficientes. Por esta razão é tida como um obstáculo à implementação de formas de cooperação agrícola que estão centradas não no trabalho familiar nos lotes, mas no trabalho coletivo a ser realizado preferencialmente em áreas coletivas, o que dispensa a necessidade de lotes que permitam a reprodução econômica individual das famílias, uma vez que o MST propõe o estabelecimento de áreas coletivas de produção (MST, 1995).

No “Caderno de Cooperação Agrícola n.º 5”, com o título “Sistema Cooperativista dos Assentados”, publicado em 1997, se afirmava que o tamanho do lote não era mais determinante da potencialidade produtiva na maioria das regiões do país e que era preciso buscar formas de melhor aproveitamento da área, buscando ampliar-se o número de famílias por área conquistada. Para viabilizar essa tática era preciso identificar os recursos existentes na área (terra, capital, pessoas), vislumbrando quais formas de cooperação seriam possíveis na área a ser transformada em assentamento (MST, 1997).

⁵⁸ Conforme a Lei de Terras (Lei n.º 4.504, de 30 de novembro de 1964), o módulo rural corresponde à área de uma “propriedade familiar”. Esta última é definida como “o imóvel rural que, direta e pessoalmente explorado pelo agricultor e sua família, lhes absorva toda a força de trabalho, garantindo-lhes a subsistência e o progresso social e econômico, com área máxima fixada para cada região e tipo de exploração, e eventualmente trabalho com a ajuda de terceiros”. O imóvel que exceder em área o tamanho do módulo rural definido em cada região será considerado latifúndio e o que for menor será considerado minifúndio (Fonte: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/14504.htm>. Acesso em: 5 de junho de 2013).

Assim, progressivamente a ideia de diminuir os lotes e aumentar o quantitativo de assentados em cada assentamento foi se consolidando dentro do MST, passando posteriormente, na proposta das “novas formas de assentamento”, a ser objeto de negociação junto aos acampados e aos órgãos fundiários. Do ponto de vista dos assentados, a obtenção de parcelas individuais de terra se coaduna com um modelo de agricultura familiar “sem patrão” que conheceram em sua experiência direta ou indireta – ou ao menos ouviram falar sobre, ao entrar para o MST, e se interessaram em adotar. Já a direção do MST aposta em processos de cooperação que representam exatamente o contrário disto, impondo a heteronomia sobre o controle da terra e o processo de trabalho dos assentados.

Embora os lotes de terras nos assentamentos *Comunas da Terra* não sejam suficientes para a sobrevivência das famílias – dado seu reduzido tamanho –, são passíveis de oferecer fontes de sustento através do uso de técnicas de beneficiamento que agreguem valor à produção e por meio do emprego dos assentados em ocupações dentro do próprio assentamento. Na visão do MST, as *Comunas* devem ser espaços para o desenvolvimento de atividades agrícolas e não-agrícolas ao mesmo tempo, ressaltando que, em relação às não-agrícolas, não se trata de ocupações ligadas à venda da força de trabalho dos assentados, mas sim de atividades dentro do próprio assentamento ligadas à agricultura indiretamente.

As *Comunas da Terra* são pensadas para serem comunidades com economia interna baseada na produção, beneficiamento e comercialização de bens agrícolas, associados à produção não-agrícola. Nos termos de Matheus, não se trataria de um assentamento do tipo “clássico”, no qual se busca a inserção produtiva dos assentados em cadeias de comercialização repletas de intermediários e em sistemas de integração agroindustrial, mas de um assentamento que enfatiza o potencial de sua economia interna, dependendo do mercado capitalista o mínimo possível. A ideia é que a renda antes apropriada pela indústria e pelo comércio, como se dá com o modelo da agricultura familiar, seria então apropriada por toda a comunidade formada pelos assentados numa *Comuna da Terra*.

A proposta de organização da produção para as *Comunas* parte de um modelo tecnológico alternativo: a agroecologia, que permitiria produzir para o mercado de massas combatendo ao mesmo tempo o modelo do agronegócio. Segundo Matheus, trata-se de uma forma de produção por meio de organização não-capitalista dentro do sistema capitalista, a qual viabilizaria renda aos assentados. A introdução da agroecologia nas *Comunas da Terra* é pensada como uma forma de oferecer oposição ao agronegócio e também como tentativa de que os assentados ganhem relativa autonomia frente ao capital agroindustrial, mercantil e financeiro. Nesta formulação, como em outras passagens, mais uma vez fica nítida a influência da proposta da *Comunidade de Resistência e Superação* de Horacio Carvalho.

Uma ideia que já havia sido afirmada no manual “Como Organizar os Assentados Individuais”, de 1994, e que virá a constituir um dos pilares das “novas formas de assentamento”, propostas nos anos 2000 é a concepção de que a produção de subsistência tem um papel relevante como elemento de resistência para os assentados, devendo ser trabalhada nos planos de produção dos assentamentos e demandando cursos técnicos sobre diversificação da produção (MST, 1994). A ideia aqui é garantir que os assentados consigam manter uma produção voltada para autoconsumo que mantenha a reprodução social da família e evite a completa subordinação dos assentados às oscilações mercantis – problema este tipicamente enfrentando por pequenos produtores rurais que voltam sua produção predominantemente para a comercialização. O principal responsável por formular uma teorização em torno a este ponto, anos depois, também foi Horacio Martins de Carvalho.

Em geral os assentamentos *Comunas da Terra* se caracterizam por ocupar pequenas áreas próximas aos grandes centros urbanos, nas quais trabalhadores vindos da cidade e do campo são assentados e desenvolvem atividades agrícolas e não-agrícolas dentro da comunidade – diferindo da concepção de pluriatividade que enfatiza, dentre outras possibilidades, o trabalho fora do local de moradia. Os assentamentos devem ser próximos das grandes cidades para facilitar o escoamento da produção, sem que os assentados sejam forçados pelas circunstâncias a vender sua produção para a indústria e para os atravessadores. As *Comunas* devem se basear, em termos produtivos, em formas de cooperação que não são plenamente coletivizadas, mas que busquem a cooperação para fins de beneficiamento e comercialização da produção. O MST propõe que seja realizado um planejamento permanente das atividades nos assentamentos *Comunas da Terra*, compondo uma organicidade que vincula as famílias assentadas a núcleos de base dentro dos assentamentos, os quais por sua vez estabelecem contato com escalas de organização superiores dentro do Movimento.

Em termos da titulação das terras, o MST sugere que a propriedade seja comunal, isto é, que pertença a todos os assentados conjuntamente e não individualmente. Porém, o usufruto comum das terras deve ser conjugado com a existência de lotes individuais disponíveis para cada família. Ao propor que a propriedade não seja parcelada, o MST tenta inviabilizar a venda de lotes, encarada como um problema presente na imensa maioria dos assentamentos, e também incentivar o planejamento e o convívio de todos os assentados tendo em vista a gestão da terra, da produção e da vida social em cada assentamento.

Em entrevista no ano de 1997, João Pedro Stédile já propunha o modelo de concessão de uso coletivo com direito hereditário como uma forma de dar segurança ao assentado que queria ter as terras apenas para si ou para sua família e não para explorar o trabalho alheio, o que lhe conferiria um caráter capitalista, em sua visão. A forma jurídica era vista como algo secundário para o MST, mas a preocupação com a alienação das terras conquistadas e em evitar a concentração da propriedade das terras nos assentamentos levou a que o Movimento buscasse junto aos órgãos fundiários a adoção de um tipo de titulação que não implicasse em conferir títulos de propriedade negociáveis no mercado. Semelhante proposta havia sido apresentada nos debates da Assembleia Constituinte que formulou a Constituição Federal de 1988, mas foi derrotada, adotando-se em seu lugar um modelo que permite a obtenção do título de propriedade 10 anos após a regularização do assentamento. Então, Stédile apontava para a existência de uma brecha legal que permitiria a concessão de títulos coletivos dos assentamentos que seriam de caráter definitivo e inalienável (STÉDILE, 1997).

Existe um problema legal de adaptação da legislação ao formato de propriedade comunal proposto pelo MST para os assentamentos: não existe na lei previsão de titulação de propriedade comunal para os assentados. O dispositivo que se aproxima mais desse formato é a chamada “concessão de direito real de uso coletivo”⁵⁹, que pode ser atribuída ao conjunto das famílias assentadas em nome de uma associação que os represente ou por meio da indicação num mesmo documento do nome de cada um dos moradores do assentamento em

⁵⁹ A concessão de direito real de uso coletivo tem como fundamento legal o Decreto-Lei n.º 271, de 28 de fevereiro de 1967, da Presidência da República, o qual dispõe sobre o loteamento urbano, a responsabilidade do loteador, a concessão de uso e o espaço aéreo e dá outras providências: “Art. 7º É instituída a concessão de uso de terrenos públicos ou particulares remunerada ou gratuita, por tempo certo ou indeterminado, como direito real resolúvel, para fins específicos de regularização fundiária de interesse social, urbanização, industrialização, edificação, cultivo da terra, aproveitamento sustentável das várzeas, preservação das comunidades tradicionais e seus meios de subsistência ou outras modalidades de interesse social em áreas urbanas. (Redação dada pela Lei n.º 11.481, de 2007)” (BRASIL, 1967).

conjunto. Neste último caso, cada assentado recebe um título de concessão de uso real com regras bem definidas sobre as responsabilidades e direitos que possuem tanto ele como o órgão fundiário.

Outro problema legal diz respeito ao assentamento de famílias de proveniência urbana, já que existem no INCRA normatizações que apontam para o privilegiamento de possíveis beneficiários da reforma agrária que tenham algum tipo de experiência agrícola prévia e a necessidade de que não mantenham vínculos empregatícios formais, conforme o Estatuto da Terra, a Lei Agrária n.º 8.629 de 25 de fevereiro de 1993, a Norma de Execução INCRA n.º 45 de 25 de agosto de 2005 e a Norma de Execução INCRA n.º 70 de 12 de maio de 2008. No caso da legislação interna do ITESP é inclusive obrigatória a comprovação de realização de atividades agrícolas nos dois anos anteriores à candidatura a se tornar assentado, conforme a Portaria ITESP n.º 71 de 16 de julho de 2004.

Até o momento só há notícia da existência das experiências das *Comunas da Terra* no estado de São Paulo, embora algo semelhante exista em acampamentos e assentamentos em estados como Ceará, Goiás e Minas Gerais, mas sem receber esse nome. O apoio de alguns técnicos do INCRA em São Paulo parece ter sido relevante para a implementação da proposta, em diálogo com o MST, ao menos inicialmente. No primeiro mandato do superintendente do órgão, havia um bom diálogo com o Movimento, segundo Matheus, tendo a relação piorado em sua segunda gestão. O apoio então oferecido criou algumas expectativas em torno do desenvolvimento das *Comunas*, as quais posteriormente foram frustradas. Uma saída apresentada pelo INCRA em São Paulo foi a institucionalização dos assentamentos *Comunas da Terra* sob o formato de Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS), enquadrando institucionalmente a proposta do MST de modo a contemplar alguns dos pontos reivindicados.

Uma das características centrais das *Comunas da Terra*, que adquirem o formato institucional de PDS, é o fato de a titulação da área se dar na forma de uma concessão de direito real de uso coletivo, que pode ser em nome de uma associação ou cooperativa com personalidade jurídica própria, ou no nome dos próprios assentados coletivamente. O documento de concessão de direito real de uso é individual e renovável, mantendo-se a propriedade estatal das terras e sendo oferecido apenas o direito de domínio temporário aos assentados por alguns anos, passível de renovação (INCRA, 2010). Criado pelo INCRA a partir da solicitação dos movimentos sociais para conciliar o assentamento de “populações tradicionais” com áreas de interesse ambiental e a promoção do desenvolvimento sustentável, a modalidade de assentamento PDS foi inicialmente implantada com seringueiros, extrativistas e castanheiros no Acre e no Pará. Atualmente começa a ser utilizada também para o assentamento de outros segmentos da sociedade. A produção agrícola no PDS é feita através de manejo ecológico, utilizando-se apenas de áreas já desmatadas, ou por técnicas agroflorestais em que o plantio é feito mantendo-se a mata nativa preservada.

O modelo PDS surgiu como uma forma de preservar práticas tradicionais de relacionamento com a terra e os demais recursos naturais reproduzidas por castanheiros, seringueiros e extrativistas, que da terra dispõem de forma a conjugar áreas apropriadas privadamente pelas famílias, como a residência e seu quintal, com áreas de uso comum a todos os assentados, como os castanhais, seringais e demais localidades destinadas à atividades extrativistas. Entretanto, a apropriação da terra não é o único e nem o principal elemento do PDS. O fundamento ecológico é a base deste tipo de assentamento, consubstanciado no incentivo a formas de produção e de relação com o meio ambiente de

caráter ecologicamente sustentável por parte do Estado e na adesão dos assentados a um contrato junto ao INCRA por meio do qual se obrigam não apenas a preservar os recursos naturais nos limites do assentamento, como também a recuperar as áreas degradadas porventura existentes.

Por meio da proposta das *Comunas da Terra*, o MST adota a tática da “massificação da reforma agrária”. Na visão de Delwek Matheus, a proximidade dos assentamentos em relação aos centros urbanos interessaria aos trabalhadores da periferia, que seriam protagonistas de um processo de “recampesinização” com características novas, unindo atividades não-agrícolas dentro do assentamento com atividades agrícolas baseadas na agroecologia. Além disto, ao sugerir a criação de assentamentos próximos aos centros urbanos, o MST pretende que esses possam oferecer acesso à infraestrutura dos espaços urbanos modernos e industrializados (escolas, universidades, hospitais, lazer, serviços etc.).

2.5 Questões teóricas e práticas sobre as *Comunas da Terra*

O “Caderno de Formação n.º 30”, de 1998, afirma a necessidade de se realizar a reforma agrária no Brasil, indicando que a tecnologia do campo e da cidade tem apresentado cada vez mais condições para sua realização. Citam e subscrevem uma passagem de Jacques Chonchol, que pode ser elucidativa em relação à proposta das *Comunas da Terra*, de criação de “núcleos de economia camponesa” vizinhos às grandes cidades:

Finalmente, podría afirmarse incluso que la combinación de un fuerte crecimiento demográfico y de la incapacidad del sistema industrial urbano para absorber todos los excedentes de mano de obra que crea la modernización capitalista en el campo, está en vías de recrear una economía campesina como refugio para millones de habitantes rurales que el contexto estructural de la modernización impide que se le proletaricen completamente (CHONCHOL, 1994, p. 419, *apud* MST, 1998b, p. 55).

Seguindo a ideia expressa por Chonchol, a recriação de uma economia camponesa poderia ser então um objetivo a ser buscado pelo MST, por meio da conquista de assentamentos, com o objetivo de absorver a mão-de-obra excedente gerada pelo processo de modernização agrícola que não é aproveitada pelo sistema industrial urbano. Quiçá a criação de assentamentos próximos às áreas urbanas pudesse figurar também como uma nova estratégia para incorporar mão-de-obra de origem urbana não aproveitada que poderia prestar serviços dentro dos assentamentos, mesmo sem serem assentados.

Há muitas pessoas nas *Comunas* que jamais foram camponeses e, inclusive, parcelas da direção do MST no estado de São Paulo se esforçam em afirmar que as famílias que estão nesses acampamentos e assentamentos são basicamente de proveniência urbana, estando na cidade antes de se juntar ao Movimento – ainda que tenham nascido e vivido em áreas rurais. Outros saíram de zonas rurais antes de ingressar no MST e já tiveram experiências prévias com a agricultura, mas não necessariamente vivenciaram uma condição camponesa. Em comum esses agentes têm o fato de estarem lutando para ter acesso à terra, pela segurança familiar que esta pode proporcionar e por melhoria nas suas condições de vida.

Para Delwek Matheus, dirigente do MST por mim entrevistado, há grande dificuldade em definir o que significa ser camponês ou trabalhador rural em oposição a ser “urbano”, já

que os moradores dos centros urbanos têm em geral origem rural e em muitos casos não chegam a se proletarizar completamente. Neste caso teríamos “trabalhadores em transição”, que não deixariam completamente de ser “rurais” e ainda não se tornariam plenamente “urbanos”. Propõe então como forma de superação da dicotomia campo-cidade a criação de assentamentos que sejam dotados de infraestrutura urbana e que possibilitem o acesso à renda, proporcionando “urbanidade” aos assentados e também garantindo o desenvolvimento político do Movimento por meio da “liberação” de assentados para atividades de militância. Está em jogo a criação de um “novo tipo de camponês”, que supere a divisão entre campo e cidade, em consonância com a proposta de Horacio Martins de Carvalho da *Comunidade de Resistência e Superação*.

Desde meados dos anos 1980, o MST passou a fazer uma leitura de que a luta pela construção do patrimônio baseado na propriedade camponesa contradiz a meta do socialismo científico de abolição da propriedade privada dos meios de produção. Mais recentemente o termo “camponês” volta à cena, adquirindo centralidade no projeto político do MST. Temos aqui o indício de transformações que precisam ser investigadas.

O MST estimula a formação de núcleos de famílias unidos por afinidades desde o momento da fundação do acampamento até a implantação do assentamento, sendo que as formas de parcelamento das terras nesta etapa posterior estão diretamente relacionadas à nucleação das famílias (GOLDFARB, 2007; MST, 2004). Entretanto, o mero fato de as famílias residirem próximas não implica que sua sociabilidade e organização será estimulada automaticamente. O fato de as terras serem geridas coletivamente, não havendo propriedade individual, mas apenas o direito ao domínio garantido pela concessão de direito real de uso em nome do coletivo ou das famílias, não significa que os assentados irão trabalhar coletivamente ou que a cooperação será necessariamente favorecida. Tampouco a não concessão de título de propriedade impede a transferência de lotes para terceiros, preocupação manifestada tanto pelo MST como pelo INCRA.

Um ponto importante na construção das experiências das *Comunas da Terra* é o controle político que o MST exerce sobre o projeto de assentamento e a divisão das terras, com a finalidade de motivar debates e a organização interna e para que os órgãos fundiários atendam às decisões do coletivo de acampados. Um exemplo bastante ilustrativo é o caso do assentamento Sepé Tiarajú, nos municípios de Serra Azul e Serrana (Regional de Ribeirão Preto do MST). Ali foi criado primeiro um projeto para o assentamento formulado pelo MST junto com as famílias acampadas, tendo em vista apresentá-lo ao órgão fundiário. Este, por sua vez, baseou-se naquele documento para construir seu próprio Plano de Desenvolvimento Sustentável para o assentamento, submetendo-o à apreciação do conjunto dos assentados e sendo por eles aceito (MST, 2004). A proximidade que existia entre os movimentos sociais, em particular o MST, e a gestão da Superintendência Regional do INCRA em São Paulo foi fundamental para que esse tipo de diálogo acontecesse, respeitando-se o projeto elaborado pelo MST para o assentamento conquistado.

Após a criação do PDS Sepé Tiarajú, outros assentamentos *Comunas da Terra* com formato de PDS foram criados, tentando aproveitar a existência desse dispositivo institucional para fins de conciliação a proposta de assentamento que exclui a titulação individual da propriedade das terras em nome dos assentados, concebido pelo MST. Não obstante, é preciso conhecer em que medida a adoção do modelo PDS se adapta aos projetos e à realidade dos assentados, bem como às intenções e propostas do MST e do próprio INCRA.

No caso do PDS Sepé Tiarajú, nos municípios de Serra Azul e Serrana (Regional de Ribeirão Preto do MST), foram criados “núcleos” de moradias visando à integração social e econômica das famílias, sendo destinado para cada um desses núcleos um lote para o trabalho coletivo das famílias, além de lotes individuais familiares para moradia e para trabalho no seu “quintal”, de menores proporções, sobre o qual a família possui direito ao uso exclusivo. Ainda na fase do acampamento, as 80 famílias se organizaram para ocupar a área a ser desapropriada, divididas em núcleos por afinidade. Cada núcleo recebeu uma gleba de terra que foi dividida em lotes, sendo que em 2002, quando o órgão fundiário apresentou o Projeto de Desenvolvimento Sustentável aos assentados, as famílias já estavam instaladas em lotes com infraestrutura mínima por elas mesmas construída. Os lotes de residência ficaram com cerca de 3,6 hectares para estabelecimento da moradia e da produção individual, restando áreas de 3 hectares para um espaço comum (praça) e de 60 hectares como área de produção coletiva, destinados para cada um dos núcleos de 20 famílias. O planejamento das moradias garantiu a proximidade entre elas, com o objetivo de manter os setores da “organicidade” do acampamento junto aos núcleos de base como instâncias de planejamento, participação e execução das ideias dos trabalhadores rurais sem-terra, estimulando processos de decisão coletivos (MST, 2004).

É importante ressaltar que, além do modelo PDS, há assentamentos do tipo *Comuna da Terra* com parcelamento das terras e titulação individual para as famílias, como é o caso do Projeto de Assentamento Riacho, em Rio das Flores, criado pelo Instituto de Terras do Estado de São Paulo. Pode ser ou não que essa configuração do assentamento dificulte a implementação da proposta das *Comunas da Terra*, já que nesta se enfatiza a necessidade de se trabalhar com áreas coletivas, socializando parte dos meios de produção, bem como a necessidade de a propriedade ser comunitária ou comunal e não titulada individualmente. A forma de acesso à terra não é de modo algum o único elemento que responde pelas dinâmicas sociais nos assentamentos, sendo necessário conhecer os demais fatores relacionados, mas parto da hipótese de que ela pode ser em alguma medida determinante.

Yamila Goldfarb, em dissertação de mestrado dedicada ao estudo das *Comunas da Terra* em São Paulo, explica melhor o significado da área utilizada individualmente pelas famílias: “trabalha-se com a idéia de quintal, isto é, cada família recebe uma parcela de terra junto à casa na qual possa desenvolver o que for de seu desejo, independentemente da decisão do grupo todo com relação ao quê e como será produzido nas demais áreas produtivas” (GOLDFARB, 2007, p. 116). Esta afirmação é um sinal de que a proposta das *Comunas* representa um acúmulo de experiências e reflexões no interior do MST que levou à revisão das propostas de coletivização completa dos meios de produção. A conjugação de áreas familiares individuais com áreas comuns em que o uso pode se dar de forma cooperada ou não é um possível caminho para aproximar o projeto político do Movimento dos projetos individuais das famílias.

Em não havendo a titulação individual de lotes, supostamente se imporia a necessidade de pensar o planejamento do assentamento como um todo. A proposta de implantar o modelo de *Comunas da Terra* feita por parte do MST foi aceita pelo INCRA, pois, segundo a autora, representa uma tentativa para contenção do avanço da especulação imobiliária nas regiões urbanas nas quais as *Comunas* estão inseridas, tentando inviabilizar a possibilidade da venda de lotes. Prioriza-se também a opção de assentar mais famílias em áreas menores, como parte de um projeto de produção agroecológica, o qual pressupõe uso intensivo da mão-de-obra, com maior produção por hectare e produção mais intensiva, além de se apostar no trabalho em áreas coletivas (GOLDFARB, 2007).

Matheus e Goldfarb, no manual da CONCRAB que explica a proposta das *Comunas da Terra*, ressaltam que, como os núcleos de moradores são consolidados a partir de afinidades pessoais, constituem-se vínculos frágeis, que podem se romper ante desentendimentos e pequenas brigas, dificultando assim a manutenção dos mesmos. Além disto, no caso do assentamento Sepé Tiarajú, o projeto de aplicação dos créditos do Programa Nacional de Apoio à Agricultura Familiar (PRONAF) foi feito de forma individualizada, o que teria estimulado a desestruturação dos núcleos, dificultando o planejamento do assentamento em sua totalidade (MST, 2004).

Um dos maiores desafios das *Comunas* segundo militantes do MST entrevistados é a produção. Grande parte das famílias assentadas possui pouca experiência na agricultura, o que exige capacitação por meio de assistência técnica e extensão rural para que se alcance uma produção suficiente para a comercialização, além de suprir as necessidades básicas de autoconsumo. Nos acampamentos e assentamentos são realizadas discussões para definir como será o uso das áreas coletivas destinadas a cada núcleo de famílias, com o objetivo de tentar planejar coletivamente a produção, a partir do estímulo à participação das famílias. A própria definição do arranjo dos lotes é feita pelas famílias, com intermediação do MST, e os projetos de infraestrutura também as envolvem, além de serem realizados mutirões para construção de moradias. O aspecto da preservação ambiental acompanha os debates sobre a organização da produção e da cooperação agrícola (MST, 2004). Mas não é possível pressupor que o discurso do MST é igual ao das famílias assentadas, de modo que é preciso conhecer como estas recebem, interpretam e avaliam a proposta de criação de áreas coletivas e de cooperação agrícola apresentada pelo Movimento.

Nas condições comuns dos assentamentos, a cooperação pode facilitar mais a modernização da produção agrícola do que a unidade de produção familiar, na visão do MST, já que há escassez de recursos entre os agricultores assentados e os solos são em geral de baixa qualidade. Mas a cooperação pensada para as *Comunas da Terra* já não trabalha com o pacote tecnológico da “modernização”, como outrora se fazia nas CPAs. Na medida em que o MST passa a reconhecer que a reprodução do padrão tecnológico da Revolução Verde entre os assentados tende a endividá-los e, no limite, comprometer sua reprodução social como agricultores, pode-se perceber aqui uma mudança em relação às primeiras experiências de coletivização que adotavam esse modelo tecnológico.

O modelo de “modernização agrícola” adotado no Brasil foi pensado para amplas economias de escala, sendo inviável em pequenas extensões de terras trabalhadas a partir de unidades de produção familiar. Há ainda os efeitos ambientais que a médio e longo prazo tendem a se manifestar por meio da poluição dos solos e das águas e da devastação da flora e da fauna que são inerentes a esse padrão produtivo agrícola, o que o torna insustentável. O modelo agroecológico, na visão do MST, significa o oposto ao padrão tecnológico da Revolução Verde, ao dispensar o uso de agrotóxicos e empregar força de trabalho abundante. Não obstante, a implantação da agroecologia em assentamentos ainda é um enorme desafio que se coloca e é preciso ver na prática como os assentados lidam com essa questão, para além do discurso do MST.

Como as *Comunas* se inserem em contextos urbanos, a proximidade dos mercados consumidores dos grandes centros traz vantagens consideráveis do ponto de vista econômico para a produção agrícola, ao possibilitar a venda direta dos produtores para os consumidores. Até 2007 existiam quatro *Comunas da Terra* na Regional Grande São Paulo do MST, sendo dois assentamentos (em Jequitibá e em Rio das Flores) e dois acampamentos (em Mina dos

Olhos e no Distrito de Candeeiro, na Zona Oeste da capital São Paulo) situados na Região Metropolitana de São Paulo. A proximidade física entre as *Comunas* pode facilitar a união dos assentados e acampados de cada uma das unidades para fins de criação de cooperativas e associações para transporte, comercialização, agroindustrialização, crédito e assistência técnica. É preciso conhecer também qual a proposta do MST para organização do mercado consumidor dos produtos provenientes dos assentamentos sob sua influência na Região Metropolitana de São Paulo, nesta pesquisa.

Além disto, as *Comunas* têm servido como polos de apoio a diversas lutas sociais, como é o caso do assentamento do ITESP Dom Tomás Balduino, no qual os assentados em 2008 se solidarizaram com uma “comunidade” que ocupava há décadas uma área vizinha e estava sendo ameaçada de expulsão, realizando grande mobilização em seu apoio. Ainda, por situarem-se próximos aos centros urbanos, os assentamentos e acampamentos *Comunas* possuem grande capacidade de receber pessoas de fora como visitantes universitários, militantes de outros movimentos sociais etc., o que confere visibilidade a tais experiências e favorece a realização de articulações políticas e ações coletivas. Diversos projetos são ali implementados por segmentos acadêmicos como discentes e docentes, nas áreas de pesquisa e extensão.

Nashieli Loera (2006), em sua dissertação de mestrado, menciona que em 2003 o projeto da *Comuna da Terra* foi apresentado no acampamento Terra Sem Males, organizado pela Regional Campinas do MST. Na época, alguns acampados ficaram revoltados com a ideia de ter que trabalhar em coletivo e por serem forçados a escolher entre ficar no acampamento, que deveria seguir esse modelo, ou mudar para outro na região de Andradina, no Oeste do estado de São Paulo, onde ainda não se tinha pensado em implementar a proposta. A terra era considerada por alguns acampados como condição para manter a família unida, como fonte de independência e possibilidade de não ter patrão, sendo o trabalho coletivo proposto o contrário de suas expectativas. Não apenas trabalhar coletivamente, mas ter que conviver com todos os outros moradores do mesmo assentamento era considerado problemático. O trabalho coletivo era visto como um trabalho desigual, já que alguns tinham experiência no trabalho agrícola e outros não, mas também havia a identificação de um possível problema de convivência, dada a heterogeneidade entre os acampados.

Camila Barra (2007), em pesquisa de mestrado desenvolvida no mesmo acampamento, por meio da qual acompanhou sua trajetória, revela os conflitos e divergências de projetos entre acampados e militantes que se apresentaram naquele espaço. Havia uma permanente negociação entre as orientações prévias dos agentes, em sua busca por conquistar uma vida nova através do assentamento, e as diretrizes do MST no sentido da definição do formato do assentamento e das funções que os agentes assumem nesse novo lugar social. A implementação da proposta das *Comunas da Terra* levou à criação de “rachas” dentro do acampamento, dando lugar a evasões e expulsões de acampados.

A seu modo, parece que as experiências das *Comunas da Terra* reproduzem em alguma medida o que se passou com as CPAs, experiências de “coletivização total” da terra e do trabalho aplicadas pelo MST em assentamentos na Região Sul do Brasil. Não obstante todas as dificuldades encontradas, as experiências das *Comunas da Terra* vêm sendo multiplicadas no Estado de São Paulo, como se pode ver no **Quadro 2**, abaixo, que faz um apanhado dos acampamentos e assentamentos desse modelo que foram criados até 2011.

Quadro 2 - Comunas da Terra no Estado de São Paulo identificadas até 2011

Nome do Assentamento ou Acampamento e data de criação ou de reconhecimento de assentamento estadual pelo INCRA*	Município	Órgão Responsável	Regional do MST **
PA Nova Esperança (05/11/2001)	São José dos Campos	INCRA	Vale do Paraíba
Projeto Estadual Riacho (criado pelo ITESP em novembro de 2003 e reconhecido pelo INCRA em 11/08/2004)	Franco da Rocha	ITESP	Grande SP
PDS Sepé Tiarajú (20/09/2004)	Serra Azul e Serrana	INCRA	Ribeirão Preto
PDS Manoel Neto (19/11/2005)	Taubaté	INCRA	Vale do Paraíba
PDS Olga Benário (19/12/2005)	Tremembé	INCRA	Vale do Paraíba
PDS Emergencial Comuna da Terra Milton Santos (11/07/2006)	Americana	INCRA	Campinas
PDS Jurema (27/07/2006)	Jequitibá	INCRA	Grande SP
PDS da Barra (maio de 2007) OBS: Dividido em 4 áreas: uma delas se chama Mario Lago, é ligada ao MST e considerada <i>Comuna da Terra</i>	Ribeirão Preto	INCRA / PA	Ribeirão Preto
<i>Acampamento</i> Irmã Alberta (não foi criado assentamento/ ano de criação: 2002)	Candeeiro	---	Grande SP
<i>Acampamento</i> Che Guevara (não foi criado assentamento / ano de criação não disponível / acampamentos desfeito)	Franco da Rocha	---	Grande SP

Fonte: GOLDFARB, 2007, adaptado e atualizado a partir de dados colhidos junto ao INCRA.

* Observação 1: Os nomes dados aos assentamentos neste quadro são aqueles que os órgãos fundiários atribuem, os quais podem equivaler ou diferir dos nomes atribuídos pelo MST, conforme o caso, à exceção dos acampamentos, que são nomeados exclusivamente pelo Movimento.

** Observação 2: O MST se organiza espacialmente através do que chama de “regionais” em cada estado em que está presente, as quais incluem diferentes municípios nos quais existem acampamentos ou assentamentos conquistados pelo Movimento.

2.6 Elementos preliminares sobre a aproximação do MST em relação ao público “urbano”

Embora não se trate especificamente da ampliação das bases sociais do MST no sentido de incluir segmentos urbanos, há alguns exemplos que apontam para formas de aproximação do MST com setores urbanos socialmente organizados. Pelo menos desde o final dos anos 1980 já se propunham alianças com trabalhadores urbanos organizados em sindicatos, associações de moradores e de comunidade, conforme o “Caderno de Formação n.º 12” do MST, de 1987 (MST, 1987). Dez anos depois, o “Caderno de Formação n.º 25”, de 1997, fala da necessidade de se fomentar e contribuir com a organização de movimentos de massa também a nível urbano, já que o Movimento acumulou conhecimento e experiência sobre como organizar e fazer mobilizações, o que pode contribuir para ajudar a organizar lutas por moradia, saúde, educação etc. (MST, 1997). No entanto, até aqui o MST não menciona nada semelhante à proposta de realizar ocupações, acampamentos e assentamentos com populações vindas das periferias urbanas.

Observa-se uma mudança importante na posição do MST que, até os anos 1990, era um movimento social fundado por trabalhadores rurais e voltado fundamentalmente para segmentos rurais “camponeses”. Em 1997, pensando na ampliação da reforma agrária nas regiões onde se instalavam assentamentos, o MST já propunha que fosse realizado um levantamento sobre o potencial produtivo das terras na região do seu entorno, a existência de latifúndios passíveis de serem transformados em assentamentos, as possibilidades de mercado para a produção dos assentados e a sondagem sobre a existência de sem-terras e desempregados dispostos a “voltar para as suas raízes” (MST, 1997). Este tema do retorno às raízes rurais ressurgiu com grande força no discurso dos dirigentes e militantes do MST que entrevistei, ao tratarem do processo de arregimentação de pessoas provenientes de áreas urbanas para a participação nas lutas organizadas pelo MST na Regional Grande São Paulo.

Quase dez anos depois, notícia do jornal “O Globo” de 22 de abril de 2006 afirma que o MST preparava a criação de um “braço urbano” para o período após as eleições de 2006. Nas palavras do coordenador do Movimento, João Paulo Rodrigues, em discurso no II Fórum Social Brasileiro realizado em Pernambuco, havia a perspectiva de construção de um grande movimento de massas para resolver os problemas da terra, do trabalho, da moradia, da juventude, da educação e da saúde. O MST não pretendia se tornar urbano, mas fazer parcerias com entidades urbanas e aliados, para a realização de ações conjuntas. Como a maior parte da população brasileira é rural, faz-se premente a união com a população urbana para avançar nas lutas sociais, no seu dizer. Assim como foi criada a Via Campesina, integrando movimentos rurais, João Paulo Rodrigues propõe a criação de uma espécie de Via Campesina urbana, congregando a Central Única dos Trabalhadores (CUT), os sem-teto, os estudantes e desempregados, para que se possa fazer na cidade ações como as que o MST faz no campo (O GLOBO, 22/04/2006).

Em entrevista ao jornal gaúcho “Zero Hora” de 27 de janeiro de 2010, Stédile afirma que o MST buscava um novo modelo para seguir, pois a ocupação de terras não soma aliados e não mais interessava ao Movimento. Em sua visão, nos anos 1970 e 1980 uma parcela da burguesia apoiava o MST por apostar num modelo de desenvolvimento industrial que precisava de mercado interno para vender seus produtos. No entanto, com a implantação do

modelo neoliberal que consolidou o agronegócio, que depende do capital financeiro e das empresas transnacionais, esse quadro teria mudado. Tendo em vista a busca de novas alternativas para fazer aliados, a aproximação com trabalhadores da cidade parece ser a seu ver um modo mais compatível. Além disto, afirma que há dez anos o MST vem incluindo em suas fileiras segmentos urbanos, além dos segmentos rurais usualmente mobilizados. Conforme Stédile, os “urbanos” representariam apenas aproximadamente 15% do contingente dos sem-terra, no caso do Rio Grande do Sul (ZERO HORA, 27/01/2010).

Ambas as notícias dão conta do processo de aproximação do MST em relação a setores urbanos organizados e a última menciona também a arregimentação de segmentos urbanos para empreender a luta pela terra. O MST tem realizado também ações voltadas para lutas sociais especificamente urbanas, como veremos mais adiante com relação ao caso da *Comuna Urbana* em Mina dos Olhos (SP). Embora o contingente de “urbanos”⁶⁰ do MST possa ser pouco significativo dentro do conjunto dos assentamentos do Rio Grande do Sul sobre os quais o Movimento exerce influência, como afirma Stédile, sua presença não é algo a ser descartado, representando um dado novo a ser analisado – há inclusive assentamentos formados predominantemente por “urbanos”, na Região Metropolitana de Porto Alegre (OLIVEIRA, 2009). Em São Paulo vem crescendo também o número de “urbanos” assentados em áreas próximas às cidades e há experiências semelhantes em Belo Horizonte, Goiânia e Fortaleza, conforme o relato de militantes por mim entrevistados.

O processo de organização de pessoas para realização de ocupações de terras em áreas próximas aos centros urbanos ou mesmo nos próprios centros urbanos, consolidado na proposta das *Comunas da Terra*, vem sendo protagonizado pelo MST no estado de São Paulo desde o final dos anos 1990 – concomitantemente, noutros estados da federação este fenômeno vem se desenrolando. Existem outros movimentos sociais que trabalham de maneira semelhante e cuja história está relacionada a este, sobre os quais não terei espaço para me debruçar. Diversos elementos permitem a identificação de conexões entre MST, Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto (MTST) e Movimento dos Trabalhadores Desempregados (MTD), sendo os dois últimos movimentos de caráter plenamente urbano. Estes movimentos parecem ter sofrido forte influência do MST, tanto em termos da inspiração quanto aos métodos de organização e de mobilização, como da própria possibilidade de que surgissem em determinado momento histórico, algo que esteve de certa maneira relacionado aos efeitos da ampliação da ação política do MST⁶¹ no Brasil rumo aos centros urbanos e também pelo surgimento da organização política Consulta Popular⁶².

⁶⁰ O uso das aspas no termo “urbano” tem em vista apontar para a não reificação desta condição, considerando que as pessoas passam por uma pluralidade de experiências rurais e urbanas em suas trajetórias, como veremos ao discutir a implementação da proposta das *Comunas da Terra* na Região Metropolitana de São Paulo.

⁶¹ Ação esta que se internacionalizou pela consubstanciação da Via Campesina e de uma rede de apoio internacional. Sobre as relações entre MST e Via Campesina ver Flavia Braga Vieira (2008).

⁶² A Consulta Popular é uma organização voltada para a realização de uma plataforma política democrática, popular e de caráter nacional. Conforme Marcelo Buzetto: “Com o objetivo de contribuir para o debate sobre um projeto econômico, político e social alternativo, da perspectiva dos trabalhadores e excluídos, o MST e outras organizações populares, juntamente com militantes de esquerda que atuam no movimento sindical, no movimento estudantil, em movimentos populares, em pastorais, em partidos e/ou agrupamentos de esquerda criaram um movimento chamado Consulta Popular — Um Projeto Para o Brasil. Atuando desde dezembro de 1997, quando foi criada, a Consulta tem como tarefa se construir enquanto uma ferramenta de luta dos trabalhadores e excluídos” (BUZETTO, 1999, p. 140).

CAPÍTULO III

DO TRABALHO COM O *POVO DA RUA* AOS *SEM-TERRA*: HISTÓRIA DA CRIAÇÃO DA REGIONAL GRANDE SÃO PAULO DO MST

3.1 Militantes, dirigentes e base

A chamada Regional⁶³ Grande São Paulo do MST surgiu oficialmente no ano de 2001, no contexto de um Encontro Estadual do MST em São Paulo e ainda hoje está em atividade. Embora seja indispensável pensar o surgimento dessa Regional em relação ao contexto mais amplo da organização do Movimento, ampliando o escopo de análise, o objetivo neste capítulo é principalmente entender como se deu o seu processo de gênese a partir dos relatos dos agentes que o protagonizaram. Privilegiando a visão daqueles que assumem ou já assumiram funções de liderança, que são, em geral, pessoas ligadas à Igreja Católica ou dela oriundas, tomo como material empírico fundamentalmente as entrevistas e conversas informais realizadas e elementos percebidos por meio da observação direta no contexto do trabalho de campo.

A história da criação de um segmento do MST na Região Metropolitana de São Paulo envolve uma série de agentes sociais, dentre os quais focarei com particular atenção neste capítulo àqueles que são ou já foram parte da direção da Regional Grande São Paulo do MST. Trata-se de pessoas que atuaram como representantes políticos em processos de luta pela obtenção de lotes de terras por meio de ações diretas e negociações junto ao poder público, como mobilizadores de *pessoas em situação de rua* para fins da realização de ações coletivas e de prestação de solidariedade e também como organizadores de acampamentos e assentamentos.

O grupo formado por aqueles que assumiram o papel de lideranças incumbidas da organização e das ações da Regional Grande São Paulo foi originalmente formado por profissionais que desenvolviam um trabalho de assistência social junto a *moradores de rua* de São Paulo e pessoas portadoras do vírus da AIDS (Síndrome da Imunodeficiência Adquirida). Em meados dos anos 1990, o eixo central do trabalho desse grupo passa progressivamente a deslocar-se para a finalidade de criar oportunidades de trabalho para os assistidos e, posteriormente, obter lotes de terras para moradia e trabalho agrícola. Esse processo ocorreu através de uma aproximação progressiva de um padre que liderava o trabalho com os *moradores de rua* junto a membros do MST do interior do Estado de São Paulo. Ao final dos anos 1990, fortaleceu tal mudança de orientação o ingresso no grupo de uma freira ligada à

⁶³ O MST se organiza espacialmente através das chamadas *regionais* em cada estado em que está presente. Elas consistem na delimitação de um aglomerado de municípios vizinhos nos quais existem assentamentos ou acampamentos conquistados pelo Movimento e por cujas redondezas se estende o seu raio de ação a nível regional. Cada *regional* possui um núcleo de dirigentes encarregado de organizar a presença e as ações do MST no seu escopo espacial de atuação.

Comissão Pastoral da Terra, cuja história de vida foi marcada pelo trabalho junto a segmentos que viviam conflitos fundiários nas regiões Centro-Oeste e da Amazônia.

Evidentemente a adesão ao MST não se gestou espontaneamente, o que me levou a optar metodologicamente por tentar reconstituir a historicidade desse processo social em busca de captar seus meandros, tentando desvendar nexos de causalidade existentes, analisando representações sociais de agentes nele envolvidos, perscrutando motivações subjetivas e investigando elementos que permitam contextualizar minimamente a história de vida de parte de seus protagonistas. As eventuais falhas interpretativas são de minha responsabilidade exclusiva, mas certas lacunas se devem também à dificuldade de estabelecer contato e realizar entrevistas com pessoas que cumpriram papéis centrais nessa história, as quais hoje em dia estão afastadas do MST e preferem não conversar sobre o assunto, ou as quais não fui capaz sequer de localizar durante o trabalho de campo por estarem já distantes das pessoas com quem conversei e dos locais por onde andei.

Para explicar o modo pelo qual o MST entra na vida de militantes, dirigentes, acampados e também dos assentados do PA Riacho e do PDS Jurema, partirei do estudo sobre a criação da Regional Grande São Paulo⁶⁴. A história da sua criação compreende um período anterior ao processo de formação dos acampamentos e seus reflexos são sentidos ainda em momentos posteriores, já na fase em que famílias e indivíduos se tornaram assentados. Portanto, conhecer essa história é um passo importante para se contextualizar o quadro encontrado atualmente em campo, cumprindo não apenas uma exigência formal comum em pesquisas, a saber, a apresentação de um “resgate histórico” que preceda à apresentação do material empírico, mas sim de fato evidenciando pistas para a investigação dos processos de cooperação e organização nos assentamentos pesquisados.

Recorro também à análise de documentos obtidos via *internet* e estudos de outros autores, além das entrevistas, conversas informais e observações diretas realizadas junto a assentados, acampados e pessoas que participam ou participaram da Regional como militantes ou dirigentes⁶⁵, mas não necessariamente residem nas terras que foram ocupadas e transformadas em acampamentos e assentamentos por meio da ação da Regional. A maioria dos agentes sobre cujas falas, ações e relações me baseio para escrever essa história da criação da Regional viveu pessoalmente o processo de sua constituição, inclusive compondo o seu quadro de dirigentes. Outra parte dos protagonistas veio a compor o que o MST chama de base de acampados e assentados, os quais integram a organização mas não assumem responsabilidades e cargos equivalentes aos da direção.

Navarro (2002) realiza uma distinção analítica útil para dar conta de tal diferenciação, identificando, de um lado, a “organização dos sem-terra”, que engloba o conjunto do seu corpo dirigente principal e seus militantes intermediários que estão diretamente ligados à organização como funcionários, e, de outro, a imensa base social das “famílias sem-terra”.

Porquanto façam parte da direção da Regional, os dirigentes se diferenciam socialmente e politicamente das demais famílias e indivíduos mobilizados para tais lutas. Essa

⁶⁴ Doravante tratarei esta entidade também pelo nome de Regional.

⁶⁵ Os dirigentes do MST são aqueles militantes que assumem funções de coordenação e direção dentro da hierarquia organizativa do MST, tendo em geral passado por experiências e formações políticas em quantidade e qualidade superiores às dos demais integrantes. São coordenadores de setores, representantes das direções regionais, estaduais e da nacional, dirigentes de cooperativas e centros de formação ligados ao MST etc. Se diferenciam dos demais militantes fundamentalmente pelas responsabilidades organizativas das quais se incumbem e pelo reconhecimento da posição que ocupam no Movimento.

diferenciação se dá em termos do *status* adquirido dentro da organização e fora dela, do capital político, cultural e social angariado através da participação no MST, mas também por fatores socioeconômicos. Apesar do fato de que ser dirigente implica numa relação de diferenciação social para com aqueles que não o são, os membros da direção compartilham de experiências de mobilização e de luta em comum com os demais acampados e assentados nas etapas constituintes da luta por acesso à terra.

As pessoas acampadas e assentadas em áreas ocupadas ou conquistadas pelo MST são consideradas como parte da base do Movimento, a partir do ponto de vista dos dirigentes e ex-dirigentes. É comum também que ex-dirigentes sejam atualmente assentados que se reconhecem como parte da base. Oposição binária usualmente utilizada em organizações políticas como partidos e sindicatos, a categoria base é aqui utilizada fundamentalmente para caracterizar aqueles que não possuem o *status* de dirigente dentro dos quadros do MST, mas seus significados não se esgotam nesta acepção básica, podendo incluir também militantes que podem ou não fazer parte do corpo de funcionários da organização.

A definição de militante apresentada pelo MST nos anos 80 era proposta em distinção à de “agente”, que era como se chamavam as pessoas que desempenhavam a função de animação do povo do ponto de vista da ação pastoral. Encaminhando-se para uma autonomização em relação aos mediadores religiosos que atuavam dentro e junto ao Movimento, assume o MST feições de organização social com uma orientação política de esquerda e leninista. O militante é caracterizado como o tipo de pessoa que vive o cotidiano do Movimento, trabalhando junto à base e desenvolvendo atividades como animar e articulá-la, promover, organizar e coordenar reuniões com a mesma, preparar assembleias, distribuir material como jornal, livretos e panfletos do MST etc. Trata-se de alguém que se entrega “de corpo e alma” e de forma prioritária ao Movimento, podendo ser trabalhador rural, estudante, seminarista, professor, funcionário público, agente de pastoral, dirigente sindical, indivíduo ligado a entidades que trabalhavam junto com o MST como a Comissão Pastoral da Terra e outras ONGs de assessoria etc. Em termos de sua situação econômica pode receber uma remuneração para se dedicar exclusivamente ao trabalho de militante (militante liberado), apenas uma ajuda de custo para fazê-lo (militante semiliberado) ou pode não receber nada por esse tipo de trabalho (militante voluntário). Sua atuação pode se voltar para atividades de liderança e direção ou para tarefas unicamente de acompanhamento, sem liderança ou direção. Quanto maior o número de militantes do Movimento, maior será sua capacidade de crescimento e desenvolvimento, bem como sua força política. Por isso há um esforço permanente por investir na formação de militantes entre os próprios trabalhadores (MST, 1986d).

3.2 Católicos, profissionais da assistência social e pessoas em situação de rua

O papel de alguns setores da Igreja Católica é central nessa história, conforme veremos, e não se resume apenas à fase inicial da criação da Regional. Mantém-se, em certa medida, ainda hoje, para além das homenagens a destacados clérigos dos setores progressistas e à esquerda dentro da Igreja Católica, que atuam em lutas sociais ao lado dos trabalhadores, estampadas nos nomes dos acampamentos e assentamentos. Tais homenagens representam um reconhecimento ao protagonismo que esses agentes tiveram no contexto dos processos de luta vivenciados pelo MST na Região Metropolitana de São Paulo e em muitos outros conflitos

envolvendo segmentos da classe trabalhadora brasileira. Os nomes Dom Tomás Balduino, Dom Pedro Casaldáliga, Irmã Alberta e Dom Hélder Câmara representam a forma pela qual são chamados, desde a perspectiva do MST e da maioria dos assentados, não apenas os grupos sociais mobilizados para lutar por terras, mas também os espaços sobre os quais estes se estabeleceram por meio da conquista de terras via ocupações, acampamentos e criação de assentamentos.

Outros assentamentos fora da Regional Grande São Paulo e em todo o Brasil homenageiam não somente a líderes religiosos, mas em geral a outros personagens marcantes das lutas sociais e políticas, como líderes políticos históricos de movimentos do campo político da esquerda, membros do MST que tomaram assassinados em meio à luta pela terra e acadêmicos cuja produção é considerada relevante do ponto de vista das lutas populares como Milton Santos, Florestan Fernandes e Josué de Castro. Não se entende o traço distintivo de evocação e invocação da figura de clérigos da chamada Igreja progressista⁶⁶ na Regional Grande São Paulo sem se realizar a reconstituição de sua história e a identificação do perfil dos agentes que dela fizeram parte.

A Regional Grande São Paulo do MST surgiu a partir da organização de um grupo de pessoas vinculadas direta ou indiretamente à Igreja Católica, que realizavam atendimentos a pessoas soropositivas e *moradores de rua* na cidade de São Paulo. A entidade que unia essas pessoas se chamava Centro de Documentação e Comunicação dos Marginalizados (CDCM), no interior do qual foi fundado o projeto Fraternidade AIDS na Rua em 1993. Nesse projeto, uma equipe formada por psicólogos, assistentes sociais, advogados, médicos, voluntários, missionários, padres, freiras, seminaristas e pessoas ligadas às Comunidades Eclesiais de Base (CEBs)⁶⁷ prestava assistência a *moradores de rua* soropositivos que comprovassem estar realizando tratamento médico para a AIDS, além de fazer trabalhos de prevenção à doença nas ruas, principalmente nas regiões do Centro e do Leste da cidade de São Paulo. A maior parte do público atendido pelo projeto Fraternidade AIDS era formada por usuários ou ex-usuários de drogas e de álcool portadores do vírus HIV. Junto à entidade encontravam orientação e cuidados médicos que os incentivavam a iniciar e em seguida dar continuidade ao tratamento antirretroviral e a prevenir a propagação do vírus, através da prevenção. O público atendido pelo projeto chegou a 500 pessoas (SHIMMA, 2001).

Fundado em 1989 por leigos e religiosos, o CDCM, onde surgiu a Fraternidade, dispunha de uma casa de convivência destinada a *moradores de rua*, em convênio com a Prefeitura Municipal de São Paulo. A partir de 1994, o CDCM ficou conhecido como

⁶⁶ O termo “Igreja progressista” faz referência a setores da Igreja Católica que seguem uma orientação social e política pendente para o espectro da esquerda política, envolvendo em particular pessoas ligadas direta ou indiretamente ao movimento da Teologia da Libertação.

⁶⁷ Frei Betto explica o que são as CEBs: “As comunidades eclesiais de base (CEBs) são pequenos grupos organizados em torno da paróquia (urbana) ou da capela (rural), por iniciativa de leigos, padres ou bispos. As primeiras surgiram por volta de 1960, em Nísia Floresta, arquidiocese de Natal, segundo alguns pesquisadores, ou em Volta Redonda, segundo outros. De natureza religiosa e caráter pastoral, as CEB’s podem ter dez, vinte ou cinquenta membros. [...] São comunidades, porque reúnem pessoas que têm a mesma fé, pertencem à mesma igreja e moram na mesma região. Motivadas pela fé, essas pessoas vivem uma comum-união em torno de seus problemas de sobrevivência, de moradia, de lutas por melhores condições de vida e de anseios e esperanças libertadoras. São eclesiais, porque congregadas na Igreja, como núcleos básicos de comunidade de fé. São de base, porque integradas por pessoas que trabalham com as próprias mãos (classes populares) [...]. Segundo estimativas não oficiais, existem no país, atualmente, 80 mil comunidades eclesiais de base, congregando cerca de dois milhões de pessoas crentes e oprimidas” (BETTO, 1981, p. 7).

Associação Rede Rua (Fonte: <<http://www.verbodivino.org.br>>. Acesso em: 22 de janeiro de 2012).

A Associação Rede Rua, organização social, sem fins lucrativos, nasceu nos anos 80. *Um grupo de verbitas juntos com grupo de missionários, voluntário.* A idéia dos missionários era preparar um sopão embaixo do viaduto Alcântara Machado. Alguns *moradores de rua* ajudavam no preparo desse “sopão”. Alguns iam buscar madeira, outros iam pedir doação de alimentos, e, juntos, compunham uma grande “família”.

Dia a dia, o número de procura pelo tal “sopão” crescia. Mais e mais pessoas se juntavam a fim de ajudar no preparo e se alimentar. Se sentindo extremamente incomodados com o número de pessoas que estavam naquela situação, nasceu então, deste grupo, o “Centro de Registro e Documentação dos Marginalizados” que teve como objetivo, registrar, acompanhar e intervir juntamente com essa população (Disponível em: <<http://www.verbodivino.org.br>>. Acesso em: 22 de janeiro de 2012. *Grifo nosso*).

Extraído do sítio eletrônico da Associação Rede Rua na *internet*, o trecho acima descreve a inquietação inicial surgida no âmbito de um trabalho de assistência realizado com *moradores de rua*, que levou posteriormente à criação de uma iniciativa voltada à comunicação social que visava dar visibilidade à situação daquela população e facilitar a comunicação entre os próprios e para com outras entidades, órgãos públicos, indivíduos e grupos. O jornal *O Trecheiro – notícias do povo da rua*, publicado pela Associação Rede Rua, foi uma das iniciativas surgidas no campo da comunicação social, em resposta a tal inquietação, tentando mostrar para a sociedade os problemas e reivindicações de tais segmentos e procurando buscar aliados e apoiadores entre os leitores.

O grupo que formou o CDCM, posteriormente conhecido como Associação Rede Rua, era composto em parte por religiosos da congregação Missionários do Verbo Divino, conhecidos como verbitas, a qual reúne padres e irmãos católicos distribuídos em 70 países, que têm como principal objetivo levar o evangelho às pessoas. Adotam uma orientação nas paróquias onde atuam sugerindo a prestação de solidariedade para com setores marginalizados da sociedade, possuindo experiência na realização do que chamam de *trabalho social*⁶⁸ (Disponível em: <<http://www.verbodivino.org.br>>. Acesso em: 22 de janeiro de 2012. *Grifo nosso*).

Da congregação dos verbitas veio aquele que é reconhecido por todos os depoentes como o principal líder da Fraternidade⁶⁹, o Padre Naveen, de origem indiana, psicólogo por formação, que coordenava o *trabalho social* com pessoas soropositivas. Entretanto, não eram apenas os verbitas que participavam da Fraternidade e do CDCM, como também pessoas vindas de outras congregações da Igreja Católica e mesmo voluntários e profissionais que não faziam parte de nenhuma congregação ou Igreja.

⁶⁸ Essa categoria assume diferentes significados de acordo com o agente que a enuncia. Mais adiante veremos que, no caso de dirigentes da Regional Grande São Paulo do MST, assume a forma de um trabalho voltado não apenas para a assistência social e evangelização, mas também para o desenvolvimento da autoconsciência da cidadania dos agentes.

⁶⁹ O nome Fraternidade era utilizado de maneira informal e referia-se ao projeto Fraternidade AIDS na Rua ou Fraternidade AIDS – nome este referido por Gomes (2005) –, realizado no interior do CDCM, até a institucionalização da Fraternidade Povo da Rua em 1994.

Inicialmente a sede do CDCM se situava na torre de uma Igreja na Zona Leste do município de São Paulo. O *trabalho social* assumido pelo CDCM ao longo do tempo incluía a gestão de centros de assistência social e a administração de albergues para o abrigo de *peças em situação de rua*, através de parcerias realizadas com a Prefeitura Municipal de São Paulo. O Projeto Fraternidade AIDS na Rua foi apenas mais uma dentre as iniciativas realizadas pelo CDCM, assim como o Restaurante Cascudas, cooperativa formada por *moradores de rua*, e o Cais do Bom Jesus, projeto que atendia a *moradores de rua* no bairro do João Cândido. Fazia parte do *trabalho social* fornecer alimentação, abrigo, instrução informal, cuidados médicos, orientações jurídicas e legais, aconselhamento profissional, dentre outras ações

Dentro dos marcos do CDCM, a Fraternidade AIDS trabalhava apenas com aqueles soropositivos que viviam nas ruas durante o dia e nelas dormiam à noite, os chamados *moradores de rua*, que se encontravam numa situação de precariedade extrema no que tange às condições de existência⁷⁰. Desde o início do Projeto AIDS na Rua, já havia uma inquietação entre os membros da Fraternidade quanto ao potencial de seu trabalho como meio para transformação da vida dos *moradores de rua*. Tentou-se arranjar formas de geração de renda para os *moradores de rua* ensinando-os a trabalhar com artesanato. Depois, com a ajuda de doações, conseguiram comprar carrinhos para preparação e venda de cachorros-quentes, que foram entregues aos *moradores de rua*. Nenhuma dessas tentativas deu certo e não se tocava em questões consideradas fundamentais pelos profissionais e religiosos da Fraternidade como a falta de moradia e de trabalho estável. Progressivamente o trabalho da Fraternidade começou a se destinar também a moradores de albergues que passavam o dia trabalhando nas ruas.

Padre Naveen começou a se aproximar de membros do MST e em paralelo ao projeto AIDS na Rua se iniciou um novo projeto, em 1994⁷¹, que trabalhava com um público que incluía soropositivos e também não-soropositivos caracterizados como *peças em situação de rua*. Tendo como objetivo estreitar a relação com o MST e inserir as pessoas assistidas em ações de luta por terra organizadas pelo MST, se iniciou o projeto Da Rua Para a Terra. Naveen realizou contatos com dirigentes do MST do interior do estado de São Paulo que eram membros da direção estadual do Movimento. Quando esses vinham ao município de São Paulo temporariamente e permaneciam no alojamento do Movimento na capital, se estabeleciam visitas e conversas entre as partes. Além disto, havia também seminaristas que tinham tido algum tipo de contato prévio com o MST que faziam palestras e debates sobre o modo de funcionamento do Movimento junto aos membros da Fraternidade.

A partir da interpretação do discurso de militantes, dirigentes, ex-militantes, ex-dirigentes e outros mediadores e representantes ligados direta ou indiretamente ao MST, os

⁷⁰ Pesquisa quantitativa do instituto Datafolha feita entre 21 e 22 de agosto de 1995 revela que 38% dos *moradores de rua* passaram a se encontrar nesta condição após a criação do Plano Real pelo Governo Federal, no período de um ano, entre 1994 e 1995, e 26% estariam na rua há mais de seis anos. A falta de emprego é afirmada por 38% como motivação para se ter ido morar na rua, enquanto 23% explicam essa mudança em função de problemas familiares (BERNARDES & STYCER, 1995). Considerando-se que a Fraternidade começa a operar em 1993, talvez não seja uma extrapolação deduzir que parte do público com o qual trabalhava era formado por pessoas que ficaram desempregados no contexto da implementação das políticas neoliberais de ajuste macroeconômico nos anos 1990 no Brasil.

⁷¹ Justo (2005) confirma que em 1994 teria se iniciado o referido movimento de aproximação em relação ao MST, a partir de entrevistas feitas com dirigentes que também eram membros da Fraternidade, como Naveen, e com um dos fundadores do CDCM, o ex-seminarista Alderon Pereira da Costa, cotejadas com edições do periódico *O Trecheiro - Notícias do povo da rua*, publicado pelo CDCM, que apresentam informações sobre o trabalho de se levar *moradores de rua* à participar de ocupações de terra.

quais me concederam entrevistas, conversas informais e momentos de convivência de outros tipos, foi possível avançar empiricamente no sentido de conhecer alguns detalhes do processo de aproximação de membros da Fraternidade em relação ao MST. Desenredo alguns dos passos que foram dados nesta direção, tentando identificar como teriam se dado algumas das interações entre indivíduos que produziram novas sociações e transformaram sociações já existentes (SIMMEL, 1983a, 1983b).

Houve em meu caminho limitações do tempo para realização do trabalho de campo e dificuldades de acesso a determinadas pessoas que poderiam contribuir para revelar em detalhes os meandros de tais relações sociais. Particularmente o impedimento colocado à realização de uma entrevista em profundidade com o Padre Naveen – atualmente ex-padre, que era reconhecido como o principal líder da Fraternidade e posteriormente da Regional Grande São Paulo do MST, sem dúvida contribuiu para gerar algumas lacunas. Ex-sacerdote e ex-assentado no PA Riacho⁷², atualmente Naveen não faz mais parte nem da Igreja, nem da Fraternidade e nem do MST, mas capitaneou o projeto de integração de *pessoas em situação de rua* ao MST, realizado nos anos 1990 pela Fraternidade, bem como de todo o processo de formação da Regional Grande São Paulo e de conquista dos assentamentos. Em realidade, esses três processos constituem uma só trama, como veremos, na qual interações de caráter cooperativo e conflituoso se desenrolam, sociações são feitas e desfeitas e são reveladas as articulações internas de redes, num movimento perpétuo cujo limite não existe na realidade social, mas tão somente nos quadros do presente texto.

Uma visão bastante detalhada do processo foi oferecida pelo depoimento da Irmã Alberta, uma freira de origem italiana ligada à Comissão Pastoral da Terra, que já foi dirigente da Regional Grande São Paulo do MST e da Fraternidade Povo da Rua. Embora não tenha vivenciado os primeiros momentos do trabalho da Fraternidade, se unindo ao grupo somente no ano de 1997, sua narrativa trouxe elementos chaves para dar conta do presente esforço de reconstituição histórica.

Decerto existem elementos importantes para entender a história da Regional, os quais não transparecem na fala dos entrevistados e exigem o recurso a procedimentos de indução para serem explicados. Para fins de reconstituição empírica foi realizado um exaustivo cotejamento entre os depoimentos colhidos, a bibliografia produzida por outros autores que traz material empírico sobre os temas trabalhados, os documentos pesquisados via *internet* e o material produzido por meio das observações diretas e conversas informais durante o trabalho de campo.

3.3 A chegada da Irmã Alberta a São Paulo e o papel da CPT no processo

Irmã Alberta é missionária da Congregação da Pequena Obra da Divina Providência, conhecida também como Congregação de Dom Orione (seus membros são chamados de

⁷² Infelizmente, Naveen alegou não ser possível me conceder uma entrevista, já que não estava autorizado a falar em nome do Movimento, pois dele não fazia mais parte. Tivemos um breve encontro na Catedral da Sé, no Centro de São Paulo, no qual pouco foi dito de sua parte, mas tive a oportunidade de me apresentar e explicar o tipo de pesquisa que estava desenvolvendo, além de lhe dar conhecimento de que necessariamente teria que mencionar em minha pesquisa o trabalho que ele desenvolveu na Fraternidade, na Regional e nos acampamentos e assentamentos. Contou-me que havia deixado de ser padre há anos, era casado, tinha um filho e agora trabalhava como corretor de seguros.

orionitas). Nasceu em Veneza, na Itália, em 24 de outubro de 1921. Seu pai era um operário metalúrgico italiano que sofria perseguição política do regime fascista pelo fato de ser comunista. Após trabalhar com educação em orfanatos e numa escola profissionalizante na Itália, decide se tornar missionária da Congregação, sendo então enviada ao Brasil. Após o Concílio Vaticano II⁷³, assume ter entrado numa crise pessoal, o que a levou a mudar sua orientação e buscar aproximação com os pobres e marginalizados em países subdesenvolvidos. Como relata, seu desejo inicial era ir para a Somália, mas a Congregação a enviou para o Brasil, em 1968.

Morou por 26 anos no atual estado do Tocantins, onde trabalhou na região do município de Araguaína e atuou na Comissão Pastoral da Terra. Participou em 1975 da fundação desta instituição de caráter ecumênico, criada por setores da Igreja Católica e que reúne também metodistas e luteranos, com ramificações em diferentes lugares do país. Ameaçada de morte por apoiar trabalhadores rurais envolvidos em conflitos fundiários, Irmã Alberta foi enviada primeiro para outro município também no Tocantins, chamado Tocantinópolis, e depois para a Ilha de Marajó, onde por oito anos trabalhou na paróquia local e desenvolveu trabalhos em várias pastorais católicas⁷⁴ prestando serviços à comunidade. Por volta de 1997 foi transferida para São Paulo, após conhecer o Padre Arlindo, fundador do CDCM, que a convidou para *trabalhar na rua*. Foi então que conheceu o trabalho da Fraternidade, liderada pelo Padre Naveen, e se integrou aos trabalhos ali desenvolvidos. Por sua formação como enfermeira, Irmã Alberta assumiu a função de realizar cuidados médicos junto aos *moradores de rua*.

Embora inicialmente o grupo arregimentado pela Fraternidade Povo da Rua e levado a participar do MST fosse predominantemente formado por *pessoas em situação de rua*, posteriormente a maior parte destes deixou os acampamentos por vontade própria ou foi expulso pela coordenação existente em cada um deles, por conta de manifestarem comportamentos, hábitos e atitudes considerados pelos dirigentes da Regional Grande São Paulo impróprios para a vida no que viria a ser o assentamento. Como é muito delicado tratar no contexto das entrevistas do tema da vivência nas ruas, dado o estigma que esta posição anteriormente ocupada carrega, consegui identificá-los através de entrevistas com os próprios em alguns poucos casos, vindo a saber de outros por meio de informações passadas por assentados que não tinham experimentado a mesma situação⁷⁵. No caso do assentamento em Rio das Flores as pessoas que tinham passado por *situação de rua* constituíam um universo de

⁷³ Conforme Frei Betto (1981), o Concílio Vaticano Segundo iniciou um amplo processo de renovação na Igreja Católica que teve como efeito uma maior aproximação da hierarquia eclesial em relação às classes populares, em especial na América Latina.

⁷⁴ “Ação pastoral católica ou simplesmente pastoral é a acção da Igreja Católica no mundo ou o conjunto de actividades pelas quais a Igreja realiza a sua missão, que consiste primariamente em continuar a acção de Jesus Cristo. A palavra pastoral deriva de pastor, que era um elemento constante no mundo bíblico. Na simbologia bíblica, Deus é comparado ao pastor, aquele que tem ao mesmo tempo autoridade e solicitude para com suas ovelhas. Jesus Cristo também é comparado ao bom pastor no Evangelho de João. Como instituição, a Igreja atua não só na transmissão de idéias, valores e ideologia, mas também no serviço à comunidade. A teologia que estuda esta acção chama-se teologia pastoral.” (Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/A%C3%A7%C3%A3o_pastoral_cat%C3%B3lica>. Acesso em: 30 de janeiro de 2012).

⁷⁵ Tive até mesmo dificuldade de conversar com alguns deles: dois assentados viviam alcoolizados e não conseguiam se comunicar bem, demonstrando que a vivência nas ruas havia gerado efeitos danosos duradouros neles. Um outro casal de soropositivos estava com problemas de saúde e não teve condições de me receber. Outra pessoa que vinha de *situação de rua* era mercador ambulante e quase não passava os dias no assentamento, estando seu lote e sua residência em estado de abandono e falta de higiene.

aproximadamente 20 ou 25% dos titulares de lotes, sendo que um deles havia vendido seu lote para outro ex-morador de rua que queria ser assentado. No caso do assentamento em Jequitibá, que foi obtido posteriormente, havia apenas dois titulares que passaram por esta condição, sendo que um deles havia já abandonado o assentamento.

A transferência de Marajó para São Paulo representa uma mudança de posição fundamental na trajetória da Irmã Alberta. Tendo trabalhado com pessoas de origem rural como camponeses, trabalhadores rurais, ribeirinhos e posseiros no Centro-Oeste e na Amazônia, sua experiência viria a contribuir nos esforços já iniciados por Padre Naveen em tentar mobilizar *pessoas em situação de rua* para realizar ocupações de terras. Conforme o discurso da Irmã Alberta, surge como explicação para sua mudança para São Paulo, inicialmente, apenas o tema do perigo de vida que corria, após o assassinato do sacerdote com quem trabalhava em Araguaína, bem como o fato de ter conhecido o Padre Arlindo, o que ampliou sua rede de relações de modo a incluir gente da capital paulista.

O contato feito com pessoas de São Paulo parece ter sido um dos elementos que possibilitaram que ela deixasse o Centro-Oeste, rumo à capital paulista, num contexto conflituoso em que sua vida estava sob risco. Chegando a São Paulo, a possibilidade de participar do trabalho com o *povo da rua* juntamente com o grupo de Naveen, dando força ao projeto de “volta ao campo” então já esboçado por este, foi abraçado pela freira. Irmã Alberta já era membro da CPT e isto decerto influenciou na criação de um braço desta entidade na capital, juntamente com Naveen, no mesmo ano em que a freira ali chegou.

A CPT, assim, se firmava não apenas com um trabalho relevante na capital, mas também conquistava mais espaço dentro do MST a nível estadual. Afinal, desde o final dos anos 80 havia se instaurado uma tensão dentro do MST, levando o Movimento a afastar-se do direcionamento conferido pela CPT, que era, até então uma das principais forças dentro dele. Não obstante tenha havido um deslocamento dentro do MST em relação ao papel dos mediadores da Igreja, estes jamais deixaram de atuar conjuntamente com o Movimento. No caso da Regional Grande São Paulo do MST, então em gestação, os membros da CPT passariam a representar, eles próprios, a presença do Movimento, tornando-se dirigentes.

Grzybowski (1989) apresenta alguns elementos que parecem fornecer chaves para se explicar tal mudança, se conjugados com o levantamento empírico que ora está sendo apresentado. Inicialmente o MST se estendeu, a partir do Sul do país, para o Mato Grosso do Sul e para o Oeste de São Paulo. O avanço rumo ao Oeste paulista contou com a Igreja para incorporar ao MST grupos de sem-terra em luta tanto em São Paulo como noutros estados da federação. O autor afirma que o MST conta com o apoio logístico e a direção política de setores da Igreja Católica, em particular, da CPT, mas também de outras Igrejas protestantes, no caso da Região Sul do país, e o Movimento costuma apresentar características político-religiosas em suas manifestações e identidade.

Ainda segundo Grzybowski, a crise econômica dos anos 1980 e a alternativa proposta por mediadores políticos como a CPT de “retorno ao campo” deu margem ao surgimento de grupos de sem-terras em periferias como a do Rio de Janeiro, os quais se integraram ao MST posteriormente (GRZYBOWSKI, 1989). Algo semelhante ocorreu no caso da Fraternidade, ao propor às pessoas *em situação de rua* um projeto de “retorno ao campo”, em meados dos anos 1990.

Considerando a importância da CPT na constituição do MST e toda a experiência da entidade na luta pela reforma agrária, a relevância da presença da Irmã Alberta em São Paulo

ganha maior inteligibilidade – ainda que sua chegada à capital não necessariamente tenha sido determinada por uma necessidade da CPT, mas pela necessidade de mudança de seu local de moradia e por contingências relativas às redes de relações mantidas pela freira.

Naveen e o grupo da Fraternidade já trabalhavam desde meados de 1994 na organização de *peessoas em situação de rua* para participar das ações do MST de ocupação de terras. Quando a Irmã Alberta afirma que teria sido convidada por Arlindo, do CDCM, para ir para São Paulo para *trabalhar na rua*, não se tratava apenas de somar-se ao trabalho de assistência social com realizado com *peessoas em situação de rua*, mas também de contribuir para o projeto de “volta ao campo” já iniciado por Naveen. Sendo membro e fundadora da CPT e possuindo grande experiência com a organização de segmentos das classes populares rurais em situações de conflitos fundiários, ainda que trabalhando com um público bastante distinto daquele com o qual viria a trabalhar na capital São Paulo, a Irmã possuía uma experiência como mediadora política que poderia vir a favorecer ao processo de organização de *peessoas em situação de rua* para participarem das ações de luta por terras realizadas pelo MST. A Fraternidade servia então para a finalidade de tentar garantir a presença de uma base de origem urbana e de trabalhadores não-agrícolas nas ocupações e acampamentos no interior do estado de São Paulo, e em seguida, de massificar as ações do MST na própria Região Metropolitana de São Paulo.

Como relata a própria Irmã Alberta, o Padre Naveen veio a dirigir primeiramente a sede da CPT em São Paulo, cargo que depois foi ocupado por ela própria, quando Naveen ingressou em definitivo no MST, o que sugere a relevância da CPT naquele contexto. Naveen abandonou a vocação e a profissão de padre, casou-se e teve um filho e tornou-se dirigente do MST na Regional Grande São Paulo. Irmã Alberta, embora tenha atuado também como dirigente da Regional, jamais largou o papel de freira e seus vínculos profissionais com a Igreja Católica se mantêm até hoje.

Outro exemplo que ilustra a força que possuía a CPT na Regional Grande São Paulo do MST e as possibilidades de reconversão de trajetórias é o caso do ex-sacerdote que se lançou a atividades no acampamento urbano da Regional em Mina dos Olhos, o Padre Giancarlo, também de origem italiana, quando abandonou a paróquia e rompeu relações com a autoridade que lhe era superior na hierarquia católica, o bispo, pois este foi contra sua atuação junto aos acampamentos e assentamentos do MST. Nas palavras da Irmã, Giancarlo teria deixado de ser vigário e ido morar no PA Riacho porque era da CPT e não queria abrir mão de sua atuação nesta entidade, contrariando a orientação dada pela autoridade religiosa. Quando Naveen deixou o assentamento PA Riacho por razões até hoje por mim não esclarecidas e desconhecidas de todos com quem conversei, que apresentavam apenas hipóteses vagas, Giancarlo assumiu o seu lote e passou a levar adiante os plantios de uvas e outras espécies iniciados por Naveen.

Outro indício menos relevante, mas significativo da importância da direção política da CPT na Regional Grande São Paulo do MST reside no fato de os assentamentos e acampamentos do MST na Região Metropolitana de São Paulo ganharem nomes que homenageiam sacerdotes e clérigos emblemáticos desta pastoral e que participaram inclusive de sua fundação como Dom Pedro Casaldáliga, Dom Tomás Balduino e a própria Irmã Alberta.

O processo de criação da Regional Grande São Paulo recuperou em parte uma tradição política que dentro do MST de certa forma foi tendo seu papel relegado a segundo plano desde que o MST realizou uma guinada em direção ao leninismo, em meados dos anos 1980,

diminuindo o espaço de influência da CPT dentro do Movimento. No caso da Regional Grande São Paulo os representantes da Igreja atuaram novamente como os principais protagonistas à frente do processo de consolidação do MST na Região Metropolitana, realizando ações de negociação junto ao Estado e ao Governo Federal e evitando confrontos abertos com a polícia no que tange às ocupações de terras. O apoio angariado pelos religiosos, através de sua rede de relações e do manejo das estruturas da Igreja, foi crucial desde os primeiros instantes e ainda hoje o é para a manutenção da presença do MST nos assentamentos, bem como para a própria sustentação da Regional enquanto braço organizativo do Movimento.

Por conta do sigilo mantido em torno de determinados assuntos internos à organização do MST, torna-se difícil conhecer detalhes sobre as disputas intestinas em nível estadual e nacional e como estas se refletiram na configuração da Regional. A partir dos relatos dos dirigentes religiosos e, mais especificamente, da Irmã Alberta, descobri que tiveram que de certa forma se submeter a algumas exigências apresentadas pela direção estadual do MST em São Paulo, cujos membros são oriundos de outras *regionais* do Movimento, para que apenas após alguns anos de experiências e atividades de formação política fosse possível a fundação da Regional, contando basicamente com gente oriunda das CEBs, da CPT e da Fraternidade – sendo comum a sobreposição do pertencimento dos agentes a estas entidades.

Posteriormente, pessoas vindas de outras *regionais* do MST em São Paulo se juntaram à Regional Grande São Paulo, dentre as quais pude ter acesso a apenas um ou outro sujeito que se encontram atualmente assentados no PA Riacho. Mas em termos da assunção do papel de dirigente da Regional, até onde pude pesquisar, apenas um indivíduo vindo do interior, filho de uma liderança do MST estadual, galgou tal posição, tornando-se um personagem da maior relevância na mobilização para as lutas na Grande São Paulo e particularmente no caso da obtenção da Fazenda Jurema, em Jequitibá, tornando-se posteriormente acampado na área e contribuindo em muito para a organização do assentamento em consolidação, conforme os relatos dos assentados. Trata-se do filho de Biú, João Carlos, o qual, tal como Naveen, não mais integra o MST e se recusou a atender a minhas tentativas de contato via terceiros, justificando que não poderia mais falar “em nome do Movimento” – o que sugere ser uma orientação do Movimento a definição de que os ex-dirigentes não forneçam informações sobre o trabalho desenvolvido no MST, uma vez que não mais integrem seus quadros.

Os representantes religiosos foram capazes de acionar para auxiliar a organização contatos seus na própria Igreja, garantindo assim certos recursos e aliados que foram indispensáveis no contexto das lutas por terras na Grande São Paulo. De fato, estamos tratando de segmentos mais radicalizados do clero católico, que seguem uma orientação política à esquerda do campo político⁷⁶, estando aliados também a sindicatos de trabalhadores e partidos políticos que se situam dentro de tal espectro. A maioria desses religiosos optou por se desvincular dos quadros da Igreja Católica, para se dedicar apenas ao MST. Mas, ao realizar tal mudança de posição em suas trajetórias, não abandonaram a rede de relações estabelecida anteriormente no contexto em que estavam inseridos no campo religioso de forma mais direta e pessoal.

⁷⁶ O fato de nomearem como Camilo Torres um dos acampamentos que se estabeleceu na Fazenda Jurema em Rio das Flores, em 2002, é apenas um sinal da opção ideológica dos dirigentes, que resolveram homenagear um padre colombiano, sociólogo e professor universitário que rompeu com o ministério sacerdotal e se tornou revolucionário a serviço do Exército de Libertação Nacional de seu país, que pregava a luta armada (STRIEDER, 2006).

3.4 A aproximação da Fraternidade Povo da Rua para com o MST

Irmã Alberta relatou que conforme o *trabalho social* feito pela Fraternidade avançava, o grupo ia identificando uma diversidade de histórias de vida dos agentes: pessoas cujos cônjuges estavam em tratamento no hospital e não tinham condições de pernoitar em albergues (o que as levou a morar na rua), pessoas que trabalhavam de dia nas ruas e à noite dormiam em albergues, ex-detentos que não tinham coragem de tentar voltar para seus antigos lares após a passagem pela prisão, aidéticos, pessoas que romperam relações com seus cônjuges após brigas ou abandonaram suas famílias, gente que ficou desempregada e perdeu a moradia, alcoólatras, viciados em drogas ilícitas etc.

Embora não tenha vivido os primeiros anos da Fraternidade, Irmã Alberta relata que após um ano e meio participando do trabalho de assistência social aos *moradores de rua*, se consolidou uma crise interna à entidade, como descreve através do seu português carregado de sotaque italiano:

Irmã Alberta – O que nós estamos fazendo? Só fazendo curativo, escutar, assim, lá no Viaduto do Chá... no Santa Cecília, que tem o minhocão, [...] ou no mercado municipal e em vários diferentes.

João – Esses eram os lugares onde vocês faziam um *trabalho social*?

Irmã Alberta – *Trabalho social que você tem que conhecer... nós entramos em crise: vamos lá só para fazer um curativo e escutar? Que perspectiva damos? Agora começamos a pensar: precisa pensar alguma coisa. Porque que vasta gente... Por exemplo, uno que era aidético, esse era ajudado de um determinado modo. Mas uno que traiçou a sua família, ou voltou da prisão, que quer reconstruir a sua vida... Agora vamos a procurar o MST. Agora, o MST nos olhou assim com um pouco de distância e nós começamos a seguir o grupo e fomos a Sorocaba, encontramos um grande grupo, que agora é Carlos Lamarca, e começamos a seguir esse grupo, que passaram, foram despejados onze vezes.*

João – Ah, era um acampamento?

Irmã Alberta – Era um acampamento: era gente da favela, de favela aqui de São Paulo, era gente de rua, de tanta coisa... E nós começando a andar lá, fazendo arrecadação de pão, de arroz, [...] de roupa... Agora, diminuímos a ida na rua, tava uma vez, duas vezes por semana. Também porque os seminaristas espiritanos trocaram de casa e não vinham mais. Depois vinham os jesuítas e aquele do Verbita veio... E com essa gente começamos a compreender o quê que era o MST e qual é a perspectiva da reforma agrária, assim, um pouco de cada vez. Depois de lá, ensinaram e tentaram ajudar Iaras, fomos a Iaras, a Ribeirão Preto, antes de começar. Depois que compreendemos quê que era bem a situação pegamos nosso grupo e pensamos: vamos preparar o nosso grupo, um grupo, na casa de Campos Sales [antiga sede da Fraternidade, no João Cândido], que é bastante grande, mas não cabia toda a nossa gente. Fomos na Igreja Bom Jesus e lá tinha uma torre, cada andar, de um andar ao outro, tinha um espaço lá, mas pouco também. [...] De lá, não tinha jeito, e fomos e alugamos um galpão

(Entrevista realizada com Irmã Alberta em 11 de outubro de 2011, na sede da Associação Rede Rua, no bairro do João Cândido, São Paulo, SP).

A categoria *trabalho social* a essa altura da entrevista ainda não havia surgido no próprio discurso da Irmã, de modo que constituiu um ato de indução o fato de tê-la mencionado em minha indagação, reproduzindo uma categoria que havia surgido no discurso de outros dirigentes entrevistados. A resposta da Irmã Alberta foi dada num tom de voz que sugeria a adoção de cautela, por minha parte, ao denominar o trabalho realizado pela Fraternidade como *trabalho social*. Ao retrucar a pergunta, sugeri de imediato que eu deveria conhecer o tipo de *trabalho social* realizado, decerto, já supondo que havia certo tom de atribuição de características assistencialistas e caritativas às atividades então desenvolvidas, algo que de pronto tentou afastar.

A referida *crise* é associada à ausência de horizontes possíveis para gerar mudanças na situação social vivenciada pelos *moradores de rua*, conforme transparece na fala da Irmã, bem como na de outros dirigentes, sendo identificada como o impulso fundamental que os levou a buscar alternativas que ultrapassassem o trabalho de assistência social até então desenvolvido. Quando Irmã Alberta se une ao grupo da Fraternidade, em 1997, o trabalho já não mais se limitava aos soropositivos, mas também a *pessoas em situação de rua* com outros perfis e até moradores das favelas. Ao afirmar que se tratava de uma “vasta gente”, a Irmã sugere a diversidade de histórias de vida dos agentes com os quais a Fraternidade trabalhava, histórias essas que se fazia questão de conhecer e pensar, a partir dos dilemas individuais, possíveis saídas de caráter individual (como foram as malfadadas experiências de geração de renda), num primeiro momento, e posteriormente de caráter coletivo, via MST.

Durante o processo de aproximação com o MST, os seminaristas espíritanos deixaram de participar da Fraternidade. Os jesuítas e verbitas vinham fazer palestras e conversavam com os responsáveis pela Fraternidade e o *povo da rua* sobre o que era e como funcionava o MST, tratando do tema da reforma agrária, da luta pela terra etc. Mas não vinham somente esses religiosos que já possuíam algum conhecimento sobre o MST, embora não fizessem parte do Movimento, mas também dirigentes de outros locais no estado de São Paulo, para realizar palestras e reuniões falando sobre o Movimento e discutindo a viabilidade de inserir *pessoas em situação de rua* em processos de luta por terras. Assim, cada vez mais os membros da Fraternidade foram se informando e vivendo experiências, ainda que pontuais, em acampamentos e assentamentos do MST. O grupo da Fraternidade levava para certas ocupações algumas *pessoas em situação de rua*, que encontravam muita dificuldade em se adaptar à vida nos acampamentos.

Até então, as *pessoas em situação de rua* eram enviadas para participar das ocupações no interior do estado, passando por processos de preparação não muito longos, que contavam com a visita de dirigentes do MST vindos do interior. Em 1996, os membros da Fraternidade sentiram que era o momento de tentar preparar eles próprios e, basicamente, por si só, um grupo de pessoas vindas de áreas urbanas para participar de uma ocupação de terras organizada pelo MST no interior do estado. Essa preparação durou aproximadamente seis meses.

O acampamento Carlos Lamarca era formado por um grupo de pessoas que contava com mais de duzentas famílias – dentre as quais aproximadamente 10% foram recrutados pela Fraternidade Povo da Rua – que ocupou terras em diferentes locais, sucessivamente, na região nos limites dos municípios de Sarapuí, Sorocaba e Itapetininga, até conseguirem que fosse criado um acampamento e em seguida um assentamento neste último. Despejado das terras

ocupadas por onze vezes, o grupo que formava o acampamento precisava de apoio externo para dar continuidade à luta por terra. Neste sentido, Irmã Alberta, Naveen e outros que estavam à frente da Fraternidade foram convocados para participar arrecadando alimentos e roupas para os acampados, ao mesmo tempo em que viviam de perto essa experiência de ocupações e acampamentos organizados pelo MST, sem que, no entanto, estivessem à frente do processo, mas apenas trabalhando como apoiadores. Os membros da Fraternidade conseguiram levar 27 *pessoas em situação de rua* para participar dessa experiência, após uma longa preparação na torre da Igreja do Bom Jesus, no Braz, mas quem coordenava as ocupações e acampamentos eram dirigentes do MST na região de Sorocaba.

Realizei contato com o Padre Antônio Naves, da coordenação da equipe da CPT em São Paulo, para tentar sondar quando teria se iniciado a atuação mais efetiva e organizada da CPT na capital, São Paulo. Em seu relato, oferecido por e-mail, afirma que Naveen se aproximou da Comissão Pastoral da Terra, criando um polo desta na capital, São Paulo, em 1998. Atuando junto a segmentos em *situação de rua* e propondo a “volta ao campo”, Naveen e seu grupo não apenas reproduziam a ideologia da CPT, mas passavam progressivamente a exercer uma presença orgânica mais direta também junto ao MST, o que duraria até por volta de 2006, quando Naveen começou a se afastar de ambos. As linhas de atuação da CPT são bem próximas das do MST, centradas na luta pela terra, na formação de lideranças, nas questões da reforma agrária, agroecologia e comercialização da produção, na prestação de solidariedade aos acampamentos e assentamentos, na ampliação do debate sobre meio ambiente e agrotóxicos com toda a sociedade, na organização de trabalhadores e trabalhadoras etc. Segundo o Padre Antônio Naves, a proposta de “volta ao campo” realizada pela CPT em São Paulo teria funcionado bem, com exemplos claros disto, e fez parte dos objetivos gerais da entidade, que envolvem a atuação com outros movimentos e entidades “que fazem o enfrentamento com o CAPITAL na luta por uma sociedade livre, justa, fraterna e democrática”, pretendendo denunciar todas as injustiças sociais (Fonte: Entrevista realizada com Padre Antônio Naves em 03 de dezembro de 2012, por e-mail, grifo do autor).

Esse tipo de orientação adotado por setores progressistas da Igreja Católica é possível por encontrar eco em orientações adotadas pela instituição, que tenta resistir à destruição da cristandade proporcionada pelo efeito secularizador do avanço do capitalismo e da modernização social. Em oposição a tais tendências a Igreja Católica defende valores ligados à tradição, ao campo e à comunidade. Ao “mundo moderno” da cidade, da indústria, do avanço técnico e do consumo de massa a Igreja oporá ideais de sociedade vinculados ao campo e à pequena produção familiar. Contra a tendência centralizadora do Estado moderno e suas leis será contraposta a tradição, os costumes, as bandeiras da descentralização, da autonomia e da espontaneidade. Ainda, tendo em vista evitar a “erupção” de revoluções e regimes totalitários, a burguesia ocidental abriu caminho para a difusão de valores religiosos católicos conectados a uma ação educativa de massas para a democracia: um modelo de democracia “de base”, semelhante ao modelo americano de sociedade civil, que se coaduna com o ideal de formação de comunidades cristãs, como pequenos grupos primários vinculados por laços familiares, de amizade, cooperação, partilha e fé. Em suma, trata-se de combater a “massificação”, fenômeno fundamentalmente urbano, com o resgate de valores tradicionais comunitários típicos do campo e sua expansão para as cidades. A massa de desenraizados urbanos a Igreja Católica busca transformar num “povo” que partilhe valores comuns, recuperando tradições e emergindo de forma tranquila e ordenada na cena política, respeitando as regras da democracia liberal. A ideia é que a religião não se transforme em definitivo um assunto relativo à esfera privada, fazendo parte da discussão de questões na

esfera pública, o que levou ao desenvolvimento de correntes teológicas como Teologia da Libertação, que integram o moderno pensamento político e social ao pensamento teológico. Embora a ação da Igreja Católica inicialmente fosse pensada e aplicada como antídoto às soluções políticas fascistas e como bloqueio ao avanço do socialismo, prezando pela defesa da democracia burguesa, na Teologia da Libertação a defesa dos mencionados valores tradicionais dessa religião se conjuga com ideias de inspiração socialista marxista (PAIVA, 1985).

De fato, a preocupação em realizar ações sociais que ultrapassassem os cuidados e orientações prestados aos *moradores de rua* já vinha desde o momento que antecede à criação do CDCM, sendo uma preocupação que acompanhou sua fundação, conforme relatado no sítio eletrônico da atual Associação Rede Rua. O grupo que fundou o CDCM se sentia incomodado com a situação vivida pelas pessoas que iam ao “sopão” do Viaduto Alcântara Machado em busca de alimento e se propuseram a realizar outro tipo de intervenção junto a essa população, registrando seus problemas em audiovisual, fotografia e por escrito através da publicação do periódico *O Trecheiro*. Não obstante, a Associação Rede Rua permanece até hoje desenvolvendo um trabalho com o *povo da rua*, enquanto a Fraternidade Povo da Rua seguiu um caminho bastante distinto, passando a lidar com os *sem-terra*.

Quando ocorre a “crise” mencionada pela Irmã Alberta, relacionada aos limites do trabalho de assistência social realizado com os aidéticos e *moradores de rua*, a Fraternidade já se chamava Fraternidade Povo da Rua. Esse nome surge a partir do momento em que houve uma divisão interna ao CDCM, por meio da qual o grupo da Fraternidade veio a fundar a Fraternidade Povo da Rua, e o grupo restante do CDCM, que trabalha com registro e documentação sobre *pessoas em situação de rua*, passou a se chamar Associação Rede Rua⁷⁷. De modo que a busca pela superação do caráter meramente assistencial das ações realizadas pela Fraternidade parece ter sido constante na maior parte da história da Fraternidade, consubstanciada principalmente nas preocupações e esforços de Naveen. O modo como esse desafio foi enfrentado é que soou como algo inédito em termos das experiências de movimentos sociais no Brasil: propor que *pessoas em situação de rua* ingressassem no MST, algo que começou a ser esboçado apenas um ano após o início dos trabalhos da Fraternidade, por iniciativa de Naveen.

Quem confirma essas afirmações e apresenta informações da maior relevância sobre o processo em questão é Gilmar Mauro, membro da direção nacional do MST que figura como o principal nome do Movimento, ao lado de João Pedro Stédile.

João – A Regional Grande São Paulo surge a partir da conversão de pessoas que trabalhavam na Fraternidade Povo da Rua em militantes do MST? Essa é a história? Conta um pouco dessa história.

Gilmar – Mais ou menos. Tem a ver. A Fraternidade Povo da Rua tem um papel importante, eles cumpriram um papel importante e nos trouxeram um monte de ingredientes, o que nos levou a ter uma visão diferente do mundo urbano e principalmente o que se chamava de *excluídos urbanos, povo de rua*, e tal. Então Padre Naveen (ex-padre, que hoje não é), Irmã Alberta, um monte de gente que se aproxima do MST porque eles também descobriram que o trabalho que eles faziam... Essa ideia da *caridade* etc., não tava resolvendo nada. Então na verdade é o Naveen que procura o MST e diz

⁷⁷ Não obstante, as pessoas da Associação Rede Rua continuaram apoiando e participando da Fraternidade Povo da Rua, assim como acontecia quando estavam os dois grupos unidos dentro da entidade CDCM.

“olha, a única alternativa é a gente organizar esse povo pra ir pra terra, porque nós aqui não vamos fazer muita coisa”. Então nós começamos a desenvolver essa experiência e conversar. Eu fui várias vezes na *comunidade* do Naveen, convidado pra explicar o que era o MST (Entrevista realizada com Gilmar Mauro, em 28 de novembro de 2011, na sede da coordenação estadual do MST, em São Paulo, capital).

Os membros e ex-membros de congregações que eram da Fraternidade viviam em geral nas mencionadas *comunidades*, que são grupos de três ou quatro pessoas que compartilham de uma residência em comum, dividindo tarefas e deveres no cotidiano doméstico e estabelecendo uma intensa convivência. Gilmar Mauro visitava a *comunidade* em que Naveen residia, formada por verbitas, onde estabelecia interações com estes, dialogava e fornecia informações sobre o Movimento.

Na fala de Gilmar Mauro podemos perceber que não apenas o grupo da Fraternidade muda durante todo esse processo, mas as interações de seus membros cada vez mais intensas e frequentes com dirigentes do MST do estado de São Paulo trazem elementos para o Movimento repensar sua visão sobre os segmentos “urbanos”, incluindo o *povo da rua*, passando a enxergar nesses a possibilidade de compor parte de sua base. Isto fica bastante evidente no caso do MST no estado de São Paulo, a partir do discurso de Mauro, mas em outros estados do país também ocorriam experiências semelhantes.

De fato, desde os anos 80, no Rio de Janeiro, já se realizavam ocupações de terras na região da Baixada Fluminense mobilizando-se segmentos urbanos com um perfil inteiramente heterogêneo em relação à categoria de trabalhadores rurais ou agrícolas – contudo, não se tratava de ações do MST. A luta então era feita em torno à questão da moradia, mas era liderada por antigos militantes das lutas no campo nos anos 60, ainda que a maior parte dos participantes não tivesse tal perfil. Diferentemente, há assentamentos conquistados pelo MST na Região Metropolitana de Porto Alegre que são compostos por um público considerado “urbano”, isto é, de não trabalhadores rurais ou agrícolas (OLIVEIRA, 2009). No Estado de São Paulo os participantes do MST eram em muitos casos trabalhadores assalariados rurais, como boias-frias, por exemplo, que moravam na cidade e desejavam “voltar à terra”. Em Pernambuco, como registra a pesquisa de Sigaud (2000; 2009), o MST recrutava trabalhadores rurais que moravam nas chamadas “pontas de rua”, nas periferias das cidades. Mas, mais do que enfatizar o lugar de onde vêm, isto é, se estavam na cidade ou no campo quando foram alcançados pelo MST, o grande diferencial no caso aqui pesquisado e na tendência apontada é o fato de o MST mobilizar um público que não é formado por trabalhadores rurais ou agrícolas para realizar ocupações de terras.

Investindo e consolidando essa nova linha de atuação, em 1998 a Fraternidade deixa a sede na Rua Campos Sales, 86, no João Cândido, e aluga um galpão no mesmo bairro, tendo em vista expandir suas atividades de preparação de gente para ocupar terras. Posteriormente conseguem comprar um imóvel próprio que se torna a sua nova sede, no João Cândido. Os recursos para se proceder a essa aquisição teriam sido garantidos pelo Wilson Cali, teólogo e professor universitário que é membro do Conselho Indigenista Missionário (CIMI) nacional, órgão que atua a favor dos direitos dos povos indígenas no Brasil, por intermédio do contato pessoal da própria Irmã Alberta.



Figura 6 – Registros do Centro de Formação em painel afixado no imóvel onde funciona a “ciranda” e posto médico. Painel de fotografias produzido como atividade pedagógica da “ciranda” no PA Riacho: Maria Telina de Paulo Sarmiento e crianças. Fotografia do painel: João Augusto de Andrade Neto.

Irmã Alberta menciona o fato de os militantes do MST terem inicialmente *olhado com um pouco de distância* para os membros da Fraternidade. Levanto a hipótese de que, por um lado, o estranhamento que os integrantes do MST manifestaram em relação ao interesse dos membros da Fraternidade em se aproximar do Movimento está ligado ao fato de criticarem ações de caráter supostamente assistencialista e de caridade religiosa⁷⁸ feitas com *moradores de rua*. Por outro lado, e talvez mais fundamental, esse *olhar com um pouco de distância* deve ter sido ocasionado pelo fato de a Fraternidade estar tentando levar a participar das lutas sociais e políticas do MST um público formado por segmentos sociais urbanos categorizados dentro do MST usualmente como *lumpen*, que era completamente distinto daquele que compunha o MST até o início dos anos 1990.

Alguns assentados que foram ou ainda são militantes e dirigentes concebem as ações realizadas por setores religiosos em geral junto aos marginalizados e subalternizados como um meio de se manter o *status quo* sem se buscar alterações substanciais na vida dos assistidos, servindo tais ações como uma forma paliativa de ajuda funcional à manutenção de

⁷⁸ A assistência social confere dignidade aos agentes na medida em que lhes garante condições humanas de vida, através da realização dos seus direitos. Já o assistencialismo é uma deformação pejorativa da assistência social que leva à criação de vínculos clientelistas e paternalistas de dependência.

grupos e indivíduos passivos ante as situações de opressão e de exploração na qual se encontram.

Este tipo de visão sobre a religião, comum dentro da matriz discursiva das organizações políticas da esquerda, tende a considerá-la como o “ópio do povo”, reproduzindo, às vezes de forma um tanto acrítica e descontextualizada, uma expressão utilizada por Karl Marx (1985) no texto *Introdução à Crítica da Filosofia do Direito de Hegel*, de 1844. Neste, Marx afirma que o homem precisa se libertar da felicidade ilusória proporcionada pela religião para que possa ser de fato livre e feliz, buscando superar a miséria real vivenciada no âmbito das relações sociais, o que pressupõe que sobre ela se esteja consciente. Nesta visão, desfazendo-se da “imagem invertida” da realidade proporcionada pela religião e da consciência ilusória que dela é produto, o homem dá um passo fundamental no sentido de sua emancipação (Fonte: <<http://www.marxists.org/portugues/marx/1844/criticafilosofiadireito/introducao.htm>>. Acesso em: 08/07/2013).

Mais de um século depois, o sociólogo Florestan Fernandes colocou em xeque tal proposição ao identificar no movimento cristão da Teologia da Libertação uma força social transformadora e progressista que atua junto com o povo, na defesa dos interesses coletivos das classes populares. A seu ver, o surgimento dessa importante corrente de pensamento, política e religiosa na América Latina e a atuação de seus seguidores teria oferecido ao mundo uma clara comprovação de que a religião não era apenas o “ópio do povo”, mas possuía também um potencial emancipador (Fonte: Entrevista em vídeo oferecida como *extra* no DVD do filme *Cafundó*, 2005, 102 min., longa-metragem 35 mm, colorido).

3.5 Experiências de luta pela terra com *pessoas em situação de rua*

Com o tempo a resistência inicial oferecida pelos dirigentes e militantes do MST manifestada no que Irmã Alberta chamou de um “estranhamento” deixou de ser um obstáculo para a união de esforços para a formação de acampamentos e a conquista de assentamentos – não sem que o trabalho e o papel da Fraternidade passassem por substanciais mudanças, no sentido de desvincular-se progressivamente do trabalho de assistência social inicialmente realizado. Na primeira experiência de organização para a luta por terras, em 1994, com a participação de *moradores de rua* assistidos pela Fraternidade, foram feitas várias reuniões e palestras para tentar convencer o máximo de pessoas possível a participar de uma ocupação. Após vários encontros de preparação com palestras e debates sobre a reforma agrária organizados pela Fraternidade no bairro do João Cândido, se conseguiu arregimentar apenas treze pessoas.

Justo relata esse episódio e traz mais alguns dados relevantes sobre experiências de ocupações e nos acampamentos nas quais participaram *moradores de rua*:

A primeira ocupação com *moradores de rua* ocorreu em 20 de dezembro de 1994 no município de Itapeva (270 km a sudoeste da capital). Um grupo de 15 moradores de rua estava se reunindo havia seis meses na igreja “da Torre” (Bom Jesus do João Cândido), sendo que 13 deles juntaram-se a mais de duzentas famílias para ocuparem a fazenda Pirituba, com 17 mil ha, em Itapeva (Cf. O TRECHEIRO, Nº 16, Ano V, Jan. 1995, p.2). Dos 13 provenientes das ruas de S. Paulo restaram, em 1995, quatro pessoas, após

um ano de acampamento (Cf. O TRECHEIRO, Nº 16, Ano V, Jan. 1995, p. 2). Em 1995, houve uma tentativa de levar moradores de rua para Andradina. Em 2003 contabilizava-se, entre acampamentos/assentamentos com ex-moradores de rua, uma soma de 10 unidades. Além do caso estudado em Irene [nome fictício dado pelo autor ao município onde pesquisou] e dois mencionados acima, há um no Pontal do Paranapanema, dois no município de Iaras, um em Bauru, um em São José dos Campos, um em Jacareí, um em Barretos e um em Ribeirão Preto (JUSTO, 2005, p. 7-8, *grifo nosso*).

Chama a atenção em seu discurso o fato de que os *moradores de rua* passaram por reuniões durante seis meses para se prepararem para participar da luta por terras e, após um ano de acampamento, restaram apenas quatro, dos treze *moradores de rua* que se dispuseram a estar na ocupação e fazer parte do acampamento na Fazenda Pirituba, em Itapeva, em 1994. Como os *moradores de rua* entram em contato com essa possibilidade de ingressar nas mobilizações do MST?

Notícia do jornal *O Trecheiro*, edição de dezembro de 2004, rememora e celebra a passagem de 10 anos desde a realização dessa primeira experiência, apresentando os relatos de duas então *pessoas em situação de rua*:

Como você veio para os sem-terra?

Estando desempregado a gente andava de albergue em albergue e um dia ao passar pela Casa de Convivência da Erundina, na Rua Alcântara Machado, escutei o pessoal falar sobre a Reforma Agrária, me interessei pelo assunto, procurei o pessoal e comecei a participar das reuniões de preparação, daí vim junto com um grupo, éramos 13 pessoas que morávamos na rua e viemos para o acampamento com os sem terra.

O que mudou na sua vida?

Em vista da forma como vivia em São Paulo para mim mudou muito. *No início eu sofri bastante, mas agora já tenho onde morar no que é meu, tenho onde trabalhar, planto feijão e milho.* Tenho algumas dificuldades porque ainda não tenho máquinas, ainda não está 100%, mas está bem melhor que antes. [...]

Tudo começou em 1994, quando [...] integrantes do grupo Fraternidade Povo da Rua, no trabalho de prevenção contra a AIDS buscavam inserir pessoas em situação de rua na fileira da luta pela terra. Lourdes nos conta esta experiência:

“Apareceu um morador de rua e nos falou que participava de um encontro que preparava para trabalhar na terra, realizado por um padre na zona leste da cidade de São Paulo [...]” [...]

Na noite do dia 20 de dezembro do ano 1994, as vésperas do Natal, depois de um longo de tempo de preparação, treze *pessoas em situação de rua* ocupavam área devoluta do Estado de São Paulo na Região de Itapeva. O que foi sonhado e preparado se tornava uma possibilidade de saída concreta da dureza de vida que passavam na capital paulista. Mas, nem todos conseguiram acreditar que o sonho poderia ser realidade concreta. No novo acampamento em Itapeva, as pessoas que saíam da rua conseguiram entrar no espírito da coletividade e do companheirismo. Mas, as dificuldades começaram a aparecer ao longo da conquista. *“Nem todas as pessoas de rua ficam no acampamento, pois, o trabalho é coletivo e com disciplina e o*

perfil do povo da rua é um perfil de ser muito 'livre'. Outra questão é o alcoolismo e a violência que atrapalha a relação no acampamento, chegando em alguns casos a serem expulsos pela coordenação” enfatizou Sanchez. [...]

Naveen que faz sua avaliação: “*O problema da Reforma Agrária ainda é permanente. Nossa luta ao longo desse tempo foi de tirar a pessoa de rua, de favelas e os que saíram das penitenciárias para incluir na busca por terra neste país*” (Fonte: O Trecheiro - Notícias do povo da rua, n. 127, ano XIV, dez. 2004, p. 4, grifo nosso).

Em sendo o MST uma organização de inspiração leninista, trabalhar com uma base *lumpen* soa como algo contraditório. De fato, os membros da Fraternidade tiveram que fazer um enorme esforço para lidar com o público de *pessoas em situação de rua* e tentar discipliná-los de modo a que se organizassem no MST. A disciplina férrea imposta pelo Movimento nos acampamentos destoa radicalmente do comportamento desse tipo de público. A expectativa dos membros da Fraternidade era de transformá-los pela experiência de participação no MST, mas as tensões e riscos eram grandes demais.

Muitos desses assentados que vieram de *situação de rua* apostavam que ao entrar para o MST teriam acesso a uma moradia, crédito e possibilidade de trabalhar com a terra. Em relação a este último item, o MST parece ter investido fortemente na construção de um discurso da busca por ser agricultor junto à base de “urbanos”, isto é, de não-trabalhadores agrícolas. Tanto assim o era que, ainda hoje, assentados que viveram as primeiras experiências junto com a Fraternidade, no tempo em que esta não havia se juntado ao MST, afirmam que seu objetivo era conseguir um pedaço de terra para trabalhar plantando e criando animais. Esse tipo de discurso é repetido mesmo por aqueles que não desenvolvem atividades agropecuárias em seus lotes até hoje, uma década depois de terem sido assentados.

O déficit de moradia é um dos elementos que ajuda a explicar porque essas pessoas aceitaram ingressar na proposta de “volta ao campo” da Fraternidade, CPT e depois do MST, afinal, eram pessoas que viviam, parcial ou integralmente, nas ruas da capital. Por outro lado, objetivamente, para quem estava em situação mais precária e vivendo uma condição de grande ausência de direitos básicos, o reconhecimento como assentado e sujeito de políticas públicas específicas figurava como uma forma de dar um novo sentido a algumas vidas muito sofridas, possibilitando ainda a recomposição de alguns laços sociais rompidos pelo fato de se viver nas ruas. Há muitos relatos de que, após a construção de suas residências próprias nos lotes recebidos, os filhos de assentados que antes não queriam contato com os pais retomaram a comunicação e passaram a visitá-los, pois agora não tinham mais vergonha da situação em que se encontravam, já que não eram mais *pessoas em situação de rua*.

Além disto, os acampamentos, mais do que um meio para estabelecer negociação política com o Estado são uma forma de socialização das pessoas e podem levar muitos destes considerados *lumpen* a perderem hábitos arraigados ligados à *situação de rua*, criando outros novos. Há pessoas que abandonaram o alcoolismo e o consumo de drogas ilícitas, se livrando de vícios que lhes faziam mal fisicamente e psicologicamente, os quais se relacionavam diretamente com tragédias familiares e pessoais. Outros não tinha tido acesso à educação formal ou informal de qualidade e junto ao MST desenvolveram hábitos de leitura, reflexão e debate, que em sua visão os tornaram pessoas melhores.

O MST tenta construir perante a sociedade uma boa imagem e busca impedir que no interior dos acampamentos sejam consumidas drogas ilícitas e álcool. Por conta deste motivo,

muita gente que veio de *situação de rua* foi expulsa dos acampamentos. Todos os acampados precisam se enquadrar nas regras definidas pelo MST, caso contrário, são expulsos das ocupações e impedidos de participar do Movimento. No caso da Regional Grande São Paulo, a princípio as *pessoas em situação de rua* compunham a maior parte do contingente de acampados. Posteriormente adotou-se a tática de recrutar para ocupações trabalhadores desempregados, empregados e subempregados das zonas mais pobres da capital e de municípios periféricos da Região Metropolitana. Com isso o contingente de famílias que não eram tão eivadas de vícios foi ampliado e, na fase de regularização dos assentamentos, foram assentadas poucas pessoas que vinham de *situação de rua*, priorizando-se famílias ou indivíduos que não tinham sofrido processos tão intensos de exclusão em relação a direitos básicos, de fragmentação de vínculos sociais e de estigmatização da personalidade.

Para fazer ocupações o MST precisa de uma grande quantidade de pessoas e as massas mobilizadas pelo esforço da Fraternidade, advindas de *situação de rua*, cumpriam esse objetivo. Uma vez conquistado o assentamento, novos critérios se impõem para permanecer na área, definidos pelo MST, que levam em conta o comportamento dos acampados que vinha sendo monitorado e avaliado durante sua participação nos acampamentos, bem como a aprovação com relação aos quesitos definidos pelo INCRA e pelo ITESP para se tornar assentado, que incluem uma ficha criminal sem antecedentes, a comprovação de que não se possui vínculo empregatício e a verificação feita pelo órgão com relação ao fato de a pessoa não ter abandonado lote em outro assentamento.

A proposta, segundo a fala de Naveen registrada no periódico, era de agregar segmentos urbanos marginalizados na luta pela Reforma Agrária. Os membros da Fraternidade passavam nas casas de convivência e albergues informando às pessoas sobre o trabalho que estavam desenvolvendo, voltado a levar gente para lutar por terras junto com o MST. Algumas pessoas viam o grupo reunido na rua, dele se aproximavam e depois tinham seu interesse despertado para participar da proposta. Outros ficavam sabendo por meio de *moradores de rua* que um padre na Zona Leste vinha realizando encontros para preparar gente para *trabalhar na terra* e assim chegaram até as reuniões do grupo.

Permanecer acampado é considerada uma experiência cheia de sofrimento (LOERA, 2006; MARTINS, 2003; SIGAUD, 2009), mas que pode ser recompensante para aqueles que consigam chegar a se tornar assentados, garantindo moradia, acesso a crédito, assistência estatal e até uma possibilidade de se desenvolver trabalhos agrícolas sobre a terra obtida. São várias as provações enfrentadas pelo público recrutado pela Fraternidade: além de ter que passar por um longo tempo de preparação com reuniões e palestras e de viver a dura situação de morar num acampamento temporário sob a lona de plástico até que as terras sejam transformadas em assentamento, sendo ameaçadas de despejo, as pessoas em *situação de rua* precisam aprender a se enquadrar num espírito coletivista enquanto estiverem organizados sob a coordenação do MST em meio à luta – o que não é algo simples.

Muitos dos que eram *moradores de rua* e chegaram a se mobilizar para realizar ocupações e acampamentos foram expulsos dos acampamentos e forçados a deixar a luta organizada pelo MST por manterem comportamentos e atitudes julgados inadequados não apenas por dirigentes e militantes, mas também por outros indivíduos e famílias da base. Da parte das famílias e indivíduos que não provinham da condição de *moradores de rua*, o que incluía gente da base e da direção, os *moradores de rua* eram tratados como indivíduos inabilitados para a aceitação social plena (GOFFMAN, 1982). Este estigma construído em torno dos indivíduos que eram *moradores de rua* dificultava a sua aceitação como

companheiros de luta e vizinhos⁷⁹. A dificuldade de ter que lidar com problemas como brigas, discussões desnecessárias, consumo de drogas, alcoolismo, dentre outros fatores tidos como negativos no contexto dos acampamentos, que tinham relação com a presença dos *moradores de rua*, tornava o cotidiano numa situação de conflito por terras ainda mais tenso. Os episódios de tensão originados por atitudes e comportamentos manifestados pelos *moradores de rua* e considerados impróprios eram reiteradamente descritos pelos assentados no PA Riacho em nossas conversas.

No que tange a alguns militantes da Regional Grande São Paulo do MST, além desse estigma, há um outro, ligado ao reconhecimento dos *moradores de rua* como uma população *lumpen*. Curiosamente, essa categoria não apareceu no discurso de nenhum dos dirigentes e ex-dirigentes que hoje em dia são assentados no PA Riacho, os quais em sua maioria trabalhavam na Fraternidade. Talvez por terem vindo da posição de membros dos quadros da Fraternidade e, em muitos casos, da Igreja Católica, não compartilhem da matriz discursiva⁸⁰ comum às organizações de esquerda, no interior da qual está presente a categoria *lumpen*.

Mas um militante da Regional referiu-se ao público recrutado pelo MST através dos membros da Fraternidade por meio da categoria *lumpen*. Numa conversa informal, relatou-me que o Padre Naveen foi responsável por grande parte das ocupações de áreas urbanas na Grande São Paulo e que detinha “hegemonia” dentro da Regional Grande São Paulo, onde seu grupo mantinha disputas políticas com outros grupos internos à Regional. Nas palavras desse militante, Naveen trabalhava com o pessoal da Fraternidade Povo da Rua mobilizando “*moradores de rua* e outros *lumpens*” para os acampamentos. Em sua opinião, o fato de se ter trabalhado na Regional com populações “tão despreparadas, descomprometidas e oportunistas”, responde em parte pelo fracasso da experiência da *Comuna da Terra* no PA Riacho.

Mas, em seguida, em nosso diálogo, matiza o tom incisivo de sua afirmação direcionada ao público recrutado pela Fraternidade. Sugere então que o fato de o MST trabalhar com pessoas que se encontram em situação de esgarçamento do tecido social dificulta a ação do Movimento, pensando não apenas no caso daqueles *moradores de rua* que eram organizados pela Fraternidade, mas também no caso da maior parte do público do MST, que se encontra em áreas rurais.

Fica mais fácil entender porque a categoria *lumpen* surge no discurso desse militante ao trazer características que permitem situá-lo: trata-se de um estudante universitário, doutorando na área de Ciências Sociais, que vive na Zona Leste de São Paulo, músico e ator, responsável pela escola de samba do MST da Regional Grande São Paulo, a Unidos da Lona Preta. Decerto não se trata de alguém que tenha participado da Fraternidade Povo da Rua e de seu trabalho com *moradores de rua* e não é um absurdo supor que pertença a um dos grupos

⁷⁹ Para aqueles que são ou foram *moradores de rua*, ser associado a tal identidade social é algo que parece ser evitado, agora que são assentados e não mais parte do grupo da Fraternidade. Nenhum dos assentados entrevistados contou ter sido *morador de rua* ou *pessoa em situação de rua*. No máximo relatavam terem passado por albergues e casas de convivência, uma maneira mais suave de se referir a essa situação vivida no passado.

⁸⁰ Sobre a noção de matrizes discursivas a referência aqui utilizada é o trabalho de Eder Sader sobre a nova configuração de classe dos trabalhadores da Grande São Paulo nos anos 1980. O autor afirma que nas lutas sociais os sujeitos envolvidos elaboram suas representações sobre os acontecimentos e sobre si mesmos. Para essas reelaborações de sentido, recorrem a matrizes discursivas constituídas, de onde extraem modalidades de nomeação do vivido (SADER, 1988, p. 142).

de militantes e dirigentes que travam lutas internas à Regional Grande São Paulo do MST, que não o grupo que era liderado por Naveen⁸¹.

Além da questão do estigma, outros fatores levavam os *ex-moradores de rua* a desistirem de participar da luta. Não conseguiam encontrar formas de sobreviver estando fora das ruas, onde é possível receber algum tipo de assistência social: suas estratégias de sobrevivência cotidianas estavam atreladas às possibilidades existentes no espaço urbano da metrópole. Diferentemente de outras pessoas, não tinham família nem amigos para lhes oferecerem apoio, o que tornava mais difícil resistir às privações da vida num acampamento.

De fato, a principal reclamação dos *moradores de rua* que participavam dos acampamentos e assentamentos era quanto à distância de sua localização em relação aos centros urbanos, conforme relata uma militante do MST que é assentada: “A vida na cidade é dura, mas sempre tem a possibilidade de se conseguir algum alimento”. Residindo em terras no interior, os *ex-moradores de rua* sentiam-se abandonados e incapacitados para a missão de viver da terra: não possuíam uma rede de relações que lhes fornecesse o apoio necessário para se manter no acampamento e no assentamento e não tinham conhecimento sobre o trabalho agrícola. As dificuldades de adaptação também se deviam à falta de infraestrutura semelhante à existente nos centros urbanos, composta por hospitais, postos de saúde, comércio, igrejas etc.

Candido tratou desse fator específico:

Embora não sejam todas as pessoas que se adaptam à realidade de vida dentro de um assentamento rural, pois existem diversas dificuldades a serem superadas antes de terem seu pedaço de terra, pois “não se trata de prometer o Éden, nem tampouco a dádiva da conquista, mas todos/as devem ser preparados para enfrentar momentos de tensão, desânimo, precariedade, dentre outros”. E pode levar algum tempo até a posse da terra definitiva, nesse meio tempo muitos retornam para a cidade (CANDIDO, 2006, pp. 61-62).

As palavras de Candido são coerentes, mas iluminam apenas uma parte do problema, ao apontar que aqueles que vêm da posição de *morador de rua* ou pessoa em *situação de rua* retornam para a cidade, abandonando o acampamento ou o assentamento rural, por conta apenas das dificuldades vividas na luta cotidiana. Seria um equívoco pensar que a saída dos *moradores de rua* dos acampamentos se dava apenas por sua opção.

De fato, a imensa maioria daqueles acampados que não atendiam às expectativas da direção dos acampamentos em termos de garantir sua disciplina e de enquadrar na estrutura organizacional proposta pelo MST para o espaço dos acampamentos e assentamentos foram expulsos do acampamento Dom Tomás Balduino e sequer chegaram a ser assentados no PA Riacho, que dele se originou, por razões que variam desde a casos mais sérios de furtos, violência doméstica, lesão corporal, a problemas como tráfico e consumo de drogas e consumo exacerbado e cotidiano de álcool. Foram trazidas para ocupar seu lugar no processo de criação do assentamento famílias com homem, mulher e crianças, vindas do *acampamento* Irmã Alberta. Em seu lugar atualmente se encontram pessoas com trajetórias sociais distintas, em geral famílias de trabalhadores da periferia de São Paulo, que passaram a ocupar seus lugares nos acampamentos e assentamentos.

⁸¹ Outra militante da Regional que conheci, que vive no acampamento Irmã Alberta tem sua origem na Igreja Católica, na ação pastoral, expressou uma postura extremamente crítica aos membros da Igreja Católica.

Uma das críticas mais comuns à iniciativa de levar *peessoas em situação de rua* para ocupar terras diz respeito às possibilidades de se desenvolver acampamentos e assentamentos com pessoas que não têm experiência agrícola prévia nem uma cultura rural ou camponesa⁸². Segundo Justo, foram organizados pela Fraternidade junto com membros do MST três congressos chamados “Da Rua para a Terra”, entre julho de 1998 e junho de 1999 (JUSTO, 2005). Esses congressos, que antecederam à criação da Regional Grande São Paulo do MST, contaram com a participação de *moradores de rua* e de assentados que já foram *moradores de rua* e haviam conquistado um lote de terra através do recrutamento realizado pela Fraternidade, além dos próprios membros da Fraternidade e de outros militantes e dirigentes do MST no estado de São Paulo. Neles se discutiram as possibilidades de inserção de pessoas em *situação de rua* em processos de luta pela terra organizados pelo MST, os problemas relacionados ao caráter do público recrutado – que diferia dos segmentos sociais com os quais o Movimento costumava trabalhar – e o tipo de assentamentos que se poderia tentar desenvolver.

Justo afirma que “entre 1999 e 2000, o MST criou na cidade de São Paulo a regional Grande S. Paulo, em decorrência do trabalho do Centro de Formação no bairro João Cândido levado pelo “coletivo” de militantes do MST e da Fraternidade Povo da Rua” (JUSTO, 2005, p. 8). Entretanto, em seu depoimento, Irmã Alberta disse que inicialmente o galpão adquirido se chamava Centro do João Cândido, passando a se chamar Centro de Formação apenas com a criação da Regional Grande São Paulo, a qual, aliás, a Irmã afirma ter sido inaugurada com o seguinte nome: Fraternidade Povo da Rua / Regional Grande São Paulo do MST, um nome que indica a predominância dos membros da Fraternidade à frente da mais nova *regional* do MST.

Ao longo do processo de luta por meio do acampamento em Rio das Flores tendo em vista obter a criação de um assentamento na Fazenda Riacho, a qual era de propriedade do estado de São Paulo, houve muitas expulsões de pessoas que tinham vindo de *situação de rua*. Esse tipo de público compunha a imensa maioria dos que estavam acampados. No momento em que se regularizava a criação do assentamento, outra enorme leva de *ex-moradores de rua* foi expulsa por não se enquadrar nos critérios definidos pelo INCRA, pelo ITESP e, principalmente, pelo MST, para a vida na comunidade que se desejava criar no assentamento. Atualmente uma minoria entre os moradores no PA Riacho são claramente identificáveis como tendo vindo de *situação de rua*, seja ela parcial (pernoitando em pensões ou albergues) ou total (vivendo noite e dia nas ruas).

Conforme o discurso dos dirigentes da Regional, a luta apenas por um teto sob o qual se pudesse residir resolveria o problema da moradia, mas por outro lado deixaria pendente o problema da falta de trabalho e do desemprego que atingia quase a totalidade dos acampados. Lutando junto ao MST, se esperava que as famílias e indivíduos conseguissem ter acesso à terra para construir suas residências e ainda que se realizassem como trabalhadores agrícolas, uma vocação profissional pensada para ser desenvolvida pela base, na visão de militantes e dirigentes do MST.

Esse projeto, se concretizado, poderia implicar num deslocamento na trajetória dos agentes levando-os à condição de agricultores. Mas as dificuldades encontradas no caminho

⁸² Em minha pesquisa de campo descobri pessoalmente que isto é perfeitamente viável. Alentejano (1997) já havia dedicado sua dissertação de mestrado ao assunto, concluindo que pessoas de proveniência urbana e sem experiência agrícola prévia possuem tantas possibilidades de desenvolverem-se como assentados como aquelas que possuíam um passado agrícola, rural ou camponês.

para a realização desse ideal se apresentaram desde o período dos acampamentos, tornando-se mais explícitas após a conquista dos assentamentos e a execução de projetos de cooperação da Regional e de políticas públicas voltadas aos assentados. Como mencionado, a maioria dos *ex-moradores de rua* saiu dos acampamentos e dos assentamentos por diferentes motivos e os que permaneceram até hoje encontram grande dificuldade para garantir sua sobrevivência, uma vez que têm dificuldades de se consolidar como agricultores e também não conseguem assumir trabalhos não-agrícolas regulares. Em relação à realização de uma suposta vocação agrícola, o problema parece atingir também aos demais assentados que não eram *moradores de rua*, e que representam a imensa maioria dos moradores dos dois assentamentos. De modo que não estamos diante de uma dificuldade que acomete apenas aos *ex-moradores de rua*, oriunda do fato de terem vivido nas ruas. Tampouco a não-realização desta vocação de trabalhador rural assentado pensada pelo MST se deve ao fato de se tratar ou não de pessoas com experiência agrícola prévia, pois há ex-agricultores que não vivem da terra no assentamento e agentes que nunca haviam trabalhado com a terra que têm produzido bastante em seus lotes individuais.

Entre algumas pessoas com quem conversei e em alguns artigos identificados ao longo do levantamento bibliográfico foi comum encontrar representações que afirmam serem os assentamentos e acampamentos da Regional compostos predominantemente por *ex-moradores de rua*. É difícil mensurar de maneira exata atualmente quantas pessoas provêm da condição de *moradores de rua* nos dois assentamentos em que a pesquisa se desenvolve, já que esse é um assunto delicado que envolve o problema dos estigmas sociais e remete a um passado de sofrimento, por isto tende a ser silenciado. Consegui conversar com algumas pessoas que vieram de *situação de rua*, as quais acompanhavam o trabalho da Fraternidade Povo da Rua e depois se juntaram ao MST. Assumiam funções de assistência aos líderes da entidade, trabalhando com oficinas e ajudando a organizar o *povo da rua* para o *trabalho social* e posteriormente para as ações do MST.

Conjugando discrição e um pouco de insistência ao conversar com os assentados, consegui descobrir que os *ex-moradores de rua* provavelmente constituíam menos de 20% do total de assentados cadastrados como titulares de lote no PA Riacho, onde foram mobilizadas mais *pessoas em situação de rua* para as ocupações entre 1999 e 2001, pela Fraternidade. No caso do PDS Jurema, assentamento conquistado anos depois, apenas duas *pessoas em situação de rua* foram assentadas e uma delas já deixou o assentamento⁸³. Se os *moradores de rua* compunham a maioria dos acampados inicialmente no acampamento Dom Tomás Balduino, em Rio das Flores (a partir do qual se criou o PA Riacho), o panorama se alterou radicalmente com o tempo e hoje em dia o quadro é outro, tendo eles se tornado minoria dentre os assentados, o que desautoriza a realização de generalizações que identificam acampamentos e assentamentos da Regional Grande São Paulo como sendo formados por *ex-moradores de rua*⁸⁴.

⁸³ O sujeito, que segundo relatos dos assentados, vivia sozinho e passava muito tempo fora do assentamento, sumiu e não voltou mais após sofrer acusações de ter desviado recursos oriundos do INCRA para construção de moradia e de ter inclusive ameaçado com uma arma de fogo uma técnica à serviço do órgão, ao ser questionado por ela sobre o destino dado ao material para construção supostamente adquirido com a verba.

⁸⁴ Marcelo Gomes Justo (2005) aponta que permaneceram como assentados 12 pessoas que eram *ex-moradores de rua*, entre as 47 famílias que foram assentadas na área em que pesquisou. Inicialmente, de um universo de 250 famílias que iniciaram a luta, 27 indivíduos eram *moradores de rua*. Diferentemente do que pude constatar no caso do PA São Roque, onde apenas aproximadamente 20% dos que eram *moradores de rua* se tornaram assentados e lá permaneceram até os dias atuais, no assentamento em que Justo trabalhou quase a metade dos

Marcelo Gomes Justo (2005) aponta que permaneceram como assentados 12 pessoas que eram ex-moradores de rua, entre as 47 famílias que foram assentadas na área em que pesquisou, num assentamento no interior de São Paulo conquistado pelo MST. Inicialmente, de um universo de 250 famílias que iniciaram a luta, 27 indivíduos eram moradores de rua. Diferentemente do que pude constatar no caso do PA Riacho, onde apenas aproximadamente 20% dos que eram moradores de rua se tornaram assentados e lá permaneceram até os dias atuais, no assentamento em que Justo trabalhou quase a metade dos indivíduos que vinham da *situação de rua* e que iniciaram a luta se tornaram assentados e ainda viviam no assentamento. Em sua tese trata dos conflitos que surgem entre os que eram *moradores de rua* e os demais assentados, sendo que estes acusavam aqueles de não terem perfil para serem assentados (nos termos do autor, eram acusados de não serem camponeses ou de não possuírem um *ethos* camponês por algumas das outras famílias assentadas). Interessante notar que no trabalho de Justo os *moradores de rua* em geral figuram apenas como indivíduos e não como famílias. Pude perceber algo semelhante em minha pesquisa, ainda que, ao participar da Fraternidade e das ações do MST tenha ocorrido a formação de alguns casais de *ex-moradores de rua*.

Como mencionado, *pessoas em situação de rua* é um termo que se refere a pessoas que moravam nas ruas, em albergues, em cortiços, pensões e pequenos cômodos alugados no Centro de São Paulo. Alguns destes eram soropositivos e vinham acompanhando a Fraternidade desde muitos anos, antes mesmo de a opção pelo MST se consolidar dentro da entidade. Entretanto, os participantes que se juntaram à Regional, após a ocupação da Fazenda Riacho, eram pessoas vindas das favelas e periferias, tratando-se de outro perfil de população com moradia alugada ou própria. A maioria destas tinha passado por um outro acampamento do MST chamado Irmã Alberta, situado no bairro da capital chamado Candeeiro. A última leva de gente que foi assentada no PA Riacho era constituída por famílias e indivíduos que faziam sua própria comida e tinham seu próprio espaço, separado dos demais acampados no acampamento Dom Tomás Balduino. Preferiam ficar no espaço do lote do que se envolver num coletivo. Quando chegaram no acampamento Dom Tomás Balduino foram para uma área que não havia sido ocupada pelos acampados, assumindo 17 lotes que estavam vagos e formando ali um dos três setores do assentamento, o verde – os outros dois são o vermelho e o azul. Em comum entre todos os assentados há o fato de que a maioria não tinha experiência agrícola prévia.

Pude identificar no discurso dos *dirigentes* assentados alguns elementos explicativos sobre a preferência dada às famílias com crianças e jovens em detrimento dos indivíduos que vinham *da rua*. A existência de mão-de-obra disponível para o trabalho em atividades agrícolas e não-agrícolas é a primeira. Uma pessoa sozinha dificilmente consegue desenvolver a produção agrícola no seu lote e dela sobreviver, o que a leva em geral a vender sua força de trabalho dentro ou fora do assentamento, abandonando o trabalho em seu próprio lote. Por consequência, deverá sofrer algum tipo de reclamação por parte dos órgãos fundiários para

indivíduos que vinham da *situação de rua* e que iniciaram a luta se tornaram assentados e ainda viviam no assentamento. Em sua tese trata dos conflitos que surgem entre os que eram *moradores de rua* e os demais assentados, sendo que estes acusavam aqueles de não terem perfil para serem assentados (nos termos do autor, eram acusados de não serem camponeses ou de não possuírem um *ethos* camponês por algumas das outras famílias assentadas). Interessante notar que no trabalho de Justo os *moradores de rua* em geral figuram apenas como indivíduos e não como famílias. Pude perceber algo semelhante em minha pesquisa, ainda que, ao participar da Fraternidade e das ações do MST tenha ocorrido a formação de alguns casais de *ex-moradores de rua*.

que cuide minimamente de produzir em seu lote, já que o assentamento foi criado pelo poder público com esse objetivo. Em sendo um casal ou um casal com filhos, é possível tanto auferir renda pela venda da força de trabalho de parte dos membros da família como garantir um mínimo de produção agrícola no lote. Do ponto de vista do MST, os assentamentos conquistados devem servir fundamentalmente à produção de alimentos saudáveis para a população, fazendo a terra cumprir sua função social em termos produtivos, sociais, trabalhistas e ambientais. O Movimento não incentiva de forma alguma a que se trabalhe fora dos acampamentos e assentamentos, mas essa prática é tolerada.

A direção da Regional, particularmente, tinha em vista instituir um ritmo de trabalho cotidiano permanente entre os assentados que possibilitasse a geração de sua autossustentação, rompendo assim em definitivo com as expectativas dos assentados de receber as cestas básicas que eram garantidas pela Fraternidade ao longo do período de acampamento ou outras formas de assistência social da parte da direção, da Igreja Católica e do Estado.

Além disto, a direção esperava que fossem estabelecidos padrões de conduta no espaço dos assentamentos em que houvesse maior respeito entre os assentados e uma convivência menos conflituosa, sem tantas brigas violentas, consumo de álcool e de drogas e ociosidade – problemas esses rotineiros quando havia uma grande quantidade de *ex-moradores de rua* nos acampamentos. Ao trazer famílias que não derivavam da condição de *moradores de rua*, esperava-se que houvesse certo tipo de moralização nas relações sociais dentro do assentamento, algo para o quê a presença mais forte da instituição familiar supostamente poderia contribuir.

Nas palavras de João Pedro Stédile, a ocupação de terras dá um sentido de unidade às pessoas, ao lutarem por um objetivo comum e vivenciarem juntos o processo, o que tem como efeito a produção de coesão social e de vínculos entre os participantes: “Passar pelo calvário de um acampamento cria um sentimento de comunidade, de aliança. Por isso é que não dá certo ocupação só com homem [...]. Tem que ter a família, porque já está em processo o que vai ser a comunidade” (FERNANDES, STÉDILE, 1999, p. 115). Trata-se de conformar uma sociabilidade de caráter comunitário nos assentamentos, levando à imposição de uma moral adequada ao convívio das famílias.

Ainda hoje aqueles que são homens solteiros e vivem sozinhos nos seus lotes reclamam do isolamento em que vivem e de sofrer certo tipo de discriminação por parte das famílias assentadas. Dizem que não têm problemas com as famílias vizinhas, mas ao mesmo tempo não se sentem à vontade para contar com eles para lhes ajudar em quase nada. Tendem a se unir com outros homens solteiros, neste sentido. Alegam serem considerados fora dos padrões da sociedade por viverem sozinhos. Em alguns casos essa imagem é corroborada pelo comportamento de alguns solteiros ali assentados, que fazem festas e bebem muito álcool, mas outros não seguem este tipo de comportamento e são desrespeitados. Há o caso de homens solteiros que tinham famílias antes, mas as famílias não aceitaram viver com eles nos lotes, por estarem por demais adaptadas ao modo de vida urbano. Para outros, a luta pela terra foi um meio encontrado para recuperar a família, que foi morar com eles nos assentamentos. Muitos que vieram de *situação de rua* tinham inclusive vergonha de encontrar a família quando viviam em *situação de rua* e mesmo quando viviam em barracos de lona preta. Uma vez construídas as casas, retomaram o contato com as famílias e conseguiram romper com o estigma oriundo da condição de *morador de rua*. Outros, ainda, conheceram parceiras ao longo da luta junto ao MST e se uniram, vivendo num mesmo lote e residência. De um total

de 350 acampados no acampamento na Fazenda Riacho, indivíduos solteiros em sua maioria, teve-se que fazer uma “filtragem” até chegar ao limite máximo de pessoas que o assentamento suportava em seus 66 lotes e conseguir um arranjo de pessoas que atendessem aos critérios do MST, do INCRA e do ITESP.

3.6 Moradores de rua, pessoas em situação de rua e povo da rua

A despeito de parecerem ser dotadas de significados autoevidentes, as categorias *moradores de rua*, *pessoas em situação de rua* e *povo da rua* são criadas e depois utilizadas em diferentes contextos, nos quais lhe são atribuídos diferentes significados. Ao longo do trabalho de campo e ao me debruçar sobre o material empírico produzido por outros pesquisadores, pude desvendar alguns dos seus significados.

Na visão de Gomes, psicólogo por formação que foi contratado pela Fraternidade entre 1998 e 2001, assumindo ali a função de “educador”, a categoria *moradores de rua* era predominantemente utilizada pelos membros da Fraternidade, tendo sido substituída pelo passar do tempo por *pessoas em situação de rua*. A seu ver, enquanto a primeira atribuía à rua a qualidade de moradia, a segunda enfatizava a transitoriedade da estadia na rua (GOMES, 2005).

Segundo Alderon Costa, membro da Associação Rede Rua, a categoria *povo da rua*, utilizada por setores da Igreja Católica, apela ao termo *povo* com o objetivo de reforçar a consciência de grupo (CANDIDO, 2006). Difere, portanto, da categoria *morador*, que expressa a negação de um direito individual ou familiar, a saber, o direito a uma moradia digna.

Durante algumas entrevistas realizadas com pessoas que não são assentadas ou acampadas, tais como agentes dos órgãos fundiários estatais, os termos *pessoas em situação de rua*, *povo de rua* e *moradores de rua* apareciam de forma recorrente, encobrendo a diversidade de condições das quais vieram os atuais moradores dos assentamentos e mesmo o fato de que a maioria destes não havia jamais passado pela experiência de morar na rua. Era comum perceber, especialmente entre técnicos do ITESP e do INCRA, a referência ao público do PA Riacho e do PDS Jurema como sendo formado por *ex-moradores de rua*. Com o tempo descobri que a adjetivação das pessoas como *moradores de rua* era feita muitas vezes de forma estigmatizadora, já que nesses assentamentos é atualmente reduzidíssimo o número de pessoas que haviam vindo desta condição para participar de ocupações de terras.

As categorias *pessoas em situação de rua* e *povo da rua*, ao serem utilizadas pelos membros da Fraternidade, indicavam não somente aqueles que eram *moradores de rua*, mas também pessoas que moravam em albergues ou possuíam uma habitação relativamente precária alugada para pernoitar ou para morar. Em comum com os demais *moradores de rua* havia o fato de vivenciarem a vida nas ruas, de forma parcial ou integral, passando o dia na rua realizando trabalhos temporários diversos com material reciclável, prestando serviços na construção civil, assumindo subempregos e trabalhos esporádicos.

Para além dos que viviam a vida nas ruas, havia mesmo casos de trabalhadores empregados com e sem carteira assinada, com suas famílias e lares constituídos via apossamento direto de terras, compra de posse e compra de propriedade em regiões periféricas, favelas e noutras partes mais pauperizadas do Centro e da Zona Leste da cidade de

São Paulo, que também faziam parte do *povo da rua* ao participar das ações de assistência social da Fraternidade Povo da Rua realizadas com soropositivos, seja pelo fato de eles próprios serem soropositivos, seja por assumirem funções como voluntários.

Por volta de 2001, com a integração da Fraternidade Povo da Rua oficialmente ao MST, amplia-se o seu raio de ação no que tange ao público recrutado, que passou a envolver também pessoas que não provinham da experiência de residir nas ruas ou em albergues. Deixando de realizar por completo o trabalho de caráter assistencial com soropositivos e *moradores de rua*, passou-se a realizar um trabalho mais extenso de mobilização para a formação de ocupações e acampamentos, em termos do raio de ação e do tipo de público recrutado, e mais intenso, do ponto de vista da dedicação dos militantes e dirigentes que se voltaram a realizar o chamado *trabalho de base* para agregar o máximo de pessoas para fins de realização de ocupações de terras. Nesta época o *trabalho de base* se expandiu para outras cidades da Região Metropolitana de São Paulo como Jequitibá, Rio das Flores e Vila de Mauá.

Em relação ao perfil do público recrutado pela Fraternidade, o discurso da Irmã Alberta revela um argumento que se mostrou recorrente em outras entrevistas com dirigentes e ex-dirigentes da Regional: a identificação de uma proveniência rural e agrícola entre *as pessoas em situação de rua* figurava como uma justificativa utilizada para aproximá-los do MST.

João – A senhora comentava que, conversando com as pessoas, procurando saber a história delas, vocês começaram a ver que as *pessoas em situação de rua* vinham de áreas rurais.

Irmã Alberta – *Sim, quase todos, porque, de fato, a maioria do povo que tinha era da, vinha do interior, também que não era de muito longe, que era São Paulo, mas todo mundo vinha do interior.* Agora, hmmm... logo que andávamos nesses lugares, logo plantávamos flores, assim... Agora, esse grupo dividido, que fazia segurança, o grupo de segurança [...]

João – *Por que foram conversar com o MST? Foi porque as pessoas são de origem do campo que vocês chegaram a essa conclusão?*

Irmã Alberta – *Dois motivos: um que eram de origem do campo, a maioria era de origem do campo. Segundo era a possibilidade de reintegrar na cultura que ele tinha: ele vinha do campo, agora na cidade ele se sentia perdido, não sabia o que fazer, não tinha modo de colocar ele [...].* Agora, o MST era aquele que podia: a reforma agrária também nós queríamos, porque toda aquela gente... Eu que tinha toda uma história com o Padre Josimo [na CPT], a reforma agrária dava a possibilidade a reconstruir a vida de todos. Agora, primeiro porque reconhecemos que eles eram de origem agrícola e segundo porque tinha esse movimento que ajudava a fazer a reforma agrária. *E fomo procurar os líderes [...]. E depois fomo a ver de pessoa⁸⁵, é ele de quem lhe falava, aquele de Sarapuí.* Aquele que foram onze vezes despejados. (Fonte: Entrevista realizada com Irmã Alberta em 11 de outubro de 2011, na sede da Associação Rede Rua, no bairro do João Cândido, São Paulo, SP).

Neste trecho, o que deveria ser apenas inferido a partir de uma resposta livre do entrevistado, foi em realidade uma resposta direcionada pela pergunta feita pelo pesquisador,

⁸⁵ “A ver de pessoa” significa ver pessoalmente – no caso, viver a experiência de participar de um acampamento.

a qual apontava numa direção bem definida. Procurei orientar nossa conversa para a questão da escolha do MST: afinal, por que foram se associar ao MST e não a outro movimento social, partido ou sindicato? Ficou claro até o momento que quem tomou a iniciativa foi Naveen, mas o porquê de sua opção preferencial pelo MST é algo que não consegui descobrir. A própria Irmã Alberta, por desconhecimento ou por razões particulares, não se aprofundou no assunto, ao ser questionada.

A Irmã não se concentrou em responder à pergunta inicialmente proposta, retomando logo o assunto que estava sendo tratado antes da pausa que havíamos realizado durante a entrevista, quando falava de organização dos acampados em setores com funções e tarefas bem definidas. Posteriormente, após vários minutos de entrevista, quando já havíamos caído numa espécie de conversa informal, retomei a questão. Talvez a pouca importância dada ao tema pela Irmã Alberta se deva ao fato de que, por ter vivido tão diretamente todo o processo e ter estado à frente da Fraternidade e da Regional, suas lembranças sobre alguns detalhes tenham se perdido. Ou então, pelo fato de ter se juntado ao grupo da Fraternidade três anos após sua fundação, simplesmente desconheça o que levou Naveen a optar inicialmente por estabelecer contato com o MST.

Outros dirigentes da Regional Grande São Paulo que antes pertenciam ao grupo da Fraternidade já haviam apresentado o argumento de que o fato de as *peças em situação de rua* terem nascido no campo justificaria a opção por levá-las a participar da organização do MST. Essa leitura sobre a questão colocada sugere certa naturalização em relação ao processo de engajamento do grupo da Fraternidade junto ao MST, bem como em relação ao engajamento do público recrutado em ações de ocupação de terra. Essa explicação carrega consigo a impressão de que as pessoas já traziam, antes da passagem pela Fraternidade, algum tipo de vocação para serem agricultores assentados e que seu presumido passado rural ou agrícola embasaria seus próprios desejos de mudança em relação à situação social vivida, o que passaria necessariamente pela luta por um pedaço de terra para moradia e trabalho. Tudo se apresenta como se as pessoas que estavam sendo mobilizadas pelos membros da Fraternidade compartilhassem plenamente da orientação política proposta pelos agentes que organizavam a entidade e inclusive como se houvesse algum tipo de desejo prévio em obter um lote de terra.

Na fala da Irmã Alberta, o que aparece como primeiro motivo que teria levado a Fraternidade a recorrer ao MST, isto é, “ser de origem do campo”, na verdade era uma justificativa para o que ela apresentava como sendo um segundo motivo, ou seja, a possibilidade de “voltar ao campo”. Não necessariamente as pessoas que migraram tinham interesse em se reintegrar à cultura rural ou trabalhar como agricultores – de fato muitos dos assentados, apesar de serem nascidos em áreas rurais, nunca haviam trabalhado com a terra ou administrado um lote. Em alguns instantes durante as entrevistas fiquei com a impressão de que tentavam apelar para um passado em que teriam trabalhado com terra, quando ainda eram crianças ou jovens, como se isto fosse algo que o pesquisador quisesse ouvir, que agradaria minhas expectativas, na perspectiva deles. A construção de um discurso sobre o “retorno ao campo” levado a cabo pelos membros da Fraternidade parece ter servido para a reprodução por parte dos assentados de um perfil estereotipado de assentado, que, em muitos casos não condizia com a realidade.

Deste modo, se justificava a via da luta por terras como meio para uma mudança mais intensa na vida dessas pessoas, como se fosse algo evidente aderir às ações de ocupações de terras feitas pelo MST. De fato, por trás dos discursos reificados e das naturalizações, sejam

elas fruto das transformações da memória, sejam elas construídas com finalidades bem definidas, mas dificilmente acessíveis ao pesquisador, havia algo mais. Levanto a hipótese de que o pressuposto de que as *pessoas em situação de rua* convocadas para lutar pela conquista de assentamentos e pela reforma agrária possuíam um passado rural e agrícola sustentava ideologicamente o projeto levado a cabo pela Fraternidade Povo da Rua e posteriormente pela Regional Grande São Paulo do MST. O tipo de ideologia da “volta ao campo”, apresentada pela CPT e reproduzida pelos membros da Fraternidade, apresenta o ingresso na luta pela terra como uma forma de reencontro dos agentes mobilizados para com suas raízes rurais. Havia uma idealização sobre os segmentos mobilizados que viviam no centro urbano no sentido de tentar identificá-los como portadores de um passado rural e de um projeto de futuro centrado na ideia da “volta ao campo”, elementos esses que não necessariamente encontravam confirmação na experiência e nos anseios e perspectivas dos agentes que estavam sendo organizados pela Fraternidade, CPT e depois pelo MST. Mas essa idealização do passado derivava, sobretudo, da visão dos setores da Igreja envolvidos no processo e organizados via Fraternidade Povo da Rua e CPT. Esse projeto da Igreja progressista vislumbra na terra uma forma de “salvação” para os setores urbanos marginalizados, desempregados, superexplorados e vivendo em condições de vida muito desfavoráveis, que poderia lhes oferecer trabalho digno, moradia e acesso a direitos que lhes eram negados.

Conforme iam conhecendo as histórias de vida dos *moradores de rua*, os membros da Fraternidade descobriram que a imensa maioria deles tinha sua origem no campo, sendo que muitos já tinham realizado trabalhos agrícolas ou eram filhos de agricultores do interior do próprio estado de São Paulo, mas também de outras regiões do país. Vieram para a cidade de São Paulo em geral buscando oportunidades de trabalho e melhores condições de vida em relação àquelas as quais tinham acesso em suas terras natais, e por diversas e adversas razões atingiram a condição de *moradores de rua* ou *pessoas em situação de rua*. O ingresso na luta por terras através de ocupações e acampamentos era considerado dentro da Fraternidade e da CPT como uma forma de possibilitar que os atuais *moradores de rua* tivessem um reencontro com suas raízes rurais, conquistando por meio do seu próprio esforço uma chance de reconstruir suas vidas em um patamar tido como superior.

Um relato do próprio Naveen fornecido ao periódico *O Trecheiro* em 1996 é sugestivo quanto ao projeto político formulado pela Fraternidade, num momento em que ainda estavam começando a participar das ações do MST:

Para o povo sofrido da cidade a reforma agrária e a desapropriação de terras são oportunidades últimas para reconquistar a dignidade. *As discussões e os contatos com a população urbana nos confirmam que uma das alternativas aos problemas de desemprego, fome e moradia, educação e saúde necessariamente passa pela redistribuição das terras. [...] Por que não pensar novas formas de assentamento com perfil urbano? Microempresas e indústrias organizadas pelo povo com finalidade de combater a fome e o desemprego? (O Trecheiro – notícias do povo da rua, ano IX, nº 66, junho de 1996, p. 3 apud CANDIDO, 2006, grifo nosso).*

Conforme os dirigentes que viveram este período inicial, o objetivo era tentar operar uma mudança na vida das *pessoas em situação de rua*, retirando-as da situação de *vulnerabilidade social* na qual se encontravam, em muitos casos sem residência fixa, sem família, sem alimentação, sem trabalho ou emprego para se sustentar. Criar empregos e eliminar a fome por meio da fundação de indústrias e microempresas populares era considerado um meio para realizar esse objetivo. A ideia de construção de assentamentos

rurais com perfil “urbano” aparece neste relato em 1996, de forma relativamente inovadora em relação ao projeto até então desenvolvido pelo MST no Estado de São Paulo. Naveen tentava forçar uma inflexão na linha de atuação do Movimento, embora ainda não fizesse parte dele organicamente.

O que chama a atenção no discurso de Naveen é o fato de que atribui às experiências com segmentos pauperizados urbanos a confirmação de que uma das alternativas aos seus problemas de falta de emprego, de alimentação adequada, de moradia, saúde e educação, enfim, de tudo aquilo que gira em torno da chamada “questão social”, passaria *necessariamente* pela redistribuição de terras. Todo ato de confirmação supõe uma ideia prévia, a qual é confirmada. De onde veio essa ideia sustentada por Naveen? Mas por que afinal Naveen teria se identificado tanto com a ideia de buscar uma mudança na posição de indivíduos pertencentes a esses segmentos sociais através da luta por redistribuição de terras? Este ponto, talvez um contato mais aprofundado com o próprio poderia revelar. É possível que os membros da Fraternidade circulassem em espaços e em círculos sociais de militantes da esquerda em São Paulo, o que teria lhes despertado o interesse em aderir a tal via. Pessoas que fazem parte do PT, do MST, das CEBs, de movimentos sociais urbanos, de sindicatos de trabalhadores, de ONGs, da CPT, dentre outras entidades que atuam no campo político e social da esquerda, mantêm redes de relações entre si, são amigos, conhecidos, parentes, participam de ações coletivas juntos como atos públicos, passeatas, marchas etc. Esses meios e eventos permitem a circulação de informações e de gente, ampliando não apenas as redes de contatos, mas também as possibilidades e formas de atuação militante.

No contexto do esforço de se construir uma melhor referência sobre a identidade dos agentes com quem a Fraternidade vinha trabalhando, a partir do conhecimento de suas histórias de vida e da identificação de suas ligações pretéritas com o rural e o agrícola, concluiu-se que deveria ser utilizada outra categoria para referir-se a esse público. Após diversos debates envolvendo membros da Fraternidade e membros da direção estadual do MST, chegou-se à conclusão de que não se tratava apenas de denominá-los *moradores de rua*, *pessoas em situação de rua* ou *povo de rua*, mas sim de conceituá-los como trabalhadores desempregados.

Da parte do público com o qual a Fraternidade trabalhava inicialmente, havia o autorreconhecimento de sua identidade como *povo da rua*. Da parte dos profissionais e religiosos da Fraternidade havia o reconhecimento de que se tratava de cidadãos *moradores de rua* ou *pessoas em situação de rua*, passando então a realizar-se um esforço por conceituá-los como trabalhadores desempregados, forjando uma identidade social que não necessariamente fazia parte da visão de mundo dos agentes com os quais trabalhavam.

A posição desses agentes no interior do sistema socioeconômico foi então caracterizada pela falta de emprego, fenômeno esse que não deriva da vontade dos indivíduos ou de uma opção escolhida livremente, mas de restrições de caráter macroeconômico. Esses trabalhadores desempregados residentes nas ruas de São Paulo constituem um excedente populacional que sequer chega a integrar o chamado exército industrial de reserva⁸⁶, uma vez

⁸⁶ Karl Marx conceitua o exército industrial de reserva como sendo uma população trabalhadora tornada relativamente supérflua pelo processo de acumulação capitalista, isto é, uma população que ultrapassa as necessidades médias de expansão do capital. Ela “proporciona o material humano a serviço das necessidades variáveis de expansão do capital e sempre pronto para ser explorado, independentemente dos limites do verdadeiro incremento da população” (MARX, 1988, p. 733). Métodos utilizados para o aumento da produtividade levam à liberação contínua de parte dos trabalhadores, característica essa inerente ao movimento

que são remotíssimas as chances de conseguirem algum dia ingressar no mercado de trabalho, dada a precariedade da condição de extrema vulnerabilidade social em que se encontram. Sem residência, sem cuidados médicos e higiênicos adequados, sem família, sem vestimentas adequadas, sem referências sobre trabalhos anteriores, sem qualificação profissional, em muitos casos sem documentos, enfim, vivem uma existência perpassada por várias carências gritantes que constituem obstáculos à inserção no mercado de trabalho e à afirmação de sua dignidade. Numa leitura marxista, são considerados como uma “fração estagnada” em relação ao exército industrial de reserva, situada fora deste:

Teoricamente, o esquema de Marx do “exército industrial” parece ser mais atual do que nunca, mas sua compreensão requer uma nova interpretação. A ampliação do assalariamento operou uma fusão entre as frações intermitente e latente do exército industrial: praticamente todos os trabalhadores converteram-se em membros intermitentes/latentes pela permanente desqualificação e pela informalização. A fração propriamente ativa tornou-se minoritária, enquanto a *fração estagnada ou lumpen tende a crescer*. [...] *A fração lumpen da reserva, fora da reserva, que cresce exponencialmente sob todas as formas degeneradas, é criada e reproduzida pelo fato de ser excluída: ela é excluída pela descartabilidade permanente, a qual se transforma numa ausência de formas*. O tráfico de drogas, que está longe de ser o único emblema dessa nova situação, não cria nem pode criar nenhuma relação, posto que alimenta-se de sua própria exceção. *O lumpen tampouco pode ser considerado como parte do conjunto de trabalhadores, a não ser num vago sentido moral, já que também é vítima do sistema* (GENOÍNO, OLIVEIRA, STÉDILE, 2000, p. 18-19, grifo nosso).

Num contexto em que a maioria dos trabalhadores assumem ocupações informais e possuem baixa qualificação, os agentes tendem a viver uma situação instável em que ora estão empregados, ora desempregados, sendo portanto qualificados como parte do exército industrial latente ou intermitente: aquela fração do exército industrial de reserva que ora está inserida em contratos de trabalho, ora não, de acordo com as oscilações do mercado de trabalho. Decerto uma parte do público recrutado pela Regional Grande São Paulo pode ser enquadrada sobre esta rubrica, dado o fato de que anteriormente ocupavam empregos urbanos estáveis na indústria, na construção civil, dentre outros setores.

Porém, uma grande parte dos agentes foi mobilizada a partir do *trabalho de social* e depois pelo *trabalho de base* desenvolvidos nas ruas, albergues, praças e viadutos, onde residia uma população extremamente pauperizada, que vem de uma situação de desemprego prolongado, sobrevivendo a partir da ajuda assistencial e de pequenos *bicos*⁸⁷. Consistem nessa forma social degenerada mencionada por Francisco de Oliveira, caracterizada pela exclusão em relação ao trabalho formal e por condições de vida pouco dignas e justas. São considerados elementos “descartáveis” dentro da lógica do sistema capitalista contemporâneo, uma massa de desvalidos que sequer está disponível para ser explorado caso as necessidades de expansão do capital venham a requerer um quantitativo maior de mão-de-obra – já que existem desempregados e agentes realizando trabalhos informais e eventuais que possuem

da indústria moderna, que nasce e prossegue transformando constantemente uma parte da população trabalhadora em desempregados ou parcialmente empregada.

⁸⁷ Os *bicos* são trabalhos ocasionais, temporários e sem formalização em contrato ou em carteira assinada, não constituindo vínculos empregatícios, que em geral não geram renda muito alta. São também conhecidos como “biscates” no léxico do português, mas este termo não apareceu durante a pesquisa.

maior qualificação e mantêm melhores condições de vida, sendo assim preferíveis do ponto de vista do empregador que seleciona candidatos às vagas de trabalho.

Assim, essa massa de gente que faz parte da “fração estagnada” encontra sérias dificuldades para sua reprodução social e dificilmente se reconhece ou pode ser reconhecida como parta da classe trabalhadora, uma vez que sua condição se caracteriza pelo não-trabalho. Na medida em que a Regional Grande São Paulo passa a denominá-los não mais como *peças em situação de rua*, mas como *trabalhadores desempregados*, apelam a um sentido moral da condição de pessoa sem trabalho, vitimados por um modo de produção que produz sistematicamente a exclusão duradoura das formas de trabalho baseadas na relação salarial.

3.7 O público “urbano” e o papel das *Comunas* para a potencialização de lutas

Como afirmei no início do capítulo, foi durante o Encontro Estadual do MST em São Paulo em 2001 que a Regional Grande São Paulo do MST foi oficialmente fundada. A Fraternidade Povo da Rua a partir de então foi perdendo progressivamente sua centralidade em termos da identidade de seus membros, que com a integração da mesma ao MST passaram a se assumir principalmente como *sem-terras*, militantes e dirigentes do Movimento. Com a incorporação ao MST, a Fraternidade assumiu relevantes funções de um ponto de vista econômico, viabilizando política e economicamente os projetos da Regional. Contribuiu diretamente para a manutenção das lutas para conquista dos assentamentos de forma auxiliar e, posteriormente, trabalhou para garantir em parte sua infraestrutura e o desenvolvimento de projetos produtivos de cooperação voltados à organização dos assentados nos assentamentos PA Riacho e PDS Jurema.

Irmã Alberta – *Agora, como Regional, somos do MST. Se participa do MST. A Regional nossa é a Fraternidade. [...] O grupo do MST da Grande São Paulo, essa coisa da Fraternidade penso que seja uma utilidade econômica, porque como Fraternidade são isentos de alguma coisa... de alguma taxa, de alguma... Deve ser isto, eu não aprofundo, não sei explicar, mas penso que é por isto (Entrevista realizada com Irmã Alberta em 11 de outubro de 2011, na sede da Associação Rede Rua, no bairro do João Cândido, São Paulo, SP).*

O surgimento da Regional Grande São Paulo do MST não fez com que a Fraternidade Povo da Rua deixasse de existir ou fosse abandonada pelos seus antigos membros. Há uma reconhecida identidade construída historicamente entre a Fraternidade Povo da Rua e a Regional. Mas a identidade católica, antes central para os membros da Fraternidade, se tornou alvo de certo tipo de críticas por parte de alguns dirigentes, ex-dirigentes e militantes da Regional – sendo muitos desses inclusive provenientes da hierarquia católica –, por razões como a identificação dos limites do assistencialismo e por impedimentos colocados aos religiosos para a sua inserção plena nas lutas protagonizadas pelo MST e em sua organização. Houve rupturas de militantes e dirigentes em relação a suas congregações de origem, pastorais, *comunidades* e mesmo quanto às vocações confessionais seguidas, que significaram um deslocamento substancial em suas trajetórias sociais, esmaecendo a presença de sua identidade como religiosos. Hoje em dia a autoidentificação como *sem-terra* é assumida pelos antigos membros da Fraternidade em posição de destaque quanto ao seu autorreconhecimento

e ao reconhecimento exterior, expressando o sentimento de pertencimento à organização do MST.

Grande parte dos atuais militantes do MST que fazem parte da Regional Grande São Paulo não se reconhecem como membros da Fraternidade e também não compartilham da proveniência da Igreja Católica. Mais recentemente, na década de 2000, foram incorporados à Regional muitos militantes vindos da classe média como estudantes universitários e professores, moradores da periferia da cidade de São Paulo e de outros municípios da Região Metropolitana etc., sem falar daqueles assentados nos acampamentos e assentamentos *Comunas da Terra* da Grande São Paulo que também são militantes ou dirigentes. O aumento no número de militantes urbanos no MST tende a complexificar a identidade dos *sem-terra* e a despertar inquietações e debates dentro do Movimento quanto à relação entre o rural e o urbano e entre as lutas no campo e na cidade, bem como no que tange aos rumos do Movimento e ao público que compõe sua base.

Os setores da Igreja Católica que protagonizaram a criação da Associação Rede Rua e da Fraternidade Povo da Rua, além das pessoas vinculadas às CEBs e a CPT que são aliados da Regional Grande São Paulo, representam forças minoritárias tanto dentro da hierarquia eclesial católica como, num sentido mais amplo, no interior do campo religioso. Tais agentes sociais tiveram e possuem ainda um papel fundamental de apoio às lutas organizadas pelo MST. A forma como é feito o *trabalho de base*, onde ele é feito, os aliados políticos que se somaram nas lutas e cuja ajuda foi fundamental para as conquistas obtidas, o apoio econômico garantido para a realização de ações e projetos dentro dos acampamentos e assentamentos, em tudo isso há forte influência da chamada “Igreja progressista”.

O fato de os membros da Fraternidade terem ingressado no MST e, em certos casos, abandonado seus vínculos confessionais e profissionais para com a Igreja, não representa uma ruptura entre o Movimento e esses setores da Igreja Católica. Pelo contrário, essa parceria está viva ainda hoje e impulsiona a ação da Regional dentro dos assentamentos conquistados e nos acampamentos à espera de regularização da situação fundiária. A relação entre MST e Igreja Católica não é de completa oposição, senão marcada por diferenciações e complementaridades. Ainda hoje setores da Igreja Católica atuam nos assentamentos da Regional Grande São Paulo, o PA Riacho e o PDS Jurema e nos acampamentos Irmã Alberta e Dom Hélder Câmara. Este último é um acampamento de tipo urbano, em meio à cidade de Mina dos Olhos, enquanto o acampamento Manacá se situa num bairro da capital São Paulo, no limite com o município de Jequitibá.

Falando sobre o papel da Fraternidade Povo da Rua na criação da Regional Grande São Paulo, Gilmar Mauro ressalta o fato de que seus membros foram responsáveis por arregimentar uma base para o MST na capital, por meio do que interpreta como *trabalho de base*, algo que até então não havia sido feito pelo Movimento. Esta é uma categoria comumente utilizada dentro do MST, que Mauro aplica mesmo às ações da Fraternidade de mobilização de *pessoas em situação de rua* realizadas antes de sua junção ao Movimento – ainda que os próprios ex-membros da Fraternidade utilizem a categoria *trabalho social*. Portanto, o dirigente utiliza contemporaneamente uma categoria que não fazia parte da matriz discursiva dos agentes religiosos e profissionais da Fraternidade Povo da Rua, de modo a tentar interpretar o fenômeno, através da matriz discursiva predominante em sua visão de mundo, ligada às organizações políticas de esquerda.

Gilmar – [...] E, na verdade, ela [a Fraternidade Povo da Rua] se misturou, porque vem pro MST e logo em seguida a gente estimula a criação do

MTST, então, na verdade, aqui na Grande São Paulo já foi um pouco pro MTST⁸⁸. E aí se deram conta de que não era lá que eles tinham que ficar, que tinham que ficar no MST mesmo. Eu acho que até por identidade pessoal desses dirigentes e etc. Então ela [a Fraternidade Povo da Rua] tem a ver, *o MST sempre teve uma atuação aqui em São Paulo muito mais no debate político de atuação com aliados, mas não tinha um trabalho propriamente de organização de base aqui. E eu acho que, esse grupo que vem da Fraternidade, ele cumpre esse papel. E é importante, eles tinham esse trabalho de base concretamente e eles trazem esse trabalho de base pra dentro do MST. Não sem contradição evidentemente [...] aquela história do lumpen, né, “vai trazer o lumpesinato, mas isso nem é revolução, nem Pistrak⁸⁹, nem Makarenko⁹⁰”, você vê que tem muito preconceito em relação a isso. Muito. Nós vencemos os preconceitos internos construindo essas experiências. Então tem gente aqui de São Paulo [da capital] que foi assentado com o estado inteiro. Tem casos que a turma tá lá no assentamento, tem casos que já desistiu. Então a ideia também, veja, é um longo período de aprendizado, primeiro a ir pros assentamentos, levamos gente pro Pontal, pra Iaras, pra um monte de lugares. E depois vem a ideia de criar assentamentos aqui mesmo, aqui perto, já com a ideia das *Comunas*. Fazia muito tempo que... Quer dizer, acho que eu nunca tinha conversado sobre esse assunto: a história da Grande São Paulo aqui é bem interessante. Veja, mas não é uma imposição, uma coisa criada de cima pra baixo, é fruto de um trabalho concreto, que se dá e a partir dele, e *dessa experiência concreta há a necessidade de se construir como regional* (Entrevista realizada com Gilmar Mauro, em 28 de novembro de 2011, na sede da coordenação estadual do MST, em São Paulo, capital).*

Em seu depoimento, Gilmar Mauro apresenta um balanço relativamente positivo sobre o processo de criação da Regional Grande São Paulo do MST, enfatizando a importância do papel da Fraternidade neste. Até então, o MST atuava na capital de São Paulo em geral buscando estabelecer alianças com partidos, sindicatos, ONGs, setores da Igreja e outros movimentos sociais, mas não era capaz de construir ali sua base. A Fraternidade Povo da Rua veio a preencher essa lacuna, possibilitando ao Movimento se estabelecer na Região Metropolitana de São Paulo não mais apenas através dos escritórios de suas sedes, mas agora também por meio do recrutamento de gente para ocupar terras e formar acampamentos e assentamentos na Grande São Paulo, inclusive na capital. Isso fez por aumentar ainda mais a visibilidade do MST e favoreceu o estabelecimento de novas alianças, bem como o recebimento de apoio de diversos setores urbanos, que agora tinham acesso facilitado para conhecer suas experiências de ocupações, acampamentos e assentamentos de forma facilitada, percorrendo trajetos de aproximadamente 40 km desde a capital.

⁸⁸ Descreverei esta aproximação para com o MTST no próximo capítulo, ao tratar das ocupações e acampamentos. Inicialmente surgiu a ideia por parte do MST em São Paulo de levar o grupo da Fraternidade a entrar no MTST. Depois é que o grupo da Fraternidade passou a fazer parte organicamente do MST.

⁸⁹ A referência é a Moisey Pistrak, “educador socialista que viveu na Rússia e influenciou as idéias pedagógicas do período pós-revolução russa de 1917” (Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Moisey_Pistrak>. Acesso em 15 de novembro de 2012). Pistrak é um autor que serve de referência dentro do MST.

⁹⁰ Anton Makarenko foi um “pedagogo ucraniano que se especializou no trabalho com menores abandonados, especialmente os que viviam nas ruas e estavam associados ao crime” (Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Anton_Makarenko>. Acesso em: 15 de novembro de 2012). Trabalhava como pedagogo na Ucrânia na época em que o país fazia parte da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, alguns anos após a Revolução Russa. Makarenko também é um autor que serve de referência ao MST.

De fato houve resistência dentro do MST à agregação às suas lutas sociais e políticas de segmentos sociais urbanos considerados *lumpen*, conforme especulado e exemplificado anteriormente, em grande parte devido a uma visão preconceituosa que prevalece na matriz discursiva do campo político da esquerda. O tipo de reclamação que era comum se ouvir, como aponta Gilmar Mauro, sugeria que fora de um processo revolucionário não era possível mobilizar esse tipo de público, considerado a escória da sociedade, aqueles que sequer têm o que vestir (*lumpen*, palavra originária do idioma alemão, significa trapo). Nem mesmo se fossem utilizadas as ideias dos pedagogos soviéticos Anton Makarenko e Moisey Pistrak, que trabalharam com crianças e jovens viciados em drogas, ladrões e prostitutas no processo pós-revolucionário soviético, os membros do MST poderiam dar conta de organizar aquele tipo de público com sucesso, nesta visão do senso comum de esquerda.

Gilmar Mauro acredita que através das experiências realizadas com tais segmentos sociais teriam sido superados os preconceitos dentro do MST com relação à população urbana considerada *lumpen*. Não obstante, durante o trabalho de campo constatei que ainda existe gente que é militante do MST em São Paulo e que tem uma visão demasiado negativa sobre as *pessoas em situação de rua* e demais segmentos urbanos pauperizados então convidados a ocupar terras e nelas estabelecer acampamentos. Uma categoria de percepção da realidade tão profundamente enraizada no campo político da esquerda não seria abandonada facilmente.

Ainda, ao trabalhar a inclusão de não-trabalhadores agrícolas em sua base, um problema se coloca, pois o projeto do MST e do Estado volta-se ao estabelecimento de agricultores em terras transformadas em assentamentos rurais. A terra conquistada pela ação do MST não pode permanecer improdutivo: precisa ser trabalhada, caso contrário o discurso sobre a função social da terra, fonte de legitimidade das ocupações e da luta do MST pela reforma agrária, pode ser posto em cheque. O público formado por não-trabalhadores agrícolas ou “urbanos” não irá de uma hora para outra transformar-se em um grupo de agricultores, processo este que supõe uma série de mediações que podem ou não serem alcançadas no contexto do assentamento.

Em relação a essa distinção entre o público rural anteriormente mobilizado e o recrutamento do novo público “urbano” e entre trabalhadores agrícolas e não-agrícolas, a justificativa sustentada dentro do MST aponta para a inexorabilidade do processo de urbanização brasileiro, o que teria forçado a mudança da orientação do Movimento.

Gilmar – Eu acho que a realidade nos impôs isso também. Uma outra coisa que, para além das grandes reflexões teóricas, na verdade foi o processo de urbanização brasileira que nos impôs essa necessidade de organizar os trabalhadores da periferia da cidade, inclusive a migração é muito recente no Brasil, a memória histórica do mundo rural tá muito presente. Se você olhar pra periferia você vai ver: anda numa periferia, tá lá o vasinho com o pé de arruda, lá tá o papagaio, quer dizer, ela reproduz no micro-espço da favela, da comunidade, um pouquinho daquilo que tinha na roça. Isso é muito presente. A hortinha, as latinhas, um monte de coisa. *Então, é uma realidade de urbanização muito grande, embora, veja, o MST sempre procurou organizar as famílias de camponeses sem-terra (o meu caso), mas muitas famílias que nos anos 90 estavam já nas periferias das cidades trabalhando, buscando formas de sobrevivência, na verdade são oriundos do campo e não tiveram alternativa.* Então, eu acho que esse movimento, principalmente aqui em São Paulo, começa fortemente, São Paulo e Rio de Janeiro. E hoje em todos os Estados brasileiros. [...] *Em termos de categorias são várias: eu falei no genérico aqui, a nossa categoria sem-terra, mas é um conjunto de*

setores que já experimentou várias formas de trabalho agrícola e não-agrícola (Fonte: Entrevista realizada com Gilmar Mauro, em 28 de novembro de 2011, na sede da coordenação estadual do MST, em São Paulo, capital).

Gilmar Mauro reproduz discurso semelhante aos membros da Igreja que fundaram a Regional Grande São Paulo do MST: a arregimentação de novos participantes para as ocupações se daria junto a famílias que residem na periferia urbana, mas que teriam vindo do campo. A evocação de elementos da cultura rural que estariam presentes na vida urbana nas favelas e periferias é apresentada como um dos exemplos dessa origem rural de parte dos seus moradores. Outro elemento que promoveria uma espécie de *continuum* entre o polo rural e o urbano é o fato de que muitos dos trabalhadores “urbanos” recrutados pelo MST já passaram por experiências de trabalho agrícola em suas trajetórias sociais.

Pude identificar que a imensa maioria dos entrevistados nos assentamentos tinha mesmo nascido no campo e migrado para a cidade. De fato, muitos agentes já haviam experimentado formas de trabalho agrícola e não-agrícola ou pelo menos vivido em áreas rurais em parte de suas vidas. Havia somente alguns poucos que se juntaram ao MST que nasceram e sempre trabalharam na cidade, o que não deslegitima de forma alguma sua participação na luta e o fato de terem se tornado assentados. Porém, mesmo esses se esforçavam em demonstrar ao pesquisador que tinham algum tipo de vínculo prévio com o rural e com o agrícola, seja por afinidade com o modo de vida no campo, seja pela afirmação de um desejo de viver da terra – ainda que esse discurso entrasse em contradição com sua prática que era a de trabalhar fora dos assentamentos.

A conquista de assentamentos próximos aos centros urbanos desempenha também um papel político importante para o MST, no sentido de servir como meio para potencialização da atuação do MST em lutas sociais e políticas nessas localidades. Assim, por exemplo, se pode compreender o caso da *Comuna Urbana* em Mina dos Olhos e o caso da comunidade Lírio do Vale, em Rio das Flores, que envolvem grupos de trabalhadores urbanos instalados em ocupações de terras públicas feitas de forma espontânea há décadas e que foram expropriadas por ações do poder público. A Regional Grande São Paulo cumpriu um papel de apoio e organização dos moradores de ambas as localidades, primeiro tentando resistir à perda das terras urbanas e, em seguida, procurando viabilizar novas moradias para os expropriados.

Gilmar – [...] Um assentamento perto numa cidade em crise faz uma diferença enorme. Por que surgiu a *Comuna Urbana*? A *Comuna Urbana* surgiu porque havia um despejo de famílias. Bom, quem entende de despejo aí é a turma do MST, vamos chamar a turma do MST. Foi isso. Seja porque essa memória – e ela se referencia a algo de luta na sociedade – nas periferias é muito forte, do MST. [...] Mas o que eu tô querendo chamar a atenção é que nesse tempo essas referências são pequenas, elas não alteram de fato. Essa é a relação que nossa turma faz na cidade, no trabalho, no bico, no caso até indústrias em que nossa turma trabalha, do *agronegócio*, hoje não faz diferença. Agora, num tempo de crise, de fato isso fará uma grande diferença. Por isso que a idéia é ir investindo, sabe, investindo e construindo, mas num tempo de dificuldades inclusive de sair essas áreas... (Fonte: Entrevista realizada com Gilmar Mauro, em 28 de novembro de 2011, na sede da coordenação estadual do MST, em São Paulo, capital).

Mauro aponta para o fato de que as *Comunas da Terra* podem cumprir um importante papel num momento de crise na sociedade, quando o MST poderá voltar a ter um papel mais

relevante de mobilização social. Os membros do MST já desenvolvem um trabalho de conscientização e politização de trabalhadores em diferentes locais onde estão presentes nas cidades, nos ambientes de trabalho industriais e de prestação de serviços informais e até mesmo junto a profissionais que vendem sua força de trabalho para empresas do *agronegócio*. Enquanto não se abrem possibilidades para que o MST volte a representar a força social e política que fora nos anos 1990, com grande visibilidade na sociedade, prossegue a luta pela conquista das áreas já ocupadas, por meio da pressão junto ao poder público, e os militantes e dirigentes vão realizando um trabalho político de caráter molecular nos ambientes em que se inserem na sociedade.

O MST conseguiu se inserir como protagonista no conflito vivido por um grupo de moradores de uma área urbana no município de Mina dos Olhos que estavam prestes a serem despejados pelo Governo Estadual. A área onde viviam há quatro décadas pertencia à Companhia Paulista de Trens Metropolitanos (CPTM), que, tendo interesse em utilizar a área à margem da ferrovia para expandir seus serviços, conseguiu na justiça o direito à reintegração de posse daquele imóvel que lhe pertencia e as famílias tiveram que deixar o local. Assim sendo, a intervenção do MST assegurou que, ao serem despejados pelo poder público, não ficassem sem ter onde morar, passando a fazer parte da *Comuna Urbana* Samambaia, denominada pelo MST como um “acampamento”, organizado numa área cedida temporariamente pela Prefeitura Municipal de Mina dos Olhos. Ainda, conseguiram por meio de negociações um terreno junto ao poder público para a construção de moradias definitivas num sistema de posse habitacional coletiva, tendo acesso a um financiamento obtido junto à Caixa Econômica Federal (CEF). O MST estabeleceu diálogos com a Prefeitura Municipal, que viabilizou o referido financiamento junto à CEF, contando com o apoio de setores do Governo Federal.

Em fevereiro de 2011 tive a oportunidade de conhecer brevemente a *Comuna Urbana*, numa visita de um dia, ao ser convidado para um ensaio da escola de samba Unidos da Lona Preta, organizada pelo MST na Região Metropolitana de São Paulo e envolvendo assentados e acampados da Regional. Mina dos Olhos fica há aproximadamente 40 km da capital e lá residem, há sete anos, famílias expulsas da referida área pertencente à CPTM. A presença do tráfico de drogas dentro da antiga área era considerada um problema e posteriormente pessoas ligadas ao tráfico tentaram atuar dentro do acampamento *Comuna Urbana* Samambaia, o que gerou conflitos com militantes do MST que se dispuseram a enfrentar o problema.

Embora o MST chame a *Comuna Urbana* de “acampamento”, este difere em muito do modelo de acampamento usualmente realizado pelo MST. Em realidade, pela impressão que tive ao conhecer a área, parecia mais uma ocupação de imóvel urbano como qualquer outra, com barracos de madeira ou de tijolos e telhados feitos de diferentes materiais. Embora as pessoas tenham sido ali instaladas temporariamente até que a nova moradia urbana fique pronta, muitos investiram na construção de residências que parecem ser mesmo de caráter permanente e que em nada lembram a marcante transitoriedade das barracas de lona preta.

Em relação ao projeto de construção das casas para os ex-moradores da área recuperada pela CPTM em Mina dos Olhos, chama a atenção o fato de que em nada se assemelham a um assentamento rural, tipicamente reivindicado pelo MST, como fica claro pela fotografia feita sobre as obras (ver a **Figura 7**). Trata-se do projeto de um conjunto habitacional que os técnicos da USINA, junto com gente do MST, planejaram para ser uma área de intenso convívio comunitário, contando com equipamentos de uso coletivo para fins de trabalho e lazer.



Figura 7 – Construção da moradia definitiva para os moradores que fazem parte do *acampamento Comuna Urbana Samambaia*, em Mina dos Olhos, SP⁹¹. Fonte: <<http://www.revistaovies.com/artigos/2013/03/a-comuna-urbana/>>. Acesso em: 13 de abril de 2013.

Além do caso da *Comuna Urbana* em Mina dos Olhos, o MST também *fincou bandeira* em outro conflito envolvendo moradores da periferia urbana da Região Metropolitana numa localidade próxima ao assentamento em Rio das Flores chamada Quarta Colônia / Vargem Grande. *Fincar bandeira*, neste caso, significou prestar apoio aos moradores contra a ação do Corpo de Bombeiros do Estado de São Paulo, que reivindicou o terreno ocupado por uma comunidade que habitava área estadual, em Rio das Flores. Já havia uma associação comunitária fundada chamada Lírio do Vale, para a qual os membros do MST prestaram seu apoio e contribuíram na organização com o objetivo de evitar o despejo, sem sucesso. Três famílias de ex-moradores da Quarta Colônia hoje foram assentadas no PA Riacho, pois o Governo Estadual ofereceu essa opção para aqueles que foram despejados. Como havia três lotes vagos no assentamento por conta de abandono e falecimento do titular e essas famílias já trabalhavam com a terra na localidade de origem conseguiram ser assentados em Rio das Flores. Uma outra família e mais um indivíduo também vindos de lá acamparam na área social do mesmo assentamento, à espera de lotes. Aos demais moradores foi oferecido financiamento imobiliário para adquirir um imóvel em conjuntos habitacionais populares.

⁹¹ “128 habitações, uma escola e oficinas de trabalho, em Mina dos Olhos-SP. Projeto e acompanhamento de obra: Usina, 2007-em andamento. Agente organizador: Movimento dos trabalhadores rurais Sem-Terra (MST). Financiamento: Prefeitura Municipal de Mina dos Olhos, Ministério das Cidades e Caixa Econômica Federal” (Fonte: <<http://www.usinactah.org.br/index.php?/s/--comuna-urbana-d-helder-camara/>>. Acesso em: 16/04/2013). A Usina é um coletivo de arquitetura autogestionário fundado em 1990 por profissionais de diversos campos de atuação, trabalhando principalmente junto a movimentos sociais de trabalhadores.

CAPÍTULO IV

ACAMPAMENTOS, TRABALHO DE BASE E FORMAÇÃO

Neste capítulo pretendo reconstituir o processo de luta vivenciado por aqueles que se juntaram às ações de ocupações de terras e demais mobilizações promovidas pelo MST na Grande São Paulo, desvelando dinâmicas por meio das quais se realiza a tessitura dos *acampamentos*, identificando alguns processos de interação social que consubstanciam diferentes tipos de sociações. Ao trabalhar os discursos daqueles que atualmente se encontram assentados buscarei compreender as motivações que ajudam a explicar a participação nas ocupações e *acampamentos*, tentando captar qual o sentido que os agentes atribuem às ações sociais e coletivas. O ato de apresentar elementos de suas histórias de vida permitirá contextualizar quem são os entrevistados e a partir de qual posição social estão falando, fornecendo ainda elementos para compreensão dos deslocamentos realizados em suas trajetórias.

4.1 Desvelando sentidos da luta

Em muitos casos o ingresso no processo de luta pela terra tende a levar a alterações substanciais de posições na trajetória social dos agentes e em suas identidades. Como afirmam Medeiros & Leite:

[...] verifica-se “um processo de reconversão de trajetórias de vida e reelaboração das relações sociais: são cortadores de cana transformando-se em produtores familiares, trabalhadores de origem urbana tornando-se, pelo menos parcialmente em agricultores, trabalhadores que tinham na provisoriedade do acesso à terra a condição de sua sobrevivência passando a ganhar condições de fixação, como ‘assentados’ (MEDEIROS & LEITE, 1999, p. 15).

Embora para parte das famílias e indivíduos a luta por acesso à terra signifique fundamentalmente a busca por garantir algum tipo de segurança para sua reprodução social, é possível também que se desenvolvam formas de engajamento militante, em função do trabalho de formação política levado a cabo pelo MST e por conta de toda a experiência de politização que se vive durante o processo de luta⁹².

Marcelo Rosa (2009) propõe que a “luta pela terra” adquire sentidos diferentes porque mistura e une histórias sociais distintas. Existem múltiplas socializações que não são homogêneas nem no passado, nem no futuro construído após a passagem pelo MST, e cada agente é atingido de forma diferente pelo processo e nele imprime sua própria marca. A

⁹² Essa adesão militante e as modificações ocorridas na cultura política podem influenciar na disposição dos assentados em aderir às propostas de cooperação agrícola e de organização dos assentamentos formuladas pelo MST, como será debatido no capítulo 5.

chegada do MST na vida das pessoas tende a alterar os seus destinos: se não mudam todos os valores e as formas de significação social⁹³, por outro lado, dificilmente há um retorno ao modelo de inserção social do passado. Os indivíduos socializados em ocupações e acampamentos passam a ver que a vida nos próprios movimentos é uma possibilidade dada, além da posse da terra que por si só já traz mudanças. Ainda, tanto a terra como os movimentos servem de meios que abrem a possibilidade de integração de indivíduos em canais políticos que no passado lhes estavam relativamente bloqueados.

As famílias em sua generalidade não se agregam ao MST tendo como meta a transformação social, ou por afinidades prévias para com o Movimento. Tais atributos relativos à cultura política⁹⁴ podem ou não se desenvolver na consciência dos indivíduos no decorrer do processo de luta pela terra, dependendo isto das ações realizadas pelos membros do MST, das ideias disseminadas através da agitação e da propaganda e do fato de que tais ações e ideias sejam assimiladas pelos agentes em meio aos processos de socialização constitutivos das mobilizações, isto é, de que haja um acúmulo de experiências dos próprios agentes que lhes permita modificar elementos de sua visão de mundo e de suas práticas. Os aprendizados coletivos proporcionados pela participação nas lutas organizadas pelo MST se traduzem em hábitos, posturas, convicções, valores, expressões de vida social, modos de ser e de viver que, ao serem incorporados pelos agentes, passam a ser reproduzidos para além dos limites da vivência em torno ao Movimento.

Incorporando a abordagem de Edward Palmer Thompson (1981, 2004), pode-se afirmar que a participação dos agentes junto ao MST constitui-se numa fonte de experiências, que permitem a reflexão e revisão de valores morais, ideias e sentimentos e podem fornecer elementos para a formação da classe. Não obstante sempre atue o peso objetivo das condições estruturais, a atuação dos agentes nas ações coletivas do Movimento dificilmente poderia resultar apenas de uma derivação de necessidades estruturalmente determinadas pela sua posição nas relações de produção, especialmente se for considerado o heterogêneo perfil das famílias e indivíduos, provenientes de diferentes profissões e condições socioeconômicas, do campo e da cidade, e possuem visões de mundo, valores e comportamentos distintos entre si. Além disto, considerar a dimensão afetiva e moral da cultura dos agentes permite compreender empiricamente quais as diferentes motivações subjetivas que os levam a participar das ações coletivas, sem subsumi-las a causas exógenas determinadas teoricamente pelo pesquisador.

Ao desenvolver um trabalho de agitação e propaganda, o MST contribui para desenvolver um sentimento de injustiça nos agentes sociais junto aos quais busca compor sua base, em vias de arregimentação. Ao travarem contato com os militantes e dirigentes e serem atingidos por seu discurso, de alguma forma crescentemente passam a perceber a situação em que se encontram – a despeito de sua diversidade – como injusta ou dolorosa, e, sobretudo, passível de ser modificada. Previamente inexistente ou latente, a indignação moral emerge

⁹³ Explicando o uso do conceito formulado por Norbert Elias, Rosa afirma que o desejo de significação social decorre da diferenciação social presente nas sociedades modernas, nas quais, pela crescente e complexa interdependência existente entre os indivíduos, é comum que, ao buscar a realização de tarefas na sociedade, desejem sentir o significado e a gratidão proporcionados ao ocupar determinada função da qual muitas pessoas dependem e, por essa razão, a valorizam. Neste sentido, fazer parte do MST pode gerar forma de significação social para os indivíduos que obtêm o reconhecimento da importância das funções que no Movimento desempenham (ROSA, 2004).

⁹⁴ Entendo o conceito de cultura política nos termos de Thompson (1998), referindo-me à mentalidade, expectativas, tradições e visões de mundos que são tomados como objeto de análise pelo pesquisador.

como fator que concorre para que se agreguem às ações coletivas. Segundo Barrington Moore, rompe-se então com a “anestesia” moral e psicológica que existe em todas as culturas como um mecanismo de defesa que inibe o espírito de revolta, mesmo em casos onde há formas de sofrimento objetivo como fome, privação dos frutos do trabalho e violência física. As condições sociais de sofrimento e falta de dignidade passam então a ser consideradas não mais como fruto da inevitabilidade histórica, mas como construção social dos homens, passível, como tal, de ser modificada (MOORE JR., 1987).

Durante o processo de luta organizado pelo MST é possibilitado aos agentes um aprendizado que não deriva apenas da mera incorporação de discursos exógenos, mas se trata de um processo complexo de reelaboração e ressignificação, como sugere Eder Sader (1989) em seu estudo sobre os trabalhadores urbanos da Grande São Paulo. Por meio desse processo se combinam a herança cultural constituída na trajetória de cada indivíduo/família com as influências oriundas dos agentes, das falas e das experiências novas com as quais se trava contato ao entrar para o MST. Segundo Roseli Caldart (2004), para além da assimilação de discursos, ocorrem vivências pessoais em ações de luta social que são fundamentais para a formação do *sem-terra*, proporcionando novas sínteses culturais e promovendo algum nível de ruptura em relação aos padrões de existência social anteriormente experimentados pelos agentes.

Em relação aos acampados, o denominador comum que une famílias e indivíduos dotados de trajetórias díspares é a identidade coletiva de *sem-terra*. Se a construção dessa identidade inegavelmente passa pela autoatribuição e pelo reconhecimento produzido em interação com agentes que não são *sem-terras*, por outro lado implica fundamentalmente na inserção dos sujeitos numa estrutura hierarquizada dotada de normas próprias (ROSA, 2009), onde existem expectativas de conduta, valores, categorias de percepção, rituais e símbolos⁹⁵ que são compartilhados (SIGAUD, 2000). O MST desenvolveu uma “cultura organizativa” que mantém princípios, valores, ideário, mística, visão de mundo, e modos de vida que tendem a ser reproduzidos por aqueles que se juntam ao Movimento. Tais elementos não foram inventados pelo MST, mas aprendidos com outras organizações e movimentos da história, que foram recriados, adaptados, consolidados por meio das ações, ganhando formatos práticos e teóricos que conformam um “patrimônio de organização”, uma herança cultural que permanece disponível para outros grupos que atuam nas lutas sociais junto aos trabalhadores (CALDART, 2004).

De fato, as experiências vividas no processo de luta pela terra implicam em mudanças na cultura dos indivíduos e em suas trajetórias, cujas causas e efeitos não podem ser unificados num vetor unidirecional ou ser atribuídos a motivos singulares. Sua explicação pressupõe a compreensão dos sentidos que tais mudanças têm para os próprios agentes, a partir de tentativas de incorporação de seu ponto de vista à análise. Por outro lado, os processos e as motivações que levam os indivíduos a se agregarem às ações coletivas organizadas pelo MST também não podem ser compreendidos exclusivamente pelos sentidos veiculados em suas falas, uma vez que existem outros níveis de determinação⁹⁶ que também

⁹⁵ João Pedro Stédile reconhece que não é o discurso que proporciona unidade entre as pessoas na base, mas a ideologia, a visão política sobre a realidade e o uso de símbolos, estes os quais atuam “costurando” a identidade, materializando a unidade que não é imediatamente visível do Movimento. Esse aprendizado vem da herança da concepção de mística herdada da Igreja e desenvolvida de uma forma bastante particular na prática do MST (FERNANDES & STÉDILE, 1999).

⁹⁶ Tais determinações não devem ser confundidos com determinismos de qualquer ordem.

influenciam na constituição dos grupos que realizam ocupações e constroem acampamentos, os quais podem ou não emergir no contexto das entrevistas e conversas informais. Em alguns casos, elementos que podem ser centrais para explicar como e por que os indivíduos e famílias se agregam podem não figurar com centralidade nas suas próprias interpretações, ou mesmo serem omitidos em função de situarem-se fora do seu horizonte cultural.

4.2 Acampamentos como unidade social de análise

A criação de ambos surge como fruto das ações organizadas pelo MST na Região Metropolitana de São Paulo e de seu reconhecimento por parte do Estado, constituindo uma relação de interdependência que permite entender como a criação de acampamentos abre canais de diálogo e encaminhamento de demandas por parte de segmentos da sociedade civil junto ao Estado. Este detém o poder e a legitimidade para desapropriar terras, mas a indicação de onde serão feitas as desapropriações é dada pelos movimentos sociais que atuam na luta por terra, através da criação dos acampamentos (SIGAUD, 2000).

Servindo-me da teoria das formas sociais de Simmel (1983a; 1983b; 1983c; 2004), distinguirei os assentamentos com seus respectivos nomes oficiais, fruto da aplicação de políticas públicas, das unidades sociais formadas a partir de ações de ocupação realizadas pelo MST e denominadas pelos membros da Regional como *acampamento* Dom Tomás Balduino, *acampamento* Irmã Alberta, *acampamento* Dom Pedro Casaldáliga e *acampamento* Camilo Torres. Dos dois primeiros *acampamentos* provêm grande parte das atuais famílias e indivíduos que foram assentados no PA Riacho. Do segundo e do terceiro *acampamentos* vêm a maior parte das famílias que foram assentadas no PDS Jurema. Interessa observar o *acampamento* não como lugar, mas como uma forma social específica que é produzida e reproduzida em processos de luta por terras organizados pelo MST, tentando identificar os elos que produzem conexões entre os diferentes indivíduos e a sobreposição de camadas de sociações que forjam a coesão de cada grupo denominado desta forma.

Utilizarei a grafia *acampamento*, sem itálico, para me referir à unidade espacial composta por moradias temporariamente utilizadas por famílias e indivíduos organizados pelo MST no contexto das ocupações de terras, que se distingue do *acampamento* como unidade social. Roseli Caldart, em pesquisa de tese de doutorado, já apontava que os acampamentos podem mudar em termos da sua forma, do lugar que ocupam e da composição de pessoas. O *acampamento* é fruto de múltiplas interações sociais que conformam sociações diversas, produzindo uma unidade social que pode ocupar diferentes espaços, sejam eles acampamentos consolidados, ocupações de terras se iniciando ou áreas de *recuo*, nas quais se busca abrigo temporário após o grupo sofrer despejos. Neste sentido, as considerações metodológicas propostas por Georg Simmel contribuem para a adoção de um olhar voltado especificamente às interações sociais entre agentes que levam à produção de grupos, sem necessariamente atrelar grupos a porções territoriais únicas, específicas do próprio grupo e bem delimitadas.

Quadro 3 – Assentamentos e *acampamentos* da Regional Grande São Paulo do MST

Projeto de Assentamento	Ano de criação do assentamento	Nome dado pelo MST ao assentamento*	Nome do(s) <i>acampamento(s)</i> de origem	Ano de criação do <i>acampamento</i>
Projeto de Assentamento Riacho (ITESP) ⁹⁷	2004	Assentamento Dom Tomás Balduino	Dom Tomás Balduino Irmã Alberta (algumas famílias e indivíduos deste acampamento vieram a ser assentados no PA Riacho)	2001 2002
Projeto de Desenvolvimento Sustentável Jurema (INCRA)	2006	Assentamento Dom Pedro Casaldáliga	Dom Pedro Casaldáliga Camilo Torres (fundiu-se ao acampamento Dom Pedro)	2003 2004
Ainda não há assentamento / Acampamento Manacá	----	Assentamento Irmã Alberta ** (não é reconhecido pelo Estado como tal)	Irmã Alberta	2002
Assentamento urbano em construção / Acampamento Comuna Urbana Samambaia	----	<i>Comuna Urbana</i> Dom Hélder Câmara	<i>Comuna Urbana</i> Dom Hélder Câmara	2005
Não se consolidou	----	Não se consolidou	Acampamento Che Guevara	Dado não disponível. OBS: Há registro de participação do grupo numa passeata em 2008 (ver Figura 16).

(Fonte: Dados colhidos em campo junto ao INCRA, ITESP e assentados).

* Ao longo do texto optei por não me referir aos assentamentos utilizando o nome dado pelo MST aos mesmos, mas sim o nome fictício que aqui lhes foi atribuído, evitando o reconhecimento dos mesmos ao não reproduzir o nome pelo qual foram registrados nos órgãos oficiais.

⁹⁷ No caso do PA Riacho, temos um assentamento estadual no qual os recursos para crédito e para outras políticas públicas voltadas para a produção agrícola são predominantemente fornecidos pelo governo federal.

** Ante a demora do poder público em regularizar o assentamento das famílias, após oito anos de ocupação o MST parcelou a área e passou a chamá-la de assentamento.

O termo *acampamento* possui um sentido que não se refere exclusivamente à ocupação de determinada porção de terras e à construção nela de barracas de lona preta, com finalidades que podem ser tanto voltadas para moradia e trabalho como para outras perspectivas de vida mantidas pelos seus participantes. Essa é uma categoria que emerge no discurso dos assentados indicando a mobilidade espacial de algo que em sua acepção do senso comum é considerado como estático – o soerguimento de barracas para habitação temporária.

Acampamento, neste sentido preciso, designa também uma unidade de mobilização coletiva que se desloca continuamente até conseguir estabelecer-se em definitivo sobre terras que darão lugar à criação de um assentamento – ou se desfazer, caso não tenha sucesso nesta empreitada. No processo de luta por terras organizado pelo MST, um grupo de pessoas dispostas a participar de ações de ocupação de terras pode reunir-se e se constituir como um coletivo no interior de outra área ocupada pelo Movimento, contando para tanto com os esforços de mobilização e de apoio empreendidos pelos participantes da ocupação anterior⁹⁸. Ou mesmo *recuar* taticamente após ser despejado pelo Estado das terras ocupadas, abrigando-se num galpão como o que era mantido pela Fraternidade servindo de Centro de Formação. O elemento central a que proponho dar relevo é que o *acampamento* é uma categoria nativa que se refere a um grupo social movimentando-se no espaço geográfico, o qual nem sempre se abriga em barracas de lona preta numa mesma área de forma contínua.

Além dos três *acampamentos* principais que deram origem ao PA Riacho e ao PDS Jurema, outros três *acampamentos* foram organizados pelo MST na Região Metropolitana de São Paulo. Um deles é o *acampamento* Irmã Alberta, que deu origem ao acampamento Manacá, grupo este que ocupou terras no Distrito de Candeeiro em São Paulo, à beira da Rodovia Anhanguera, na divisa com o município de Jequitibá, de onde veio um último grupo de famílias que foi assentado no PA Riacho. Uma peculiaridade do acampamento Manacá é o fato de que, passados quatro anos da instalação do *acampamento* sob o terreno em Candeeiro, nem INCRA, nem ITESP regularizaram a área, de modo que o MST procedeu ao parcelamento da terra por conta própria e os acampados, antes reunidos num núcleo de barracos de lona preta, passaram a construir residências definitivas em seus lotes. Em 2006, 60 famílias foram “assentadas” numa cerimônia que contou com ato ecumênico e ato político com a presença do senador Eduardo Suplicy, do PT e do Bispo Dom Tomás Balduino, dentre outras figuras da Igreja de partidos de esquerda e muitos outros apoiadores (Fonte: <http://www.vermelho.org.br/noticia.php?id_noticia=6132&id_secao=8>. Acesso em: 05/01/2013).

Dentro da área ocupada em Candeeiro se formaram outros dois grupos: *acampamento* Camilo Torres e *acampamento* Dom Pedro Casaldáliga, que viriam a ocupar terras em Jequitibá. O *acampamento* Camilo Torres veio a se desintegrar e alguns de seus remanescentes juntaram-se ao *acampamento* Dom Pedro Casaldáliga, conquistando o assentamento na Fazenda Jurema. Esta propriedade foi comprada pelo INCRA de seus

⁹⁸ Em referência a essa interrelação entre os acampamentos, Loera (2006) sugere a metáfora da “espiral das ocupações de terras”, por meio da qual um acampamento mais recente se conecta com outro acampamento em formação ou já formado. Fernandes, por sua vez, sugere que a luta pela terra leva à territorialização porque com a conquista de um assentamento abrem-se as perspectivas para a conquista de um novo assentamento. “[...] Os sem-terra organizados no MST, ao conquistarem a terra, vislumbram sempre uma nova conquista e por essa razão o MST é um movimento socioterritorial.” (FERNANDES & STÉDILE, 1996, P. 78).

proprietários, diferentemente da Fazenda Riacho, que era propriedade do Estado de São Paulo e teve apenas seu uso remanejado para fins de criação de assentamento estadual.



Figura 8 – Placa indicando a área do Assentamento Comuna da Terra Irmã Alberta, em Candeeiro. Fonte: <<http://2.bp.blogspot.com/-B5KWnKcQzMM/TWrAP7fusvI/AAAAAAAAAPo/aji15Gy2RyA/s400/ASSENTAMENTO%2BIR.%2BALBERTA%2B2.JPG>>. Acesso em: 23/04/2013.



Figura 9 – Acampamento Manacá, Distrito do município de São Paulo. Foto por Douglas Mansur. Fonte: <http://www2.fct.unesp.br/nera/album_fotos/03_Nivea/fotos%20douglas%20mansur-pre-assentamento%20irma%20alberta-sp_318x213.jpg>. Acesso em: 25/04/2013.



Figura 10 – Acampamento Manacá, em Candeeiro, SP. Ao centro, horta do tipo “mandala”, atualmente desativada. No topo da imagem há uma residência e seu quintal com pés de bananeira. Fotografia por João Augusto de Andrade Neto, em 26/09/2011.

Um outro *acampamento*, surgido inicialmente dentro do PA Riacho, foi o *acampamento* Che Guevara, do qual uma parte do público se dispersou e outra parte foi incorporada ao assentamento PA Emergencial *Comuna da Terra Milton Santos* (no município de Americana, que faz parte da Regional Campinas do MST). Não consegui identificar o período de criação e dissolução desse *acampamento*, mas encontrei um registro fotográfico de 2008 de uma passeata que o MST organizou contra a implantação de um aterro sanitário nas terras ocupadas pelo *acampamento* Irmã Alberta, em que o *acampamento* Che Guevara se fazia representar por meio de uma faixa.

4.3 Seguindo a bandeira do MTST

No momento que antecedeu à criação da Regional Grande São Paulo do MST, no início do ano de 2001, houve uma primeira tentativa de fazer uma ocupação, em que se organizou um grupo de famílias para acampar num terreno de uma antiga fábrica de metal falida e abandonada no município de Arujá, a 41 quilômetros do Centro de São Paulo. Conforme Marcelo Justo (2008), de forma independente ao trabalho da Fraternidade Povo de Rua, mas contando com o apoio de alguns membros desta entidade, o MTST cadastrou em 2001 mais de 2.200 pessoas que viviam nas ruas de São Paulo e que queriam ir para algum assentamento. Uma parte dessas pessoas foi participar do acampamento em Arujá, formando um grupo ao qual se uniram os membros da Fraternidade.

Do total de cadastrados, cerca de 350 pessoas ocuparam o terreno na beira da Rodovia Presidente Dutra, em Arujá, sob coordenação do MTST e da Fraternidade Povo da Rua, criando ali um acampamento, conforme os relatos por mim colhidos. A maioria destes indica que não havia uma separação completa entre MST e MTST nesse momento, no que tange à luta feita por meio de ocupações e acampamentos – ambos os movimentos se apoiavam mutuamente em suas ações. Embora a bandeira utilizada nesse acampamento fosse a do MTST e não a do MST (como se pode ver nas figuras 2 e 3 abaixo), havia militantes comuns às duas organizações participando da organização dos acampados. O nome do acampamento era *Acampamento Rururbano Dom Tomás Balduino* e representou uma homenagem conferida ao bispo e teólogo católico brasileiro membro da Ordem Dominicana, fundador da CPT e do CIMI, o que sugere a grande influência dos membros da Fraternidade, vinculados em sua maioria à Igreja Católica, sobre a organização da ocupação, junto com o MTST.



Figura 11 – Alguns registros da ocupação feita pelo MTST junto com a Fraternidade Povo da Rua no município de Arujá. Painel de fotografias produzido como atividade pedagógica da “ciranda” no PA Riacho: Maria Telina de Paulo Sarmento e crianças. Fotografia sobre fotografia e edição: João Augusto de Andrade Neto.



Figura 12 – Detalhe do painel sobre a primeira ocupação em Arujá revela integrantes do MTST e do Acampamento *Rururbano* Dom Tomás Balduino em ocupação no município de Arujá, em 2001. Painel de fotografias produzido como atividade pedagógica da “ciranda” no PA Riacho: Maria Telina de Paulo Sarmiento e crianças. Fotografia do painel e edição: João Augusto de Andrade Neto.



Figura 13 – Imagem extraída de um painel com fotos sobre o Centro de Formação do bairro João Cândido, onde aparecem as bandeiras do MST e do MST junto à bandeira do Brasil numa espécie de altar improvisado, onde um padre celebra uma missa. Painel de fotografias produzido como atividade pedagógica da “ciranda” no PA Riacho: Maria Telina de Paulo Sarmento e crianças. Fotografia do painel: João Augusto de Andrade Neto.

Lúcio é graduado em filosofia, estudava teologia e era seminarista da mesma congregação à qual pertenceu o Padre Naveen: a Congregação do Verbo Divino. Lá, Naveen fazia relatos nas assembleias dos seminaristas sobre o trabalho da Fraternidade Povo da Rua, atraindo Lúcio para dele participar. Ainda hoje os padres, irmãos e leigos dessa congregação religiosa tentam unir o foco nos problemas sociais com a questão religiosa, buscando soluções sob essa perspectiva, conforme relatou. Atualmente Lúcio se casou com uma ex-membro da Fraternidade com a qual teve um filho e é assentado no PA Riacho, onde vive com a família. É ex-seminarista e ex-dirigente da Regional, atualmente estando um pouco mais distanciado em relação a suas ações e concentrado em atividades ligadas ao sustento de sua família. Em suas palavras, no tempo em que se ocupou a área em Arujá, a ação era feita pelo MTST, que tinha como proposta a ocupação do terreno para instalação de um acampamento *rururbano*. Lúcio afirma que o MST e o MTST são “parceiros muito próximos” e nessa época muitas lutas e eventos eram feitos em conjunto unindo militantes de ambos os movimentos.

Nessa fase, como relata, os membros da Fraternidade discutiam qual seria o melhor enfoque a ser trabalhado com as famílias e indivíduos. Conhecendo as suas histórias de vida, sabia-se que já estavam há muito tempo na cidade e não podiam mais ser caracterizados como *rurais*, mas a origem rural era comum à maioria das pessoas, o que, na visão dos dirigentes, impediria de defini-los apenas como *urbanos*. Por isto, ter-se-ia pensado numa saída que conciliasse a condição de proveniência rural das pessoas mobilizadas com a sua posição urbana atual: um acampamento de tipo *rururbano*, em que se conjugasse atividades agrícolas e não-agrícolas, “numa mistura de rural com urbano”.

De fato, a primeira tentativa foi de enquadrar o público recrutado pela Regional como pessoas *sem-teto*, ao *seguir a bandeira* do MTST. Não obstante, muitos dos que haviam se juntado à ocupação em Arujá foram convocados a princípio para participar de ações do MST, por meio do *trabalho de base* feito pela Fraternidade, o qual, como vimos, era voltado para encaminhar as pessoas para acampamentos do Movimento Sem-Terra. Em seguida, foram levados pela Fraternidade e pelo MST a se juntar ao MTST na ação em Arujá.

Haveria intenções estratégicas no sentido do fortalecimento do MTST em São Paulo neste período, as quais levaram ao encaminhamento dessas pessoas para uma ocupação típica do MTST e não do MST? A falta de experiência dos militantes do MST no Estado de São Paulo em realizar ocupações próximas a ou nos próprios centros urbanos teria levado a que orientassem os membros da Fraternidade a submeter seu grupo às lideranças do MTST? Não tenho elementos para responder a esses questionamentos. Em todo caso, a explicação em termos de uma oposição em relação ao perfil urbano/rural do público não parece ser suficientemente elucidativa – aparenta antes um caráter autojustificativo, a meu ver, tendo em vista sustentar a opção dos membros da Fraternidade por se juntarem em definitivo ao MST, reafirmando a ideologia da “volta ao campo” da CPT.

Sidnei, que já foi dirigente da Regional Grande São Paulo e atualmente também é assentado no PA Riacho, afirma que entrou no movimento ao conhecer o trabalho desenvolvido pela Fraternidade em sua sede na Zona Leste de São Paulo. Tendo deixado a casa dos pais no Sul e estudado até o Ensino Médio, vagou por muito tempo pelo país até seus recursos acabarem e ter que dormir em albergues e depender da assistência social também para se alimentar. Afirma que foi convidado pelos membros da Fraternidade a participar inicialmente do MST, mas havia também no grupo pessoas do MTST vindas de uma ocupação de terras chamada Anita Garibaldi, no município de Guarulhos, que se reuniam com o grupo da Fraternidade e do MST. Como relata, “os militantes eram os mesmos: os do MST

contribuíram na organização do MTST”. Essa informação tende a corroborar a ideia de que havia um esforço de colaboração entre ambos os movimentos sociais, o que poderia ter levado ao encaminhamento do grupo arregimentado pela Fraternidade a *seguir a bandeira* do MTST, mas ainda não explica por que de fato se procedeu inicialmente à caracterização do público como *sem-teto*. Supor que isto teria se dado pelo mero fato de os agentes não terem moradia própria seria tão pouco esclarecedor quanto supor que entraram para o MST pelo mero fato de não possuírem um pedaço de terra.

O argumento de que as pessoas não eram completamente *urbanas*, posto possuírem uma origem rural, parece ter servido como uma espécie de justificação que oferecia sentido para os participantes de uma ação coletiva de ocupação de terras, ao mesmo tempo em que tentava respaldar perante a sociedade e os agentes estatais uma proposta de assentamento que unia elementos urbanos e rurais. Do ponto de vista dos assentados, a ideia de “volta ao campo” encontrava eco em seus anseios por uma vida mais tranquila, diferente daquela que levavam na cidade, na qual pudessem ter moradia garantida sem ter que pagar aluguel, tendo acesso a crédito e podendo desenvolver um modo de trabalho no qual não fossem comandados por um patrão. Esses argumentos eram propagados pelos militantes e dirigentes do MST durante o *trabalho de base* e as pessoas que se interessaram na oferta passaram a formar uma parte da base do Movimento, ao mesmo tempo em que buscavam realizar seus sonhos e projetos individuais e familiares.

Essa proposta foi disseminada por meio do *trabalho de base* e se criou em Arujá o que se chamou de Acampamento *Rururbano* Dom Tomás Balduino⁹⁹. Militantes do MTST vindos da ocupação Anita Garibaldi, em Guarulhos, estavam à frente da ação junto com a Fraternidade. Uma outra explicação para a adesão ao MTST, como relata Irmã Alberta, seria a de que a ocupação Anita Garibaldi do MTST teria “chamado a atenção” dos membros da Fraternidade, que, por isso, teriam decidido fazer a ocupação em Arujá em 07 de setembro de 2001, *seguindo a bandeira* desse movimento.

João – Isso, em Arujá era MTST?

Irmã Alberta – Sim. Era *sem-teto*, mas depois passou. Em Bonsucesso tinha 700 famílias, perto de Guarulhos. Fizemos 18 km a pé.

João – No começo então era com os *sem-teto*, vocês pensavam na questão da moradia?

Irmã Alberta – Não. Agora, não, vendo a dificuldade, foram tentativas. A *Fraternidade* procurou, seja com *sem-teto*, seja com *sem-terra*, fazer a experiência que era o melhor para o povo da rua. É porque tinha esses dois... Mas ficamos pouco tempo com os *sem-teto*.

João – Por quê?

⁹⁹ Posteriormente, esse mesmo nome seria adotado pelo MST nomear o *acampamento* que veio a conquistar o PA São Roque, porém, sem o adjetivo *rururbano*. O termo *rururbano* é comumente utilizado pelo Movimento dos Trabalhadores Desempregados, e conforme Mangueira, “[...] quando referido a assentamentos, indica, segundo os líderes do MTD, o assentamento no qual os lotes possuam 20m de largura por 50m de comprimento”. (MANGUEIRA, 2011, p. 07). Investigando este movimento, o mesmo autor afirma: “O MTD não se declara um movimento *rural*, não tem a necessidade de “justificar” o fato de seus “integrantes” não viverem somente da produção agrícola. Ao contrário, ele se pretende um movimento urbano, a medida que tenta resgatar a identidade proletária das massas por ele mobilizadas. A conquista de assentamentos *rururbanos*, as ocupações *rururbanas*, os acampamentos e tudo o mais são sua forma de luta específica sem que entre em questão a sua identificação como *camponeses* (MANGUEIRA, 2006, p. 5, *grifo do autor*).

Irmã Alberta – Porque era muito... *Com sem-teto se tinha uma terra, se tinha uma casa, mas não tinha trabalho. Agora fizemos tanta discussão... Com sem-terra ele tem a terra para colocar a casa, mas também para trabalhar. Eles são agricultores.* E agora deixamos lá... Mas tenho muitos amigos lá (Entrevista com Irmã Alberta em 11 de outubro de 2011, na sede da Associação Rede Rua, São Paulo, SP).

Neste contexto, os membros da Fraternidade, que nesse período ainda não haviam ingressado oficialmente no MST, participaram de uma marcha em apoio a uma outra ocupação do MTST em Guarulhos, realizando um percurso de 18 km à pé. Apesar das experiências anteriores dos membros da Fraternidade na participação em ocupações e acampamentos do MST pelo Estado de São Paulo, neste momento de fato faziam parte do MTST, participando de uma experiência deste movimento em busca de oferecer resposta aos problemas sociais vividos pelo público por eles recrutado. O destino do *povo da rua* neste momento pendia para uma luta referida ao tema da reforma urbana e não para uma luta contextualizada como relativa à reforma agrária.

De forma semelhante ao discurso apresentado por Lúcio, Irmã Alberta fornece o argumento de que o público recrutado era composto por agentes que *são agricultores*. Não obstante, no que tange ao grupo mobilizado pela Fraternidade, se tratava predominantemente do chamado *povo da rua* que se encontrava na cidade, sobrevivendo através da assistência social e de formas temporárias de trabalho urbano, instáveis e extremamente precarizadas, e também em situação de falta de trabalho, de moradia e dos mais básicos recursos culturalmente considerados como necessários para a vida societal, condição esta a qual se desejava remediar. A atualização do discurso de que o *povo da rua* era composto por agricultores se dá, portanto, não apenas por parte dos assentados que viviam em *situação de rua* em busca de legitimar sua atual condição. Também os dirigentes se preocupam em produzir a imagem de que o público mobilizado possuía uma vocação agrícola prévia, no que tange aos grupos que formaram os acampamentos da Grande São Paulo e posteriormente foram assentados. Assim, se afirmava também um contraponto à crítica identificada por Monica Iha (2005), baseada na ideia de que as pessoas recrutadas na cidade não teriam aptidão para o trabalho agrícola: tratava-se de responder a um questionamento que vinha de dentro do MST, mas também dos órgãos estatais e daqueles agentes que possuem interesses contrários à luta pela reforma agrária levada a cabo pelo Movimento.

Em Arujá a situação era muito difícil: os alimentos necessários para manter a ocupação eram escassos, havia muitas brigas, consumo exagerado de álcool e tráfico de drogas. Os barracos ficavam muito próximos uns aos outros e pessoas com costumes e comportamentos muito discrepantes eram forçadas a conviver intensamente, o que gerava muitos conflitos entre os acampados.



Figura 14 – Detalhe do painel sobre a primeira ocupação em Arujá revela a enorme proximidade entre os barracos. Painel de fotografias produzido como atividade pedagógica da “ciranda” no PA Riacho: Maria Telina de Paulo Sarmento e crianças. Fotografia do painel e edição: João Augusto de Andrade Neto.

Apesar de conseguir reunir cada vez mais pessoas, a ocupação terminou com um despejo por parte da Polícia Militar. Saindo de Arujá o grupo se deslocou para outro terreno em Embu das Artes, participando de outra ocupação do MTST, mas logo deixaram a área e foram para um imóvel da Igreja Católica na Rodovia Anhanguera, pertencente ao Centro Pastoral Santa Fé, mantido por padres jesuítas. Neste ponto se separaram do MTST e recomeçaram sua caminhada no sentido da “volta ao campo”, reaproximando-se do MST e formando um *acampamento* que a partir de então seria autônomo em relação aos *sem-teto*. O período em que ficaram na sede da Santa Fé é lembrado como um momento de intensa *formação*, quando se realizaram estudos diariamente e se planejaram as ações subsequentes.

O Centro Pastoral Santa Fé é uma organização sem fins lucrativos da Companhia de Jesus que se propõe a ser um centro de educação popular voltado para a formação de jovens lideranças para que atuem em suas comunidades tendo em vista a transformação social. Localizado no bairro Jardim Santa Fé, no Distrito de Candeeiro, na Zona Oeste do município de São Paulo, é dirigido por jesuítas e leigos e oferece anualmente atendimento e cursos a jovens carentes. A área da Santa Fé “conta com um excelente complexo estrutural com bastante área verde, prédios com salas, auditórios, espaço cultural, capela, quadra, campo e um Centro de Eventos onde são realizados vários cursos, encontros, retiros e assembléias”. Definem como sua “ideologia” a promoção da justiça e da igualdade, a defesa dos direitos

humanos e o respeito pela diversidade cultural e pelo meio ambiente (Fonte: <<http://www.pastoralsantafe.com.br/index.htm>>. Acesso em: 19/04/2013).



Figura 15 - Ao fundo uma das duas alas do prédio da Santa Fé e mais à frente a capela (Fonte: <http://www.pastoralsantafe.com.br/album/galeria_fotos/galeria_fotos.php>. Acesso em: 21/04/2013).

4.4 Seguindo a bandeira do MST

Quando deixaram a área em Arujá por terem sofrido despejo deslocaram-se para outra área no município de Rio das Flores, a Fazenda Riacho, situada no bairro Fazendas Reunidas Riacho. Pertencente ao Governo Estadual, no imóvel estão instalados o Manicômio Judiciário, a Penitenciária I, a Penitenciária II e a Penitenciária III de Rio das Flores. No entanto, esses órgãos vinculados à Secretaria de Justiça e da Defesa da Cidadania do Estado de São Paulo utilizavam apenas parte da área e o restante permanecia até então sem uso oficial. Os assentados relatam que as terras remanescentes e sem uso definido pelo Estado eram utilizadas por agentes estatais ilegalmente para a extração e venda de eucaliptos. Quando se instalou na Fazenda Riacho para pressionar o poder público a criar ali um assentamento de reforma agrária, o grupo já partiu para a ação tendo assumido a bandeira do MST. O Encontro Estadual do MST em São Paulo no final de 2001 reconheceu oficialmente a criação da décima *regional* do Movimento no Estado de São Paulo, em seguida.

Dirigentes e ex-dirigentes da Regional Grande São Paulo afirmam que em 2001 o grupo percebeu que havia condições para criar assentamentos na Região Metropolitana de São Paulo. Em suas palavras, havia pessoas dispostas não a ir para o interior, mas sim a se instalar próximo à capital e aos centros urbanos em seu entorno. O que era predominantemente um

trabalho social anteriormente passou a assumir novas feições na consolidação da Regional Grande São Paulo do MST, contando com o apoio de aliados políticos do Movimento, em geral relacionados à Igreja Católica. Entre esses aliados estariam tanto os seminaristas da Santa Fé, que viriam a ter um papel fundamental no apoio econômico e social ao grupo, como também figuras de projeção nacional como Dom Tomás Balduino e Dom Pedro Casaldáliga, que ofereceram apoio político.

Neste etapa, portanto, o grupo passa a *seguir a bandeira* do MST de forma definitiva, contando com parte das pessoas que havia participado da ocupação em Arujá e acampado na Santa Fé, dentre as quais uma parcela viria a ser assentada posteriormente no PA Riacho, em Rio das Flores. A meta agora era ocupar terras para conseguir a criação de assentamentos por parte dos órgãos fundiários estatais. Neste sentido, foram feitas pesquisas por parte dos dirigentes da Regional tendo em vista identificar em quais locais da Região Metropolitana de São Paulo haveria terras propícias para a constituição de um acampamento, como meio de reivindicar a criação de um assentamento. Com o apoio de técnicos de órgãos fundiários em São Paulo descobriu-se que havia a referida área de propriedade do Governo do Estado.

Entre outubro e novembro de 2001, aproximadamente, para esta área o *acampamento* Dom Tomás Balduino se deslocou, partindo da Santa Fé, de modo a realizar uma ocupação, em plena madrugada, com o uso de ônibus alugados. Diziam os dirigentes da Regional para os membros recrutados que haveria uma “festa” no meio da noite, cujo local ninguém poderia saber até a hora em que se deslocassem efetivamente até lá. O grupo ocupou a Fazenda Riacho e foi despejado pelo batalhão de choque da Polícia Militar de São Paulo na madrugada seguinte sob chuva, quando ainda estavam construindo barracos de lona preta para moradia.

Esse episódio marcou muito tanto a história dos militantes e dirigentes da Regional quanto a experiência das famílias e indivíduos que participaram da ocupação. Alguns abandonaram a luta como resultado da experiência traumática. Para os que restaram, o despejo representou mais uma dificuldade que tiveram que enfrentar coletivamente e, na visão de alguns militantes, esse episódio teria dado maior coesão e força ao grupo¹⁰⁰. A reação a essa violência perpetrada por agentes estatais levou ainda à conquista de novos aliados para a luta, na figura de religiosos, estudantes, professores, sindicalistas e políticos de esquerda, fortalecendo posteriormente a atuação do MST na Região Metropolitana de São Paulo.

Despejados, foram forçados a *recuar* para o Centro de Formação da Fraternidade Povo da Rua, um galpão na Zona Leste do município de São Paulo. O espaço era muito limitado para as mais de 50 famílias e indivíduos reunidos e as condições de convívio eram muito difíceis, como relatam os assentados que viveram esse episódio. Durante mais ou menos um mês ali permaneceram até que a situação se tornou insustentável, dadas as más condições de higiene, as constantes brigas, e, enfim a falta da infraestrutura necessária para abrigar tanta gente num galpão.

Ante o complicado quadro e tendo já ganhado visibilidade o caso do *acampamento* Dom Tomás Balduino após o episódio de despejo, foram feitos contatos com políticos que estavam à frente da Prefeitura de São Paulo durante a gestão de Marta Suplicy, do PT. Tentando viabilizar uma solução provisória para o problema vivido pelas famílias e

¹⁰⁰ O caso em questão pode ser interpretado à luz da sociologia simmeliana. George Simmel afirma que a oposição contra um adversário atua como um princípio de união entre aqueles que a ele se opõem, servindo o conflito como uma espécie de cimento que unifica o grupo, lhe conferindo maior coesão social (MORAES FILHO, 1983).

indivíduos que ocuparam o Centro de Formação no João Cândido, a Prefeitura de São Paulo alugou uma área no município de São Lourenço da Serra, há aproximadamente 54 km da capital. As pessoas foram divididas em vários grupos contendo entre dez e quinze famílias/indivíduos, cada qual tendo escolhido seus coordenadores, e migraram em várias levadas vindas da capital para São Lourenço da Serra. Cada grupo formado tinha como marca a região de origem a partir da qual seus membros haviam sido recrutados pelo *trabalho de base*: dos bairros de São Mateus, João Cândido na Zona Leste, do bairro Santo Amaro na Zona Sul etc.

Em São Lourenço da Serra construíram um acampamento na área alugada, o qual não durou muito tempo. Houve grande polêmica com os moradores de São Lourenço, que afirmavam que a Prefeitura de São Paulo, sob gestão de Marta Suplicy, era aliada do MST e estava mandando *moradores de rua* para lá – havendo nesta assertiva um conteúdo claramente estigmatizante e discriminatório. Permaneceram na região durante cerca de um mês, mas a Prefeitura de São Lourenço da Serra se manifestou contra a permanência do *acampamento*, utilizando-se para isto do argumento de que a presença dos *sem-terra* estaria criando danos ambientais para a região. Assim, políticos locais transformaram um problema político, caracterizado pela negativa em acolher nos limites do município um *acampamento* do MST formado por *moradores de rua*, supostamente num “problema ambiental”. Neste contexto, o MST desistiu de manter o abrigo provisório naquele município, dada a desfavorável correlação de forças a nível local¹⁰¹.

¹⁰¹ Em relação a esse episódio específico não consegui obter maiores detalhes, mas essa lógica de transformação de conflitos sociais em torno a interesses de grupos em “problema ambiental” de modo a deslegitimar as pretensões do MST em adquirir terras para o seu público se repetiu com relação ao *acampamento* Dom Pedro Casaldáliga quando o grupo se instalou numa área no município de Rio das Flores, como veremos, prolongando-se um imbróglie jurídico até os dias atuais e consolidando um obstáculo significativo para a conclusão da instalação do PDS Jurema.



Figura 16 – Registros da presença do MST em São Lourenço da Serra e do acampamento feito no Centro Pastoral Santa Fé. Painel de fotografias produzido como atividade pedagógica da “ciranda” no PA Riacho: Maria Telina de Paulo Sarmiento e crianças. Fotografia do painel e edição: João Augusto de Andrade Neto.

Desta feita, após a mal sucedida ocupação no fim do ano de 2001 em São Lourenço da Serra, o grupo retornou para o Centro de Formação na Zona Leste de São Paulo. Logo em seguida, em janeiro de 2002, novamente se deslocaram para o terreno dos religiosos jesuítas do Centro Pastoral Santa Fé, próximo à Rodovia Anhanguera. Neste ínterim os dirigentes continuaram realizando contatos com políticos e figuras religiosas proeminentes como Dom Tomás Balduino, para que pressionassem o Governo do Estado para a liberação da área anteriormente ocupada na Fazenda Riacho, em Rio das Flores. Em 08 de março de 2002 os acampados participaram de uma marcha indo de Campinas até a capital do estado, na qual pleiteavam a criação de um assentamento na Fazenda Riacho. Em resposta a essa mobilização, representantes do governo estadual declararam verbalmente que a área seria destinada aos membros do *acampamento*. Até algum ponto nos meses de junho ou julho de 2002 o *acampamento* se manteve na Santa Fé, se deslocando dali para as proximidades da Fazenda Riacho, onde se instalaram no terreno onde ficava um estabelecimento comercial alimentício chamado Rancho da Pamonha, na beira da estrada, como forma de dar visibilidade ao pleito do imóvel vizinho. Essa ocupação teria sido negociada com o dono do Rancho, que servia alimentação aos acampados e era pago pelos dirigentes com recursos obtidos por meio dos apoiadores. Por fim, em meados de 2002, foi publicado no Diário Oficial Estadual uma portaria declarando oficialmente a destinação da Fazenda Riacho para a posterior criação do

assentamento pelo ITESP, órgão fundiário do Governo de Estado de São Paulo ligado a Secretaria de Estado da Justiça e da Defesa da Cidadania.



Figura 17 – Acima, acampados trabalhando na área do Rancho das Pamonhas, onde acamparam temporariamente antes de ir para a área da Fazenda Riacho, cujo período de acampamento é registrado abaixo. Painel de fotografias produzido como atividade pedagógica da “ciranda” no PA Riacho: Maria Telina de Paulo Sarmento e crianças. Fotografia do painel e edição: João Augusto de Andrade Neto.



Figura 18 – A vida no acampamento na área da Fazenda Riacho: construções, plantios e celebração. Painel de fotografias produzido como atividade pedagógica da “ciranda” no PA Riacho: Maria Telina de Paulo Sarmiento e crianças. Fotografia do painel e edição: João Augusto de Andrade Neto.



Figura 19 – Passeatas, marchas e reuniões no ITESP. Painel de fotografias produzido como atividade pedagógica da “ciranda” no PA Riacho: Maria Telina de Paulo Sarmiento e crianças. Fotografia do painel: João Augusto de Andrade Neto.

Transladado da beira da estrada para a área da Fazenda Riacho, ali o grupo novamente construiu acampamento. Enquanto permaneciam à espera de ações oficiais voltadas para a criação do assentamento, os dirigentes e militantes realizaram ações coletivas tendo em vista recrutar mais pessoas em áreas urbanas para realizar uma nova ocupação. Desta vez, a área a ser ocupada se situava nos limites da cidade de São Paulo com o município de Jequitibá, num distrito da capital chamado Candeeiro. O terreno ocupado pertencia à SABESP (Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo), empresa de capital misto responsável pelo fornecimento de águas e tratamento de esgotos em municípios em São Paulo, que tinha como objetivo instalar um aterro sanitário na área, opção à qual a Regional se opunha, reivindicando a criação de um assentamento rural. Ainda hoje o imbróglio não foi resolvido: o MST requer que o INCRA compre as terras do governo estadual, mas os técnicos do órgão avaliam que o valor cobrado pela SABESP é demasiadamente alto para justificar o investimento. Há 11 anos as famílias acampadas esperam pela regularização de sua situação, o que levou o MST a planejar o assentamento em definitivo das famílias e indivíduos, que passaram a se instalassem em residências construídas pelos próprios.

4.5 Cestas básicas, assistencialismo e lutas

Um ponto que chamou a atenção durante o trabalho de campo foi o fato de que o tema do “assistencialismo” surgia espontaneamente no discurso de alguns entrevistados, de modo que acabei o incorporando como algo a ser investigado. Identifiquei nos discursos continuidades e descontinuidades no que tange à relação entre a ação assistencial até então realizada pela Fraternidade Povo da Rua antes de sua entrada para o MST, a ideia de caridade, conforme reproduzida por setores da Igreja Católica, a ideia de assistencialismo, e, por fim, a noção de luta por direitos.

Segundo Irmã Alberta, durante os momentos em que se criavam acampamentos, os dirigentes moravam durante certos períodos semanais junto com os acampados, durante três ou quatro dias, mas tinham a preocupação de não criar uma relação paternalista com os mesmos. Por essa razão entre os acampados eram eleitos coordenadores de grupos de famílias, seguindo o modelo de organização de acampamentos típico do MST, para que os dirigentes não fossem alvo de consultas a todo tempo sobre o que poderiam ou não fazer dentro dos acampamentos, mas sim que esse tipo de questão fosse resolvido pelos próprios acampados. Esse não foi um processo simples, pois, como vimos, os que faziam parte do *acampamento* Dom Tomás Balduino numa primeira fase eram em geral pessoas vindas de *situação de rua*, que de certa forma vinham dependendo da assistência social para sobreviver, ainda que realizassem trabalhos mais ou menos frequentes¹⁰².

A entrega de cestas básicas aparece em vários depoimentos como fonte de conflitos entre os próprios assentados e entre os assentados e a direção do MST, representando um dos principais exemplos citados quando as pessoas se referem à existência de certo assistencialismo na relação da direção, oriunda da Fraternidade Povo da Rua¹⁰³, para com a base. Por outro lado, as doações de cestas básicas obtidas pela Fraternidade Povo da Rua através de um convênio com a editora católica Paulus foram fundamentais para a manutenção dos acampados, o que é reconhecido mesmo por aqueles que realizam a crítica ao suposto assistencialismo da Fraternidade, como relata Marconi, ex-dirigente da Regional e assentado no PDS Jurema, em Jequitibá¹⁰⁴:

João – E como é que alimentava essa turma toda que ficava lá no Irmã Alberta?

Marconi – Então, no Irmã Alberta, no Dom Tomás, Dom Pedro, toda Regional da Grande São Paulo... Assim, às vezes a gente faz alguma crítica via Fraternidade Povo da Rua, igual eu já tenha feito algumas críticas também. Mas é bom, assim, adoçar também, que ela foi uma peça importante nesse processo aí. Por quê? *Porque a gente vivia de cesta básica, infelizmente a gente vivia do assistencialismo. E quem dava esse*

¹⁰² Gomes (2005), que trabalhou na Fraternidade e depois escreveu tese de doutorado na área de psicologia sobre as *Comunas da Terra*, aponta para o fato de que os funcionários da Fraternidade eram chamados de “tios” num primeiro momento, vindo posteriormente a ser chamados de “companheiros” e “companheiras” durante o processo de luta por terra.

¹⁰³ Posteriormente outras pessoas se juntaram à direção da Regional que não tinham vindo da Fraternidade, sendo oriundas de regionais do MST no interior, mas a maioria dos dirigentes tinha participado do trabalho desta entidade anteriormente.

¹⁰⁴ Apresentarei a trajetória de Edson mais adiante, neste mesmo capítulo, ao tratar do tema do *trabalho de base* e mostrar como se deu sua entrada no MST.

assistencialismo era a Fraternidade porque ela tinha um convênio com a Paulus, que é uma empresa distribuidora de cesta básica, que distribuía pra Fraternidade Povo da Rua, doava pra Fraternidade Povo da Rua quase quatrocentas cestas, quase não, mais, porque era mais gente, não sei agora se eram seiscentas cestas por mês. Que era distribuído pra Fraternidade e a Fraternidade distribuía pra nós. Só que assim, na verdade, então também tem que ter essa consciência. A gente tem que ter a consciência que ela foi uma peça importante, mas ela não foi uma doadora disso. Não pode ver isso como “ah, é nossa mãe”, não pode ver isso dessa forma [...].

João – E a Paulus sabia que tava ajudando os sem terra? Ou será que ela achava que tava ajudando o *povo da rua*?

Marconi– Não, ela sabia que tava ajudando o *povo de rua* [...].

João – Então, para a Paulus, ela tava ajudando o *povo de rua*?

Marconi– Se fosse o Movimento dos Sem Terra ela não ajudava, meu camarada, você tá doido? [Gargalhadas] Me fala a verdade. [...] Não ajudava mesmo! Então isso aí era um procedimento infiel, digamos assim, mas tinha que ser feito, tinha que alimentar todo aquele povo, não tem jeito. Imagina! Você entendeu? [...] *Qual entidade assistencialista – porque já está fazendo esse processo de assistencialismo que é pra calar a boca do povão – o cara vai dar cesta básica pra alimentar um povo que tá brigando contra o latifúndio, contra o agronegócio, reclamando, indo pra frente e gritando com a sociedade que nós temos os mesmos direitos, que tudo que o latifúndio, que a burguesia nojenta tem do trabalho nosso, tudo que foi roubado nosso em quinhentos anos de história do Brasil. Aí é você cutucar a onça com vara curta. Não é verdade? Então quer dizer, a Fraternidade, eu não sou ingrato, não sou mesmo. A Fraternidade teve esse papel importantíssimo. Então, a Regional Grande São Paulo era pra ter dado saltos de qualidade maior. Eu creio que era pra ter conquistado mais terra, era pra ter conquistado mais assentamentos, porque teve oportunidade. Tanto que você vê que é a maior regional nova, nós temos quatro espaços. É a maior regional nova. Nós temos o Dom Pedro, Dom Tomás, Dom Pedro Casaldáliga, temos a Irmã Alberta e temos a *Comuna Urbana, que também é conquista nossa, foi essa bandeira que foi lá e organizou aquele povo que tava na periferia, tirou do meio do tráfico e hoje tem o espaço deles*. Ali também foi uma história linda pra caramba. O negócio ali também foi legal (Fonte: Entrevista com Marconi em 25 de novembro de 2011 no PDS Jurema, em Jequitibá, SP).*

Marconi apresenta a visão de que o assistencialismo serve para silenciar os descontentamentos do povo e manter uma ordem social considerada injusta. Neste sentido, se distingue do que Ademar Bogo e Ranulfo Peloso (2012) chamam de luta assistencial, a qual tem como objetivo resolver um problema emergencial, como, por exemplo, a necessidade de alimentação dos acampados, mas não perde de vista a preocupação em revelar quais as causas da dominação e da exploração a que o povo é submetido. Em oposição a um uso da assistência manipulado por aqueles que operam sob a chave da caridade e da filantropia, praticando o assistencialismo, está a ideia de que o povo organizado pelo MST *está brigando* contra alvos considerados como fontes e perpetuadores de injustiças como o *agronegócio* e o *latifúndio*, que adquirem o contorno de inimigos em oposição aos quais se constitui a identidade dos sem-terra em luta. Embora reconheça que se “*vivia de assistencialismo*”,

caracteriza o MST como oposto aos significados do assistencialismo¹⁰⁵ e aos efeitos que tende a proporcionar. Nesta perspectiva, o MST atua gerando a subversão da perspectiva filantrópica e caritativa ao instrumentalizar os recursos doados para o *povo de rua* para alimentar o processo de luta por terras.

Lutar, neste contexto, significa organizar-se coletivamente *seguindo a bandeira* de um movimento, elegendo alvos contra os quais se *briga* e definindo objetivos em torno aos quais são instrumentalizados meios para atingi-los, caracterizados por ações coletivas. A *luta* pressupõe um adversário que pode ser tanto uma classe social, a *burguesia*, como entes tais como o *agronegócio* ou o *latifúndio*. Este último termo indica não apenas grandes porções de terras apropriadas privadamente, mas fundamentalmente as relações sociais embutidas nos processos de apropriação privada da riqueza produzida pelo trabalho alheio a partir daqueles que detêm a propriedade do meio de produção terra, bem como as relações de poder fundadas na propriedade desta e os processos sociais de exclusão de direitos correlacionados. Tais relações sociais e de poder supõem expropriações pela privação do acesso à terra como meio de produção¹⁰⁶ e pela criação de uma situação social na qual agentes que antes tinham seu modo de viver e produzir ligado à posse da terra passam a ter que vender sua força de trabalho para os proprietários da terra ou para empregadores nos centros urbanos, proporcionando um processo de crescente proletarização.

Reclamar, ir para frente e gritar com a sociedade representam a realização de um ato público de enunciação de uma denúncia para a sociedade e para o poder público, dando visibilidade a problemas sociais vivenciados por segmentos das classes subalternas. Interpretando a matriz do discurso militante subjacente a tais categorias, pode-se sugerir que há uma crítica dirigida à prerrogativa da igualdade de direitos entre todos os cidadãos, suposta nas modernas sociedades de classes sob regimes políticos democráticos e presente no senso comum. Considerando ilusória a definição da igualdade formal prevista na lei, movimentos sociais como o MST denunciam por meio da agitação o fato de que tal igualdade não é exercida na prática. Os elementos, agentes e relações sociais responsáveis pela manutenção desse estado de iniquidade são englobados sob os termos *burguesia*, *latifúndio* e *agronegócio*, forjando-se assim um inimigo em oposição aos trabalhadores rurais.

Considerando as condições ímpares asseguradas pelos recursos obtidos pela Fraternidade para a Regional Grande São Paulo do MST, Marconi ressalta seu desapontamento pelo fato de não terem realizado mais ocupações e acampamentos tendo em vista a criação de assentamentos. Ao mesmo tempo, reconhece que estabelecer quatro ocupações diferentes e conseguir a instalação de dois assentamentos num espaço de tempo de alguns anos é um feito marcante, ainda mais para uma nova *regional*. Em sua visão, as demais *regionais* criadas por volta do mesmo período não teriam conseguido semelhantes vitórias e em grande parte o relativo sucesso na empreitada da Regional Grande São Paulo é reconhecido como tendo sido possível devido aos esforços da Fraternidade, suas alianças e os recursos que conseguiu mobilizar. Ainda, com orgulho Marconi afirma que foi a *bandeira* do MST – a mesma que mantém exibida na sala de sua casa no PA Riacho –, a responsável pela mudança na vida das pessoas que moram na *Comuna Urbana*, em Mina dos Olhos.

¹⁰⁵ Outra categoria identificada em campo análoga ao conceito de assistencialismo é *assistência*.

¹⁰⁶ Hannah Arendt (1989) afirma que o termo “privado” tem como acepção original “privação”, o que reforça seu caráter relativo e relacional. Isto contraria imagem reificada da propriedade privada como uma coisa, que tende a ofuscar as relações sociais a ela subjacentes.

A afirmação da importância do papel da Fraternidade em garantir as cestas básicas aos acampados, na fala de Marconi, não faz com que a crítica ao assistencialismo seja menos vigorosa. Pelo contrário, torna-se ainda mais intensa quando dirigida à instituição que fornecia as cestas básicas para a Fraternidade, cujos responsáveis acreditavam estar alimentando ao *povo da rua* e não contribuindo para as mobilizações do MST. O discurso de Marconi ressalta a pressuposição de que uma entidade como a Paulus jamais cooperaria com um movimento que mantém uma crítica social tão radical e cujas ações e o papel político contestam frontalmente o *status quo* e conclamam a indignação e a revolta popular.

Muitos dos membros do *acampamento* Dom Tomás Balduino haviam passado pela *situação de rua*, mas, com o tempo, o perfil dos participantes do acampamento foi mudando, com a saída de muitos destes e a chegada de famílias e indivíduos vindos do acampamento Manacá, no bairro de Candeeiro, em São Paulo, criado em 2002. Em geral, saíam indivíduos que tinham vindo de *situação de rua* e entravam indivíduos, e, principalmente, famílias do Irmã Alberta que não provinham desta condição, tendo sido recrutados a partir do *trabalho de base* feito nas favelas, periferias e municípios vizinhos. Apesar da mudança no perfil dos acampados, as cestas básicas continuaram a chegar e a manutenção das doações teve relevância para manter os acampados por mais tempo no acampamento, evitando seu esvaziamento no cotidiano. Esta era precisamente a função das cestas básicas, na visão dos dirigentes: fazer com que os acampados permanecessem na ocupação, mobilizados e organizados, e evitar ao máximo que saíssem para procurar formas de sustento fora. Além disto, do ponto de vista daqueles que vinham de *situação de rua*, a ida para o acampamento significava a manutenção do vínculo com o grupo da Fraternidade.

Em 2002 o acampamento Dom Tomás Balduino já havia se consolidado por meio da ocupação da Fazenda Riacho, após a publicação no Diário Oficial Estadual do comunicado destinando a terra para o assentamento. Com a ida dos assentados para seus lotes, por volta de 2003, a distribuição de cestas básicas ali cessou e os assentados tiveram que encontrar novos meios para garantir a alimentação. Enquanto isso, às margens da Rodovia Anhanguera, no bairro de Candeeiro, em São Paulo, o *acampamento* Irmã Alberta cedia espaço nas terras ocupadas para dois novos *acampamentos* recém surgidos: Dom Pedro Casaldáliga, surgido em 2002, e Camilo Torres, surgido em 2003, que ainda não tinham conseguido estabelecer suas próprias ocupações. As cestas serviam a todos estes três *acampamentos*, sendo entregues diretamente na área em que estavam, em Candeeiro, sem que os acampados tivessem que despender recursos para isto. No *trabalho de base* que deu origem aos *acampamentos* Dom Pedro e Camilo Torres também se buscava mobilizar pessoas em “situação de rua”, assim como aconteceu com o Dom Tomás, mas não apenas, já que a esta altura se recrutava muitos moradores em periferias e em favelas.

Em dezembro de 2003, os *acampamentos* Dom Pedro Casaldáliga (386 pessoas) e Camilo Torres (110 pessoas), totalizando quase 500 pessoas, se uniram para protagonizar a ocupação da Fazenda Leila, em Jequitibá, contando com o apoio de gente do Dom Tomás e do Irmã Alberta, mas logo em seguida deixaram a propriedade. A saída da Fazenda Mian teria acontecido, segundo alguns relatos, pois descobriu-se que era de propriedade da família Matarazzo, uma rica família paulista da qual veio Eduardo Suplicy, renomado político do PT que já assumiu cargos eletivos de vereador do município de São Paulo, de deputado federal e de senador pelo Estado de São Paulo. Por ser o PT um histórico parceiro do MST, se optou por não prosseguir com a ocupação em terras pertencentes à família de um aliado político que inclusive apoiou as lutas realizadas pela Regional Grande São Paulo.

Ao deixar a Fazenda Mian, retornaram para as terras do *acampamento* Irmã Alberta provisoriamente os membros dos *acampamentos* Dom Pedro e Camilo Torres, em *recluo*. A partir daí o *acampamento* Dom Pedro e parte do *acampamento* Camilo Torres decidiram realizar novas e sucessivas ocupações na Fazenda Jurema, imóvel sobre o qual se descobriu que o proprietário não pagava impostos há décadas. No mesmo dia em que ocuparam a Fazenda Jurema, em outubro de 2004, a Polícia Militar veio verificar o que estava acontecendo. As lideranças negociaram a permanência na área por mais alguns dias, agendando com os policiais a data para a desocupação – com a condição de que fossem fornecidos os transportes necessários para levar as pessoas e os seus pertences. A Prefeitura de Jequitibá¹⁰⁷ alegava não ter condições para pagar ônibus para retirá-los da área, oferecendo os ônibus escolares municipais para o serviço. Após o novo despejo da Fazenda Jurema, permaneceram recuados na área do *acampamento* Irmã Alberta, a partir de onde realizavam também o que chamam de *ocupação relâmpago*, saindo em apoio a companheiros ligados a outras *regionais* do MST, como por exemplo em ações no município de Iaras, nas quais engrossaram fileiras junto aos *acampamentos* ali existentes.

Em 1º de maio de 2005 parte dos integrantes do *acampamento* Camilo Torres, que estavam instalados em área do *acampamento* Irmã Alberta, foram para a marcha do MST de Goiânia até Brasília. Outra parte dos membros do Camilo Torres se uniram com membros do Irmã Alberta e ocuparam a Fazenda Jurema mais uma vez. O proprietário da fazenda faleceu tão logo houve esta ocupação, que era a segunda já ali realizada pelo MST. Os outros *acampados*, ao retornar de Brasília, foram recolher seus pertences na área do Irmã Alberta e em seguida se deslocaram com suas famílias para a Fazenda Jurema, onde construíram seus barracos de lona preta, unindo-se à primeira leva de ocupantes já ali instalados.

Após mais alguns despejos e reocupações, em janeiro de 2006, ao sair da área do Irmã Alberta, a decisão era de não *recluar* mais para ali, seguindo para permanecer em definitivo na Fazenda Jurema, ou então iniciar nova ocupação em outra terra. A ocupação da Fazenda Jurema se destinava aos prioritariamente aos integrantes do *acampamento* Dom Pedro, que era maior do que o *acampamento* Camilo Torres e tinha sido formado antes - o *acampamento* Camilo Torres foi criado a partir dos esforços dos membros do Dom Tomás, do Irmã Alberta e do Dom Pedro. Os residentes no *acampamento* na Fazenda Jurema eram provenientes dos *acampamentos* Dom Pedro, Camilo Torres e também alguns do Irmã Alberta a eles se juntaram. Contavam com o apoio de gente do Dom Tomás, que os visitavam e ajudam nos trabalhos de rotina do *acampamento*.

Ao longo deste processo de luta para conquistar a Fazenda Jurema muitas pessoas do Dom Pedro foram excluídas pelos dirigentes por não se adaptarem às regras impostas pela coordenação do *acampamento* e pela tentativa de parte do grupo de consolidar uma oposição de “facções” internas, insurgindo-se contra as orientações dos dirigentes. Outros agentes foram abandonando a luta por razões pessoais. Isto acabou por fazer o número de seus integrantes menor do que o dos membros do Camilo Torres. Estes também passaram por uma grande redução no número de participantes, tendo ainda alguns deles que desejavam ter acesso a terras de maior extensão se deslocado para áreas no interior de São Paulo, como nos municípios de Iaras, Andradina e Campinas, para locais onde já existia a perspectiva de

¹⁰⁷ A Prefeitura de Rio das Flores cria uma série de obstáculos contra a instalação definitiva do assentamento na Fazenda Jurema, que até hoje se encontra pendente de regularização. O objetivo dos sucessivos gestores municipais era destinar a terra para a construção de um condomínio de luxo e alegam que a instalação de um assentamento ali representa um “problema ambiental” para o município.

assentamento imediato ou se estava ainda em processo de luta por áreas maiores.

As cestas básicas eram entregues na área ocupada da Fazenda Jurema durante todo esse período, assegurando a subsistência dos acampados. Em março de 2006 foram dadas garantias por parte do INCRA de que a área seria destinada à criação de um assentamento, o que de fato veio a ocorrer apenas em 2007.



Figura 20 – Acampamento Dom Pedro Casaldáliga em Jequitibá, SP. Foto do barraco da família de Renata e Renan (Fonte: <http://www.usp.br/fau/disciplinas/tfg/tfg_online/tr/072/a052.html>. Acesso em: 10/04/2013).

A partir dos esforços empreendidos desde o assentamento PA Riacho e os três *acampamentos* se formou um novo *acampamento*, o Che Guevara, inicialmente instalado numa área dentro do assentamento PA Riacho. Parte dos membros do Che Guevara realizou uma ocupação no município de Americana, que posteriormente veio a se consolidar como o assentamento PDS *Comuna da Terra* Milton Santos. Outra parte dos acampados do Che Guevara partiu para realizar ocupação na Fazenda Eldorado, no município de Valinhos, vizinho a Campinas, de onde foram despejados. Os membros do Che Guevara que participaram dessa última ação acabaram se juntando ao *acampamento* Elizabeth Teixeira, em Limeira, que já ocupava um imóvel. Nessa época a Regional Campinas do MST estava passando por uma crise por conta da falta de público para as ações e de mobilizações e a Regional Grande São Paulo enviou os membros do Che Guevara para dar sua contribuição, em apoio.

A Fraternidade Povo da Rua passou cada vez mais a servir apenas como um apêndice operacional, viabilizando a captação e o gerenciamento de recursos para subsidiar a continuidade da luta nos acampamentos e para a implantação de projetos produtivos nos acampamentos e assentamentos. A Fraternidade era apenas mais uma das entidades que recebia as doações de cestas básicas da Paulus em São Paulo, tal qual outras instituições de assistência a *peças em situação de rua*. A diferença, no caso, é que as pessoas não estavam mais *em situação de rua*, mas ainda se encontravam numa situação de extrema

vulnerabilidade social e sob o risco da insegurança alimentar, na lida dos acampamentos e posteriormente na estruturação inicial dos assentamentos.

Num primeiro momento as cestas básicas eram entregues gratuitamente. Posteriormente, a direção passou a cobrar uma pequena taxa para pagamento do motorista, de sua alimentação e do combustível, já que a esta altura a Regional tinha conseguido comprar seu próprio caminhão, com ajuda dos apoiadores externos. Os acampados e assentados não gostaram da ideia e desconfiavam de que o dinheiro recolhido fosse desviado pela direção. Isto sugere que da parte dos acampados também havia uma postura de aceitação do assistencialismo, uma expectativa de que tudo viesse de graça, sem custos, como uma prestação que prescindisse de contraprestação. Havia uma expectativa por parte de alguns de que o papel dos dirigentes do MST deveria ser o de fornecer tudo gratuitamente, como se o próprio Movimento fosse uma instituição de assistência social, tal qual o era a Fraternidade, cujos membros os haviam recrutado para a luta. Resta a impressão de que para parte dos acampados a distinção entre o modo como se organizam e agiam a Fraternidade e o MST não era tão clara.

No caso da taxa cobrada para viabilizar a entrega das cestas básicas, longe de estarmos diante de uma transação de tipo comercial, estava em jogo o oferecimento de doações obtidas com a finalidade de manter as ações do Movimento, sendo pressuposto como contrapartida apenas o custeio coletivo do seu transporte. Esta troca específica era parte de um circuito mais amplo de prestações e contraprestações, no qual, de diversas formas, o MST oferecia algo aos acampados, que por sua vez também ofereciam algo ao Movimento, constituindo um sistema amplo de trocas sucessivas e obrigações morais estabelecidas entre ambas as partes¹⁰⁸. O MST precisava dos acampados para manter-se “em movimento”, isto é, realizando ações coletivas e dando continuidade à existência da organização. Sem a base de acampados cessariam os acampamentos e ocupações. De modo que, se em situações pontuais como o contexto da doação das cestas básicas o MST, aparece num patamar superior na transação, oferecendo muito mais aos acampados do que deles recebendo em troca, por outro lado, ao observar-se o conjunto das trocas estabelecidas entre as duas partes, o equilíbrio mostra-se menos desigual¹⁰⁹.

As famílias e indivíduos se desentendiam no ato de divisão dos mantimentos, desconfiando uns dos outros e tendo dificuldades para gerenciar os recursos de forma equânime, concedendo a cada qual a quantidade e a qualidade de alimentos que lhes fossem necessários, respeitadas as diferenças no perfil dos acampados, com destaque para a presença das crianças e dos idosos. Por exemplo, enquanto a direção tentava garantir que o leite vindo nas cestas básicas fosse todo canalizado para crianças e idosos, alguns dos que recebiam as cestas básicas não aceitavam que tal recurso fosse retirado dos seus pacotes alimentares.

A situação de privação alimentar foi enfrentada diretamente nas primeiras experiências com *ex-moradores de rua* que antecederam a criação da Regional Grande São Paulo e foram organizadas por outras *regionais*, como é comum acontecer na maioria dos acampamentos do

¹⁰⁸ Sobre as relações entre acampados e dirigentes do MST como um sistema de prestações e contraprestações morais, ver Loera (2006). A dívida moral que os acampados e assentados nutrem em relação ao MST se estende também ao restante das pessoas que se encontram em luta e fazem parte da base. Por isto, depois que um grupo constrói um acampamento, prossegue ainda por algum tempo a realização do *trabalho de base* para fins de recrutamento de mais gente, que pode vir a integrá-lo ou a iniciar outra ocupação de terras.

¹⁰⁹ A referência conceitual desse sistema de trocas está na obra clássica de Marcel Mauss, *Ensaio Sobre a Dívida* (2003).

MST, os quais não contam com vantagens como aquelas obtidas pela Fraternidade: neles é preciso que as famílias batalhem dia após dia para conseguir ter o que comer, por vezes sem ter sucesso em sua busca. As crianças em plena fase de desenvolvimento físico e intelectual, os velhos e os doentes sofrem ainda mais com a escassez de alimentos e de outros recursos. Isto é algo que os integrantes dos acampamentos Dom Tomás Balduino e Dom Pedro Casaldáliga, por exemplo, pouco experimentaram: através da Fraternidade Povo da Rua e de suas alianças com setores da Igreja Católica se conseguiu viabilizar durante anos cestas básicas completas para as famílias e indivíduos participantes, o que durou até pouco tempo após a demarcação dos lotes e a mudança dos barracos de lona preta para os lotes individuais.

Tendo a alimentação e também o vestuário garantidos para os acampados via doações, a direção conseguia levar a cabo parcialmente a orientação de que não se deixasse a área ocupada para se trabalhar fora do acampamento em busca de sustento. Novamente, o depoimento de Marconi é bastante elucidativo a esse respeito:

Marconi – [...] Então a Fraternidade Povo da Rua teve essa importância. Por quê? Porque as pessoas que estavam acampadas não podiam sair pra trabalhar, porque senão como é que você vai conseguir organizar a luta? Ainda mais na cidade. Não tem como. *Alguém ainda saía pra fazer seus biquinhos. Tinha gente que tava no acampamento ali, morava, mas ia pra fora trabalhar. Isso é inevitável. Não tem como.* Aí, qual que era a ideia? Era, a ideia era que as pessoas que trabalhavam, já que não queriam ficar no acampamento e que a vida dela não é *se formar*, não é ali contribuir ali pela luta do Movimento; queriam lutar por um pedaço de terra e estavam ali presentes. *Às vezes o cara até trabalhava fora, mas ele tirava uma portaria a noite inteira, não tinha como se cobrar muito do cara. Porque assim, o cara trabalhava, buscava o pão dele lá fora, porque ele queria ter uma vida diferenciada; uma vida um pouquinho melhor que o outro que comia arroz e feijão.* De manhã eu tinha que distribuir com você, no Irmã Alberta no começo ali não foi fácil. Era um vidro de óleo desses aí pra cinco famílias. Você pegava um pacote de café, *no começo não, alguns tempos depois a coisa foi ficando feia, né. Eu cheguei a vestir o boné e a camisa do Movimento Sem Terra e pedir, arrecadar alimentação pra levar pro acampamento pro nosso povo não passar fome* (Fonte: Entrevista com Marconi em 25 de novembro de 2011 no PDS Jurema, em Jequitibá, SP).

O período de acampamento é marcado por privações de diversos tipos, dentre elas a insegurança alimentar. Além da falta de alimentos havia o problema da escassa circulação de dinheiro, tendo em vista que os acampamentos são locais de baixa atividade mercantil interna e de uso intensivo de trabalho cooperado, incentivado pelo MST. As normas aplicadas pelo Movimento dentro dos acampamentos incluem a solicitação de que a maioria dos acampados permaneça residindo nos barracos de lona preta, trabalhando com atividades agrícolas e na produção de refeições, investindo sua força de trabalho na construção da infraestrutura no espaço (barracos, cozinha coletiva, meios para o abastecimento de água etc.) e participando dos eventos de *formação* oferecidos pelo MST.

Era preciso então viabilizar recursos para garantir a presença continuada nas áreas ocupadas, senão de todos, ao menos de uma grande parte das pessoas que participavam do acampamento, e neste sentido, como aponta Marconi, a Fraternidade Povo da Rua cumpriu uma função relevante. Ainda assim, era inevitável que alguns acampados fossem *trabalhar fora e fazer seus biquinhos*, pois estavam em busca de algo mais do que podiam oferecer as doações obtidas pela Fraternidade. Nesses casos, estava em jogo, além de outros tipos de

carências que não eram supridas com o apoio desta entidade, a existência de uma situação ambígua na qual alguns agentes estavam transitando das ocupações profissionais anteriormente realizadas para a condição de assentados dispostos a tentar viverem na terra e com ela trabalhar. Situados na liminaridade entre ser empregado *em firma* ou viver de *bicos* e tornar-se *sem-terra*, ambos os projetos se mesclavam por meio de estratégias que envolviam, por exemplo, a permanência de cônjuge ou companheira(o) residindo sob a *lona preta*, enquanto se passava a semana na cidade, dedicando-se nos fins de semana às tarefas de organização do acampamento atribuídas pelo Movimento.

Até o ano de 2003 os acampamentos em geral não recebiam nenhum tipo de cesta básica do Governo Federal, o que tornava a espera pela regularização dos assentamentos ainda mais árdua. A partir de 2003 passaram a ser oferecidas cestas básicas pelo INCRA, através do Programa Fome Zero do Governo Federal, que adicionou a sua linha de políticas o apoio a agricultores que aguardam o acesso ao Programa Nacional de Reforma Agrária (IPEA, 2003)¹¹⁰. Ao mesmo tempo, a Fraternidade perdeu a fonte de doações de cestas básicas à qual vinha tendo acesso por meio de parceria com uma editora católica. De modo que os outros acampamentos da Regional, criados em 2002 (Irmã Alberta) e 2003 (Camilo Torres e Dom Pedro Casaldáliga), foram contemplados pelas doações de cestas básicas apenas no seu começo, recebendo posteriormente as cestas básicas oferecidas pelo INCRA, que chegavam em períodos de três a quatro meses de intervalo, dependendo da reunião de recursos dos participantes dos acampamentos para que fossem recolhidas, transportadas e distribuídas. Isto trouxe uma dificuldade adicional à manutenção dos acampamentos: a falta de alimentos e a necessidade de se recorrer a outros meios para obtê-los.

Em se tratando de pessoas e de uma entidade ligadas à Igreja Católica, como é o caso da Fraternidade e de seus membros, pude encontrar em alguns depoimentos uma leitura com viés religioso sobre o assistencialismo, em que este é interpretado sob a chave da caridade cristã. Um assentado ex-militante e ex-membro da direção sugeria num tom de crítica ácida que o MST “misericordioso” dava “assistência” a quem precisasse.

A filantropia assistencialista secularizada e o amor ao próximo expresso pela caridade religiosa são próximos no sentido de que constituem sempre uma relação na qual um lado é carente de recursos (no caso do assistencialismo), ou carente de recursos, compaixão e indulgência (no caso da caridade), e o outro lado se situa numa posição mais elevada em termos da posse desses mesmos elementos. O fato de um dos polos possuir mais em termos das virtudes ou dos bens cria a possibilidade de que sirva ao lado menos favorecido, oferecendo uma ajuda pontual e momentânea, que o alça a um patamar mais elevado moralmente aos seus próprios olhos e para quem crê nisto como um valor positivo, ao mesmo tempo em que reforça a inferioridade do outro, reiterando sua posição de subordinação indireta a outrem.

No caso da caridade geram-se laços de dependência mais ou menos duráveis e uma expectativa permanente por parte do lado mais frágil em ser ajudado pelo lado mais forte, tal qual ocorre no assistencialismo. Ambos podem ainda facilmente se confundir, assistencialismo e caridade, quando a expressão da benevolência caritativa se dá pela

¹¹⁰ O programa Fome Zero previa a distribuição, durante três meses, de cestas básicas a famílias em acampamentos de trabalhadores rurais sem terra, prioritariamente na região Nordeste, por meio de parceria firmada entre o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), o Ministério da Segurança Alimentar e Combate à Fome (Mesa), a Ouvidoria Agrária Nacional do INCRA e a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) (IPEA, 2008).

transmissão de recursos e quando o ato assistencialista é interpretado como caridade. A visão de mundo religiosa e a visão de mundo secularizada podem facilmente se entrelaçar, especialmente numa sociedade em que os valores do cristianismo são tão fortemente enraizados como a brasileira (dentre eles, o da caridade) e na qual as práticas assistencialistas são constantemente reproduzidas, em detrimento da efetivação de direitos garantidos em lei.

A representação social que Irmã Alberta apresenta sobre o papel da caridade dentro da Fraternidade e do MST parece significar uma negação frontal às mencionadas acusações de assistencialismo e de práticas de caridade dirigidas aos membros da Fraternidade.

Irmã Alberta – [...] *Toda a nossa palestra com o povo sempre é contando da dignidade dele e do seu direito.* “Como é, você é um ser humano, cadê o direito? Você nasceu com dignidade... Agora, se você nasceu no Brasil, participa do Brasil: não só tem direito, porque você paga imposto”. *Nunca de caridade se falou, que se não se estaria humilhando, não* (Fonte: Entrevista feita com Irmã Alberta em 11 de outubro de 2011, na sede da Associação Rede Rua de Comunicação, no bairro do João Cândido, São Paulo, SP)?

Sua opinião manifesta haver uma substancial diferença entre praticar a caridade, seguindo certos preceitos cristãos bíblicos, e incentivar a luta pela efetivação da cidadania dos agentes, conscientizando-os da necessidade de lutarem por direitos que estão assegurados nas leis, mas não na prática. Não se trata de uma mera oposição entre uma visão religiosa do mundo e uma cosmologia secularizada, estando ambas interpenetradas numa leitura bíblica do cristianismo que se coaduna com a luta pela efetivação de direitos. Sob esse registro, política e religião não são consideradas normativamente como inseparáveis, devendo a fé ser vivida na política, na luta pela efetivação de direitos garantidos por lei. Uma oposição binária se configura entre os pólos *caridade* e *luta por direitos*. Praticar a *caridade* se situa no polo negativo dessa oposição de significados, ganhando sentido equivalente a infligir uma humilhação a alguém. *Lutar por direitos*, por outro lado, representa o polo positivo, assumindo o sentido de conferir dignidade aos agentes, porquanto sejam seres humanos e cidadãos de uma sociedade nacional.

Em outra passagem, Irmã Alberta deixa claro que o amor ao próximo, um dos princípios centrais da moral cristã, lhe é um valor muito caro. Ao lembrar dos estudos de *formação* que se fazia no início dos trabalhos da Regional, relatou sua admiração por “Carlo Marx”, pelo modo como, ao seu ver, o autor teve compaixão para com o homem no início da industrialização, por como compreendia o capitalismo e por como sua obra se mantém atual. A afirmação da freira expressa não o valor pelo amor a um próximo genérico, senão aos trabalhadores explorados e oprimidos pelo sistema capitalista, implicando numa ressemantização de um valor cristão generalista que aparece conjugado com uma leitura sobre a divisão da sociedade em classes sociais. Essa interpretação sobre a realidade social reafirma o lugar da luta por direitos dos cidadãos organizados pela Regional dentro do quadro da luta de classes, ecoando certa leitura da Teologia da Libertação¹¹¹.

Existe uma distinção entre a luta assistencial e o assistencialismo *stricto sensu*, proposta por ideólogos do MST e reafirmada no discurso de Irmã Alberta. Conforme *Peloso* e

¹¹¹ Michael Löwy afirma que essa reflexão religiosa e espiritual foi consagrada na Conferência de Puebla, de 1979, organizada pela Igreja Católica, na qual se consagrou a “opção preferencial pelos pobres”, que são vistos pela Teologia da Libertação como os sujeitos de sua própria história em busca de sua libertação. Neste sentido, há uma ruptura com a visão tradicional da Igreja Católica que considerava os pobres por meio da caridade (LÖWY, 2000).

Bogo, o “povo se mobiliza quando sente *que vai perder um direito ou pode alcançar uma vantagem*. Ele só entra e só continua numa organização se ela consegue resultados visíveis. Esses resultados podem virar *presentes de grego ou esmolas*” (PELOSO, 2012, p. 44, *grifo do autor*). Isto é, a ação assistencial busca resolver um problema emergencial como a fome, por exemplo. Pode ganhar a conotação de assistencialismo caso não haja a preocupação em se revelar a existência de causas e responsáveis pela situação de privação enfrentada. Em certos casos, o apoio assistencial é fundamental para garantir que os agentes tenham condições mínimas de sobrevivência. Não obstante, caso essa ação não seja acompanhada da denúncia sobre as origens do problema social vivido, proporcionando o avanço da luta em termos políticos, tende a se tornar um meio para o estabelecimento e manutenção de relações de dependência. Assim, a luta assistencial pode ser levada a cabo na perspectiva desses ideólogos do MST e de outros movimentos sociais, mas necessariamente de maneira conjugada com a luta por direitos e com a luta política para transformação da sociedade, o que parece estar em sintonia com o *modus operandi* dos membros da Regional, ao menos ao nível do discurso.

4.6 O trabalho de base

No caso da Regional Grande São Paulo, muitos dos assentados apresentam narrativas sobre o processo de luta vivenciado, afirmando que nutriam a crença de que no assentamento poderiam construir uma vida nova, na qual suas necessidades seriam atendidas, através do acesso à terra e da possibilidade de *trabalhar sem patrão*. Não obstante, no que tange à sua realização como agricultores familiares, projeto reivindicado de fato por alguns assentados antes e por uma parcela hoje ainda menor, houve certa frustração quanto às condições ideais imaginadas para que tal reconversão de trajetórias ocorresse, que dizem respeito às dificuldades da vida cotidiana nos assentamentos conquistados. Explicarei melhor esse ponto no próximo capítulo, ao tratar dos processos de organização e de cooperação entre os assentados e das estratégias de reprodução social por eles adotadas.

As ações dos sujeitos da luta pela terra são orientadas a partir de sua capacidade reflexiva, por meio da qual constataam que a mobilização social pode ser um caminho para se deslocar de uma situação anterior por eles considerada como negativa, inferior ou na qual algum tipo de ausência é detectada, para uma nova condição em que outras possibilidades de reprodução social da família, de construção de patrimônio, de acesso a direitos e de oportunidades de trabalho lhes sejam oferecidas.

Nashieli Loera (2006; 2009), em estudo feito junto a acampamentos do MST identificou a existência de formas de reciprocidade por meio de ajudas que envolvem acampados, assentados e redes sociais acionadas por estes, que permitem não apenas manter e atualizar as relações sociais, como também garantem a permanência das pessoas nos acampamentos. O próprio MST teria incorporado a ideia da circulação de ajudas, aproveitando os vínculos existentes entre os assentados, que convidam novos participantes para os acampamentos, e as pessoas acampadas, por aqueles convidadas. Um exemplo é a arrecadação de alimentos que os próprios acampados levam a cabo como parte das obrigações que têm de cumprir como participantes de um acampamento, a qual é feita, muitas vezes, nos assentamentos do MST.

Segundo Loera existem formas de ajudas e “bicos” que envolvem trocas entre vizinhos num acampamento, as quais teoricamente seriam voluntárias, mas, na prática, acabam sendo

obrigatoriamente dadas e retribuídas, seguindo o princípio da dádiva formulado por Marcel Mauss (2003). Mas essas formas de trocas não se dão entre as pessoas sempre da mesma maneira, variando os princípios que as orientam conforme a relação entre aquele que dá e aquele que recebe: ser parente, amigo, compadre, vizinho, ou apenas conhecido, condiciona as diferentes formas de trocas operadas. Muitas vezes, a troca depende também de relacionamentos de proximidade que são construídos em meio à convivência dentro dos acampamentos. Há trocas de serviços em todas as situações cotidianas no acampamento, principalmente entre as mulheres, que se ajudam mutuamente no cuidado com as crianças, na lavagem das roupas e da louça, nas atividades funcionais do acampamento como o cuidado com a segurança, a secretaria, o almoxarifado e a farmácia. Todas essas práticas de trocas têm uma função de construção e manutenção de laços sociais.

As condições de possibilidade das ocupações estão dadas graças à existência de uma rede de conhecidos e familiares, isto é, um conjunto de interrelações pessoais pelas quais se vinculam um conjunto de indivíduos. Assim como as trocas mencionadas possibilitam a permanência nos acampamentos e o posterior processo de assentamento, as redes respondem pelo acionamento de possíveis candidatos à reforma agrária, que são convocados para as reuniões preparatórias para as ocupações, chamadas pela autora de “reuniões da terra”.

Ao entrar num acampamento, os indivíduos assumem uma série de obrigações, como a de participar de ocupações, de *trabalhos de base*¹¹² e de *frentes de massa* com o objetivo de erguer acampamentos e arregimentar pessoas para a luta. As obrigações se traduzem em atividades do dia-a-dia no acampamento e no assentamento, participar de reuniões, fazer ocupações, marchas etc. É essa lógica de obrigações e compromissos que permite entender a lógica das ocupações:

Atores, que cumprem certas obrigações e compromissos, mobilizam outros atores conectados entre si. Assim, a ocupação adquire forma de uma grande espiral. Um assentamento sempre está conectado com um acampamento, e, por sua vez, um acampamento sempre terá um vínculo com outro, em formação ou já formado (LOERA, 2009, p. 82).

No caso da Regional Grande São Paulo, como demonstrei, a lógica da “espiral das ocupações de terras” está presente. A conquista de uma área de assentamento ou acampamento potencializa a capacidade de massificação das ações do MST, garantindo uma base territorial de ações a partir de qual se pode mobilizar mais pessoas em *acampamentos* para realizar ocupações. O *acampamento* se forja a partir da ocupação de terras, conferindo tal ato coesão social a um grupo de agentes recrutados pelo MST. Mas a existência de um outro acampamento ou assentamento permite que o grupo recém formado tenha acesso a recursos e diversas formas de apoio de outros membros da base e da militância que se encontram nos outros espaços. O *acampamento* novo pode inclusive, como vimos, *recuar* para as áreas cuja posse está assegurada de maneira mais ou menos estável, tendo sido esta possibilidade, no caso em questão, fundamental para garantir a perpetuação dos novos grupos.

Como pude perceber em minha pesquisa de campo, os grupos que se formam a partir do recrutamento realizado via *trabalho de base* são compostos em parte por diferentes indivíduos e famílias que não necessariamente mantinham entre si algum tipo de vínculo pessoal ou direto anteriormente: não formavam algo como uma comunidade, associação ou

¹¹² Macedo (2010) afirma que o *trabalho de base* é um modo de recrutamento utilizado nacionalmente pelo MST.

grupo de vizinhos. Ao mesmo tempo, é comum que o fato de se conhecer parentes, vizinhos, amigos ou conhecidos que estavam aderindo à luta realizada pelo MST ou que tinham travado algum tipo de contato com o Movimento se torne um elo fundamental propiciando que o chamado para participação fosse ouvido. Não raro os *acampamentos* são formados por gente que os formou indo junto com alguns amigos, parentes e vizinhos.

A entrada na luta pode se dar não apenas individualmente, como em família, entendendo por família tanto um grupo doméstico formado tipicamente por um casal com seus filhos, como por dois ou mais grupos domésticos que componham uma mesma família extensa (a família dos pais e a família de um dos filhos, por exemplo). Há também situações em que entram juntos para o MST duas famílias que eram vizinhas de bairro e/ou amigas – podendo o mesmo acontecer entre dois indivíduos sem as respectivas famílias.

Agentes que não participavam do MST tornaram-se acampados e posteriormente assentados, em geral, por meio de um processo de aproximação que se iniciou a partir do momento em que foram alcançados direta ou indiretamente pelo *trabalho de base* feito pelos militantes da Regional Grande São Paulo. Ranulfo Peloso, ideólogo do Centro de Educação Popular do Instituto Sedes Sapientiae (CEPIS), que oferece assessoria e produz textos para movimentos populares como MST e Consulta Popular, e Ademar Bogo, ideólogo do MST, apresentam em uma coletânea de textos organizados pelo primeiro e reunindo escritos de ambos os autores alguns elementos conceituais sobre a noção de *trabalho de base* comumente utilizada no universo da militância de esquerda, os quais encontram paralelo nas experiências de *trabalho de base* desenvolvidas pela Regional a partir de 2001 (PELOSO, 2012).

O *trabalho de base* é definido pelos autores como uma “ação política transformadora de militantes da organização popular que atuam sobre um território” (PELOSO, 2012, p. 39). Segundo os autores, as finalidades principais do *trabalho de base* são: “a) responder às necessidades concretas de uma categoria profissional ou setor da sociedade; b) produzir quadros militantes para dirigir politicamente a luta econômica e política de transformar, pela raiz, as estruturas da sociedade capitalista” (PELOSO, 2012, p. 68). Afirmam ainda que não basta alguém trabalhar ou ser explorado para ser militante, por isso, a partir das experiências da luta popular teria se chegado à conclusão de que o termo base “passou a significar a parte do *povo que se mexe*, que toma consciência da opressão e se engaja num processo de construção de uma nova sociedade. Qualquer pessoa, não importa a origem, pode ser base desse projeto político alternativo ao capitalismo” (PELOSO, 2012, p. 68-69, *grifo do autor*).

Conforme os autores, o *trabalho de base* deve se iniciar a partir da instalação de um “núcleo inicial de vanguarda”, formado por pessoas de confiança com disposição para assumir a tarefa de ir “para a massa”, isto é, “reunir, mobilizar [...], formar pequenos núcleos de trabalhadores” que conheçam o território onde o trabalho é feito, que realizem a “propaganda” e a “agitação” e permitam que a massa possa “fazer a experiência política do enfrentamento”, desenvolvendo ações que resolvam problemas concretos vividos pelos trabalhadores da localidade. O objetivo inicial é convencer o maior número de trabalhadores por meio da “agitação”, entendida como a denúncia em torno a formas de exploração e opressão via panfletos, comícios, protestos, mas também pela “propaganda”, que significa a divulgação das lutas, das conquistas e dos valores do projeto socialista. Atingir esse objetivo supõe a presença dos militantes, o seu enraizamento na localidade e a cumplicidade para com aqueles que estão sendo recrutados (PELOSO, 2012, p. 38-39).

Senão vejamos como se caracterizou tal expediente de mobilização no caso em questão¹¹³. Láercio cresceu em orfanatos onde trabalhava com atividades agrícolas para autoconsumo e hoje é assentado no PDS Jurema, em Jequitibá. Antes de entrar para o MST estava empregado numa fábrica de lajes, era solteiro e pagava aluguel pela moradia na capital São Paulo (com grande dificuldade), quando entrou em contato com os membros da Fraternidade e foi convidado a participar de reuniões e ações de ocupação de terras. Primeiramente se deslocou para Andradina, onde foi oferecer apoio para que fosse acelerado o processo de criação de um assentamento. Em seguida, retornando para a capital, se juntou ao *acampamento* Irmã Alberta.

João – Como foi que você conheceu o MST?

Láercio – O MST eu conheci, já tinha uma noção pela televisão e depois é, pelo *SESC domiciliar*, através do *SESC domiciliar*, ou seja, pessoas do movimento que vai fazer convite em casa, na rua, vai, sai convidando as pessoa pra poder tá entrando na luta.

João – Chama *censo domiciliar*?

Láercio – É o nome que a gente dá, né, porque o nome que a gente usa muito é o *trabalho de base*...

João – *Trabalho de base*...

Láercio – *Trabalho de base*, mas o nome mais científico que é o *censo domiciliar*...

João – Aí foram parar na sua casa?

Láercio – Foram...

João – E aí o quê que fizeram? [...]

Láercio – Aí foram, conversaram, chamaram para reunião [...] (Fonte: Entrevista com Láercio em 17 de novembro de 2011 no PDS Jurema, em Jequitibá, SP).

Láercio descreve como iniciou seu contato com o MST por meio de um *trabalho de base* envolvendo uma pesquisa realizada com o intuito de mapear possíveis interessados em participar do Movimento. Os militantes da Regional visitavam residências e conversavam com pessoas nas ruas e praças públicas para verificar se haveria interesse por parte delas em participar das ações do Movimento. A aplicação do chamado *censo domiciliar* servia não apenas como uma forma de produzir dados por meio da pesquisa, como para que os militantes pudessem estabelecer um primeiro contato direto com as pessoas e transmitir a mensagem de

¹¹³ Um outro expediente de mobilização adotado pela Regional Grande São Paulo do MST foi recuperar a lista com o endereço de pessoas interessadas em receber terras por meio do Plano Nacional de Reforma Agrária durante o governo do ex-presidente da república Fernando Henrique Cardoso. Então, havia sido divulgada pelo governo federal a ideia de que os interessados em adquirir terras deveriam se cadastrar junto às agências de correios para que entrassem numa listagem cadastral para seleção. A promessa nunca se concretizou, mas criou-se um arquivo com os endereços e nomes de pessoas que poderiam ser possíveis participantes da luta por terras realizada pelo MST, o que o Movimento soube aproveitar ao recuperar tal cadastro e enviar correspondências com convites para reuniões para tratar da aquisição de terras. Neste caso, pessoas que não foram alcançadas pelo *trabalho de base* do MST chegaram até o Movimento por meio deste convite, sendo que algumas delas participaram das lutas. Exatamente quais meios o MST utilizou para ter acesso a essa listagem não pude identificar, mas é possível que tenha sido por intermédio do órgão fundiário federal, o INCRA, principal responsável pela execução do Plano Nacional de Reforma Agrária.

convite do MST para participar de uma reunião nas quais eram apresentadas mais informações sobre o modo pelo qual se conseguiria acesso à terra para os demandantes.

Caso a pessoa manifestasse interesse e fosse participar da reunião, deveria preencher um cadastro oferecendo informações pessoais, o qual ficava sob a guarda dos militantes em seu escritório improvisado, situado no bairro onde o *trabalho de base* era desenvolvido. Foram entregues panfletos em praças públicas e na porta das residências no distrito da capital chamado Brasilândia, na Zona Leste, nos municípios de Vila de Mauá, Rio das Flores e outros da Região Metropolitana de São Paulo, bem como na periferia da própria capital, nos bairros São Mateus, João Cândido etc., por volta de 2002. Neste processo os militantes preenchiam cadastros para registrar as pessoas que estivessem interessadas em participar da luta por acesso à terra. Convidavam então os possíveis candidatos a lutar por terra para participar de uma reunião, chamada *assembleia*, numa residência alugada ou noutro tipo de edificação disponível na própria localidade (como, por exemplo, espaços oferecidos por membros da Igreja Católica que apoiam o MST). Além do trabalho de “corpo-a-corpo” nas praças e ruas da vizinhança e da passagem pelas residências, por meio do qual se conversa com as pessoas pessoalmente, são visitados sindicatos, igrejas e associações locais porventura existentes, onde se busca conquistar o apoio de possíveis aliados e se sonda junto a representantes dessas instituições a existência na região de pessoas com interesse em participar do Movimento.

As famílias cadastradas na localidade são reunidas para uma conversa na qual se caracteriza o MST como um movimento de luta pela reforma agrária, que ocupa terras e nelas monta acampamentos para que as famílias tenham acesso à terra. Nessas reuniões se orienta aos convocados sobre como funcionam as ações coletivas de ocupações de terras a serem feitas de maneira subsequente, mas apenas em linhas gerais, sem especificações sobre quando e onde serão realizadas as ações e sem maiores detalhes sobre seus meandros. A direção da Regional Grande São Paulo explica que o acesso à terra é feito por meio da participação permanente no acampamento, sendo necessário assim se organizar e lutar para *ganhar* a terra. Uma vez ocupadas as terras, a ideia é que os acampados comecem a realizar atividades agrícolas sobre a área ocupada.

O relato de um assentado de Rio das Flores chamado Nando, que morava em albergue, se tornou militante e atualmente é ex-militante, e de Neusa, sua esposa, ilustram como as informações vão sendo liberadas passo a passo pelos dirigentes e militantes para os agentes recrutados para a luta. Nesta etapa quem organiza o processo não tem conhecimento sobre quais as pessoas nas quais se pode confiar ou não para disponibilizar informações táticas relativas às ações a serem desempenhadas. Ao tornar-se militante, o agente recrutado passa a ter cada vez maior acesso a informações mantidas pelos dirigentes, mas algumas questões costumam ser tratadas apenas pelos quadros que ocupam as esferas mais altas da hierarquia.

Nando – Então você fica a noite, você chega só pro albergue só na parte da noite lá. Então você toma seu banho, vai, janta. Tem uma janta lá, é tranquilo, você vai jantar e depois você vai dormir. Quando é de cinco horas da manhã você já tem que tá de pé de novo. Aí chega balançando aquele sininho: “blim, blim”. Acorda todo mundo e vão embora pra rua e pronto, né. Mas aí pra mim dentro de Santo Amaro, como eu vim pro albergue de Santo Amaro, era mais perto pra mim procurar emprego porque eu já tava dentro da cidade, né, por isso eu procurei Santo Amaro. E aí dentro de Santo Amaro, quando eu conheci o MST, são varias pessoas do movimento que chama-se *trabalho de base*, o movimento faz. Esse *trabalho de base* são militantes do Movimento Sem-Terra. Depois com o tempo também eu fiz

esse trabalho de militante, depois que as pessoas... Que eu entrei pro movimento. Mas o início, ele foi dentro dessa parcela de etapas, passando por todas essas parcelas de etapas. E quando eu conheci eles falaram: “Ó gente, ó mineirinho, a gente tá aqui pra poder lutar por reforma agrária, nós temos alguma área que nós vamos ocupar. E não falava a área, mas a gente já sabia mais ou menos como é que era. Então a gente vai entrar numa área, e daí pra lá é com governo né, talvez o INCRA às vezes entra em negociação com proprietário, com dono da fazenda, ou então, a gente ocupando a área eles liberam a área pra reforma agrária através dos advogados do MST e tudo, e negociação com INCRA e tudo, e aí essa área fica destinada pra reforma agrária. E aí, quando a gente ocupa... Saímos, eu liguei pra minha esposa lá que tava lá na casa da minha sogra. Eu: “Ó, tem um pessoal do MST aqui, tá, eles tão no albergue, fazendo trabalho, ficava lá um mês, quinze dias as vezes tentando convencer as pessoas pra que lutassem pela terra”. E eu fui um deles, né, no meio daqueles tantos lá. Eu falei: “Não eu vou procurar a minha forma de tá, de tá buscando pra minha família um bem estar”. Alguma coisa que vai, eu vou sair do que eu tô agora, de albergue, minha esposa vai sair da casa da minha sogra onde ela tá com os três filhos, porque ela já tava comendo, alimentando e tudo nas costas da minha sogra, né. E porque além do mais, ela tem uma boa parcela disso, porque ela tem o sofrimento que ela ficou nesse tempo que eu tava dentro do albergue, ela teve um sofrimento lá, na casa da mãe dela porque os parentes não aceitavam que eu deixasse que ela continuasse lá nesse período. E eu liguei pra ela e falei: “E aí Neusa, dá pra você, você quer vim fazer, você quer vir pro Movimento Sem-Terra?” Aí nos só via o movimento pela mídia, como todo mundo, né, nunca tinha ouvido falar do movimento a não ser pela mídia né, que nós era isso, era aquilo outro, era invasores de terra, um tanto de coisa... E eu não, eu só, que falei: “É melhor escutar primeiro pra depois eu tá, tentar entrar nas minhas conclusões, sem entrar em conclusões apressadas, né”. E aí eu liguei pra ela, ela falou: “Não, mas é *lona preta*, como é que é? Nós vamos ficar *debaixo da lona preta* e tudo com nosso filhos? Não molha lá? Como é que é?”

Neusa – *Não, não, eu nem conhecia, né, os sem-terra. Eu vi sem-terra pelo uma novela que eu assisti. Novela que eu assistia aí, falavam do sem-terra, eu não conhecia. [...]* Aí eu achava que era barraquinha de praia lá, eu falei: “Nando, como é que nos vai morar dentro daquelas barraquinha, com três filhos?” Aí depois ele falou... Ai depois que eu vim pra cá que eu fiquei conhecendo os barraco, né, que não era nada daquilo que eu pensava. [...]

João – O que te motivou a entrar pra luta? [...]

Nando – *Dificuldade...* Pular de uma casa na outra. Você morar dentro de um barraco, igual nós morava na casa da minha sogra. Lá era um cômodo do tamanho desse... Esse aqui é o quê, três por três, eu acho, né? Três por Três. [...] E ocê passar por cima das pessoas pra dormir assim, ficar dormindo dentro de um cômodo, nove pessoas, num cômodo desse. Punha colchão, um em cima do outro né, e... É complicado, quando você chega nesse ponto, é mais puxado. A gente lembra da nossa história, né, mas é...

João – Aí a opção que vocês tinham era essa?

Nando – Aí não tinha outro jeito, né...

Neusa – É, era essa *necessidade* mesmo!

Nando – E a *necessidade*, né.

Neusa – Ou era aqui ou debaixo da ponte, né (Fonte: Entrevista com Nando e Neusa em 22 de setembro de 2011, no PA Riacho, em Rio das Flores, SP)¹¹⁴.

O *trabalho de base* é extenuante e envolve o contato direto dos militantes para com centenas de pessoas, o que torna o tempo disponível para passar informações curto, além do fato de que a imensa maioria das pessoas contatadas não era de fato mobilizada, seja por desconfiança, medo, ignorância sobre em que consiste o processo de luta organizado pelo Movimento – para o que contribuir a divulgação de imagens distorcidas transmitidas pela grande mídia. Neste sentido, é preciso que aqueles que são convidados à participar da luta realizem um esforço de relativização em relação ao conhecimento até então obtido sobre o MST, o que nem sempre é feito com sucesso, ou sequer é tentado.

A situação de extrema dificuldade em termos econômicos e financeiros tende a influenciar na opção por participar do MST, mas não há uma relação de causalidade linear: para que os agentes entrem de fato para o Movimento é preciso que realizem cálculos que não são simples, pois está em jogo, particularmente nos casos em que se passa *dificuldade e necessidade*, a própria reprodução social da família ou indivíduo. Assim, precisam refletir, compartilhar informações com os parentes mais próximos e consultar outros membros da família que serão afetados por essa possível mudança no itinerário de suas trajetórias sociais. Mesmo quando a residência mantida pela família ou indivíduo é precária, instável e sua condição é considerada moralmente indigna e sofrida, ainda assim se questiona a possibilidade de viver dignamente *debaixo da lona preta*, ainda mais quando entre os membros da família se encontram crianças e bebês.

O MST na Regional Grande São Paulo contou com a participação de uma média de 10% do total de cadastrados nos *trabalhos de base* para realizar ocupações, conforme o relato de um militante que participou de um *trabalho de base* em Vila de Mauá:

Marconi – E aí eu fiquei dois meses e quinze dias lá, fiz quase seiscentos cadastros, trouxemos de lá setenta famílias. Isso foi, do ponto de vista do movimento, mais de 10%, porque a média é essa: você vai fazer um trabalho, você vai trabalhar com duas mil pessoas; normalmente vem duzentas. A média é 10%. É isso mesmo, porque nem todo mundo vai querer encarar a onça (Fonte: Entrevista com Marconi em 25 de novembro de 2011 no PDS Jurema, em Jequitibá, SP).

Do total de pessoas cadastrados, apenas uma pequena quantidade aceita encarar os riscos de participar de uma ação de ocupação de terras, em parte por conta do teor subversivo e ameaçador envolvido em tal ato. Este representa não apenas a subversão de um princípio legal historicamente consagrado como elementar: o da propriedade privada. Para além de enfrentar a ameaça de possível penalização legal, trata-se de afrontar a própria consciência dos agentes, que tendem a reproduzir tais normas societárias, já introjetadas, de maneira voluntária ou involuntária via processos anteriores de socialização. A ocupação de terras é um ato de rebeldia que pressupõe a superação ou ao menos o controle do medo por parte daqueles

¹¹⁴ Tratarei com mais detalhes a trajetórias de Paulo e de Neusa no capítulo 5, ao discutir a relação entre trajetórias sociais e a adesão aos *coletivos*.

que estão indubitavelmente atentando contra a propriedade privada¹¹⁵, ainda que, contraditoriamente lutem para ter acesso a ela.

Timóteo foi uma das pessoas que aceitou participar desse ato (auto)subversivo. Assentado no PA Riacho, em Rio das Flores, apresenta alguns detalhes sobre o modo como foi convidado para participar do MST. Na época, trabalhava como pedreiro autônomo e morava em casa própria no município de Vila de Mauá, na Região Metropolitana de São Paulo, próximo a Jequitibá e Rio das Flores, onde haviam se instalado militantes do Movimento com o objetivo de realizar o *trabalho de base*. Nasceu em Alagoas e vivia em Maceió, onde trabalhava com frete e atividades agrícolas, conforme relata, antes de vir para São Paulo em busca de uma vida melhor para a família que viria a constituir.

João – E como foi que o senhor conheceu o MST?

Timóteo – Olha, o MST eu conheci por um acaso. Um convite que me fizeram. Inclusive o rapaz mora aqui nesse assentamento. É o Marconi.

João – O Marconi? Ele estava fazendo *trabalho de base*?

Timóteo – Estava. *Eu vim do nada só para olhar. Curiosidade. Daí eu fiz um cadastro. A primeira pergunta foi se pagava alguma coisa. “Não, não paga não. Não custa nada”. Fiz o cadastro. Uns cinco dias e me chamaram. Nós ia lá para Irmã Alberta. Eu vim e daí ninguém me segurou mais. Vai prá..Isso foi em 2002. Vai prá 9 anos. Faz agora dia 16 de outubro. Outubro? É. Dia 16 de outubro. Fez 9 anos.*

João – O senhor lembra onde foi que o senhor fez o cadastro?

Timóteo – Em Vila de Mauá mesmo. *Eles lá tinham lá uma sedezinha que ficava fazendo cadastro, preparação de documento e preparação de saída. Só saía quando se juntava um “x” de pessoas. Aí saía para ocupação ou para uma área que já estivesse ocupada para fazer, para aumentar o total de pessoas (Fonte: Entrevista com Timóteo em 24 de novembro de 2011 no PDS Jurema, em Jequitibá, SP).*

A ocupação, em muitos casos, é um ato que tem a função de uma espécie de rito de passagem, que sela o ingresso do agente no MST e pode delimitar o princípio do fim de uma posição anterior e o início de uma nova fase em sua trajetória. Timóteo não mantinha nenhuma relação prévia com o MST e tampouco estava em busca de terras para trabalhar e morar. Simplesmente recebeu um convite de um militante do MST que lhe alcançou no bairro onde morava e, movido pela curiosidade, compareceu à sede temporária da Regional instalada em Vila de Mauá com a finalidade de realização do *trabalho de base*. A assimilação do princípio da economia de mercado segundo o qual os serviços são uma espécie de mercadoria vendida em troca de um equivalente em moeda levou Timóteo a questionar se não seria preciso efetuar algum tipo de pagamento para participar do Movimento, o que foi prontamente negado pelos militantes.

¹¹⁵ Inspiro-me aqui nas reflexões desenvolvidas por Roseli Salette Caldart (2004) quanto aos significados subjetivos relativos à participação em ocupações de terras junto ao MST.

4.7 A formação no trabalho de base e nos acampamentos

Segundo Peloso e Bogo (2012), o *trabalho de base* pressupõe o conhecimento sobre a localidade onde se realiza, sobre as pessoas que ali habitam e os problemas sociais que vivem, tentando viabilizar formas de luta que possam atuar no sentido de dar conta dos problemas vividos. É preciso que o *trabalho de base* dê resposta aos anseios das pessoas que por ele são alcançadas, permitindo seu engajamento junto ao movimento popular e levando a mudanças em sua consciência e práticas sociais por meio da participação na organização.

A realização de ações diretas de ocupação e a subsequente criação de acampamentos ocorre somente quando há um acúmulo quantitativo de gente minimamente instruída sobre os objetivos e táticas de ação do Movimento. A esta necessidade responde em parte a instalação de uma sede provisória na área onde se desenvolve a ação daqueles que compõem a *frente de massa*, permitindo certo nível de enraizamento em relação à realidade social local. O ex-dirigente Marconi, já citado anteriormente ao tratar do papel das cestas básicas distribuídas pela Regional para os acampados e assentados, era então apenas um militante de base quando realizou o convite para que Timóteo viesse a participar do MST. Para compreender melhor como se deu sua inserção no MST descreverei elementos que interpretei como relevantes em sua história de vida.

Vejam os tipos de dificuldades pelas quais passavam Marconi, sua ex-exposa Eliete e seus filhos, logo antes entrarem para o MST. Eliete e seus dois filhos estavam sendo expulsos da residência dos parentes dela, onde estavam alojados desde que chegaram de Belo Horizonte fugidos do ex-marido da mãe de Eliete, que contratou pistoleiros para expulsá-los da residência e do bar e mercearia que possuíam, tendo em vista se apossar desses imóveis que foram herdados após o falecimento da mãe. Tendo chegado em São Paulo em fuga e deixando seus pertences para trás, Eliete, Marconi e os filhos tiveram muitas dificuldades para se estabelecer na capital. Inicialmente Marconi morava em Vila de Mauá, na casa da irmã. Eliete chegou um mês depois e foi morar na casa de parentes que não via há trinta anos. Marconi trabalhava em Guarulhos, tendo que pegar o trem diariamente às 04:15 para se deslocar a partir de Vila de Mauá. O casal começou a ter muitas brigas e logo os familiares também não quiseram mais apoiá-los. Separando-se de Marconi, Eliete estava desempregada e sem perspectivas, com dois filhos para criar, o que a havia levado inclusive a morar num barraco de madeira num “lixão” por algum tempo, quando não conseguia morar com parentes seus ou de Marconi, fosse por meio de favor ou pagando aluguel. Diferentemente de Marconi, Eliete desde o começo teve uma boa impressão sobre o MST e também valoriza muito o que conseguiu ter e ser após a passagem pelo Movimento.

João – E o quê que a senhora acha do MST?

Eliete – Ah, eu gosto bastante, sabe?! Tenho muito respeito pelo MST. E... porque assim... *ele dá sua casa, dá formação, né? Você aprende os seus direitos. Você aprende porque você sofre, porque você é pobre né? Porque assim as pessoas... Quanta gente não sabe e fala: "Ah, porque Deus quer, né, porque sou pobre, né?". Mas aí quando você estuda... Assim, todo dia de manhã tinha os estudos de formação, né? A gente participava, né?* (Fonte: Entrevista com Eliete em 23 de novembro de 2011 no PDS Jurema, em Jequitibá, SP).

Além do questionamento a ideias de caráter laico comumente veiculadas em reprodução ao senso comum, o processo de *formação*, apesar de ter sido realizado por um grupo marcado pela presença de gente que compunha o quadro de funcionários da Igreja Católica, operou no sentido de desconstruir também aspectos de uma leitura do cristianismo que têm eficácia no sentido de legitimar as hierarquias e as desigualdades sociais. Aqui, a luta pela resignificação das causas da pobreza e do sofrimento passa não apenas pelo combate à naturalização, mas também à ideia de uma ordem divina onde os agentes são predestinados a viverem sua condição como um inelutável desígnio de Deus.

Para além desta passagem, o relato completo de Eliete expressa seu reconhecimento não somente no que tange às conquistas materiais e culturais obtidas após a passagem pelo MST, mas também no que se refere à recriação de laços de sociabilidade que haviam sido estilhaçados após etapas numa trajetória recente em que fora forçada pelas circunstâncias a se afastar dos amigos, vizinhos e parentes em Belo Horizonte e posteriormente rompeu o contato, de maneira litigiosa, também com os parentes recém reencontrados após anos, que a haviam recebido em São Paulo. A entrada para o MST permitiu que Eliete e seus filhos reencontrassem um sentimento de pertencimento a uma comunidade, buscando junto aos membros da ocupação a solidariedade que não encontravam junto a mais ninguém naquele momento de desalento e solidão.

Neste sentido, as pessoas que se engajam em ações do MST buscam não apenas satisfazer interesses econômicos, calculando custos e benefícios da ação coletiva na qual participam, mas estão também à procura de solidariedade e identidade, como propõe Alberto Melucci (1989). As ações coletivas do MST se produzem não apenas como resultado da carência por si só, mas tanto ou mais importante pode ser o sentido coletivamente atribuído à carência e a possibilidade de que os indivíduos se identifiquem subjetivamente em torno dela e também em torno a um grupo que se organize para enfrentá-la por meio das lutas sociais.

No momento em que foi convidada a participar da ocupação, Eliete estava prestes a deixar a moradia de seus parentes e se tornar *moradora de rua*. Ao chegar no acampamento Manacá foi calorosamente acolhida, com abraços, muita conversa e recebeu um barraco construído pelos acampados, num momento em que estava com sua autoestima muito fragilizada. O fato de trazer consigo crianças conferia um brilho especial a sua chegada, por serem as crianças consideradas fundamentais para tornar o convívio na comunidade provisória do *acampamento* mais alegre, fraterno e respeitável. Da mesma forma que Marconi, Eliete passou por processos de *formação* incluindo estudos diários, os quais considera da maior relevância para ter aprendido sobre seus direitos e se tornado militante. De modo que passou a gostar muito do MST, tendo se tornado membro da direção da Regional posteriormente e, ainda hoje, embora também esteja afastada da organização do MST, mantém muito respeito pelo Movimento.

Marconi explica como começou a participar do grupo que atuou fazendo *trabalho de base* em Vila de Mauá. Ele tão somente havia chegado há quinze dias no acampamento Manacá, no bairro Candeeiro, na capital, quando foi convidado para assumir a *tarefa*.

Marconi – E aí, eu tímido, que eu não conversava com ninguém porque não tava entendendo nada aquele negócio todo. Eu falei: “Rapaz, que negócio complicado”. Quinze dias que eu tava no acampamento chegou a Léa, não sei se você chegou a conhecer a Léa do Leandro. Quando a gente foi pro Irmã Alberta, os *linhas de frente* mesmo eram eles né, depois do Naveen. Seu Naveen, *mas o Naveen ficava mais na parte de organizar politicamente,*

porque sempre Naveen, Delwek, esses caras, o trabalho deles é esse, né. O Naveen hoje não que já se afastou do Movimento faz tempo. Então aí, beleza. Passado uns quinze dias chegou a Léa, fez uma reunião lá com as pessoas e foi mapeando as pessoas pra fazer trabalho de base. Aí tinham chamado a Eliete pra fazer o trabalho de base e ela veio falar comigo. Eu falei “não, você não vai sair de casa pra fazer nada não. Eu nem sei lá que diacho de trabalho de base é esse.” Ela falou “Não, que é ir pra rua pra ficar convidando as pessoas igual eu fui convidada pra vir pra cá”. Eu falei “não, você não vai fazer isso não”. Aí não deixei. Que é aquele olhar machista ainda, que era assim que funcionava. Isso era, que nem diz o outro, o que o sistema tinha me colocado, eu cresci assim, nasci e vivi dessa forma, vendo isso, por parte dos parentes, por parte da própria sociedade aí que a gente vê. Então isso tá no sangue, né, infelizmente, não é culpa da gente. Aí foi quando a Léa mandou me chamar, “ah, então chama”, chamou, minha mulher foi junto também. Ela falou assim: “Já que a Eliete não vai, então você vai então”. Aí eu falei “Não, eu não vou”. Ela falou “Vai. Aqui não tem esse negócio de que não vai não. Tem que ir.” (Risos). Que antes o negócio era bem assim, sabe?

João – Era?

Marconi – Não, tá certo.

João – *Disciplina?*

Marconi – *É disciplina. Hoje eu entendo isso. Entendo e se não é um pouco isso, eu não sei se eu seria a pessoa que eu sou hoje. E aí tudo bem já que não tem jeito, tem que ir mesmo. E aí eu peguei e fui rapaz. Foi meu primeiro trabalho de base meu, eu fiz em Vila de Mauá, justamente onde que a gente morava. Que inclusive foi o companheiro André que já era militante na época, que era coordenador do acampamento, ele era até coordenador da educação na época. Ele pegou e falou “Oh, então manda o Marconi lá pra Vila de Mauá, porque lá foi onde eles moraram, eles têm mais contato, por mais que ele não conheça muita gente, mas ele pode se sentir melhor por ele ter morado lá”. Aí eu olhei pra ele e falei assim “É rapaz, você tá querendo me lascar, né”. (Risos). Mas foi bom, né. Aí me mandou pra lá, pra fazer trabalho de base lá, porque precisava surgir um novo acampamento, que é o Dom Pedro Casaldáliga. Rachei pra lá, fiquei dois meses trabalhando em Vila de Mauá. Em dois meses em Vila de Mauá, eu fiz quinhentos, quase seiscentos cadastros. Aí assim, qual que é o mais legal do negócio todo? Eles mapearam as pessoas e mandou pra lá, nós éramos em quatro pessoas. E aí, quem coordenava esse trabalho em Vila de Mauá era a Juliana, mulher do Naveen, que hoje é advogada formada, ela já era estudante de advocacia, só que aí parece que ela tinha amarrado e tal, parado no tempo. Foi quando ela começou a militância dela também já há um tempo, mais o Naveen e tal, aquele negócio todo, e ela que coordenava lá, ela que era nossa cabeça lá, ela que coordenava. E ia pra batalha também, ajudava lá e tal, aquele negócio todo. Juliana pra mim foi uma peça muito importante nessa regional aqui. Foi não, é. Eu sei que hoje ela exerce uma tarefa pessoal dela hoje, assim como eu também tô, mas ela foi uma peça importantíssima, a mulher do Naveen. Eu digo até mais do que ele, porque ela foi pra base, ela foi fazer o trabalho lá. Nessa época ela não era mulher dele ainda, mas foi uma peça importantíssima na Regional da Grande São Paulo (Fonte: Entrevista com Marconi em 25 de novembro de 2011 no PDS Jurema, em Jequitibá, SP).*

Neste trecho me apropriei de uma categoria que apareceu noutra entrevista, num contexto em que o entrevistado chamava de *disciplina* algumas medidas utilizadas pelo Movimento para tentar condicionar o comportamento dos acampados. A ideia era não apenas que a expressão exercesse a função fática da linguagem, incentivando a continuidade do diálogo, mas suscitar no entrevistado a possibilidade de desenvolver mais o tema, servindo o uso de um termo que lhe é familiar como um estímulo. O MST entende a disciplina como algo necessário para o avanço da organização de massas (MST, 1998b). No discurso dos assentados percebi que a *disciplina* figura tanto no sentido de dedicação às tarefas do Movimento como equivalendo às sanções perpetradas contra aqueles que apresentam comportamentos considerados equivocados do ponto de vista do *ethos* existente no cotidiano da organização.

A primeira vez em que ouvi o termo sendo veiculado por um assentado foi no PDS Jurema, por parte de Renan, marido de Renata, os donos da residência na qual me alojei durante o trabalho de campo em Jequitibá. Relatando as histórias do tempo que passou como acampado, Renan narrou o seguinte episódio: dois acampados foram designados para realizar uma tarefa fora do acampamento, na Escola Nacional Florestan Fernandes (ENFF)¹¹⁶, no município de Guararema, a aproximadamente 80 km da capital São Paulo.

Na hora em que terminou a atividade na ENFF deveriam ter retornado diretamente para o acampamento, conforme combinado com a coordenação. No entanto, permaneceram um pouco mais na cidade, passando algumas horas num bar numa localidade próxima a Jequitibá ingerindo bebidas alcoólicas. Ao retornar, foram duramente repreendidos pela coordenação do *acampamento*, tendo então que oferecer algum tipo de prestação de serviços para se redimir perante a coletividade quanto à infração que haviam cometido, considerada como um desvio de conduta. Assim, aos “infratores” foi *dada a disciplina* de roçar o mato na beira da estrada onde se situava o acampamento. Noutra ocasião, um desses mesmos indivíduos foi expulso da ENFF ao ser visto cometido um ato considerado imoral com uma menor de idade. Os responsáveis pela ENFF enviaram um comunicado para a direção da Regional solicitando sua expulsão do acampamento, mas a orientação não foi aceita e *deram a disciplina* para o referido de organizar aulas para ensino do manejo de instrumentos musicais aos acampados, aproveitando o talento e o conhecimento que o referido detinha nessa área¹¹⁷.

Um assunto que apareceu neste trecho da entrevista é o da divisão de tarefas entre os militantes e dirigentes e sua inserção dentro da *organicidade* do MST. De acordo com Fernandes e Stédile (1999), o “setor de frente de massas” foi o primeiro a ser criado no

¹¹⁶ “Situada em Guararema (a 70 km de São Paulo), a escola Nacional Florestan Fernandes foi construída, entre os anos 2000 e 2005, graças ao trabalho voluntário de pelo menos mil trabalhadores sem terra e simpatizantes. Nos cinco primeiros anos de sua existência, passaram pela escola 16 mil militantes e quadros dos movimentos sociais do Brasil, da América Latina e da África [...]. A escola oferece cursos de nível superior, ministrados por mais de 500 professores, nas áreas de Filosofia Política, Teoria do Conhecimento, Sociologia Rural, Economia Política da Agricultura, História Social do Brasil, Conjuntura Internacional, Administração e Gestão Social, Educação do Campo e Estudos Latino-americanos. Além disso, cursos de especialização, em convênio com outras universidades (por exemplo, Direito e Comunicação no campo). O acervo de sua biblioteca, formado com base em doações, conta hoje com mais de 40 mil volumes impressos, além de conteúdos com suporte em outros tipos de mídia. Para assegurar a possibilidade de participação das mulheres, foram construídas creches (as “cirandas”), onde os filhos permanecem enquanto as mães estudam” (Fonte: <<http://amigosennf.org.br/site/node/5>>. Acesso em: 30/04/2013).

¹¹⁷ Um detalhe curioso é que por conta deste episódio se iniciou um trabalho de musicalização que posteriormente levou à realização de ensaios de uma espécie de bateria de escola de samba, deu origem à escola de samba do MST em São Paulo: a Unidos da Lona Preta.

Movimento, ganhando esse nome por volta de 1989 e 1990, e constitui a “porta de entrada” da base para o Movimento. Seu surgimento teria se dado a partir da reunião de militantes que tinham maior experiência com ocupações, num contexto em que se visava encontrar formas para enfrentar a ação da União Democrática Ruralista, movimento social de caráter patronal rural surgido em 1985, que aplicava táticas de repressão ao MST. No caso da Regional Grande São Paulo, *frente de massa*¹¹⁸ é o nome dado ao grupo de militantes que desenvolveu o *trabalho de base* e organizou as ocupações e acampamentos.

No discurso de Marconi, os *linhas de frente* são aqueles militantes que compõem a chamada *frente de massa*. Entre os que fazem parte da *frente de massa* há os que *organizam politicamente*, estabelecendo diálogo com agentes do poder público e com aliados que possam se somar aos esforços de mobilização do MST na Regional. Na fala de Marconi percebe-se uma valorização daqueles membros da *frente de massa* que realizam o *trabalho de base* diretamente, como Juliana, que, embora sendo uma das figuras principais da direção, atuava também *lá na base*, coordenando a atuação dos núcleos que desenvolviam o *trabalho de base*.

Existem outras figuras que se destacaram como membros da *frente de massas* que atuam na organização da base, junto aos acampados em seu cotidiano, sendo, em muitos casos, eles próprios também acampados, como no caso de André, Léa e Leandro, que foram os responsáveis por convidá-lo a desenvolver o *trabalho de base* em Vila de Mauá, onde já havia morado, conhecia algumas pessoas e sabia se movimentar com agilidade e cautela. Primeiramente, o convite para participar no *trabalho de base* havia sido feito a sua ex-companheira, Eliete, mãe de seus dois filhos, mas Marconi a proibiu de participar do *trabalho de base*, numa atitude atualmente interpretada pelo próprio de forma negativa e crítica como sendo de caráter machista.

A passagem por processos de *formação* no MST permitiu que Marconi reinterpretasse sua conduta à época, passando a questionar um comportamento antes visto como tão naturalizado que figura numa metáfora biológica: *tá no sangue*, o que, em realidade, expressa os condicionamentos sociais oriundos da vivência em família e dos valores que são por ela transmitidos, mas igualmente pela sociedade num sentido ampliado. O comportamento machista é desconstruído no que tange a sua origem social, na fala de Marconi, ao mesmo tempo em que, ambigualmente, expressa sua naturalização por meio de uma figura de linguagem de teor biologizante, a qual de certo modo atua no sentido da justificação de um modo de agir socialmente herdado. Tal exercício reflexivo consiste num esforço de auto-objetivação, no qual são realizadas releituras de condutas manifestadas no passado à luz de conhecimentos e experiências do presente, modificando assim elementos morais de ordem subjetiva.

O aporte desses novos conhecimentos ao agente se realiza a partir do momento em que ingressa no MST e começa a entrar em contato com pontos de vistas alternativos àqueles manifestados no senso comum e às ideologias dominantes na sociedade. Isto não necessariamente ocorre por meio de processos formais de aprendizado, mas no cotidiano e nas relações face a face com outros militantes que incorporaram esse tipo de visão de mundo

¹¹⁸ “Massa é o conjunto da classe trabalhadora que produz as riquezas materiais e espirituais de um país. Movimento de massa é a parte organizada de uma categoria profissional ou setor da sociedade que se junta para conquistar interesses específicos, concretos e imediatos. Nesse sentido, movimento é a *parte do povo que se levanta* contra qualquer forma de injustiça ou opressão” (PELOSO, 2012, p. 41, *grifo do autor*). A *frente de massa* pode ser interpretada como o grupo de dirigentes e militantes que trabalha diretamente organizando a massa.

politicizada que se manifesta em sentido amplo, tanto com relação a questões da esfera pública e da política institucional como no que tange às relações de poder existentes no cotidiano e mesmo na esfera doméstica.

Participar do *trabalho de base* inicialmente era considerado como uma obrigação que não fazia sentido para Marconi. A *disciplina* imposta pelos membros da *frente de massas* que atuavam organizando o *acampamento* Irmã Alberta encontrava certa resistência, segundo Marconi, pelo fato de então não entender a importância de segui-la. Depois de ter passado por processos de *formação* junto aos dirigentes e vivido a experiência de integrar a *frente de massa*, seu ponto de vista mudou. Passou então a reconhecer que realizar tal tarefa era importante não apenas do ponto de vista de sua formação política como militante, mas também para contribuir para transformá-lo na pessoa que hoje ele é, considerado como alguém melhor do que era antes de tais vivências junto ao MST. Não à toa ao entrar em sua casa no PDS Jurema, em Rio das Flores, logo me deparei com uma enorme bandeira do MST estendida na parede principal da sala, no que Marconi, ao reparar para onde se dirigia meu olhar, prontamente exclamou: “Primeiro Deus, depois esta bandeira!”, sugerindo a importância que a *bandeira* do MST tem em sua vida e a dívida moral que guarda para com o Movimento. A bandeira só é superada em centralidade pela crença divina, fruto de sua reconversão recente a uma religião protestante.

A *bandeira* do MST, em realidade, significa muito mais do que a organização política do MST e seus quadros, posto que Marconi não mais os integra organicamente. Em sua visão o MST é mais do que as pessoas que nele atuam: figura como um ente social que transcende os indivíduos, um ser simbólico com vida própria que é responsável por tudo aquilo que conseguiu ser e ter na vida após passar por seus momentos de maiores dificuldades.

A bandeira do MST pode ser interpretada da mesma forma que outras bandeiras e escudos que representam grupos sociais. Para Norbert Elias, as bandeiras e escudos são símbolos que exprimem vinculação emocional entre indivíduos, contribuindo para compor uma unidade social maior consubstanciada na relação de interdependência entre a totalidade dos indivíduos que têm sua identidade referenciada ao objeto/signo. Esse tipo de vinculação emocional sustentada nos significados objetivos da bandeira e nos sentidos subjetivamente atribuídos torna possível uma consciência ampliada das relações estreitas e dependentes entre o “eu” e o “nós”, que constituirá um importante vínculo de união e de manutenção da coesão social de pequenos grupos ou de grandes unidades sociais (ELIAS, 1982). Neste sentido, a bandeira do MST é tanto uma expressão do grupo como um elemento simbólico que alimenta a sua coesão, ao conferir aos indivíduos um sentimento de pertencimento a um “nós” que é fruto de uma miríade de relações, configurando uma complexa teia de interdependência entre indivíduos, que têm por referência aquele signo.

Um acampado da base se torna militante da *frente de massa* por meio de processos de *formação* orientados por militantes mais experientes e com maior conhecimento acumulado em relação à militância. Inicialmente, a visão de Marconi sobre o MST era demasiadamente negativa. Trabalhando como pintor numa obra em Belo Horizonte, assistiu na televisão durante o almoço uma notícia sobre a ocupação da fazenda do então presidente da república Fernando Henrique Cardoso, quando então a tropa de choque da política militar realizou violentamente o despejo dos ocupantes. Marconi assistiu à notícia da desocupação e gostou do que viu, afirmando que os membros do MST eram um “monte de vagabundos” que tinham que “entrar no pau mesmo”. Hoje em dia entende que “não tinha consciência, né, era ignorante. Além de praticamente analfabeto de todas as formas, de leitura, de conhecimento,

analfabeto político¹¹⁹, tudo”. Quando chegou no acampamento Manacá o estranhamento foi muito grande e questionou por que sua ex-companheira teria aceitado morar naquele lugar, que mais se assemelhava a um “favelão”. Eliete havia sido convidada para fazer parte do *acampamento* por um militante que era amigo de sua família e estava realizando *trabalho de base*.

Marconi entende que o militante não necessariamente precisa ser um dirigente do Movimento ou membro da coordenação: basta que ele pratique a militância, para sê-lo. Neste sentido, militante pode ser aquele que está na base e no acampamento, desde que ele se dedique e *entregue a vida pela causa*. Assim, considera que foi um militante do MST durante anos, até o ponto em que se desentendeu com dirigentes da Regional e deixou de participar ativamente. Durante o *trabalho de base* Marconi começou a se forjar como militante: em suas palavras, para este objetivo, *é a pessoa que se faz*. Inicialmente havia assumido a função de segurança, vigiando as entradas e controlando as pessoas que entravam e saíam do acampamento Irmã Alberta, evitando a circulação de drogas e a ocorrência de confusões e brigas. Em seguida, impedindo Eliete de participar do *trabalho de base*, foi destacado ele mesmo para fazê-lo. Além dos estudos cotidianamente realizados no acampamento em que os militantes mais experientes transmitiam conhecimentos e sugeriam leituras para os demais membros da base, havia alguns eventos de *formação* que eram destinados especificamente àqueles como Marconi que assumiam funções na *frente de massas*, os quais eram organizados pelos dirigentes com maior conhecimento e experiência e aconteciam no próprio bairro onde era realizado o *trabalho de base*, na sede do *núcleo de base*, sendo dirigidos apenas aos militantes que estavam se iniciando nesta prática.

Alguns militantes mais experientes se tornaram referência neste sentido, pois, ainda que fossem oferecidos livros para a capacitação dos novos militantes, há que se considerar o fato de que grande parte do público recrutado não possuía capacidade de leitura desenvolvida, eram analfabetos completos ou analfabetos funcionais, pessoas com baixa educação formal e instrução e sem hábitos regulares de leitura. Assim, é preciso que haja um mediador entre o universo da literatura militante e a compreensão dos indivíduos que ingressam na militância. Em alguns casos, o fato de se saber ler e não se conseguir compreender o que está escrito, como aconteceu com Marconi, pode ser encarado como algo vergonhoso por quem se enquadra nesta condição de iniciante. Por isso há importância em ter o acompanhamento de alguém com maior facilidade de leitura e mais experiência, que estabeleça certo nível de intimidade com os novatos, para que estes se sintam mais à vontade para expor seus desentendimentos ao ouvinte e para esclarecer dúvidas – por mais primárias que possam parecer aos olhos de alguém com algum conhecimento acumulado no assunto.

Duas vezes por semana um casal de militantes saía do assentamento PA Riacho em Rio das Flores e ia ao encontro do grupo que realizava o *trabalho de base* em Vila de Mauá, caminhando por volta de 30 km. Eram sugeridas leituras e um trabalho de síntese escrita das ideias lidas, que era depois avaliado pelos mais experientes e discutido junto com os militantes que se iniciavam na *formação*. Essa rotina se desenrolou durante os dois meses em que se realizou o *trabalho de base* tendo em vista a criação do *acampamento* Dom Pedro *Casaldáliga*, um grupo que inicialmente se estabeleceu numa parte da área ocupada pelo

¹¹⁹ O termo “analfabeto político” remete ao poema homônimo de Bertolt Brecht, muito citado no meio da militância do campo político da esquerda (Fonte: <<http://comunista-o.blogspot.com.br/2013/03/poesia-bertolt-brecht-analfabeto.html>>. Acesso em: 29/04/2013).

acampamento Irmã Alberta, em primeiro de abril de 2003, até que estudassem as condições para realizar uma nova ocupação em área distinta.

Durante o *trabalho de base* era preciso ter uma militância bem qualificada e capacitada para conseguir aglutinar pessoas para a realização de ocupações, o que supunha a habilidade de conquistar a adesão das pessoas por meio da oratória. Os argumentos transmitidos nas conversas informais e *assembleias* giravam em torno das possibilidades de melhorias na vida dos agentes a serem contatados e para isto eram utilizadas promessas relacionadas à conjuntura política nacional, interpretada como favorável ao avanço da reforma agrária, uma vez que fora eleito em 2002 um presidente de origem operária de um partido historicamente vinculado à luta por reformas como a reforma agrária, bem como os argumentos de que o acesso à terra poderia significar a possibilidade de acessar financiamento, ganhar moradia própria e *trabalhar sem patrão*.

O fato de Marconi já ter morado no município de Rio das Flores e conhecer os moradores, possuindo uma rede de contatos pessoais prévios que incluía pessoas da localidade, era considerado como algo que facilitaria o trabalho para o militante que se iniciava, permitindo que se sentisse um pouco mais à vontade ao desempenhar o *trabalho de base* num local com o qual já estava em alguma medida familiarizado.

4.8 O autorreconhecimento do pertencimento à classe

Durante o *trabalho de base* os militantes se instalavam em residências alugadas, chamadas de *núcleos de base*, permanecendo ali durante dois ou três meses, período no qual faziam contato com os moradores e, por vezes, acabavam inclusive contando com o apoio dos proprietários de moradias vizinhas, com os quais faziam amizade, o que lhes permitia, por exemplo, obter pequenos favores, além de recrutá-los para o MST. Assim relata Jonas, que também morava em Rio das Flores na época, trabalhando como pedreiro autônomo e então vivendo com sua esposa Bethânia e filhos em moradia própria.

João – E como foi que o senhor conheceu o MST?

Jonas – Então, conheci igual eu te falei. Quando *encostou a bandeira* lá na... Lá em Rio das Flores.

João – Lá em Franco?

Jonas – Isso.

Janete – Nós morava vizinho...

Jonas – Nós morava de aluguel...

Janete – Colocaram lá vizinho a nossa casa.

Jonas – Colocaram vizinho. Aí a minha cozinha virou do MST, né, que eles acabaram tomando conta da minha casa... Roberto ali... Que num tinha geladeira, né, começaram a usar a geladeira, falei: “Já usa logo fogão, tudo.”. Aí ficou tudo como se fosse uma coisa só.

Janete – Nós tava tudo morando lá e eles chegaram todo mundo pra... aí alugaram logo uma casa vizinha à nossa.

Jonas – Aí a... Aí a Janete foi... ficou preenchendo o cadastro, ficou cadastrando pessoal, né? (Fonte: Entrevista com Jonas e Bethânia em 20 de novembro de 2011 no PA Riacho, em Rio das Flores, SP).

Conforme os dias iam se passando e os militantes atuando na localidade, passaram a conhecer pessoas e a serem conhecidos, estabelecendo vínculos sociais com outros moradores. Esses moradores que passaram a ser amigos e conhecidos dos militantes que realizavam o *trabalho de base*, oferecendo seus recursos em apoio à mobilização, por sua vez, convocaram outros moradores da região para participar da luta, aproveitando-se da rede de relações previamente existente que incluía amigos e parentes na localidade. Jonas e Bethânia, em realidade, moravam na residência limítrofe com a casa que servia como *núcleo de base* do MST em Vila de Mauá. Esta última pertencia à irmã de Jonas, que a alugava aos militantes da Regional.

Um de seus vizinhos, que morava no outro limite da casa alugada pelo MST, era André, que foi dirigente da Regional e indicou Marconi para realizar o *trabalho de base* em Vila de Mauá, conforme vimos. Antes de ser do MST, André trabalhava com Jonas prestando serviços de ajudante de pedreiro, em trabalhos nos quais Jonas era contratado como pedreiro. André tinha acabado de viver uma experiência difícil: trabalhava vendendo discos “piratas” nas ruas com uma banca ambulante e teve que abandonar a cidade onde morava por problemas relacionados a essa atividade ilegal. Sem trabalho e desanimado, André acabou fazendo amizade com Jonas e lhe perguntou se não haveria uma vaga para ajudante de pedreiro, no que Jonas prontamente lhe atendeu. Jonas também não vinha de um passado agradável, pois havia se separado litigiosamente de sua ex-mulher, com quem teve filhas, que havia o abandonado para se juntar a um pastor de Igreja evangélica e havia conseguido judicialmente se apossar da casa que era propriedade de Jonas, mantendo as filhas distantes do pai. Mas Jonas casou-se novamente e teve outros filhos com Janete, indo morar em Vila de Mauá, próximo à família da nova companheira.

Inicialmente os vizinhos estranharam os visitantes temporários do MST, identificando-os negativamente como um grupo de *ciganos*. Após alguns dias, a primeira impressão negativa se desfez e tornaram-se amigos. Primeiro os militantes conversaram com Jonas e Bethânia e os convidaram a participar do Movimento. Estes, por sua vez, convidaram André e sua então esposa, Diana, para se juntar também ao MST. Bethânia e Diana passaram a ajudar no *trabalho de base* preenchendo cadastros enquanto André e Jonas trabalhavam prestando serviços de construção civil. André vivia uma situação economicamente instável, tendo dificuldades para pagar contas e morando em residência alugada. Vindo de Minas Gerais para São Paulo com a sua mãe, que lá era agricultora, nunca trabalhou com atividades agrícolas e não conheceu seu pai. Parte do que sabe em termos de agricultura aprendeu com Jonas, que veio da Região do Vale do Jequitinhonha, também em Minas Gerais, e lá aprendeu a trabalhar com agricultura e com criação de aves. Jonas insistiu bastante para convencer André a entrar para o MST, mas André hesitou muito antes de fazê-lo. A falta de condições de se autossustentar teria sido sentida como uma *necessidade* que o fez aderir ao MST, em suas palavras. André alega que então tinha dificuldade inclusive para pagar o aluguel:

André – Não pagava! Era isso, cara. Foi basicamente assim que eu entrei no movimento. E o movimento ele me deu muita coisa, me deu *formação*, né, me ensinou muita coisa!

João – O quê que tu aprendeu no movimento?

André – *Ah, a conhecer a sociedade, né. A conhecer a luta de classes, a conhecer a nossa história, a verdadeira história brasileira, né. E é isso... e aprender a se indignar, né, pelas injustiças cometidas aí pelo mundo a fora, né. E reconhecer também, me reconhecer como classe, né. Saber qual classe eu pertença, né, e poder lutar por ela, fazer alguma coisa por ela, né. E isso até um tempo atrás né, a gente... eu até fazia muita garra, agora também eu dei uma parada, né... aconteceu uns problemas internos aí com o Movimento também e eu acabei me afastando também da direção do Movimento, não quis mais saber nada.*

João – Você era militante?

André – *Fazia parte da direção regional do movimento aqui da Grande São Paulo, né. Acho que eu fiquei dois anos! E mais uns quatro indiretamente né.*

João – Você era de algum setor específico?

André – *Sim! Eu na verdade estive em... deixa eu ver... quase em todos os setores! Só Saúde que não! Acho que eu trabalhei, eu militei no setor de Educação, no setor de formação, setor de frente de massa foi o que mais eu trabalhei, né, o que eu mais fiz tarefa foi no setor de frente de massa, né. Que é o trabalho de base! Então eu ajudei a organizar os acampamentos, o D. Pedro, ajudei a organizar o Camilo Torres, que existiu, né, mas acabou, o Che, participei de várias ocupações também, assim como os outros, e sempre assim frente de massa e frente de assentamento, né, sempre dando formação também pro pessoal dos assentamentos, né, dando toda a assistência que a gente podia dar naquele momento.*

João – E o quê que te motivou a entrar na luta na época?

André – *Necessidade.*

João – *Necessidade* de quê, de grana?

André – *Ah, de tudo! De moradia, grana (...) ter uma estabilidade, eu acho, né. E também eu acho que naquela época não tinha muito assim certeza do que eu queria né, meu, eu era muito novo, né, dezoito anos! Eu não sabia bem o que era luta, eu tinha ... eu participava um pouco, já tinha participado já de outros movimentos, né! Movimento Sem Teto, eu ajudava a militar, tudo, mas não tinha consciência pra quê que existe o movimento, né. E... é que é difícil de lembrar o quê que, o quê que me motivou. Acho que a primeira coisa é isso mesmo! A *necessidade*, cara, de casa, de tudo, né.*

João – E o quê que você pensa sobre ocupar terras?

André – *Uma solução pra pobreza, pra miséria, né. Acho que a ocupação de terra ela trás junto com ela acho que três, três objetivos, né, que é a transformação da pessoa, a pessoa ela cria outra consciência, com isso acho que a transformação da sociedade, e a produção, né, você resolve a questão da moradia, resolve a questão da renda, e a questão do emprego né. Você acaba com três questões aí numa paulada só! Você tem comida pra comer, você tem moradia e tem emprego, né. Acho que é três questões aí, o movimento traz já a transformação da sociedade, que nesse tempo que nós vivemos hoje é impossível, né, eu não acredito... E é isso! E a reforma agrária... acho que é isso, né...*

João – O quê que tu acha do MST?

André – Ah, o movimento ele é tudo sabe! Ele é tudo pra mim! Hoje eu levanto o movimento, não tenho vergonha de dizer que sou do MST entendeu? O movimento, né? A gente tem problemas com pessoas que estão no movimento né. Agora a bandeira, a identidade, eu acho que jamais a gente perde, né! A bandeira do MST eu levanto em qualquer local, em qualquer momento, né, eu não tenho problema com isso! O meu problema é com algumas atitudes de alguns dirigentes, né. Ninguém é perfeito, né (Fonte: Entrevista com André em 21 de novembro de 2011 no PDS Jurema, em Jequitibá, SP).

Edward Thompson, em seu esforço para romper com a dicotomia epistemológica entre estrutura e processo, isto é, entre os condicionamentos sociais que determinam a vida dos indivíduos e a ação que os mesmos desempenham na sociedade¹²⁰, desenvolve o conceito de experiência, “que compreende a resposta mental e emocional, seja de um indivíduo ou de um grupo social, a muitos acontecimentos interrelacionados ou a muitas repetições do mesmo tipo de acontecimento” (THOMPSON, 1981, p. 15). A experiência se apresenta ao ser social de forma espontânea, mas é objeto de reflexões por parte dos homens e mulheres, o que traz modificações a sua forma de ver o mundo e de nele agir.

Thompson (1981) sugere que os conceitos de cultura e de experiência realizam a mediação entre estrutura e ação, tentando assim superar a dicotomização destes elementos. Sua definição de classe pressupõe que os agentes se pensem e ajam como classe, por meio de relações de oposição para com outra(s) classe(s) e em processos históricos concretos de luta de classes, compartilhando elementos comuns de uma cultura de classe. Tal definição tem o mérito de captar empiricamente as classes no processo histórico de sua formação – o termo em inglês *making*, utilizado pelo autor, é mais apropriado do que formação, pois sugere claramente o caráter processual e contínuo da construção das classes (THOMPSON, 2004).

Tentar explicar a entrada de André para o MST como fruto de uma situação de privação previamente vivenciada, a partir de um modelo de interpretação apriorístico que englobe os moradores da periferia da Região Metropolitana de São Paulo como necessariamente alvo de privações as quais os impelem a reações em movimentos organizados certamente seria um recurso heurístico muito frágil. No caso, a fala de André exprime certo tipo de racionalização sobre a motivação que o teria levado a tal feito, aparentemente produzida de improviso, dado o tom de incerteza em sua resposta: era muito novo, não tinha certeza do que queria para sua vida e considera difícil lembrar quais as razões que de fato o motivaram. Daí, o recurso ao argumento vago da *necessidade de tudo*, sem que no entanto recordasse especificamente que tipo de necessidades sentia, até que o pesquisador o tenha induzido a explicitá-las.

Embora André vivenciasse pressões estruturais derivadas de sua condição social, não é possível explicar seu ingresso no MST apenas a partir da consideração dos fatores econômicos e estruturais. O que hoje em dia é apresentado como uma *necessidade* de caráter econômico, isto é, a *falta de moradia, de grana, de tudo*, fatores mencionados em seu discurso como determinantes para que se juntasse ao MST, na realidade merece um esforço de relativização. O termo *necessidade* ganha um sentido de legitimação de uma escolha relativa à ação de ingresso no MST, a qual então foi pautada também pela influência da relação de

¹²⁰ Outros autores na sociologia e na antropologia contemporâneas também empreendem semelhante esforço teórico, como por exemplo Pierre Bourdieu (2002) e Marshal Sahlins (1990).

amizade mantida com Jonas, responsável por convencê-lo a se juntar ao MST. Ainda que de fato houvessem necessidades econômicas sendo sentidas, não estariam disponíveis outros meios para se buscar atender a tais necessidades que não a participação num movimento social que reivindica um caráter classista? Em que pese a existência de fatores de ordem racional classificados como carências objetivas, a motivação sentimental afetiva parece ter tido importante papel neste caso: tratava-se do chamado de um amigo e vizinho, que insistiu para que fossem juntos e continuassem a alimentar sua amizade, enfrentando em aliança esse novo desafio em suas vidas. O fato de se poder contar com amigos e parentes no contexto do acampamento pode servir como um meio para tornar menos dura e solitária a imprevisível rotina e modo de vida a que se adere ao participar de ocupações de terras organizadas pelo MST.

Não necessariamente André e sua companheira alimentavam a expectativa de que, ao agirem desta forma, mudariam o sentido de suas trajetórias e fossem de fato resolver carências econômicas então vivenciadas. Muito embora a expectativa de conquistar uma casa apareça em sua fala como um elemento motivador, nada garantia que André e sua companheira teriam condições de se reproduzir economicamente a partir do acampamento e do assentamento, especialmente considerando-se o fato de que André nunca havia realizado atividades agrícolas. O discurso sobre a *necessidade* como motivação socioeconômica que impele os agentes a ingressarem no MST se sustenta parcialmente, posto esconder outras mediações sociais realmente existentes, captáveis por meio de uma abordagem focada nos vínculos sociais (ELIAS, 1984) existentes entre os agentes. Sua trajetória social teria seguido outro caminho, não fosse o fato de André ter optando por juntar-se ao MST por influência de seu amigo e vizinho, tornando-se subsequentemente um militante – esta, outra ação produzida pelo agente num contexto de ampliação de sua visão de mundo e de sua rede de relações, como resultado imprevisível do processo. Tal consideração reafirma a relevância da consideração do ponto de vista das interações existentes entre os agentes e a reconstituição do processo histórico em escala microssociológica. Tais procedimentos permitem interpretar a realidade social à luz da empiria e dando relevo às ações, para além da aplicação de modelos teóricos de explicação de ordem macroestrutural.

Tal qual outros entrevistados como Eliete e Marconi, André ressalta o fato de que uma das principais contribuições que a passagem pelo MST trouxe para sua vida foi a *formação* oferecida. O termo *formação* assume diferentes significados no discurso dos entrevistados, variando de acordo com os contextos e os emissores da fala. Neste caso, apresenta uma conotação política que reflete a adoção por parte do MST de uma orientação voltada para o desenvolvimento de quadros para a militância. O investimento num trabalho de mudança na cultura política de alguns dos participantes das ocupações, acampamentos e *trabalhos de base* é mais acentuado do que de outros, no sentido de sua politização via incorporação de elementos práticos e discursivos do campo da esquerda política. Para isto concorre não apenas a *formação* oferecida aos militantes, mas também o interesse próprio de quem passa pela *formação* e as capacidades individuais manifestadas, que são percebidas e trabalhadas pelos dirigentes da Regional.

Para além da mera incorporação de um discurso politizado previamente formatado e transmitido, parece ocorrer de fato uma mudança na cultura política de gente como André, que, por meio da experiência e da reflexão, aprende não somente a se indignar com a situação vivenciada pessoalmente, mas a interpretar a vida em sociedade sob o viés da luta de classes e a perceber a existência de outras injustiças no mundo e buscando conhecer suas causas. O conhecimento da história aparece, em sua fala, como uma arma poderosa neste sentido,

fornecendo elementos para se repensar a realidade social. A combinação entre a prática militante realizada junto ao MST e os processos de aprendizagem via atividades de *formação* proporcionam um sentimento de pertencimento à classe trabalhadora¹²¹.

Esse autorreconhecimento como membro de determinada classe não se rompe apenas pelo fato de o agente ter deixado de participar da direção da Regional por “problemas internos” e pessoais nos quais se evita falar, nem por ter se afastado das mobilizações do MST e de sua estrutura organizativa. Não obstante, a despeito do desenvolvimento de sua cultura política neste sentido, esse afastamento contribuiu para que André tivesse deixado de *fazer garra*, tornando-se as ações de enfrentamento político menos frequentes em sua vida à medida que se desvinculou do grupo da Regional e passou a voltar-se mais às questões da vida privada e menos às questões públicas, às lutas sociais e políticas. Não obstante, o sentimento de pertencimento à classe que se mantém é acompanhado pela perpetuação da filiação identitária à *bandeira* do Movimento, a qual André não hesita em *levantar*, a defendendo e exaltando.

Diferente de Marconi e de outros militantes, André já tinha vivido experiências prévias de mobilização social junto a movimentos de sem-teto, mas, conforme sua própria leitura, o salto qualitativo em termos do desenvolvimento de sua cultura política foi alcançado junto ao MST. Em seu discurso a ocupação de terras feita junto ao MST ganha um sentido distinto da ocupação em áreas urbanas feitas pelo movimento dos sem-teto. A ocupação de terras não visa apenas a garantia de moradia, mas permite a geração de alimentos, de renda e de empregos e leva a uma transformação na consciência das pessoas que dela participa. Essa mudança na consciência é considerada como uma das bases para a *transformação da sociedade* e vem não apenas da *formação* oferecida pelo MST, mas também dos resultados práticos atingidos pelas mobilizações, que passam a garantir o atendimento de necessidades básicas em termos materiais e simbólicos. Os direitos à alimentação, à renda e ao trabalho não apenas permitem a reprodução socioeconômica, mas conferem igualmente dignidade e sentido para a vida. Todos esses objetivos realizados por meio da ação do MST são considerados como parte da luta por reforma agrária, o que sugere uma extrapolação em relação às definições tradicionais sobre a reforma agrária que tendem a circunscrevê-la ao âmbito dos problemas agrários, agrícolas ou produtivos.

4.9 Mudança cultural e contradições na visão de mundo

Uma vez assentados, o sentimento de pertencimento ao MST permanece ainda na maioria dos sujeitos, mas agora não aparece mais forçosamente vinculado à participação na estrutura organizativa do Movimento. A maioria dos assentados assume ser *sem-terra* ainda hoje, mesmo já tendo garantido um lote num assentamento de reforma agrária, uma casa, um espaço para plantar e o acesso a políticas públicas destinadas a agricultores familiares assentados. A passagem pelo Movimento marcou suas vidas de maneira indelével. Apesar disto é comum que a maior parte dos assentados deixe de participar das atividades propostas pelo MST, sejam elas realizadas nos assentamentos ou fora deles, mantendo-se apenas um número bastante restrito de militantes e de pessoas mais próximas do Movimento entre os

¹²¹ As ações de ocupação de terras são vistas pelo MST como um processo educativo que atua no sentido da “*formação para a consciência de classe*, a partir da vivência direta do enfrentamento”, além de serem atos de rebeldia que permitem recomeçar a vida na terra (CALDART, 2004, p. 171, *grifo da autora*).

assentados. O próprio projeto da agricultura familiar proposto pelo MST para os assentados é, em muitos casos, abandonado ou, ao menos, mantido em segundo plano.

O processo de engajamento na luta pela terra e a conquista dos assentamentos, assim como todo processo de mudança na sociedade, não possibilita a criação de sujeitos completamente novos, como se seu passado fosse apagado levando junto suas experiências, valores, tradições, normas, práticas e representações anteriores, e disposições integralmente novas fossem introjetadas pelos indivíduos por conta dessa vivência. Os valores e a visão de mundo anteriormente construídos não desmoronam como se novos sujeitos estivessem sendo lapidados pelos processos de *formação* oferecidos pelo MST. Em muitos casos ocorrem transformações, de fato, mas velhos padrões culturais permanecem e podem voltar a ressurgir com a consolidação de um modo de vida nos assentamentos que, em muitos casos, independe da participação direta no MST ou da continuidade da existência de vínculos sociais com seus militantes e dirigentes. Certas ambiguidades no que tange às experiências proporcionadas pela adesão ao MST por parte de trabalhadores podem ser assim interpretadas.

Um exemplo contraditório em relação às mudanças na cultura política dos assentados pude perceber ao conviver com a família de Renan e Renata. Renan fora trabalhador rural e urbano e antes da entrada no MST considerava que o Movimento reunia gente criminosa que merecia punição violenta por invadir propriedades alheias, sendo então também uma pessoa agressiva, conforme explicitou em entrevistas e em conversas informais. Após alguma resistência inicial, compreendeu as motivações que levavam as pessoas a se organizarem através do MST. Aprendeu a tratar sua esposa de forma menos machista por conta do aprendizado proporcionado pelo Movimento e se tornou mais sociável. Entretanto, ao se tornar assentado e deixar de militar no MST, passou a dedicar algumas horas do seu dia para assistir a programas na televisão de todos os tipos, incluindo alguns que tratam de segurança pública e que defendem abertamente políticas de extermínio da pobreza e da criminalidade como a pena de morte e o justicamento popular contra aqueles que cometem delitos como roubos e sequestros.

Passando alguns dias em sua residência, um dia, pela manhã, quando acordei às 06:00, a TV já estava ligada e Renan assistia ao telejornal. Rodrigo, o filho mais dedicado ao trabalho agrícola, dormia na sala. Pi, o filho que *trabalha fora*, já havia se levantado e saído para trabalhar: pegou o ônibus às 05:00 pois o trabalho de ajudante de caminhoneiro começava às 06:00 no distrito de Jordanésia, bem próximo, em Jequitibá. Embora tenham sua própria moradia e lote no outro extremo do assentamento, os filhos dormiram na casa dos pais naquela noite para facilitar o deslocamento para a realização de suas atividades profissionais. Após despertar, Rodrigo e Renata reuniram produtos como alho poró, couve, cebolinha, abóbora, pepino e pimenta de conserva para levar para vender num bairro próximo. Desde o dia anterior trabalharam na colheita dos produtos, terminando de fazê-lo pela manhã, antes de partirmos para a feirinha em Três Pilares, onde quatro pequenos comerciantes ligados à Igreja Católica oferecem seus produtos em bancas improvisadas de madeira e em seus automóveis. Renata é católica e se aproximou de um grupo de religiosos católicos de Jundiá que se reúne semanalmente em frente ao posto de saúde em Três Pilares, que é um bairro no município de Pirapora do Bom Jesus, vizinho a Jequitibá. Renata entende que oferecer os produtos do assentamento para venda na vizinhança é uma espécie de *trabalho de base* que ela realiza, mostrando para a população do entorno qual o projeto do MST para a área conquistada. A resignificação desta categoria no período após as lutas, no contexto do assentamento, sugere que as mudanças culturais produzidas pela passagem pelo Movimento são incorporadas de maneira mais ou menos duradoura, expressa também no vocabulário incorporado.

Mais tarde, na noite desse mesmo dia Renan assistia ao programa de televisão Brasil Urgente, apresentado por José Luiz Datena, que trata principalmente de notícias policiais e curiosidades, apresentando opiniões envolvendo a defesa da pena de morte para pobres e favelados que cometem crimes e a criminalização de manifestantes e movimentos sociais. Na manhã seguinte, no outro dia, Renan e Renata, relataram a mim como eram feitas as ocupações de terras, parte de um tempo passado em suas vidas marcado por perigos, do qual se lembravam com saudade e nostalgia, cheio de histórias interessantes e experiências narradas com orgulho. Depois, ao final da tarde, os filhos Rodrigo e Ronaldo em entrevista contaram como aprenderam o valor da solidariedade durante a luta organizada pelo MST, o que os leva a oferecer apoio a outras pessoas desconhecidas mobilizadas pelo MST para que consigam serem assentadas como eles. Pela noite, Renata me mostrou um pequeno acervo de livros com clássicos do pensamento político revolucionário e de sociologia marxista, como Vladimir Lênin, Ernesto Che Guevera e Herbert Marcuse, além de manuais de orientação aos militantes do MST. Conversando sobre o livro de Che que trata o tema da formação de quadros para o partido revolucionário, como em alguns outros momentos de convívio com a família, a conversa informal se transformou numa troca de opiniões políticas entre Renata e eu. Perguntei-lhe como seria se todos os militantes seguissem o que está escrito no manual para orientação dos quadros, no que Renata retrucou: "Se todos seguissem isso aqui, nós já tinha feito a revolução!". Na mesma noite Ronaldo me mostrou as letras de *rap* que escreveu e musicou versando sobre a vida do jovem na periferia, seu sofrimento, o potencial revolucionário dos marginalizados, a imagem de esperança que tem em Che e no símbolo das foices do MST. Os quatro reunidos, Ronaldo, Rodrigo, Renan e Renata me contaram sobre inúmeros eventos de *formação*, marchas, ocupações de terras e de prédios públicos e também dos enfrentamentos com a polícia que já viveram. Antes de dormir assistem ao programa televisivo de auditório do apresentador conhecido como Ratinho, que mistura quadros de comédia com discussões sobre temas policiais, semelhante em conteúdo ao programa de Datena, já mencionado. Após assistirem uma série de duas ou três telenovelas na televisão, vão dormir, para descansar e acordar no dia seguinte novamente antes de o sol raiar.

Pude observar a existência de traços culturais ambíguos que mesclam elementos oferecidos pelo aprendizado na luta junto ao MST com outros herdados das posições perpassadas em suas trajetórias em períodos anteriores à entrada no Movimento. Um assentado que fazia parte da direção da Regional, Marconi, se tornou evangélico e apresenta hoje em dia a opinião de que, uma vez assentado, deve-se buscar "perfeição de acordo com a lei". Isto remete a outra reflexão de José de Souza Martins (2003) em que o autor define a ocupação de terras como um ato de transgressão, enquanto ser assentado significa seguir a ordem. Além de ter deixado de militar no MST, Marconi também se tornou evangélico.

Em relação à conversão ao protestantismo, muito comum entre os assentados em Jequitibá e em Rio das Flores, a adesão religiosa mostra-se em muitos casos conflitante com relação ao *ethos* adotado dentro do MST. Gustavo, por exemplo, veio de *situação de rua*, acompanhava a Fraternidade Povo da Rua e se tornou militante do MST. Uma vez assentado, converteu-se em evangélico e frequenta a Igreja Assembleia de Deus, na filial existente no lote de outro assentado chamado Sodrê, seu vizinho no setor vermelho do PA Riacho. Quando ia deixando sua casa, José apresentou uma interpretação de inspiração evangélica sobre a luta pela terra protagonizada pelo *acampamento* Dom Tomás Balduino, traçando uma analogia entre a dura situação pela qual passaram, marcada por perseguições policiais e judiciais, com o sofrimento de Jesus Cristo ao peregrinar em busca de Canã, a terra de onde jorra o leite e o mel, segundo o evangelho. Traçando um paralelo com a narrativa bíblica, o discurso de José

associa a história de conquista do assentamento a um mito, sugerindo de maneira poética que a terra conquistada oferece os meios para sobrevivência dos assentados e até mesmo o próprio mel *in natura* que se aprendeu a produzir por meio do *coletivo do mel*.

As experiências de entrar para um acampamento e depois para um assentamento correspondem a apenas algumas dentre uma série de posições no âmbito das trajetórias individuais, familiares e grupais, a partir das quais novos deslocamentos rumo a outras posições mais ou menos distintas são sempre possíveis. A criação de um assentamento após a reivindicação de terras por meio da participação em ocupações e acampamentos permite um reposicionamento dos indivíduos e famílias, abrindo a possibilidade de novas vivências, que, por sua vez, trarão outras mudanças para a vida das pessoas. Participar de processos de cooperação agrícola, por exemplo, pode vir a se constituir numa mudança sociocultural substancial para assentados que antes não eram agricultores ou camponeses, que trabalhavam como assalariados rurais em propriedades alheias, que outrora viviam como agricultores familiares ou num modo de vida camponês – via de regra, pessoas que não tiveram experiências anteriores de auto-organização e de trabalho em coletivos que extrapolem os limites da família e que não sejam dirigidos por patrões.

Os processos de mudança cultural nas trajetórias sociais sempre operam associados a permanências, uma vez que as pessoas atribuem sentido ao universo em que vivem e organizam seus projetos com base em compreensões anteriores sobre a ordem cultural. Marshall Sahlins questiona a oposição entre estabilidade e mudança, tão cara ao pensamento ocidental que pressupõe tal antítese lógica e ontológica, a qual identifica os efeitos culturais como contínuos com o passado, ou então descontínuos. Essa distinção atravessa em profundidade outras categorias elementares que organizam o saber comum: estático vs. dinâmico, ser vs. devir, estado vs. ação, condição vs. processo. No limite, se confunde história com mudança, como se a persistência de estruturas através do tempo não fosse histórica. Contrariando essa concepção, Sahlins afirma que a cultura funciona como uma síntese de estabilidade e mudança, de passado e presente, de diacronia e sincronia: toda mudança prática também é uma reprodução cultural, assim como toda reprodução da cultura comporta a alteração (SAHLINS, 1990, p. 180). Em meio à complexa dialética que envolve mudanças e permanências se dá a luta organizada pelo MST e a implementação da proposta de cooperação agrícola e de organização entre os assentados, a qual os afeta e é afetada também pelos padrões culturais pré-existentes entre os assentados.

CAPÍTULO V

AS COMUNAS DA TERRA E AS PRÁTICAS DE ORGANIZAÇÃO E DE COOPERAÇÃO NOS ACAMPAMENTOS E ASSENTAMENTOS

5.1 A inserção dos acampados na *organicidade*

A história dos *acampamentos* e assentamentos, para além dos atos que dizem respeito à conquista da terra, apresenta elementos importantes para se reconstituir empiricamente os processos de cooperação e de organização que o MST tentou implementar junto aos assentados. Neste sentido, pretendo no presente capítulo historiar as experiências de cooperação realizadas com dois *acampamentos* que foram transformados em dois assentamentos na Região Metropolitana de São Paulo, nos municípios de Jequitibá e Rio das Flores.

As entrevistas realizadas com as famílias e indivíduos nos assentamentos giravam em torno de diferentes temas, como suas histórias de vida, formas de geração de renda, relação com o MST, relação com a terra, projetos de vida, dentre outros, mas seu eixo central era a questão da cooperação e da organização, ao qual era dedicado mais tempo. Ao apresentar perguntas acerca desse assunto, não raro ouvi reclamações e críticas aos dirigentes e militantes do MST que atuaram organizando os acampados e assentados.

A vivência nos acampamentos é via de regra lembrada pelos assentados como um período de intenso trabalho coletivo, quando então se realizava em grupo atividades necessárias à manutenção da ocupação como a obtenção de água e de alimentos e a construção de moradias provisórias, além de manter a segurança dos acampados, cuidar de sua saúde e higiene, da *formação* e da educação e ainda desenvolver atividades voltadas ao lazer e à cultura. Tais funções pressupunham uma organização dos acampados contando com divisão do trabalho e todas as famílias ou indivíduos que participavam da ocupação tinham como obrigação prestar algum tipo de serviço para o *acampamento*. As referidas atividades dizem respeito a diferentes setores da organização do MST, constituindo a chamada *organicidade*: setor de saúde, setor de formação, setor de comunicação, setor de cultura, *frente de massa*, *frente de assentamentos* etc.

Um dos principais objetivos da *formação* proporcionada aos acampados é desenvolver valores coletivistas nos agentes, o que é transmitido pela direção e pelos militantes durante a vivência partilhada no processo de luta pela terra e até algum tempo depois, quando o assentamento está em processo instalação. A participação em tarefas que exigem a organização das pessoas em grupo e a criação de *coletivos* voltados para a produção possuem uma dimensão pragmática, no sentido de viabilizar a vida nos acampamentos, mas também uma dimensão pedagógica, visando que os acampados aprendam o valor de cooperar entre si e com os demais membros das classes populares por meio de práticas coletivas e de prestação de solidariedade de classe.

Como visto, a organização dos assentados exerce um papel da maior relevância na implantação da estratégia política do MST e para a reprodução do Movimento, uma vez que tem como função politizar a sua base, garantir condições materiais para o avanço das lutas sociais e políticas, contribuir para o desenvolvimento da *organicidade* nos acampamentos e nos assentamentos e para manter os assentados vinculados à organização, seja na qualidade de militantes, dirigentes ou base.

Durante os *acampamentos* a participação na *organicidade* do MST é um pré-requisito, colocado como indispensável pela direção, para ser reconhecido como membro do Movimento passível de ser contemplado com o direito a terra. Assim, aqueles que não se adaptam e não se submetem à estrutura organizacional e a sua hierarquia correm o risco de serem advertidos pela coordenação dos *acampamentos* e deles serem expulsos. Por tais razões muitas famílias e, principalmente, indivíduos foram seletivamente expulsos pelos coordenadores dos *acampamentos* e pelos dirigentes da Regional no decorrer do processo de luta. A disponibilidade e a disposição dos agentes em se integrar à *organicidade* do MST, seja como parte da base, seja como militante, é vista como um critério para se avaliar a viabilidade de sua permanência na *luta* e serve como critério de reconhecimento social internamente entre os acampados e entre a direção e os acampados. Pela observação do comportamento dos acampados no cotidiano a direção identifica e escolhe aqueles que serão elencados para tarefas consideradas de maior relevância e responsabilidade na organização, oferecendo aos mesmos a possibilidade de participar de processos de *formação* distintos daqueles pelos quais passam os demais participantes. Ao identificar aqueles que se integram mais e melhor às atividades propostas, a direção os seleciona para participar de um tipo de *formação* particularmente voltado para elevar capacidades consideradas importantes para que se tornem militantes como a leitura, a escrita, estudos sobre a realidade social etc.

Existe um mínimo de *organicidade* no interior do *acampamento* que diz respeito à participação na comunidade provisoriamente formada, ao qual se deve submeter para se ter direito a permanecer como membro do grupo. No caso empírico em questão, a maioria das famílias e indivíduos fazia parte de *grupos de famílias* ou *núcleos de base*¹²² formados por aproximadamente 10 a 15 famílias¹²³. Esses *grupos* elegiam um coordenador e/ou uma coordenadora que os representavam junto à coordenação geral do *acampamento*, da qual também faziam parte os membros dos setores da *organicidade* (setor de comunicação, cultura, saúde etc.). Estes, por sua vez, podiam ser acampados ou não, mas, no caso de o serem, estariam então integrando tanto um dos *núcleos de base*, como representando o setor. Por outro lado, existiam também representantes dos setores que não eram necessariamente acampados, mas apenas militantes que atuavam no MST e nos *acampamentos*, sem que ali

¹²² O termo utilizado dentro da *organicidade* do MST à época era *núcleo de base*, mas os entrevistados também usam o termo *grupo de famílias*. É preciso ressaltar que o termo “grupo de famílias” tinha um uso bem definido em outro momento na estrutura organizacional do MST, indicando grupos dentro do assentamento voltados predominantemente para questões econômicas e financeiras, se organizando para ter acesso a crédito e para cooperação, como vimos no capítulo 2. Não é este o sentido de *grupo de famílias* empregado pelos assentados entrevistados e referenciado neste capítulo.

¹²³ Maria Suely Gomes (2011), a partir de pesquisa de mestrado feita num assentamento no Sudeste do Pará, afirma que nem sempre todas as famílias acampadas contribuem para a *organicidade*, sem que, entretanto, deixem de receber benefícios, pelo fato de estarem nos acampamentos. Pude perceber o mesmo em meu trabalho de campo, havendo inclusive caso de um agente que mantinha um barraco ao qual visitavam periodicamente no acampamento, mas permanecia morando em Santo André, na residência em que habitava junto de sua esposa. Enquanto estava fora do acampamento, alegava estar *fazendo trabalho de base* em Santo André. Posteriormente, o mesmo conseguiu ser assentado e hoje em dia vive no lote com sua esposa, tendo se aposentado como operário.

residissem. A ideia é que as famílias reunidas em *núcleos de base* se agrupassem em vizinhança, fizessem reuniões constantes e trabalhassem juntas, plantando numa área destinada ao seu grupo.

Os coordenadores dos *núcleos* são responsáveis por levar para a coordenação do *acampamento* informações sobre tudo o que acontece dentro do seu grupo: quais suas necessidades, o que está sendo trabalhado, quais os fatos que ocorrem no cotidiano etc. Um exemplo disto são os casos de violência de marido contra mulher e tensões entre diferentes famílias e indivíduos que são informados à coordenação geral, a qual busca apazigua-los, sugerindo que o tipo de comportamento que resulta nisto seja modificado. Muitos acampados conseguem mudar sua postura de modo a se enquadrar no ordenamento moral proposto pelo MST para os *acampamentos*. Aqueles que não se subordinam a esse tipo de regulação social podem perder o direito de permanecer acampados.

Sobretudo, os *núcleos de base* eram um meio de alocar a todos no interior da *organicidade* do MST, garantindo, através da escolha de coordenadores desses grupos, um contato mais próximo entre a base, a coordenação do acampamento e os dirigentes. Do ponto de vista da direção, os *núcleos de base* servem também como ferramenta de controle sobre o que ocorre com as famílias e indivíduos na base, permitindo que sejam identificados eventuais criminosos, conspiradores que tentem desarticular a organização dos acampamentos ou mesmo agentes infiltrados a serviço das forças de repressão. De um universo de quase 400 famílias que compunham o *acampamento* Dom Pedro, por exemplo, por fim foram cadastrados como assentados titulares de lotes apenas 30 indivíduos/famílias, pois houve um processo de eliminação de pessoas, possibilitado, dentre outros fatores, pela observação do perfil dos acampados no cotidiano.

Um dos mecanismos utilizado para esta filtragem é a exigência, por parte da direção, de que os agentes apresentem a certidão de antecedentes criminais num prazo de três dias, tendo em vista conhecer o seu passado e verificar sua idoneidade. Esta exigência é proposta também pelos órgãos fundiários e quando é apresentada algumas pessoas saem do acampamento em busca da certidão e não voltam nunca mais. Trata-se de um mecanismo que serve para proteção das *famílias de bem*, isto é, aqueles que estão participando do *acampamento* tendo em vista lutar por seus direitos e se enquadram no perfil proposto pelo MST para as famílias que formarão a comunidade proposta para o assentamento.

No período de acampamento e nos primeiros anos dos assentamentos também a maioria das tarefas cotidianas era realizada através de processos de cooperação que pressupunham a organização dos acampados por meio dos setores e equipes, sendo instruídos pela direção neste sentido através das reuniões da coordenação dos *acampamentos* e assentamentos e também por meio das *assembleias*. As atividades eram distribuídas entre os acampados de modo a que todos tivessem a oportunidade de trabalhar de alguma maneira nas tarefas.

Para além dessas atividades que envolviam algum nível de cooperação e que não estavam relacionadas ao trabalho agrícola havia os chamados *coletivos* voltados a atividades econômicas, que em termos da *organicidade* se vinculavam ao setor de produção do MST (posteriormente denominado setor de produção, cooperação e meio ambiente). O período de vivência nos acampamentos serviu como uma espécie de laboratório no qual diferentes experimentos produtivos foram realizados a partir da organização de *coletivos* de cooperação. Algumas dessas experiências lograram sucesso temporário, permitindo a geração de renda e

de alimentos para os acampados, enquanto outras resultaram num completo fracasso do ponto de vista produtivo e econômico, produzindo ainda tensões no convívio entre os acampados.

Todos os experimentos cooperativos iniciados nos acampamentos foram desfeitos ao longo do tempo, mas novos *coletivos* se formaram no contexto de criação e consolidação dos assentamentos. Mesmo para aqueles que atualmente não se encontram engajados em nenhum *coletivo* – este é o caso da maioria dos agentes nos dois assentamentos – a participação em processos de cooperação nos acampamentos é considerada como uma espécie de aprendizado que mostrou ter sido possível ou impossível desenvolver o trabalho cooperativo, dentro de certos limites e a partir das condições outrora existentes. Ainda, a experiência de organização para fins de luta por terras, independentemente das ações voltadas para a produção, é ainda hoje considerada pelos assentados como sugestiva em relação ao potencial advindo da união das famílias e indivíduos em prol de objetivos comuns, agindo de forma organizada.

Não obstante, atualmente reina uma descrença generalizada quanto às possibilidades de se desenvolver a cooperação via *coletivos*. Tal descrença é compartilhada por dirigentes, militantes, membros da base e principalmente entre os assentados que não se reconhecem mais como *sem-terra* e que desferem severas críticas aos dirigentes. Uma minoria dos assentados participa de algum *coletivo*, em geral, aqueles que são mais próximos do MST ainda hoje. Vários outros assentados, embora não estejam engajados em nenhum *coletivo*, apresentam planos de criar algum tipo de associação ou cooperativa com fins produtivos, mas não segundo os moldes de cooperação propostos e implementados pelo MST, por razões que evidenciarei mais adiante.

Tais constatações me levaram a questionar quais os motivos que levam os agentes em foco a se dispor a participar das experiências de cooperação propostas pelo MST e sob quais condições foi possível que estas acontecessem ou deixassem de acontecer. Mas, afinal, por que os *coletivos* não deram certo e por que ainda hoje não conseguem agregar mais do que um número ínfimo de pessoas, enfrentando severas dificuldades para se viabilizar como empreendimentos econômicos?

5.2 Impressões iniciais sobre a cooperação nos assentamentos alvo da pesquisa

Numa das primeiras visitas feitas ao PDS Jurema, os assentados afirmavam que foram tentadas experiências de trabalho coletivo desde o acampamento, de forma semelhante ao caso do PA Riacho. Segundo Renata, militante do MST e assentada em cuja casa me instalei durante o trabalho de campo no assentamento, desde o tempo do acampamento as pessoas já tinham aversão à proposta de cooperação, mas ela e seu marido, que mantinham relação mais próxima com o MST, tentavam incentivar os demais ao desenvolvimento da produção coletiva. Havia, por exemplo, um projeto de horta coletiva do tipo “mandala” durante a fase do acampamento, que era mantida por poucas pessoas, mas foi deixada de lado com a implantação do assentamento. Com a criação do assentamento, foi formado um *coletivo* voltado para a realização do mesmo tipo de experiência de produção de uvas tentada no PA Riacho, unindo inicialmente aproximadamente 11 famílias ou indivíduos cadastrados como assentados do total de 30 famílias cadastradas, representando 35% dos cadastrados – isto é, quase o dobro da proporção encontrada no outro assentamento, mas ainda assim eram poucas pessoas engajadas na proposta de cooperação e com apenas um tipo de espécie sendo cultivado.

Relataram os assentados Renan, Renata e Leandro, do PA Riacho, que houve a implantação de uma horta do tipo “mandala” no assentamento, fruto de parceria entre o CEEP e o MST, a qual veio a ser desativada por conta do progressivo abandono dos seus participantes. Foram oferecidos pelo MST cursos de agroecologia nesse assentamento e também no de Rio das Flores, sendo que neste último construiu-se ainda uma fábrica de mel, com apoio da CARE Brasil¹²⁴. Assim, começava a levantar aos poucos maiores informações sobre a cooperação, a organização e a aplicação da proposta das *Comunas da Terra*, a partir das conversas e entrevistas com os assentados que realizadas nesses primeiros momentos de entrada em campo, o que seria aprofundado quando vim a permanecer posteriormente por um período mais longo nos assentamentos.

Renata chama de *terreiro*, e não de lote, a área de cada família assentada no PDS Dom Pedro, que corresponde a 0,5 hectare por assentado. *Terreiro* é uma palavra comumente empregada em São Paulo para designar a área em torno da casa, adquirindo o mesmo sentido atribuído ao termo *quintal* em outras regiões. Segundo Renata, não cabia utilizar o termo *lote*, pois este sugere a propriedade individual e a possibilidade de transações mercantis com a terra, algo que não poderia acontecer ali, pois a titulação seria feita por meio de títulos de concessão de uso temporário renováveis e não por títulos de propriedade sobre o lote. Sua família cria no quintal de casa diversos tipos de animais como codorna, pato, porco, galinha e galinha d’angola e planta várias espécies no sistema de produção orgânico, isto é, sem uso de agrotóxicos, conforme relatou. Pude ver as criações e o *terreiro* plantado, pessoalmente. Seguindo as orientações de técnicos que trabalharam junto com eles no assentamento, foram descobrindo o que podia ou não ser cultivado na terra com sucesso e foram também aprendendo por meio de sua experiência própria a trabalhar a terra na localidade. Ainda, possuíam experiência no trabalho agrícola posto terem passado grande parte de suas vidas trabalhando como assalariados rurais em propriedades alheias onde cultivavam alimentos, além de terem assumido ocupações urbanas na cidade.

Em relação à posse e uso coletivo da terra, pensada pelo MST para ser feito predominantemente através da cooperação entre os assentados, a tendência observada na prática é a inversa à expectativa do Movimento: os assentados produzem apenas em seus lotes individuais atualmente e utilizam privadamente algumas áreas coletivas. Em Rio das Flores a área coletiva planejada pelo MST já está disponível para uso e vem sendo apropriada individualmente por algumas famílias, que solicitaram que o Instituto de Terras do Estado de São Paulo (ITESP), órgão fundiário estadual que criou e administra o assentamento, demarcasse a área a que tinham direito em meio às terras coletivas. Em Jequitibá a área coletiva ainda não foi disponibilizada para produção, pois a regularização do assentamento está pendente por questões judiciais em torno ao problema do licenciamento ambiental.

O problema de não poderem utilizar as áreas destinadas à produção coletiva em Jequitibá, as quais correspondem a três quartos do total das terras do assentamento, constitui-se num desafio central que enfrentam no presente, sendo um obstáculo para a realização de trabalhos tanto individuais como coletivos sobre a terra. Leandro contou que a grande

¹²⁴ “A CARE Brasil é uma ONG brasileira, com título de OSCIP (Organização da Sociedade Civil de Interesse Público), equipe e conselho brasileiros que integra a CARE Internacional, uma federação de 12 países-membros (Alemanha, Austrália, Áustria, Canadá, Dinamarca, Estados Unidos, França, Holanda, Japão, Noruega, Reino Unido e Tailândia), com sede em Genebra e atuação no combate à pobreza em 87 países. [...] Trabalha com foco no desenvolvimento local e sustentável das comunidades e territórios onde atua, por meio de ações de inclusão social; fortalecimento da economia local; preservação do meio ambiente; inovação na gestão pública; e mobilização social” (Fonte: <<http://www.care.org.br/quem-somos/>>. Acesso em: 07/05/2013).

dificuldade que enfrentavam no assentamento naquele momento era a falta do licenciamento ambiental, o que os impedia de ter acesso à maior parte das terras e às fontes d'água. O problema do acesso à água também ocorre no caso do assentamento em Rio das Flores, onde mesmo tendo sido emitida a licença ambiental os assentados são legalmente impedidos de utilizar as fontes d'água naturais existentes, consumindo fundamentalmente a água que vem de poços artesianos instalados. Essa restrição deriva de normas ambientais, como relatam os assentados, e, caso tentem se apropriar da água vinda dos córregos e nascentes, podem ser autuados pelos técnicos dos órgãos fundiários e do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais (IBAMA), responsável federal por, dentre outras coisas, fiscalizar questões relativas ao meio ambiente.

Num momento anterior havia uma horta coletiva do tipo “mandala” instalada no assentamento, a qual depois foi desativada, cuja produção era comercializada pela cooperativa do MST, a COACOM, através do PAA. Foi construída, por meio de uma parceria entre o Centro de Estudos, Educação e Pesquisa (CEEP)¹²⁵ e o MST, uma casa de farinha, voltada ao beneficiamento da produção de mandioca feita nos espaços do MST na Regional Grande São Paulo, que se encontrava desativada. O principal processo de cooperação em funcionamento é o *coletivo da uva*, resultado de uma iniciativa que teve início com os cursos de agroecologia realizados em Águas Negras, a partir do parreiral existente no sítio, que tem sido apoiado pelo CEEP, que comercializa a produção.

Notícia de 26 de julho de 2011 publicada no sítio do INCRA na *internet* menciona que neste mesmo dia foi realizado um mutirão para plantio de uvas, contando com sete mil videiras plantadas nos lotes individuais dos assentados. Para dezembro do mesmo ano estava prevista a primeira colheita. A atividade foi apoiada pelo Centro de Formação Campo e Cidade do MST, situado no município de Águas Negras, próximo a Jundiá, e pelo CEEP, que também auxilia na comercialização da produção que é vendida *in natura* diretamente ao consumidor, evitando a presença de intermediários. A produção a princípio é de “fruta de mesa”, isto é, para venda sem processamento ou agregação de valor à uva, mas há planos de produzir também vinho. A notícia afirma ainda que se planta no assentamento também banana, limão e jaca, sendo toda a produção baseada na agroecologia (Fonte: <http://www.incra.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=16373:assentados-apostam-em-producao-de-uvas-em-Jequitibá-sp&catid=1:ultima&Itemid=278>. Acesso em: 27 de julho de 2011).

¹²⁵ O Centro de Estudos, Educação e Pesquisa é uma iniciativa criada por operários metalúrgicos militantes da Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo que atuavam nos movimentos sindical e popular e desenvolve um trabalho de educação popular e apoio aos movimentos sociais e sindicatos na Grande São Paulo (Fonte: <<http://www.ceep.org.br>>. Acesso em: 20/11/2012).

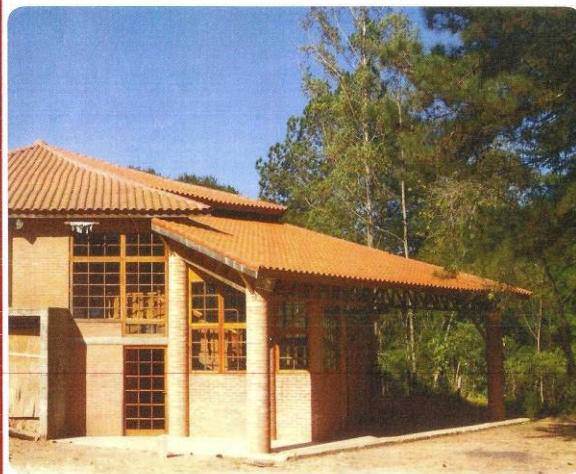
As uvas orgânicas produzidas no CFCC são comercializadas por meio da Rede de Solidariedade das Comunas. A rede envolve sindicatos, movimentos sociais, prefeituras e militantes solidários à causa do movimento. O êxito obtido até hoje na produção e comercialização das uvas orgânicas comprovam e fortalecem a viabilidade da produção agroecológica e da Reforma Agrária.



Centro de Formação Campo e Cidade



CENTRO DE FORMAÇÃO CAMPO E CIDADE



CFCC

Figura 21 – Folder do Centro de Formação Campo e Cidade, com referências ao trabalho com a uva e à Rede de Solidariedade das *Comunas*.

A exceção em relação ao fracasso dos processos de cooperação parece ser os dois grupos de assentados que formam o *coletivo da uva*, existente no assentamento de Jequitibá e também no de Rio das Flores. Unidos por laços de amizade e vizinhança, os assentados realizam o trabalho de cultivo de uvas através de mutirão e de um sistema de trocas de dias de trabalho. No período de preparação da terra para o plantio todos que compõem o grupo vão para o lote de um dos indivíduos, trabalhando-o coletivamente, fazendo a seguir o mesmo sucessivamente nos lotes dos outros integrantes, até que todos estejam com as terras prontas para o plantio, o que dura poucos dias. O mesmo se dá em relação ao processo de plantio que é feito coletivamente, assim como a venda, assumida pela Rede de Solidariedade organizada pelo CEEP, que vende as uvas na porta de fábricas onde atuam sindicatos de metalúrgicos, em paróquias da capital etc.

A comercialização da produção individual dos assentados de Jequitibá e de Rio das Flores de outros gêneros agrícolas, obtida a partir do trabalho individual ou familiar em seus próprios lotes, era feita pela COACOM junto a CONAB por meio do PAA nos anos de 2009 e 2010, mas, em 2011 a COACOM não estava mais atuando nisto e a Prefeitura de Guarulhos assumiu o papel de compradora direta da produção – mas apenas no assentamento em Rio das Flores. Essa prefeitura é dirigida pelo Partido dos Trabalhadores e havia recentemente começado a trabalhar em parceria com os produtores daquele assentamento.

Quando visitei o assentamento em Rio das Flores, chamado PA Riacho, Arnóbio relatou que os assentados estavam prestes a receber os recursos do PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, mantido pelo Ministério do

Desenvolvimento Agrário¹²⁶). Questionei se não seria esse o momento de se tentar realizar algum projeto coletivo, no que prontamente ele retrucou que não, que era melhor cada qual utilizar os recursos de acordo com sua própria vontade. Arnóbio também não fazia parte do grupo de cooperação que produz uva e mel. Embora se considere um militante do MST e com orgulho mantenha bandeiras do Movimento no quintal de casa e dentro de sua residência, não se mostrou um defensor da ideia de cooperação idealizada por este para o assentamento. Quais motivos explicariam isto? Teria algo a ver com as experiências de trabalho coletivo já realizadas no acampamento e no assentamento?

No quintal de Arnóbio havia um belo pomar com várias espécies frutíferas, cultivadas por meio de técnicas agroecológicas, conforme relatou, mas não trabalhava com o plantio de *roça* nem de hortas pois sua constituição física não o permitia – estava doente e tomava um coquetel de medicamentos. Assim como alguns outros assentados no PA Riacho, Arnóbio vem de um passado de grandes dificuldades, em que sofreu com o alcoolismo e problemas de saúde – mas afirmava ter melhorado atualmente, graças à sua entrada para o MST, que teria mudado sua vida para melhor, permitindo inclusive reaproximar-se da esposa e da filha, que o haviam abandonado por causa do alcoolismo outrora e agora moravam com ele no assentamento.

Arnóbio se reconhece como militante do MST e costuma receber os visitantes que vão conhecer o assentamento – não à toa me encaminharam para conversar com ele primeiramente, ao chegar em Rio das Flores. Em nossa primeira conversa contou sua história de vida e falou muito sobre a luta pela terra que vivenciou. Sobre o tema da cooperação, relatou que na fase do acampamento teriam funcionado experiências de cooperação, as quais se esfacelaram após a criação do assentamento, por conta de desentendimentos entre os seus participantes.

Havia então produção coletiva de alimentos por meio de um viveiro de plantas e de uma horta em formato do tipo “mandala”, técnica utilizada na agroecologia que tenta maximizar o aproveitamento dos recursos naturais através da implantação de círculos concêntricos com plantio de diferentes espécies. Os grupos assim organizados para fins produtivos eram chamados *coletivos*, mas também se dava este nome para outros grupos formados com objetivos específicos distintos como cuidar de problemas no abastecimento de água e outras questões que diziam respeito aos interesses comuns relativos ao trabalho e à moradia nos acampamentos e assentamentos.

Tendo sido extintas tais experiências, uma outra permanece ainda hoje, voltada ao trabalho agrícola coletivo no cultivo de uvas, envolvendo um pequeno grupo de famílias, do qual Arnóbio não participava por considerar que sua saúde está debilitada, ainda que tenha melhorado em relação ao momento anterior à entrada no MST. O estado de saúde de Arnóbio justificava apenas em parte sua não participação no grupo de cooperação que trabalhava com a uva, posto que Arnóbio não tinha experiência agrícola e não sabia como trabalhar a terra, apelando à realização de *bicos* fora do assentamento como forma de geração de renda.

¹²⁶ “O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) financia projetos individuais ou coletivos, que gerem renda aos agricultores familiares e assentados da reforma agrária. O programa possui as mais baixas taxas de juros dos financiamentos rurais, além das menores taxas de inadimplência entre os sistemas de crédito do País. O acesso ao Pronaf inicia-se na discussão da família sobre a necessidade do crédito, seja ele para o custeio da safra ou atividade agroindustrial, seja para o investimento em máquinas, equipamentos ou infraestrutura de produção e serviços agropecuários ou não agropecuários” (Fonte: < <http://www.mda.gov.br/portal/saf/programas/pronaf>>. Acesso em: 01/05/2013).

Apesar de todas as iniciativas e do apoio externo, as experiências de cooperação nas *Comunas da Terra* não funcionavam conforme planejado pelo MST, como pude constatar em campo via observação direta e a partir dos relatos dos próprios assentados e de militantes. Havia grandes dificuldades para unir os assentados para o trabalho em conjunto e para organizá-los até mesmo para questões elementares como resolver problemas de abastecimento d'água. De modo que o projeto de *Comunas da Terra* parecia permanecer muito mais como uma proposta idealizada do que como uma realidade na prática dos assentados.

Chamou-me a atenção o baixo nível de participação dos assentados no momento da pesquisa em experiências de cooperação organizadas em *coletivos* em ambos os assentamentos e a dificuldade de organizá-los para tratar de assuntos de interesse comunitário. A inquietação gerada a partir de tal constatação, estabelecida logo na primeira visita de campo, produziu sentimentos confusos. Por um lado, frustrou-me o fato de que aquilo que procurava, isto é, a cooperação voltada para a produção agrícola, era pouco desenvolvida, e os assentados se encontravam bastante desorganizados no que tange à gestão dos assentamentos. Por outro lado, o quadro de falta de organização e pouca representatividade das experiências de cooperação em relação à totalidade dos assentados em cada espaço suscitou a tarefa de compreender e explicar as razões que teriam produzido esse estado de coisas.

5.3 Coletivos desenvolvidos inicialmente

Apesar de a proposta das *Comunas da Terra* ter surgido em 2003, com sua consolidação por meio dos escritos de Delwek Matheus na mesma época em que estava sendo criado o assentamento em Rio das Flores, desde antes o MST já aplicava a política de estímulo à cooperação nos acampamentos da Regional Grande São Paulo. Durante o período dos *acampamentos* os dirigentes incentivavam as famílias e indivíduos a se juntar em *grupos de afinidade*, permitindo que os próprios escolhessem livremente seus parceiros de *grupo* para trabalhar, conviver e morar juntos. Cada grupo formava uma unidade de vizinhos acampados e de pessoas que trabalhariam juntas em algumas atividades do *acampamento*, contendo aproximadamente de 10 a 15 famílias ou indivíduos. Essas unidades eram pensadas também como forma de agregar os vizinhos a serem assentados juntos no momento da escolha dos lotes.

O setor de produção da Regional Grande São Paulo incentivou a criação de vários *coletivos* que uniam pessoas de diferentes *núcleos de base* – isto é, os *coletivos* tinham uma composição que não era a mesma dos *núcleos de base* e as duas formas de reunião de pessoas eram relativamente independentes e distintas. Os *coletivos* inicialmente criados produziram o efeito de se poder mapear quais eram os acampados que estavam dispostos a trabalhar com agricultura, tendo ou não experiência prévia. Estava em jogo a preparação dos mesmos para a situação nova de vida nos assentamentos, que pelo planejamento do MST teria como centro o trabalho na agricultura e funções correlacionadas, por meio da cooperação. Aqueles que já tinham experiência com a agricultura ensinavam aos demais que ainda não haviam feito este tipo de trabalho, de modo que o período em que permaneceram acampados possibilitou algum aprendizado sobre as atividades agrícolas.

Tentando desenvolver experiências de trabalho agrícola em *coletivos* visava-se produzir alimentos para consumo e venda, gerando alguma renda. Ao tempo mesmo ia-se

preparando as famílias e indivíduos para se organizarem para o planejamento do futuro assentamento, o que ocorreria durante a fase conhecida como *pré-assentamento*. Nesta, os acampados, já instalados em barracas de lona preta nos imóveis a serem regularizados, em situação relativamente estável por conta do avançar das negociações com os órgãos fundiários, discutiam com técnicos dos órgãos fundiários o modelo de ordenamento espacial a ser adotado tendo em vista o parcelamento das terras, a criação de setores de moradia, a destinação de áreas coletivas para o trabalho por meio da cooperação agrícola, o traçado das estradas, a distribuição das residências ao longo do espaço etc.

Durante a fase de acampamento, algumas experiências de *coletivos* foram tentadas, sem conseguir se desenvolver tanto quanto veio a ocorrer posteriormente, pelos renitentes motivos da falta de compromisso, assiduidade e disposição dos acampados para participar das atividades de cooperação com fins produtivos propostas pela direção da Regional. Foi durante a fase do *acampamento* e do *pré-assentamento* que a maioria dos *coletivos* se estruturaram. Nesta última fase as famílias escolheram seus lotes e posteriormente para eles se mudaram, iniciando a fase conhecida como de assentamento. Ao se mudar para os lotes, passaram a cada vez menos participar dos *coletivos* de produção. Logo se iniciaram os trabalhos do *coletivo das casas*, que tinha em vista a construção das residências, o que tomou muito tempo e requereu grande esforço por parte dos assentados. Este foi um momento de esvaziamento generalizado da maioria dos *coletivos* existentes, à exceção daquele destinado à construção das casas, cujo desenvolvimento fez eclodir uma série de conflitos entre os assentados.



Figura 22 – Fotografias retratando o trabalho dos *coletivos* com mel, viveiro de mudas e estufa. O título “Ida para os lotes” indica que a essa altura as famílias e indivíduos já tinham escolhido seus lotes e ido neles morar em barracos provisórios, passando a construir ali suas moradias. Painel de fotografias produzido como atividade pedagógica da “ciranda” no PA Riacho: Maria Telina de Paulo Sarmiento e crianças. Fotografia do painel: João Augusto de Andrade Neto.

Para a organização dos *coletivos*, a Regional Grande São Paulo do MST contou com o apoio financeiro do Centro Pastoral Santa Fé, dirigido por padres jesuítas. Alguns elementos que permitem elucidar essa conexão entre a Regional e a Santa Fé são o fato de que o grupo da Fraternidade Povo da Rua contava com jesuítas entre seus quadros e de que o Centro Pastoral Santa Fé se volta a um trabalho por justiça social e igualdade junto às classes populares. Atuando como uma pastoral social, a Santa Fé mantém uma política de estabelecimento de parcerias com movimentos sociais trabalham com questões sociais próximas àquelas trabalhadas por algumas pastorais. Um movimento como o MST, que é intimamente vinculado à Comissão Pastoral da Terra¹²⁷ desde seu surgimento e em sua atuação na Região Metropolitana de São Paulo contou com a presença direta de membros da Igreja Católica, encontrou no Centro Pastoral Santa Fé um poderoso aliado. No imóvel onde se situa o seminário da Santa Fé o *acampamento* Dom Tomás Balduino passou algum tempo instalado até conseguir a destinação da terra para a criação do assentamento. Na vizinhança havia uma área que estava prestes a ser transformada num “lixão” por parte da SABESP, a qual o MST ocupou contando com a participação da Santa Fé. Até 2008, pelo menos, pairava a ameaça por parte do governo de São Paulo de destinar as terras do *acampamento* Irmã Alberta para a criação de um aterro sanitário. Os membros da Santa Fé lutaram contra isso junto com os membros da Regional Grande São Paulo do MST, contando com acampados do Irmã Alberta e militantes e dirigentes da Regional.

Os projetos que contaram com o apoio do Padre Carlos, do Centro Pastoral Santa Fé, logo no início foram implementados junto aos membros do *acampamento* Dom Tomás Balduino, que haviam se instalado em definitivo na área em Rio das Flores, após a divulgação oficial por parte do Governo do Estado da notícia de que iria transformar um imóvel estadual no bairro Fazendas Reunidas Riacho num assentamento estadual sob responsabilidade do ITESP. As famílias então construíram barracos e uma cozinha comunitária na parte das terras que ficou conhecida como área social.

Ali os barracos ficavam bastante próximos uns dos outros e o convívio era bem intenso. Não raros eram os conflitos internos envolvendo pessoas usando drogas e álcool e também no que tange à *disciplina* imposta pelo MST. É preciso lembrar que nesta etapa havia muitas pessoas que tinham sido recrutadas *em situação de rua*, trazendo, de fato, uma bagagem pesada em termos da vivência nas ruas, que havia lhes deixado marcas duradouras. Havia viciados em drogas ilícitas e em álcool, soropositivos que encontravam apoio no trabalho desenvolvido pela Fraternidade voltado à prevenção da AIDS e ao cuidado com os aidéticos, muitas pessoas desempregadas e entregues à própria sorte após terem rompido o contato com suas antigas famílias, dentre outros casos.

A segunda ocupação transformada em assentamento na qual foram desenvolvidos projetos de *coletivos* financiados pela Santa Fé foi realizada pelos *acampamentos* Dom Pedro Casaldáliga e Camilo Torres, em Jequitibá, que resultou na criação do PDS Jurema. Após sofrerem vários despejos, ocuparam em definitivo uma propriedade particular até conseguir que o INCRA comprasse o imóvel rural dos herdeiros do antigo proprietário falecido durante

¹²⁷ Débora Lerrer sintetiza de maneira cristalina a relação entre MST e CPT: “Embora embebido na tradição marxista, o MST tem sua origem mais direta no trabalho pastoral de Igrejas cristãs, mais especificamente, da CPT, fundada uma década antes de seu surgimento em 1975. Herdeiro das concepções das pastorais progressistas da Igreja católica, o Movimento Sem-Terra é um dos vários frutos sociopolíticos desta tradição religiosa, que originou inclusive o PT” (LERRER, 2012, p. 469).

uma das ocupações. Uma vez criado o acampamento sobre a Fazenda Jurema, o *acampamento* Camilo Torres dissolveu-se, sendo seus membros incorporados ao Dom Pedro, que veio a dar nome à ocupação. Ali havia também a presença de algumas pessoas vindas de *situação de rua*, mas a maior parte dos acampados de fato não provinha desta condição, tendo sido recrutados nas cidades periféricas, favelas, cortiços e pensões da capital.

A área da Fazenda Jurema é atravessada por uma estrada que segue para o município de Jundiáí, que fica a aproximadamente 30 km de Jequitibá. Foram construídos barracos de lona preta bem próximos uns aos outros e uma cozinha comunitária num dos lados da estrada, permanecendo a outra margem, onde se situava um córrego e a mata nativa, preservada. No local onde foi erguido o acampamento, o antigo proprietário havia plantado pastagem para gado e eucalipto. Desde o início a ideia era conjugar atividades agrícolas com a preservação do meio ambiente, sob inspiração de ideias e práticas da agroecologia, tal qual ocorrido no *acampamento* Dom Tomás Balduino.

No *acampamento* Dom Tomás Balduino, em Rio das Flores, contando com o financiamento do Padre Carlos, do Centro Pastoral Santa Fé, foram feitos projetos para trabalho em *coletivo* com hortas, pequenas plantações, criação de coelhos, codornas, cabras, porcos, artesanato, costura, uma estufa para a realização de plantios como pimentão, um viveiro de mudas e a horta do tipo “mandala”. As famílias foram se agrupando de acordo com seus interesses produtivos para trabalhar coletivamente. Cada *coletivo* envolvia em geral no máximo algo em torno de 10 famílias/indivíduos, e cada participante trabalhava num único *coletivo*, para que os demais também pudessem ter oportunidade para deles participar. Nenhuma das experiências foi considerada como bem sucedida pelos assentados e dirigentes entrevistados e todas sofreram solução de continuidade. Cabe salientar que a maioria dos dirigentes da Regional não tinha qualquer experiência com agricultura, sendo muitos deles advindos de áreas urbanas, enquanto alguns poucos já haviam trabalhado com a terra em algum momento de suas vidas. Conforme os relatos, os acampados contavam nesta época com a assistência de um técnico do MST que trabalhava junto com eles a partir do enfoque da agroecologia.

O papel do Padre Carlos e de técnicos ligados ao MST foi central neste momento. Sem recursos iniciais não havia como adquirir as ferramentas, estruturas, sementes, mudas, animais, rações, máquinas de costura, material para artesanato e demais insumos necessários para os empreendimentos dos *coletivos*. Sem um técnico responsável por instruir os acampados, em sua imensa maioria desprovidos de experiências prévias com a agricultura, seria muito difícil iniciar a produção agrícola, ainda mais sobre bases agroecológicas, como o MST propunha.

Conforme os relatos, no início alguns *coletivos* eram até bem organizados, como o que trabalhava com a criação de codornas em Rio das Flores. O recurso mobilizado pelo Padre Carlos permitiu que se comprasse o equipamento, os insumos e as aves para desenvolver a criação. Organizou-se um grupo para dividir tarefas, revezando-se os membros nos cuidados cotidianos com a criação. Com o tempo, as pessoas foram deixando o *coletivo*, até que restou apenas uma pessoa, Nilson, que alimentava e fazia a manutenção do espaço ocupado pelas codornas, tendo ainda que se deslocar periodicamente até o município de Jundiáí, há aproximadamente 30 km de Rio das Flores, para comprar ração. No final, as gaiolas que haviam sido adquiridas para criar as codornas acabaram ficando sob a posse de Nilson.

Um dos principais motivos apontados pelos assentados para o fracasso dos *coletivos* é o fato de que os agentes faltavam muito ao trabalho e chegavam com bastante atraso,

contrariando o que era combinado nas reuniões de preparação. Enquanto alguns se dedicavam muito ao trabalho, outros simplesmente não iam trabalhar, ou apareciam esporadicamente. Além disso, havia pouca participação nas reuniões para discussão realizadas pelos *coletivos*, estando muitos dos participantes ausentes das mesmas.

Outro fator elencado foi a dificuldade de comercialização do que era produzido. Neste sentido, o caso do *coletivo* da estufa é exemplar. A maior parte do investimento da estufa foi realizado diretamente pelo Padre Carlos. Esse mesmo Padre já havia apoiado também um projeto de assentamento próximo de Iaras organizado pelo MST e considerou que era viável investir na área em Rio das Flores, apostando na iniciativa de produção em *coletivos*¹²⁸. O Padre chegou inclusive a emprestar um caminhão para carregar madeiras para construção da estufa, tendo também comprado o adubo. A estrutura levantada destinava-se a proteger a produção realizada sobre a terra de intempéries como sol e chuvas fortes.



Figura 23 – Essa imagem apresenta a estufa destinada ao plantio de gêneros alimentícios, com dois trabalhadores em seu interior, ao lado direito. É possível ver os plantios no meio da imagem. Painel de fotografias produzido como atividade pedagógica da “ciranda” no PA Riacho: Maria Telina de Paulo Sarmiento e crianças. Fotografia do painel: João Augusto de Andrade Neto.

¹²⁸ O Padre Carlos viabilizou a aquisição de uma estrutura metálica que sustentava a estufa. Alguns assentados falam num investimento de algo em torno de 50 a 60 mil reais neste projeto. Quando o *coletivo* se desfez, parte dessa estrutura foi guardada no Centro de Formação Campo e Cidade da Regional Grande São Paulo do MST, no município de Águas Negras, há aproximadamente 25 km de Jequitibá, próximo a Jundiáí, conforme pude perceber ao visitá-lo.

A ideia inicialmente era produzir alimentos orgânicos, sem trabalhar com o uso de agrotóxicos na plantação. Conheciam a experiência bem sucedida de produção de pimentões num assentamento no município de Sarapuí e queriam reproduzi-la em Rio das Flores. Precisavam de assistência técnica para iniciar o trabalho com a terra, uma vez que a estrutura composta por lona e madeiras foi por eles erguida, ainda que com bastante dificuldade. O técnico que trabalhava com o MST em Sarapuí veio lhes dar apoio, mas não tinha experiência com a produção de orgânicos, tão somente com o modelo de produção convencional herdado da Revolução Verde, que se serve de agrotóxicos. A terra estava muito pobre em nutrientes, mas o problema foi contornado pelo uso de técnicas de adubação com insumos químicos industrializados. Somente algum tempo depois os assentados em Rio das Flores começaram a receber a assistência de um técnico que trabalhava com agroecologia ligado ao MST, apelidado Pelé, que os ensinou a trabalhar com agrofloresta, horta “mandala”, adubação verde e outras técnicas, além de lhes transmitir elementos da visão agroecológica sobre a natureza e a importância dos saberes tradicionais.

Dentro da estufa a terra foi então preparada e plantou-se pimentão, tomate e rúcula. A produção ia bem, até que chegou o momento da colheita: não havia quem comprasse os produtos e tampouco meios de transportes para levá-los para comercialização nas cidades próximas. Havia a promessa de que os produtos seriam transportados com o caminhão pertencente à Regional, mas esse transporte não chegou a ser viabilizado. As pessoas foram desanimando e deixando de participar do trabalho.

Um dos fatos que gerou muita indignação entre os assentados é que não lhes foi permitido apropriar-se individualmente do produto de seu trabalho na estufa. Mesmo aqueles que se dedicaram ao trabalho no *coletivo* mas intensamente, trabalhando inclusive para a construção da estufa, afirmam que houve erro por parte dos acampados, que se desuniram no momento de dividir os produtos do trabalho, desrespeitando a regra previamente estabelecida de que se deveria vender a produção coletivamente e compartilhar a renda igualmente.

Por fim, ao perceberem que não iam mais conseguir comercializar os produtos e visando não perder toda a produção, foi negociada pela direção a compra da produção por parte de padres da Igreja Católica, mas a maior parte dela teria de fato sido perdida, apodrecendo sem ser vendida ou consumida. Alguns dizem que não foi gerada qualquer renda para os participantes, outros afirmam que a renda obtida com a venda foi muito pouca, mas dividida igualmente entre os participantes. Em sua maioria os assentados que participaram do *coletivo* alegam que teriam trabalhado muito no empreendimento e recebido muito pouco ou nada por isto.

Os assentados alegam que não havia transparência na administração, que era centralizada pelos coordenadores do acampamento, os quais não compartilhavam informações. Uma dirigente que estava à frente do *acampamento* Dom Tomás Balduino afirmou que não havia algo como uma contabilidade científica, mas apenas um caderno de notas por meio do qual se controlava os recursos que haviam entrado no *coletivo* e aqueles que haviam saído. Cada *coletivo* tinha seu próprio caderno e o controle e a prestação de contas eram feitos em cada *coletivo* pelos seus próprios membros através de reuniões. Em geral os participantes dos *coletivos* não se dispunham a cuidar das finanças do grupo e aqueles que o faziam sofriam grande desconfiança dos demais. Por isto, havia rotatividade entre os responsáveis pelas finanças, que se sentiam ofendidos pela desconfiança alheia e tinham dificuldades de lidar com as opiniões vindas dos demais membros do *coletivo*.

O fato de a maioria dos *coletivos* não ter dado certo gerou efeitos que vão para além do fracasso do ponto de vista econômico e produtivo, envolvendo questões de sociabilidade, da ordem das relações internas entre os assentados. Houve uma série de acusações mútuas entre os seus ex-membros relacionadas aos atrasos e faltas, que eram considerados muitas vezes como um artifício para não trabalhar nem participar das reuniões e poder desfrutar da produção tal qual aqueles que se dedicaram mais ao *coletivo*. A coordenação do *acampamento* também não foi poupada: eram acusados de desvio de recursos os coordenadores que participavam dos *coletivos*.

Essas desavenças de ordem pessoal geraram grande desestímulo em muitos acampados no que tange à participação em processos de cooperação voltados para a produção. Seus efeitos permanecem até hoje, de certa forma, na opção da maioria dos assentados por trabalhar sozinhos em seus lotes ou contando apenas com a ajuda de um ou outro assentado com quem mantêm um bom relacionamento. Um assentado em Rio das Flores explicou bem a aversão aos *coletivos*, dizendo que “nunca ganhou nada no *coletivo*” e que o “individual dá mais certo, pelo menos até agora”, pois “ninguém enche o saco”. Confessava que após cinco anos trabalhando em *coletivos* como o da estufa, o da horta “mandala” e o de criação de porcos, não tinha recebido nenhum tipo de retorno econômico, tendo investido muito tempo particularmente neste último.

A história se repete em relação a todos os *coletivos* desta fase: porcos, cabras, coelhos, codornas, artesanato, costura, viveiro de mudas, estufa, hortaliças etc. Nenhuma das iniciativas deu certo e as explicações para o fracasso são sempre as mesmas. Os participantes se organizavam inicialmente para estudar como seria desenvolvido o trabalho, selecionavam o pedaço de terra ou localidade onde iria ser feito, cuidavam de erguer as estruturas necessárias e começavam a trabalhar com a produção propriamente dita. Inicialmente o processo corria bem e as pessoas demonstravam muito interesse. No momento da distribuição de tarefas e de sua realização começavam os desentendimentos. Várias pessoas afirmavam não poder trabalhar por questões pessoais (oferecendo justificativas diversas como a necessidade de ir ao médico ou ao supermercado, por exemplo), o que incitava a desmoralização de uns pelos outros por meio de fofocas e boatos, quando não de acusações explícitas nas reuniões dos *coletivos*. Quando chegava o momento da venda o problema se agravava ainda mais, ao terem que lidar com a questão da distribuição igualitária do dinheiro a ser auferido. Considerando-se o fato de que uns acreditavam ter trabalhado mais do que os outros, sentiam-se no direito de ganhar uma parcela maior dos frutos do trabalho.

As famílias e indivíduos iam desistindo e deixando o *coletivo* a cada semana, esvaziando-os progressivamente por conta dos conflitos internos, até que não sobrasse mais ninguém ou apenas uma pessoa cuidando do trabalho. Enquanto alguns trabalhavam demais, outros trabalhavam pouco ou nada: “tem uns trabalhadores, tem outros que é preguiçoso”, disse uma assentada entrevistada. A ideia de todos se unirem para trabalhar, limpando uma área com as enxadas para plantar, colher e dividir o dinheiro e a produção passou a ser considerada como algo ineficaz, que gera discussões e brigas.

Na hora da venda da produção a desconfiança se espalhava rapidamente. Como não estavam bem organizados os *coletivos* em termos de uma administração sob o controle coletivo dos membros, os mesmos questionavam se as mercadorias teriam sido vendidas de fato pelo preço afirmado por aquele que tratou de comercializá-las e na quantidade mencionada e se a distribuição da verba pelos participantes do *coletivo* estava sendo feita corretamente ou não. Diferindo da dirigente que afirmava haver um controle interno nos

coletivos feito através de um caderno e da prestação de contas em reuniões, outros assentados dizem que não havia controle algum sobre a comercialização.

5.4 Explorando alguns significados dos *coletivos*

No caso do *coletivo* do artesanato, participavam apenas dois assentados, o que dá uma primeira pista da amplitude de significados atribuídos a essa categoria nativa. Neste, a cooperação se voltava não a atividades agrícolas, mas a uma forma artesanal de produção de mercadorias manufaturadas não-alimentícias. Nando, assentado já citado no capítulo anterior, que passou pela vida em albergues e estava desempregado quando entrou em contato com o *trabalho de base* realizado pelo MST na Regional Grande São Paulo, foi um dos participantes deste *coletivo*. Recuperemos mais a fundo agora a história de vida do casal Nando e Neusa, de modo a tentar estabelecer relações com o fato de sua adesão ao *coletivo do artesanato*.

Nando nasceu em Manhuaçu, cidade mineira situada há aproximadamente 280 km de Belo Horizonte, próximo ao Estado do Espírito Santo. Vem de uma família de trabalhadores rurais que trabalhavam *derriçando café*, na colheita do produto em propriedades de parentes da região, recebendo uma remuneração para isto que podia ser um valor pré-acordado ou definido de acordo com a quantidade de sacos de café entregues. Eram deslocados a partir do *arraial* (pequeno núcleo de moradias do interior) onde viviam junto com outros moradores, sendo levados em caminhões para as propriedades. Às vezes também trabalhavam capinando em torno aos pés de café e colocando adubo na terra. Havia mutirões feitos pelos trabalhadores para desenvolver tais atividades nas propriedades alheias. Nando afirma que gostava de ajudar na colheita do café, trabalhando junto com os pais.

Depois, Nando, sua mãe, pai e irmãos foram para Belo Horizonte, *saindo da roça em busca de uma coisa melhor*, isto é, ter uma melhor condição financeira. Nando se considera parte do contingente que vem do *Norte* para as grandes capitais a procura de bons empregos, como na indústria de automóveis e na construção civil. Seu pai trabalhava como carpinteiro na construção civil e morreu num acidente de desabamento de prédio em 1971. Sua mãe recebeu indenização do Estado após isto e comprou um pequeno sítio em Belo Horizonte com a verba. Lá, Nando passou 30 anos, até vir para São Paulo, onde conseguiu emprego na fábrica de automóveis da Fiat em Belo Horizonte, onde trabalhou bastante tempo até ficar desempregado. Um parente seu faleceu na capital São Paulo e ele se deslocou para lá para participar do enterro, quando então conheceu sua atual esposa, Neusa, nascida e criada em São Paulo. Neusa nunca havia trabalhado com agricultura: tinha trabalhado *em casa de família* como doméstica e sempre morou na capital São Paulo. A mãe também trabalhava na mesma ocupação e o pai trabalhava numa fábrica de alumínio.

Nando voltou para Minas Gerais, mas como havia se interessado muito por Neusa, retornou para a capital paulista para buscar a futura esposa. Juntaram-se e foram morar na casa da mãe de Nando em Belo Horizonte, por cinco anos, mas Nando já estava desempregado e Neusa não mantinha um bom relacionamento com a sogra. Desta feita, deixaram a casa da sogra em Belo Horizonte e voltaram para São Paulo, onde passaram a residir temporariamente na casa da mãe de Neusa. Vinham em busca de emprego para Nando, enquanto Neusa cuidava das crianças. Sua família residiu na casa da sogra por seis meses, período no qual buscou emprego diariamente, utilizando um traje de gari para poder se transportar em ônibus sem pagar a tarifa, pois não tinha condições para arcar com a despesa.

Acreditava que ia arranjar rapidamente outro emprego em São Paulo, mas frustrou-se nesta busca. Logo no terceiro mês morando na casa da sogra esta começou a ficar incomodada e reclamar por sua presença na casa junto com mais três filhos e a esposa, o que o levou a deixar a moradia e passar a tomar banho e pernoitar em albergue público no bairro de Santo Amaro. Neste albergue entrou em contato com militantes do MST que desenvolviam o *trabalho de base* – algo que depois Nando também veio a realizar como militante, ao deixar a *situação de rua*.

Chegaram a morar por 20 dias na casa de uma conhecida, que se compadeceu da situação a que se submetia a família, tendo que viver apertada num cômodo de três metros quadrados juntamente com a sogra, sendo sustentados por esta. Assim, se mudaram para a casa dessa senhora, onde se alimentavam às custas do seu marido. Suas crianças discutiam com os filhos da dona da casa, o que gerou problemas de relacionamento. Assim, iam *pulando de galho em galho*, como *ciganos*, à procura de moradia e trabalho. Hoje em dia, encontraram condições dignas de vida no assentamento, onde têm sua própria casa na qual podem receber pessoas e conversar livremente e acreditam que “parente é bom assim, quando você tá aqui e ele tá longe. Agora, quando você tá junto... num é a mesma coisa”. O trabalho que Nando buscava na cidade acabou sendo encontrado no campo, onde conseguiu casa, um pedaço de terra para trabalhar, recebeu financiamento para a produção e tem duas estufas onde faz plantio de frutas e hortaliças, além de um pomar.

No relato de Nando e Neusa sobre sua experiência com a cooperação, fica claro que no período do *acampamento* esta figurou como um meio para geração de renda para os acampados.

João – [...] Daí eu queria saber um pouco assim, como é que foi essa questão do *coletivo*, né, que desde o começo tentava fazer os *coletivos* de estufa, de mel, como é que foi esse processo?

Neusa – Nunca deu certo.

Nando – Aí é complicado, né, aí você pegou num ponto fundamental. *Eu vou falar como ex-militante, ou então como assentado, do jeito que você achar que é melhor. Como assentado, eu vou falar como assentado, o que eu acho.* [...] Porque, assim, na hora do trabalho que é o principal. O trabalho ele tem que ser em conjunto e na questão das vendas também. Não adianta você só ter o trabalho junto e não ter na distribuição das rendas, do dinheiro que tem. No caso não ter a distribuição adequada, certa, né. E aí eu comecei a trabalhar com artesanato, eu fazia casinha, eu fazia alguma coisa pra, pra poder aumentar a renda da família, a gente tem bastante... Eu tenho quatro criança e minha mulher: são seis pessoas. E eu precisava de uma renda extra, no início, nós tava com quatro aqui dentro e aí eu entrei no artesanato. Aí eu montava, junto com esse outro companheiro, montava os artesanato e aí as visitas vinha, vinha lá de fora, eu era do setor de comunicação, eu já recebia as visita que vinha e na venda... Aí quando vinha as visita eu já ficava mais alegre e falava: “ixi, vai vim visita eu vou poder mostrar meus artesanato, né”. Aí eu construía com ele, montava os artesanato (Fonte: Entrevista com Nando e Neusa em 22 de setembro de 2011, no PA Riacho, em Rio das Flores, SP).

Um primeiro ponto que chama a atenção na fala é a dúvida inicial sobre a posição que Nando assumiria para enunciar sua opinião sobre os *coletivos*. Ao assumir o papel de ex-militante, neste contexto, poderia estar em jogo a divulgação de informações internas que os

dirigentes tentam manter em sigilo. Ou então, ao incorporar provisoriamente o antigo papel de militante, isto poderia forçá-lo a assumir uma visão elogiosa sobre os *coletivos*, o que poderia levar à omissão de aspectos negativos relativos à prática da cooperação ali realizada – não à toa sua esposa, Neusa, insistiu imediatamente para que falasse a verdade, contando que os *coletivos* não deram certo. Neste sentido, ao assumir a posição de assentado para dar prosseguimento ao seu relato, Nando livrou-se da responsabilidade de se limitar a uma visão apologética sobre a cooperação conforme praticada pelo MST, permitindo-se explicitar queixas e críticas que de outro modo poderiam ter sido silenciadas. Isto porque, como já vimos, a cooperação é mais do que um conjunto de propostas e técnicas, mas um valor central para o MST, que tem em vista que sua base o incorpore e oriente suas ações a partir do mesmo. Assim, a não efetivação das propostas de cooperação soa como um fracasso em termos econômicos e produtivos, mas, sobretudo, no que tange à mudança da cultura política dos membros da base e à contínua vinculação ou ampliação de um contingente voltado para a reprodução do Movimento e inserido em algum setor de sua *organicidade*.

A manutenção ou não dos *coletivos* após a criação dos assentamentos constitui um indicador da maior ou menor influência que o MST consegue manter sob as áreas conquistadas. Por esta razão também é delicado para alguns assentados que sentem pertencer à organização como militantes ou dirigentes relatar que a cooperação não funciona, pois, na prática, isto significa que a presença do Movimento nos assentamentos se enfraqueceu e diminuiu a influência exercida sobre os assentados sobre o território dos assentamentos, o que contraria o projeto ao qual aderiram e que insistentemente tentam levar a cabo, em geral, enfrentando a resistência da maioria dos assentados que não mais aceitam o modelo de cooperação proposto. Os anos que se seguiram à criação dos assentamentos foram marcados pelo progressivo esvaziamento da base do MST, agora que muitos dos ex-acampados tendem a se ver como não mais dependentes do Movimento para garantir o atendimento de suas necessidades básicas como moradia e alimentação, bem como o acesso a políticas públicas de crédito agrícola, assistência técnica e assistência social, voltando-se para o relacionamento direto com agentes estatais, em particular do INCRA e/ou do ITESP.

Nando participou apenas do *coletivo* do artesanato, por opção própria. Afirma que vislumbrou na atividade a possibilidade de gerar renda para sustentar a si, sua esposa e quatro filhos durante o período do *acampamento*. De fato, conseguiu fazê-lo em alguma medida, mas logo houve desentendimentos com o parceiro do *coletivo* relacionados à comercialização e ao controle e divisão do dinheiro recebido ao vender os produtos, o que o desestimulou a levar adiante o trabalho.

Teria esta escolha por participar de um *coletivo* e, mais especificamente, o *coletivo do artesanato*, alguma relação com a trajetória social de Nando? Talvez sua experiência de vida tenha lhe informado e contribuído para que chegasse à conclusão de que o trabalho com o artesanato poderia ser mais rentável do que o trabalho agrícola realizado em *coletivos*. Sua experiência anterior com a agricultura já havia demonstrado que esse tipo de trabalho não garantia um bom retorno financeiro, ao menos nas condições em que era realizado em sua terra natal. Por outro lado, o trabalho urbano na indústria automobilística tinha lhe sustentado durante grande parte de sua vida de uma forma por ele considerada superior à lida com a agricultura, mas era uma ocupação totalmente distinta da produção de mercadorias manufaturadas artesanalmente tentada pelo *coletivo do artesanato*.

Reconstituindo sinteticamente a trajetória de Nando não foi possível encontrar qualquernexo entre o itinerário percorrido antes de se juntar ao MST e a opção por aderir ao

trabalho em *coletivos*. Para além do fato de não optar por um *coletivo* de trabalho agrícola e sim pelo de artesanato poder ter se relacionado com as experiências rurais e urbanas pretéritas, é preciso questionar acerca dos elementos que explicam a adesão ou não à cooperação. As experiências de *coletivos* com trabalhos não-agrícolas são exceções, e, no caso em questão, houve apenas os projetos de trabalho com artesanato e costura, que contaram com pouca participação, diferindo nisto dos *coletivos* agrícolas, que reuniram mais participantes.

Ainda em relação ao caso de Nando, cabe indicar que o MST lhe ofereceu processos de *formação* como militante mais avançados do que aqueles que são oferecidos a outros membros da base dos acampamentos, incluindo o acesso à educação formal. Foi-lhe oferecida por dirigentes ligados à Igreja Católica a oportunidade de cursar graduação em jornalismo numa universidade particular em São Paulo, o que o fez perder a timidez e aprender a se comunicar melhor, tornando-se coordenador do setor de comunicação da Regional. Nando, assim como alguns dos outros dirigentes vindos dos quadros da Igreja Católica, tinha uma escolarização bastante superior em relação aos demais acampados, especialmente aqueles que vieram de *situação de rua* como ele. Dentro da universidade fazia trabalhos na área de rádio e televisão, os quais tinham como tema a realidade dos assentamentos. Apesar do fato de não ser mais militante do MST, Nando ainda se identifica muito com o Movimento e sua opinião sobre os *coletivos* não pode ser considerada de antemão como sendo influenciada por uma adesão irrefletida, como fica claro no seu discurso sobre os *coletivos*, nem por rancores, mágoas ou pela participação em dissidências políticas, já que ainda hoje trabalha recebendo visitantes que vão conhecer o assentamento e divulga a importância do MST, a história da luta pela terra na região e os produtos que ali são produzidos. Trata-se de uma opinião fundada na experiência vivida pessoalmente e no acompanhamento das experiências de outros no *acampamento*.

Nando – [...] Então assim, é, eu acho uma questão muito complicada quando fala de *coletivo*. *Aí, as pessoas aqui hoje ficam mais no individual, pra ser sincero*. E quando eu pego e vou...Eu ponho no carro e vendo, aí eu ponho na minha... Pergunta pra qualquer um no assentamento... [...] Ninguém quer o *coletivo*, aí, não deu mais. *Você pode procurar, até hoje eu ainda não vi, né, assim, alguma pessoa que tá adequada pra coletivo assim. E eu era a favor, sou, sempre fui a favor do coletivo, mesmo por que acho que tem melhorias no coletivo, se for uma coisa bem organizada, não tem, Neusa? Porque a gente já viu vários assentamentos do Movimento Sem-Terra que já funcionou com coletivo. Eu já vi*. Passa inclusive no Globo Rural alguns assentados da reforma agrária que monta-se... Aquele, por exemplo, agroindústria, que é a agricultura e a indústria, e aí eles podem vender queijo, pode fazer doces. Eu tô com a intenção depois, mais pra frente, se sair alguma verba adequada pra mim montar a questão do doce, né, pra mim vender. Posso comprar um fogão que eu vi lá em Jundiá, por exemplo, e aí a gente compra uns tachos, como eu sou de Minas gosto lá daqueles tachões de cobre, aí chamo a mulher e os meninos tudo pra nós trabalhar e montar os doces, né... [...] E plantar e vender também, né, montar os doces e deixar... *Quando vêm as visitas, cê vende tudo! [...] Tudo! Eles chegam, aquele pessoal, alunos, né, chega aí e eu já tô pra receber junto com meu companheiro Arnóbio, com companheiro Estevão, e aí a gente consegue vender bastante. Eu não sou contra... Aí se você me perguntar, eu não sou contra o coletivo, eu sou a favor do coletivo. Mas um coletivo que seja bem organizado, que seja de confiança, pessoas todas que possam falar assim:*

eu vou fazer um coletivo com você, mas vai funcionar desse jeito, nosso trabalho é igual... Eu acho assim. Aí funciona. O meu... O nosso trabalho é igual, a nossa venda é igual, né, quando que nós vamos vender, que dia que nós vamos vender e se no dia da gente vender vai tá todo mundo junto ali pra vender o seu produto, a distribuição é junta, aqui tá o seu, seu e seu. Pronto, aí funciona!

João – Mas é difícil fazer um grupo assim não é?

Nando – É difícil, é difícil... [...] Mas é dentro disso que eu tô te falando, *ainda a gente pretende né, com tempo, fazer os... Montar uma cooperativa, porque é mais fácil pra você tá vendendo as coisas da sua produção, mas ainda não tem assim uma coisa mais firme ainda.* [...] Mas assim, eu tô querendo agora encher essas duas estufas – que eu tenho essa e aquela – eu tenho mais jeito pra plantar lá atrás, mais canteiros lá pra trás e colocar pelo menos dois mil pés, e aí eu tenho que ir lá colocar uns dois mil pés. Agora, ponho no carro e vou e vendo, né, aqui no bairro eu saio um dia, que eu saí, eu tava com carrinho de mão ainda, atravessei aqui por dentro, nós fomos lá. Eu vendi cinquenta reais assim, [...], cada um pé por um real. (Fonte: Entrevista com Nando e Neusa em 22 de setembro de 2011, no PA Riacho, em Rio das Flores, SP).

A fala de Nando expressa a permanência da ideia de se formar uma cooperativa dos assentados para fins de comercialização, o que não se confunde com os *coletivos* em que o trabalho e os meios de produção são coletivizados. Enquanto tal opção, considerada mais vantajosa, não se consubstancia na realidade, Nando e a família seguem produzindo individualmente, plantando dentro das duas estufas que possuem e no seu quintal e vendendo a produção também individualmente, seguindo de porta em porta nas áreas urbanas vizinhas, para oferecer a produção. Desta forma sua família tem conseguido gerar alguma renda para se manter, além de acessar ao Programa Bolsa Família.

Dentro desse universo cultural compartilhado pelos assentados e pelos dirigentes e militantes do MST a categoria *coletivo* se opõe à categoria *individual*: quem não se organiza para produzir no tipo de *coletivo* pensado e aplicado pelo MST acaba *ficando no individual*. Esta expressão recebe um valor negativo no âmbito do *ethos* do Movimento e em muitos casos serve mesmo como uma forma de desqualificar o outro, tachando-o de *individualista*, caso não aceite as propostas do MST para o trabalho em *coletivos* ou não queira participar das atividades sugeridas pelos dirigentes e militantes. Por isso, Nando relata com algum cuidado o fato de que está trabalhando atualmente *no individual*, uma vez que ainda orienta suas condutas e valores em alguma medida por aquele *ethos* coletivista forjado pela participação no MST e ainda trabalha junto com o Movimento, embora não seja mais um militante orgânico.

Um fator positivo referente à localização dos assentamentos *Comunas da Terra* é a proximidade em relação aos centros urbanos, o que permite que muita gente os visite como estudantes, religiosos, professores, pesquisadores e mesmo turistas, os quais lá têm a oportunidade de comprar produtos feitos pelos assentados. Ainda que não permite a geração de uma renda substantiva e fixa, Nando vê nessas ocasiões mais uma oportunidade para venda dos produtos gerados no assentamento. As visitas são organizadas por pessoas que dizem representar a coordenação do assentamento, que fazem parte do MST como dirigentes, militantes ou base. Os universitários e outros estudantes visitam os assentamentos sendo levados por professores que trabalham a questão da reforma agrária em sala de aula, mas é

comum também que pessoas ligadas a outros movimentos sociais visitem as áreas para conhecê-las e estreitar contatos com gente do MST. Nando e mais outros dois assentados, Arnóbio, que é militante, e Estevão, ex-militante, são responsáveis por receber os visitantes em nome da Regional Grande São Paulo do MST. Os principais atrativos eram as atividades desenvolvidas em *coletivos*, nas quais o MST apresentava o trabalho já em curso e apontava para o potencial de trabalhos a serem desenvolvidos sobre as terras após a criação do assentamento. Os visitantes tinham a oportunidade de comer alimentos produzidos nas pequenas hortas e roças nas áreas de moradia dos assentados e de comprá-los para levar para suas residências. Embora a produção dos assentados seja pouca, é suficiente para este tipo de uso e também para a venda para comerciantes que circulam de carro nos assentamentos tendo em vista comprar a produção para revendê-la por um preço mais alto nas áreas urbanas da região do entorno. Para aqueles assentados que compraram automóvel após serem assentados, outra opção é vender a produção diretamente nas redondezas, evitando a presença de intermediários – o que alguns fazem se esforçando para levar os produtos em sacolas, carrinhos de mão ou bicicletas.

Para o desenvolvimento das primeiras experiências de *coletivos* em Rio das Flores o MST contava com o apoio de um técnico, como mencionado. A informação que obtive foi a de que o ITESP teria ganhado uma licitação junto ao INCRA, adquirindo o direito de trabalhar com a assistência técnica em assentamentos em São Paulo. O MST de alguma forma tinha influência sobre o ITESP, conseguindo fazer com que técnicos ligados ao Movimento atuassem nas equipes do órgão. Provavelmente Pelé participava do trabalho junto aos assentados e acampados da Regional Grande São Paulo através dessa forma de financiamento, pois ouvi dizer que ele era considerado como sendo alguém “do INCRA” pelos membros do MST na época.

Esse técnico incentiva o plantio de uma diversidade de espécies, o que levou a “mandala” a ter muitas espécies diferentes plantadas formando um canteiro com centenas de frutas. O problema, segundo Nando, é que na hora de trabalhar no *coletivo* poucas pessoas iam: fundamentalmente quem levava adiante a proposta era o próprio técnico, Pelé. Situada próximo à chamada área social, a “mandala” era composta por uma série de círculos concêntricos plantados com muitas frutas. O projeto da “mandala” seguia técnicas agroflorestais, as quais eram ensinadas por Pelé aos acampados e assentados, voltando-se à conciliação entre a produção agrícola e a sobrevivência da mata nativa ainda preservada.

Outro empreendimento que os acampados apresentavam com orgulho era o viveiro de mudas, cujo nome homenageava Chico Mendes, liderança sindical e do movimento dos seringueiros do Acre assassinado em meio a conflitos fundiários. Com essas e outras iniciativas, o MST apresentava para a sociedade o projeto que pretendia desenvolver nos assentamentos e conquistava o apoio de quem ia visitar a área que viria a ser regularizada. Quem reivindicava o crédito pelos experimentos cooperativos era a COACOM, por meio da qual se conseguia captar os recursos junto aos parceiros e gerenciá-los.



Figura 24 – Extraída de um painel de fotografias, essa imagem mostra a placa que apresentava o Viveiro Pedagógico Chico Mendes, uma estrutura produtiva onde se plantavam mudas com o objetivo de comercialização e plantio. Abaixo do símbolo do MST presente na imagem, há o nome da COACOM. Painel de fotografias produzido como atividade pedagógica da “ciranda” no PA Riacho: Maria Telina de Paulo Sarmento e crianças. Fotografia do painel: João Augusto de Andrade Neto.

5.5 Divisão das terras e planejamento dos assentamentos

A proposta das *Comunas da Terra* foi apresentada aos acampados em Rio das Flores em 2003, quando se iniciou a fase do *pré-assentamento*, por meio de palestras e reuniões com Naveen, Irmã Carmen e outros dirigentes. Quando se iniciou a discussão sobre a organização do assentamento houve muita conversa e discussão sobre o assunto, sendo realizadas palestras e assembleias que contaram inclusive com o apoio de pessoas da USP que ajudaram a pensar o formato de organização socioespacial a ser adotado. Semelhante desenrolar se deu em Jequitibá, mas alguns anos depois, quando, diferentemente do caso de Rio das Flores, a discussão produziu tensões entre assentados e direção do MST que marcariam o grupo de assentados até os dias atuais. A discussão em torno ao formato de organização socioespacial que viria a ser adotado no PDS Jurema teve seminários para discussão nos quais parte dos assentados se uniu a pessoas da USP para defender uma proposta própria, enquanto os dirigentes do MST e seus militantes assentados sustentavam um outro projeto para o assentamento. Por fim, chegou-se a uma proposta que contemplasse minimamente as orientações dos dois grupos.

Relata-se que todos à época aceitaram a proposta das *Comunas da Terra* em geral sem reclamações e sem questioná-la em sua essência, já que era a possibilidade de conjugar áreas coletivas com pequenos lotes individuais o que assegurava junto aos órgãos fundiários a

aceitação de que seria viável a criação daqueles assentamentos. No entanto, o princípio da voluntariedade em relação a essa aceitação por parte dos assentados pode ser questionado também do ponto de vista da relação com o MST. Documento que obtive junto ao MST relatando o processo de realização da proposta das *Comunas da Terra* no PDS Mario Lago afirma que aqueles que não queiram aceitar a proposta de cooperação deveriam ser convidados a sair para outros acampamentos e assentamentos (MST, S/D). De fato, foi isto que aconteceu também nos assentamentos da Regional Grande São Paulo, onde quem não aceitava a proposta de ser assentado em pequenos lotes e realizar o trabalho por meio da cooperação recebia da direção do MST teria a opção de desistir da luta ou então tentar ir para ocupações e assentamentos do MST no interior de São Paulo, onde havia lotes maiores. As opções colocadas aos assentados não permitem que se defina a aceitação do modelo das *Comunas da Terra* como um gesto propriamente voluntário, já que as opções a serem escolhidas eram predefinidas de antemão pela direção das regionais e pelo acordo com INCRA e ITESP.

Os técnicos do ITESP fizeram uma proposta de moldar a área no formato de um assentamento com casas e lotes distantes uns dos outros, chamada pelos militantes do MST de *quadrado burro*. O ITESP apresentou também a proposta de construir um vilarejo com casas frente a frente ao longo da estrada, situando os lotes em áreas mais distantes da residência, adotando o formato de agrovila. Após conversas com os acampados e dirigentes do MST decidiu-se reservar para cada assentado lotes de um hectare para moradia e de dois hectares para trabalho coletivo. Os técnicos do ITESP a princípio não quiseram aceitar a proposta, pois ia contra o modelo com o qual trabalhavam, mas findaram por concordar.

O processo de divisão da terra nas *Comunas da Terra* é feito com a intermediação do MST junto aos técnicos dos órgãos fundiários. Para as áreas coletivas planeja-se a realização de trabalhos coletivos a partir de grupos organizados segundo afinidades definidas pelas próprias famílias (amizade, parentesco, vizinhança, interesse em trabalhar um mesmo tipo de produção etc.). No caso do assentamento em Rio das Flores, formaram-se três diferentes núcleos de moradia: setor azul, setor vermelho e setor verde, divididos espacialmente ao longo do assentamento, cada qual agrupando certo número de lotes e de famílias.

Passaram dois anos nos barracos na chamada área social, em 2002 e 2003, no local em que viria a ser fundado o setor azul e onde foram implantados posteriormente os equipamentos de uso coletivo como um anfiteatro com um depósito e um posto médico. Em 2004 aconteceu a demarcação oficial dos lotes, permitindo que as famílias iniciassem a escolha sobre onde iriam se assentar em definitivo. Em seguida se mudaram do acampamento na área social para morar no próprio lote, limpando a mata nativa e construindo seus barracos de forma improvisada, já que não havia ainda chegado o recurso do crédito para moradia fornecido pelo INCRA. Como contam muitos assentados, naquele momento as pessoas alegavam já não ter mais tempo para participar dos *coletivos*, pois tinham que cuidar dos seus lotes.

A criação dos setores verde, vermelho e azul teria surgido como ideia dos técnicos do ITESP. Para o MST valia a organização em núcleos de famílias originalmente definida, envolvendo 61 famílias: dois núcleos no azul (10 famílias) dois no vermelho (24 famílias) e cinco no verde (27 famílias). Após o loteamento da área se pôde escolher o lote pela cor do setor e, dentro do setor, o lote que mais lhe agradasse. Os acampados que chegaram por fim, vindos do *acampamento* Irmã Alberta, escolheram os lotes próximos uns aos outros, formando um núcleo de famílias no setor verde, à exceção de aproximadamente três famílias

que foram morar nos setores azul e vermelho. Tentou-se recriar os *núcleos* de famílias após o estabelecimento dos lotes, visando agrupar vizinhos, mas a partir da regularização do assentamento esse formato de *organicidade* viria a se desintegrar em definitivo e a maioria dos assentados se desvinculou do MST com o passar do tempo.

Em relação à divisão do assentamento do ITESP em áreas coletivas de produção e áreas individuais de moradia o projeto inicial previa o desenvolvimento de trabalho coletivo nas áreas de produção a partir da cooperação agrícola entre famílias e indivíduos e a destinação de áreas de tamanho limitado em um hectare para moradia e trabalho agrícola no quintal. A princípio essa forma de organização espacial proposta pelo MST foi aceita de pronto pelos acampados, mas encontrou alguma resistência junto aos técnicos do ITESP, a qual foi vencida ao longo das discussões sobre a viabilidade do assentamento. O argumento que venceu essa batalha foi o seguinte: o ITESP somente cria assentamentos em áreas cujas dimensões respeitem a atribuição do que o órgão denomina de módulo de assentamento, que representa a área mínima necessária para que um assentado sobreviva do trabalho com a terra numa dada região. O cálculo do módulo de assentamento embute variáveis relativas à produção, comercialização, fatores ambientais etc.

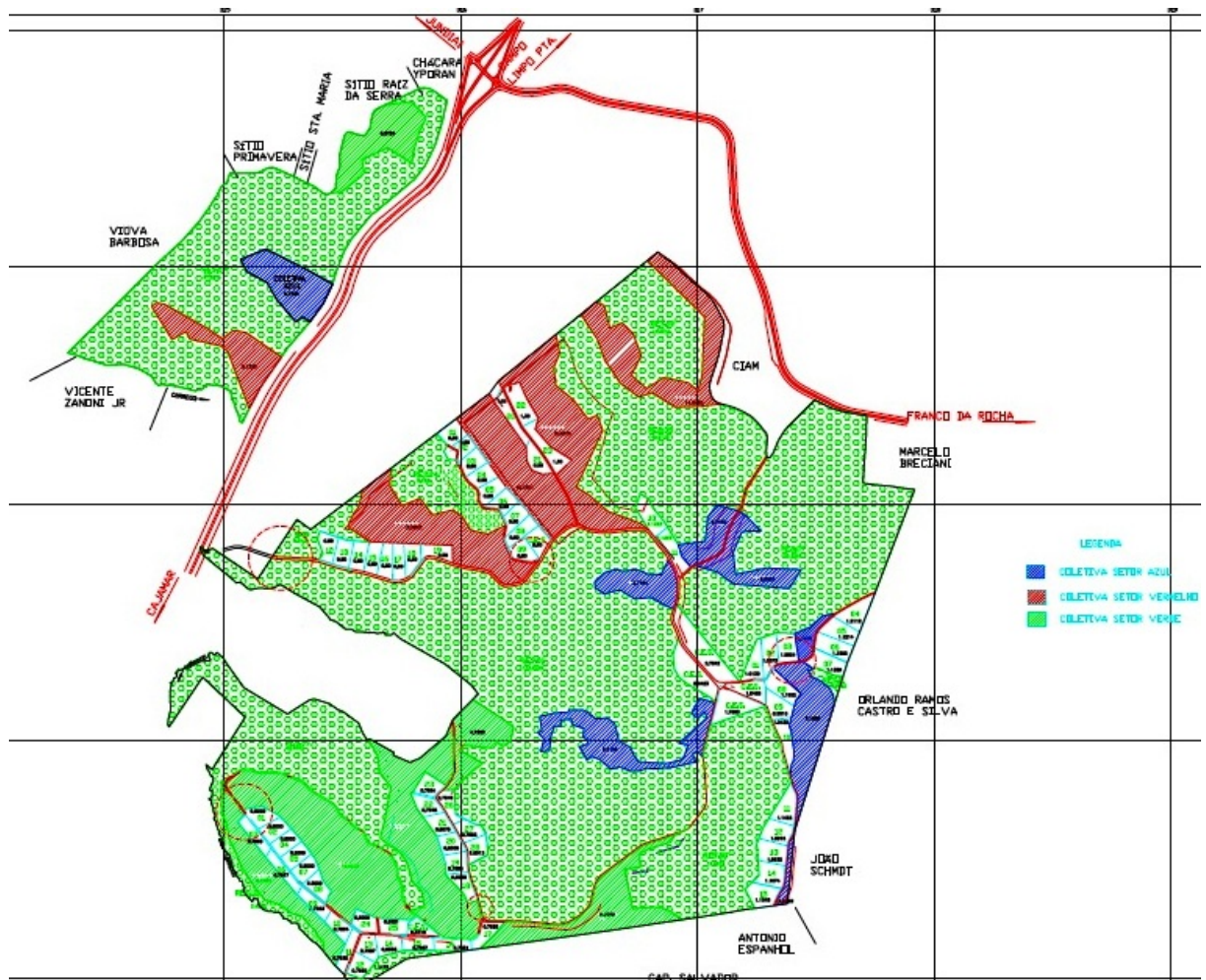


Figura 25 – Planta apontando a divisão das áreas de moradia em setores por cor: azul, vermelho e verde. As áreas coletivas estão marcadas pela textura em linhas diagonais, representando as partes mais escuras na planta. Fonte: Levantamento topográfico Cadastral. ITESP, 2003.

Assim, a instituição de áreas de produção coletivas foi considerada por acampados, dirigentes da Regional e por técnicos do ITESP como a saída encontrada para se viabilizar a implantação do assentamento com capacidade para 66 lotes numa área 619,20 hectares, sendo que aproximadamente 400 hectares são destinados para preservação ambiental. Em ambos os assentamentos houve, no momento do parcelamento da terra pelos órgãos fundiários, a opção por preservar áreas para uso coletivo, situadas num local separado das residências. Assim, no assentamento em Rio das Flores os lotes onde ficam as residências possuem em geral um hectare, enquanto as áreas coletivas comportam entre dois e três hectares destinados para cada família assentada. Embora nas áreas coletivas não haja demarcação individual, cada família tem direito a uma parte proporcional em relação ao total dela, algo que é indicado no documento de concessão – mas essa porção de caráter coletivo, nomeada área de produção, inicialmente não fora demarcada individualmente, já que o objetivo era que fossem desenvolvidos projetos de cooperação garantindo o uso e a apropriação coletiva se utilizando da totalidade da soma delas.

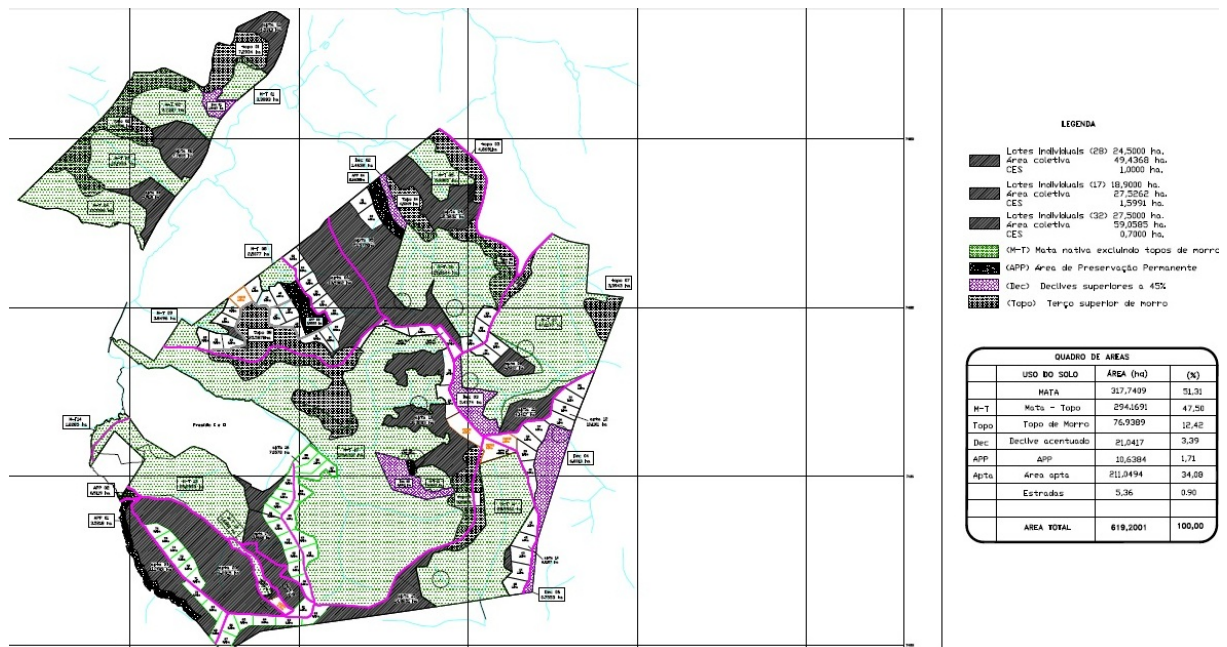


Figura 26 – Planta com indicação dos lotes (em branco), espaços para produção coletivos (em preto, com linhas) e áreas destinadas à preservação (em verde). As áreas em roxo são declives pouco propícios a atividades agrícolas e os topos de morro são representados pelas áreas negras com quadriculados brancos. Fonte: Anteprojeto Assentamento Dom Tomás Balduino. ITESP, 2003.

Houve um processo de discussão sobre o modo como se configuraria o uso do espaço físico do assentamento, antes da ida para os lotes. Não foram realizados sorteios para a alocação das famílias: cada qual pôde escolher seus lotes, o que gerou algumas disputas em torno às áreas tidas como mais valorizadas, particularmente aquelas próximas à estrada interna. Havia sido desenvolvido pelos dirigentes um trabalho visando reunir *grupos de afinidade* nos quais se colocava aos acampados a opção de escolher junto a quem gostariam de morar, conviver e trabalhar conjuntamente. A ideia era que esses *grupos de afinidade* se formassem durante o *pré-assentamento* e fossem transformados em grupos de vizinhança na

hora da ida para os lotes, mas não foi isto o que aconteceu, pois os acampados findaram por cada qual escolher seu lote individualmente, se separando dos membros do seu *grupo*.

O processo de escolha dos lotes é considerado pelos dirigentes e pela base como um momento em que os conflitos foram apaziguados pelo diálogo, havendo entendimento entre os próprios acampados quanto à escolha: quem chegasse primeiro e escolhesse uma área tinha o direito de ali estabelecer seu lote, o que só poderia ser modificado em comum acordo com outros que quisessem ceder áreas que já tivessem sido por eles escolhidas. De modo que em caso de escolhas sobrepostas em relação às mesmas áreas, envolvendo duas famílias ou indivíduos diferentes, a situação se resolveu por meio do diálogo e de acordos informais entre as duas partes. Posteriormente aconteceu de algumas famílias reclamarem dos vizinhos, os quais não eram delas bem conhecidos no momento da escolha dos lotes.

Os critérios para escolha dos lotes são vários: acesso às terras mais planas e propícias ao plantio, acesso às fontes d'água, acesso às saídas principais do assentamento, proximidade da estrada interna etc. Ainda que a ideia dos *grupos de afinidade* não tenha sido transposta para os assentamentos, há o caso de uma família que fazia parte do mesmo *grupo* que migrou junto da área onde estavam acampados para a área onde se situariam seus dois lotes definitivos: tratava-se de uma família extensa com um casal de pais que viviam com a neta e uma filha residente junto com seu marido e filhos, situando-se em dois lotes limítrofes.

O arranjo proposto durante as discussões sobre o projeto de assentamento, pelo qual se dividiu as áreas de uso do assentamento em áreas individuais de moradia e pequenos plantios e criação e áreas coletivas para produção foi modificado após a demarcação dos lotes individuais e a mudança dos assentados para os mesmos. De forma independente da orientação da direção, alguns assentados se organizaram informalmente por meio de conversas entre vizinhos, chegando ao comum acordo de que as áreas coletivas de produção seriam divididas entre cada família ou indivíduo cadastrado como assentado, de modo a garantir não apenas um hectare de moradia, mas também mais dois hectares de produção, a partir de agora individualizados. Isto se deu no caso do assentamento em Rio das Flores apenas, em que algumas famílias começaram a utilizar a área coletiva individualmente e de forma descoordenada em relação às outras famílias, apelando inclusive para que o ITESP demarcasse também as áreas coletivas e produzisse plantas indicando exatamente qual era a área a que tinham direito e qual sua localização, de forma individualizada.

É interessante notar que um dos membros do MST ligados à direção da Regional não reconhecia que estivesse em curso um processo de divisão e individualização das áreas que eram destinadas ao trabalho coletivo. Em sua visão, as áreas continuariam sendo de posse de todos. No entanto, contraditoriamente, afirmou que a área coletiva à qual tinha direito ficava atrás do seu lote, no local onde criava abelhas. Fiquei com a impressão de que tentava então direcionar as impressões que o pesquisador estava tendo com relação à implementação da proposta das *Comunas da Terra*, já que a individualização da posse das áreas destinadas à produção em *coletivos* significava mais um passo contrário ao sucesso do empreendimento de cooperação tentado pelo MST.

Enquanto o ITESP, no caso de Rio das Flores, aceitou a proposta de conjugação de pequenas áreas individuais com grandes áreas coletivas, adaptando-a ao formato de um PA, no caso do assentamento em Jequitibá, sob gestão do INCRA, adaptou-se o modelo PDS, importado do contexto amazônico, para que fosse conciliado com a proposta das *Comunas da Terra* do MST. Em ambos os casos, a garantia da não-titulação da propriedade da terra às famílias e a assinatura de um contrato de concessão temporário renovável foi um ponto que se

coadunou com a proposta das *Comunas* de conquistar áreas junto a grandes centros urbanos, erguendo nelas obstáculos ao avanço da especulação imobiliária. Em relação ao ITESP, a cláusula de não-titulação definitiva da propriedade sobre o lote já é prática adotada em todos os assentamentos. Quanto ao INCRA não havia essa previsão legalmente adotada senão no modelo de assentamento PDS, o que levou a gestão do ex-superintendente à frente da Superintendência do órgão em São Paulo, a adotar a ideia, conjugando a preservação ambiental, que é um objetivo do órgão e da política dos PDSs, com a proposta do MST das *Comunas*.

Os assentados com quem conversei relataram que a atual gestão municipal era contrária à criação do assentamento e teve sua campanha financiada por representantes do setor imobiliário que desejavam criar um condomínio de luxo na área que fora adquirida pelo INCRA. Assim era explicada a rejeição da Prefeitura em liberar o licenciamento ambiental, o que levou os assentados a ajuizarem ação junto ao Ministério Público para tentar obter a licença. Uma outra experiência das *Comunas da Terra* em formato PDS já mencionada, o assentamento Sepé Tiarajú, nos municípios de Serra Azul e Serrana, próximo a Ribeirão Preto, conseguiu o mesmo tipo de licença em 2007, três anos após a criação do PDS. No caso de Jequitibá, já se passaram seis anos e nem a licença foi emitida, nem o embargo judicial sobre o restante da área foi removido.

O enfrentamento dos agentes que realizam ou apoiam a especulação imobiliária, na visão dos assentados, lhes teria gerado problemas duradouros. Ainda hoje o assentamento não conta com a licença ambiental por uma questão política, segundo os assentados e dirigentes do MST. Após seis anos de homologação do assentamento, as famílias se encontram atualmente utilizando apenas 20 hectares, dos 116 hectares disponíveis para o assentamento, por conta dessa pendência, o que sem dúvida traz dificuldades do ponto de vista produtivo e terminou por consolidar uma estrutura de agrovila com pequenos lotes de meio hectare apenas. Por conta da ausência de licenciamento ambiental, o restante da área que seria destinado ao uso coletivo teve seu acesso bloqueado pela justiça até que se conclua o processo de regularização ambiental.

Por ter sido criado em área que foi tombada pelo governo estadual para fins de proteção ambiental, integrando a Área de Proteção Ambiental (APA) da Fonte das Almas, ainda que a parte tombada não seja destinada ao uso agrícola, mas tão somente à preservação, o tombamento serve como justificativa para que o processo de licenciamento ambiental não siga adiante. Ainda, é utilizado como argumento pelo Ministério Público do Estado (MPE) de São Paulo para acusar a gestão do ex-superintendente à frente do INCRA em São Paulo de ter cometido crimes contra a coisa pública. Do ponto de vista do órgão fundiário, o argumento é que objetivava promover a defesa do meio ambiente contra a especulação imobiliária, realizando políticas de criação de assentamentos rurais como meio para garantir que as terras cumpram sua função social e ambiental.

O MPE afirma que, pelo fato de o assentamento se situar dentro da APA da Fonte das Almas, a agricultura familiar seria considerada uma atividade imprópria em relação ao *status* legal de preservação ambiental do local. Entretanto, pesquisadores da Associação Brasileira de Reforma Agrária produziram estudo indicando que a agricultura familiar poderia ali se conciliar com a preservação ambiental, de forma até mais harmônica do que outras atividades desenvolvidas atualmente na região e que não sofrem regulação, como o corte de eucaliptos, por exemplo (ABRA, 2006). Os assentados reclamam sofrer perseguição política pelo fato de ser um assentamento conquistado pelo MST e por serem famílias de baixa renda que desejam

“viver da terra”. O MPE é visto pelos assentados e dirigentes como atuando de forma preconceituosa, em desfavor dos assentados e em prol dos interesses da elite regional. A Prefeitura de Jequitibá já conseguiu despejar as famílias da área por várias vezes, por meio de ações de reintegração de posse, até a criação do assentamento. Ainda hoje as famílias aguardam pela decisão de um juiz em relação ao uso da área completa do assentamento, uma vez que a questão foi a juízo. No processo judicial que está há alguns anos em vias de ser julgado consta a exigência do licenciamento ambiental do assentamento, demandado pelo juiz junto ao INCRA, que até hoje não foi realizado, pois depende da emissão de documentos da Prefeitura e da CETESB, que precisam se manifestar em concordância ou não com a emissão da licença, mas não o fazem, postergando a resolução da questão.

Conversando sobre o problema com Leandro, militante da Regional e assentado no PDS Jurema, ele explicou que uma fração minoritária do assentamento está de fato tombada como parte da Fonte das Almas, como consta na delimitação da APA produzida pelo CONDEPHAAT. Por essa razão as famílias que moravam ou utilizavam para fins produtivos a porção de terras tombada tiveram que deixar essa parte intocada, antes mesmo da demarcação do INCRA, para evitar piorar o delicado quadro. Ante a suposta existência de um conflito ambiental, a decisão judicial determinou a ocupação de apenas 20 hectares para moradia dentro da área total do assentamento, que é de 119 hectares, até que seja julgado o mérito da questão. O juiz, neste caso, se deu ao trabalho de ouvir os assentados e enviar peritos para averiguar sua situação *in loco*, assegurando sua permanência na área em lotes de meio hectare (pouco maior do que um lote urbano padrão), por meio de um acordo feito com o INCRA. Este órgão, por sua vez, se comprometeu a assegurar condições para as famílias viverem, oferecendo infraestrutura social mínima como abastecimento de água, sistema de tratamento de esgoto e habitação, bem como meios para produção agrícola.

Leandro mencionou que a linha de tombamento do CONDEPHAAT abarca ao longo da estrada vários sítios com mansões riquíssimas que não são reprimidas por meio de agentes públicos à serviço da execução da legislação ambiental. Perguntei se os assentados teriam interesse em plantar capim e criar gado na área tombada, que é uma área plana e propícia não apenas à bovinocultura, como à produção de gêneros agrícolas – segundo os assentados e técnicos do INCRA, trata-se da melhor área para fins produtivos no assentamento. Leandro respondeu que a área não seria suficiente para se criar gado, caso fosse repartida igualmente entre os assentados. Lembrou que Elias, outro assentado, havia sugerido essa ideia, mas teria sido o único a apresentar a proposta, sem adesão dos outros.

Interessante que o raciocínio de Leandro sugere que as áreas que ainda não foram apossadas pelos assentados o serão de forma individualizada, dividindo-se o total da área produtiva do assentamento restante, além do meio hectare já garantido para moradia. Quando houve a discussão sobre as *Comunas*, Leandro lembra que foi mencionada a possibilidade de se criar pequenos animais, como fazem alguns assentados que já possuem suínos, aves e caprinos. Ao mesmo tempo, Leandro e outros militantes mais ligados ao MST defendem que o uso da área seja feito por *coletivos*, enquanto outros assentados que estão engajados numa proposta de criação de uma nova cooperativa argumentam que o uso pode se dar tanto coletivamente como individualmente, devendo ser os serviços comerciais e de crédito assegurados pela nova entidade a ser fundada.

Outro enorme problema ambiental que se interpõe ao desenvolvimento de ambos os assentamentos é a questão do acesso à água. Embora haja poços artesianos que atendem a ambos os assentamentos, a água que eles fornecem é insuficiente até mesmo para o consumo

doméstico. Em Jequitibá a água chega com pouca força às residências, dependendo do lugar em que se situam na área, faltando em alguns momentos. Ali há dois poços artesianos instalados, mas apenas um em funcionamento, pois o outro, implantado pelo INCRA, não conseguiu atingir uma água de boa qualidade no momento da penetração do solo.

Em Rio das Flores, no setor vermelho, às vezes se passam semanas sem que os assentados tenham acesso regular à água potável vinda da rede de distribuição do poço artesiano, a qual abastece também o setor azul. Esse poço artesiano foi construído com financiamento do Padre Carlos, do Seminário Santa Fé, o mesmo que contribuiu ainda com verbas para o projeto de estufa. No setor verde esse problema não ocorre, pois têm seu próprio poço artesiano e rede de distribuição implantados pelo ITESP, que são independentes dos outros dois setores. Neste caso, o problema está relacionado ao pagamento da conta de luz da bomba hidráulica, algo que pressupõe um mínimo de organização para realização do rateio entre as famílias e que gera muitos desentendimentos e problemas.

O fundamental, em ambos os assentamentos, é que não se pode ter acesso à água das nascentes e córregos, por conta da legislação ambiental proibitiva que considera a ambos como áreas de preservação permanente que não podem ser tocadas. O problema é ainda maior no que tange às atividades agrícolas que pressupõem um sistema de irrigação e água em abundância. Isto sem dúvida compromete as possibilidades de desenvolvimento de projetos produtivos que envolvam a agricultura, exceto no que tange ao plantio de cultivos que se mantenham apenas com a água que vem das chuvas.



Figura 27– Planta indicando a área do assentamento PDS Jurema. Cruzando o mapa em posição perpendicular se encontra a linha que representa o limite da área tombada como parte da APA Fonte das Almas, compreendendo a pequena área à esquerda e acima. Fonte: Mapa de proposta e parcelamento e reserva legal. Fazenda Jurema. Projeto Parcial. INCRA, 2007.

5.6 Coletivos das casas, do mel, da uva e da mandioca

Durante os anos de 2007 e 2008 ocorreu a construção das casas, feita por meio do acesso ao crédito para habitação do INCRA, acrescido de um financiamento a fundo perdido oferecido pela Caixa Econômica Federal. Optou-se por formar um *coletivo* para a construção das casas, no qual os assentados ofereceriam a força de trabalho, de modo a aproveitar melhor os recursos recebidos e erguer residências de melhor qualidade se comparadas ao padrão de habitação dos assentamentos rurais em geral. O apoio de estudantes universitários, professores de arquitetura e membros da Usina, organização que trabalha com construções populares, foi

fundamental neste processo. A Usina ofereceu oito modelos de residência para os assentados, dentre os quais quatro foram escolhidos. O processo de construção das casas era para ser feito num ano só, mas de fato se estendeu para o dobro do prazo previsto, encerrando-se sem que a maioria delas estivesse completamente prontas, tanto no que tange a sua estrutura básica, como, principalmente, no que tange ao acabamento.

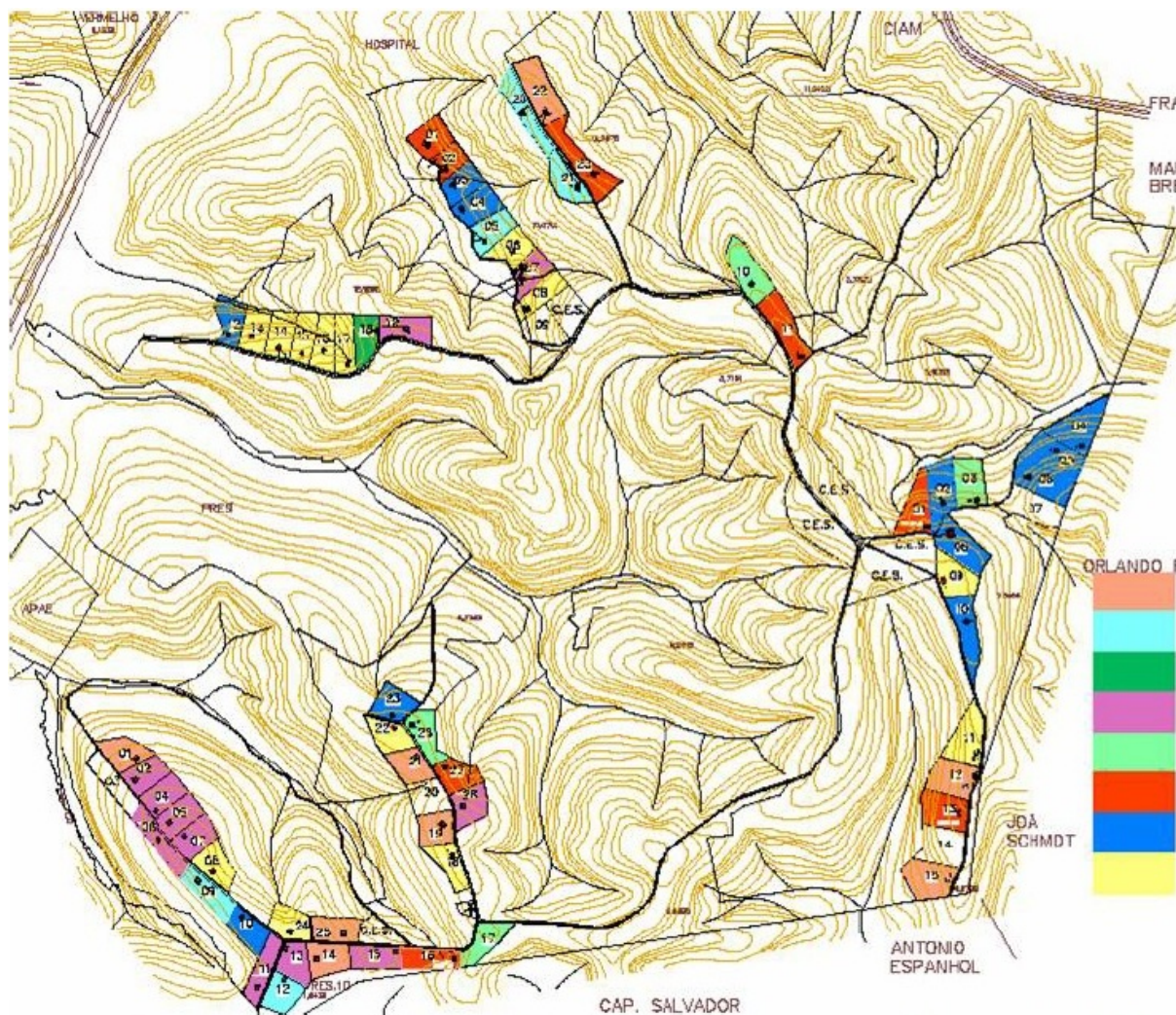


Figura 28 – Lotes demarcados com cores, de acordo com a tipologia habitacional escolhida. O ITESP mapeou oito tipos diferentes, mas foram implementados apenas quatro. Em marrom, as curvas de nível no terreno mostram como o relevo é acidentado e cheio de morros. Fonte: ITESP, 2003.



Figura 29 – Cartaz produzido pela Regional Grande São Paulo do MST em que se pode ver os quatro tipos de construção adotados, enfatizando que o assentamento PA Riacho é um espaço de produção agroecológica. Fotos e diagramação: Rede Rua. Fotografia do cartaz: João Augusto de Andrade Neto.

Para comprar o material de construção, emitir notas e contratar força de trabalho foi utilizada a COACOM. Segundo um militante da Regional, com o uso da COACOM o preço para aquisição do material de construção e para pagamento dos prestadores de serviços foi mais baixo do que se cada assentado tivesse negociado individualmente, pois foi possível pleitear descontos nos valores. Foi também por meio da COACOM que se conseguiu o financiamento para as residências junto à Caixa Econômica Federal. De modo que o uso da associação nesta situação foi fundamental para permitir a construção de casas de qualidade tão superior às encontradas na maioria dos assentamentos.

Embora os técnicos dos órgãos fundiários incentivem que o acesso ao crédito de habitação seja feito por meio de associações ou cooperativas, isto não é uma regra formalizada. No PDS Jurema não se conseguiu organizar a construção das casas via cooperação e os créditos foram aplicados individualmente pelo INCRA. Por conta da distribuição individual dos créditos para habitação, cada assentado ainda está construindo sua casa em ritmo, tempo e formato próprios, tendo a liberdade de investir o recurso da forma que lhe interessar. O processo de cooperação para construção das casas no PA Riacho gerou muitas discussões, brigas e ameaças, principalmente em torno de suspeitas dos assentados de que desvio de recursos seriam praticados por parte da direção da COACOM. Houve inclusive um incêndio no depósito do anfiteatro onde estava estocado o material para construção das casas, que se suspeita ter sido de cunho criminoso, realizado por assentados descontentes com a organização do mutirão. Conforme os relatos que colhi, tendo conhecimento das dificuldades envolvidas nesse processo realizado no PA Riacho, os assentados do PDS Jurema optaram por não construir as casas via mutirão, fazendo apenas a compra de material em coletivo em alguns casos, o que evitou tensões nesta etapa.

O processo de construção das residências no PA Riacho foi realizado em regime de mutirão, no qual as famílias se comprometeram contratualmente a ceder sua força de trabalho gratuitamente como contrapartida aos recursos oferecidos pela Caixa Econômica Federal, sendo os recursos do INCRA somados a outros conquistados junto ao banco destinados quase que exclusivamente para a compra do material de construção e para mão-de-obra especializada de pedreiros. Os assentados trabalhariam sem receber remuneração como ajudantes de pedreiros, exceto aqueles que já eram pedreiros por profissão, que receberiam pelo trabalho despendido. Assim, alguns assentados foram pagos pelo serviço por serem pedreiros e outros que atuaram como ajudantes não, o que gerou grande discórdia. Posteriormente a direção da COACOM começou a pagar também aos ajudantes, para tentar minimizar o problema e levar adiante o projeto de construção das casas coletivamente, mas os assentados reclamam que o valor não chegava a um quarto do que os pedreiros recebiam. Além disto, tanto os assentados que trabalharam como pedreiros, como os ajudantes, reclamam de atrasos e não pagamento de alguns serviços prestados.

Apesar de neste momento já terem sido realizadas diferentes experiências de cooperação, nos quais em geral se teve grande dificuldade em gerar renda para aqueles que nelas trabalharam, foi com o *coletivo das casas* que o conflito se acirrou mais fortemente entre os assentados e a direção do MST. O processo foi todo muito difícil: muitos deixaram de trabalhar nos mutirões, houve muita desconfiança e suspeita de desvio dos recursos que eram administrados pelos dirigentes da COACOM por parte da base de assentados, o que era agravado pela falta de transparência na prestação de contas, algo reiteradamente afirmado nas entrevistas. Esse episódio selou cisões nas relações internas e produziu tensionamentos cujas marcas ainda hoje podem ser bem percebidas. Acresce-se a isto o fato de que o momento de ida para os lotes firmou uma separação socioespacial entre os assentados e a direção do MST,

pois antes estavam todos acampados bem próximos uns aos outros na chamada área social, onde os dirigentes estavam presentes e influenciando o seu cotidiano. A partir de então, indo para os seus próprios lotes, ocorreu um distanciamento significativo em termos espaciais e sociais entre os dirigentes e os demais assentados e, desde então, estes cada vez precisariam menos se relacionar como o MST tendo em vista garantir sua sobrevivência cotidiana.

Um ex-dirigente da Regional reitera a opinião já apresentada por outros assentados de que a desconfiança é a maior fonte de desavenças no que tange aos *coletivos* organizados pelo MST na Regional. Segundo ela, alguns poucos acampados e assentados desconfiam do que é feito com os recursos gerenciados pela direção ou pelos responsáveis pelo controle dos recursos nos *coletivos* e acabam contaminando os demais com boatos e difamações. Outro problema, ao seu ver, é o fato de que o MST tentou implementar *coletivos* de trabalho “de cima para baixo”. Hoje em dia ela e seu marido acreditam que um *coletivo* só pode funcionar se partir “de baixo para cima”, isto é, de uma demanda dos assentados. Mesmo assim pode-se ter problemas, pois não é fácil organizar as pessoas para trabalhar coletivamente, ainda que em prol de interesses comuns.

Essa desconfiança de parte dos acampados em relação à direção parece estar relacionada em alguma medida com processos que vêm desde um período anterior e dizem respeito ao modo como os acampamentos são geridos pelo MST, através de sua *organicidade*. Como qualquer organização política, o MST trabalha com uma hierarquia de postos com suas respectivas funções. Nesta hierarquia certas informações são mantidas em sigilo por parte daqueles que estão nos postos mais altos em relação ao restante dos acampados.

Um exemplo de fato ocorrido no *acampamento* Dom Pedro é bastante elucidativo. Um acampado iniciou a criação de um *racha*, isto é, de uma dissidência interna que passou a questionar a legitimidade do papel de liderança dos dirigentes do MST em relação ao *acampamento*. Em cada *núcleo de base* era selecionada uma pessoa para ser coordenadora da parte de segurança. Joel foi destacado para tal função em seu *núcleo*, e, como tal, participava das reuniões da coordenação do *acampamento*. Nestas, havia assuntos tratados que diziam respeito à segurança de todos os que estavam acampados e que não podiam ser compartilhados nos respectivos *núcleos*, pois eram informações que, caso fossem amplamente divulgadas, poderiam comprometer o andamento do processo de luta.

O coordenador de segurança de cada *núcleo* deveria manter sigilo sobre tais assuntos entre as famílias e indivíduos do seu *núcleo* e ao mesmo tempo organizar a segurança junto a eles, definindo uma escala de trabalho com indicação de quem ficaria responsável por cuidar da portaria do *acampamento* em cada turno definido. No caso em questão, Joel, como coordenador de segurança de seu *núcleo de base*, parece ter espalhado informações confidenciais para as famílias que não deveriam ser divulgadas, pois diziam respeito a questões de segurança. Ao mesmo tempo em que rompia o sigilo sobre tais assuntos, incitou a desconfiança entre os demais acampados do seu *núcleo*, ao sugerir que a coordenação do *acampamento* escondia fatos importantes que todos os acampados deveriam ter direito de saber.

Com o tempo, alguns acampados começam a identificar uma aparente contradição entre o discurso igualitarista apresentado pelos dirigentes e militantes, que preconiza a igualdade de posições e de deveres entre todos que participam do MST, e a realidade da organização do Movimento e dos *acampamentos*, que é marcada pela hierarquização dos agentes e por mecanismos de controle impostos de cima para baixo. Do ponto de vista dos dirigentes e mesmo dos ex-dirigentes entrevistados, tais elementos são afirmados como

necessários para a manutenção das ocupações e o avanço das lutas, caso contrário todos os esforços empreendidos correriam o risco de serem sacrificados por erros ingenuamente cometidos por membros da base, os quais poderiam ser evitados, ou pela ação de pessoas consideradas *oportunistas*, que visam ganhos imediatos e não necessariamente estão empenhados no tipo de *luta* proposto pelo MST. Quem questiona essa forma de organização pode ser de alguma forma penalizado. Joel e aqueles que o seguiram na criação de uma dissidência interna no *acampamento* Dom Pedro foram encaminhados para fora da ocupação e convidados a procurar outra organização que os representasse, já que não conseguiram se enquadrar no modelo proposto pelo MST.

Ao se tornarem assentados esse tipo de desconfiança volta à tona em meio aos processos de aplicação de créditos de instalação, dentre os quais o caso da construção das habitações foi emblemático em Rio das Flores. Ante as dificuldades em terminar o trabalho com as casas foi preciso trazer pessoas de fora do assentamento para trabalhar e inclusive há casos de assentados que se feriram seriamente, mantendo-se impossibilitados de trabalhar ainda hoje. Outro problema em relação à organização desse *coletivo* foi que umas poucas pessoas que não aceitaram participar dele ficaram sem acesso a moradia. No caso do PDS Jurema, por outro lado, onde não houve *coletivo das casas*, os assentados estão morando nas casas novas, em sua maioria, desde dezembro de 2009, mas ainda há gente que vive em barracos provisórios, pois não conseguiram terminar a construção.

Um outro projeto de cooperação que se tentou levar adiante nos espaços da Regional Grande São Paulo foi o de produção de mel. Por meio de financiamento da ONG Care os dirigentes da Regional conseguiram adquirir o maquinário necessário para processamento do mel, as caixas para armazenar abelhas e os equipamentos de manuseio, além de construir a chamada casa do mel no PA Riacho, onde ficavam as máquinas e demais equipamentos. Foram oferecidos cursos aos assentados ensinando a trabalhar com a produção do mel. Assim, os assentados que tinham interesse se uniram para trabalhar. Em Rio das Flores as caixas de mel ficavam inicialmente numa área coletiva, mas eram feitos mutirões para recolher o mel e processá-lo no maquinário. No entanto, esse *coletivo* também não deu certo, pelas mesmas razões já exaustivamente apontadas: as pessoas não iam trabalhar, se desentendiam e logo sobravam poucas pessoas à frente das tarefas. Dado que o *coletivo* não funcionou, cada assentado que o integrava adquiriu uma parte dos equipamentos de proteção e de caixas de abelhas, passando a desenvolver o cultivo em seus próprios lotes. Ainda hoje muita gente produz mel, mas não chegaram mais a se unir para beneficiar a produção utilizando os equipamentos adquiridos, pois é necessário que se tenha uma quantidade grande de produção, caso contrário a perda de material preso nos equipamentos é grande e não vale a pena realizar o processamento. O maquinário permanece trancado na casa do mel, sem ser utilizado.

No caso de Jequitibá o *coletivo* não chegou nem a ser formado, mas alguns assentados que se interessaram em tentar produzir mel tiveram acesso a equipamentos. Entretanto, como não houve cursos voltados a essa atividade, nunca chegaram a produzir, pois para iniciar o trabalho é preciso capturar abelhas, algo que eles nunca foram ensinados a fazer. Somente um dos assentados, que já tinha experiência prévia com esse trabalho, mantém as caixas em funcionamento e produz algum mel. A falta de oferecimento de cursos sobre o tema e de assistência técnica é considerada pelos assentados como empecilho para realizar o trabalho com o mel.



Figura 30 – Assentados trabalhando no *coletivo do mel* utilizando os equipamentos de proteção para acessar o mel dentro da caixas onde ficam as abelhas, no PA Riacho, em Rio das Flores. Painel de fotografias produzido como atividade pedagógica da “ciranda” no PA Riacho: Maria Telina de Paulo Sarmento e crianças. Fotografia do painel: João Augusto de Andrade Neto.

O *coletivo* que funciona ainda hoje é aquele destinado ao trabalho com as uvas. A ideia surgiu quando os dirigentes da Regional adquiriram um sítio em Águas Negras, com o dinheiro da venda do galpão onde ficava o Centro de Formação. Em Águas Negras havia uma enorme plantação de uvas, com milhares de pés da fruta. Informando-se sobre o potencial agrícola da região, chegaram à conclusão de que em Jequitibá e Rio das Flores também seria possível plantar uvas. Segundo um dos assentados, a ideia da uva foi trazida por Naveen, que pensava numa produção de cem mil pés de uvas em cada assentamento, voltados para o processamento numa vinícola no sítio de Águas Negras. Tratava-se do plano de um grande empreendimento econômico.

Assim se formaram *coletivos* em ambos os assentamentos, primeiro no de Rio das Flores, depois em Jequitibá. Os assentados compraram material para o plantio como estacas de madeira e arames para amarração usando o crédito do PRONAF e as primeiras mudas vieram de Águas Negras. O técnico que trabalhava administrando as uvas para o antigo dono do terreno em Águas Negras foi contratado pelo MST para fazer o mesmo no sítio em Águas Negras, prestando ainda assistência técnica aos assentados em relação ao trabalho com a uva e ajudando a organizar os mutirões feitos pelos *coletivos* em cada assentamento, bem como no acampamento Manacá, onde também se criou um *coletivo* para trabalhar com as uvas, envolvendo poucas famílias.

A ideia é produzir uvas sem agrotóxicos, gerando uma produção orgânica e tentando aplicar na prática ideais da agroecologia. A assistência técnica prestada aos assentamentos pelo INCRA e pelo IATESP raramente se volta propriamente a questões agrícolas, estando mais ligada a trâmites burocráticos relacionadas à aplicação de políticas públicas voltadas aos assentados. Os técnicos do IATESP e do INCRA pouco trabalham em termos da produção agrícola propriamente dita junto aos assentados e tampouco utilizam o enfoque agroecológico. O técnico do MST, por sua vez, embora seja especializado no trabalho com a uva, tem toda sua experiência construída a partir do trabalho com agrotóxicos e está ainda aprendendo e se adaptando à lida com orgânicos. Outro problema colocado à realização da produção de uva orgânica sob a ótica agroecológica é o fato de que se trata de um plantio monocultural. Alguns dos assentados vêm aplicando, além da calda bordalesa, da torta de mamona e da farinha de osso, que são implementos orgânicos, um produto químico para incentivar o desenvolvimento das plantas chamado “dormex”, que é um tipo de agrotóxico.

O grupo dos assentados que trabalha com o *coletivo da uva* se iniciou em Rio das Flores com representantes de treze lotes, passando hoje em dia para apenas dez lotes – os outros três ainda trabalham com as uvas, mas agora individualmente. Da mesma forma, em Jequitibá o grupo se iniciou com representantes de onze lotes e hoje em dia restaram apenas sete no *coletivo*. O número de pés de uvas plantados em cada lote varia entre 200 e 1000. Somente em Jequitibá há aproximadamente 4.450 pés de uvas plantados dentro do *coletivo* e mais ou menos 2400 pés que são trabalhados individualmente. Em Rio das Flores, em 2011 22.000 pés de uvas foram plantados e a previsão para 2012 é de se somar mais 10.000 pés plantados. Em ambos os assentamentos o cultivo da uva representa o maior plantio existente, em termos de número de plantas.

O grupo de assentados que trabalha com a uva é unido por laços de amizade e vizinhança, realizando o trabalho de cultivo de uvas através de mutirões ocasionais e também por sistema de troca de dias de trabalho. No período de preparação da terra para o plantio todos que compõem o grupo vão para o lote de um dos indivíduos, trabalhando-o coletivamente, fazendo a seguir o mesmo sucessivamente nos lotes dos outros integrantes, até que todos estejam com as terras prontas para o plantio. O mesmo se dá em relação ao processo de plantio, que também é feito coletivamente.

Trabalhar com a uva pressupõe investimento do crédito. A maioria dos assentados tem usado o crédito do PRONAF para esse cultivo. O problema é que para cada assentado o crédito é liberado num momento e num ritmo de entrega das parcelas diferente, o que dificulta a sincronicidade entre os membros do *coletivo*. Assim, enquanto alguns já estão com a uva produzindo, outros apenas acabaram de plantar. Todo o trabalho é muito recente, tendo se iniciado por volta de 2008 e 2009, a partir de um pequeno grupo formado por poucos assentados mais ligados ao MST. Até o momento foram vendidas algumas safras de uvas, mas sem dar bons resultados econômicos, pois os primeiros ciclos produtivos não oferecem uma produção em quantidade e qualidade tão boas como depois. Além disto, todos os assentados assumem que não conseguiram ainda sequer recuperar os investimentos feitos e menos ainda obter algum tipo de pagamento pela força de trabalho despendida nesse trabalho.

A venda é feita predominantemente de maneira coletiva, mas há assentados que vendem uma parte menor da produção individualmente. A maior parte da produção é vendida *in natura*, a chamada uva de mesa, encaixotada. Mas também vem sendo realizadas tentativas de se produzir vinho, ainda mal sucedidas. A forma encontrada para se viabilizar a venda coletiva foi a criação de uma Rede de Solidariedade às *Comunas da Terra* da Regional

Grande São Paulo, iniciativa realizada pela ONG CEEP. A proposta construída junto com o MST e outros parceiros tem como objetivo escoar a produção dos espaços da Regional diretamente para a mesa dos trabalhadores, vendendo alimentos saudáveis a preços acessíveis. Assim, os assentamentos conquistados na Região Metropolitana cumprem um papel importante de visibilizar a questão da reforma agrária para a sociedade, demonstrando as possibilidades de se adotar outro modelo de desenvolvimento rural. A proximidade dos centros urbanos favorece o escoamento da produção e, ao mesmo tempo, contribui para o projeto político do MST ao levantar o debate sobre a produção de alimentos saudáveis para os trabalhadores urbanos e a necessidade da aliança entre trabalhadores rurais e urbanos.

O CEEP conseguiu organizar um rol de locais e agentes junto aos quais é feita a venda das caixas de uva em grandes lotes. A ideia de beneficiar a produção das uvas vendendo vinhos não deu certo, mas a fruta é vendida *in natura*. Trata-se de paróquias da Igreja Católica que são simpáticas ao MST, de sindicatos de trabalhadores urbanos e também de universidades. Cada produtor oferece a sua produção individualmente para que seja vendida juntamente com a dos outros e recebe de acordo com a quantidade de caixas de uva oferecida. O transporte é feito por meio de um caminhão pertencente a Regional, que leva os produtos até a sede do CEEP, que por sua vez se encarrega de transportar a produção para seus destinatários. Nas paróquias é o próprio caminhão da Regional que faz as entregas diretamente e os produtos são repartidos entre os membros da paróquia que tenham interesse em comprá-los.

O trabalho com a uva exige muita atenção e dedicação. Há assentados que reclamam que quando o mutirão trabalhou em seu lote as mudas foram plantadas com desleixo, o que os levou a refazer parte do trabalho em seguida, individualmente. Há ainda muita falta de conhecimento sobre o cultivo da uva entre os assentados, mas alguns deles têm realizado cursos sobre o assunto na capital, no Parque da Água Branca.

Um outro *coletivo* que se tentou organizar, mas sem sucesso, era voltado à produção de farinha de mandioca. O CEEP conseguiu financiamento para implantar em Jequitibá uma casa de farinha com equipamento para processamento da mandioca. A ideia era que cada um dos espaços da Regional produzisse mandioca e levasse para lá para o processamento. Mas a proposta não teve sucesso: não só o plantio de mandioca não era suficiente como a máquina adquirida não servia ao objetivo. Atualmente, a casa de farinha virou um espaço de reuniões no assentamento.



Figura 31 – Etiqueta produzida pelo CEEP para fixação nas embalagens de produtos feitos nos assentamentos da Regional Grande São Paulo do MST.

SEM ACROTÓXICOS

UVAS DO MST

Trabalhador compra de trabalhador

Os produtores de uva das Comunas da Terra, ligadas aos assentamentos do MST da Grande São Paulo, estarão na porta da fábrica nesta semana para vender a colheita deste ano, mais quarenta toneladas de uvas Niágara e Santa Isabel. A nossa contribuição é parte importante do combustível que mantém a luta dos companheiros do campo. Aproveite as festas de final de ano, deixe sua ceia mais gostosa e ajude a quem merece!

SINDICATO DOS ABC METALÚRGICOS

Figura 32 – Panfleto produzido pelo CEEP para fins de divulgação da produção de uvas feita nas *Comunas da Terra* da Regional Grande São Paulo do MST, tendo em vista anunciar a venda a ser feita junto aos trabalhadores urbanos no período natalino por intermédio do Sindicato do Metalúrgicos do ABC.



Figura 33 – Mutirão para preparação dos pés de uvas para realizar a enxertia, em Jequitibá: técnico do MST, jovem assentado formado em agroecologia e assentados cadastrados em diferentes lotes. Fotografia: Douglas Mansur.



Figura 34 – Pés de uvas plantadas no lote de um assentado protegido pelo arame na cerca e pela cobertura contra intempéries e ataques de pássaros. Fotografia: João Augusto de Andrade Neto.



Figura 35 – Casa da mandioca. Ao centro, uma mesa de *ping-pong*, ao lado de uma máquina de processamento agrícola indicando o uso recreativo do espaço. No canto inferior direito, o tanque para descanso da mandioca e no alto a bandeira do MST. Fotografia por João Augusto de Andrade Neto.

5.7 A cooperativa do MST e os projetos de cooperativas dos assentados

A relação entre os dirigentes e a base de acampados e assentados é marcada por cooperação e por conflito, em níveis menores ou maiores, conforme o momento observado, sendo comum a alternância entre ambos, ainda que certos contextos sejam marcados mais por um do que pelo outro polo (SIMMEL, 1983a, 1983b, 1983c). De fato, no momento da pesquisa existia um maior afastamento entre a base e os dirigentes, o que é considerado como uma tendência comum, como ficou claro no discurso dos dirigentes, militantes, assentados e técnicos do INCRA com quem conversei. Não obstante, não significa que se esteja vivendo qualquer tipo de conflito, mas sim uma situação de desagregação do *acampamento* anteriormente existente, configurando-se um novo rearranjo interno.

A despeito do fato de que muitos assentados não reconheçam mais o papel de liderança e coordenação do MST após a instalação dos assentamentos, os dirigentes da Regional se posicionam como representantes dos assentados junto a instituições públicas e privadas e garantem ainda o acesso a determinadas políticas públicas para os assentados, como é o caso do Programa de Aquisição de Alimentos da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB). A criação de uma cooperativa por parte dos dirigentes da Regional Grande SP do MST voltada para atender a todos os quatro espaços da Regional (dois assentamentos e dois acampamentos) permitiu, dentre outras coisas, a intermediação entre assentados e CONAB, para acessar o PAA.

A comercialização de grande parte da produção agrícola dos assentados é feita com apoio da CONAB por meio do PAA, pela modalidade Doação Simultânea, e também para a Prefeitura de Guarulhos por intermédio da mesma modalidade. Essa prefeitura é dirigida pelo Partido dos Trabalhadores e havia recentemente começado a trabalhar em parceria com o assentamento. Nos municípios onde estão instalados os assentamentos não foi possível estabelecer parceria com as prefeituras, por razões que não pude esclarecer exatamente. A única explicação que consegui levantar foi a de que os assentados dizem que os governos de ambos os municípios não têm interesse em apoiar aos assentados e que têm discriminação para com os *sem-terra*, além de serem governados por partidos de direita. Mas tenho dúvidas se isso explica mesmo a questão, pois, conversando com o diretor da CONAB em São Paulo, o mesmo informou que mesmo em prefeituras de municípios que são governados por partidos de direita como o DEM (Democratas, antigo Partido da Frente Liberal), os prefeitos estão muito satisfeitos com os resultados da aplicação do PAA e as mudanças econômicas o programa vem proporcionando nas suas cidades.

A associação criada pelos dirigentes do MST, a COACOM, desenvolveu projeto para o PAA nos anos de 2008 e 2009, atendendo aos dois assentamentos. Em 2010 interromperam o trabalho, pois alegavam os dirigentes estarem tendo muito trabalho e sofrendo com as reclamações de falta de transparência, críticas quanto à demora do pagamento e difamações por desconfiança e suspeita de desvio de verbas por parte das famílias que participavam do programa. Somente em 2011 os dirigentes buscaram a referida parceria com a Prefeitura de Guarulhos, tendo em vista atender apenas o assentamento em Rio das Flores, que produz um volume maior de produtos agrícolas por já ter sido consolidado, mas agora sem a intermediação da COACOM. Cada assentado precisa possuir a nota fiscal do produtor agrícola, um documento oficial fornecido pelo Estado que lhes permite negociar individualmente, neste caso. Aqueles que não conseguiram ainda sua nota fiscal vendem mercadorias através de assentados que já a detêm.

No ano de 2010, quando não foi realizado projeto para o PAA pela COACOM, as famílias sentiram enormemente a falta do mercado garantido para sua produção. Embora o valor da parcela máxima mensal de pagamento pelos produtos não chegue nem a um salário mínimo, aquela renda garantia parte do sustento das famílias e indivíduos assentados que do programa participavam. Os produtos entregues pelos assentados como verduras, legumes e frutas eram destinados para entidades de assistência social cadastradas pela CONAB e pela COACOM, como parte da política federal de segurança alimentar, no modelo de Doação Simultânea.

Os assentados reclamam que a taxa de administração cobrada pela COACOM para fazer essa intermediação seria abusiva, girando em torno de vinte a vinte e cinco por cento da parcela mensal a que tinham direito. Alegam ainda que acontecia de o recurso demorar noventa dias para chegar após a entrega da produção. Segundo os dirigentes da COACOM o atraso ocorria devido à administração da CONAB, que, uma vez fechados os pagamentos trimestrais, tinha que esperar pelo próximo trimestre para efetuar novos pagamentos. Há assentados que acusam os dirigentes do MST de utilizar a COACOM politicamente com o intuito de captar recursos para o Movimento, investindo os recursos obtidos via PAA de modo a render juros, o que explicaria a demora nos pagamentos, ao seu ver. Independentemente de serem verdadeiros ou não tais boatos, o fato é que produziram efeitos reais de desagregação dentro do grupo.

Numa manhã pude observar como funcionava a venda dos produtos agrícolas para o PAA por intermédio da Prefeitura de Guarulhos. Logo cedo ao chegar ao assentamento por volta de oito da manhã vi que havia pessoas entregando doações para manter o funcionamento da “ciranda”, que é uma espécie de área de recreação infantil na qual os pais podem deixar os filhos nos turnos em que eles não vão para a escola. O caminhão identificado pelos assentados como sendo da Prefeitura de Guarulhos estava parado entre o prédio da “ciranda” e o anfiteatro, onde um técnico pesava com uma balança a produção trazida pelos assentados e preenchia notas fiscais entregues pelos mesmos¹²⁹. Observei que foram chegando pessoas trazendo sua produção com automóveis, com carrinho de mão e a pé. Havia uma diversidade de alimentos incluindo frutas, legumes e verduras, mas sem contar com grãos ou produtos de origem animal. O motorista do caminhão conversava com as famílias sobre amenidades, enquanto um técnico pesava os alimentos e definia o preço a ser pago pelas mercadorias, registrando peso e valor na nota que permanecia em posse de ambas as partes, técnico e produtor.

Quanto ao recebimento dos recursos, não ficou claro se era feito na hora da entrega ou por meio de algum tipo de cheque ou depósito bancário, mas os assentados dizem que agora não há tantos atrasos como havia no tempo em que a COACOM fazia a intermediação. A produção oferecida naquela manhã não era abundante e faltava muito para preencher todo o espaço do caminhão. O motorista do caminhão afirmou que a produção ali comprada pela Prefeitura de Guarulhos seria doada para “comunidades carentes”. Entre os produtos que estavam sendo entregues havia mais de um tipo de banana, nabo redondo, acelga, couve, tomate cereja, cenoura, beterraba, abobrinha, berinjela, cebolinha, entre outros.

Ao observar a entrega dos produtos uma situação em particular me chamou a atenção. Gilberto, um assentado que possui um prédio de igreja da Congregação Cristã do Brasil construído em seu lote de moradia¹³⁰, um dos mais críticos em relação à direção da Regional e aos dirigentes assentados no PA Riacho, fez uma proposta ao técnico da Prefeitura e ao motorista. A entrega era feita no setor azul, na chamada área social, onde ficavam os equipamentos de uso comum dos assentados. Ali era um ponto central no assentamento, o que tornava mais ou menos equivalente a dificuldade de acesso dos assentados ao caminhão. Antigamente, com a COACOM, o caminhão ia buscando os produtos de lote em lote, mas avaliou-se que isso demorava demais e agora o caminhão fica parado no ponto central do setor azul. Gilberto propôs que o caminhão ficasse estacionado na rodovia, na saída do assentamento próxima ao setor verde, o que facilitaria o escoamento no período de chuvas – durante as chuvas o caminhão tinha grande dificuldade em entrar no assentamento. Indispensável mencionar o fato de que sua moradia se situa no extremo do setor verde, há aproximadamente mil e duzentos metros dessa saída, sendo que após sua residência existe apenas mais um dos lotes antes do final da área habitada do setor. No setor verde há mais lotes de moradia do que no setores azul e no setor vermelho, mas há um intervalo de aproximadamente sete quilômetros entre a última moradia no setor vermelho, do outro lado do assentamento, e o acesso referido por Gilberto, o que torna a distância muito grande para ser percorrida sem automóvel, dificultando ainda mais a entrega por parte de outros assentados. Gilberto se comunica muito bem e conseguiu transmitir sua mensagem com

¹²⁹ Alguns assentados obtiveram a nota de produtor por intermédio da COACOM, enquanto outros conseguiram por seus próprios meios.

¹³⁰ O técnico do ITESP que presta assistência em Jequitibá relatou que a construção de igrejas nos lotes não é permitida, mas não foi tomada nenhuma atitude para questionar esta construção específica.

clareza para o motorista, que por sua vez alegou que iria transmitir o pedido para um senhor que possivelmente era seu superior na hierarquia profissional.

O projeto feito pela COACOM e centralizado pela direção da Regional difere daquele realizado pela Prefeitura de Guarulhos, sobre o qual a direção provavelmente possui menor influência, o que abre espaço para a conquista de influência de outros assentados que não estão contentes com os rumos das orientações assumidas pelos dirigentes do MST. Isto pode possibilitar que uma liderança alternativa como Gilberto conquiste influência junto a agentes estatais. Não havia ninguém da direção da Regional presente ao ato de entrega dos produtos, o que indica a chance de um deslocamento em relação ao monopólio da representação legítima dos assentados junto a instituições e agentes estatais, monopólio este que prevaleceu incontestemente até o período de conquista do assentamento.

Gilberto faz parte do grupo de religiosos da Congregação Cristã no Brasil, que possui vários fiéis no assentamento em Rio das Flores. Não se trata de uma relação de linearidade, mas pessoas ligadas a essa Igreja assumem uma posição mais afastada em relação ao MST e alguns são bem incisivos em negar a influência do Movimento sobre o assentamento. Essa indução não parte apenas de uma hipótese do pesquisador, pois uma dirigente do MST já havia mencionado isto numa entrevista e as opiniões do próprio Gilberto, quando o entrevistei, denegriam a imagem do MST de forma caluniadora, o que indica que de fato existe uma tensão entre os grupos, ou pelo menos entre suas lideranças principais. Mas isto não quer dizer que os religiosos que frequentam a CCB sejam necessariamente contrários ao MST ou que não se sintam e se afirmem como *sem-terras*.

Embora a imensa maioria dos assentados ainda hoje se reconheça como *sem-terra* há poucas pessoas que ainda participam do *coletivo da uva* e que consideram que o trabalho em *coletivos* é a melhor forma para produzir e manter os assentados unidos, em comunidade. É consenso entre os assentados e dirigentes que não há mais uma organização bastante funcional nos assentamentos, mas, ainda assim, os problemas de caráter comunitário que surgem são resolvidos: por exemplo, se um encanamento estoura, dois assentados se unem e resolvem o problema, ou se a energia elétrica deixa de funcionar nas áreas de uso comum, um assentado resolve o problema elétrico por contra própria. Assim vão sendo resolvidos os problemas de caráter comunitário, eventualmente agregando mais gente quando se trata de tarefas mais difíceis. Do ponto de vista da direção do MST existe uma coordenação em cada um dos assentamentos, mas a imensa maioria dos assentados não reconhece os coordenadores como tal. Essa coordenação representa o assentamento perante pessoas de fora, como aconteceu em minhas primeiras visitas ao assentamento.

Pensando em se auto-organizar para fins produtivos, os assentados posteriormente resolveram criar cooperativas próprias que representassem apenas a cada um dos assentamentos de maneira separada. Assim, há a ideia um tanto embrionária circulando há algum tempo entre pessoas no assentamento em Rio das Flores, reunindo alguns evangélicos que não atuam junto com a direção do MST no assentamento e ainda outras pessoas que passaram pelo MST, mas não são mais vinculadas ao movimento.

Por outro lado, no assentamento em Jequitibá, há uma cooperativa já quase plenamente formalizada, faltando apenas resolver algumas pendências cadastrais junto à Receita Federal. Ali a situação é diferente, a ideia está mais amadurecida e há uma diretoria composta por ex-dirigentes do MST aliados a outros assentados, que tem como objetivo prioritário a comercialização da produção e a aquisição de insumos, além da representação da unidade político-administrativa do assentamento junto a quaisquer órgãos estatais e não-

estatais. O papel dos técnicos de ATES e assessores do superintendente do INCRA em SP foi fundamental para engendrar a nova cooperativa, seguindo uma orientação de criação de “organizações de base” entre os assentados, independentes das estruturas do MST.

A grande maioria dos assentados com quem conversei defendia a ideia de criação de uma cooperativa dos próprios, sem a intermediação do MST, para representar a cada assentamento individualmente, diferentemente da associação que a Regional mantinha, que representava todas as *Comunas da Terra* da Regional Grande São Paulo. Para que conseguissem viabilizar as primeiras discussões em torno da proposta foi fundamental a presença de técnicos do INCRA que incentivam a organização em cooperativas e associações com finalidades econômicas. No INCRA em São Paulo um grupo de técnicos voltados exclusivamente aos temas do cooperativismo e da comercialização ofereceu apoio aos assentados em Jequitibá, passando instruções e realizando reuniões, permitindo que os assentados ali avançassem no sentido da institucionalização da mesma. Em Rio das Flores, apesar de o PA Riacho ser mais antigo do que o PDS Jurema em Jequitibá, os assentados apresentavam igualmente o interesse em formar uma cooperativa, mas não haviam se mobilizado para isto e a assistência estatal neste sentido não foi oferecida, por se tratar de assentamento do ITESP, que não é atendido pelos técnicos do INCRA.

Aqueles que se organizam em torno à proposta de criação de uma nova cooperativa se opõem, neste quesito específico, aos assentados que são mais ligados aos dirigentes da Regional, os quais defendem um projeto para o assentamento seguindo diretrizes do MST. Não obstante, mesmo esses assentados que são mais “orgânicos” do MST afirmam que caso a cooperativa comece a funcionar têm interesse também em dela participar.

A ideia de quem tenta criar as novas cooperativas é viabilizar economicamente as famílias nas atividades com a terra, com uma postura de empreendedorismo. Na visão destes, a *Comuna da Terra* deveria se constituir num projeto alternativo de geração de renda, algo que de fato o MST não conseguiu viabilizar com sucesso. Neste sentido, a ideia de uma cooperativa nova e independente do MST atua como um mecanismo para disputa política sobre a gestão dos assentamentos e de seus recursos. Para alguns assentados que são abertamente contrários à influência do MST este ponto é bem claro. Alguns pensam inclusive em utilizar a nova cooperativa como uma forma de autopromoção social e política através da assunção de cargos de direção.

Diferentemente do assentamento em Jequitibá, onde há não há dirigentes do MST e apenas poucos militantes assentados, no assentamento em Rio das Flores existe uma forte presença de assentados que são dirigentes do MST da Regional Grande SP e militantes, muitos deles cujas trajetórias são marcadas pela passagem pela Fraternidade Povo da Rua. No momento de criação do assentamento se fixaram como assentados poucos moradores seguindo esse perfil – apenas algo em torno de 10% da capacidade total de assentados, que é de 67 famílias. Os dirigentes do MST são hostilizados por muitos moradores por conta da suposição que carregam estes de que houve desvios indevidos de recursos destinados aos acampados e assentados, pela existência de acusações de falta de transparência e má administração na gestão da COACOM etc. De fato existe uma diferenciação socioeconômica destes em relação à maioria dos outros assentados: os dirigentes assentados em Rio das Flores possuem casas com uma estrutura e acabamento acima da média e alguns têm carros. Há que se considerar o fato de que a maioria deles vem da Igreja e tem formação em nível superior, o que facilita até mesmo para que consigam acessar outras formas de geração de renda mais rentáveis do que a maioria que não possui educação formal tão avançada.

5.8 Comunas da Terra e trabalho fora

Tanto MST quanto a gestão do INCRA em São Paulo na época, dirigida por um engenheiro agrônomo ligado ao PT e que já havia trabalhado com o MST, mantinham um discurso parecido em relação à proposta de criação das *Comunas da Terra*. A ideia era demonstrar para a sociedade como era possível criar assentamentos próximos aos centros urbanos, havendo terras passíveis de serem utilizadas para essa finalidade. Assim, se combatia o mito de que por ter avançado em termos de urbanização e industrialização, não caberia mais um programa de reforma agrária em São Paulo, conforme afirmaram o ex-superintendente do INCRA, e Delwek Matheus, do MST.

Segundo Naveen, que foi um dos protagonistas do processo de criação das *Comunas*, esses espaços pressupõem o estabelecimento de relações comunitárias para funcionar, mas as pessoas que passaram por *situação de rua* em geral teriam perdido a vivência de laços comunitários. A proposta do Movimento era tentar reconstruir esses laços no espaço do assentamento, o que era muito difícil, posto que as pessoas têm muita desconfiança na relação de umas com as outras. Outras figuras que aponta como importantes no processo de construção da proposta são Gilmar Mauro e Irmã Carmen, que hoje administra o Centro de Formação Campo e Cidade em Águas Negras, o espaço onde se produzem uvas, como já citado, e também onde são realizados eventos de *formação* de militantes e confraternizações do Movimento. Sobre o tema da cooperação, Naveen sugere que a adoção do formato de organização em cooperativas não necessariamente produz cooperação e as *Comunas* não partem de uma receita ou formato únicos: em cada espaço são possíveis várias experiências diferentes, várias experimentações, abrindo espaço à realização de diferentes formas de cooperação.

Gilmar Mauro explica que a proposta das *Comunas* surge muito mais pelo aprendizado prático do que por um amadurecimento teórico dentro do MST e que esse tipo de assentamento mantém dinâmicas semelhantes aos demais, apesar das características distintas. Grandes dificuldades se impõem para que essa proposta de cooperação se realize conforme o planejado, como de praxe. Isso se dá, em sua visão, pelo fato de que a propriedade privada da terra é um valor que está enraizado nas consciências e fornece o ponto de partida para a nova vida no assentamento.

Gilmar Mauro – [...] Tô te dando esse panorama pra dizer que já desde os anos 90 a gente vem produzindo modificações de acordo, para além de uma concepção teórica, ou seja, a realidade nos foi impondo a condição de pensar novas metodologias, novas formas de luta, de construção e assim por diante. Termino: a Comuna vem nesse contexto. É uma necessidade objetiva. *Claro, a idéia de Comuna da Terra é que fosse terra em comum, o que não é bem assim, né, você viu nos assentamentos, os lotezinhos, tem um ideal comum e etc., mas ainda a propriedadezinha tá impregnada, uma coisa que tá muito forte ainda nas pessoas e você não pode querer também fazer por decreto isso, por processo de persuasão, convencimento. Normalmente o que acontece é que se inicia de forma individual, depois busca-se formas associativas até como uma necessidade de sobrevivência.* Porque o primeiro momento é esse, em quatro ou cinco anos o cara tá achando que ele vai

resolver o problema da vida e vai conseguir, senão enricar, mas ter uma boa vida lá trabalhando individualmente no lote.

João – Após a criação do assentamento?

Gilmar – É. É ilusão. “Não, se plantar isso, aquilo, aquilo outro e tal...”. E vai vendo que de fato tem problema de intempérie, tem problema no mercado, tem um monte de problema, de vigilância sanitária e um monte de coisas que são empecilhos, de falta de crédito... *E ele vai se dando conta de que sozinho ele vai ter muita dificuldade de sobrevivência. Então vem o período da construção de associações, cooperativas. Tem o tempo do racha nisso tudo.* Porque as pessoas não estão acostumadas a trabalhar – veja como é o ser humano, ele trabalha pra um patrão. Trabalha, ganha miséria, mas se ele tiver que trabalhar pra eles mesmos através de uma associação, de uma cooperativa, ele têm dificuldade, eles desconfiam do outro. A desconfiança é muito grande. Mas é normal, eu não encaro isso como... É normal que ocorra isso. É um processo permanente, então, vai iniciar a associação, vai ter racha nas associações, vai ter briga interna, vai ter um monte de coisas para vir um processo de amadurecimento que às vezes vem, às vezes não vem (Entrevista realizada com Gilmar Mauro, em 28 de novembro de 2011, na sede da coordenação estadual do MST, em São Paulo, capital).

A tendência de adesão ao associativismo sugerida por Gilmar Mauro parece estar se realizando também no caso dos assentamentos da Regional, mas há que se questionar se de fato esse projeto vai se viabilizar, ou se os assentados continuarão tentando resolver seus problemas de sustentação econômica apenas pela via individual. Um elemento distinto em relação a essa tendência é o fato de que os dirigentes da Regional criaram uma associação tendo em vista representar os assentados de toda a Região Metropolitana antes mesmo de os assentados terem chegado sozinhos à conclusão de que precisariam se organizar de forma associativa. De todo modo, os assentados não tinham passado pela experiência de se organizar coletivamente por meio da COACOM, uma vez que a direção desta mantinha uma relação de certa forma tutelar para com os mesmos, mantendo-os alheios às questões administrativas da associação, surgindo posteriormente um ímpeto associativista a partir da base.

Os assentados afirmam que a ideia das *Comunas* foi a única proposta apresentada pelo MST para ser aplicada nos assentamentos. Como as terras eram de tamanho bastante reduzido e tendo em vista seguir a orientação do MST de colocar o máximo possível de gente assentada, se sugeriu um formato de assentamento que conjugasse o lote individual com áreas de produção coletivas. Na época todos concordaram durante as *assembleias* realizadas. Não obstante, cabe questionar até que ponto as reuniões em que esse assunto era tratado possuíam de fato um caráter democrático e igualitário. John Comerford ao investigar as reuniões de trabalhadores rurais afirma que elas têm como momento central as discussões, momento em que todos são convidados a participar opinando e decidindo coletivamente. Não obstante, apesar dos esforços e das intenções dos organizadores da reunião, é comum que uma parcela bastante minoritária dos presentes fale bem mais do que o restante, que basicamente permanece assistindo e ouvindo os outros. Assim, esses participantes que sustentam a discussão, juntamente com os organizadores da reunião – podendo haver sobreposição de papéis entre ambos – acabam por direcionar as discussões e deliberações de acordo com ideias “ensaiadas” antes da reunião em conversas informais (COMERFORD, 2001).

Maria Conceição D’Incao e Gérard Roy (1995), a partir de pesquisa feita em assentamentos no interior de São Paulo, concluíram que tanto os assentados como os

militantes e técnicos estatais tendem a reproduzir no cotidiano nos assentamentos relações de dominação que contrariam o sentido da construção da cidadania nas sociedades democráticas modernas capitalistas. Haveria três concepções de sociedade que orientariam as intervenções dos agentes externos no caso por eles estudado: para aqueles mais ligados à Igreja e as CEBs, tratava-se da construção de uma “comunidade” e da transformação dos trabalhadores em homens iguais, fraternos e solidários. Essa posição pode ser identificada no caso Regional Grande São Paulo principalmente naqueles dirigentes que mantêm ainda hoje vínculos mais intensos com a Igreja, em alguns casos, inclusive mantendo-se integrados aos seus quadros. Uma outra concepção é a dos dirigentes do MST, que tem em vista a construção do socialismo e o despertar da consciência revolucionária nos assentados, algo que no caso da Regional se pode identificar mais claramente em dirigentes e militantes que tem menos vínculos direto com a Igreja ou que provêm de uma trajetória não perpassada pela experiência eclesiástica. Por fim, há o ponto de vista dos técnicos estatais, que têm em vista que os assentados realizem o associativismo e o cooperativismo, buscando a eficiência produtiva e a capacidade de convivência com o mercado, o que aparece aqui igualmente ao se observar a atuação e o discurso dos técnicos do INCRA e do ITESP.

Ao menos em tese, a proposta das *Comunas da Terra* atenderia aos diferentes projetos em jogo da Igreja, do MST e do Estado, mas não dos próprios assentados, o que inviabilizou o sucesso em sua aplicação. A cooperação operaria tanto como meio para inserção mercantil dos assentados, como para fortalecer uma comunidade mais solidária e quiçá até propiciar formas de “elevação da consciência social” de modo a se desenvolver a consciência política no sentido revolucionário em sendo acompanhada de processos de formação e da contínua integração à *organicidade* do MST e às suas lutas. Não obstante, por decorrência das tensões inerentes à vida social, a proposta de cooperação não produziu na maior parte das vezes coesão entre os assentados. De toda maneira, mesmo entre os assentados a cooperação assumiu o papel de princípio cognitivo e político de divisão e hierarquização. Os acampados que se voltavam mais ao trabalho produtivo organizado coletivamente eram considerados como *os mais coletivos*, enquanto os que não se enquadravam bem ou mesmo rejeitavam esse modelo de trabalho eram taxados de *individuais* ou *individualistas*, neste contexto interpretados como sinônimos que apontam para o fato de que são menos propensos aos ideais e práticas coletivistas e à integração ao MST.

Mesmo os que são considerados pelos outros ou que assumidamente se dizem *individuais* ou *individualistas* reconhecem que os assentados deveriam se unir em prol dos interesses comuns, mas identificam obstáculos que dizem respeito aos diferentes interesses pessoais e às diversas formas de pensar. A acusação de ser *individualista* é em geral proveniente daqueles que pertencem aos quadros do MST ou que do Movimento são mais próximos. Assim, quanto um assentado se assume como tal, está afirmando que se posiciona politicamente em oposição àqueles que se organizam na Regional Grande São Paulo do MST.

Em meio a uma entrevista em Rio das Flores um assentado que já foi da direção da Regional e veio de *situação de rua* perguntou se eu era *coletivo* ou *individual*. De fato, tanto ele como outros afirmaram ser ou estar *no individual*, mas gostariam de estar *em coletivo*, encontrando muitas dificuldades para se organizar como tal. Atualmente buscavam se aproximar politicamente de partidos de esquerda presentes no centro urbano das cidades onde estão situados os respectivos assentamentos. O mesmo assentado que me fez a pergunta reclamou do fato de o governo exigir que os agricultores estejam organizados em cooperativas ou associações para que tenham acesso aos recursos, projetos e programas. Em sua visão não deveriam ser forçados a cooperar, pois a cooperação é sobretudo um valor, não podendo ser

imposta e tendo que surgir por livre iniciativa e escolha própria com relação a quais serão os parceiros, utilizando-se para isto dos critérios da amizade e da confiança. Embora tenha vindo de *situação de rua*, afirma que “ser obrigado a fazer sociedade com *lumpen* é complicado”, como teria acontecido no caso da COACOM, opinião esta que reflete um pouco do pensamento reproduzido por dirigentes do MST na Regional, posição esta a qual já experimentou.

Respondi ao seu questionamento de maneira apressada e irrefletida, afirmei que tinha mais afinidade com o *coletivo*. Essa pergunta me desconcertou, foi algo completamente inesperado e respondi com certo nervosismo, me arrependendo depois de ter me posicionado de forma maniqueísta, especialmente ao se considerar os significados em jogo na oposição apresentada pelo seu discurso, os quais eu não compartilhava. Retrucando a resposta que ofereci a sua pergunta, o assentado recolocou o debate em termos econômicos e sociais, destoando em relação à interpretação política eu havia feito sobre sua pergunta: “Eu sou *individual*: não porque eu queira, mas porque a realidade me fez assim. Sei que o *individual* é mais difícil do que o *coletivo*, mas se não der vou trabalhar na cidade”. Em sua opinião, como as propostas coletivas não viabilizam a vida, trabalha-se individualmente, portanto. Assim, explicou que infelizmente, a seu ver, o caminho que estava sendo seguido para quem não tinha sucesso no empreendimento da agricultura familiar era *trabalhar fora*, prática que a maioria dos assentados já havia adotado. A maior parte dos assentados com os quais conversei expressavam pesar ao reconhecer que tinham que procurar *trabalho fora* dos assentamentos, alegando que não conseguiam se sustentar apenas com as atividades desenvolvidas no assentamento.

Situados próximos a grandes centros urbanos dentro da Região Metropolitana paulista e estando há apenas aproximadamente 40 km de distância da capital São Paulo, os dois assentamentos nos quais a pesquisa foi realizada se caracterizam pela fácil comunicação com áreas plenamente urbanizadas, ainda que sejam assentamentos rurais. A facilidade de acesso às oportunidades de trabalho e de emprego existentes nos centros urbanos permite que muitos assentados assumam ocupações formais e informais na construção civil, no comércio, na prestação de serviços como serralheria e marcenaria, em serviços domésticos como culinária, jardinagem e faxina, dentre outras formas de trabalho temporário ou permanente, que vão desde os chamados *bicos* a empregos formalizados. Em alguns casos esses empregos contam inclusive com registro em carteira de trabalho, ainda que esta modalidade seja proibida pelos órgãos fundiários através de atos normativos internos. Os candidatos a titulares de lotes são inquiridos em relação a este aspecto no momento de elaboração do cadastro da relação de beneficiários. Esse cadastro é feito pelo INCRA ou pelo ITESP em nome de um titular que pode ser o homem ou a mulher, o(a) qual é cadastrado(a) com um código no sistema. O cônjuge também figura na relação de beneficiários do INCRA junto com o titular.

Eram vários os motivos elencados para justificar esse fracasso e a adesão supostamente subsequente ao *trabalho fora*. Em termos naturais, a terra era pouca e de péssima qualidade, com solo pedregoso e com qualidade baixa devido ao plantio de eucaliptos e de capim anteriormente existente, relevo é acidentado e com muitos morros e, apesar da abundância de fontes d’água, eram proibidos por lei e pela fiscalização de utilizá-las. Em termos de políticas públicas, reclamavam que a assistência técnica era precária, contando apenas com visitas ocasionais de um técnico que se dedicava na maior parte do tempo a questões burocráticas e não a ensinar como trabalhar a terra. Além disto, o crédito era considerado insuficiente para investir na correção do solo, na compra de equipamentos e de insumos, sendo liberado em prazos que não condiziam com o cronograma de plantio das

espécies. A questão da comercialização era identificada como um ponto igualmente negativo, pois, mesmo que conseguissem uma boa produção em termos quantitativos, não estavam assegurados mercados consumidores e nem meios de transporte para levar as mercadorias para a cidade. Além disto, a maioria dos assentados não sabia como trabalhar a terra, o que os fazia ainda mais dependentes do apoio estatal ou do MST. Esses condicionantes são reconhecidos tanto pelos assentados como pelos dirigentes do MST e mesmo por alguns técnicos dos órgãos fundiários com quem conversei.

Tudo isso concorria para que os assentados se voltassem a buscar oportunidades de *trabalho fora*, nas quais os serviços temporariamente prestados geravam uma remuneração que permitia a manutenção do indivíduo ou família, ou mesmo a procurar empregos com e sem carteira assinada, assegurando uma renda mensal mais ou menos fixa. Tinham como alternativa investir apenas na produção agrícola, assumindo os riscos de não obter o retorno econômico esperado, ou buscar outras formas de geração de renda que não passassem pelo trabalho com a terra. Entre esses dois extremos o mais comum era encontrar gradientes nos quais se mantinha atividades produtivas no lote de maneira secundária, enquanto a maior parte da renda auferida vinha da venda da força de trabalho em ocupações no exterior do assentamento.

Tanto a existência pretérita de bens e recursos anterior à entrada nos *acampamentos* como a possibilidade de acumulá-los por meio do *trabalho fora* são responsáveis por um processo de diferenciação socioeconômica dentro dos assentamentos. As famílias e indivíduos de renda mais alta tendem a se individualizar mais em relação ao convívio com os demais assentados, se apartando dos que possuem renda mais baixa. Em geral os que possuem renda mais baixa nos assentamentos são os indivíduos que vivem sozinhos, normalmente homens, que reclamam serem discriminados por outros assentados que moram com suas famílias não apenas pelo fato de gerarem pouca renda e viverem em condições menos dignas, mas também por não terem constituído família.

Em São Paulo há um programa de garantia de renda mínima chamado Renda Cidadã, que oferece um valor de oitenta reais por mês para a família ou indivíduo sem família que receba renda familiar mensal inferior a até meio salário mínimo nacional. As famílias acessam também o Bolsa Família, programa de transferência direta de renda que atende aquelas que recebem renda familiar por pessoa de até cento e quarenta reais. Dependendo do número e da idade dos filhos, o valor do benefício recebido varia entre trinta e dois e trezentos e três reais. Muitas famílias acessam ambos os programas e os indivíduos que vivem sozinhos acessam apenas o primeiro.

Este é o caso de Danilo, um assentado que tem origem numa família de trabalhadores rurais, nasceu no interior de São Paulo, no município de Martinópolis (no Oeste do estado, próximo à cidade de Presidente Prudente), e mora sozinho, pois sua família composta pela companheira e pela filha não quis deixar a cidade para ir para o assentamento. Já havia experimentado o trabalho em mutirões em comunidade rurais em que viveu e atravessou muitas cidades, “pulando de terra em terra” junto com os pais que plantavam cafezais. Deixou os pais e foi tentar a vida na cidade, pois não queria mais ser empregado de fazendeiro, que foi a última ocupação que ele e sua família assumiram. Seguiu caminho rumo a São Paulo, onde trabalhou como segurança e operador de prensa em metalúrgica. Atualmente é militante do MST e afirma ser da coordenação do PA Riacho. Seu relato trata de forma bem nítida a relação entre a proposta de cooperação e o desejo de autonomia das famílias e indivíduos, especialmente ao se considerar que o entrevistado é um militante do MST.

João – E por que que vocês não trabalham num *coletivo* na área de produção [refiro-me à área de produção coletiva, em oposição ao lote individual] ?

Danilo – Olha, eu não, eu nem arrisco, né! *Nem arrisco por que sei que vai dá problema, então pra não dá problema é melhor você trabalhar assim dentro do seu lote, você produzir o que você quer, o que você pensa... Por que se a gente veio aqui pra gente ter uma autonomia sem ser, é, oprimido por ninguém, né, a gente sabe que no coletivo sempre tem aquelas pessoa que gosta de querer ser mais do que o outro, né.* Então isso é, isso já tá na natureza do, de todo mundo, né. Então a gente optou cada um trabalhar dentro do seu lote de moradia e produção e fazer o que quer, o que tiver vontade. Melhor que tá no *coletivo*, por que no *coletivo* vai ver eu sou mais fraco do que o outro, o outro trabalha mais do que eu, ele já começa a falar: “Oh, cê tá, cê tá tendo o mesmo direito que eu tenho, o mesmo tanto que eu ganho você ganha, então por que você tá trabalhando menos do que eu?”. Aí às vezes eu tenho um problema de saúde, ou às vezes eu tenho um problema e preciso de sair, né, *então dentro do [...] coletivo você já tem que ter toda essas coisas que você tem, que às vezes você não tem a liberdade que você tem quando cê é individual, né.*

João – É né! Aí, mas se trabalhasse no *coletivo*, será que não ia produzir mais? Ganhar mais dinheiro?

Danilo – Bom, pode ser pra alguns, pra mim eu acho que não! *Pra mim eu trabalhando do meu jeito, eu acho que pra mim é melhor, independente de ganhar mais ou ganhar menos, pelo menos eu faço o que eu quero, na hora que eu quero, do jeito que eu quero.*

João – Entendi. De repente às vezes é melhor ganhar menos, mas ter mais liberdade e não ter dor de cabeça, né?

Danilo – Isto! Bem melhor, né? Então, se deu, é, se tiver alguma falha técnica, alguma coisa assim, mas então o erro é exclusivo meu, né. *Então às vezes eu, no coletivo às vezes eu quero fazer de um jeito, às vezes o outro quer fazer de outro e às vezes eu sou um pouco assim, é, autoritário, né. Tem aquelas pessoa que é autoritária, tem que ser do jeito dele. Aí, do meu jeito não deu certo, aí eu que vou ser o culpado, né.* Por que foi eu que pus aquela linha, aí falei: “Tem que ser assim”. Então tudo foi pelo meu jeito de ser, né. E não deu certo, aí a gente vai ficar com aquela culpa de que deu errado por causa de mim, ou deu errado por causa de outro (Fonte: Entrevista com Danilo em 27 de setembro de 2011, no PA Riacho, em Rio das Flores, SP).

O desejo de autonomia sobre o trabalho é tão grande que chega a ser mais interessante para o agente manter a produção individualmente no lote do que forçar a se enquadrar no *coletivo*, ainda que possa existir a possibilidade de gerar renda maior coletivamente. Em todo caso, essa é apenas uma hipótese que de fato nunca se confirmou na experiência dos próprios, pois a maioria dos *coletivos* não gerou qualquer lucro.

As tendências autoritárias dos indivíduos precisam ser controladas para que os *coletivos* possam funcionar de maneira menos centralizada sob a liderança de algumas poucas pessoas e que sirvam como um espaço para amadurecimento de relações democráticas. Não é simples realizar esse tipo de exercício, especialmente ao se considerar a trajetória dos assentados, marcada pela vivência de relações de dominação clientelistas e autoritárias que tendem a se reproduzir no espaço dos assentamentos, dado terem se socializado neste tipo de relações sociais. Ainda que os *acampamentos* sirvam como experiências que tendem a romper

esse padrão de relações tradicional, proporcionando novas formas de socialização e a abertura a uma outra cultura política, esse tipo de desvio em relação aos ideais democráticos e igualitaristas pode estar presente também no MST, afinal, os dirigentes e militantes igualmente foram socializados nesse tipo de relações de dominação.

Em outro momento da entrevista, falando sobre a tradição de mutirões que existia na sua terra natal, no Sul do país, Danilo menciona que antigamente se vivia em comunidade, mas hoje em dia é muito difícil de fazê-lo, pois há muita competição entre as pessoas e as ambições individuais fazem com que uns queiram passar os outros para trás. Assim, a ideia de recriar laços comunitários contida na proposta das *Comunas da Terra* encontra obstáculos nos processos de modernização que trouxeram consigo a privatização da vida em sociedade, elevando o individualismo a um dos principais valores presentes no senso comum.

João – E, isso era uma tradição ou era só da região de onde o senhor vem?

Danilo – Isso já chama-se... *é até uma cultura, né?*

João – Uma cultura?

Danilo – *É uma cultura de companheirismo, solidariedade, né, uns com os outros. Então ali a gente... Que hoje não existe mais isso aí, né. Aqui pelo menos na... onde eu conheço, aqui, os trabalhadores aqui, não existe mais isso aí. Que hoje mudou, né, a consciência das pessoas de... em vez de melhorar, parece que piorou, né? Antigamente não, tinha mais é... não tinha essa tanta ganância igual existe hoje. Hoje até a situação que o próprio governo aplicou com a gente mesmo, né? A gente hoje tem essa pendência de trabalhar e não pensar mais no vizinho, a gente pensa mais na gente mesmo. Primeiro não, primeiro a gente tinha aquela formação assim de todo mundo ser uma comunidade, a gente trabalhava em comunidade, né? Hoje a gente chama de comunidade, mas só porque mora na mesmo... no mesmo setor, na mesma... tem umas família que mora numa mesma área, né, então a gente chama de comunidade, mas comunidade é... humana, igual era antigamente. Não tem mais não. Isso acho que em todo lugar tá assim, um querendo furar o olho do outro.*

João – E a ideia da *Comuna Da Terra* ela tenta um pouco recriar essa comunidade, humana?

Danilo – Olha a gente até tentou, né? No começo a gente começou aí querendo continuar as nossas reuniões, os *núcleo de família*, mas quando viu que não adianta, né, então a gente falou: “então cada um vai cuidar da sua vida”. Então não dá pra gente trabalhar mais nessa formação assim por que... Isso é até uma falha da gente, a gente quase não vai na casa de ninguém, a gente não se visita, eu não vou na casa do vizinho saber como é que ele tá, nem ele vem na minha casa saber como é que eu tô. Então a gente tá numa coisa assim, parece que isolada, uma comunidade isolada, né? *Mas o certo, o bom seria, né, se fosse uma comunidade assim pra viver em... unido, né, viver como família, mas hoje não tem esse negócio de viver como... em família. Cada um cuida da sua vida e não quer saber do vizinho, se ele tá bem, se ele tá mal. Então, isso é ruim* (Fonte: Entrevista com Danilo em 27 de setembro de 2011, no PA Riacho, em Rio das Flores, SP).

Do ponto de vista do assentado é possível identificar certo tipo de idealização sobre o passado, por meio da qual se tenta atribuir à vida no campo valores perdidos na sociedade industrial e uma coexistência social harmônica. Em sua fala, as expressões da modernidade

industrial teriam feito desaparecer relações comunitárias tradicionais outrora sustentadas no campo. Isto é visível quando se refere a temas como a “mudança de consciência” das pessoas, a priorização do trabalho em detrimento do cultivo das relações de vizinhança e de amizade, a ênfase no individual em detrimento do comunitário etc. Danilo avalia negativamente essa mudança de valores e de comportamentos, mas se vê ele próprio enredado nela, reproduzindo um modo de vida moderno e individualista, como agricultor pauperizado vivendo e trabalhando em seu lote e eventualmente fazendo *bicos* fora do assentamento.

No contexto dos *acampamentos*, a participação na esfera pública comunitária era em grande medida um meio para garantir o atendimento das necessidades mais urgentes da existência. Já nos assentamentos a vida pública é secundária, só sendo possível caso as mesmas necessidades sejam atendidas primeiramente de forma privada. Os assentados agora passam a se dedicar mais à vida privada e menos à esfera pública que fora constituída pelos *acampamentos* e funcionara mais ativamente no início dos assentamentos, quando foram forçados pelas circunstâncias a trabalhar coletivamente questões que diziam respeito à comunidade e então vislumbravam nos *coletivos* um meio para se tentar gerar renda. O avivamento dessa esfera pública no assentamento pode ser identificado como um objetivo não declarado da proposta das *Comunas da Terra*, que não logra sucesso em se realizar na prática.

Ainda, o discurso de Danilo expressa bem o que está em jogo quanto à recente reorientação do MST em sua atuação nos assentamentos *Comunas da Terra*: ante a tentativa frustrada de trabalhar com a cooperação, o Movimento passou a priorizar oferecer *formação* sobre a agroecologia, tentando garantir a preservação do meio ambiente nos assentamentos e incentivando a produção de produtos orgânicos. Embora a agroecologia esteja embutida na proposta de cooperação das *Comunas*, a impossibilidade de realizar a cooperação conforme formulada é acompanhada de um deslocamento da prioridade desta em direção ao tema da agroecologia, o que se dá não apenas na Regional e no caso das *Comunas da Terra* de São Paulo, como em nível nacional no Movimento.

Danilo – Porque o Movimento, ele *desde o momento que ele se transforma um assentamento, aí ninguém mais quer ser mandado pela direção e pela coordenação, né. Então, organização a gente organiza as famílias pra ser assentada, depois de assentada não tem mais organização*, então nós tem a nossa linha de política, né, a nossa linha de luta, mas *com famílias assentada, aí cada um cuida da sua vida né, não tem mais essa de: “Não eu tenho que fazer isso por que o Movimento que manda eu fazer isso!”*. Não o Movimento não manda ninguém fazer nada. [...] *Então depois de assentado o Movimento já não participa mais de, da sua organização de lote, de trabalho dentro lote, então a única organização que nós tem aqui... mas isso aí já é consciência de todo mundo que isso aí já foi tirado pelo Movimento do tempo de acampamento, né, que é a gente trabalhar com produtos orgânicos, dentro de agroecologia, né, então a única organização que nós tem é isso, assim, que cada um já tem aquela consciência sem querer tá degradando a terra, né. E ainda tem alguns que ainda põe fogo no lote ainda, queima, mas é pouco, né, não é aquela queimada assim [...]. Então cada um procura já trabalhar, carpir o mato, deixar o mato ele mesmo transformar em compostagem na terra né, é, sem tá também passando arado, traçando a terra com o arado, né. Então a gente trabalha, é uma coisa assim, que ainda tem organização dentro do Movimento é a consciência de agroecologia, né* (Fonte: Entrevista com Danilo em 27 de setembro de 2011, no PA Riacho, em Rio das Flores, SP).

Se é fato que a cooperação não tem funcionado a contento entre os diferentes detentores de lotes nos assentamentos, por outro lado famílias extensas que ocupam mais de um lote desenvolvem estratégias de reprodução econômica que envolvem dois grupos domésticos diferentes, em geral um dos pais e outro dos filhos e seus cônjuges, cada qual cadastrado em sua respectiva casa e lote. No lote de Renata e Renan há produção agrícola voltada prioritariamente para o autoconsumo familiar, onde são plantadas hortaliças, frutas e legumes, sendo criadas também aves. Já no lote de seus filhos Rodrigo e Ronaldo a produção é de uvas, a qual agrega plantas pertencentes ao conjunto da família. Toda a família vem de experiências agrícolas, uma vez que trabalhavam juntos no interior de Minas com o cultivo de pepinos em propriedade alheia, recebendo remuneração pelo trabalho e podendo plantar alguns produtos para si próprios. Moravam em uma cidade próxima ao trabalho, onde possuem uma residência ainda hoje, mas trabalhavam nas terras do proprietário. Lá manejavam agrotóxicos sem os devidos equipamentos de produção e sem carteira assinada. Já haviam morado na capital São Paulo por alguns anos, quando então Renan trabalhava como vigia noturno.

Renata afirmou que não aguentava mais trabalhar tanto na propriedade alheia e receber tão pouco, sem conseguir melhorar as condições de vida da família. Assim, quando soube que o MST estava organizando pessoas para lutar por terras próximas a São Paulo, se dirigiu para lá sem avisar ao marido, pois sabia que ele seria contra, por ser então muito conservador e machista – após a passagem pelo MST ele viria a mudar bastante sua visão de mundo, ainda que de forma contraditória, conjugando posições progressistas e conservadoras, enquanto Renata desenvolveu sua consciência num sentido revolucionário, reconhecendo que uma grande mudança social no país que implique na supressão do poder da burguesia passará um dia pela luta armada.

Uma vez assentados, os filhos escolheram um lote numa extremidade do assentamento, enquanto os pais escolheram na outra. Rodrigo tem um jeito mais introspectivo, afirma gostar de trabalhar com a terra e passa a maior parte do tempo dentro do assentamento cuidando do seu lote e ajudando a cuidar do lote dos pais, onde trabalha junto com eles. Ronaldo, por outro lado, é comunicativo, compõe músicas de protesto do gênero *rap* e *trabalha fora*. Primeiro estava num emprego sem carteira assinada, como ajudante de caminhoneiro (carregando mercadorias para dentro e para fora do caminhão), mas ante o não cumprimento da promessa de assinatura da carteira de trabalho por parte do patrão, o abandonou. Arranjou então outro emprego com carteira assinada, também como ajudante de caminhoneiro, e estava em regime de contrato para experiência de avaliação, tendo recebido a promessa de ter a carteira assinada após alguns meses. Dizia que caso não tivesse a carteira assinada após o fim do contrato de experiência iria buscar outro emprego, o que indicava um desejo de garantir um trabalho mais estável e amparado por direitos trabalhistas.

Em termos produtivos, existe um regime de cooperação em que os parentes se unem para realizar alguns trabalhos nos dois lotes. Entretanto, o trabalho nos lotes possui um papel secundário na geração de renda. A família extensa figura como uma unidade coesa que articula diferentes estratégias voltadas à reprodução econômica. Segundo Renata, tudo na família é dividido: o alimento das refeições é preparado em sua casa e destina-se ao consumo de todos, incluindo a neta que mora na sua residência, filha de sua filha que vive na cidade. O salário que Ronaldo recebe é compartilhado com a família e, embora eventualmente ele venha a comprar algo para seu proveito pessoal, afirma que na maior parte do tempo o destina para o uso familiar. Ambos os jovens, Ronaldo e Rodrigo, não concluíram sequer o ensino fundamental, tendo abandonado os estudos para ajudar os pais no trabalho na roça. Um outro

irmão ainda é deficiente físico e foi assentado no PA Riacho, em Rio das Flores, onde vive com sua companheira, mas não faz parte desse arranjo econômico da família extensa, vivendo mais afastado do restante dos parentes.

Tal qual esta família, identifiquei outros casos de assentados que conjugam a produção em pequena escala de alimentos a partir do lote, predominantemente para o autoconsumo, com o recurso ao *trabalho fora*. Existem dois assentados que se destacam no PDS Jurema, em Jequitibá, com uma grande produção de hortaliças, que costumam vender para restaurantes e mercados na cidade de maneira frequente e contínua. Dizem que a maior parte de sua renda vem do trabalho com a terra, mas não pude investigar bem se isto era verdade, pois se mostraram pouco abertos à pesquisa – um deles sequer quis ser entrevistado. Neste caso ficou pouco clara a articulação entre o trabalho com a terra e o *trabalho fora*. Ambos têm veículos automotores, sendo que um possui motocicleta e o outro um carro com boa capacidade de armazenamento, e se diferenciam dos demais assentados em termos socioeconômicos. Curiosamente, nenhum dos dois tinha experimentado o trabalho agrícola antes de passar pelo MST, o que contradiz a opinião de que aqueles que já tinham trabalhado com a terra anteriormente possuiriam maior propensão a produzir nos assentamentos. De fato, a falta de conhecimento técnico e prático é um enorme obstáculo para que quem nunca trabalhou com a terra passe a fazê-lo, mas, como afirmam alguns assentados, é possível aprender com força de vontade e buscando informar-se por livros e por meio de conversas informais com quem já possui maior experiência – alguns assentados com maior escolaridade conseguem inclusive fazê-lo por meio do acesso à *internet*.

No PA Riacho há o caso de um assentado que deixou o emprego como metalúrgico para se dedicar apenas ao trabalho com a terra, recuperando uma prática que profissional que realizava quando jovem em sua terra natal, no interior. Tendo um lote bem estruturado com diversos plantios, vende frequentemente a produção para comerciantes que vêm comprá-la em sua porta, para a Prefeitura de Guarulhos e também carrega a bicicleta com mercadorias e as leva para vender nos bairros próximos. Entretanto, no caso deste, sua companheira trabalha numa firma na cidade como auxiliar de serviços gerais, na limpeza de edifício comercial, o que garante uma renda fixa salarial à qual é acrescido o valor da produção vendida.

Gustavo, outro assentado no PA Riacho, vem de *situação de rua* e trabalhava junto à Fraternidade Povo da Rua. Define-se como agricultor, artesão, pintor e pedreiro. A agricultura que pratica no lote de moradia é voltada para o autoconsumo predominantemente e, ainda que venda alguns produtos, não é suficiente para garantir uma renda mínima para manutenção da família composta por ele, a esposa e os três filhos. Assim Gustavo justifica a necessidade de *trabalhar fora* do assentamento. A produção do lote pode ou não gerar renda, de modo que é utilizada mais como um meio de se economizar em gastos com a aquisição de alimentos e consumir alimentos mais saudáveis, desenvolvidos por cultivo sem agrotóxicos. A incapacidade de geração de renda a partir do trabalho agrícola no assentamento faz com que o que aparece no discurso como uma prática eventual, a saber, pequenos trabalhos temporários ou *bicos*, se torne praticamente uma regra para sobrevivência dos assentados.

Alóis vive com a mãe, que é assentada no PDS Jurema, e menciona com orgulho que já plantou e vendeu 7000 pés de alface entregues à CONAB via COACOM. Afirma que gostaria de viver só do trabalho com a terra, mas a área é pequena e o solo precisa de correção, o que é possível de ser feito, desde que haja crédito suficiente para isto. Reclama também que é necessário garantir mercado para os produtos, para valer a pena o investimento. Enquanto não estão dadas as condições para que possa ter na produção agrícola a principal

atividade de trabalho e geração de renda, trabalha como pedreiro autônomo, recrutando os assentados de Jequitibá para trabalharem junto com ele e transportando-os para o serviço sob seu comando, como ajudantes de pedreiro, num veículo tipo “kombi” que entra e sai todos os dias do PDS Jurema.

Realizando entrevistas com os técnicos do INCRA e do ITESP, alguns pontos foram ressaltados sobre a questão do *trabalho fora*, como por exemplo a aceitação do fato de que os assentados trabalham informalmente fora das terras que receberam (fazendo *bicos*), no caso do ITESP, e com a plena aceitação do fato de que os assentados podem desenvolver atividades profissionais nos centros urbanos sem que isso comprometa a política de assentamentos, no caso do INCRA. Esta postura foi defendida por um servidor chefe de divisão que afirma ser viável legalmente a mão-de-obra livre seja aplicada em trabalhos urbanos, desde que o lote recebido produza algum bem agrícola, e que não há normas que impeçam de se tornar assentados pessoas que não possuam experiência agrícola. Também o ex-superintendente do órgão, que foi indicado pelo próprio MST para o cargo, não via contradição alguma no fato de o assentamento ser um espaço de moradia e não necessariamente de trabalho, podendo os assentados, em sua visão, constituírem-se inclusive em prestadores de serviços para a comunidade do entorno próximo (no caso, incluindo os centros urbanos, já que estamos lidando com assentamentos próximos a grandes cidades).

Um técnico da equipe que trabalha com cooperativismo no INCRA em São Paulo afirmou que o perfil de assentados das *Comunas da Terra* é o de gente que tem origem urbana, que *não tinha perfil*¹³¹ de agricultor e vinha de áreas urbanas pauperizadas, mantendo uma rede de relações anterior à luta pela terra, o que lhes possibilita acessar trabalhos formais e informais mais ou menos esporádicos após se tornarem assentados. Ao longo da pesquisa descobri que os assentados não somente se utilizam dos contatos feitos antes de entrar na luta organizada pelo MST como também ampliam sua rede de relações durante a vivência nas ocupações, *acampamentos*, atos, marchas e eventos de *formação*, o que igualmente possibilitam o acesso aos *bicos* por meio dos contatos feitos nesses momentos.

Arnóbio, por exemplo, afirma que consegue arranjar alguns *bicos* com conhecidos da cidade de Rio das Flores, onde morava antes de ir para o assentamento no mesmo município. Carlinhos hoje em dia obtém grande parte de sua renda por meio do trabalho de serralheiro que desenvolve fora do assentamento junto com seu irmão, como autônomos. Alóis, filho de uma assentada em Jequitibá, organiza grupos de assentados do PDS Jurema para trabalharem como seus ajudantes em obras nos centros urbanos vizinhos, carregando os assentados num automóvel do tipo *kombi* diariamente para os lugares onde assume serviços. Outros assentados conseguem arranjar trabalhos na construção civil por meio de sua inserção em Igrejas evangélicas, onde conhecem gente que precisa de mão-de-obra e que acaba os contatando – um dos assentados estava inclusive trabalhando em obras no templo de uma dessas Igrejas quando realizei o trabalho de campo.

Dentro do MST também houve mais recentemente uma maior aceitação em relação ao *trabalho fora* e a compreensão dos motivos que levam os assentados a realizarem esse tipo de prática, ante a difícil situação que abarca a maior parte dos assentamentos rurais no país, que dificulta que se alcance a garantia de condições de vida dignas apenas pelo recurso ao

¹³¹ O termo *perfil* aparece no discurso dos entrevistados, em particular dos técnicos estatais, sugerindo que existem pessoas que sabem trabalhar com a terra, isto é, tem *perfil* para produzir como assentados, e pessoas que não sabem trabalhar com a terra, que são *sem perfil* adequado às expectativas da política de assentamentos de gerar uma camada social de agricultores familiares.

trabalho com a terra. Gilmar Mauro afirma que em outro período, nos anos 1990, havia uma crise de desemprego que tornava mais difícil o recurso a atividades que gerassem renda fora dos assentamentos. Trabalhando com a terra, minimamente os assentados podem produzir alimentos para não passarem fome e ainda vender excedentes de modo a ter acesso a algum dinheiro para comprar outras mercadorias básicas. Mas, evidentemente as pessoas buscam mais recursos e uma vida mais confortável e, uma vez que tenham alcançado dado padrão de vida, não aceitam voltar atrás abrindo mão do que já conquistaram e de sua capacidade de consumo e custeio de serviços que asseguram algum nível de bem-estar.

Gilmar – [...] na verdade, quando foram criadas as *Comunas*, era contexto de desemprego e etc., era outro. E pouco se conseguia para além do assentamento atividades extra-assentamento econômicas. *Essa realidade dos nossos assentamentos é de algum tempo pra cá, que aí a busca fora é um... Na verdade dentro do MST tinha uma espécie de preconceito, acho que o Delwek tinha isso, em relação a quem trabalhava fora. E de um tempo pra cá primeiro a gente desfez isso porque de qualquer maneira a atividade agrícola da produção familiar, por si só, ela tem enormes dificuldades de sustentar toda a família.* Em função de que não é uma produção em escala, enfim, enfrenta a competitividade do mercado capitalista em precárias condições. Normalmente os assentamentos já se realizam em terras bastante exauridas que tem que haver um grande investimento pra recuperação de solos, essas coisas. Vou te dar um exemplo: meu cunhado produz 400 sacas de soja mais umas 300 sacas de milho. Pra um pequeno produtor é uma produção boa. No entanto, se cada saca de soja tiver um lucro, vamos falar de lucro líquido de cinco reais por saca, 400 sacas vai dar o que em termos de renda pra sustentar a família? Mas, sei lá, três reais por saca de milho, 300 sacas vai dar o quê? Ele não consegue sustentar a família por um ano com esse tipo de produção. Diferente de um cara que produz um milhão de sacas que pode ter três reais de lucro, mas é um milhão de sacas, então... *Bom, então sempre houve algum tipo de atividade extra-produção agrícola, seja os filhos que se deslocavam pra trabalhar em algum canto etc., o que ocorre hoje nos assentamentos. Se pegar o Pontal, uma grande parte da mão-de-obra familiar está atuando fora do assentamento e uma parte atua no assentamento. Engraçado que atua fora e tem uma renda pra investir no assentamento, ele não quer sair.*

João – Sim. Eu percebi isso também.

Gilmar – Não quer sair. *Ele atua fora pra melhorar e ter condições pra investir no lote. Então é parte de uma realidade objetiva e nós não vemos problema nisso até porque não tem outra alternativa no capitalismo que não de você buscar formas de vender a sua força de trabalho, enfim, buscar, sabe* (Entrevista realizada com Gilmar Mauro, em 28 de novembro de 2011, na sede da coordenação estadual do MST, em São Paulo, capital)...

O que antes era tratado com certa censura dentro do Movimento teve que forçosamente passar a ser aceito pelos dirigentes e militantes, uma vez que o *trabalho fora* se tornou uma regra entre os assentados, especialmente a partir dos anos 2000, quando a economia passou a gerar muitas oportunidades de trabalho formal e informal. Sempre houve membros da família que iam buscar trabalho fora dos assentamentos, pois a capacidade de geração de renda apenas a partir da produção agrícola é muito limitada, por conta dos custos altos do investimento e da baixa escala produtiva. Antigamente as famílias precisavam enviar seus filhos para trabalhar em outras cidades mais distantes, de modo a terem acesso a uma

renda maior. Atualmente, principalmente no caso das *Comunas da Terra*, que se situam em proximidade aos centros urbanos com economia desenvolvida, a possibilidade de gerar renda para a família é facilitada em termos do deslocamento dos filhos ou demais parentes que sigam para *trabalhar fora*.

Chama a atenção a ideia de que parte dos recursos levantados com o *trabalho fora* é aplicada em investimentos no lote, de modo a melhorar a sua estrutura e possibilitar a geração de um pouco mais de renda com a produção ou de mais produtos para o autoconsumo familiar, algo que Gilmar Mauro e outros assentados com quem conversei também mencionaram. Apesar de na prática trabalharem para pessoas que lhes pagam remuneração, em alguns casos assumindo relação de assalariamento, o discurso dos assentados em geral aponta para o desejo de se *viver da terra* e não ter que *trabalhar fora*, conseguindo manter-se por si só, *sem patrão*. Para grande parte dos entrevistados a viabilização da profissão de agricultor como principal fonte de renda depende de políticas públicas como assistência técnica melhorada, garantia de mercado, crédito liberado no tempo certo e em quantidade necessária para realizar o investimento que as terras e os cultivos requerem, acesso liberado à água e também auto-organização dos próprios assentados por meio de uma cooperativa ou associação. Em geral se reconhece as dificuldades no processo organizativo para esta última finalidade e, em relação às políticas públicas, os assentados eventualmente se mobilizam para reuniões e ocupações no INCRA e no ITESP tendo em vista ter suas reivindicações atendidas e também no Banco do Brasil, instituição responsável pela liberação do PRONAF.

Na bibliografia o tema do trabalho não-agrícola realizado fora da propriedade ou da posse rural costuma ser abordado por meio do conceito de pluriatividade (CARNEIRO, 1998; ALENTEJANO, 1999; SCHNEIDER, 2003; DEL GROSSI & SILVA, 1998; ANJOS, 2001). Este conceito se assenta no pressuposto da existência de um sujeito que é, antes de tudo, um agricultor, que diversifica suas atividades econômicas para além da agricultura. No caso em questão há assentados que praticam a agricultura, mas outros jamais se tornaram agricultores de fato nos assentamentos, sendo apenas agentes que vendem sua força de trabalho fora dos assentamentos. Sérgio Schneider explica os significados fundamentais da pluriatividade:

Como fenômeno social e econômico presente na estrutura agrária de regiões e países, pode-se definir a pluriatividade como um fenômeno através do qual membros das famílias que habitam no meio rural optam pelo exercício de diferentes atividades, ou, mais rigorosamente, pelo exercício de atividades não-agrícolas, mantendo a moradia no campo e uma ligação, inclusive produtiva, com a agricultura e a vida no espaço rural. *Nesse sentido, ainda que se possa afirmar que a pluriatividade seja decorrente de fatores que lhe são exógenos, como o mercado de trabalho não-agrícola, ela pode ser definida como uma prática que depende de decisões individuais ou familiares.* Interessa, pois, avaliar o significado econômico, o sentido sociocultural da consolidação da pluriatividade em famílias que residem no espaço rural e se integram em outras atividades ocupacionais, combinando-as com a atividade agrícola. [...] Cabe, portanto, explicitar como é entendida a agricultura familiar e por que a pluriatividade se tornou uma das estratégias de sobrevivência. Assim, a discussão teórica acerca da pluriatividade deve envolver o debate mais amplo sobre a persistência da forma familiar de trabalho e de produção no interior do capitalismo. Parte-se do pressuposto de que a dinâmica socioeconômica no meio rural faz parte da sociedade como um todo, e que, em determinadas situações históricas, ela certamente será estabelecida pelo regime capitalista. Mas essa não é uma “regra universal”, e

o modo pelo qual a forma familiar interage com o capitalismo pode variar e assumir feições muito particulares. Em alguns casos históricos, as formas sociais identificadas com o trabalho familiar acabaram sucumbindo e foram absorvidas pelo próprio capitalismo mas, em outros, como no caso de certas configurações da pluriatividade, a presença do trabalho familiar em unidades produtivas agrícolas pôde desenvolver relações até certo ponto estáveis e duradouras com as formas sociais e econômicas predominantes. Assim, as unidades familiares subsistem com uma relativa autonomia em relação ao capital e vão se reproduzindo nessas condições. A sua transformação vai depender de sua relação com as formas distintas e heterogêneas de estruturação social, cultural e econômica do capitalismo, em um certo espaço e contexto histórico (SCHNEIDER, 2003, p. 112).

O conceito de pluriatividade parte de uma definição da dinâmica da agricultura e do seu lugar de destaque no espaço rural, mas representa o reconhecimento de que a agricultura vem sendo cada vez mais percebida como apenas uma, dentre outras atividades realizadas pelas famílias rurais. A pluriatividade pressupõe necessariamente a inclusão do trabalho agrícola como forma de gestão do trabalho doméstico. Neste sentido, para o caso de algumas famílias que conseguem conjugar a produção agrícola com o *trabalho fora*, o conceito se aplica, mas não para tantas outras que não desenvolvem o trabalho agrícola.

Tal conceituação é definida pelo reconhecimento de situações sociais nas quais a unidade de produção familiar representada pelo grupo doméstico e sua propriedade de terras é cada vez menos o centro da reprodução econômica e os indivíduos que compõem famílias com domicílio rural passam progressiva e crescentemente a se dedicar a atividades econômicas e produtivas não necessariamente ligadas à agricultura. Entretanto, o conceito não ajuda a pensar sobre o caso de indivíduos que vivem sozinhos em domicílio rural nos assentamentos e realizam trabalho agrícola, senão pela negação do pressuposto de que é com agricultores de base familiar que ocorre o fenômeno da pluriatividade. Pode identificar indivíduos assentados que cultivam as terras no seu lote e ao mesmo tempo prestam serviços fora do assentamento em trabalhos não-agrícolas e também agrícolas.

A abertura de oportunidades no mercado de trabalho não-agrícola é uma determinação de ordem estrutural que permite explicar o porquê do fenômeno do *trabalho fora* estar tão presente nos dois assentamentos. Por outro lado, optar por realizar essa forma de trabalho é uma decisão dos indivíduos e famílias, que produzem suas próprias estratégias econômicas no interior das relações estruturais nas quais estão inseridos. É dentro dos limites do sistema capitalista que essas estratégias podem ser definidas e, contrariando as pretensões de “autonomia camponesa” sintetizados no ideal de *viver sem patrão*, que na visão do MST representa um suposto caráter anticapitalista, a realidade empírica demonstra uma subordinação dos assentados ao sistema, sustentada pelo menos em três diferentes pilares: no mercado de trabalho capitalista, no caso do *trabalho fora*; no circuito comercial, no caso da venda de mercadorias agrícolas a um baixo custo, incapaz sequer de cobrir os gastos com investimentos e trabalho despendido, e, por fim, na dependência estatal, por meio do acesso a políticas de assistência social que garantem um mínimo de renda e do controle exercido pelos órgãos fundiários e demais aparelhos estatais que trabalham com políticas públicas relacionadas direta ou indiretamente aos assentados. O princípio camponês da autonomia defendido pelos ideólogos do MST é posto em cheque ante tais tendências heteronômicas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nos casos em que a cooperação agrícola se manteve nos assentamentos, isto se deu principalmente com base em redes de relações pessoais e de confiança mútua, em grupos dotados de experiências anteriores comuns cujas lideranças aderiram à ideologia e ao projeto político e organizativo do MST. O amadurecimento da reflexão dentro do MST sobre as formas de cooperação, após as experiências dos anos 1980 e 1990, traduziu-se numa flexibilização do modelo coletivizante, caso contrário correr-se-ia forte risco de o Movimento perder a adesão de sua base nos assentamentos, especialmente ao se considerar os inúmeros conflitos oriundos de sua implantação, tanto entre os assentados internamente ao assentamento como envolvendo assentados e dirigentes do MST. Não obstante, são inegáveis as vantagens experimentadas em certos tipos de cooperação realizadas em assentamentos, como no caso das cooperativas de produção e comercialização, as quais trazem bons resultados econômicos ao romper com a dependência de atravessadores, além de propiciar um exercício de autogestão (MEDEIROS, 2007).

Algumas conclusões podem ser inferidas a partir da revisão bibliográfica de estudos sobre a cooperação em assentamentos, considerando os aportes trazidos pelos autores e seus diferentes olhares, caracterizados por abordagens focadas no entrecruzamento de múltiplas dimensões, ora priorizando o campo econômico, ora o da cultura, ora o da política e das relações de poder e ora o social ou sociopolítico. A pesquisa sobre a organização e cooperação nos assentamentos deve considerar as múltiplas determinações que marcam as relações sociais vivenciadas pelos agentes envolvidos. Alguns fatores se destacam neste sentido como a diversidade cultural, a diferenciação socioeconômica interna, as diferentes trajetórias sociais e experiências de vida em comum, as formas de sociabilidade, a cultura dos assentados, os fatores ideológicos, as dificuldades de inserção na economia de mercado, a conjuntura política e econômica brasileira, os problemas econômico-financeiros encontrados ao adotar-se uma organização sobre bases coletivistas, os projetos de vida apresentados pelos agentes e as relações sociais e políticas estabelecidas pelos assentados dentro e fora dos assentamentos. Essa pluralidade de elementos trabalhados pelos autores referenciados sugere a complexidade da problemática.

As análises realizadas pelos pesquisadores em geral indicam que o formato de cooperativismo coletivista adotado pelo MST é incompatível com a realidade social dos assentados, ao menos no atual momento histórico. A organização socioeconômica baseada no estabelecimento familiar rural é reconhecida pela maior parte dos autores como um dos fundamentos a partir do qual podem ou não vir a se desenvolver a organização e a cooperação nos assentamentos. As tentativas de se impor modelos exógenos e estranhos aos agentes em geral encontram obstáculos nos valores, normas, condutas e expectativas dos assentados, contrastando com o acúmulo de experiências prévias realizado em suas trajetórias.

A redução de sua autonomia e sua inserção numa organização com divisão técnica do trabalho e especialização, como planejada pelo MST, pode ter um caráter alienante¹³² do ponto de vista do agricultor familiar, ao separar as esferas da produção e do consumo, tão

¹³² Para Marx, o trabalho alienante ou estranhado é aquele em que a vida produtiva reduz a totalidade da vida à mera satisfação da carência de manutenção da existência física (MARX, 1978b).

intimamente intrincadas em seu modo de vida. Não obstante, a ligação entre aspirações ou projetos individuais e a necessidade de organização coletiva dos assentados não constitui em si apenas dicotomia, caracterizando-se também por elementos de interrelação e complementaridade.

Após um ciclo intenso de investigações sobre as experiências das CPAs realizadas pelo MST nos assentamentos, desenvolvidas nos anos 1990, a produção acadêmica sobre a cooperação nos assentamentos não declinou. Percebe-se, por meio de levantamento de fontes bibliográficas, que há muitos trabalhos produzidos ao longo dos anos 2000 sobre o MST e suas propostas e práticas de cooperação nos assentamentos, entre dissertações, teses e artigos, os quais não terei condição de recuperar neste espaço. Selecionei para a revisão bibliográfica alguns estudos que sabia não se limitarem a visões apoloéticas sobre o MST e a cooperação – associado ao critério do pioneirismo, este foi o principal motivo de tê-los escolhido dentre a miríade de estudos correlatos. Não obstante a incompletude da revisão creio que os elementos fundamentais do debate apresentados por outros autores foram aqui colocados.

A despeito da chamada “crise das CPAs”, que pôs em cheque o modelo de cooperação proposto pelo MST entre final dos anos 1980 e início dos 1990, é inegável o papel que as mesmas desempenharam no sentido da estruturação do MST em nível nacional. A cooperação foi um elemento fundamental para possibilitar a dedicação de quadros exclusivamente a atividades militantes a partir de recursos obtidos por meio dos assentamentos. Não se explica a magnitude da organização do MST sem se considerar o papel da cooperação.

Como o presente estudo se limita a uma pesquisa em dois assentamentos na Região Metropolitana de São Paulo não é possível extrapolar suas conclusões para outras situações sociais encontradas em assentamentos rurais próximos a centros urbanos e ainda menos para assentamentos com características distintas. Sequer é possível supor que tais conclusões possam ser associadas de forma mecânica a outras experiências das *Comunas da Terra* existentes nas demais *regionais* do MST que trabalham a aplicação da proposta. A leitura do material apresentado deve considerar o contexto do campo empírico a partir do qual foi produzido.

No caso da Regional Grande São Paulo pude identificar a existência experiências de luta do MST *sui generis*, que, embora não sejam as únicas envolvendo pessoas exclusivamente de origem urbana, escapam aos sentidos da luta estrita por reforma agrária, relacionando-se mais às lutas por uma reforma urbana, como é o caso da *Comuna Urbana* e dos expropriados da Quarta Colônia. Mais do que estabelecer alianças e fornecer apoio formal às lutas de trabalhadores urbanos organizados, vê-se aqui também ações do MST voltadas a um público distinto dos trabalhadores rurais sem-terra e, neste caso, sendo mobilizado não para lutar por terras, mas sim por moradia urbana.

Assim, o MST passa cada vez mais a se constituir também em representante político e organizador das lutas de segmentos urbanos sofrendo processos de expropriação. No caso da Quarta Colônia e das pessoas que vieram a formar a *Comuna Urbana* existia uma demanda previamente constituída pelas famílias em vias de expropriação, a qual foi organizada pelo MST politicamente. Temos aqui um exemplo de mediação de interesses pré-constituídos, reafirmando o papel do MST como mediador e não apenas como criador de demandas por acesso a terra.

As *Comunas da Terra* figuram assim como um instrumento para se somar forças nas lutas populares urbanas. Como sugere Gilmar Mauro, as *Comunas* representam espaços

políticos a partir dos quais podem ser traçadas conexões com outros indivíduos e grupos e de onde podem ser recrutadas pessoas para mobilizações sociais. Na medida em que o MST consegue responder às demandas colocadas por quem se junta ao Movimento pode ocorrer um processo de politização em que os agentes descobrem que participar das lutas coletivas de forma organizada pode transformar suas vidas. Não obstante tal descoberta não implica numa transformação integral da consciência dos sujeitos no sentido da politização classista ou de viés revolucionário, tal qual planejado dentro do Movimento.

Ao travar um primeiro contato com as famílias e indivíduos assentados no PA Riacho e no PDS Jurema, descobri que as experiências de cooperação agrícola tinham sido frustradas em sua maioria e reuniam um número pequeno de pessoas na atualidade, funcionando de fato apenas o *coletivo da uva*, embora tivessem sido desenvolvidas diversas delas e de diferentes tipos durante o período dos *acampamentos*, contando com a participação de um público também pequeno, como na atualidade. Todos os assentados são unânimes em dizer que havia muito mais cooperação e união naquela época. Com o tempo, a maioria das pessoas se mostrou desiludida com o potencial do trabalho em *coletivos* e passou a desacreditar das propostas de cooperação apresentadas pelos membros da direção do MST. Buscaram então progressivamente o acesso a outros meios de vida, o que cada vez mais incluiu o recurso ao *trabalho fora*.

Aquilo que num primeiro momento suscitou uma crise no processo da pesquisa, a saber, a minha frustração ao perceber as dificuldades de desenvolvimento da cooperação em assentamentos para os quais o MST propõe o modelo de *Comunas da Terra*, foi se transformando em um esforço por interpretar as razões pelas quais não se desenvolvia a cooperação conforme o esperado. A ruptura da minha idealização – produzida e consubstanciada no projeto de pesquisa – e também daquela do MST – ao projetar e tentar desenvolver a ideia das *Comunas* com enorme dificuldade –, ao invés de frear meus esforços de pesquisa, acabou atuando como mote para que me debruçasse sobre a questão, redirecionando a investigação.

Certamente, não se entende as possibilidades de se *trabalhar fora* sem se considerar o contexto da economia brasileira no momento da pesquisa, que passa por um círculo virtuoso de expansão capitalista no qual se gerou aumento na renda de diferentes setores da população, ampliação no número de postos de trabalho com carteira assinada, crescimento no consumo de bens e serviços e um investimento em programas sociais de transferência de renda e de renda mínima, apenas para citar alguns elementos. O aquecimento da economia abriu oportunidades para trabalho formal, trabalho informal, subemprego, trabalhos precarizados, empregos em meio expediente etc. Neste contexto, diferentemente da crise de desemprego que o país vivia na primeira metade dos anos 1990, também setores mais vulneráveis socialmente, com menor qualificação formal e menos anos de estudo, como é o caso da maioria dos que se encontram nos dois assentamentos, encontram opções para vender sua força de trabalho com relativa facilidade. Para isto, contribui fundamentalmente o recurso às redes sociais mantidas pelos assentados, as quais incluem conexões com outros agentes que são pré-existentes à entrada na luta e também aquelas que se realizam durante esse processo e após a criação dos assentamentos, apresentando uma complexa morfologia de vínculos sociais em constante transformação.

Não obstante, o fenômeno que observei em campo se deve a razões que extrapolam o momento conjuntural do país, pois sempre houve assentados que vendem sua força de trabalho dentro e fora dos assentamentos. No entanto, existe certa expectativa por parte dos

órgãos fundiários, dos governos, dos movimentos sociais, da academia e do senso comum em geral em relação ao que se espera que seja um assentado: um trabalhador rural que, junto com sua família, vive apenas do que é produzido pelo grupo doméstico sobre a terra obtida. A representação social mais comum sobre o assentado o desenha como um produtor agrícola ou pecuarista que vive da agricultura familiar, mantendo uma cultura tradicional e vivendo “isolado” em seu lote.

Além dessas visões do senso comum, que partem da ideologia dominante sobre o “lugar” e a “função” do assentado na sociedade, existem normas dos órgãos fundiários e ações de fiscalização realizadas por agentes dos seus quadros técnicos no sentido de tentar garantir que os assentados produzam sobre a terra recebida. Os assentados precisam comprovar o desenvolvimento de algum tipo de atividade agrícola e manter bem zelado o lote, caso contrário podem ser ameaçados por parte de técnicos do INCRA e do ITESP de receberem advertências e mesmo de serem expulsos dos assentamentos. Suponho que essa coerção existente decerto repercute na indisposição dos assentados em tratar do assunto do *trabalho fora* livremente com uma pessoa estranha, recém-chegada, desenvolvendo uma pesquisa sobre cooperação e organização em assentamentos próximos aos grandes centros urbanos – era dessa forma que usualmente eu me apresentava ao fazer contato com os indivíduos e famílias ao longo da pesquisa, tanto nos assentamentos como nas sedes dos órgãos fundiários e do MST, bem como em espaços informais em que a pesquisa também foi realizada.

Por ser um tema sobre o qual se evita falar, o trabalho de pesquisa em campo pressupôs um grau de convivência que possibilitasse a observação direta do cotidiano, por meio da qual puderam ser identificados elementos que eram omitidos nos discursos. A contraposição entre as falas e as ações permitiu escapar um pouco aos limites dos mecanismos de “controle das impressões” (GOFFMAN, 1975)¹³³ acionados pelos assentados ante a presença do pesquisador. Em certos casos, como demonstrei, era flagrante a contradição entre o discurso expressado, que reproduzia o projeto de ser agricultor e *trabalhar sem patrão*, e a realidade observada de abandono dos lotes e de venda da força de trabalho fora dos assentamentos.

Desta forma, foi extremamente delicado investigar algo que não é usualmente tratado de maneira aberta e franca pelos agentes estatais ou pelos membros do MST, ou, quando o é, isto se dá de forma em geral crítica e estes são tratados pejorativamente como culpados, desviantes, oportunistas, *sem perfil* para a agricultura etc. Isto porque se constroem uma série de idealizações e expectativas em torno ao que deveria ser a política de assentamentos ligada ao tema da reforma agrária, as quais são lançadas sobre os assentados principalmente por parte dos agentes do Estado e do MST.

Os órgãos estatais, em alguma medida influenciados pelos movimentos sociais numa relação de interdependência (SIGAUD, 2000) atuam incentivando a criação de um segmento de “agricultores familiares” e estereotipam os assentados e a agricultura familiar através de seus manuais, documentos, leis e da ação dos agentes públicos a seu serviço. Observando o

¹³³ No contexto do trabalho de campo realizado por meio de observação participante há um constante esforço de todos os sujeitos no sentido do controle de impressões, de modo a produzir uma definição da situação que seja favorável a si próprios, tal qual ocorre em qualquer contexto que envolva a apresentação de um indivíduo a outros. Os ajustes que levam à definição da situação por parte de cada um dos indivíduos em interação conformam expectativas de comportamento, traçando limites e definindo papéis sociais a serem representados naquele contexto do espaço e do tempo da interação, os quais definem direitos e deveres ligados a dada situação social (GOFFMAN, 1975).

discurso e a prática da política estatal de criação e desenvolvimento de assentamentos rurais é nítido que a mesma trabalha fundamentalmente com um olhar economicista, esperando prioritariamente que os assentamentos produzam bens para inserção no circuito mercantil.

A ação estatal interfere no dia-a-dia dos assentamentos e a aplicação da proposta das *Comunas da Terra* é por ela determinada desde o princípio. O formato de assentamento adotado pelo ITESP e pelo INCRA por meio de acordo com o MST se aproximou do ideal definido pela proposta, ao assentar o máximo de pessoas possível em terras com dimensões reduzidas nas quais existem áreas coletivas e individuais. Comparando os dois formatos de assentamento, o Projeto de Desenvolvimento Sustentável, em Jequitibá, e o Projeto de Assentamento, em Rio das Flores, existem algumas diferenças significativas, mas não essenciais. As diferenças se dão em aspectos como o tipo de assistência técnica prestada, em geral considerada precária, que num caso é oferecida por técnicos do quadro do ITESP e noutro por técnicos contratados via terceirização pelo INCRA. A vinculação ao INCRA permitiu que um grupo de técnicos que trabalha com cooperativismo, associativismo e comercialização chegasse até os assentados, impulsionando a criação de uma nova cooperativa independente da associação controlada pela Regional Grande São Paulo do MST. Outro ponto que chama a atenção no caso do PA é a possibilidade de acionamento da chamada Portaria 50 do ITESP, que garante o direito à venda das benfeitorias (mas não da terra) quando da desistência do assentado em manter o lote. No PDS não há essa possibilidade e o assentado que quiser deixar o assentamento não tem direito a ser ressarcido nem em relação à terra, nem em relação aos investimentos nela feitos.

Não consegui perceber influência do formato adotado em cada caso, seja PDS, seja PA, no que tange à realização das propostas de cooperação. Em ambos havia o mesmo princípio de conjugação de pequenas áreas individuais para moradia e produção com áreas coletivas maiores para produção. Em ambos os casos se trata de concessões de títulos individuais ou familiares que não conferem o direito formal à propriedade, ainda que os seus detentores exerçam na prática prerrogativas de proprietários sobre a terra. Em relação à aplicação de créditos, as linhas de crédito acessadas e os problemas levantados pelos assentados são os mesmos nos dois tipos de assentamentos, exceto pelo caso de um grupo de assentados no PDS, vinculado ao INCRA, em Jequitibá, que teve acesso a um crédito para fins produtivos destinado especificamente às mulheres. O PAA abarcava ambos os assentamentos igualmente, mas, quando a COACOM deixou de realizá-lo e convidou a Prefeitura de Guarulhos para fazê-lo, os assentados em Jequitibá deixaram de participar – segundo eles, por ainda não conseguirem manter uma produção suficiente para venda em função da pequena quantidade de terras disponível (apenas 0,5 hectare para moradia e produção numa área de morros e solo pedregoso e pobre em nutrientes).

Se a propriedade das terras concedidas temporariamente e de forma renovável atende ao pleito do MST no sentido da não-titulação, por outro lado, a posse efetiva dos assentados sobre as porções de terras registradas nos documentos de concessão acaba por constituir-se de fato numa situação de apropriação privada, mesmo que não titularizada. Em termos do sentido moderno de propriedade trata-se de proprietários posto deterem a soberania sobre o espaço, podendo decidir sobre seus usos e até mesmo sobre seu arrendamento e venda, ainda que ao arrepio das leis. Para perderem o direito de soberania é preciso que os órgãos fundiários realizem procedimentos de retomada de lotes que passam pela abertura de processos administrativos e pressupõem autorização judicial para uso de força policial. De modo que, à exceção dos casos em que há retomada dos lotes, estes pertencem de fato aos seus titulares. Apenas em casos raros e eventuais o órgão fundiário exerce sua prerrogativa de proprietário

legal das terras, reavendo lotes transacionados ilegalmente ou destituindo de concessão daqueles que deixam de cumprir de forma gritante as regras do contrato de concessão assinado. Assim, a família ou indivíduo que é cadastrado como concessionário do lote detém de fato a propriedade sobre o lote, ainda que não o direito de propriedade, mas tão somente o direito de posse temporária.

O MST, por sua vez, desde as primeiras conversas antes da ocupação até a conquista do assentamento explica àqueles que integram sua base na condição de acampados que a luta feita destina-se a obter um pedaço de terra para nela *trabalhar sem patrão*, propondo a recriação atualizada de um modo de vida e de produção de agricultor familiar camponês. Nas conversas com dirigentes e militantes do MST ficou claro que prevalece a visão de que o trabalho em *coletivos* é uma forma superior, que diminui o peso e o tempo do trabalho e traz facilidades para a realização de compras e vendas. Não é possível compreender a noção de *coletivo* entre os assentados sem se considerar a forma como os dirigentes do MST trabalharam com esta noção nos períodos de acampamentos e assentamentos, uma vez que se trata de uma categoria exógena que é incorporada à visão de mundo dos assentados por meio de processos de *formação* orientados pelos dirigentes.

O trabalho em *coletivos* não necessariamente implica na constituição formal de uma cooperativa ou associação e nisto há uma diferença substancial da proposta do MST das *Comunas da Terra* em relação às propostas de cooperação anteriormente formuladas pelo Movimento, particularmente aquelas voltadas à constituição de CPAs nos assentamentos. No entanto, se a ideia de *coletivo* do MST não necessariamente pressupõe a existência de instituições representativas formais como associações ou cooperativas, parte dos assentados desenvolve a demanda pela criação de tais entidades em cada assentamento aqui tratado. Por isso é preciso compreender em que medida a própria noção de *coletivos* trazida pelo MST pode ou não ser ressignificada pelos assentados, servindo para suas próprias demandas independentemente da orientação dos dirigentes e militantes que residem nos assentamentos.

Os assentados que se desvincularam da *organicidade* do MST e buscam fundar uma cooperativa própria consideram que trabalhar *em coletivo* neste empreendimento seria algo positivo que tende a trazer benefícios a todos os participantes. No entanto, há dúvidas em relação à forma de trabalho a ser adotada: alguns pretendem trabalhar *em coletivo* sobre as terras do assentamento, dividindo o trabalho com pessoas nas quais confiam, enquanto outros defendem que cada qual deve trabalhar em seu pedaço de terra e a união deve existir apenas para processos de compra e venda. De fato, a proposta de criação de uma nova cooperativa tende a consolidar uma ruptura em relação ao pertencimento à associação dirigida pelos dirigentes do MST, a COACOM, das quais os assentados em geral fazem ou faziam parte como associados diretos e indiretos, sem direito a voz e voto e até mesmo sem conhecimento sobre quem faz parte de sua diretoria – fatores estes que decerto contribuem para a opinião emitida pelos assentados sobre a falta de transparência em sua gestão.

Existem determinadas hierarquizações no modo de funcionamento dos acampamentos e assentamentos que definem um lugar superior para os dirigentes do MST e um lugar inferior para os demais que compõem base. Esse lugar inferior é caracterizado pela falta de informações e de poder de decisão, além da ausência de acesso a certos recursos que os dirigentes têm. O caso da fofoca sobre o dia de Natal é ilustrativo sobre tais disparidades: os assentados da base reclamavam que, quando estavam acampados em Rio das Flores, enquanto eles não tinham comida para uma ceia digna, os dirigentes comiam carne de churrasco no restaurante. Na visão dessas pessoas da base todos do MST seriam *iguais* e tanto os dirigentes

como os demais compartilhariam da mesma situação socioeconômica. Pude perceber que a realidade não era bem esta, pois os dirigentes eram em geral pessoas com educação formal em nível superior, que tinham empregos e acumularam alguns bens, tendo a possibilidade de acionar uma rede de relações a partir das quais obtinham recursos para sua reprodução econômica num patamar diferenciado em relação aos demais que pertenciam à base. Além disto, o MST mantém uma política de liberação de militantes que pode ter garantido recursos para financiar as despesas dos dirigentes.

De fato não importa se os rumores sobre os supostos desvios de recursos dos *coletivos* por parte da direção correspondem à realidade. Os “boatos” expressam divisões internas e atuam como forma de agregar e separar pessoas, permitindo desferir ataques a quem ocupa uma posição superior na hierarquia, sem que ao mesmo tempo os seus enunciadores se exponham diretamente a eventuais sanções por parte dos dirigentes. Podem ser lidos nesse contexto como uma forma de reação à posição de poder dos dirigentes e como um dos recursos instrumentalizados para buscar uma mudança no equilíbrio da configuração das relações de poder entre direção e base.

O elemento da desconfiança apresenta tanta força no âmbito das experiências de *coletivos* e nas interações em geral entre dirigentes e base em parte porque os assentados são socializados numa sociedade em que não só a competição entre indivíduos é constante, como os meios para conseguir obter recursos econômicos, posições sociais e de poder costumam envolver o prejuízo alheio, num jogo de soma zero em que para um ter mais, o outro necessariamente precisa ser subtraído. O público recrutado pelo MST envolve muita gente que se encontra nos estratos mais baixos da hierarquia social, que passou por intensas e múltiplas experiências de expropriação, exploração, espoliação, dominação e opressão, ao que se acresce o baixo nível de instrução formal e de acesso a informações. Sem contextualizar essas condições que marcam a história de vida desses agentes fica difícil se entender a permanente desconfiança que mantêm quanto ao Outro – que pode ser o agente estatal, o dirigente do MST ou mesmo outro acampado ou assentado. Por outro lado, a forma como o MST se organiza internamente e atua junto à base é inspirada no leninismo e se mescla com padrões culturais autoritários e personalistas típicos da sociedade brasileira, que não desaparecem de uma hora para outra como num “passe de mágica” pelo mero fato de se ingressar num movimento de inspiração socialista. Assim, se reproduzem formas de dominação por meio de determinadas práticas não só da direção, como também da base, o que tende a conferir ainda mais motivos para a desconfiança.

O assistencialismo também é apontado por alguns dos assentados, dirigentes e ex-dirigentes como outra motivação para a desintegração da maioria das experiências de cooperação e de organização que a direção tentou realizar entre os acampados e assentados. Sobre tal explicação acerca dos motivos que geraram a descontinuidade das iniciativas é comum encontrar a interpretação de que os acampados e assentados teriam se tornado “acomodados” e “dependentes” em relação à direção da Regional, pois sempre foram beneficiados com o recebimento dos recursos necessários para sobreviver nos acampamentos, e, posteriormente, nos assentamentos. A Regional, através da Fraternidade, garantiu o recebimento de doações de roupas, cestas básicas, material para construção de residências temporárias (barracos de lona preta), de recursos para a realização de projetos produtivos centrados na cooperação agrícola e depois assegurou o acesso ao PAA junto a CONAB, mantendo de certa forma o que pôde ser interpretado por algumas pessoas como uma relação de tutela sobre a base. Por outro lado, dificilmente os assentados teriam obtido as conquistas que tiveram sem esse suporte garantido pelos dirigentes da Regional.

O MST fundamenta grande parte de suas demandas a partir do conceito de função social da terra, a qual se supõe dever ser cumprida nos assentamentos conquistados por meio de sua ação, a partir da produção de alimentos saudáveis e sem agrotóxicos para a população, visando fortalecer a luta pela reforma agrária e protegendo o meio ambiente. Não obstante, esse discurso em muitos casos não é reproduzido pelos assentados, nem tampouco se efetiva tal projeto na prática. Tendo em vista a difícil situação do agricultor familiar na sociedade brasileira e particularmente as restrições da condição de ser assentado é compreensível que tais objetivos não sejam alcançados em muitas situações. Tal discurso tenta orientar a prática nos assentamentos e acampamentos e serve para a identificação de um inimigo de classe na figura do *agronegócio* e do *latifúndio* e para a concomitante afirmação da identidade política da agricultura familiar camponesa e agroecológica como seu contraponto, bem como à fundamentação e propaganda de um projeto político alternativo para a sociedade brasileira, centrado em outro modelo de desenvolvimento que zele pelo meio ambiente e pela igualdade social.

Há poucos sinais de que a maioria dos assentados nas *Comunas da Terra* na Região Metropolitana de São Paulo tenham aderido ao ideário agroecológico e o pratiquem, como propõe o MST, apesar de todos afirmarem que produzem apenas produtos orgânicos, isto é, sem agrotóxicos – o que está muito distante de caracterizar, por si só, a abordagem agroecológica. São evidentes as contradições existentes entre o discurso agroecológico do MST e a prática da maioria dos assentados. Por outro lado, a produção dos assentados segue parâmetros ecológicos e o cuidado ambiental é uma marca dos assentamentos nos quais a pesquisa foi desenvolvida, o que reafirma em parte o cumprimento da função social da terra. Decerto não se explica isto sem considerar o papel repressor exercido pelos organismos ambientais junto aos assentados, mas as orientações passadas pelo MST via técnicos, dirigentes e apoiadores também têm relevância neste sentido, ao contribuir para a introjeção de regras de conduta dentro dos assentamentos.

Há alguns princípios da tradição dos trabalhadores rurais brasileiros que são afirmados na proposta das *Comunas da Terra* e que de fato são recriados nos assentamentos, como a adoção de formas de cooperação baseadas no mutirão e na troca de dias. Do ponto de vista do MST, a opção por este tipo de cooperação representa um recuo da proposta ante os limites dados pelo estado atual das condições subjetivas: se não é possível adotar um modelo de “cooperação total” com coletivização das terras, dos demais meios de produção e do trabalho, dada a rejeição por parte dos assentados, trabalha-se com um formato de cooperação que conjuga a propriedade e o trabalho em lotes individuais com a coletivização de algumas fases do trabalho agrícola. A ênfase agora se centra não apenas em fatores políticos e econômicos, se voltando às sociabilidades, aos elementos socioculturais e subjetivos, na busca pela produção de formas de interação e coesão social por meio da cooperação. A lógica de organização do MST forçosamente se dobra à lógica do indivíduo em busca da autonomia e do respeito a sua individualidade e os assentamentos passam a ser trabalhados fundamentalmente como um lugar de reconstituição de sociabilidades, no sentido da tentativa de produção de uma comunidade e da reprodução da vida em família.

Quanto à organização proposta pelo MST para os assentamentos, na prática ela não mais existe, a não ser nos esforços de alguns dirigentes e militantes em recrutar pessoas para reuniões que costumam ser bastante esvaziadas. Nessas reuniões há muita dificuldade em decidir por algum tipo de mobilização que de fato aconteça no sentido de se retomar a *organicidade* proposta pelo MST para o assentamento, com divisão em coordenações voltadas para a produção, a comunicação, a cultura, a saúde e a formação. Existem pessoas que

assumem o papel de coordenadores, mas, na prática, as coordenações não mais funcionam como outrora nos *acampamentos*. Além da ida para os lotes e da construção das casas próprias, outro episódio que é considerado como um divisor de águas é o acesso ao crédito do PRONAF: uma vez que as famílias e indivíduos tenham recebido o crédito e o aplicado precisam arranjar meios para pagar a dívida, o que os leva a buscar por conta própria formas de fazê-lo. Ao mesmo tempo, um desejo de autonomia no controle do próprio tempo e trabalho leva os assentados a quererem organizar seus lotes por conta própria, bem como as suas estratégias de reprodução econômica particulares.

Esse desejo de autonomia reflete o que os discursos dos assentados apresentam como um projeto de *trabalhar sem patrão* alimentado durante o período em *acampamento* e sonhado para a vida no assentamento. A adoção de tal ideal leva a repelir inclusive a proposta de cooperação apresentada pelo MST, na qual a ação dos dirigentes figura de modo a enquadrar os assentados numa disciplina e formato organizacional com o qual os próprios não concordam. De fato, não se trata de igualar os dirigentes do MST a *patrões*, já que não há uma relação direta de exploração da força de trabalho, mas, na lógica dos assentados, a imposição da proposta das *Comunas da Terra* soa como um obstáculo a seu projeto de autonomia. Isto se dá mesmo que essa autonomia de escolha termine por se encerrar nos limites da inserção subordinada na economia de mercado por meio da venda de mercadorias produzidas nos lotes e pela venda de sua força de trabalho através de formas precarizadas e/ou superexploradas de trabalho. Os assentados preferem usufruir desse tipo de autonomia no que tange à escolha de suas estratégias de reprodução econômica do que se submeter à proposta de cooperação apresentada pelo MST para os assentamentos.

Do ponto de vista das pessoas que a acessam, a política de assentamentos figura como uma forma de dar resposta a alguns problemas sociais vividos e produzir mudanças em suas vidas. Os assentados assumem perspectivas que são, em muitos casos, distintas daquelas sustentadas tanto pelo Estado como pelo MST. Como identificou Lygia Sigaud (2009), nutrem a crença de que conseguiriam melhores condições de vida em curto prazo ao lutar por terras, não dependendo de patrão, podendo plantar e criar animais, recebendo crédito para moradia e produção, o que constatei também entre os assentados da Região Metropolitana de São Paulo, onde ainda a reivindicação por moradia apareceu recorrentemente em seu discurso. Alguns anos após o seu estabelecimento nos assentamentos na região os indivíduos e famílias tendem a perceber que trabalhar apenas a partir do lote no assentamento não é suficiente para atender às necessidades culturalmente estabelecidas que possuem e passam a demandar uma diversificação das estratégias de reprodução social e o recurso a outras fontes de geração de renda para atingir tal finalidade. Em realidade, mesmo no período dos acampamentos isto ocorre, mas numa intensidade menor, pois o MST incentiva ao máximo que os acampados permaneçam nas ocupações e evitem o recurso aos *bicos* e aos empregos.

Ante as necessidades econômicas imediatas sentidas pelos assentados resta pouco espaço para o desenvolvimento de propostas de cooperação agrícola que requeiram o trabalho coletivo constante de diferentes famílias e indivíduos reunidos. As propostas de cooperação desenvolvidas desde o período dos *acampamentos* até o momento atual não se consolidaram como experiências de geração de renda sustentáveis, dissolvendo-se em períodos de duração relativamente pequenos, durando no máximo de dois a três anos (caso do PAA gerido pela COACOM e da horta “mandala”).

Havendo a necessidade objetiva de se gerar renda, algo que os *coletivos* não lograram fazer de forma sustentável, parte dos assentados busca trabalho nas cidades, vendendo sua

força de trabalho em *bicos* temporários ou empregos mais ou menos estáveis, enquanto outra parte permanece no lote. Se parte da família não viabiliza pessoalmente o cuidado com o lote – o que pode ocorrer também com os indivíduos solteiros –, pode-se pagar a outra pessoa para fazê-lo, mantendo a terra zelada e plantada com um mínimo de produção agrícola, o que é condição para reafirmar o papel de agricultor assentado. Mesmo nos raros casos em que os assentados parecem se dedicar de maneira mais intensa à ocupação de agricultores, trabalhando em seus lotes, a manutenção desta condição precisa ser garantida pelo recebimento de recursos advindos de programas da previdência social como aposentadorias, pensões, auxílios por invalidez ou programas de transferência de renda, ou pela venda de parte da força de trabalho familiar. Suspeito que em certas situações deter a propriedade sobre a residência na qual anteriormente se morava garante uma fonte de renda via locação da propriedade, agora que se conquistou uma moradia nova nos assentamentos – mas não posso afirmar com certeza, pois não era fácil tratar do assunto.

Para se conseguir assumir *trabalho fora* dos assentamentos, seja ele informal (*bicos*) ou formal (*em firma*, com carteira assinada), são acionadas tanto as redes de relações anteriormente estabelecidas como aquelas criadas ao longo da preparação das ocupações, dos períodos em *acampamentos* e da vida no assentamento. É comum que “conhecidos”, parentes, vizinhos e amigos do próprio assentamento ajudem para conseguir trabalho com outrem. Diversos assentados afirmam que com a renda auferida ao *trabalhar fora* conseguem manter um padrão de vida melhor do que o que desfrutavam na época em que estavam acampados. Para as poucas pessoas que antes eram pequenos proprietários, boias-frias, trabalhadores rurais assalariados e meeiros que entraram na luta pela terra junto à Regional Grande São Paulo do MST, tornar-se assentados em áreas próximas aos centros urbanos pôde representar a possibilidade de passagem da condição de trabalhador rural para a de trabalhador urbano.

Em paralelo às atividades econômicas realizadas fora dos assentamentos as famílias ou indivíduos assentados desenvolvem algumas atividades agrícolas sobre o lote recebido, produzindo bens para o consumo familiar e eventualmente para a venda e, ao mesmo tempo, legitimando sua condição de assentados perante o Movimento, os órgãos fundiários e demais instituições públicas e também a sociedade em geral. O reconhecimento social do seu papel de agricultor assentado permite ter acesso a projetos do MST, a políticas públicas estatais e à atenção de segmentos da sociedade civil, incluindo organizações não-governamentais, igrejas, universidade e cidadãos em geral, que se voltam a apoiá-los de diferentes formas.

Embora fosse comum que os assentados desenvolvessem atividades agrícolas em seus pequenos lotes, plantando pomares e hortas, não havia roças de feijão, milho e outros produtos usualmente plantados para comercialização. Mesmo o trabalho com a uva, que tem quase 7.000 pés plantados no PDS Jurema, por exemplo, responde por uma parcela ínfima da renda auferida por aqueles que com ela trabalham, mal cobrindo os investimentos feitos. Em parte esse baixo peso das atividades agrícolas como forma de geração de renda para a maioria dos assentados se deve ao pequenino tamanho dos lotes obtidos, ao fato de a terra ser pobre em nutrientes e o relevo acidentado, às insuficiências da assistência técnica estatal e à falta de água em quantidade suficiente para irrigar os plantios. Por outro lado, o recurso ao *trabalho fora* é estratégico, garantindo acesso a recursos de forma mais rápida, mais rentável e menos trabalhosa, em termos de desgaste físico, do que o trabalho agrícola, além de prescindir da organização coletiva, garantindo a autonomia individual ou familiar na decisão sobre os meios de vida dos quais se servirá.

Os assentados adotam formas de ajuda mútua trocando dias de serviço e também pagam diárias aos vizinhos para realizar trabalhos no lote que envolvem desde a capina até o cultivo de plantas e a construção de moradias. Pode-se identificar algum nível de solidariedade entre os vizinhos que se expressa em visitas fraternais, apoio em momentos de doença, conversas informais e troca de informações e de bens, especialmente em Jequitibá, onde as residências ficam bastante próximas umas às outras e uma vivência cotidiana de comunidade se faz mais presente do que em Rio das Flores, onde os lotes ficam mais distantes uns dos outros e o contato cotidiano das famílias e indivíduos é menor. Essas formas de relacionamento de vizinhos, amigos e parentes se sustentam numa lógica de reciprocidade não-mercantil. Mesmo quando envolvem alguma troca de bens ou dinheiro, isto é tido como algo vexatório e que deve ser silenciado, uma vez que se consideram, acima de tudo, vizinhos e amigos, e não prestadores de serviços, comerciante ou consumidores.

O processo de modernização capitalista brasileiro tem possibilitado a inclusão crescente de amplas massas populares em dinâmicas do desenvolvimento econômico, principalmente pela possibilidade de consumo de bens e acesso a serviços tipicamente urbanos. Concomitantemente o processo de modernização as sujeita a sucessivas e diversificadas formas de expropriação que são inerentes à expansão do capitalismo. Conforme José de Souza Martins há um descompasso entre economia, sociedade, cultura e política, no que tange à nossa modernização: o Brasil é um país moderno economicamente, mas atrasado política e socialmente, no sentido de que são negadas as chances de exercer a plena cidadania a um enorme contingente populacional (MARTINS, 1994; 2010).

Uma das grandes contribuições dos movimentos sociais populares tem sido impulsionar o processo de democratização da sociedade brasileira, tentando possibilitar avanços nas esferas social, cultural e política. As lutas sociais protagonizadas pelo MST, um movimento baseado na mobilização de massas e na ação direta, que se propõe autônomo em relação a partidos políticos e à Igreja (MARTINS, 2004), nos últimos trinta anos têm desempenhado um papel relevante neste sentido. Como aponta Sigaud (2000), a luta pela terra é apenas uma dentre outras possibilidades apresentadas às famílias para uma alteração de sua posição social, por meio da qual indiretamente contribuem para a proliferação dos acampamentos e para o que se chama “luta pela reforma agrária” tanto no vocabulário político da esquerda como por autores que estudam o tema. Não obstante, não se pode menosprezar a existência de um processo de mudança social e da cultura política que ocorre com o engajamento das famílias e indivíduos nas ações coletivas de organizações de trabalhadores rurais e, em particular, do MST.

Existe certo consenso na literatura em torno deste ponto, que é ressaltado por autores como Scherer-Warren (2007), Medeiros (2007), Carter (2010), Grzybowski (1987), dentre outros, que apontam para as potencialidades de desenvolvimento da cidadania e de melhoria das condições de vida proporcionados por meio das ações do MST e de outros movimentos populares rurais, contribuindo para a transformação das relações sociais no campo e para a transformação da cultura política no sentido da luta por direitos coletivos e individuais e do questionamento das desigualdades sociais. Pode perceber que essa perspectiva se mostra verdadeira no caso empírico aqui apresentado, não obstante as ambiguidades e contradições aqui identificadas nos discursos e nas práticas dos agentes, tanto dos que fazem parte do MST organicamente quanto dos demais assentados que passaram pela luta organizada pelo Movimento e a ele não se vinculam mais.

Em geral os sujeitos que se juntam ao MST para ocupar terras agem muito mais conforme um senso prático ante as situações nas quais se encontram do que orientados por cálculos estratégicos utilitaristas, por ideologias prévias ou impelidos por injunções de caráter macrossociológico identificadas em hipóteses dos cientistas sociais. Pierre Bourdieu (2007) afirma que os agentes sociais possuem “estratégias” que muito raramente estão assentadas numa verdadeira intenção estratégica. Na visão do autor, eles não são como sujeitos diante de um objeto ou problema que será constituído por meio de um ato intelectual de conhecimento, mas estão simplesmente envolvidos em sua prática, com as necessidades que surgem a cada instante, às quais vão respondendo sucessivamente, sem necessariamente projetar uma finalidade para cada ação que realizam. Isto não significa de modo algum que suas ações não sejam dotadas de razão, mas não é possível deduzir que os agentes sejam o tempo inteiro movidos por uma racionalidade instrumental, em geral a eles atribuída pela perspectiva economicista e utilitarista. Tentei ao longo do texto interpretar os sentidos atribuídos pelos próprios sujeitos às ações que realizam em cada contexto, ao invés de subsumi-las a uma racionalidade que lhes é exterior, buscando elucidar motivações subjetivas, mas também significados e relações menos superficiais e pouco evidentes envolvidos nos processos observados.

Como unidades politicoadministrativas resultantes de mobilizações sociais, os assentamentos de reforma agrária são integrados por um público cada vez mais diversificado, composto por pessoas de trajetórias sociais bastante heterogêneas, como mencionado. A diversidade de origens e condições sociais dos assentados desautoriza que sejam englobados *a priori* em categorias como “pobres”, “excluídos” ou “sem-terras”. Os sucessivos deslocamentos do campo para a cidade, da cidade para o campo, de uma ocupação profissional à outra, de um lugar de moradia para outro, podem dizer muito sobre o perfil desses segmentos sociais a que José de Souza Martins (2003) chama “desenraizados”. Para o autor a sociabilidade nos acampamentos se constrói de maneira fugaz, podendo se desfazer da mesma forma, tão logo tenha se desfeito o objetivo em torno do qual as famílias e indivíduos se agregaram, que era a conquista da terra.

À socialização proporcionada pelos *acampamentos* muitas outras formas de socialização precedem e as redes sociais antes construídas não são desfeitas no momento em que os agentes se tornam *sem-terras*. O público urbano recrutado pela Regional Grande São Paulo do MST é composto por agentes que já mantinham uma rede social ampla incluindo parentes, amigos, vizinhos e “conhecidos”. No caso destes últimos, a relação não necessariamente é tão pessoal quanto nos demais casos, porém, sua importância não pode ser menosprezada no que tange às possibilidades que se abrem para os agentes se movimentarem na sociedade. Às conexões anteriormente existentes com outros agentes se sobrepõem as novas formas de sociação proporcionadas pelo convívio junto ao MST e nos acampamentos e assentamentos.

A vivência nos acampamentos não significa um aniquilamento da rede de relações prévia. Pelo contrário, em muitos casos, a permanência nos acampamentos e nos assentamentos depende dessa rede prévia, por meio da qual se tem acesso a oportunidades de trabalho às quais parte das famílias recorre como forma de geração de renda e também se obtêm outras formas de apoio que permitem a sustentação como acampados e assentados. Se a sociabilidade forjada no interior dos *acampamentos* tende a ter um caráter agonístico, mas internamente solidário, dadas as contingências da dura luta pela terra, pode também se transformar num tipo de sociabilidade de caráter mais conflituoso no contexto dos assentamentos, expressa particularmente, no caso em questão, no contexto de organização dos

chamados *coletivos* e das atividades econômicas propostas pela direção da Regional Grande São Paulo. Após o período de convivência mais intenso durante a luta pela conquista da terra, com a criação dos assentamentos as famílias e indivíduos tendem a limitar sua sociabilidade mais à vida doméstica, relegando pouco espaço e tempo em seu cotidiano para participar da esfera pública comunitária nos assentamentos.

A passagem pelo MST indubitavelmente transformou muitos dos agentes, como pode demonstrar ao longo do capítulo 4, especialmente no que tange a sua visão de mundo, valores, cultura política e formação. Mas os processos de mudança cultural sempre operam associados a permanências, como afirma Sahlins, uma vez que as pessoas atribuem sentido ao universo em que vivem e organizam seus projetos com base em compreensões anteriores sobre a ordem cultural (SAHLINS, 1990). A luta organizada pelo MST e a implementação da proposta de cooperação agrícola e de organização entre os assentados se dão em meio a uma complexa dialética que envolve mudanças e permanências.

Num contexto anterior de crise econômica e social, nos anos 1990 e início de 2000, a opção por juntar-se ao MST na luta por terras foi escolhida por parte de uma maioria de desempregados e subempregados da Região Metropolitana de São Paulo. Havia poucas perspectivas de conseguir trabalho para muitas das pessoas que se encontravam na cidade submetidas a condições precárias de vida. Uma parte dos atuais assentados era formada por empregados que tinham carteira assinada ou eram autônomos, podendo inclusive ter sido proprietários da própria residência, os quais desejaram ingressar na luta para garantir um pedaço de terra para plantar e para morar, como afirmam. Mas, em geral, o perfil dos assentados aponta para uma maioria de pessoas que não tinha propriedade sobre a habitação, privadas do trabalho formal, impelidas pelas circunstâncias a desenvolver pequenos serviços informais para garantir sua sobrevivência nas cidades – isto quando não haviam caído já numa situação de miséria, vivendo nas ruas ou nos albergues, dependendo da assistência social para se alimentar e para ter onde pernoitar em descanso. Para estes últimos, principalmente, destituídos dos direitos mais elementares, o assentamento representou uma possibilidade transformadora de ressocialização e permitiu em alguns poucos casos inclusive sua reinserção no mercado de trabalho.

Para essas poucas pessoas que tiveram suas vidas marcadas pela passagem por *situação de rua* a vivência de um contexto de privações tão debilitante lhes imprimiu estigmas e defasagens permanentes, o que torna difícil mesmo a vida nos assentamentos. Tanto para esse público como para os demais que não vieram de *situação de rua*, o assentamento permitiu reconstruir suas vidas de uma forma considerada pelos próprios como mais digna do que a forma como se vivia antes. Para a maioria dos assentados, possuir um endereço fixo, ter casa própria, receber crédito para recomeçar suas vidas, reconstituir ou constituir família, integrar comunidades religiosas, ampliar ou reconstruir a rede de sociabilidades, viver numa área rural, acessar políticas públicas especificamente voltadas ao público dos assentamentos, entre outros fatores, permitem que se percebam numa condição superior à anteriormente experimentada na última posição de suas trajetórias.

Os elementos aqui reunidos permitem sugerir que os assentamentos do tipo *Comunas da Terra* na Região Metropolitana de São Paulo podem ser considerados como espaços que propiciam a venda da força de trabalho na cidade conjugada com um modo de vida rural, no qual o trabalho agrícola assume uma função secundária nas estratégias de reprodução socioeconômica das famílias e indivíduos. A venda da força de trabalho na cidade ocorre tanto em ocupações assalariadas como na prestação de serviços informais. Numa menor

proporção ocorre também a venda da força de trabalho em serviços rurais tanto dentro como fora dos assentamentos. Se essa constatação parece ferir idealizações correntes sobre o papel dos assentamentos rurais, é preciso situar o quadro delineado dentro da conjuntura política e econômica nacional. O quadro negativo em que se encontram os assentados os impele a *trabalhar fora* e relegar a um segundo plano o projeto de viver do trabalho realizado a partir da terra conquistada.

O papel menor relegado ao trabalho agrícola nos assentamentos pesquisados se insere numa dinâmica mais ampla, de escala global. Desde o ano de 2008 a população urbana em todo o mundo se igualou à população rural em quantidade e passou a superá-la. Na medida em que os países se industrializam, a proporção da força de trabalho dedicada à agricultura tende a se reduzir. De fato, é nos países do chamado Terceiro Mundo, nos quais a industrialização é menos desenvolvida, em que a população agrária mundial reside em sua maioria. Henry Bernstein afirma que nem todos os lavradores são lavradores o tempo todo e muitos moradores rurais podem não ser “lavradores” no sentido estrito do termo porque lhes falta terra ou outros meios para plantar por conta própria, ou então por se dedicarem apenas à lavoura “marginal”, isto é, um tipo de lavoura incapaz de oferecer trabalho ou renda suficiente para ser o principal meio de vida para a família (BERNSTEIN, 2011). Conceitualmente, este seria exatamente o caso dos assentados em questão: em sua maioria não realizam senão uma lavoura de tipo “marginal”. Tal situação social pode ser melhor explicada se contextualizada no quadro da economia política do regime internacional:

Com o desenvolvimento do capitalismo, mudar o caráter social da agricultura em pequena escala. Primeiro, os “camponeses” se tornam pequenos produtores de mercadorias que têm de gerar a subsistência com a integração às divisões sociais mais amplas do trabalho e do mercado. Essa “mercantilização da subsistência” é uma dinâmica central do desenvolvimento do capitalismo [...] (BERNSTEIN, 2011, p. 9).

Esta tendência do desenvolvimento capitalista tem se mostrado inexorável em termos do plano geral dos processos históricos globais. No caso dos assentados em questão, a dinâmica é um tanto distinta em relação à tendência apresentada pelo autor para o caso dos camponeses: pessoas que não eram detentoras de uma propriedade de terras e que não necessariamente praticavam a agricultura conquistam o direito a terra e têm a oportunidade de tentar desenvolver a vocação agrícola nos assentamentos. Sua subsistência se torna dependente em geral de dois meios, um principal e outro marginal: o primeiro, a integração ao mercado de trabalho sob formas em geral superexploradas e/ou precarizadas e, o segundo, a venda de mercadorias produzidas a partir das terras possuídas, que gera baixa renda e se mostra insustentável como opção exclusiva para a garantia dos meios de vida.

Num contexto de “contra-reforma agrária” em que a reprimarização da economia exportadora está associada a um modelo agrícola e agrário centrado na grande exploração como empreendimento privado, associando capital industrial, capital financeiro e monopólio da terra, a proposta de uma reforma agrária de caráter produtivista e distributivista que se volte aos problemas de produção e distribuição de alimentos perde espaço no âmbito das políticas públicas, deixando as políticas da chamada reforma agrária num estado de paralisia. A atualidade da questão agrária se expressa em múltiplas dimensões: reside tanto nos centenas de conflitos fundiários anualmente mapeados como no estado de precariedade em que se encontram os 35 milhões de hectares de assentamentos conquistados “a retalho” na luta pela terra, cujas condições asseguram seu funcionamento como fonte de mão de obra barata a serviço do capital (ALENTEJANO & PORTO-GONÇALVES, 2011). Tal quadro é

determinado por opções políticas feitas por sucessivos governos e agravadas pelas gestões de Luís Inácio Lula da Silva e de Dilma Roussef. Nas palavras de Paulo Alentejano e Carlos Walter Porto-Gonçalves:

Enquanto o governo vê nesse modelo agrário/agrícola fonte de divisas e lhe dá uma política que estrutura nosso agro, oferece aos expropriados e espoliados do campo (e da cidade) um conjunto de programas supletivos, cujo principal êxito talvez não seja só o que distribui, mas sim a imobilização social que produz, haja vista a decrescente capacidade de convocação para a luta por parte dos movimentos sociais. Nunca se ocupou e se acampou tão pouco no país e, por outro lado, o poder privado avança, expulsando e levando o pânico às famílias, uma informação que não consegue sequer chegar às nossas casas para que se avaliem as contradições que estão em curso (ALENTEJANO & PORTO-GONÇALVES, 2011, p. 114).

Nesta conjuntura do último decênio no Brasil a questão social foi trabalhada por meio de políticas assistenciais de caráter pontual que não resolveram os problemas estruturais da classe trabalhadora em sentido amplo: políticas de transferência de renda, de garantia de um mínimo de segurança alimentar e de incentivo à massificação do consumo são desenvolvidas e ampliadas progressivamente. Assim, por um lado a criação dos assentamentos serve, na perspectiva estatal, como um meio para conter pressões sociais e elidir os conflitos sociais existentes, atuando no sentido do controle social, o que significa a continuidade da política agrária proposta pelo regime militar de 1964 com a promulgação do Estatuto da Terra. Por outro lado, ao participar do processo de luta pela terra, os assentados se conscientizam sobre seus direitos e promovem avanços na luta social. O aprendizado adquirido pela experiência nesse processo de luta muda os agentes, que seguem pleiteando outros direitos junto ao poder público e eventualmente se organizando coletivamente em defesa de seus interesses.

Considerando os elementos apresentados, pode-se afirmar que tanto o projeto de criar uma camada de agricultores familiares incentivado pelo Estado e pelo MST, como a utopia da recriação de uma “comunidade camponesa de novo tipo” fundada sob o imperativo da cooperação e da organização permanente afirmada pelos ideólogos e dirigentes do Movimento estão muito longe de serem realizados nos assentamentos da Região Metropolitana de São Paulo, ainda que esse ideal subsista no imaginário dos dirigentes, militantes, apoiadores e de uma pequena parte dos próprios assentados. Num contexto em que o poder dos complexos agroindustriais é um dos elementos centrais no modelo de desenvolvimento nacional e em que se intensifica o processo de reprodução capitalista em escala cada vez mais ampliada, a realização de quaisquer desses projetos idealizados parece pressupor uma mudança radical na sociedade. Tal mudança suposta extrapola os limites do padrão de desenvolvimento rural adotado, compreendendo inflexões no sentido da construção de um outro projeto de sociedade no qual a reforma agrária assuma um papel central para a democratização das relações sociais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo-Campinas: Hucitec, 1998 (Estudos Rurais; v. 12).

ABRA. **Memorial PDS Jurema** – Jequitibá. São Paulo: Associação Brasileira de Reforma Agrária, 2006 [nome do assentamento e do município alterados por questões éticas].

ANDRADE, Maristela de Paula. PEREIRA, Carlos Alberto. NOBRE, Miriam. **Coletivização: uma proposta para os camponeses**. São Paulo: 1989 (mimeo.).

ANDRADE NETO, João Augusto de. **O tempo da greve: o caso da comunidade quilombola Pitoró dos Pretos** (Dissertação de mestrado). Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais. São Luís: UFMA, 2009.

ALAVI, Hamza, “Peasant classes and primordial loyalties”. *In: The journal of peasant studies*, vol.1, n. 1, 1973.

ALENTEJANO, Paulo Roberto Raposo; PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. “A contra-reforma agrária na lei e na marra: a expansão do agronegócio e a reconfiguração da questão agrária no Brasil”. *In: CANUTO, Antônio; LUZ, Cássia Regina da Silva; WICHINIESKI, Isolete* (Coords.). **Conflitos no Campo Brasil 2010**. Goiânia: CPT, 2011.

ALENTEJANO, Paulo Roberto Raposo et. al.. “Os impactos dos assentamentos rurais no estado do Rio de Janeiro”. *In: LEITE, Sérgio; MEDEIROS, Leonilde Servolo de* (Orgs.). **Assentamentos rurais: mudança social e dinâmica social**. Rio de Janeiro: Mauad, 2004, pp. 141-186.

ALENTEJANO, Paulo Roberto Raposo. "Pluriatividade: uma noção válida para a análise da realidade agrária brasileira?" *In: TEDESCO, João Carlos* (org.). **Agricultura familiar: realidades e perspectivas**. Passo Fundo: EDIUPF, 1999, pp. 147-173.

ALENTEJANO, Paulo Roberto Raposo. **Reforma agrária e pluriatividade no Rio De Janeiro: repensando a dicotomia rural-urbano nos assentamentos rurais** (Dissertação de Mestrado). Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade. Rio de Janeiro: UFRRJ-CPDA, 1997.

ALVES, Marlene dos Santos et. al.. “Organização produtiva e impactos dos assentamentos rurais do estado de Sergipe”. *In: LEITE, Sérgio; MEDEIROS, Leonilde Servolo de* (Orgs.). **Assentamentos rurais: mudança social e dinâmica social**. Rio de Janeiro: Mauad, 2004, pp. 229-270.

ANJOS, Flavio Sacco dos. "Pluriatividade e ruralidade: enigmas e falsos dilemas". *In: Estudos Sociedade e Agricultura*, n. 17, out. 2001, pp. 54-80.

BACHELARD, Gaston. **A formação do espírito científico: contribuição para uma psicanálise do conhecimento**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005.

BARRA, Camila Sobral. **Mário Lago encontra Terra Sem Males: a produção do Outro em acampamentos sem-terra**. Dissertação (Mestrado). Universidade Estadual de Campinas.

Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social. Campinas, 2007.

BAVARESCO, Pedro Antônio. **Assentamento Annoni Fase IV (RS): uma análise do seu desempenho sócio-econômico**. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade. Rio de Janeiro, 1998.

BECKER, Olga Maria Schild. **Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra (MST) como expressão da contra-mobilidade espacial da população**. Disponível em: <http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/eventos/transdisciplinar/mig_becker.pdf>. Acesso em: 05/04/2013.

BENEDETTI, Adriane Cristina. “Os impactos dos assentamentos rurais no Rio Grande do Sul”. *In: LEITE, Sérgio; MEDEIROS, Leonilde Servolo de (Orgs.). Assentamentos rurais: mudança social e dinâmica social*. Rio de Janeiro: Mauad, 2004, pp. 53-96.

BERGER, Peter; LUCKMANN, Thomas. **A construção social da realidade**. Petrópolis: Vozes, 1974

BERNARDES, Betina; STYCER, Mauricio. “38% dos mendigos de São Paulo são pós-Real”. *In: Folha de São Paulo* - Terceiro Caderno, 03 de setembro de 1995, pp. 3-1, 3-2.

BERNSTEIN, Henry. **Dinâmicas de classe da mudança agrária**. São Paulo: Editora UNESP, 2011 (Estudos camponeses e mudança agrária).

BETTANIN, Fabio. **A coletivização de terra na URSS: Stálin e a “revolução do alto” (1929-1933)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981 (Perspectivas do homem; 140).

BETTO, Frei. **O que é Comunidade Eclesial de Base**. Disponível em: <<http://www.estef.edu.br/zugno/wp-content/uploads/2011/05/cebs-freibetto.pdf>>. Acesso em: 10/05/2012.

BORGES, Juliano Luis. “Bases históricas do cooperativismo no MST”. *In: Revista fato & versões*, n. 3, v. 2, 2010. p. 157-173.

BOTTOMORE, Tom (org.). **Dicionário do Pensamento Marxista**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 2001.

BOURDIEU, Pierre. **Coisa ditas**. São Paulo: Brasiliense, 2009.

BOURDIEU, Pierre. “Compreender”. *In: BOURDIEU, Pierre et al. (orgs.) A miséria do mundo*. Petrópolis: Vozes, 1997, pp. 693-732.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

BOURDIEU, Pierre. **Razões práticas: sobre a teoria da ação**. Campinas: Papius, 2007.

BOURDIEU, Pierre. “A ilusão biográfica”. Em: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta (orgs.). **Usos & abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002, pp.183-191.

BRASIL. Constituição da República Federativa Do Brasil de 1988. Fonte: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em 21 de março de 2013).

BRASIL, Presidência da República. **Decreto-Lei N.º 271**, de 28 de fevereiro de 1967.

BRENNEISEN, Eliane. “O MST e os assentamentos rurais no Oeste do Paraná: encontros e desencontros na luta pela terra.”. *In: Estudos Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro, vol. 12, n. 1, 2004, p. 128-163.

BRENNEISEN, Eliane Cardoso. **Relações de poder, dominação e resistência**: a organização social e da produção em assentamentos rurais na Região Oeste do Paraná. Tese (Doutorado). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais. São Paulo, 2000.

BUZETTO, Marcelo. “Nova Canudos e a luta do MST no Estado de São Paulo”. *In: Lutas sociais*, vol. 6, jun./1999, pp. 137-149.

CALDART, Roseli Salette. **Pedagogia do Movimento Sem Terra**. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

CALDEIRA, Clóvis. **Mutirão**. São Paulo: Nacional, 1956 (Brasília. Biblioteca Pedagógica Brasileira; 289).

CANDIDO, Nilda de Assis. **Ação Pastoral da Igreja Católica Apostólica Romana face a direito à inserção social de pessoas em situação de rua** (Dissertação de Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Ciências da Religião da Universidade Metodista de São Paulo. São Bernardo do Campo: Metodista, 2006.

CARDOSO, Ruth. “Aventuras de antropólogos em campo ou como escapar das armadilhas do método”. *In: CARDOSO, Ruth C. L. et. al. (Orgs.). A aventura antropológica*. Teoria e pesquisa. Rio de Janeiro: Paz e Terras, 1986, pp. 95-106.

CARNEIRO, Maria José. **Camponeses, agricultores e pluriatividade**. Rio de Janeiro, Contracapa, 1998.

CARTER, Miguel (org.). **Combatendo a desigualdade social**: o MST e a reforma agrária no Brasil. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

CARVALHO, Horacio Martins de. **A interação social e as possibilidades de coesão e de identidade sociais no cotidiano da vida social dos trabalhadores rurais nas áreas oficiais de reforma agrária no Brasil**. Ministério Extraordinário de Política Fundiária, Núcleo de Estudos Agrários e de Desenvolvimento, Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura, 1999.

CARVALHO, Horacio Martins; CARTER, Miguel. “A luta na terra: fonte de crescimento, inovação e desafio constante ao MST”. *In: CARTER, Miguel (Org.). Combatendo a desigualdade social*: o MST e a reforma agrária no Brasil. São Paulo: Editora UNESP, 2010, pp. 287-330.

CARVALHO, Horacio Martins de. **Comunidade de resistência e superação**. Curitiba: 2002 (mimeo.).

CARVALHO, Horacio Martins de. **Formas de associativismo vivenciadas pelos trabalhadores rurais nas áreas oficiais de reforma agrária no Brasil**. Curitiba: Ministério Extraordinário de Política Fundiária/Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura, 1998 (mimeo.).

CARVALHO, Horacio Martins de. **Na sombra da imaginação**: reflexão a favor dos camponeses, 2010. Disponível em: <

http://www2.fct.unesp.br/nera/artigodomes/5artigodomes_2010.pdf>. Acesso em: 06/06/2013.

CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade**. São Paulo: Paz e Terra, 2000 (A Era da Informação: economia, sociedade e cultura, 2).

CAZELLA, Antonio Ademir. **Assentamentos rurais e cooperação agrícola**: políticas conflitantes. O caso do assentamento 30 de outubro – S.C. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade. Rio de Janeiro, 1992.

CHAYANOV, Alexander. **La organización de la unidad económica campesina**. Buenos Aires: Ediciones Nueva Visión, 1985.

CHRISTOFFOLI, Pedro Ivan. “Cooperação Agrícola”. *In*: CALDART, Roseli Salete et al. (orgs.). **Dicionário da educação do campo**. Rio de Janeiro: Expressão Popular/Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio/Fundação Oswaldo Cruz, 2012, pp. 157-163.

CHRISTOFFOLI, Pedro Ivan. **O desenvolvimento de cooperativas de produção coletiva de trabalhadores rurais no capitalismo**: limites e possibilidades (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências Sociais Aplicadas, Curso de Mestrado em Administração, Curitiba, 2000.

COMERFORD, John. “Reuniões camponesas, sociabilidade e lutas simbólicas”. *In*: Peirano, Mariza (org.). **O dito e o feito**: ensaios de antropologia dos rituais. Relume Dumará: Rio de Janeiro, 2001. Rio de Janeiro: Relume Dumará / Núcleo de Antropologia da Política, 2002,), pp. 149-170 (Antropologia da Política).

D’INCAO, Maria Conceição; ROY, Gérard. **Nós, cidadãos**: aprendendo e ensinando a democracia. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

DEL GROSSI, Mauro Eduardo; SILVA, José Graziano da. “A pluriatividade na agropecuária brasileira em 1995”. *In*: Estudos Sociedade e Agricultura, n. 11, out. 1998, pp 26-52.

DIAS, Marcelo Miná. **As ONGs e a construção de alternativas para o desenvolvimento rural**: um estudo a partir da Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa (AS-PTA). Tese (Doutorado). Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais e em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade. Rio de Janeiro, fev. 2004.

DUMONT, Louis. **O individualismo**: uma perspectiva antropológica da ideologia moderna. Rio de Janeiro: Rocco, 1993.

DURHAM, Eunice. “A pesquisa antropológica com populações urbanas: problemas e perspectivas”. *In*: CARDOSO, Ruth C. L. et. al. (Orgs.). **A aventura antropológica**. Teoria e pesquisa. Rio de Janeiro: Paz e Terras, 1986, pp. 17-38.

ELIAS, Norbert. **Sociología fundamental**. Barcelona: GEDISA, 1982.

ESTERCI, Neide et al. “Assentamentos rurais: um convite ao debate”. *In*: **Ensaio e Debates**, set./dez., 1992.

ESTERCI, Neide (Org.) **Cooperativismo e coletivização no campo**: questões sobre a prática da “Igreja popular” no Brasil. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1984.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Espacialização e territorialização da luta pela terra: a formação do MST** – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra no Estado de São Paulo (Dissertação de Mestrado). Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. São Paulo: USP, 1994.

FERNANDES, Bernardo Mançano; STÉDILE, João Pedro. **Brava gente: a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999.

FERNANDES, Florestan. **Fundamentos empíricos da explicação sociológica**. São Paulo: Editora Nacional, 1967 (Biblioteca Universitária).

FLEURY, Maria Tereza Leme. **Cooperativas agrícolas e capitalismo no Brasil**. São Paulo: Global, 1983.

GARCIA JR, Afrânio e GRYNSZPAN, Mario. “Veredas da questão agrária e enigmas do grande sertão”. In: MICELI, Sérgio (ORG.). **O que ler na ciência social brasileira**. São Paulo: ANPOCS: Editora Sumaré; Brasília : CAPES, 2002, pp. 311-348.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 1989.

GEERTZ, Clifford. “Forma e variação na estrutura da aldeia balinesa”. In: **Mosaico** – Revista de Ciências Sociais, Universidade Federal do Espírito Santo. Ano 2, volume 1, número 1, 1999.

GENOÍNO, José; OLIVEIRA, Francisco de; STÉDILE, João Pedro. **Classes sociais em mudança e a luta pelo socialismo**. São Paulo: Perseu Abramo, 2000.

GOFFMAN, Erving. **A representação do eu na vida cotidiana**. Petrópolis: Editora Vozes, 1975 (Antropologia;8).

GOFFMAN, Erving. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982.

GOLDFARB, Yamila. **A luta pela terra entre o campo e a cidade: as comunas da terra do MST, sua gestação, principais atores e desafios**. Tese (Mestrado). Universidade de São Paulo. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Programa de Pós-graduação em Geografia Agrária. São Paulo, 2007.

GOMES, José Agnaldo de. **As comunas da terra: itinerários de sentidos e marchas de pessoas em situação de rua que buscam sua participação social**. Quito: Abya-Yala, 2005.

GOMES, Maria Suely; CUNHA, Luís Henrique. **A construção da organicidade no MST – a experiência do assentamento 26 de março/Pará**. Fonte: < <http://www.alasru.org/wp-content/uploads/2011/09/GT18-MARIA-SUELY-FERREIRA-GOMES.pdf>>. Acesso em: 04/04/2013.

GRZYBOWSKI, Cândido. **Caminhos e descaminhos dos movimentos sociais no campo**. Petrópolis: Editora Vozes, 1987.

HEREDIA, Beatriz et al. **Impactos dos assentamentos: um estudo sobre o meio rural brasileiro**. São Paulo: Editora Unesp, 2004.

IHA, Monica Hashimoto. **A Territorialidade da “Posse” na Luta pela Reforma Agrária: Os Acampamentos do MST em Iaras – SP** (Dissertação de mestrado). Pós-graduação em Geociências da Universidade Estadual de Campinas. Campinas: Unicamp, 2005.

INCRA. **Norma de execução n.º 93**: Dispõe sobre a aprovação de modelos de contrato de concessão de direito real de uso para os projetos de assentamento ambientalmente diferenciados - Projeto de Assentamento Agroextrativista - PAE, Projeto de Desenvolvimento Sustentável - PDS e Projeto de Assentamento Florestal - PAF. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário/Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, 19 de julho de 2010.

IPEA. **Políticas sociais**: acompanhamento e análise. Vol. 7, ago. 2003. Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_alphacontent&view=alphacontent&Itemid=145>. Acesso em 21 de março de 2013.

JUSTO, Marcelo Gomes. “A fresta: ex-moradores de rua como camponeses”. *In*: FERNANDES, Bernardo Mançano; MEDEIROS, Leonilde Servolo de; PAULILO, Maria Ignez (Orgs.). **Lutas camponesas contemporâneas**: condições, dilemas e conquistas, v.2: a diversidade das formas das lutas no campo. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009, pp. 139-157.

JUSTO, Marcelo Gomes. “Exculhidos”: ex-moradores de rua como camponeses num assentamento do MST (Tese de doutorado). Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana. São Paulo: USP, 2005.

LÖWY, Michael. **A guerra dos deuses**: religião e política na América Latina. Petrópolis: Vozes, 2000.

KLEBA, John Bernhard. **A cooperação agrícola em assentamentos de reforma agrária no estado de Santa Catarina**: estudo de caso de um grupo coletivo do assentamento “Tracutinga”- Dionísio Cerqueira. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Santa Catarina. Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Curso de Pós-Graduação em Sociologia Política. Florianópolis, 1992.

LEITE, Sérgio; MEDEIROS, Leonilde Servolo de. “Assentamentos rurais e mudanças locais: uma introdução ao debate”. *In*: LEITE, Sérgio; MEDEIROS, Leonilde Servolo de (Orgs.). **Assentamentos rurais**: mudança social e dinâmica social. Rio de Janeiro: Mauad, 2004, pp. 17-52.

LEITE, Sérgio; MEDEIROS, Leonilde Servolo de. “Introdução”. *In*: LEITE, Sérgio; MEDEIROS, Leonilde Servolo de (Orgs.). **A formação dos assentamentos rurais no Brasil**: processos sociais e políticas públicas. Porto Alegre/Rio de Janeiro: Editora da UFRGS/CPDA, 1999, pp. 19-68.

LÊNIN, Vladimir Ilitch. **O desenvolvimento do capitalismo na Rússia**: o processo de formação do mercado interno para a grande indústria. São Paulo: Nova Cultural, 1988a (Os economistas).

LÊNIN, Vladimir Ilitch. **Que fazer?** São Paulo: Editora Hucitec, 1988b (Pensamento Socialista).

LÊNINE, Vladimir Ilitch. **Sobre a aliança da classe operária e do campesinato**. Lisboa: Editorial Stampa, 1977.

LERRER, Débora Franco. “Prepara gente: a educação superior dentro do MST”. *In*: **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 2, 2012, p. 451-484.

LERRER, Débora Franco. **Trajetória de militantes sulistas: nacionalização e modernidade do MST**. Tese (Doutorado) Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais e em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade. Rio de Janeiro, mai. 2008.

LOERA, Nashieli Cecilia Rangel. **A espiral das ocupações de terra**. São Paulo: Polis; Campinas, SP: CERES – Centro de Estudos Rurais do IFCH. UNICAMP, 2006.

LOERA, Nashieli Rangel. “Para além da barraca de lona preta: redes sociais e trocas em acampamentos e assentamentos do MST”. *In*: FERNANDES, Bernarndo Mançano; MEDEIROS, Leonilde Servolo de; PAULILO, Maria Ignez (Orgs.). **Lutas camponesas contemporâneas: condições, dilemas e conquistas**, v.2: a diversidade das formas das lutas no campo. São Paulo: Editora UNESP, Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009, pp. 53-72.

MACEDO, Marcelo Ernández. “Entre a “violência” e a “espontaneidade”: reflexões sobre os processos de mobilização para ocupações de terra no Rio de Janeiro”. *In*: **Mana**, Rio de Janeiro, vol. 11(2), 2005, pp. 473-497. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-93132005000200006>. Acesso em: 22/10/2010.

MANGUEIRA, Sérgio Augusto Muniz. “**Desemprego se acaba com assentamentos rururbanos**” – Um estudo da relação entre o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) e o Movimento de Trabalhadores Desempregados (MTD) no Brasil. Disponível em: <<http://www.alasru.org/wp-content/uploads/2011/12/24-GT-S%C3%A9rgio-Muniz-Manguera.doc>>. Acesso em: 23/08/2013>.

MARCOS, Valeria de. FABRINI, João Edmilson. **Os camponeses e a práxis da produção coletiva**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

MARTINS, Adalberto Floriano Greco. **Potencialidades transformadoras dos movimentos camponeses no Brasil contemporâneo: as comunidades de resistência e superação no MST** (Dissertação de Mestrado). Mestrado em Ciências Sociais. São Paulo: PUC, 2004.

MARTINS, José de Souza. **Exclusão social e a nova desigualdade**. São Paulo: Paulus, 2009.

MARTINS, José de Souza. “A reforma agrária bifocal”. Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/noticias/suplementos,a-reforma-agraria-bifocal,375847,0.htm>>. Acesso em: 10/02/2013.

MARTINS, José de Souza. **A sociabilidade do homem simples: cotidiano e história na modernidade anômala**. São Paulo: Contexto, 2010.

MARTINS, José de Souza. **O sujeito oculto: ordem e transgressão na reforma agrária**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *In*: **Obras escolhidas**, vol. 3. São Paulo: Alfa-omega, S/D.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

MARX, Karl. **A miséria da filosofia**. São Paulo: Global, 1985.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do partido comunista**. São Paulo: Global, 1986.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **O 18 Brumário de Luís Bonaparte**. In: Manuscritos econômico-filosóficos e outros textos escolhidos. São Paulo: Abril Cultural, 1978a (Os pensadores).

MARX, Karl. **O Capital**: livro 1, volume I. Rio de Janeiro: Editora Bertrand, 1988 [1890].

MARX, Karl. "Prefácio". In: **Para a crítica da economia política**. São Paulo: Editora Abril Cultural, 1978b, pp. 127-132 (Os Pensadores).

MATHEUS, Delwek. **Uma outra concepção de assentamento de reforma agrária: a Comuna da Terra (Trabalho de Conclusão de Curso)**. Universidade Federal de Juiz de Fora. Faculdade de Serviço Social. Curso de Realidade Brasileira a partir dos Grandes Pensadores Brasileiros; Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Escola Florestan Fernandes. Juiz de Fora, 2003.

MAUSS, Marcel. "Ensaio sobre a dádiva". In: MAUSS, Marcel. **Sociologia e antropologia**. São Paulo: Cosac Naify, 2003, pp. 185-318.

MEDEIROS Leonilde Servolo de. "Dinâmica local, movimentos sociais e luta por terra: reflexões sobre experiências brasileiras". In: **Innovaciones Locales ante Inseguridades Globales: los casos de Brasil y Espana**. Barcelona: Fundación CIDOB/FGV/EBAPE 5 e 6 de março de 2007.

MEDEIROS, Leonilde Servolo de. **Histórias dos movimentos sociais no campo**. Rio de Janeiro: FASE, 1989.

MEDEIROS, Leonilde Servolo de. "'Sem terra', 'assentados', 'agricultores familiares': considerações sobre os conflitos sociais e as formas de organização dos trabalhadores rurais brasileiros". In: **¿Una nueva ruralidad en América Latina?** Buenos Aires: CLACSO, 2001.

MELUCCI, Alberto. "Um objetivo para os movimentos sociais?". In: **Lua Nova**, n. 17, São Paulo, Jun., 1989, pp. 49-66.

MENEZES, Raul; MORAES, Maria Stela; NAVARRO, Zander. "Pequena história dos assentamentos rurais no Rio Grande do Sul: formação e desenvolvimento". In: LEITE, Sérgio; MEDEIROS, Leonilde Servolo de (Orgs.). **A formação dos assentamentos rurais no Brasil: processos sociais e políticas públicas**. Porto Alegre/Rio de Janeiro: Editora da UFRGS/CPDA, 1999, pp. 19-68.

MICHELS, Robert. **Sociologia dos partidos políticos**. Brasília: UNB, 1982.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. São Paulo/Rio de Janeiro: Hucitec/ABRASCO, 1998.

MOORE JR., Barrington. **Injustiça: as bases sociais da obediência e da revolta**. São Paulo: Brasiliense, 1987.

MORAES FILHO, Evaristo de. "Formalismo sociológico e a teoria do conflito". In: MORAES FILHO, Evaristo de. **Simmel**. São Paulo: Ática, 1983b, pp. 7-44 (Grandes Cientistas Sociais ; 34).

MST. **A cooperação agrícola no MST**. 17 de novembro de 2009. Disponível em <<http://www.mst.org>>. Acesso em: 20/11/2010.

MST. **A evolução da concepção de cooperação agrícola do MST.** Caderno de Cooperação Agrícola n.º 8. São Paulo: Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil, 1999.

MST. **A luta continua:** como se organizam os assentados. Caderno de Formação n.º10. São Paulo: MST, jun. 1986a.

MST. **Alguns aspectos sobre a discussão de novas maneiras de organizar os assentamentos na ótica do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.** Ribeirão Preto: MST, S/D.

MST. **Como organizar os assentados individuais.** São Paulo: MST, 1994.

MST. **Construindo o caminho.** São Paulo: MST, jun. 1986b.

MST. **Elementos sobre a teoria da organização no campo.** Clodomir Santos de Moraes. MST, Caderno de Formação n.º 11, ago. 1986c.

MST. **Enfrentar os desafios da organização nos assentamentos.** Caderno de Cooperação Agrícola n.º 07. Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil/Ministério da Agricultura/SDR/DENACOOP, 1998a.

MST. **Gênese e desenvolvimento do MST.** Caderno de Formação n.º 30, set. 1998b.

MST. **Manual de Cooperação Agrícola I.** São Paulo: Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, 1988.

MST, **Manual de Cooperação Agrícola II.** São Paulo: Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, 1989a.

MST. **Manual de Cooperação Agrícola III.** São Paulo: Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, 1989b.

MST. **Método de organização:** construindo de um novo jeito. Caderno de Formação n.º 35. São Paulo: Associação Nacional de Cooperação Agrícola/Manos Unidas, 2000.

MST. **Nossas prioridades.** Caderno de Formação n.º 12. São Paulo: Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, 1987.

MST. **Novas Formas de Assentamentos:** a experiência da Comuna da Terra. Caderno de Cooperação Agrícola n.º 15 - Brasília: Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil LTDA; Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, 2004.

MST. **O papel do assessor e da secretaria.** Caderno de formação n.º 6. São Paulo: MST, 1986d.

MST. **O que levar em conta para a organização do assentamento** – a discussão no acampamento. Caderno de cooperação agrícola n.º 10. São Paulo: Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra/Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil LTDA, 2001a.

MST. **O sistema de crédito cooperativo.** Caderno de cooperação agrícola n.º 8. São Paulo: Sistema Cooperativista dos Assentados/Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil, 1998c.

MST. **Organicidade e núcleos de base**. São Paulo: Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil, 1998d.

MST. **Perspectivas da cooperação agrícola nos assentamentos**. Caderno de Cooperação Agrícola n.º 4. São Paulo: Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil Ltda, 1995.

MST. **Preparação dos encontros estaduais e 9º encontro nacional do MST**. Caderno de Formação n.º 25. São Paulo: Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, 1998e.

MST. **Sistema cooperativista dos assentados**. Caderno de cooperação agrícola n.º5. São Paulo: Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil/Secretaria de Desenvolvimento Rural – Ministério da Agricultura, 1997.

MST. **Somos Sem Terra** - Caderno do Educando: Pra soletrar a liberdade n.º 2. Veranópolis: Instituto Técnico de Capacitação de Pesquisa da Reforma Agrária/PRONERA/INCRA, 2001b.

NAVARRO, Zander. **Ideologia e economia**: formatos organizacionais e desempenho produtivo em assentamentos rurais – o caso do assentamento ‘Nova Ramada’ (Estado do Rio Grande do Sul, Brasil). Porto Alegre: 1995 (mimeo.).

NAVARRO, Zander. “Mobilização sem emancipação” – as lutas sociais dos sem-terra no Brasil. *In*: SANTOS, Boaventura Souza de (org.). **Produzir para viver**: os caminhos da produção não-capitalista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002, p. 189-232.

NAVARRO, Zander. ‘Nunca cruzaremos este rio’ – a estranha associação entre o poder do atraso, a história lenta e a ‘sociologia militante’, e o ocaso da reforma agrária no Brasil. XXXII Encontro Anual da ANPOCS. GT 35: “Ruralidade, território e meio ambiente”. Caxambú (MG), outubro de 2008.

NEVES, Delma Pessanha (org.). **Desenvolvimento social e mediadores políticos**. Porto Alegre: UFRGS, 2008.

O GLOBO. “**MST prepara criação de braço urbano**”. Rio de Janeiro, 25 de abr. de 2006.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. “Geografia Agrária: Perspectiva no início do séc. XXI”: *In*: OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de; MARQUES, Marta Inez Medeiros. **O Campo no Século XXI**: território de vida e de construção da justiça social. São Paulo: Casa Amarela; Paz e Terra, 2004, pp. 29-70.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. “O trabalho do antropólogo: olhar, ouvir, escrever”. *In*: **O Trabalho do Antropólogo**. São Paulo: Editora UNESP, 2000. p. 17-35.

OLIVEIRA, Valter Lúcio. **A ironia da realidade e os paradoxos da razão política**: diversidade, sociabilidade e dinâmicas político-religiosas em espaços de luta pela terra no Rio Grande do Sul (Tese de Doutorado). Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade. Seropédica: UFRRJ, 2009.

PAIVA, Vanilda (Org.). **Igreja e questão agrária**. São Paulo: Edições Loyola, 1985.

PALMEIRA, Moacir. “Voto: racionalidade ou significado?”. *In*: **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, n.º 20, p. 26-30, 1992.

- PALMEIRA, Moacir & LEITE, Sérgio. “Debates econômicos, processos sociais e lutas políticas”. *In: Política e reforma agrária*. Rio de Janeiro: Mauad, 1998, pp. 79-165.
- PAOLI, Maria Célia; SADER, Eder. 1986. “Sobre ‘classes populares’ no pensamento sociológico brasileiro (Notas de leitura sobre acontecimentos recentes)”. *In: CARDOSO, Ruth C. L. et. al. (Orgs.). A aventura antropológica*. Teoria e pesquisa. Rio de Janeiro: Paz e Terras, 1986, pp. 39-68.
- PELOSO, Ranulfo. **Trabalho de base**: seleção de roteiros organizados pelo Cepis. São Paulo: Expressão Popular, 2012.
- PEREIRA, Monica Cox de Britto. “Revolução verde”. *In: CALDART, Roseli Salette et al. (orgs.). Dicionário da educação do campo*. Rio de Janeiro: Expressão Popular/Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio/Fundação Oswaldo Cruz, 2012, pp. 685-689.
- PERRUSO, Marco Antonio. **Em busca do “novo”**: intelectuais brasileiros e movimentos populares nos anos 1970/80. Rio de Janeiro:
- PLOEG, Jan Douwe Van Der. **Camponeses e impérios alimentares**: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.
- REZENDE, Gervásio Castro de. **Programa de Crédito Especial para Reforma Agrária (Procera)**: institucionalidade, subsídio e eficácia. Rio de Janeiro e Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 1999 (Texto para discussão; 648).
- ROMANO, Jorge Osvaldo. “Poder, valores e conflitos nos processos de organização no interior dos assentamentos: comentários a um debate”. *In: MEDEIROS, Leonilde; BARBOSA, Maria Valéria; FRANCO, Mariana Pantoja; ESTERCI, Neide; LEITE, Sérgio. Assentamentos rurais: uma visão multidisciplinar*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1994.
- ROSA, Marcelo. “Biografias e movimentos de luta por terra e Pernambuco”. *In: Tempo Social, revista de sociologia da USP*, v. 21, n. 1, 2009, pp. 157-180.
- ROSA, Marcelo. **O engenho dos movimentos**: reforma agrária e significação social na zona canavieira de Pernambuco (Tese de Doutorado). Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: IUPERJ, 2004.
- ROSA, Marcelo. “Para além do MST: o impacto nos movimentos sociais brasileiros”. *In: Antropolítica: Revista Contemporânea de Antropologia*, n. 23, 2ºsem. 2007, Niterói: EdUFF, 2009.
- SADER, Eder. **Quando novos personagens entram em cena**: experiências e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo 1970-1980. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- SAHLINS, Marshall. **Ilhas de história**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1990.
- SCHERER-WARREN, Ilse. **Movimentos sociais de luta pela terra**. NPMS/UFSC, 2007.
- SCHNEIDER, Sérgio. “Teoria social, agricultura familiar e pluriatividade”. *In: Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 18, n.º 51, fev. 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v18n51/15988.pdf>>. Acesso em: 09/02/2011.
- SCOPINHO, Rosemeire Aparecida. **Controle do trabalho e condições de vida em assentamentos rurais**: possibilidades e limites da cooperação autogestionária. Disponível

em: <<http://www.alasru.org/wp-content/uploads/2011/07/09-GT-Rosemeire-Aparecida-Scopinho.doc>>. Acesso em: 06/06/2013.

SCOPINHO, Rosemeire Aparecida. “Sobre cooperação e cooperativas em assentamentos rurais”. *In: Psicologia & Sociedade*, vol.19, n. especial, Porto Alegre, 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-71822007000400012&script=sci_arttext>. Acesso em: 06/06/2013.

SCOPINHO, Rosemeire Aparecida; MARTINS, Adalberto Floriano Grecco. “Desenvolvimento organizacional e interpessoal em cooperativas de produção agropecuária: reflexão sobre o método”. *In: Psicologia & Sociedade*; 15 (2): 124-143; jul./dez.2003.

SHIMMA, Emmi. **Apoio a moradores de rua permite adesão aos anti-retrovirais**. Disponível em: <http://www.aidsportugal.com/Modules/WebC_AIDS/Articles/ViewArticles.aspx?Mid=177&Aid=548>. Acesso em: 28/01/2012.

SIGAUD, Lygia. **A forma acampamento**: notas a partir da versão pernambucana. *In: Novos Estudos CEBRAP*, número 58, nov. 2000.

SIGAUD, Lygia. “A engrenagem das ocupações de terras”. *In: FERNANDES, Bernardo Mançano; MEDEIROS, Leonilde Servolo de; PAULILO, Maria Ignez (Orgs.). Lutas camponesas contemporâneas: condições, dilemas e conquistas, v.2: a diversidade das formas das lutas no campo*. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009, pp. 52-72.

SIGAUD, Lygia. “Para que serve conhecer o campo”. *In: MICELI, Sérgio (ORG.) Temas e problemas da pesquisa em Ciências Sociais*. São Paulo: Ed. Sumaré: Fapesp; Rio de Janeiro: Fundação Ford, 1992, pp. 30-42.

SIMMEL, Georg. “Como as formas sociais se mantêm”. *In: MORAES FILHO, Evaristo de (org.). Simmel*. São Paulo: Ática, 1983a, pp. 46-58 (Grandes Cientistas Sociais ; 34);

SIMMEL, Georg. “O problema da sociologia”. *In: MORAES FILHO, Evaristo de (org.). Simmel*. São Paulo: Ática, 1983b, pp. 59-78 (Grandes Cientistas Sociais ; 34).

SIMMEL, Georg. “A natureza sociológica do conflito”. *In: MORAES FILHO, Evaristo de (org.). São Paulo: Ática, 1983c. Simmel*, pp. 122-134 (Grandes Cientistas Sociais ; 34).

SIMMEL, Georg. **Questões fundamentais de sociologia**: indivíduo e sociedade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2006.

SOUZA, Maria Antônia de. **As formas organizacionais de produção em assentamentos rurais do movimento dos trabalhadores rurais sem terra – MST**. Tese (Doutorado em Educação) Universidade Estadual de Campinas, Campinas. SP, fev. 1999.

SOTO, William Héctor Gómez; MUSZINSKI, Luciana. “Ideologia e discurso nas lutas sociais pela reforma agrária no Brasil”. *In: II Seminário Nacional Movimentos Sociais, participação e democracia*. Florianópolis: 2007. Disponível em: <http://www.sociologia.ufsc.br/npms/willian_hector_gomez_soto_luciana_muszinski.pdf>. Acesso em: 02/11/2010.

STÉDILE, João Pedro. “O MST e a questão agrária”. *In: Estudos avançados*, 11 (31), 1997, pp. 69-97. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141997000300005>. Acesso em: 17/05/2013.

STRIEDER, Inácio. “Camilo Torres: O Cristianismo rebelde na América Latina”. Disponível em: <<http://www.adital.com.br/site/noticia2.asp?lang=PT&cod=23212>>. Acesso em 10 de novembro de 2012.

TEPICHT, Jerzy. **Marxisme et agriculture: le payson polonais**. Paris: Armand Colin, 1973.

THOMPSON, Edward Palmer. **A formação da classe operária inglesa: a árvore da liberdade** (Vol. I). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004.

THOMPSON, Edward Palmer. **A miséria da teoria ou um planetário de erros** (uma crítica ao pensamento de Althusser). Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

THOMPSON, Edward Palmer. **Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

VENDRAMINI, Célia Regina. “Pesquisa e movimentos sociais”. *In: Educação e Sociedade*, Campinas, vol. 28, n. 101, p. 1395-1409, set./dez. 2007, pp. 1395-1409. Disponível em: <<http://www.cedes.unicamp.br>>. Acesso em: 09/01/2013.

VENDRAMINI, Célia Regina. “Assentamentos do MST e Identidade Coletiva”. *In: 26ª Reunião Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação*. Poços de Caldas, 2003. Disponível em: <www.anped.org.br/reunioes/26/posteres/celiareginavendramini.rtf>. Acesso em: 08/01/2013.

VIEIRA, Flávia Braga. **Dos proletários unidos à globalização da esperança: um estudo sobre articulações internacionais de trabalhadores** (Tese de Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional. Rio de Janeiro: UFRJ, 2008.

WEBER, Max. “Ação social e relação social”. *In: FORACCHI, Marialice Mencarini; MARTINS, José de Souza (orgs.). Sociologia e sociedade: leituras de introdução à Sociologia*. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1978, pp. 139-144.

WOLF, Eric. **Antropologia e poder: contribuições de Eric R. Wolf** (orgs. Bela Feldman-Bianco e Gustavo Lins Ribeiro). Brasília: Editora UnB; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo; Campinas: Editora UNICAMP, 2003. (Coleção Antropologia).

WOLF, Eric. **As guerras camponesas do século XX**. São Paulo: Global, 1984.

WOORTMANN, Klaas. “Com parente não se negueia: o campesinato como ordem moral.” *In: Anuário Antropológico/87*. Edições Tempo Brasileiro/Editora UnB, 1990, pp. 11-73.

ZERO HORA. “Stédile: ‘A ocupação de terras não soma aliados’”. 28 de jan. de 2010.

Anexo A – Síntese dos principais eventos que antecederam à criação da Regional Grande São Paulo do MST

1989 – Criação do Centro de Documentação e Comunicação dos Marginalizados (CDCM).

1993 – Criação do projeto Fraternidade AIDS na Rua, no interior do CDCM.

1994 – Em parceria com membros do MST, tenta-se levar treze *moradores de rua* assistidos pela Fraternidade para um acampamento do MST em Pirituba.

1994 – O grupo do CDCM se divide em dois: Fraternidade Povo da Rua, que a cada dia mais se aproximava do MST, e Associação Rede Rua.

1995 – Tentativa da Fraternidade de levar *moradores de rua* para acampamento em Andradina.

1996 – Tentativa de levar um grupo de 27 *moradores de rua* para o acampamento Carlos Lamarca, no município de Itapetininga.

1998 – Surge a proposta do MST de criar acampamentos com pessoas dos grandes centros urbanos.

1999/2000 – Realização de três congressos Da Rua para a Terra organizados pela Fraternidade em aliança com o MST.

2001 – Criação da Regional Grande São Paulo do MST oficializada no Encontro Estadual do MST em São Paulo.